UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RAQUEL HOFFMANN

FILIPA RAINHA – D. FILIPA DE LENCASTRE E O PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DA DINASTIA
DE AVIS

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2019

RAQUEL HOFFMANN

Filipa Rainha – D. Filipa de Lencastre e o processo
de legitimação da Dinastia de Avis

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutora em História
Social.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Figueiredo
Nogueira

Versão corrigida

De acordo:

A handwritten signature in purple ink, consisting of a large, stylized 'R' followed by a smaller, more complex flourish.

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

H699f Hoffmann, Raquel
Filipa Rainha - D. Filipa de Lencastre e o processo de legitimação da Dinastia de Avis / Raquel Hoffmann ; orientador Carlos Roberto Figueiredo Nogueira. - São Paulo, 2019.
370 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História Medieval. 2. Portugal. 3. Dinastia de Avis. 4. Poder feminino. 5. Representações. I. Nogueira, Carlos Roberto Figueiredo, orient. II. Título.

Nome: HOFFMANN, Raquel.

Título: Filipa Rainha – D. Filipa de Lencastre e o processo de legitimação da Dinastia de Avis.

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Doutora em História
Social.

Aprovada em: 11 de Fevereiro de 2020.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Roberto Figueiredo Nogueira – Presidente da Banca

Universidade de São Paulo (USP)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi

Universidade de São Paulo (USP)

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Mendes Pereira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Prof^ª. Dr^ª. Angelita Marques Visalli

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Universidade de São Paulo

ATA DE DEFESA

Aluno: 8138 - 9238871 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Raquel Hoffmann Monteiro no Programa: História Social, do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 11 dias do mês de fevereiro de 2020, no(a) Sala de Eventos realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Raquel Hoffmann Monteiro, apresentada para a obtenção do título de Doutora intitulada:

"Filipa Rainha - D. Filipa de Lencastre e o processo de legitimação da Dinastia de Avis"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Carlos Roberto Figueiredo Nogueira	Presidente	FFLCH - USP	Não Votante
Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Rita de Cassia Mendes Pereira	Titular	UESB - Externo	Aprovado
Angelita Marques Visalli	Titular	UEL - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca registra que o trabalho se enquadra na norma adequada da escrita acadêmica e consiste em uma importante contribuição aos estudos medievais e aos estudos de História Política de Portugal. Ressalta-se também a relevante contribuição aportada pela transcrição das fontes. A banca indica a publicação da pesquisa sob a forma de artigos.

Eu, Marcos Aurelio Nogueira Lourenço , lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 11 dias do mês de fevereiro de 2020.

Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi

Rita de Cassia Mendes Pereira

Angelita Marques Visalli

Carlos Roberto Figueiredo Nogueira
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 11 / 02 / 2020 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutora em Ciências obtido no Programa História Social.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação
Prof. Dr. Edécio Gonçalves de Souza
Presidente da CPG
FFLCH-USP

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do orientador

Nome da aluna: Raquel Hoffmann

Data da defesa: 11/02/2020

Nome do Prof. orientador: Carlos Roberto Figueiredo Nogueira

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 14/07/2020.

(Assinatura do orientador)

*Dedico esta tese à minha avó,
Therezinha Nunes Hoffmann,
cuja ausência nesse mundo é
algo que eu jamais deixarei de
sentir. Ninguém ficou mais feliz
que ela quando eu iniciei essa
jornada, ninguém tinha mais
orgulho de mim.
Tua neta conseguiu, Tereza.
E só por ti, só por ti.*

E também...

*A todas as meninas que um dia
ouviram “não”: digam que sim.
Venham comigo.*

AGRADECIMENTOS

Nunca pensei que seria capaz de completar a empreitada do Doutorado sozinha, mas também não sabia quão necessárias seriam as pessoas à minha volta e nem quão importante seria saber que existe gente amada torcendo por mim. Sendo assim, tenho muito a agradecer para muitas pessoas.

Agradeço a minha mãe, Solange, por ficar do meu lado desde o primeiro momento, desde quando eu disse que tentaria o doutorado em outra cidade, sem grana e sem emprego. Mamãe disse “vai”. Eu fui. E cheguei. Sem ela e sem sua força eu jamais teria conseguido.

Agradeço ao meu pai, Antonio Carlos, pelo apoio, suporte e encorajamento. Por ter conseguido trazer minhas fontes, tão preciosas, do outro lado do mar. Por me ensinar a não me deixar abater pelas circunstâncias de nossas vidas.

Agradeço a toda a minha família pelo carinho, pelo suporte, pela empatia e por serem bálsamo pra que eu pudesse descansar do ofício: Therezinha, *in memoriam*, Ruy S., Ruy N., Alcides, Henrique, Lucia, Thadeu, Luiz Henrique, Amanda, Letícia, Rildo, Pedro, Paulo, Lucília, Alípio, *in memoriam*, Alipinho, Alexandre, *in memoriam*, Isabela, Ana Paula, Alicia e Carolina.

Agradeço ao professor Carlos, meu orientador querido, que apostou em mim no minuto que me conheceu. Carlos percebeu em mim um potencial que eu não sabia que tinha, e com uma generosidade ímpar, uma retidão inquestionável e uma crítica severa trilhou comigo esse caminho, me deu coragem, me deu firmeza. Jamais poderei agradecer o suficiente.

Agradeço ao Grupo de Estudos Medievais Portugueses, onde eu encontrei amizades para toda uma vida e guarida quando a tarefa parecia extrema. Foram tantas as leituras, os debates, as críticas, os cortes, adições, colaborações, nesses anos todos de companheirismo que em cada linha desta tese está óbvia a influência, pessoal e intelectual de cada um de vocês. Especialmente agradeço àqueles que o contato é cotidiano: Sooraya, Bruno, Bia e Candi, contem comigo.

Agradeço a Leandro Durazzo, por absolutamente tudo. Por todo o amor, pelo companheirismo, pelas leituras, pelas discussões, pelo combate, por representar na minha vida um porto seguro inabalável. Pela presença ininterrupta, pela guia, pela mão dada e a certeza de que há um lugar para mim no mundo.

Agradeço a Raoni Martins, parceiro, companheiro, amigo. Nada disso seria suportável sem o teu carinho, teu cuidado e teu apoio. Sequer teria sido possível sem o teu incentivo e a tua coragem. Que força você me deu, sou tão grata por ti.

Agradeço aos demais meus amigos, todos, incontáveis, que não perderam a paciência quando eu faltei aniversários, celebrações, encontros e quetais por estar trabalhando na tese. O companheirismo e a compreensão de vocês me deram forças para fazer o meu melhor. Cito alguns, por não poder citar todos: Diana Prallon, Rômulo Collopy – e as crianças; Bruno Marconi, Anna Esser, Juliana Goskes, Tatiana Leite, André Santos, Ágata Sousa, Marisa Schontag, Vítor Martellote, Maurílio Mesquita, Verônica Silveira, Fabiana Amaral, Nathália Coimbra, Aline Viana, Carolina Sattie, Lily Franco, Ida Araújo, André Guerra, Cláudia Kopke, Luc Athayde, Helena Cebrian, Mariana Sosnick, Lívia Martins, Sandra Freire, Viviane Kawata – que fez minha ponte com a British Library; Isabella Mendes, Marina Grandolpho, Adriano Scandolara, Victor Caparica, Derley Alves, Felipe Souza, Fernanda Drummond, Renato Borges, Rachel Patrício, Will Valadão, Taty Guedes, Thaís Martins, Carolina Júdice, Alexandre Charpinel, Cadu Mesquita, Ana Speck, Edilene Martins, Fabiano Donario, Léo Pinheiro, Renata Évora, Obadellê Sayole, Thaine Amaral e tantos outros cujo amor e parceria me protegeram da solidão.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº152919/2016-3 pela concessão da bolsa de estudos que tornou possível a realização desta tese e a minha sobrevivência, ainda que sua finalização tenha sido realizada sob as nuvens carregadas de um obscurantismo que não sabemos quando se findará. Mas findará.

Por fim, agradeço a todas as pessoas, anônimas ou que passaram rapidamente por minha vida durante a realização deste trabalho: tanta gente trabalhadora e solidária que tornou cada dia dessa jornada possível, seja me doando um lanche quando eu estava sem grana, ou guardando passagem para que eu voltasse pra casa nas corridas semanais entre São Paulo e o Rio de Janeiro, entre tantas outras situações peculiares. Eu lembro de cada um com muito carinho.

*Uma mulher tem o poder de ir adiante na vida.
E ela não é apenas uma mãe, não é apenas uma
irmã, não é apenas uma esposa. Uma mulher
tem – e tem o direito de ter – uma identidade.
Ela deve ser reconhecida em seus direitos (...).*

— Malala Yousafzai

*Se há um domínio em que os textos normativos
que proclamam um ideal da sociedade sejam
enganadores é justamente o da mulher.*

— José Mattoso

RESUMO

HOFFMANN, Raquel. *Filipa Rainha – D. Filipa de Lencastre e o processo de legitimação da Dinastia de Avis*. 2019. 370 f. Tese – Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2019.

Durante os primeiros reinados da Dinastia de Avis, o poder régio em Portugal deparou-se com a necessidade de criar estratégias que pudessem mitigar as origens inortodoxas do primeiro monarca avisino – D. João I – e, também, amainar o impacto de sua ascensão ao trono através da Revolução de 1383-1385. Diversas medidas com tal finalidade foram tomadas e, entre elas, o casamento de D. João I com a princesa inglesa D. Filipa de Lencastre e a produção institucional de um discurso legitimador sob ordem e encomenda da Coroa.

Esta tese, portanto, busca analisar o papel de D. Filipa de Lencastre no processo de legitimação da Dinastia de Avis, tanto como agente política do governo durante seu reinado com D. João I quanto como representação na Chancelaria Régia e nas Crônicas Régias. Visamos assim cooperar na reformulação das perspectivas historiográficas que desconsideraram o poder e a agência sociopolítica das mulheres, colaborando assim com o esforço rumo a uma História mais igualitária.

Palavras-Chave: História Medieval, Portugal, Dinastia de Avis, poder feminino e suas representações.

ABSTRACT

HOFFMANN, Raquel. *Philippa Regina – Philippa of Lancaster and the legitimacy process of the Avis Dynasty*. 2019. 370 f. Tese – Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2019.

During the early reigns of the Avis Dynasty, the royal power in Portugal was faced with the need to devise strategies that could mitigate the unorthodox origins of the first avisan monarch - King John I - and could also soften the impact of his rise to the throne through the Revolution of 1383-1385. Several measures have been taken to this end, including the marriage of King John I to the English princess Philippa of Lancaster and the institutional production of a legitimizing discourse under the order and commission of the Crown.

This thesis therefore seeks to analyse the role of Queen Philippa of Lancaster in the process of legitimizing the Avis Dynasty, both as a political agent of the government during her reign with King John I and as a figure of representation in the Royal Chancellery documents and the Royal Chronicles. Thus, we aim to cooperate on the reformulation of the historiographical perspectives that disregard the power and socio-political agency of women, thus collaborating with the effort towards a more egalitarian History.

Keywords: Medieval History, Portugal, Avis Dynasty, feminine power and its representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da cidade de Lisboa, exibindo a localização da Bab-al-Bahr e do Castelo de São Jorge, bem como suas muralhas e seus principais bairros.....	38
Figura 2 – Organograma de relacionamentos entre as casas de Borgonha, Trastâmara, Avis e Lencastre c. 1387.....	90
Figura 3 – Visão ocidental do conjunto escultórico do Padrão dos Descobrimentos. Lisboa.....	165
Figura 4 – Detalhe do Padrão dos Descobrimentos: efígie da rainha D. Filipa de Lencastre. Lisboa.....	166
Figura 5 – Carta da rainha D. Filipa de Lencastre enviada ao seu irmão, o rei Henrique IV de Inglaterra. 4 de Novembro de 1405.....	176
Figura 6 – [Detalhe] Assinatura de próprio punho da rainha D. Filipa de Lencastre em carta enviada ao seu irmão, o rei Henrique IV de Inglaterra. 4 de Novembro de 1405.....	179

SUMÁRIO

Introdução – Voz. Substantivo feminino.....	13
Capítulo I – Avis em Letra e Pergaminho.....	24
Literatura Moralizante Avisina – um projeto político.....	24
O papel do Croniciado.....	34
O papel da Chancelaria Régia.....	42
Capítulo II – A Raynha.....	51
Rainhas & poder reginalício.....	51
Letras de rainha em linhas de rei.....	64
Capítulo III – Raynha minha jobre todas muy amada.....	87
Filipa, Identidade & Memória.....	88
Capítulo IV – A Sancta Rainha.....	118
Filipa, Legitimidade & Memória.....	118
Capítulo V – bemaumenturada Raynha.....	159
Filipa, reginalidade versus o modelo de rainha perfeita.....	160
Conclusão – As faces da rainha.....	184
Fontes e Bibliografia.....	190
Livro de Anexos.....	206

INTRODUÇÃO

Das mulheres, muito se fala. Sem parar, de maneira obsessiva. Para dizer o que elas são ou o que elas devem fazer.

— Michelle Perrot.

Voz. Substantivo feminino.

Durante nossa trajetória acadêmica, ao expor nosso tema de pesquisa, diversas vezes recebemos questionamentos sobre qual seria o maior desafio ao escrever uma História das Mulheres. A resposta é sempre a mesma: encontrar a voz das mulheres nas fontes. Não exatamente a presença – apesar desta ser frequentemente fugidia – pois como Michelle Perrot bem salienta na epígrafe que escolhemos para esta introdução, muito se fala *sobre* nós. *De* nós. *Para* nós. A empreitada de pesquisa e escrita desta tese nos fez compreender que a questão não se trata apenas de uma proeminência das vozes masculinas sobre as femininas nas fontes, mas sobretudo de um problema de interferência: os modelos construídos pelas expectativas de comportamento e pelas tentativas de controle social da mulher e do feminino, em cada contexto específico da História, sufocam *a mulher* em si. Nestes casos, à frente da mulher está a máscara, o filtro, a idealização e existe a chance de esquecermos de que a norma era muito mais excepcional do que a prática. Quando tratamos do medievo, essa dinâmica se faz flagrante: os modelos comportamentais e as normas propostas para as mulheres são muito mais perceptíveis nas fontes do que as mulheres em si – seja como grupo social ou como indivíduos particulares. E esse tipo de discurso é tão frequente que muitas vezes acaba por nublar a compreensão do que é modelo e do que é a mulher medieval. Ou melhor, *quem são* as mulheres medievais.

Tal é o recorte no qual nosso trabalho se insere: através da perspectiva teórico-metodológica da história das mulheres, esta tese analisa o papel da rainha D. Filipa de Lencastre no processo de legitimação da Dinastia de Avis ocorrido em Portugal durante a virada do século XIV para o século XV, no reinado de D. João I, e os impactos de suas representações jurídicas e literárias neste mesmo processo.¹ No decorrer de nosso texto

¹ Nosso recorte temporal abarca do ano de 1387 – ano do casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre – a 1450, ano da finalização da *Crônica da Tomada de Ceuta*. Isso porque este recorte temporal está sujeito a uma dupla abordagem: analisamos o reinado de D. Filipa em Portugal e, também, sua representação na Chancelaria Régia e nas Crônicas Régias, especificamente a *Crônica de D. João I* e a *Crônica da Tomada de Ceuta*. Esta última termina de ser composta por Gomes Eanes de Zurara em 1450 e, portanto, obedece às necessidades de seu contexto de produção subordinado aos processos da literatura moralizante avisina.

exploraremos como a participação política de D. Filipa no primeiro reinado avisino atravessa o papel modelar atribuído a uma rainha dinamizada por determinadas circunstâncias políticas e práticas sociais – ser a fonte de um dote considerável, personificar o símbolo de uma aliança diplomática bem estabelecida e ser mãe de diversos filhos que pudessem assegurar a coroa através de uma linha de sucessão direta. Todas estas prerrogativas são cumpridas pelo casamento de D. João I e D. Filipa; contudo, para além destes fatores, asseveramos que a primeira rainha avisina tem uma contribuição maior e mais profunda no processo legitimador avisino, mais precisamente na criação de uma corte portuguesa sólida, um ambiente cultural e religioso disciplinado que serviria para dominar e moralizar a nobreza, além de uma franca e profícua participação direta na governança do reino português.

Seguindo essas premissas, analisamos da trajetória da rainha D. Filipa de Lencastre no governo de Portugal através de dois eixos de representação: o jurídico e o literário. O primeiro é aquele que trata de sua figura como rainha de Portugal tendo como fonte a *Chancelaria de D. João I* e como prerrogativa de pesquisa as ações de D. Filipa na governança que estão registradas neste *corpus* documental jurídico. Através desta análise compreendemos qual foi o escopo de ação da rainha, como exercia sua jurisdição, de que maneira brandia seu *poder reginálício* e como este se relacionava com poder régio de D. João. A presença de D. Filipa nessas fontes é determinante para que possamos fazer senso de que maneira sua atuação como governante, sua figura e sua representação jurídica funcionavam politicamente para imbuir a governança avisina de legitimidade junto à sociedade lusitana da virada dos séculos XIV e XV. Esta perspectiva é determinante para que atestemos que D. Filipa de Lencastre age diretamente no cenário sociopolítico de Portugal, extrapolando os âmbitos privados da corte e tomando domínio de questões práticas na governança de Portugal.

E o segundo possibilita que analisemos a representação de sua instrumentalização e participação política nas Crônicas Régias – a *Crônica de D. João I* e *Crônica da Tomada de Ceuta*. Através dessa análise buscamos compreender como a literatura moralizante avisina representa a rainha D. Filipa de Lencastre dentro de uma lógica de construção de imagem exemplar, composta baseada em três premissas: geração de memória, estabelecimento de continuidade e exaltação da legitimidade da Dinastia de Avis. Valendo-nos da perspectiva de participação política e exercício de poder, somos capazes de compreender como o fenômeno da literatura moralizante avisina – que origina-se, em parte, dos estímulos culturais promovidos por D. Filipa – refere-se a ela, construindo uma

representação cultural desta mulher que perdura no imaginário até a contemporaneidade, formando uma máscara que acaba por nublar sua atividade político-governamental, mas não consegue escondê-la completamente.

A pesquisa que resulta nesta tese origina-se a partir de questionamentos surgidos ainda durante o mestrado. Na época, analisamos a representação da instrumentalização feminina tardomedieval tendo por fontes a obra *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões e as Crônicas Régias – aquelas que se referem aos reinados de D. Afonso IV e D. Pedro I de Portugal. O trabalho fora então feito através da comparação dos casos de representação das duas únicas mulheres históricas que são protagonistas do poema: D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro. Pudemos compreender de que maneira a mulher aristocrática – e o que se atribuía ao modelo do feminino nesta camada social – tinha participação e inserção nos quadros políticos e diplomáticos tardomedievais, bem como os discursos construídos sobre esta dinâmica e suas finalidades políticas.

Ao longo deste trabalho, pudemos observar que a representação destas duas personagens deve-se a um – e está contida nele – projeto político dinástico avisino que consiste numa série de obras do universo literário lusitano, compostas institucionalmente entre o começo do século XV e o final do século XVI e que visavam a geração de poder régio legítimo para a Dinastia de Avis através de criação de memória para os reis desta linhagem, estabelecimento de continuidade entre as dinastias de Borgonha e Avis, e exaltação da legitimidade de D. João I e seus descendentes. Esta iniciativa remonta aos primeiros anos da nova dinastia e fez parte de um conjunto de posturas tomadas então para assegurar os Avis no trono de Portugal, devido ao *status* social não muito ortodoxo do primeiro rei avisino.

Dos personagens centrais do primeiro núcleo familiar avisino, os homens são os que mais intensamente têm sua participação política analisada pela historiografia acerca do processo legitimatório da Dinastia de Avis: D. João I, o bastardo que se torna rei e protege Portugal da anexação por Castela; D. Duarte, seu filho e herdeiro, um dos fundadores da literatura moralizante avisina; D. Pedro, duque de Coimbra, que também colabora na produção literária moralizante; D. Henrique, duque de Viseu, patrocinador de explorações ultramarinas; D. João, Condestável de Portugal e, finalmente, o Infante Santo, D. Fernando, que morre como refém dos mouros após uma frustrada campanha ao norte da África.

Cada um destes primeiros homens avisinos, sejam estes intelectuais, militares ou fervorosamente religiosos tem sua marca definida no estabelecimento da segurança da

linhagem e do reino, que vai além de apenas terem nascido homens para herdar a coroa no caso da morte de um primeiro herdeiro. Em nossa tese, analisamos o lado feminino deste processo legitimador através de sua representante mais proeminente: a rainha D. Filipa de Lencastre. Esta mulher entra no cenário ibérico logo após a aclamação de D. João I ao trono português, como uma noiva a servir de fiel depositária de um acordo diplomático entre Portugal e Inglaterra, pois a política diplomática tardomedieval amparava-se amplamente nos vínculos jurídicos estabelecidos entre as famílias da realeza e da alta nobreza dos reinos.²

Partimos do pressuposto que um dos primeiros movimentos avisinos com a finalidade de gerar legitimidade para o reinado nascente ocorre em 1387, o matrimônio entre D. João I e D. Filipa de Lencastre. Negociado por Portugal e Inglaterra como parte de um acordo³ de paz e comércio – o Tratado de Windsor.⁴ O propósito político do matrimônio entre D. Filipa de Lencastre e D. João I era bem definido: estabelecer uma aliança política favorável com o reino vizinho para reforçar sua segurança em relação a Castela, reafirmar que o rei tinha abandonado de uma vez por todas os votos clericais para governar Portugal, garantir prole que pudesse herdar o trono sem a possibilidade de uma nova crise sucessória e assim assentar o reino sob o controle de um rei solidamente fundamentado.⁵ Armindo de Sousa nos diz que D. João I não nasce herdeiro do trono, mas “*morre rei*”,⁶ uma realização de um processo de legitimação que inicia-se antes de seu reinado, enquanto ainda era defensor e regedor do reino, e persiste até depois de sua morte. Esta primeira família real da Dinastia de Avis – rei D. João, rainha D. Filipa e seus filhos – têm sua passagem na História marcada por registros de grandiosidade, seja esta

² COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. A mulher como um bem e os bens da mulher. In: *A mulher na sociedade portuguesa – Visão histórica e perspectivas actuais*. Colóquio de 20 a 22 de Março de 1985. Actas. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, p. 53.

³ BRAGA, Paulo Drumond. Casamentos Reais Portugueses – um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (séculos XII-XIV). In: *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcañices*. Actas, vol. II. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2000, p. 1531-1537. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4072.pdf>> Acessado em: 08 Ago. 2019.

⁴ FARIA, Tiago Viúla de. MIRANDA, Flavio. Pur bone alliance et amiste faire - Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. CEM: *Revista do CITCEM*, n. 1, 2010, p. 110 – 113. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8835.pdf>> Acesso em: 08 Ago. 2019.

⁵ VIEIRA, Ana Carolina Delgado. *Como he doçe cousa reinar - A construção de uma dinastia sob a ótica de Fernão Lopes*. [Dissertação de Mestrado], Programa de Pós-Graduação em História Social; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011, p. 98 - 99. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22042011-143443/pt-br.php>> Acesso em: 08 Ago. 2019.

⁶ SOUSA, Armindo de. 1325 – 1480. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal* v. 2 – *A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 419.

bélica, cultural ou política. O papel político de D. Filipa não se encerra no momento que o casamento é acertado, sacramentado e consumado, pelo contrário: é a partir deste ponto que a articulação política da rainha se inicia em torno da construção de poder para a nova dinastia, através de práticas políticas, de discursos de legitimidade e domínio sociocultural e, por fim, através do estabelecimento de uma corte sólida. A rainha D. Filipa de Lencastre age no cenário político, cultural e social do Portugal do século XV, tomando domínio de questões práticas na governança do reino e extrapolando os âmbitos do modelo comportamental e da norma de controle social que diziam que mulheres deviam ser restritas aos recônditos da corte e da criação dos infantes. Assim, nosso propósito é demonstrar não apenas como D. Filipa exercia poder efetivo no reino português mas, também, de que maneira tais processos e dinâmicas de poder foram representados nas letras avulsas, jurídicas ou literárias.

Quebrando a máscara de papel

Para realizarmos este trabalho, valemo-nos de um arcabouço teórico-metodológico que tem a proposta primordial de quebrar a máscara imposta à figura de D. Filipa de Lencastre pelo modelo clerical de comportamento feminino e controle social com o intuito de compreender sua articulação de poder político e o impacto de sua representação na história do Portugal medieval.

Sendo assim, ao longo de nossa tese articulamos diversas ferramentas conceituais com esta finalidade. O conceito que fundamenta nosso trabalho nesta tese é *representação*,⁷ formulado por Roger Chartier: a partir dele somos capazes de analisar quais os atributos de D. Filipa são utilizados no projeto legitimatório avulsivo e quais não são – isso porque, na prática de História das Mulheres, o silêncio das fontes, os lapsos de escrita ou narrativa e também as ocultações são determinantes para compreendermos os discursos tramados acerca daquilo que foi representado. Para aprofundarmos nossas análises na busca por respostas para nossos questionamentos de pesquisa, correlacionamos ao conceito de representação as noções de *poder simbólico*,⁸ ao abordar os fundamentos da iniciativa de construção de legitimidade avulsiva através da burocracia e da composição das Crônicas, obras de cunho proto-históricográfico; *poder-teia*,⁹ para a

⁷ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

⁹ MANN, Michael. *The sources of Social Power, v. 1 – A history of power from the beginning to A.D. 1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

compreensão das maneiras através das quais o poder se organiza em um grupo social e de que maneira isso viabilizou o exercício de um poder reginálício prático, cotidiano e efetivo; *agência*,¹⁰ para o entendimento de como era possível uma mulher exercer poder no medievo, como esse poder era exercido e a quais forças ele respondia, através da análise do escopo de ação da rainha D. Filipa e suas possibilidades de agir dentro de seu contexto; *experiência*,¹¹ instrumentalizado para que compreendamos de que maneira a atuação de D. Filipa no governo do reino determina suas interações com o seu contexto e como isso se reflete na representação que se faz de sua figura nas fontes; e, por fim, a tríade¹² composta de *poder reginálício*, *estado de rainha* e *reginalidade*, indispensáveis para nossa análise das dinâmicas de poder brandidas pela rainha Filipa de Lencastre, como se alinhavam com seu *status* social e seu papel político, e como elas eram representadas de maneira a contribuir com o projeto legitimatório avisino.

Nosso estudo da participação ativa de D. Filipa de Lencastre no processo de legitimação da Dinastia de Avis e da gênese da literatura moralizante avisina exige a abordagem de um *corpus* documental composto de fontes documentos jurídicos de chancelaria, crônicas proto-historiográficas, bulas papais e correspondência diplomática. Desta maneira, a abordagem metodológica deste *corpus* documental é realizada através da *análise de discurso*,¹³ uma vez que os discursos institucionais contidos em nossas fontes históricas estão ideologicamente impregnados e influenciados por conteúdos políticos, culturais e sociais que jazem no subtexto documental, exigindo que nos dediquemos a analisar-lhes o contexto de produção, sua autoria, as motivações de sua preparação. A cadeia hermenêutica do discurso, assim, requer que consideremos que o discurso não é a mesma coisa que idioma, fala, ou texto e sim é um diálogo constante

¹⁰ SZTOMPKA, Piotr. *The Sociology of Social Change*. Cambridge: Blackwell, 1994; ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam P.; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry. (Orgs.) *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – 2006. Goiânia: Nova Letra, 2007.

¹¹ THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria – ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

¹² HOFFMANN, Raquel. *Regina Est – propostas para o estudo das rainhas portuguesas tardomedievais*. In: COSTA, Amanda Dias de Oliveira; COSTA, Rodrigo Franco da. *Iberia Ultramar: estudos contemporâneos brasileiros sobre o mundo ibérico*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018, pp. 297-319.

¹³ Nossa concepção de Análise do Discurso é consoante àquela manifestada por autores como Nicolau Sevcenko, Ciro Flamarion Santana Cardoso e Ana Maria Gama Florêncio, os quais tratam do discurso como um processo ideológico de interpretação social, elaboração de visões de mundo, produção, apropriação, reprodução e crítica, construído a partir de um determinado lugar social e com finalidades definidas de manter, modificar ou desmantelar o *status quo* de uma sociedade. Cf: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Narrativa, Sentido, História*. Campinas: Papirus, 1997; FLORÊNCIO, Ana Maria Gama. [et. al.] *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Maceió: EdUfal, 2009; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

com outros discursos, produzido socialmente e responsivo a um contexto histórico específico, construído para responder às necessidades ideológicas da sociedade, originado de lugares sociais específicos. Sendo o discurso intrinsecamente ideológico, ele constitui-se no melhor espaço para a compreensão de nossas fontes históricas, por serem fruto de uma cadeia institucional de relações de poder.

Nossas fontes principais para a análise do papel de D. Filipa e de sua representação no processo de legitimação avisina são três: a *Chancelaria de D. João I*,¹⁴ a *Crônica de D. João I*,¹⁵ e a *Crônica da Tomada de Ceuta*.¹⁶

A *Chancelaria de D. João I* é a compilação das ações jurídicas régias tomadas durante interregno e o reinado de D. João I, um período que vai de 1384 a 1433 – cartas régias de todas as sortes, despachos, privilégios concedidos e retirados, doações, decretos, entre outros tipos de documentação. A versão que constitui nossa fonte é a edição paleografada e transcrita pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, um esforço capitaneado por João José Alves Dias e António Henrique de Oliveira Marques, composta de 11 volumes. Através da *Chancelaria de D. João I* e da análise de seus documentos, levantamos todos os documentos que relacionam-se à D. Filipa de Lencastre e seus filhos: doações de propriedades, senhorios e títulos, atribuições políticas, administração dos domínios da rainha, atribuição de pessoal para o serviço da rainha e dos infantes, atribuição de aias e damas de companhia e os demais documentos que sejam conectados à rainha de Portugal. A finalidade deste levantamento e da análise dele oriunda é compreender a posição política, social e econômica de D. Filipa no reino, como exerceu o poder e de que forma o utilizou para promover moralização e legitimação para Avis em Portugal.

A *Crônica de D. João I* é uma obra literária que divide-se em três volumes: os dois primeiros foram escritos pelo cronista Fernão Lopes¹⁷ e o último volume – também conhecido pelo título de *Crônica da Tomada de Ceuta* – foi composto pelo cronista Gomes Eanes de Zurara.¹⁸ A separação proposta na descrição de nosso *corpus* documental justifica-se pela diferença de estilo discursivo entre os dois cronistas, algo que nos fornece

¹⁴ DIAS, João José Alves (Org.). *Chancelarias Portuguesas – D. João I*. 11v, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

¹⁵ LOPES, Fernão. *Chronica delRey D. Joam I* (...). v. I, v. II; Lisboa: Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1644. Disponível em: <<http://purl.pt/218>> Acesso em: 08 Ago. 2019.

¹⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Lisboa: Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1644. Disponível em: <<http://purl.pt/218>> Acesso em: 08 Ago. 2019.

¹⁷ SARAIVA, Antonio José. *Fernão Lopes*. Lisboa: Europa-América, s/d.

¹⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1977.

nuances diferentes de representação para a mesma personagem histórica. Este é um recorte temático significativo para nossa pesquisa no tocante à análise das representações de D. Filipa, já que a análise do discurso cronístico baseia-se na premissa de que é no discurso da literatura moralizante avisiniana que se constrói o modelo de rainha que é fundamental para a legitimação dinástica e para a criação de memória acerca da Dinastia de Avis. A análise das crônicas de D. João I e da Tomada de Ceuta nos permite observar de que forma a literatura institucional da Dinastia de Avis representa e significa o reinado de D. Filipa como rainha de Portugal, atribuindo-lhe modelos de comportamento e de moral e exibindo-nos suas ações no trono.

Apesar da investigação ser voltada para a análise da incidência, representação e narração acerca de D. Filipa de Lencastre, a metodologia de abordagem de cada uma dessas fontes difere de acordo com sua tipologia: as fontes jurídicas exigem a discriminação das incidências nos registros documentais da rainha D. Filipa dos registros que não a figuram. Realizada esta primeira separação, as aparições da rainha D. Filipa no conjunto de leis e atos legislativos são organizadas por critérios temáticos – propriedades da rainha em Portugal e sua jurisdição; articulações políticas de D. Filipa na governança de Portugal que possam ter passado pelo desembargo régio – através de obras sociais, acordos diplomáticos, entre outros e, por fim, o exercício de um poder compartilhado com D. João I.

Por sua vez, as fontes proto-historiográficas exigem que nosso enfoque esteja na construção da imagem de D. Filipa de Lencastre nas Crônicas Régias: que tipo de modelo se aplica à sua representação – e quais as funções deste modelo no projeto político avisiniano e quais as atribuições que essas obras dão à figura da rainha. Compreendemos as Crônicas Régias como compilações de narrativas de memória histórica do reino de Portugal, uma vez que estas obras se aproximam muito da necessidade imediata de afirmação da legitimidade avisiniana – versando sobre os feitos de governança, os antecedentes biográficos dos reis, as pessoas que se envolveram diretamente com eles (pessoal ou publicamente, como conselheiros, filhos legítimos, filhos bastardos, demais membros da corte), os períodos de guerra e paz, a diplomacia interna e externa, entre outros fatores. Sendo instrumentos legitimatórios e políticos, as Crônicas Régias adquirem, ao longo dos reinados da Dinastia de Avis, características diferentes, influenciadas pelo contexto de sua produção, pelo cenário histórico vigente e por diversas influências literárias.

Para complementar a análise desse *corpus* documental e oferecer uma compreensão aprofundada de como o discurso construído acerca de D. Filipa de Lencastre

se aproxima ou se afasta de seu exercício de poder, arregimentamos duas outras fontes: a bula papal *Divina Disponente Clementia*,¹⁹ emitida pelo Papa Bonifácio IX em 1391, a respeito das dispensas necessárias para que D. João pudesse governar legitimamente e manter seu matrimônio com D. Filipa de Lencastre de forma lícita e politicamente vantajosa; e uma carta de cunho simultaneamente pessoal e diplomático,²⁰ enviada por D. Filipa de Lencastre a seu irmão, o rei Henrique IV de Inglaterra. A primeira colabora na compreensão do impacto político do casamento e da união entre D. João I e D. Filipa na solidificação de uma legitimidade para Avis em Portugal, na estabilidade interna do reino e, também, no cenário europeu mais amplo. A segunda, por sua vez, nos oferece uma perspectiva desprovida de intermediários sobre como a própria rainha se expressava e como brandia o poder em Portugal, valendo-se de sua linhagem e atuação política para navegar o governo.

O caminho analítico de nossa tese percorre cinco etapas. No Capítulo I, *Avis em Letra e Pergaminho*, tratamos da compreensão de como a Dinastia de Avis cuidou de construir discurso sobre si mesma e como este discurso foi instrumentalizado com finalidades políticas. As prerrogativas de reinado de D. João I – especificamente a de estabelecimento de legitimidade através do reforço de sua conexão sanguínea com a Dinastia de Borgonha – conduzem Avis para uma associação bastante próxima com a rede de letrados e intelectuais que compunham o tabelionato à época. Os oficiais de letras que trabalhavam no arquivo da Casa da Coroa – a Torre do Tombo – foram selecionados para redigir crônicas que contassem a história dos reis de Portugal, começando pelo próprio D. João, ao mesmo tempo que seguiam seu trabalho na chancelaria e demais tarefas da justiça e das letras burocráticas do reino. Isso demonstra uma conexão entre nossas fontes principais, ainda que o discurso jurídico seja bastante diferente do discurso proto-historiográfico das Crônicas. Compreender o projeto político da literatura moralizante avisina, a atividade jurídica e literária da Torre do Tombo, a formação da corte no paço da Alcáçova e a ligação intrínseca da família real com os cronistas Fernão

¹⁹ ANTT. *Bula Divina Disponente Clementia do Papa Bonifácio IX pela qual habilita o rei D. João I para ser rei em Portugal, sem embargo de ser adulterino, o confirma e a todos os seus descendentes, e dispensa e revalida o matrimônio que contraiu com a Rainha D. Filipa de Lencastre sem dispensa da Sé Apostólica, sendo Mestre da Ordem de Avis, de cujo excesso o absolve*. [Manuscrito] 1 doc. BUL, Bulas 1179/1882, Maço 5, Documento 9. <<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=7139636>>, Acesso em: 08 Mai. 2017.

²⁰ BRITISH LIBRARY, *Letter from Queen Phillippa of Lancaster to King Henry IV of England*. November 4th, 1405, Cotton MS Vespasian F. III, f. 98.

Lopes e Gomes Eanes de Zurara nos oferece os fundamentos para analisar a participação política e a representação de D. Filipa de Lencastre no reino de Portugal e suas letras.

O Capítulo II, *A Raynha*, trata de analisar a atividade reginálícia de D. Filipa de Lencastre através do prisma da Chancelaria Régia, empregando uma metodologia que aborda o assunto através da perspectiva do *poder*. Buscamos entender e decodificar as condições de participação política da rainha D. Filipa, as especificidades de seu poder no governo do reino, a articulação de uma rede de aliados, a submissão da nobreza às suas preponderâncias, a conexão entre sua atividade de governo e seu papel privado enquanto rainha, e, por fim, de que forma esta atividade política fora fundamental para a legitimação da Dinastia de Avis e, assim, como fora representada nos documentos jurídicos. Atentamos, neste capítulo, para a coexistência de dois órgãos complementares de poder – a Chancelaria de D. João I e a Casa das Rainhas, que possuía chancelaria própria – o que nos ajuda a compreender o aspecto de monarquia partilhada de Portugal durante o primeiro reinado avisino. Desafortunadamente, os documentos da chancelaria da Casa das Rainhas do período de D. Filipa de Lencastre se perderam no tempo e temos apenas alguns poucos vestígios que evidenciam sua existência quando tal aparato burocrático é mencionado na Chancelaria de D. João I.

O terceiro e o quarto capítulos abordam as Crônicas Régias com o intuito de compreender como o discurso cronístico constrói a representação de D. Filipa de Lencastre a partir das prerrogativas de memória, continuidade e legitimidade da literatura moralizante avisina. Em ambos existe uma progressão do trabalho de um cronista para o outro e a comparação das representações construídas por ambos, avaliando semelhanças e diferenças e como estas serviam ao propósito avisino.

O Capítulo III, intitulado *Raynha minha sobre todas muy amada*, aborda as noções de identidade e continuidade para compreender as funções sociopolíticas de tais representações a partir destes eixos. Jogando luz sobre o aspecto terreno das representações de D. Filipa de Lencastre somos capazes de analisar como a atividade política da rainha, que analisamos no Capítulo II, se transmuta no discurso cronístico para transformar-se em elemento de legitimação.

O Capítulo IV, *A Sancta Rainha*, explora as noções de memória e legitimidade estabelecidas na representação mais difundida de D. Filipa de Lencastre, a de uma rainha *santa*. A atribuição de aspectos caridosos, piedosos e santos compõe grande parte das representações de Filipa de Lencastre ao longo dos séculos e é a principal característica que ativa a memória acerca da rainha. Tal caracterização é tão forte que, frequentemente,

é a única faceta de D. Filipa de Lencastre que vem à tona quando sua figura é explorada, seja na historiografia ou na cultura popular, algo que depauperava a compreensão da figura da rainha e de suas representações, tornando-a unidimensional, fazendo com que se perca a perspectiva de suas camadas e idiossincrasias, algo que procuramos combater.

Finalmente, no Capítulo V, *bemaumenturada Raynha*, confrontamos o modelo e a prática ao dedicarmo-nos a analisar as relações, similaridades e diferenças entre o exercício de reginalidade de D. Filipa de Lencastre e suas representações legitimatórias nas letras avisinas. Para tanto, buscamos sopesar os atributos da prática de poder político reginalício, as dinâmicas que regem a produção, emissão, divulgação, circulação e recepção dos discursos de poder do Portugal avisino, as permanências de tais discursos no imaginário identitário português e, acerca deste, exploramos qual é o papel das representações de D. Filipa de Lencastre, quais os consensos e as discrepâncias entre representação jurídico-literária e prática política reginalícia. Concluímos nossa jornada revelando qual a face de D. Filipa que emerge de nossas pesquisas após termos cuidadosamente rasgado a delicada máscara de papel e tempo que se interpunha entre nós e a rainha.

CAPÍTULO I

Avis em Letra e Pergaminho

Foi de pergaminho e tinta ferrogálica que se construiu parte importante da identidade da Dinastia de Avis. Sobre as letras é que se fez ecoar um específico discurso legitimador que surge da necessidade de afirmação política e que partia da própria Coroa, em um movimento de simultânea defesa de sua posição no reino e ataque das dúvidas que poderiam vir a emergir sobre as origens e os direitos de D. João e seus descendentes sobre o trono de Portugal.

Neste Capítulo analisaremos a relação entre Avis e as letras sobre as quais a dinastia se estabelece, tanto aquelas da literatura moralizante avisina quanto as da Chancelaria Régia, instrumentos oficiais de criação e preservação da memória e da legitimidade de Avis.

Literatura Moralizante Avisina – um projeto político.

Segundo Fernão Lopes,²¹ a primeira resposta de D. João aos “*fidalgos, & Prelados, & Procuradores dos Concelhos*” responsáveis por sua eleição fora um honesto e contrito “não”. Segundo o cronista, a negativa do Mestre se dá por diversos motivos: João “*daua a Deos muitas graças*”, mas acreditava não ser merecedor de tão “*alto estado*”, “*tal honra, & dignidade como era o Regimêto Real*” por ser um “*caualeiro*” com “*defeito de [sua] naçêça*”, um simples soldado da Ordem de Avis que preferia trabalhar na defesa do reino enquanto lhe fosse permitido, se possível até a morte. Contrariados com a negativa, os fidalgos, prelados e procuradores dos Concelhos – e aqui Fernão Lopes insere, de maneira clara, representantes dos três estados da sociedade tardomedieval portuguesa em seu discurso, amalgamando a decisão da eleição – insistem e insistem, desfolhando muitos argumentos para que o Mestre aceitasse a Coroa que encimara a cabeça de seu meio-irmão, e de seu pai antes dele. Só então, depois de ter sido convencido de que seria o único caminho viável para que Portugal mantivesse sua independência e posição dentro do território e que o “povo” assim o desejava, o Mestre de Avis aceita a eleição, tornando-se D. João I, décimo rei de Portugal.

Nada nas Crônicas Régias fora escrito por acaso ou sem propósito legitimador.

²¹ LOPES, Fernão. *Chronica delRey D. Joam I (...)*. v. I, Lisboa: Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1644, p. 407. Disponível em: <<http://purl.pt/218>> Acesso em: 08 Ago. 2019.

No parágrafo anterior descrevemos brevemente como Fernão Lopes aborda a conclusão das Cortes de Coimbra que elevam D. João ao trono português e não é à toa que o cronista nos indica que a primeira resposta do monarca aos responsáveis por sua ascensão tenha sido negativa e nem que a eleição de D. João tenha sido uma decisão tomada em consenso por toda a sociedade, através de seus representantes legais nas Cortes de Coimbra. Sendo quem era – filho bastardo de um rei já há muito falecido, clérigo e soldado que vivera toda a vida à sombra dos irmãos mais poderosos e nobres que ele próprio – Fernão Lopes descreve a cena de maneira a representar que D. João não poderia beber afoitamente do cálice que Portugal lhe oferecia. Sua humildade cuidadosamente construída em texto busca apresentar, ao leitor ou ao ouvinte, a personalidade de um servo do reino e não de um usurpador do trono fraterno; um homem que estava sob circunstâncias extremas e cuja aclamação não fora uma escolha sua, e sim de Deus que falava através do povo português, representado pelas três camadas sociais presentes nas Cortes de Coimbra.

Cada palavra que Fernão Lopes deitara sobre o pergaminho cronicial tinha intenções claras: construir memória para a Dinastia de Avis, estabelecer continuidade entre esta e a finada Dinastia de Borgonha, extinta em seu tronco masculino principal com a morte de D. Fernando; e, finalmente, exaltar a legitimidade de Avis no trono, sobretudo a de seu primeiro monarca, D. João I. Fortuitamente, o movimento iniciado por Fernão Lopes – por iniciativa de D. Duarte e apoio do próprio D. João – causa o surgimento de uma estratégia literária institucional que enraíza-se na cultura lusitana e toma o aspecto de uma política de poder avisina. Sendo assim, às obras escritas – lopeanas ou não – sob estas intenções atribuímos o conceito de *literatura moralizante avisina*.

Apesar da existência anterior de iniciativas que obedecem a lógica da literatura moralizante avisina, adotamos o ano de 1419 como marco inicial deste processo de construção de memória, estabelecimento de continuidade e exaltação da legitimidade de Avis, pois é neste período que D. Duarte incumbe o escrivão de D. João I com a tarefa de “*poer em caronyca a estoria de todoslos Reis que em portugal foram*”, serviço que oficializa em 1434, já rei, quando estabelece o pagamento da tença de 14.000 reais ao cronista pelo trabalho que ainda se realizava.²²

O conceito de literatura moralizante avisina é uma expressão sintética do conjunto de composições literárias cuja produção estende-se do início do século XV ao final do século XVI. Tais obras originam-se por iniciativa ou encomenda de membros da casa real

²² MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói: EdUFF, 2010, p. 22.

de Avis ou, ainda, por ofertório aos reis avisinos de obras que obedecem ao propósito político dinástico. Sustentando-se sobre princípios temáticos fundamentais para que esse projeto político moralizador pudesse ser permeabilizado ao máximo através da sociedade portuguesa: o exaltador, o legitimador e o continuador. A relação entre estes fatores molda a literatura moralizante avisina em um instrumento de demonstração e imposição de poder dentro do complexo sistema avisino de articulação de poder.²³

Para compreender, no entanto, o caráter de projeto político que a literatura tomou para a Dinastia de Avis, é preciso que abordemos a origem de uma tradição literária avisina e as condições de produção que existiram especificamente naquele período, além de entender como surgiram as condições institucionais de escrita que deram origem à tendência da casa real de impor seu poder e sua legitimidade através das letras. Para tal, precisamos recuar um pouco o nosso recorte temporal: de 1419 – data que adotamos como marco inicial do processo literário avisino - vamos a 1387, ano de chegada da nova rainha à corte portuguesa: D. Filipa de Lencastre.

Atribuímos à influência da nova rainha o florescimento de uma tradição literária portuguesa que podemos considerar esquecida desde a morte do rei D. Dinis, o trovador. Com seu casamento com D. João, D. Filipa leva consigo para as terras portuguesas muito mais que a garantia de uma aliança política bem estabelecida e que ofereceria diversas vantagens a um reino sacudido por guerras e pelo caos de uma problemática questão sucessória, e ainda, muito mais que a união com um ramo particularmente poderoso da Dinastia dos Plantageneta. A princesa desembarca em Portugal detentora de uma significativa instrução erudita acumulada em suas quase três décadas de vida na corte inglesa e no ambiente cultural promovido por seu pai, o Duque de Lencastre, João de Gante. Manuela Santos Silva nos expõe essa característica da educação lencastriana da princesa:

Convivendo com tantos artistas e homens de cultura, tendo a mãe como uma mulher atenta e interessada nas novidades que lhe chegavam, sobretudo pelos amigos mais próximos, é natural que as crianças da Casa de Lancaster, e Phillipa em especial, por ser a mais velha, tenham tido uma precoce formação académica e artística, pouco acessível a outros.²⁴

Por artistas e homens de cultura no seio lencastriano, podemos citar alguns:

²³ HOFFMANN, Raquel. *Literatura Moralizante Avisina – contexto e conceito*. In: NOGUEIRA, ALVES, MEDEIROS. *Poder e relações de solidariedade: do Portugal Medieval à alvorada dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 181-182.

²⁴ SILVA, Manuela Santos. *Filipa de Lencastre – A rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2014a, p. 53-54.

Geoffrey Chaucer — marido da preceptora de Filipa e que declarava ser a jovem uma de suas musas; Eustace Deschamps, que dedicara a Filipa um de seus poemas; o cronista Jean Froissart; o frade Nicholas de Lynne, Guillaume de Machaut, Sir Oton de Granson, Sir Florimont de Lesparre, Sir Lewis Clifford e Sir John Clanvowed.²⁵ Além de todas essas influências, através do estímulo pedagógico dos pais e, posteriormente, de sua madrasta, Filipa era uma das poucas mulheres de sua terra, posição e tempo que saberia ler mais do que as letras cristãs obrigatórias para as funções e tarefas religiosas.²⁶

Além disso, os exemplos de sua mãe e avó — Branca de Lencastre e Filipa de Hainault, respectivamente — como mulheres de agência educacional e política dentro de suas esferas de influência na Inglaterra serviram para que Filipa de Lencastre se tornasse uma princesa de pensamento independente e industrioso que seria a base do ambiente cultural implantado quando torna-se rainha na corte portuguesa durante seu casamento com D. João I, através da educação dos infantes e da moralização dos hábitos e práticas dos cortesãos que cercavam a família real.²⁷

De acordo com Carla Casagrande, no *ethos* medieval, construído sob uma perspectiva cristã acerca dos comportamentos, a rainha possuía deveres a cumprir no que se referia à moralização da Corte, sobretudo das cortesãs; as mulheres do séquito das rainhas - fossem estas solteiras, casadas ou viúvas — estavam sob o cuidado e a supervisão da rainha, que deveria servir de modelo de conduta e piedade para todas, além de garantir-lhes bons casamentos ou recompensas por seus serviços durante o reinado:

Na perspectiva de pregadores e moralistas, rainhas, princesas e damas poderiam tornar-se modelos concretos, vivos, para todas as mulheres precisamente por causa de seu divino status social superior, que as obrigava, escreveu Humberto de Romanis, a observar as normas sociais da maneira mais estrita possível. Na perspectiva de Durando de Champagne, uma rainha era objeto da curiosidade de todo o reino. Uma vez que pessoas de todos os cantos do território vinham para mirá-la, ela não era mais simplesmente ‘uma mulher, mas um exemplo de santidade, a incorporação das boas maneiras, um espelho de honestidade.’ Francisco de Barberino pensava que rainhas e princesas, obrigadas por seu status social a adotar ‘hábitos nobres’, seriam o modelo perfeito para mulheres nobres, burguesas e camponesas a emulassem, cada uma de acordo com sua própria inferioridade [em

²⁵ SILVA, Manuela Santos. D. Duarte e os irmãos — uma educação anglo-normanda? In: BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo. *D. Duarte e sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - IEM, 2014c, p. 51-65.

²⁶ SILVA, Manuela Santos. Philippa of Lancaster, queen of Portugal educator and reformer. In: OAKLEY-BROWN, Liz; WILKINSON, Louise J. *The rituals and rhetoric of queenship*. Dublin: Four Courts Press, 2009, p. 37-40.

²⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, p. 161.

relação à rainha]. Quando observamos mais abaixo na escala social, percebemos que regras podem ser restringidas, a disciplina pode ser afrouxada e valores podem se descaracterizar, mas todas as mulheres eram urgidas a mirar-se no exemplo superior de uma mulher com hábitos perfeitos que só uma rainha poderia personificar completamente.²⁸

Seguindo este raciocínio e buscando encontrar o impacto específico deste *ethos* cristão na sociedade tardomedieval portuguesa, buscamos Maria Helena da Cruz Coelho que, em obra sobre a vida e o reinado de D. João, nos elucida que Filipa teria sido responsável por moldar em Portugal uma corte que se alinhava às “mais elevadas normas cortesãs da época, impondo valores, conformando comportamentos, exigindo acções.”²⁹ No caso de Filipa de Lencastre, tal exemplo provavelmente terá envolvido algum substrato cultural, tanto pela educação da rainha e sua vivência entre artistas em sua juventude quanto pelo suporte, incentivo e aprovação do próprio rei — uma vez que D. João, tendo sido criado para a clerezia desde muito jovem, também possuía erudição diferente do que se esperaria para um rei do período.³⁰

Sobre o exato legado intelectual que D. Filipa deixa para Portugal podemos apenas conjecturar: escritos dessa natureza de autoria da rainha não nos alcançaram e existe apenas uma — fortíssima — suspeita de sua influência na tradução para português da *Confessio Amantis* de John Gower, traduzida por Robert Payn, membro do séquito da rainha, e do *Conto do Pregador*, um dos *Canterbury Tales* de Geoffrey Chaucer.³¹

Contudo, tendo como base de observação os conhecimentos e posturas intelecto-culturais apresentados por seus filhos no curso da história e através da análise da listagem bibliográfica apresentada por D. Duarte e que o próprio rei atribui aos seus pais,³² podemos afirmar que a influência de D. Filipa sobre a instrução o ambiente cultural da

²⁸ CASAGRANDE, Carla. *The Protected Woman*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. *A History of Women - Silences of the Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, p. 78-79. [Tradução nossa.]

No original: In the view of preachers and moralists, queens, princesses, and ladies could become concrete, living models for all women precisely because of their God-given superior social status, which obliged them, Humberto de Romanis wrote, to observe moral rules all the more strictly. In Durandus of Champagne's account, a queen was an object of curiosity for the whole country. Since people came from all corners of the nation to set eyes on her, she was no longer simply 'a woman, but an example of holiness, an embodiment of good manners, a mirror of honesty.' Francesco of Barberino thought that queens and princesses, obliged by their social status to adopt 'noble habits' were a perfect model for noble, middle-class, and peasant women to emulate, each in proportion to her own inferiority. As one went down the social scale, rules could be restricted, discipline slackened, and values eroded, but all women were urged to look up to the woman with perfect habits that only a queen could fully personify.

²⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. Cit.*, 2008, p. 156.

³⁰ *Ibid.*, p. 344-350.

³¹ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 172.

³² SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 168-174.

corte portuguesa não se restringiu à educação primária dos infantes ou sequer se limita às instruções de primeiras letras e da religiosidade dos mesmos: o vasto acervo listado por D. Duarte como construído por seus pais continha obras de História, Filosofia, Política, Agricultura, Romances de Cavalaria, Poesia e Astrologia.

Outra perspectiva possível do impacto de D. Filipa é a observação das habilidades políticas, diplomáticas e administrativas de sua filha Isabel, tanto enquanto infanta de Portugal, ocupando o espaço de rainha depois da morte da mãe, quanto como duquesa de Borgonha, um dos mais importantes ducados da Europa ocidental tardomedieval.³³ D. Isabel parece ter emulado o comportamento reginário da mãe em ambos os ambientes de sua atuação e influência sociopolítica e cultural. Em geral, os infantes, através de suas obras e diversos feitos, além de seus contatos com a parentela em Inglaterra, demonstram que foram grandemente influenciados por sua mãe e sua educação lencastriana, detendo um largo senso de pertencimento ao sangue dos Plantageneta que também estava presente em D. Filipa.³⁴ A ligação dos infantes avisinos com as letras e a política, bem como sua criação em tradições oriundas da Inglaterra levadas a Portugal pela rainha, gera nos infantes um potencial senso de dignidade que seria determinante para a futura instalação de um projeto político institucional avisino de legitimação dinástica no trono de Portugal através da literatura de cunho moralizante.

Se, segundo a *Crônica de D. João I*, é do rei que partem as raízes de honradez e cavalheirismo intrínsecas da Ínclita Geração, oriundas da educação clerical e guerreira que o pai teve enquanto era Mestre de Avis, que são motivadoras dos ímpetus expansionistas e quase cruzadísticos que levam os infantes a convencer o rei da necessidade de uma invasão à praça de Ceuta; é de D. Filipa e seus incentivos pedagógicos que se originam as iniciativas literárias e intelectuais da família: D. João e seus filhos produzem manuais de conduta, idealizam a escrita da história do reino e seus reis, planejam a conquista de mares e terras, patrocinam artistas dos mais variados ofícios. Cria-se, desta maneira, um ambiente de intensa produção de conhecimento e cultura que Portugal não teria conhecido até então. Trataremos o papel-chave de Filipa como fundamento da legitimidade da linhagem avisina de maneira mais ampla nos capítulos seguintes desta tese mas, por hora, podemos mencionar que a segurança que ela proporciona a Avis vai além da numerosa prole a qual dá à luz e que consolida a dinastia no trono: mãe de oito crianças, seis das quais chegaram à idade adulta e, dentre estes,

³³ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2009a, p. 45.

³⁴ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 175.

cinco rapazes; não seria por falta de sucessores de sangue que Avis cairia. É a criação dos infantes que seria responsável pela permanência da família no trono português e, colateralmente, pela existência de um esforço institucional de exaltação desta legitimidade tão duramente conquistada.

Voltamos, desta maneira, ao nosso marco inicial no ano de 1419, trigésimo quarto ano do reinado de D. João I. Já vencidas as guerras civis, derrotados os castelhanos, já conquistado o primeiro espaço ultramarino de Portugal e avançando o reino para os arquipélagos próximos, o rei esforça-se para manter o reino em paz e centralizado em sua figura. Recorremos a Armindo de Sousa para observar o contexto do Portugal joanino pós-Ceuta.

D. João I vai ficar na história como o rei de Boa Memória. Só por razões de propaganda dinástica ou motivos patriótico-políticos isso pôde ter sucedido. (...) Ideia geral: superação do caos instaurado no tempo da revolução; imposição da autoridade monárquica sobre o clero, a nobreza e os concelhos; e instauração de uma aura de prestígio da dinastia em todo o espaço europeu. Não se pode garantir que o motor da ideia foi o interesse do Estado, essa coisa fusca que está para além dos protagonismos políticos. Porque, vendo bem, procurou-se enaltecer o rei e a dinastia emergente. Os textos propagandísticos, designadamente o epitáfio da Batalha e o retrato moral de D. João I exarado por D. Duarte no Leal Conselheiro, parecem conclusivos.³⁵

A bibliografia lusitana sobre o reinado joanino é consoante neste tema e afirma que há um esforço enaltecedor da Dinastia de Avis que se vale de diversos canais de transmissão da mesma mensagem: o rei e seus descendentes estão ocupando seus lugares de direito divino e por aclamação popular. O reinado de D. João significa um período de intensa e radical modificação sociocultural e política que não se sustentaria se não se modificassem as estratégias de construção e imposição da autoridade régia. D. João fica cinquenta anos no trono de Portugal; quase trinta deles sob a influência determinante da companheira D. Filipa sobre os assuntos da governança e da condução das práticas socioculturais do reino. O meio século régio de D. João fora dedicado a impor seu poder sobre a nobreza lusitana, os clérigos e aos povos das cidades através dos modos tradicionais de controle social régio – taxação, jurisdição, repressão armada, construção de alianças com a nobreza e o clero, concessões e arrocho para as elites urbanas de acordo com a necessidade, entre outras – mas também através de um exercício de *poder simbólico*: a elaboração de textos de cunho moralizante para disciplinar a nobreza e

³⁵ SOUSA, Armindo de. 1325 – 1480. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal* v. 2 – *A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 417-418.

reafirmar sua legitimidade incontestada através de táticas não-violentas de controle da imagem dinástica no imaginário de seus súditos.³⁶

Podemos relacionar no conjunto de obras da literatura moralizante avisina os seguintes escritos: o *Livro de Montaria*, composto pelo próprio rei D. João I; as *Crônicas Régias* que contam a história dos reis de Portugal, de Afonso Henriques a D. Manuel I, compostas por diversos cronistas e cuja tradição inicia-se por iniciativa do infante D. Duarte e execução de Fernão Lopes, atravessando os duzentos anos de permanência da Dinastia de Avis no trono, do reinado de D. João I ao do Cardeal D. Henrique, que se finda em 1580; o *Livro da Cartuxa*, o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* e o *Leal Conselheiro*, espelhos de príncipes de autoria de D. Duarte, já durante seu reinado (1433–1438); o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, composto pelo infante D. Pedro, Duque de Coimbra, completo em 1433; as *Coplas del Menesprecio y Contempto de las Cosas Hermosas del Mundo*, do Condestável D. Pedro, compostas entre 1453 e 1455, exaltação poética oferecida ao rei D. Afonso V à guisa de seu panegírico e com intenções do autor de voltar às boas graças do rei, que oferecia conselhos de governança e posturas a D. Afonso V e aos nobres que o cercavam de maneira pedagógica e com a intenção de destacar a importância da união em torno da figura do rei; o *Cancioneiro Geral*, compilação poética feita por Garcia de Resende, impressa em 1516 e oferecida ao infante D. João – futuro D. João III – à guisa de elogio ao fausto e poderio da corte manuelina; e, finalmente, *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, épico poético produzido ao longo da década de 1560 e impresso para primeira publicação em 1572 – um período turbulento para Portugal, já elevado à condição de império – e que servia de exaltação da Dinastia de Avis como um todo, além de oferecer conselhos ao rei a quem era dedicada a obra, D. Sebastião, desaparecido na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578.

São, ao todo, 25 obras produzidas ao longo de 157 anos de dinastia, diferindo em conteúdo, estilo e temática de acordo com as prerrogativas de cada reinado, adaptando-se às mudanças políticas e socioculturais portuguesas em cada período, mas consoantes entre si através dos princípios fundamentais de construção de memória, estabelecimento de continuidade e exaltação da legitimidade da Dinastia de Avis.³⁷ Detectamos que cada um dos princípios fundamentais da literatura moralizante avisina possui um peso diferente no

³⁶ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 14.

³⁷ Uma tabela elucidativa de como as obras da Literatura Moralizante Avisina e suas respectivas autorias espalham-se pela duração cronológica da Dinastia de Avis pode ser encontrada no Livro de Anexos desta tese, Anexo III, p. 221.

discurso individual de cada obra, independentemente de seu gênero ou estilo, associando-se ao contexto de escrita dos textos; o que permite que tracemos uma curva progressiva das prioridades políticas da Dinastia de Avis em cada reinado de seus monarcas.

Sendo assim, nas primeiras obras da literatura moralizante avisina – especialmente no *Livro da Montaria*,³⁸ no *Leal Conselheiro*³⁹ e nos três volumes da *Crônica de D. João I* – é possível observar a necessidade de afirmação e divulgação da legitimidade avisina, através do estabelecimento de uma ligação familiar sólida entre D. João I, D. Fernando e D. Pedro I de Portugal e nos elogios iterados aos feitos de D. João como Mestre de Avis e como Rei, bem como ao seu caráter e às suas demais características. Assim como o livro elaborado por D. João I, as obras do rei D. Duarte, seu filho e sucessor, têm um caráter de espelho de príncipes, manuais de conduta cortesã e de esportes nobiliárquicos – nomeadamente a caça e a equitação; criadas com o intuito de demonstrar para a nobreza circundante da família real a cultura cortesã avisina, gerada através das influências de D. João e D. Filipa e seus respectivos legados culturais. O exemplo, bem como a imposição de normas de conduta seriam mecanismos de controle social dos quais a Dinastia de Avis utilizara-se sistematicamente ao longo de sua vigência no poder.

As obras dos cronistas Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara têm um discurso direcionado para a justificativa da ascensão joanina ao trono, demonstrando que não há quebra dinástica entre Borgonha e Avis, mas uma continuidade da legitimidade do sangue real num outro ramo genealógico capaz de manter a independência portuguesa na península, reformar a Corte a um estado respeitável e expandir-se no além-mar. Dessa maneira, nesse período a produção da literatura moralizante avisina dedicava-se à narrativa dos alicerces nos quais os primeiros reis de Avis precisavam manter-se e a maneira como isto se deu.

Por outro lado, a partir do reinado de D. Manuel I (1495 – 1521) podemos identificar uma importante viragem temática: com a aurora do século XVI, a expansão marítima e a presença portuguesa consolidada em domínios, possessões e feitorias na África e na Ásia e uma enorme colônia na América, a produção literária realizada sob a égide da Coroa debruça-se mais sobre o trabalho de construção de memória do império de Portugal através do panegírico dos reis e reinados que o construíram e,

³⁸ ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Livro da Montaria*, feito por D. João I, Rei de Portugal, conforme o Manuscrito nº4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Org. Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

³⁹ BOSTON PUBLIC LIBRARY, *Leal Conselheiro*. Paris: Casa de J. P. Aillaud, 1854. Disponível em: <<https://archive.org/details/lealconselho00duar>> Acesso em: 08 Mai. 2019.

consequentemente, da história de seu povo. Cronistas como Rui de Pina e Duarte Galvão dedicaram-se às histórias dos primeiros reis de Portugal, fundamentados pelo trabalho de seus predecessores e fortemente direcionados a engrandecer a história dos reis fundadores de Portugal, antepassados dos monarcas-reinantes, que teriam lançado as bases para que seus descendentes pudessem expandir-se tanto em poder, riqueza, influência e, claro, território.

Contudo, a maior obra da literatura moralizante avisina – da literatura portuguesa como um todo – não é uma crônica régia, mas sim o poema épico *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. Escrito no ocaso da Dinastia de Avis, sob os reinados de D. João III e D. Sebastião⁴⁰, *Os Lusíadas* é uma compilação lírica da história do reino de Portugal e uma consubstanciação dos princípios da literatura moralizante avisina em uma única obra. Tudo indica que Camões tenha escrito sua obra por própria iniciativa e só posteriormente tenha apresentado a obra finalizada ao rei D. Sebastião, a quem oferece o poema.

No entanto, a ideia de compor um épico que cantasse os feitos portugueses no formato da *Ilíada* e da *Odisseia* existia no reino de Portugal desde, pelo menos, o reinado de D. João II, através de encomendas reais ou ofertórios de escritores.⁴¹ Afirmamos que Camões é aquele que sucede na empreitada justamente por ter conseguido encerrar satisfatoriamente n’*Os Lusíadas* os três eixos da literatura moralizante avisina por ser, segundo Hernâni Cidade, “a glosa de um mito, a coroação individual, pelo poder de expressão, da obra colectiva”⁴², uma obra que une não apenas os intentos literários épicos do Portugal de Quinhentos, mas também os fundamentos e elementos da literatura moralizante avisina, funcionando como um inventário cultural de quase dois séculos de atividade cultural moralizante e institucional.

⁴⁰ Evanildo Bechara e Segismundo Spina nos elucidam que não é possível identificar exatamente qual o ano que Camões começa a escrever *Os Lusíadas*, mas atestam que foi durante o serviço militar do poeta no Oriente. Permitimo-nos, então, um exercício cronológico para a compreensão do vulto da escrita do poema e de sua periodização dentro dos reinados avisinos: Camões alista-se no serviço militar durante o reinado de D. João III, em 1550 e vai para a África, e sabemos que em 1552 vai preso em Portugal por um duelo com Gonçalo Borges, sendo solto em 1553. Tudo indica que é logo depois de sua soltura que vai para a Índia. Encontramos o poeta em 1556, no Camboja, pelo registro do naufrágio do navio no qual viajava de volta para a África. Sobre este naufrágio o próprio Camões relata – Canto X, estrofe 128 – que salvara os manuscritos de *Os Lusíadas* das águas. Em 1569, já durante o reinado do jovem rei D. Sebastião, o cronista Diogo Couto relata que encontra Camões em Moçambique. Como Camões publica sua obra em 1572, em Portugal, podemos inferir que passara pelo menos 20 anos trabalhando no poema. Para mais, ver: BECHARA, Evanildo; SPINA, Segismundo. *Luís de Camões – Os Lusíadas – Antologia*. Rio de Janeiro: Grifo, 1973, p. 10.

⁴¹ SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *Luís de Camões*. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coord.) *História e Antologia da Literatura Portuguesa – século XVI*. Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, Série HALP, nº16, Mar. 2000, p. 11.

⁴² CIDADE, Hernâni. *Luís de Camões – O Épico*. Lisboa: Presença, 1995, p. 15.

Cada obra composta durante o período de vigência da literatura moralizante avisina tem seu papel particular a cumprir dentro do projeto. Contudo, sem demérito das outras, é possível afirmar que dentro deste cenário, as Crônicas Régias são o principal eixo de coesão da estratégia avisina de demonstração e imposição de poder através dos meios culturais de expressão. É a partir delas que se pode acessar todas as outras, são elas que nos dão o estofo contextual necessário para compreender a estratégia política de legitimação avisina. Desta maneira, é primordial que lancemos um olhar para o papel do Croniciado na política avisina.

O papel do Croniciado

A atividade cronística em Portugal é anterior à Dinastia de Avis em, pelo menos, cinquenta anos. Há debate sobre qual crônica pode ser considerada a primeira crônica portuguesa⁴³, mas consideramos que 1344 seja um bom marco inicial para a nossa análise, com a compilação da *Crônica Geral de Espanha* por Pedro Afonso, Conde de Barcelos. Esta obra que, entre outros temas, trata da história de Portugal sob a perspectiva da luta dos nobres cristãos contra os mouros que ocuparam o território da Península Ibérica e, então, dos primeiros reis de Portugal.⁴⁴

O conde D. Pedro fora, também, o compilador-autor do *Livro de Linhagens*, um nobiliário composto na mesma época que a *Crônica Geral de Espanha*. Ambas as obras servem como norteammento do início da atividade proto-historiográfica no Portugal Medieval. O ímpeto literário do Conde de Barcelos justificava-se por sua origem: D. Pedro Afonso era filho natural de D. Dinis, o sexto rei de Portugal, cujo longo reinado

⁴³ MOREIRA, Filipe Alves. *Afonso Henriques e a primeira crônica portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008, p. 15 – 17. Disponível em: <<https://www.academia.edu/833611/>> Acesso em 24 Abr. 2019.

⁴⁴ Sobre qual crônica pode ser considerada, cronologicamente, a primeira crônica portuguesa, José Mattoso, no prefácio da edição de Julho de 2009 da revista *Medievalista Online*, promove um amplo debate do qual destacamos a seguinte citação: “A recente obra de Filipe Alves Moreira intitulada *Afonso Henriques e a Primeira Crônica Portuguesa* contém, em relação com uma matéria muito visitada (mais do que estudada ou investigada), algumas novidades que me parece deverem ser, por um lado, sublinhadas devido à sua importância histórica, e, por outro, aprofundadas em virtude do seu carácter inseguro, ou mesmo, a meu ver, discutível ou ambivalente. Ambos os aspectos merecem ser examinados porque os problemas implicados em cada um destes pontos de vista revestem uma certa importância histórica. Verifica-se aqui como o exame atento de certos pormenores aparentemente insignificantes de um texto pode alterar decisivamente o conhecimento que temos acerca de questões mais vastas. O texto a que o Autor chama *Primeira Crônica Portuguesa*, cuja principal versão é a *IV Crônica Breve de Santa Cruz de Coimbra* será, com efeito, propõe o Autor, a primeira obra em prosa de conteúdo histórico escrita em português. Evocando investigações bastante conhecidas, recordemos que a *IV Crônica Breve* foi considerada por L. F. Lindley Cintra como um texto dependente da chamada *Crônica de Veinte Reyes* e como fonte da matéria correspondente do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e da *Crônica Geral de Espanha* de 1344, do mesmo autor.” Para mais, indicamos: MATTOSO, José. A primeira Crônica Portuguesa. *Medievalista Online*, n°6, Jul. 2009. Disponível em <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-mattoso.htm>> Acesso em: 06 Mai. 2017.

fora marcado por intensa atividade cultural, sobretudo literária.⁴⁵ O conde, tendo sido criado na corte junto da família real e de seus outros irmãos, tanto os legítimos quanto os bastardos como ele, esteve em contato direto com tal ambiente que D. Dinis estimulava e promovia em sua corte e entre seu séquito.

Contudo, D. Pedro Afonso não era um cronista no mesmo sentido que Fernão Lopes, Zurara, Duarte Galvão e Rui de Pina, por exemplo, foram. Não podemos afirmar com precisão a motivação além do elã erudito que o levava ao ofício das letras. No entanto, sabemos que a empreitada de compilar o *Livro de Linhagens* e a *Crônica Geral de Espanha* fora um movimento particular de D. Pedro Afonso, desatrelado de quaisquer iniciativas régias de seu meio-irmão, D. Afonso IV, rei à época do término dessas obras. A diferença entre eles é facilmente detectável: o trabalho de Fernão Lopes e seus sucessores fora realizado sob ordem e encomenda da Coroa portuguesa, com a criação de um posto específico no corpo burocrático do reino para este fim. Desta maneira, como exploram Aires Nascimento e Maria João Branco, podemos distinguir a prática da escrita de um gênero cronístico em Portugal da existência do Croniciado, atividade oficial de escrita proto-históriográfica do reino português.

A historiografia portuguesa dos primeiros tempos da nacionalidade é representada por anais parciais e sem intenções marcadamente históricas; será só no século XIV que aparecerão textos com preocupação histórica e data dessa altura a proliferação de crônicas e gestas muito numerosas. Estas se reflectem por um lado a influência de uma tradição historiográfica latina, que na Península se encontrava firmemente implantada, e por outro a de cantares de gesta, não deixa de conhecer a produção árabe, de grande interesse. Conjugadas todas estas influências, os homens de Trezentos presentear-nos-ão com esses exemplos do começo da preocupação com a eternidade da memória de seus maiores. Esta ideia parece de facto estar subjacente na elaboração de grandes obras gerais (como as traduções e refundições que estão na base da *Crônica Geral de Espanha* ou o idêntico tratamento da *Crônica do Mouro Rasis* bem como a reelaboração dos livros de linhagens do conde D. Pedro) (...) A importância desta historiografia que tem já raízes distintas da historiografia alfonsina e que se polariza fundamentalmente em torno dos palácios do conde de Barcelos e do próprio rei é indesmentível. No entanto ainda não traz apenso o carácter nacionalista que caracterizará a produção posterior. Com efeito, nestes relatos ainda não podemos sentir a consciência

⁴⁵ Sobre a atividade cultural e intelectual durante o reinado de D. Dinis, cf.: OLIVEIRA, António Resende de. *A cultura das cortes*. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. (Coord.) *Portugal em definição de fronteiras – do condado portugalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996, pp. 660-685; BARROS, José D'Assunção. O rei e a cultura popular no trovadorismo ibérico. *Revista de Letras Norteamontes - Revista de estudos linguísticos e literários*, ed. 09, 2012.01, p. 77-91. Disponível em: <http://projetos.unemat-net.br/revistas_eletronicas/index.php/norteamontes> Acesso em: 07 Mai. 2017.

nacional a nortear a escrita, e as narrativas, cheias de maravilhoso e lenda, não evidenciam a rivalidade que a historiografia dos finais de Trezentos vai patentear. A primeira crise nacional, 1383 – 1385, e guerras subsequentes com a Coroa de Castela irão proporcionar as primeiras bases para o nascimento deste tipo de história, com o seu maior representante em Fernão Lopes. A partir deste, o cronicado régio começa a impor a visão oficial e a ocupar-se dos feitos heróicos dos nossos primeiros reis, iniciando uma senda que só a expansão ultramarina iria alterar, ao acrescentar ao cronicado régio narrativas de viagens e descrições das sagas dos descobridores.⁴⁶

Fernão Lopes, nascido no furor da Revolução de Avis e tendo vivido toda a sua vida sob o governo dos reinados avisinos, tornou-se um alto funcionário à serviço da Dinastia de Avis e, ao longo dos anos, exercera os postos de escrivão da puridade do infante D. Fernando, escrivão dos livros de D. Duarte, escrivão dos livros do rei D. João, tabelião-geral do reino de Portugal, guarda-mor da Torre do Tombo – cargo que ocupava em 1419, ano no qual começa o trabalho de escrita das Crônicas Régias – e, enfim, cronista-mor de Portugal a partir de 1434, durante o reinado de D. Duarte que, ainda infante, incumbira Fernão Lopes da escrita cronística.

Sobre a inauguração do Cronicado Régio, Anselmo Braamcamp cita um trecho da carta régia de D. Duarte que oficializa a realização da escrita das Crônicas Régias e que diz que Lopes deveria “(...) *poer em caronyca a estoria dos Reys que em Portugal forom Esso mesmo os grãdes feytos e altos do muy uertuoso E de grãdes uertudes ElRey meu Senhor e padre cuja alma Deos aja.*”⁴⁷ A mesma carta régia define a remuneração que Fernão Lopes receberia pela tarefa cronística, tal como elucida Maria do Amparo Tavares Maleval: “*Para tanto, recebia uma tença anual de 14.000 reais brancos, sendo que nesse cargo seria confirmado em 1439 por Afonso V, através da rainha regente [D. Leonor de Aragão]; e em 1449 a tença ser-lhe-ia aumentada para 20.000 reais.*”⁴⁸

Sobre a biografia de Fernão Lopes, recorremos a António José Saraiva em sua obra que leva o nome do cronista e que versa sobre o tema, alinhavando-o com o contexto histórico no qual Fernão Lopes viveu e trabalhou. Cremos ser importante compreender um pouco de suas origens para tentar perceber o porquê de ter sido este o escolhido de D.

⁴⁶ NASCIMENTO, Aires A.; BRANCO, Maria João. O III Concílio de Toledo e a historiografia portuguesa: do silêncio consentido à utilização deliberada. In: AZEVEDO, Carlos A. Moreira (Dir.). *Lusitania Sacra* – Tomo IV. Lisboa: Centro de Estudos de História Eclesiástica, Universidade Católica Portuguesa, 1992, p. 382 – 383.

⁴⁷ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, Livro 19º, fl. 22. In: FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Introdução à Crônica de D. João I*, Ed. do Arquivo Histórico Português, 1915 – Fac-símile, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, p. V – XLIV.

⁴⁸ MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Op. Cit.*, p. 22.

Duarte para o ofício do cronicado. Saraiva afirma que o cronista

(...) se não provinha de uma família de mesterais, o que era muito provável, Fernão Lopes casou pelo menos numa família de mesterais, pois que sua mulher era tia de um sapateiro, para o qual nosso escritor, utilizando as suas relações na Corte, pediu privilégios⁴⁹

Fernão Lopes era tabelião-geral do reino antes de envolver-se com o cuidado das letras da realeza: percorria o reino realizando trabalhos notariais privados e públicos como forma de ganhar seu sustento. Como é que Fernão Lopes, de um tabelião-geral itinerante, chega aos mais altos salões avisinos, as fontes não nos dão conta. Também não sabemos qual seria seu exato grau de instrução, se frequentara ou não o Estudo Geral,⁵⁰ por exemplo. O que sabemos é que ingressa na convivência e no trabalho cortesão a serviço do infante D. Fernando, como já mencionamos.

Parece-nos uma indicação das novas prerrogativas do reino que o escolhido da Corte para o minucioso trabalho de escrever sobre Portugal, sua história e seus reis tenha sido um homem da arraia-miúda, nascido num reino profundamente modificado pela Revolução de Avis, oriundo do grupo social que tanto apoiara o rei durante os processos de subida ao trono. Distante da clerezia e desatrelado das relações nobiliárquicas que orientavam a escrita de textos proto-historiográficos anteriores ao ofício do cronicado em Avis, Fernão Lopes, leigo e vilão, serviria aos propósitos legitimadores da literatura moralizante avisina e às necessidades de imposição de poder da nova realeza, uma vez que sua perspectiva seria capaz de construir um discurso particular da Dinastia de Avis.

Quando de seu recrutamento para a tarefa literária que executaria até a velhice,

⁴⁹ SARAIVA, António José. *Fernão Lopes*. Lisboa: Europa América, s/d, p. 14.

⁵⁰ Carlos Guardado da Silva trata da fundação e dos propósitos do Estudo Geral ao falar de sua posição nas cidades de Lisboa e Coimbra: “Mas também na cidade, num tempo em que a maioria dos homens não conhecia a leitura e a escrita, D. Dinis fundou a primeira universidade portuguesa, decidiu criar o Estudo Geral de Lisboa, em 1 de Março de 1288, na Pedreira, onde funcionaria até ser transferido para Coimbra em 1308, devido à vivência conflituosa entre os estudantes e os cidadãos de Lisboa, concretizando-se, porém, apenas em 15 de Fevereiro de 1309. Um documento datado de Montemor-o-Novo, de 12 de Novembro de 1288, enviado ao papa Nicolau IV, solicitava-lhe a confirmação e a protecção de um Estudo Geral fundado em Lisboa com o consentimento do monarca, o qual seria financiado com as rendas de diversos mosteiros e igrejas portuguesas, entre os quais se encontrava São Vicente de Fora, de modo a sustentar os seus professores, maioritariamente da diocese de Lisboa⁴¹. A confirmação da fundação teria lugar pela bula *De Statu Regno Portugalie*, de 9 Agosto 1290. Teria Artes, Cânones, Leis e Medicina, vindo instalar-se na cidade diversos estudantes e professores, a quem o monarca concedia a sua protecção. Importava ao rei a promoção do conhecimento das leis, indispensável ao bom governo dos povos, formação jurídica que poderia ser, desde então, adquirida fora dos círculos controlados pelas instituições eclesiásticas, ao mesmo tempo que o clero teria ali a forma de adquirir uma melhor preparação.” Para mais, cf. SILVA, Carlos Guardado da. Lisboa: de cidade de fronteira à afirmação da capital do reino: 1147-1383. *Férula: Revista da Associação para estudos históricos interdisciplinares*. Lisboa: Instituto Prometeus, mar. 2013. N.º 3, p. 24-34. Disponível em: <http://issuu.com/institutoprometeus/docs/revista_ipaehi_f_rula_n_3> Acesso em: 03 Jun. 2019.

Fernão Lopes exercia a função de guarda-mor da Torre do Tombo, o arquivo geral do reino, implementado por D. Fernando e instalado no Castelo de São Jorge. Neste posto desde pelo menos o ano de 1418, Fernão Lopes tinha acesso irrestrito a inúmeros documentos da Coroa portuguesa e trabalhava próximo do rei e dos infantes, que lhes atribuíram diversas tarefas paralelas que ele executara durante todo o serviço na Torre do Tombo.

Para continuarmos nossa análise do Croniciado e compreender como a proximidade entre letrados e realeza colaborou na construção de uma relação de legitimação através do trabalho literário – e proto-historiográfico, lançamos nosso olhar ao local físico no qual o trabalho do cronista acontecia: a Torre do Tombo. Para isto, precisamos observar o *que* era a Torre do Tombo no Portugal medieval, como este local torna-se a albergaria do arquivo real e, por isso, transformou-se também em um centro letrado que contribuiu para a efervescência literária e burocrática do período avisino.

Figura 1: Mapa da cidade de Lisboa, exibindo a localização da *Bab-al-Bahr* e do Castelo de São Jorge, bem como suas muralhas e seus principais bairros.

Fonte: OLIVEIRA MARQUES, A. H.; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar. *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 55; apud COSTA, Bruno Marconi da. [Tese de Doutorado] *Os mestres de ofício da Lisboa Medieval – uma análise comparada de sua atividade política entre os séculos XIII e XIV*. Programa de Pós-Graduação em História Comparada; Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, p. 205 (adaptado).

Crê-se que os documentos do arquivo régio se localizavam, durante o século XIII, na Torre da Escrivania – no limite oriental da Muralha Dionisina, junto à Cerca Moura

e à *Bab-al-Bahr*, a Porta do Mar⁵¹ – tendo sido alocados ali pelo rei D. Dinis, em uma tentativa de organizar sistematicamente os papéis da Coroa, antigos ou coetâneos ao seu reinado.⁵²

Em 1378, D. Fernando determina que os documentos régios fossem movidos da Torre da Escrivaninha e instalados no Castelo de São Jorge, em Lisboa, numa de suas torres. O rei ordena que ali se constituísse o Arquivo da Casa da Coroa que, com o tempo, ganharia o apelido de *Torre do Tombo* “por aí se encontrar guardado o mais antigo livro de *Recabedo Regni*, ou Tombos da Coroa.”⁵³. Neste lugar permaneceram os documentos régios até o fatídico Terremoto de 1755, que arruinou a cidade de Lisboa.

O Castelo de São Jorge fora transformado em Paço Real – Paço da Alcáçova – no século XIII e abrigava a Corte quando esta estava em Lisboa, membros da alta nobreza e da alta clerezia. Transferir o Arquivo da Casa da Coroa para este local, o centro geográfico e simbólico do poder no Portugal tardomedieval, indicava uma característica marcante do reinado de D. Fernando: as tentativas crescentes de concentração do poder na figura do rei, uma tendência que também se verificaria nos reinados de D. Pedro I e D. João, pai e irmão do rei – seu antecessor e sucessor, respectivamente.⁵⁴

Assim, é possível estabelecer a ligação entre a Torre do Tombo e o ofício do Croniciado no Portugal avisino: a importância do conhecimento acerca da localização do arquivo régio a partir do século XIV e das circunstâncias que o levaram para este lugar passa pela compreensão de onde estavam os cronistas – geográfica e socialmente – no cenário da Corte portuguesa do tardomedieval. É possível concluir, por exemplo, que circulassem diariamente pelo Paço da Alcáçova, convivendo em grande proximidade da realeza, do alto clero e da alta nobreza – pessoas para as quais trabalhavam – testemunhando os debates cotidianos do governo e registrando documentos que poderiam ser completamente prosaicos ou referentes a questões políticas, militares e sociais mais profundas do reino.

Os espaços da Corte avisina, modificada em relação ao séquito dos reis anteriores,

⁵¹ Para mais sobre a Torre da Escrivaninha e o primeiro local do arquivo régio, ver: RIBEIRO, Fernanda. Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?, p. 1402. In: FONSECA, Luís Adão; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Mendes Ferreira. *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2003. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1240.pdf>> Acesso em: 06 Mai. 2017

⁵² LEITÃO, Manuela. Muralhas de Lisboa. *Rossio, Estudos de Lisboa*, n. 3, Maio de 2014, p. 72-73.

⁵³ RIBEIRO, Fernanda, *Op. Cit.*, 2003, p. 1403.

⁵⁴ Sobre as tentativas de concentração de poder dos reinados de D. Pedro I e seu filho D. Fernando, indicamos: SOUSA, Armindo de. *Op. Cit.*, 1997, p. 409-414.

abrigaria uma maior diversidade de pessoas e suas respectivas origens devido às novas necessidades políticas e burocráticas da nova dinastia. O ato de D. Fernando, de aproximar o Arquivo da Casa da Coroa do ambiente cortesão, incidentalmente traz ao convívio das elites do período avisino uma nova gama de pessoas: os letrados e burocratas que antes circulavam mais em torno da Torre da Escrivaninha e das proximidades do Estudo Geral.⁵⁵ Sobre a dupla função de cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo, nos elucida José Veríssimo Serrão:

Na segunda metade do século XV, o cronista régio acumulava as funções de guarda das escrituras do Tombo, ou seja, chefe do arquivo da Coroa. Tal situação obrigava-o a passar certidões dos documentos e permitia-lhe examinar velhos papéis que serviam de base para os seus trabalhos. Era pois, ao mesmo tempo, um escritor e um funcionário, cabendo-lhe «poer em caronyca as estorias dos Reys» e zelar pela arrumação dos actos régios e privados que se guardavam no castelo de Lisboa.⁵⁶

Esta é, então, a importância da ligação entre a Torre do Tombo e sua guarda-mor com o ofício do Croniciado: os cronistas-mores, por exercerem também a função de guardas-mores da Torre do Tombo, não apenas tinham à sua disposição os documentos da Coroa irrestritos para seu acesso, também possuíam uma perspectiva única de observação de seus objetos de estudo, devido ao fato de a Torre do Tombo localizar-se no centro físico do poder régio português. Isto convinha à Dinastia de Avis, que inaugurara o Croniciado Régio, tanto pela possibilidade de controlar e influenciar o trabalho do cronista e seu discurso, quanto para oferecer ao público-alvo das obras uma rara perspectiva, de certa forma interna, dos atos da Coroa avisina na governança de Portugal. Isto verifica-se, sobretudo, ao lançarmos nosso olhar para o cronista pioneiro do Croniciado Régio: Fernão Lopes escrevera a Crônica de um rei o qual conhecia pessoalmente e com o qual trabalhara diretamente; D. João I.

Do *scriptorium* da Torre do Tombo saem quatro guardas-mores que pertenceram ao grupo dos cinco principais cronistas-mores do reino de Portugal: Fernão Lopes, o pioneiro do croniciado régio;⁵⁷ Gomes Eanes de Zurara, seu sucessor no posto de guarda-mor;⁵⁸ Rui de Pina, que era válido, secretário pessoal e cronista privado do infante D.

⁵⁵ COSTA, Mario Alberto Nunes. *Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991, p. 52-53. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=3OinrQInUMgC>> Acesso em: 23 Abr. 2017.

⁵⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*. Biblioteca Breve, vol. 3. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1977, p. 7.

⁵⁷ MALEVAL, Maria do Amparo. *Op. Cit.*, 2010, p. 21.

⁵⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. Cit.*, 1977, p. 27-40.

João – o futuro D. João II – e guarda-mor da Torre do Tombo a partir de 1497;⁵⁹ e Damião de Góis, fidalgo humanista nomeado 11º guarda-mor da Torre do Tombo em 1548, cargo que ocupa até 1571, quando fora preso pela Santa Inquisição.⁶⁰

O único dos principais cronistas-mores que não ocupara também o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo fora Duarte Galvão. Contudo, ele, que fora cronista-mor simultaneamente a Gomes Eanes de Zurara durante o reinado de D. Afonso V por um curtíssimo período, no ano de 1460, exercera outros cargos públicos de importância equivalente, a saber: secretário pessoal de D. Afonso V, secretário pessoal de D. João II, alcaide-mor de Leiria e embaixador de Portugal no Sacro Império Romano Germânico, na França e em Roma, junto ao Papa Alexandre VI.⁶¹

O fato de todos os principais cronistas-mores de Portugal estarem tão intrinsecamente atrelados ao serviço da Coroa e tão fisicamente próximos de reis e infantes durante o exercício de suas funções, fosse na Torre do Tombo ou em outros tipos de serviços à política régia, nos confirma o que anteriormente afirmamos: a literatura moralizante avisina era um projeto político da própria Coroa portuguesa que, apoiando-se em seu aparato burocrático específico e exclusivo, serve-se de homens de confiança e estofo intelectual para criar e difundir um discurso afirmador de legitimidade, instituidor de continuidade e gerador de memória para a Dinastia de Avis.

Sendo a literatura moralizante avisina, como afirmamos, um instrumento de imposição e demonstração de poder dentro do sistema de articulação política da Dinastia de Avis⁶² e, sobretudo, sendo a literatura em si um sistema simbólico de poder⁶³ suscetível de utilização como artifício político; podemos observar como o croniciado era um veículo de poder da Dinastia de Avis, difundindo na sociedade portuguesa – tanto horizontal quanto verticalmente – a mensagem que a ordem régia avisina necessitava que fosse transmitida, fosse esta ideológica, política ou filosófica. No entanto, isto não quer dizer que os cronistas-mores de Portugal seriam marionetes a serviço da Coroa para fazer a propaganda acrítica dos reinados, do reino e dos reis, mas apenas que estes autores estavam imersos na ideologia avisina – tanto os primeiros, influenciados pelos

⁵⁹ *Ibid.*, p. 53-67.

⁶⁰ BUESCU, Ana Isabel. Damião de Góis (1502-1574). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2005. Disponível em: <<https://www.academia.edu/29932588>> Acesso em 08 Mai. 2017.

⁶¹ AZEVEDO, Ricardo Charters de. Duarte Galvão, Alcaide-mor de Leiria. *Cadernos de estudos leirienses*, n. 1, Maio de 2014. Disponível em: <<http://www.academia.edu/8378611>>. Acesso em 23 Abr. 2017.

⁶² HOFFMANN, Raquel. *Op. Cit.*, 2015, p. 182.

⁶³ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, 1989, p. 10.

desenrolares e impactos da Revolução de Avis, quanto os demais, testemunhas dos processos da expansão marítima. Estando estes cronistas tão próximos dos núcleos de poder, a escrita das crônicas era diretamente influenciada pelo contexto no qual seus escritores viviam e trabalhavam.

A produção cronística portuguesa não se limita às obras compostas durante a Dinastia de Avis e nem às temáticas diretamente referentes ao poder régio: ela se estende antes de D. João e depois do rei-cardeal D. Henrique, sem retomar, contudo, o vulto significativo alcançado durante o período avisino. A última obra que atribuímos à literatura moralizante avisina, *Os Lusíadas*, vale-se das Crônicas Régias como fontes referenciais pois, segundo José Maria Rodrigues⁶⁴, elas eram, naquele momento, a *história oficial do reino*.⁶⁵ Concordamos com Rodrigues pois, conforme pudemos observar, as Crônicas Régias foram compostas com esta finalidade, a de servir como a história de Portugal narrada através de um discurso-símbolo da perspectiva interna do poder régio avisino.

Os meios culturais não eram as únicas maneiras de manejo do poder através das letras no tardomedieval português. O registro burocrático-jurídico das ações régias também era uma forma de exercer, impor, gerar, afirmar e demonstrar poder, sendo esta mais direta e de resultados mais práticos, imediatos e evidentes. Nesse sentido, a Dinastia de Avis valia-se de um aparelho burocrático herdado da Dinastia de Borgonha, a Chancelaria Régia.

O papel da Chancelaria Régia

Enquanto o uso sistemático da literatura como veículo de poder fora uma inovação instaurada pela Dinastia de Avis na prática política portuguesa, outro instrumento – este herdado da infraestrutura burocrática dos antepassados de Borgonha – dava às ações régias uma voz mais direta e mais implacável: a Chancelaria Régia. Esta era o órgão administrativo do poder régio português encarregado de redigir, regulamentar, lavrar e expedir os atos, leis e decretos de autoria da Coroa, mais especificamente, dos reis de Portugal. Ela também validava documentos de particulares que eram submetidos ao exame do órgão e necessitavam de reconhecimento, atribuição de caráter público ou aval do rei. A Chancelaria Régia existira enquanto aparato definido na lógica administrativa do Reino de Portugal desde – pelo menos – o reinado de Afonso II, no século XIII, sendo

⁶⁴ RODRIGUES, José Maria. *As fontes dos Lusíadas*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 33.

seu embrião originário já do acúmulo de documentos esparsos dos primeiros reinados, de Afonso Henriques a Sancho I, e que cresce à medida que os reis e seu corpo de funcionários promovem a composição de livros de registro que os pudessem organizar e comportar os novos documentos que eram produzidos pela administração. Segundo Avelino de Jesus Costa, daí vem sua principal característica – a Chancelaria Régia contava com a participação diligente dos reis em suas atividades:

O Rei intervinha directamente em todos os assuntos, despachando-os, em pessoa, com os funcionários encarregados dos diversos sectores da Administração pública, mas todos os actos a eles respeitantes eram lavrados e autenticados na Chancelaria real sob a responsabilidade do Chanceler. A documentação lavrada fora da Chancelaria tinha de passar por esta para aqui ser registada e selada.⁶⁶

Ou seja, não apenas a Chancelaria era responsável pelo registro e guarda dos documentos da Coroa, mas era também o mais próximo que o próprio rei tinha de um gabinete de ofício, uma via de ação prática na qual tanto ele poderia estar mais próximo dos acontecimentos prosaicos e burocraticamente cotidianos da governação do reino quanto seus súditos poderiam recorrer ao rei como máxima autoridade e última instância jurídica na resolução de questões e querelas. Com o transcorrer do século XIV, a estrutura jurídica da administração do reino sofre um processo de complexificação, com o surgimento de órgãos de atribuições específicas como a Casa dos Contos, encarregada das receitas e despesas do reino e do rei; a Casa do Cível, para o julgamento das questões que apelavam para a decisão do rei; e a Casa da Suplicação, o mais alto tribunal do reino, responsável pela decisão de assuntos supremos e que, assim como a Chancelaria, itinerava pelo reino junto ao rei.⁶⁷ Pela Chancelaria, então, além das questões advindas diretamente da Coroa, passariam a partir do século XIV, os casos que tais órgãos não poderiam resolver sem uma decisão real. Judite Freitas nos expõe, dessa maneira, a posição da Chancelaria Régia no contexto do poder régio no medievo português:

A Chancelaria é a sede da governação, constituindo-se como o principal órgão da administração central, tanto em recursos humanos como em meios especializados na produção, organização e guarda dos documentos régios. A natureza da actividade desenvolvida por este órgão central condiciona o seu funcionamento, o comportamento dos

⁶⁶ COSTA, Avelino de Jesus. A Chancelaria real Portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. *Revista da Faculdade de Letras: História*, n° 13, 1996, p. 72.

⁶⁷ Segundo Helena Maria Matos Monteiro, “a *itinerância dos vários grupos da Corte é feita de forma alternada*.” Ou seja, enquanto o rei parte para uma cidade, o corpo burocrático ainda demoraria um pouco para segui-lo com todo o aparato – pessoal, arquivos, materiais, recursos – assim é possível inferir que os aparelhos burocráticos possuíam certa autonomia de ação em relação ao rei e à Corte. Para mais, ver: MONTEIRO, Helena Maria Matos. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais (1464-1465)*. [Dissertação de Mestrado]. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 1997, p. 6.

agentes que nele trabalham, o processo e resolução das petições chegadas à Corte, matéria do âmbito da actividade dos oficiais afectos ao despacho e escrita de diplomas pela Chancelaria régia.

Neste contexto, podemos dizer que a Chancelaria desempenha uma função administrativa porque nela se reflecte a actividade de boa parte dos serviços da administração régia (...) e uma função política porque evidencia a dinâmica da governação do príncipe. A classificação diplomática dos actos registados nos livros da Chancelaria permite uma análise das atribuições dos ofícios régios, mas também permite ver quais os domínios privilegiados pela intervenção do Estado, v.g. Justiça, Fazenda, Graça e Administração Geral. Os documentos da Chancelaria régia constituem um dos elementos-chave para o estudo da política do príncipe.⁶⁸

Uma das figuras de representação do rei na sociedade tardomedieval portuguesa, segundo Armando Luís de Carvalho Homem,⁶⁹ é a do *rex iudex*, ou seja, o rei-juiz que é, simultaneamente, protetor, legislador e justiceiro, sendo o exercício da justiça uma das principais prerrogativas do ofício real e, com a complexificação da administração régia e a centralização paulatina do poder real português ao transcorrer dos séculos XII e XIV, tal aspecto do poder se consubstancia na existência e atividade da Chancelaria Régia, encabeçada pelo rei e capitaneada pelo chanceler do reino os demais funcionários encarregados da infraestrutura das atividades da Chancelaria. Nesse sentido, o Chanceler do Reino deveria ser um valido muito próximo do rei, um servidor no qual o monarca pudesse confiar um serviço de tamanha importância. Avelino de Jesus Costa nos fala sobre o chanceler:

Sendo o chanceler o homem de confiança do Rei e seu representante junto do Povo «he de seer medianeiro antre nós e a nossa gente», na sua nomeação, além da cultura jurídica e de peculiares qualidades intelectuais e morais, influíam a amizade do Rei e a prática de funções subalternas. Deu-se o primeiro caso com os chanceleres Estêvão Anes, que D. Afonso III declara seu fiel amigo e dedicado servidor e D. Domingos Anes Jardo, grande privado de D. Dinis.

(...) A posição hierárquica do chanceler e a sua cultura davam-lhe grande influência na vida política, (...). Eram, às vezes, encarregados de missões especiais, como Lourenço Anes Fogaça, que o Mestre de Avis, quando Regedor do Reino, mandou como embaixador à Inglaterra, ficando a substituí-lo o célebre Doutor João das regras. A entrega dos selos régios ao chanceler constituía, a bem dizer, o acto da sua investidura no ofício e uma prova de confiança do

⁶⁸ FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. Chancelarias régias quatrocentistas portuguesas: produção manuscrita e aproximação político-diplomática. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2009, n. 2, p. 138.

⁶⁹ CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279 – ca. 1521). *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 1, n.1, Jan-Jul 2008. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT, p. 20

Rei.⁷⁰

Assim, instalar no cargo de chanceler um valido de confiança demonstrava como a Chancelaria era um importante instrumento de exercício de poder político no reino de Portugal, não apenas por sua funcionalidade prática e burocrática, mas como uma máquina pública – e legítima – de demonstração de força política dos reis de Portugal. Sobre os demais cargos da Chancelaria Régia e como articulavam-se politicamente, Sooraya Karoan Lino de Medeiros nos elucida:

A Chancelaria era uma das instituições, juntamente com os tribunais e aquelas que se dedicavam aos impostos, completamente estruturadas no período e seus principais funcionários eram o chanceler-mor, o vedor da Chancelaria, o escrivão da puridade, o secretário, o vedor da fazenda, o almotacé-mor, o desembargador das petições, o coudel-mor, o procurador dos feitos de el-Rei, o monteiro-mor e o corregedor da Corte.⁷¹

Os mais altos cargos burocráticos do reino – chanceler e escrivão da puridade⁷² – seriam confiados apenas a funcionários de grande relevância dentro do contexto sociopolítico do reino, o que arregimentaria diversas outras forças sociopolíticas que agiriam a favor ou contra a essas escolhas. Ademais, a partir destes oficiais da justiça medieval, construía-se uma intrincada rede jurisdicional subalterna que serve como olhos e ouvidos do chanceler através do reino – juízes, corregedores, ouvidores, procuradores – que possibilitavam o funcionamento deste aparato jurídico-político. No caso da Chancelaria de D. João I, o chanceler fora Lourenço Anes Fogaça, de 1385 a 1433, responsável por toda a documentação advinda da Coroa durante o primeiro reinado avisino. O cargo de escrivão da puridade, no entanto, possuía diversos ocupantes, entre eles o já mencionado Fernão Lopes e, em 1402, por exemplo, o cargo seria ocupado por Gonçalo Lourenço.⁷³

Para esta tese de doutoramento, valemo-nos da Chancelaria de D. João I, digitalizada e disponibilizada integralmente pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁷⁰ COSTA, Avelino de Jesus. *Op. Cit.*, 1996, p. 80-82.

⁷¹ MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. [Tese de Doutorado] *Norma e prática – os papéis das mulheres no reinado de D. João II (1481–1495)*. Programa de Pós-Graduação em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013, p. 44.

⁷² Para que possamos compreender o lugar do chanceler – chamado de chanceler-mor a partir de fins do século XIV – e do escrivão da puridade na hierarquia burocrática dos reinados avisinos, Avelino de Jesus Costa faz um exercício de imaginação e diz que, se o chanceler-mor seria o equivalente a um Ministro da Justiça contemporâneo, o escrivão da puridade seria equivalente a um Primeiro Ministro. O autor baseia este posicionamento de cargos nas quantias pagas a cada um definidas no Regimento do Pessoal da Casa do del Rei D. João I: 15.600 libras para o Escrivão da Puridade e 9.000 libras para o Chanceler. Para mais, ver: COSTA, Avelino de Jesus. *Op. Cit.*, 1996, p. 84.

⁷³ COSTA, Avelino de Jesus. *Op. Cit.*, 1996, p. 80.

Compilada em cinco volumes de códices, totalizando 886 fólios, a Chancelaria de D. João I obedece o padrão de categorização de suas antecessoras – sendo os registros divididos em cinco categorias principais: a), registros da Chancelaria em si – doações, privilégios, concessões, recolhidas, atribuições, entre outros; b) inquirições; c) tributos a serem pagos ao Rei ou à Coroa, além de serviços a serem prestados; d) inventário dos benefícios eclesiásticos dos quais o Rei era padroeiro; e) tombo ou cadastro de propriedades com valor, natureza e confrontações.⁷⁴

Antes do aprofundamento da análise dos documentos de chancelaria⁷⁵, é preciso destacar dois problemas que se imputam ao historiador que toma a vereda da pesquisa das Chancelarias Régias e, em especial, das Chancelarias de D. João I: o primeiro é a reforma do acervo do arquivo régio, promovida por Gomes Eanes de Zurara durante o reinado de Afonso V; o segundo, por sua vez, é o Terremoto de Lisboa, ocorrido em 1755.

D. Afonso V (1439-1481) incumbira Gomes Eanes de Zurara, então guarda-mor da Torre do Tombo, com a tarefa de reformar os registros das chancelarias anteriores. Alegava-se que a necessidade da reforma advinha da dificuldade de se encontrar determinados documentos e esta ação fora justificada nos preâmbulos do Livro 1 da Chancelaria de D. Duarte:

muitos livros dos registos dos reis pasados onde seus naturaes faziam grandes despesas buscmando algumas cousas que lhes compriam por razam da grande prelegidade de scripturas que se nos ditos registos continham sem proveyto mandou que se tirassem em este liuro aquellas que sustanciaaes fossem pera perpetua memoria.⁷⁶

O crivo do guarda-mor e dos demais funcionários da Torre do Tombo fora a base de julgamento sobre quais arquivos seriam “substanciais para perpétua memória” e quais não seriam. Os documentos preservados foram copiados sob a supervisão de Zurara e não sobrou nada de sua organização temporal e topográfica original, que até então compreende-se que seria feita por ano de reinado “conhecidos não pelo seu número de ordem, mas pelo ano ou Era a que diziam respeito”⁷⁷. Sobre a execução da reforma de Afonso V capitaneada por Zurara, Avelino de Jesus Costa afirma:

Dos vinte e sete volumes existentes, só uns treze ou catorze se podem considerar originais, mas destes últimos três não são registos, dois são registos dos Contos e não da Chancelaria e dois foram

⁷⁴ *Ibid.*, p. 90.

⁷⁵ Esta análise é realizada no Capítulo II desta tese.

⁷⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 1. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813669>> Acesso em: 08 Mai. 2017.

⁷⁷ COSTA, Avelino de Jesus. *Op. Cit.*, 1996, p. 96.

organizados no princípio do século passado por Francisco Nunes Franklin, ajudante de escrivão da Torre do Tombo, que juntou fragmentos dispersos encontrados no Arquivo. A existência de um tão reduzido número de volumes para o longo período de 221 anos (1217-1438) deve-se, em grande parte, à chamada reforma dos registos da Chancelaria feita pelo guarda-mor da Torre do Tombo e cronista, Gomes Eanes de Zurara (...) Zurara fez a triagem que muito bem entendeu nos registos originais de D. Pedro I, D. Fernando, D. João I e D. Duarte, encarregando o escrivão da Torre do Tombo, Fernando de Elvas, de copiar, por extenso, os documentos de maior importância e de dar um resumo dos outros, omitindo os que foram considerados inúteis, pondo-se-lhe ao lado a palavra “escusada”.

Com esta operação, Fernando de Elvas compilou num volume dos registos de D. Pedro I; em dois volumes, dezassete registos de D. Fernando, em quatro volumes, quarenta e oito registos de D. João I, e em um volume, os cinco registos de D. Duarte.⁷⁸

Quatro dos cinco livros da Chancelaria de D. João I são, portanto, registos *reformados* ou *copiados* e apenas um deles é o que se chama de registro *primitivo*. Não é possível saber, devido à ausência de índices originais, quantos documentos da Chancelaria de D. João I se perderam no processo, mas aqueles que foram considerados nem tão relevantes para ser copiados na íntegra e nem tão irrelevantes para serem eliminados, constam nos registos reformados como um pequeno resumo de seu conteúdo, marcando apenas sua existência, o que minimiza o problema, mas não o soluciona completamente⁷⁹. Entre as outras chancelarias que sofreram a mesma intervenção, estão as de D. Dinis, D. Pedro I, D. Fernando e D. Duarte.⁸⁰

O outro fator problemático para o trabalho de análise das Chancelarias Régias Portuguesas é o dano causado nos arquivos da Torre do Tombo pelo terremoto que acometeu Portugal e, especificamente, a cidade de Lisboa no ano de 1755. Em 1º de Novembro de 1755, durante a manhã, um terremoto seguido de um maremoto destrói Lisboa e, como se isso não fosse suficiente, diversos incêndios também avassalam o que sobrava da cidade. A Torre do Tombo, em ruínas, derrama seus arquivos pelos escombros do Castelo de São Jorge e a memória do reino estava ameaçada de extinção.

No rescaldo da catástrofe, Portugal convulsionava para tentar se reerguer⁸¹ e, entre as iniciativas, estava a recuperação, reorganização e realocação dos arquivos da Torre do Tombo. À época do sismo, o guarda-mor da Torre do Tombo desde 1745 era o engenheiro

⁷⁸ *Ibid.*, p. 95-96.

⁷⁹ FREITAS, Judite. *Op. Cit.*, 2009, p. 148.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 139.

⁸¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre o impacto imediato, sociopolítico e cultural do Terremoto de 1755, indicamos: FERRO TAVARES, Maria José; AMADOR, Filomena; SERRANO PINTO, Manuel. O Terramoto de Lisboa de 1755: tremores e temores. *Cuadernos Dieciochistas* n°6, 2005. Disponível em: <<https://www.academia.edu/2483852>> Acesso em 06 Mai. 2017.

Manuel da Maia, que tomou para si a tarefa – hercúlea – de reorganizar 600 anos de arquivos e reconstruir suas instalações. Fernanda Ribeiro, ao questionar-se sobre como seria a estrutura dos arquivos da Casa da Coroa antes da reforma de Zurara e do terremoto de Lisboa, nos elucida sobre como se realizou a reorganização de Manuel da Maia.

Em pleno século das luzes, as concepções iluministas tiveram influência nos critérios adoptados para a reestruturação do arquivo. A primitiva ordem dos documentos e das séries arquivísticas perdeu-se com o desmoronamento e no meio dos escombros a documentação ficou numa completa balbúrdia. Grande parte dos livros sofreram danos nas encadernações, que se desfizeram, levando à separação de cadernos e folhas, e os documentos avulsos ficaram desprovidos da ordenação que tinham. A sua reconstituição não procurou recuperar a ordem original, antes se pautou por métodos “em moda” na época, ou seja, as classificações metódicas, de base intelectual e não orgânica. Assim, nasceram séries factícias de documentos (por vezes designadas colecções), ordenadas cronologicamente, segundo uma perspectiva que privilegiava já, em grande medida, o valor histórico dos mesmos.

(...) A organização imposta ao arquivo após o terramoto adulterou, portanto, a sua primitiva lógica interna, resultante de uma natural acumulação de documentos, produzidos no contexto da administração régia, numa fase inicial, e da administração do Estado moderno, a partir do século XVI. Repositório da informação gerada no seio das instituições administrantes do país, o arquivo da Torre do Tombo espelhava certamente a estrutura orgânica e funcional das respectivas entidades produtoras, mesmo que tal estrutura não se encontrasse reflectida e expressa formalmente numa notação classificativa.⁸²

A partir da reorganização de Manuel da Maia, o arquivo real – e, com ele, as Chancelarias Régias – foi, a princípio, abrigado numa barraca de madeira na Praça das Armas do Castelo de São Jorge e, posteriormente, levado para sua alocação definitiva no Mosteiro de São Bento, onde começara então o lento trabalho de reordenação. Como consequência, tanto do sismo quanto da reorganização do arquivo, nossas referências estruturais da organização das Chancelarias são oriundas dos esforços de compilação realizados então. Avelino de Jesus Costa acusa os iluministas do século XVIII de causar “*desordem cronológica*” nos arquivos de Chancelaria “*pela falta de cuidado havido na altura da encadernação (...) chegando-se a colocar folhas e cadernos de um reinado misturados com os de outro*” ilustrando suas acusações, ainda, através do exemplo de que há oito fólios na Chancelaria de D. Afonso V (fl. 37 a 44) que pertencem, na verdade, à Chancelaria de D. Afonso IV.⁸³

O desafio de realizar uma análise dos documentos de qualquer uma das

⁸² RIBEIRO, Fernanda. *Op. Cit.*, 2003, p. 1402.

⁸³ COSTA, Avelino de Jesus. *Op. Cit.*, 1996, p. 95.

Chancelarias Régias Portuguesas dos reinados de Borgonha e Avis, aumenta consideravelmente, contudo, se estreitarmos nosso escopo para as fontes documentais que se referem, de quaisquer maneiras, às rainhas portuguesas. Manuela Santos Silva, em sua biografia sobre a rainha Filipa de Lencastre, nos expõe o panorama praticamente inexequível que se apresenta a quem deseja estudar documentos régios das rainhas portuguesas:

De uma forma geral são muito poucos os documentos de que se dispõe para poder caracterizar a chancelaria das rainhas. Em quase todos os reinados foram raros os que sobreviveram no seio dos livros de chancelaria de seus maridos. Tudo indica que, entre os considerados dispensáveis na reforma da Torre do Tombo levada a cabo entre os reinados de D. Afonso V e de D. João III, estariam muitos dos documentos outorgados pelas rainhas ou que tinham sido emanados de suas chancelarias pessoais.⁸⁴

Ainda que o panorama apresentado por Manuela Santos Silva seja nada menos que desanimador, é possível que tracemos uma estratégia de ação que satisfaça nossos objetivos de análise do impacto de D. Filipa na legitimação da Dinastia de Avis através do modelo utilizado por Isabel de Pina Baleiras em sua dissertação de Mestrado realizada pela Universidade de Lisboa⁸⁵, na qual analisa o papel político da rainha Leonor Teles: rastrear a influência da rainha por intermédio de suas aparições na documentação da Chancelaria de seu marido, D. Fernando. Isso justifica-se por concordarmos com a autora e com Manuela Santos Silva no que diz respeito ao exercício de poder régio no medievo português: a monarquia portuguesa era *partilhada*.

Em dissertação de Mestrado defendida em finais de 2008, Isabel de Pina Baleiras constatara já que o rei D. Fernando chamara com alguma frequência sua mulher D. Leonor a assinar com ele ou, pelo menos, a figurar como coautora de algumas cartas de doação destinadas quer a personagens privadas, quer a instituições religiosas. Sem que se possa considerar tratar-se de uma coincidência, os beneficiados dessas doações conjuntas eram normalmente os vassallos e as instituições de maior prestígio no reino (...) D. João seguiu uma política muito semelhante. (...) no caso dos fundadores da dinastia de Avis [que] esta partilha dos poderes régios, no que respeita à concessão de graças e mercês aos vassallos da Coroa, não se limitava à esposa do rei. Quanto mais não fosse por necessidade de incrementar a legitimidade do herdeiro (...) a associação deste às decisões conjuntas dos monarcas mostra que há uma decisão que se quer irrevogável.⁸⁶

⁸⁴ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 207.

⁸⁵ CAMPOS, Isabel Maria Garcia de Pina N. Baleiras S. [Dissertação de Mestrado] *Leonor Teles, uma mulher de poder?* Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2008.

⁸⁶ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p.210 – 213.

A perspectiva oferecida por Manuela Santos Silva e Isabel de Pina Baleiras torna possível que possamos superar as dificuldades que nos foram impostas pelas questões circunstanciais que acometeram nosso *corpus* documental nos séculos XV e XVII. Ademais, encarar tal desafio através de tal perspectiva transforma-se num reforço considerável na direção da confirmação de nossas hipóteses de pesquisa: cremos que D. Filipa de Lencastre fora agente ativa e determinante no processo político avisino a partir de seu papel social de Rainha Consorte. Observar o fenômeno da monarquia partilhada no contexto da Dinastia de Avis através da análise dos documentos de Chancelaria permite que decifremos não apenas a agência, mas também o *impacto* de D. Filipa de Lencastre no processo de legitimação da Dinastia de Avis.

CAPÍTULO II

A Raynha

*Dona Filipa, pela graça de
Deus, Rainha de Portugal e
do Algarve**

Ao arranhar a pena sobre o pergaminho e assinar seu título sob o texto de um documento jurídico, mais do que um ato prosaico de exercício de poder político e jurídico, uma rainha medieval deixa para nós os vestígios e os traços de algo maior: seu papel na governança de um reino e sua posição enquanto regedora ao lado do marido. Tradicionalmente, a relação entre as mulheres e o poder no Medievo fora encarada como um mero apêndice dos reinados dos reis, resumindo-se ao parir dos filhos e à ornamentação da corte; uma perspectiva historiográfica que apenas nas últimas décadas do século XX começou a ser desmanchada para dar lugar a novos olhares, teorias, métodos e paradigmas.

No primeiro momento deste Capítulo, valemo-nos da História das Mulheres e analisaremos as condições de participação política sob as quais as mulheres medievais estavam sujeitas e, a partir desta perspectiva, analisamos as especificidades do poder reginálcio no Portugal Medieval através dos conceitos de redes de poder, agência, experiência e estado de rainha. Trabalhando com a noção de monarquia compartilhada, poderemos compreender quais vias de ação D. Filipa percorreria durante seu reinado em Portugal. Desta maneira, a segunda parte deste capítulo dedica-se a demonstrar, exemplificar e analisar, através da análise qualitativa das fontes oriundas da Chancelaria de D. João I, como D. Filipa efetivamente participava ativamente da governança avisina enquanto esteve no trono e, consequentemente, como sua ação política era fundamental para a afirmação do poder e da legitimidade de Avis.

Rainhas & poder reginálcio

No âmbito filosófico medieval os conceitos de “mulher” e “poder” eram tidos como excludentes e opostos. Consideradas pela intelectualidade de seu tempo como traiçoeiras, demoníacas, fracas, ignorantes, frágeis, dadas à insanidade e instáveis, mulheres seriam inaptas para ocupar quaisquer posições de poder simplesmente por terem

* CHR, *D. João I*, vol. II, t. 1, [II-578], p. 297-299. [Grafia adaptada do original.]

nascido mulheres.⁸⁷ Essa perspectiva medieval sobre as mulheres que nos alcança na contemporaneidade é, entretanto, oriunda de um local social majoritariamente masculino, misógino e que detinha a hegemonia da produção do conhecimento na Idade Média: a Igreja. A norma clerical exigia das mulheres uma conduta acima de qualquer suspeita, como maneira de controle social, sob a alegação – baseada na Bíblia – de uma *imundície original* da mulher.⁸⁸ A proposta era que a convivência destes religiosos com mulheres fosse restrita devido aos elementos demoníacos atribuídos às mulheres que imaginava-se serem capazes de corromper os homens de Deus e os votos dogmáticos impostos aos sacerdotes cristãos medievais.

Consequentemente, suas impressões sobre o feminino, que tinham como misterioso, eram equivocadas, para dizermos o mínimo. Baseadas em conjecturas fantasiosas, superstições bíblicas de tempos imemoriais, preconceitos, horror e ódio, as opiniões clericais medievais sobre as mulheres são tão negativas que precisam ser observadas sob a consideração de que tais homens não conheciam apropriadamente as mulheres que lhes eram coetâneas.⁸⁹ Esse desconhecimento causa nos clérigos medievais uma incapacidade de estabelecer um critério desprovido de misoginia ao analisar o papel da mulher na sociedade medieval. Nas palavras de Jacques Dalarun, quando nos elucida sobre a perspectiva clerical sobre as mulheres e a dita natureza feminina, o clero era responsável pela postura misógina do pensamento medieval:

Mais uma vez, precisamos começar pelos homens, por aqueles homens que detinham o monopólio do aprendizado e da habilidade de escrever na era feudal: o clero, e especialmente os mais literatos, influentes e prolíficos entre eles. Monges regulares e prelados seculares percebiam que pensar a natureza da humanidade, da natureza humana e da Igreja como uma incumbência própria que lhes apontasse a direção da salvação e que pudesse apontar o papel das mulheres seu papel apropriado no plano divino das coisas. (...). Contudo, esses homens, especialmente antes do século XIII, eram completamente isolados das mulheres. Viviam e trabalhavam num universo exclusivamente masculino, trancafiados em clausuras e *scriptoria* (...) Clérigos, que do século XI em diante foram estritamente obrigados a permanecer celibatários e não sabiam nada sobre mulheres, ou melhor, sobre A Mulher, a não ser o que eles mesmos imaginavam. Eles a representavam como distantes, estranhas e figuras assustadoras de natureza

⁸⁷ PILOSU, Mario. *A mulher, a luxúria e a Igreja na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 29-32.

⁸⁸ FRYE, Northrop. *Código dos Códigos – A Bíblia e a Literatura*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 172-175.

⁸⁹ PILOSU, Mario. *Op. Cit.*, 1995, p. 70-72.

profundamente controversa. Não nos é surpresa alguma que o pensamento clerical do período fosse misógino.⁹⁰

E nós, historiadores – sobretudo quem se debruça sobre a História das Mulheres – precisamos lidar com o ônus das fontes oriundas de uma vida contemplativa que sofreram a perda do prisma da realidade em prol de uma interpretação pura de uma só perspectiva que apenas poderia ser alcançada através do isolamento social e, portanto, parcial. Ainda assim, graças aos esforços de nossas antecessoras, já podemos observar que a teoria clerical medieval sobre as mulheres não caminhava junto à prática. É possível identificar nas fontes que, no cotidiano medieval, as mulheres poderiam valer-se de mecanismos sociais para fazer-se presentes nas ações do dia-a-dia, ou seja: por mais ímpias que as mulheres fossem consideradas pela Igreja e por mais que essa mensagem misógina se permeasse pra sociedade através de um discurso clerical, as mesmas circunstâncias que as alijavam de posições de relevância poderiam levá-las a exercer diversos graus de poder dentro de seus contextos de ação, ainda que através de subterfúgios que contornariam as technicalidades jurídicas. Assim, é importante compreender que mulheres no medievo ocupariam posições de poder sob determinadas circunstâncias, ainda que a regra – isto é, a teoria moral advinda da Igreja – ditasse a existência de um esforço social sistemático para afastar as figuras femininas de qualquer escala que o poder se pudesse exercer. Ainda que pudessem ser consideradas fora da curva e mesmo que pertencessem à mais baixa plebe ou aos círculos mais distintos da nobreza; fosse lutando contra a autoridade pela baixa do preço do trigo, exigindo a herança que lhe seria de direito ou administrando o patrimônio familiar, a prática cotidiana tornava as mulheres medievais inextricáveis do exercício do poder pois eram inextricáveis da sociedade do período como um todo, ainda que a teoria filosófica medieval defendesse o contrário.⁹¹

⁹⁰ DALARUN, Jacques. *The Clerical Gaze*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *A History of Women – Silences of Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, p. 15-16. Tradução livre do texto original: “Once again we must begin with men, with those men who held a monopoly on learning and on the ability to write in the feudal age: the clergy, and especially the most literate, influential, and prolific among them. Regular monks and secular prelates felt it incumbent on themselves to think about the nature of humankind, human nature and the Church, to point the way to salvation, and to assign to women their proper place in the divine scheme. (...) Yet these men, especially before the thirteenth century, were completely cut off from women. They lived and worked in an exclusively male universe, shut up in cloisters and scriptoria (...) Clerics, who from the eleventh century on were strictly enjoined to remain celibate, knew nothing about women, or, rather, about Woman, other than what they imagined. They represented her as a distant, strange, and frightening figure of profoundly contradictory nature. It should come as no surprise that clerical thought in this period was misogynistic.”

⁹¹ Diversas obras podem ser mencionadas sobre o tema da inextricabilidade das mulheres de suas sociedades e respectivas disputas de poder e agência, mas gostaríamos de apontar um dos trabalhos mais recentes e completos em História das Mulheres acerca do poder reginálcio no Mediterrâneo Medieval e Moderno: Cf. WOODACRE, Elena (Ed.). *Queenship in the Mediterranean: negotiating the role of the*

Compreendemos que, quando a História se dedica à análise do papel das rainhas medievais na política e na governança de seus reinos, o trabalho precisa transpassar o tema da relação entre a figura feminina e o exercício do poder. Assim, nós devemos questionar, por exemplo, quais seriam as diferenças entre o manejo de reis e rainhas dos instrumentos de poder, quais os limites e raios de ação das rainhas no exercício da governança, quais as dinâmicas sociais que facilitariam ou dificultariam os trâmites legais e políticos sob a responsabilidade da rainha; entre tantas outras questões a postular. Todos estes – e outros – questionamentos são sujeitos à observação do contexto particular de cada reinado, transformando-os em análises particulares que devem ter por prerrogativa evitar a generalização, o anacronismo e a adoção do discurso da fonte, além de valorizar a experiência de cada objeto.

Isso se recomenda tanto pelo caráter quase sempre fragmentário das fontes medievais que nos alcançaram e, também, por suas características discursivas: estas raramente são compostas por mulheres ou apresentam a perspectiva feminina sobre quaisquer questões, ou seja, a inclinação masculina desses vestígios, advinda de suas origens de produção, apresentam o feminino através de um viés masculino, misógino e, na maioria dos casos, clerical:

(...) para medievalistas, a dificuldade em compreender a cronologia apropriada da História das Mulheres relaciona-se com a natureza das fontes. Os arquivos medievais carecem não apenas de trabalhos biográficos e escritos privados (cartas, diários e afins) mas também da consistência das informações seriais que os burocratas são tão bons em compilar. (...) as únicas vozes que ouvimos são as vozes de homens. Não todos os homens, a grande maioria deles está condenada ao silêncio. A palavra escrita era controlada pelo Clero, homens de batina e da Igreja, que controlavam o fluxo de conhecimento e determinavam o que as pessoas sabiam sobre mulheres, ou melhor, sobre A Mulher. Muitas das nossas evidências sobre mulheres medievais derivam das fantasias, certezas e dúvidas do clero. A Idade Média diferencia-se de outros períodos pois o que era dito sobre as mulheres era dito por homens que as rejeitavam sua [existência na] sociedade, homens cuja posição os obrigava a abraçar o celibato e a castidade. Carentes de do contato diário com as mulheres, esses homens eram duros em suas críticas dos vícios e imperfeições femininas. Uma vez que seu conhecimento vinha de livros, seus relatos [sobre mulheres] eram mais caricaturas do que um retrato fiel.⁹²

Queen in the Medieval and Early Modern eras. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.

⁹² KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Including Women. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *Op. Cit.*, 1998, p. 6-7. Tradução livre do texto original: “(...) *for medievalists, the difficulty in working out the proper chronology of the history of women has to do with the nature of the sources. The medieval archives lack not only biographical works and private writing (letters, diaries, and the like) but also the kinds of consistent, serial information that bureaucracies are good at compiling. (...) The only voices we hear are those of men. Not all men; the vast majority were condemned*

Desta maneira, isso significa que rainhas cronologicamente próximas – como, por exemplo, a rainha Santa Isabel, D. Beatriz de Aragão, D. Leonor Teles e D. Filipa de Lencastre; que reinaram em Portugal durante o século XIV e nos primeiros anos do século XV – experienciaram dinâmicas de exercício de poder radicalmente diferentes devido aos contextos em que viveram e reinaram; além de terem sido representadas nas fontes de maneiras bastante diferentes, devido aos interesses discrepantes em tais representações.

Nossa abordagem historiográfica, então, exige que compreendamos o tipo de poder ao seu alcance e como ele funcionava dentro daquele contexto específico, como e de que maneira D. Filipa poderia agir dentro de seu alcance sociopolítico, como esses fatores poderiam modificar a rainha ou ser modificados por ela e, finalmente, quais instrumentos sociopolíticos específicos de seu posto D. Filipa possuía a seu dispor para efetivar sua atuação na política portuguesa dos séculos da virada entre os séculos XIV e XV.

A História das Mulheres implica no rompimento com as perspectivas tradicionais de análise historiográfica e na partida para um trabalho praticamente artesanal que consiste na criação de uma perspectiva analítica que perceba mulheres, de quaisquer tempos e quaisquer posições sociais como agentes da História. Em nosso caso, sob as nossas condições, para realizar esta análise é necessário que compreendamos, primeiro, as dinâmicas do poder dominado por D. Filipa e, também, que eram dominantes dela.

Existe uma diferença marcada entre poder e governança, mais especificamente entre “ter poder sobre”, “reinar sobre” e “governar sobre”. O poder é um conceito bastante fluido e que se pode modificar, adaptando-se às mais diversas situações e possibilidades de análise. Uma pessoa que brande poder nem sempre é a mesma pessoa que reina ou que governa. De maneira similar, nem sempre alguém que “reina sobre” algum povo é a mesma pessoa que “governa sobre” este mesmo povo. No caso de algumas rainhas medievais, é possível detectar aquelas que não estão envolvidas com a governança de seus reinos e, ainda assim, a estirpe de seu lugar social lhes permitira reinar sobre eles. Uma de nossas proposições é a análise da rainha D. Filipa de Lencastre como uma rainha que reina, governa e brande poder em Portugal durante seu período de vida,

to silence. The written word was controlled by the clergy, men of the cloth and of the Church, who controlled the flow of knowledge and determined how people conceived of women or, rather, Woman. Much of our evidence about medieval women derives from the fantasies, certainties, and doubts of the clergy. The Middle Ages differ from other periods in that what was said about women was said by men who rejected their society, men whose position obliged them to embrace celibacy and chastity. Lacking daily commerce with women, these men were harsh in their criticism of female vices and imperfections. Since much of their knowledge came from books, their portraits were caricatures more than true likenesses.”

compreendendo que essas dinâmicas justapostas nem sempre são concomitantes e que, nem sempre possuem o mesmo peso.

Desta maneira, entendemos o poder não como uma pirâmide hierárquica decrescente e monolítica como, não raro, somos levados a interpretar. *O poder é uma teia*. Ou, mais especificamente, as sociedades “constituem-se de redes de poder sócioespaciais múltiplas, justapostas e interconectadas”⁹³ que brandem quatro tipos de poder – ideológico, econômico, militar e político. Assim, observamos que não existiria, então, a noção de uma sociedade unitária, organizada em estruturas mais ou menos rígidas e pouco permeáveis. Consequentemente, não existe uma totalidade social – uma “sociedade unitária”⁹⁴; mas sim um conjunto social pluralizado em constante mutação e interação, sem a rigidez dos níveis, sistemas ou subsistemas, dimensões ou hierarquias normatizadas.

Pensando o poder dessa maneira, afirmamos que inexistiria, portanto, a prática de um poder estanque que convergia na figura do rei nas sociedades medievais, mas sim que existia uma rede de núcleos, de diferentes cargas de influência, constantemente disputando entre si a primazia neste ou naquele campo, deste ou daquele poder específico dentro daquela sociedade pluralizada.⁹⁵

A perspectiva do poder-teia auxilia a compreender o poder reginálcio – poder das rainhas – e seu funcionamento dentro de uma lógica que desobedece a visão estereotípica do poder medieval descendente e progressivamente excludente. Não pretendemos, é importante ressaltar, ignorar ou negar a prática sócio-ideológica medieval de organização social: não se trata de impor uma noção anacrônica de organização social, mas de valer-se de uma perspectiva que permita analisar as dinâmicas sociais através do *movimento contínuo* de informações e influências inter-núcleos, ao invés de acatar a organização proposta tradicionalmente como finita e hirta. É desta forma que podemos acessar as práticas do poder reginálcio de D. Filipa de Lencastre através da análise de seus vestígios na Chancelaria Régia: buscando encontrá-la nas dinâmicas de informações e influências expressadas nos documentos jurídicos.

⁹³ MANN, Michael. *The sources of Social Power, v. 1 – A history of power from the beginning to A.D. 1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 1. Tradução livre do texto original: “[Societies are] constituted of multiple overlapping and intersecting sociospatial networks of power.”

⁹⁴ *Ibid.*

⁹⁵ Maria Helena da Cruz Coelho realiza uma análise apurada sobre a coexistência de múltiplos poderes concorrentes, complementares e suplementares na sociedade do Portugal do século XV, bem como suas articulações em seus respectivos espaços. Cf: COELHO, Maria Helena da Cruz. Entre poderes - análise de alguns casos na centúria de Quatrocentos. *História - Revista da Faculdade de Letras*, s. II, v. VI, Porto, 1989, pp. 105-135.

A partir da amplificação de nossa perspectiva, tanto sobre as dinâmicas de poder no medievo, quanto sobre o papel da mulher na sociedade tardomedieval ocidental, e munidos do conhecimento sobre as especificidades de análise das fontes medievais – sobretudo quando se aborda a relação entre o poder e as mulheres – é que podemos compreender de que maneira as rainhas medievais possuíam agência – ou seja, a capacidade de agir e exercer poder – dentro de seus contextos para agir em seus espaços de poder e como D. Filipa de Lencastre valia-se dela para a governação de Portugal.

Sendo a agência⁹⁶ o espaço teórico-prático entre os seres humanos – os *agentes* – e a sua *capacidade de agir* dentro de um contexto específico, ela determina, previsível ou imprevisivelmente, como cada ser humano dentro de uma sociedade polifacetada, dinâmica, mutável e plural poderá agir tanto para modificá-la quanto para ser modificado por ela, dependendo das especificidades do dito contexto,⁹⁷ dinamizando-o. É por isso que não se pode excluir as mulheres do processo analítico da História, quaisquer que sejam os recortes temporais, temáticos ou geográficos trabalhados, pois as mulheres são agentes da (e na) sociedade, indissociáveis de suas dinâmicas.⁹⁸ Dessa maneira, a agência é delimitada e delimitante, ou seja, cada agente tem uma gama de diferentes possibilidades de ação que está em constante encontro e conflito com as possibilidades de ação de outrem. Daí advém os conflitos de poder nas sociedades,⁹⁹ o que é consoante com a característica mutável das relações de poder.

Destarte, para analisar o papel de D. Filipa na legitimação da Dinastia de Avis, precisamos atentar para a importância do contexto, uma vez que a agência não funciona da mesma maneira em todos os períodos históricos.¹⁰⁰ Por fim, é necessário que observemos a relação entre agência e poder: a agência de D. Filipa tem características concordantes com seu *status* e, ou, posição social.¹⁰¹

⁹⁶ SZTOMPKA, Piotr. *The Sociology of Social Change*. Cambridge: Blackwell, 1994; ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam P.; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry. (Orgs.) *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – 2006. Goiânia: Nova Letra, 2007.

⁹⁷ ORTNER, Sherry. *Op. Cit.*, 2007, p. 45-81.

⁹⁸ SZTOMPKA, Piotr. *Op. Cit.*, 1994, p. 200.

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ Consideramos que a variabilidade da agência não existe apenas em prol do arbítrio do objeto histórico em relação ao contexto, mas também de que tipo de agência – e, consequentemente de arbítrio – esse contexto possibilita para nosso objeto de estudo.

¹⁰¹ Sherry Ortner chama “*agência de poder*” a agência quando subordinada aos meandros do poder, seja em posições de dominação ou subordinação. Consideramos para os fins desta Tese que as dinâmicas entre dominador-dominado e opressão-resistência no arbítrio das ações sempre conflitantes, sempre discordantes, devem ser levadas em consideração quando tratamos dos conceitos de agência e poder numa mesma análise. Quando adicionamos a categoria de gênero à análise da relação entre agência e poder, não o fazemos através de uma noção simplista de oposição entre homens e mulheres, mas uma relação constante

Considerando o medievo, se adotássemos a perspectiva das fontes produzidas por homens a respeito da conduta das mulheres e do conjunto de regras que deveriam reger sua existência na sociedade medieval, acabaríamos com uma percepção equivocada de que a agência das mulheres medievais, enquanto parcela social, era profundamente limitada – especialmente no que tange às mulheres da aristocracia, que sofriam mais diretamente esse controle social e a vigia da moral eclesiástica, por serem interpretadas como modelos a serem seguidos.¹⁰²

Para analisar a agência de D. Filipa de Lencastre no trono de Portugal, tomamos um caminho bastante similar ao adotado por Sooraya Karoan em sua tese de doutorado. A autora, então, faz uma varredura pelos arquivos jurídicos do Portugal Medieval para analisar o papel das mulheres no reinado de D. João II de Portugal (1481–1495) e apresenta seu trabalho da seguinte maneira:

Na concepção do mundo cristão, as mulheres foram criadas a partir de um fragmento masculino para lhe serem sujeitas, nunca iguais. Essa ordenação vai determinar a concepção sobre o feminino e a importância da imposição de submissão às mulheres. Sua inferioridade era impedimento para o ofício religioso e as leis do reino reconheciam a fraqueza *própria* do seu sexo que lhes vedava o acesso a ofícios públicos. Entretanto, é preciso considerar que entre o que se preconizava e o que de fato se praticava havia um cuidadoso jogo de possibilidades. A condição feminina definida eminentemente por sua ligação e sua relação com um homem que as caracterizava como mulheres solteiras, casadas ou viúvas não representa a multitude de papéis que poderiam desempenhar ao longo de sua vida. Seu estado não era necessariamente um obstáculo para o desempenho de outros papéis. O entrecruzamento dos dados obtidos com a análise da lei e da prática nos mostra que não precisa haver aí uma dicotomia. No seu viver em sociedade, as mulheres conjugavam diversos fatores e assumiam facetas muito mais ricas do que consideravam os escritos dos teólogos e moralistas.¹⁰³

Ora, ainda que os objetos de pesquisa sejam diferentes e os recortes temporais um tanto distantes, o ímpeto é o mesmo que nos move: compreender como a mulher, enquanto categoria, faz parte e dinamiza um determinado processo num período no qual interpreta-se tradicionalmente que as mulheres não teriam qualquer tipo de agência relevante na sociedade. A tendência que desconsidera as mulheres como agentes e mesmo

e sempre mutável de opressão, resistência, negociação e diálogo. Observar sob uma perspectiva maniqueísta as relações de agência e poder entre homens e mulheres restringe as possibilidades de análise dessas categorias. Para mais, cf. ORTNER, Sherry. *Op. Cit.*, 2007, p. 67-69.

¹⁰² DUBY, Georges. *The Courtly Model*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *Op. Cit.*, 1998, p. 251-252.

¹⁰³ MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. *Op. Cit.*, 2013, p. VIII.

integrantes da sociedade se pode observar tanto pelas fontes quanto por uma historiografia que ignora a existência da História das Mulheres – deliberadamente ou não – e, sobretudo, ignora o papel das mulheres na história, da camponesa à rainha.

Nossa perspectiva é que a rainha D. Filipa é uma agente sociopolítica durante a vigência de seu reinado¹⁰⁴ e que o exercício de sua agência influenciou o estabelecimento da legitimidade de Avis – e não apenas em Portugal, mas influenciando as relações de seu reino com outros reinos e autoridades, como a Inglaterra, Castela e a Igreja. D. Filipa, dessa maneira, seria indissociável do contexto e do processo de formação e consolidação de uma monarquia avisina em Portugal, participativa muito além de ter contribuído com uma linhagem forte e saudável para seu reino.

Da mesma maneira que não podemos dissociar D. Filipa e sua agência enquanto rainha de Portugal do contexto da legitimação avisina, também não se pode separar o impacto dos processos ocorridos na figura da rainha enquanto personagem histórica. Quer dizer: da mesma forma que os atos de D. Filipa enquanto agente da história devem ser considerados em nossa análise, sua *experiência*¹⁰⁵ como rainha também precisa ser considerada, pois é exclusiva e específica de sua trajetória e porque está atrelada aos múltiplos e multifacetados processos históricos que estão relacionados à ascensão e à consolidação de D. João I ao trono português.

Para trabalharmos como a experiência de D. Filipa de Lencastre interfere no processo de legitimação de Avis, observamos o lugar social ocupado por uma rainha no medievo, a maneira como a monarquia compartilhada operava em Portugal e como a administração burocrática da governança funcionava. Podemos atestar que reinar Portugal era um esforço coletivo. Sobretudo durante os primeiros anos de uma dinastia de frágil legitimidade. Ser esta rainha uma figura de representação de tal esforço coletivo faz com que seja possível utilizar o conceito de experiência histórica em nossa análise. Além disso, considerando a *condição feminina* no medievo, ressaltamos a posição sociopolítica imposta às mulheres pela ideologia filosófico-jurídica do período: mulheres,

¹⁰⁴ É necessário destacar que, para os fins desta tese, delimitamos a análise da agência de D. Filipa ao recorte do período citado. Isto porque a agência é uma qualidade permanente e que possui maior ou menor efetividade a depender dos contextos nos quais nós, enquanto humanos, nos envolvemos. É importante que marquemos o recorte temporal, mas é indispensável observar que a agência de D. Filipa o extrapola já que, enquanto pessoa pertencente a uma intrincada rede de relações sociais, diversos outros tipos de agência podem ter se manifestado no decorrer de sua existência. É possível inferir isso a despeito de não haver material documental que o ateste, pois é um fenômeno sociológico e antropológico que afeta a todos nós enquanto seres humanos: nossas escolhas e as escolhas de outrem interferem diretamente em nossa caminhada e, consequentemente, em nossa história – seja ela pessoal ou coletiva.

¹⁰⁵ THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria – ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

por o serem, já eram consideradas como seres às margens da sociedade, excluídas ou impedidas pelo funcionamento da própria sociedade de participar francamente dos processos históricos e tendo de utilizar-se de subterfúgios para fazê-lo. Assim, não apenas enfatizamos uma parcela frequentemente ignorada da sociedade, mas compreendemos o impacto e a dinâmica da participação feminina na História.¹⁰⁶ Por nos valermos de uma postura que busca expandir o uso dos conceitos e pelas perspectivas que adotamos, afirmamos: não há Avis sem Filipa, sem sua experiência no governo do reino, e não há como tratar do impacto de Filipa enquanto rainha na legitimação da Dinastia de Avis se não a observarmos enquanto um dos pontos nodais de uma rede de relações e processos que fizeram a consolidação dinástica possível.

Centralizar nossa análise na figura de D. Filipa, valendo-nos dos conceitos supracitados, sem observar *de que maneira* as rainhas de Portugal poderiam brandir seu poder reginálcio, construir suas redes de relações e imiscuir-se na política monárquica tardomedieval não seria possível. É necessário compreender a maneira específica como as rainhas realizavam contatos políticos e a troca de influências com os diversos núcleos que compunham a sociedade tardomedieval para, então, analisar o caso filipino específico.

Tal posicionamento heurístico situa, assim, nosso trabalho na tendência analítica que tem raiz num dos movimentos mais recentes do campo da História das Mulheres: desde meados dos anos 1990 a historiografia testemunha um esforço sistemático do campo no sentido da análise e da conceituação da condição política das rainhas medievais. Esse movimento inicia-se nos ramos francófono e anglófono da História das Mulheres e, já a partir da década de 2000, atinge suas franjas hispanófonas e lusófonas.¹⁰⁷ É a partir de então que se cunha o conceito anglófono de *queenship* – ou *reginalité*, em francês; *reginalidad*, em espanhol e, por associação, “reginalidade”, em português. É importante

¹⁰⁶ Thompson, ainda em *A Miséria da Teoria*, expõe sua visão sobre o uso dos conceitos e defende sua adaptação para a expansão dos limites da História: “Mas, se voltarmos à experiência podemos passar, desse ponto, novamente para uma exploração aberta do mundo e de nós mesmos. Essa exploração faz exigências de igual rigor teórico, mas dentro do diálogo entre a conceptualização e a confrontação empírica (...) O que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos. Não há nenhum altar mais oculto que seja sacrossanto de modo a obstar a indagação e a revisão. (...) admirar essa obra [de Marx] é colocar-se como aprendiz dela, empregar seus termos, aprender a trabalhar num diálogo do mesmo tipo. Mas a emulação não se deve basear numa reverência servil (...) Deve nascer do entendimento da natureza provisória e exploratória de toda teoria, e da abertura de espírito com que se deve abordar todo conhecimento.” THOMPSON, Edward Palmer. *Op. Cit.*, 1981, p. 185-186.

¹⁰⁷ FERNÁNDEZ, Núria Silleras. *Queenship en la corona de Aragon en la Baja Edad Media – estudio y propuesta terminológica. La Corónica* 32.1 (Fall, 2003), p. 119-133.

observar o significado e, conseqüentemente, a abrangência do conceito e de seus correlatos em outros idiomas: a reginalidade seria o conjunto de instrumentos, mecanismos, lógicas e dinâmicas – e o manejo de tal aparelho – que garante a uma mulher o que chamamos de *estado de rainha*, ou seja, a condição de posse de poder que lhe confere *status* diferenciado na sociedade tardomedieval, bem como as prerrogativas da governança.

Tal estado envolve todas as etapas do processo de titulação, da trajetória sociopolítica e da extensão da influência da rainha, considerando seu contexto. Isto é, o estado de rainha se relaciona diretamente com as particularidades de cada reino, reinado e composição da cúpula de poder de cada contexto específico. Diversos aspectos são passíveis de análise, como: a recepção do título de rainha e como isso causa uma mudança de *status* para quem o recebe; a rede de suporte e contatos que uma rainha estabelece em seu entorno, para compreendermos suas possibilidades de articulação na corte; seu relacionamento sociopolítico com o rei, considerando a justaposição dos poderes régio e reginalício; a jurisdição e administração dos senhorios da rainha, que sustentavam a ela e sua corte, além de oferecer a possibilidade de exercer nestes territórios poderes análogos aos do rei – de justiça, taxaço e obras públicas, por exemplo.

Outros aspectos passíveis de análise são o papel da rainha na diplomacia e na conciliação, uma vez que ela era a personificação de alianças sociopolíticas e econômicas e possuía capacidade de articulação neste âmbito; a interação da rainha com os súditos, através das atividades caritativas e obras sociais, o que as aproximava das questões dos nobres, dos religiosos e do povo miúdo. Por fim, a existência de uma figura mística que poderia ser construída em torno de uma rainha, através da repercussão do legado que esta mulher deixa para o reino. A reginalidade seria, então, o fundamento social que sustentaria o peso político do estado de rainha e permitiria o exercício do poder reginalício.

Destacamos que tais critérios de análise devem ser considerados de acordo com interferências e intercorrências particulares a cada trajetória particular. Nem todos, também, aplicam-se a todos os casos e todas as rainhas que reinaram no medievo. Tais caminhos analíticos possuem variáveis que precisamos manter em nossas considerações, a vida das rainhas estava sujeita a mudanças de *status* – muitas vezes bruscas – que afetavam diretamente o estado de rainha e, conseqüentemente, o exercício do poder reginalício, como: a viuvez – precoce ou não; a regência do reino na ausência ou minoridade do rei, a ascensão de uma nova rainha, a existência de uma barregã ou de

várias concubinas que desfavorecessem a rainha aos olhos do rei, seu *status* de popularidade entre as camadas miúdas e às oligarquias, seu *status* junto à sua rede de suporte e sua teia de inimigos, seu comportamento no poder, entre outras. É necessário, então, tomar um passo atrás e considerar essas variáveis junto aos eixos de critérios principais no estudo do estado de rainha e do poder reginalício.¹⁰⁸

Observar a diferença entre reginalidade, estado de rainha e poder reginalício é importante à essa altura de nosso trabalho pois são três fatores interrelacionados que nos permitem compreender não apenas a agência de Filipa de Lencastre durante seu reinado de 28 anos em Portugal, mas também seu papel fundamental na legitimação da dinastia nascente. Assim, se a reginalidade era o arcabouço do estado de rainha, o poder reginalício seria a aplicação prática do poder das rainhas, análogo – mas não idêntico – ao poder régio.

No caso português, especificamente acerca do reinado de D. João I e D. Filipa de Lencastre, analisamos as dinâmicas do poder reginalício através dos vestígios deixados pela rainha no conjunto de documentos que possibilitava o funcionamento burocrático do governo monárquico de Portugal tardomedieval: a Chancelaria Régia. Como já pudemos observar, a Chancelaria era o instrumento oficial que permitia ao rei uma imediata proximidade com as questões públicas que necessitavam da atenção das instâncias superiores de sua justiça. Ora, a rainha, detentora e governante dos territórios que lhes eram de direito através da Casa das Rainhas, possuía Chancelaria própria, independente dos documentos do rei, o que a permitia exercer jurisdição independente sobre seus territórios – se assim o desejasse – solicitando adjutório régio apenas quando necessário.¹⁰⁹ Disto, tanto a historiografia quanto as fontes nos dão conta, porém, se a Chancelaria Régia que hoje nos é disponível é o resultado dos baques da reforma arquivística e do Terremoto de 1755, a documentação das Casas das Rainhas medievais – e, consequentemente, suas chancelarias – inexistem, restando apenas os documentos referentes ao período que vai de 1517 a 1840.¹¹⁰ O destino exato de tal documentação é

¹⁰⁸ Tivemos a oportunidade de trabalhar a relação entre estado de rainha, poder reginalício, reginalidade e as múltiplas pessoas e esferas de poder de uma rainha de maneira mais abrangente em: HOFFMANN, Raquel. *Regina Est – propostas para o estudo das rainhas portuguesas tardomedievais*. In: COSTA, Amanda Dias de Oliveira; COSTA, Rodrigo Franco da. *Iberia Ultramar: estudos contemporâneos brasileiros sobre o mundo ibérico*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018, pp. 297-319.

¹⁰⁹ SILVA, Manuela Santos. *Os primórdios da Casa das Rainhas de Portugal*. In: GARCEZ, Margarida; VARANDAS, José. (Coord.) *Raízes medievais do Brasil moderno – Actas, 2 a 5 de Novembro de 2007*. Academia Portuguesa de História, 2008, p. 29-41.

¹¹⁰ Sobre a Casa das Rainhas e a Chancelaria a ela subordinada, o texto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo que introduz a entrada aos documentos que restam da Casa das Rainhas diz: “As rainhas de Portugal contaram, desde muito cedo, com os rendimentos de bens, adquiridos, na sua grande maioria, por

incerto: não se sabe se o *corpus* documental se perdeu antes da reforma, ou se foi descartado durante a reforma, se fora destruído no sismo do século XVIII ou se qualquer outra catástrofe se abateu sobre ele, o fato é que se encontra irremediavelmente perdido. Os documentos que nos restam e que podem oferecer um panorama da atuação da rainha, ainda que de maneira incipiente, encontram-se na Chancelaria de D. João I.¹¹¹

Nos 743 fólios dos quatro primeiros livros da Chancelaria de D. João I¹¹² há 111 documentos que fazem referência direta a D. Filipa de Lencastre, seja através da participação da rainha na tomada de decisões, pela menção ou citação de que o aval da rainha era necessário para solucionar alguma questão, ou pela manifestação de seu apoio e concordância sobre quaisquer assuntos da governança. Estes traços, ainda que fragmentários, permitem-nos o exame das dinâmicas do poder reginário e as especificidades do estado de rainha; consequentemente colaborando com a nossa análise

doação. (...) D. Filipa de Lencastre, mulher de D. João I, recebeu as rendas da alfândega de Lisboa, bem como as vilas de Alenquer, Sintra, Óbidos, Alvaiázere, Torres Novas e Torres Vedras. (...) A Casa teve administração independente até 1769. Por decisão do Marquês de Pombal, de 25 de Janeiro do ano seguinte, os seus rendimentos passaram a ser geridos pelo Erário Régio, sendo, no entanto, as despesas autorizadas pela rainha. (...) O Tribunal do Conselho da Real Casa e Estado das Rainhas foi extinto por Decreto de 9 de Agosto de 1833, tendo a administração de seus bens ficado a cargo do Tesouro Público e a jurisdição contenciosa transitado para os tribunais competentes. A Casa das Rainhas foi extinta por D. Pedro IV (Decreto de 18 de Março de 1834), sendo os seus bens integrados na Fazenda Nacional. As rainhas passaram a dispor de uma dotação anual votada em Cortes e foram-lhes destinados os palácios de Caxias e de Queluz para decência e recreio da Rainha. (...) Após a extinção da Casa das Rainhas, a documentação foi entregue ao Tribunal de Contas e à Direcção Geral dos Próprios Nacionais que a remeteram à Torre do Tombo, à época, instalada no Mosteiro de S. Bento. A documentação proveniente do Tribunal de Contas foi incorporada de forma faseada, respectivamente, em 16 de Dezembro de 1884, 24 de Agosto de 1885 e 6 de Fevereiro de 1886, enquanto a remetida pela Direcção Geral dos Próprios Nacionais correspondeu a uma única incorporação em 14 de Maio de 1894. Em 1990, no âmbito da reinstalação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, esta documentação foi transferida para as actuais instalações. Em 2001, a documentação foi sujeita a tratamento arquivístico, desenvolvido por Maria Filomena de Sequeira Carvalho (Torre do Tombo) e coordenado por Maria do Carmo Dias Farinha (Torre do Tombo). Foram constituídas séries documentais segundo o princípio da ordem original com base em índices existentes, e a partir da consulta do documento. O fundo conserva documentação da Secretaria dos Negócios, Justiça e Mercês, da Mordomia-Mor, do Tribunal do Despacho, da Secretaria da Fazenda, da Casa dos Contos da Rainha e da Tesouraria. Além dos registos chamados de chancelaria, encontram-se registos de avisos e ordens, de decretos, de consultas, de cartas de ofícios e mercês, de termos de juramento dos oficiais, da matrícula da Casa da Rainha, de documentos relativos à administração das terras na sua posse (incluindo os respectivos tombo e documentos de receita e despesa do Paço e Quinta do Ramalhão, dos almoxarifados de Sintra, Óbidos, Alenquer, Chamusca e Ulme, Orgens e Nespereira, dos reguengos de Guimarães, das vilas de Ançã e São Lourenço do Bairro) e à administração de negócios com o Estado da Índia e com o Brasil.” Cf. ANTT, *Casa das Rainhas*. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4164777>> Acesso em: 24 Abr. 2018.

¹¹¹ Manuela Santos Silva nos oferece alguns outros exemplos de documentação referente à D. Filipa **fora** das instâncias da CHR. Cf. SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 273-283.

¹¹² A partir desse ponto, todas as referências à Chancelaria de D. João I serão feitas sobre as edições publicadas pela Universidade Nova de Lisboa e supervisionadas por João José Alves Dias. Visando facilitar a compreensão de nossas notas de rodapé, as referências bibliográficas seguirão o modelo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mesclado ao modelo apresentado por Manuela Santos Silva na biografia de D. Filipa de Lencastre: CHR, *D. João I*, volume, tomo, documento, página.

do papel de D. Filipa de Lencastre nos processos de estabelecimento e legitimação da Dinastia de Avis.

*Letras de rainha em linhas de rei**

“Rainha minha mulher e mãe dos meus filhos, que Deus em sua santa glória acrescente”¹¹³. Era desta maneira que, em maio de 1424 – nove anos, portanto, após a morte de D. Filipa de Lencastre – o rei D. João I de Portugal referia-se à sua esposa em uma carta de privilégios endereçada ao conde D. Pedro de Meneses. Os motivos de tão tardia alusão são simples: na ocasião, o conde peticionava pelo privilégio de terras e rendas de um moinho em Torres Novas e alegava que tal privilégio lhe havia sido concedido anteriormente pela rainha D. Filipa e pelo rei D. João. O rei, por sua vez, depois de ter atestado a existência do privilégio anterior e, em conjunto com o infante D. Duarte, seu herdeiro, e a Infanta D. Isabel, herdeira das posses e da posição de D. Filipa no reino; considera válido o privilégio peticionado pelo conde, mandando confirmar a carta com os selos pendentes dos três.

Este ato corriqueiro da governança nos oferece a primeira fresta para adentrar os termos da compreensão do poder reginalício em Portugal: ainda que não estivesse corporeamente presente no ato da lavragem do privilégio, era importante salientar que tanto a rainha, quando viva; quanto a infanta sua filha, representante e herdeira de seus direitos e deveres no reino, estavam cientes de tal concessão a um importante vassalo.¹¹⁴ Torres Novas era um território que estava sob a jurisdição da Casa das Rainhas e faziam parte das arras de D. Filipa¹¹⁵, o que significa que tanto Filipa quanto Isabel detinham *poder* sobre aquela região e sobre os interesses que por ela recaíam, daí a necessidade de que esta petição tenha passado por ambas, ainda que em momentos diferentes.

D. João e D. Filipa reinaram juntos sobre Portugal por 28 anos e deste período nos restaram 111 documentos que atestam a *monarquia partilhada* praticada pelo casal real, isto é, a divisão das responsabilidades decisórias da governança e da prática do poder entre rei, rainha e também entre seus filhos. Sobre esta prática, Manuela Santos Silva nos elucida que estaria presente nos primeiros reinados da dinastia de Borgonha, tendo caído

* É importante ressaltar que uma listagem de todos os documentos citados neste subtítulo está disponível no Livro de Anexos desta tese.

¹¹³ CHR, D. João I. vol. IV, t. 2, [IV-484], p. 58-59, adaptada. A citação original paleografada é: “Rainha mjnha molher e madre dos dictos meus filhos que deus em sua sancta gloria acrecente (...)”

¹¹⁴ O documento nos esclarece que o conde D. Pedro de Meneses era Conde de Vila Real e governador de Ceuta. Ver: CHR, D. João I. Vol. IV, T. 2, [IV-484] p. 58.

¹¹⁵ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 197.

em desuso até que D. Fernando, seu último rei, a reaviva quando inclui sua rainha, D. Leonor Teles nos trâmites burocráticos da governança quando esta “assinou ou consentiu e foi parte interessada”¹¹⁶ um número expressivo de diplomas régios da Chancelaria Régia de D. Fernando. A autora observa que D. João I carrega a mesma prática para seu exercício de governança quando aponta que o rei se vale das fórmulas “em sembra com a rainha dona Filipa”, “juntamente com mjnha molher”, “per nossa mão e da Rainha” entre outras para significar o compartilhamento de seu exercício de poder com D. Filipa.¹¹⁷ Nossa experiência com as fontes nos permite afirmar, dessa maneira, que D. João considerava D. Filipa mais do que sua parceira no leito matrimonial, mas também como uma poderosa aliada política na governança de Portugal.

Filipa e João casam-se em 14 de Fevereiro de 1387, no Porto. Os primeiros registros cronológicos da monarquia partilhada já podem ser encontrados neste ano, no mês de Agosto, em documento lavrado na cidade de Coimbra, no qual registra-se a doação de terras em Cascais ao Doutor João das Regras. O documento conta com a concordância da Rainha D. Filipa:

Porquanto o doutor Joham das regas do nosso conselho fezera a nos e a estes regnos mujto serujço e assy eramos theudo de lho conhecer com graças e mercees. E nos veendo e consirando os dictos serujços da nossa liure vontade e certa scientia e poder absoluto lhe fazemos graça e mercee dos dictos lugares de cascaães e seu termo e reguengo suso dicto de jur d erdade dando e doando os dictos lugares ao dicto douctor com todos seus direitos e perteenças E outrossy com toda jurdiçam ciuel e crimjnal (...) E agora o dicto douctor nos disse que lhe era dicto que alguũs por parte da Rainha dona filipa nossa molher e em seu nome ouueram e cobrarom a posse dos dictos lugares e lançarom elle fora dizendo que pertencia aa dicta senhora Rainha per bem de hũa doação que lhe fezeramos da villa de sintra e seu termo (...) E querendo nos fazer direito graça e mercee ao dicto doutor como dicto he presente a dicta Rainha Com que esto falamos e de sua vontade declaramos os dictos lugares de cascãaes e seu termo e reguengo d hueiras nom se entenderem em a dicta doaçam que lhe auemos fecta aa dicta senhora Rainha e serem deuuidos ao dicto doutor (...) dante na cidade de cojmbra viij dias de agosto el rrey o mandou lujs martinz a fez era de mjl iiij^c xxv anos.,,¹¹⁸

Neste impasse sobre a posse, não apenas do território, mas também dos direitos civis e criminais deste, o rei recém-casado e recém-saído de uma doença que quase lhe ceifara a vida¹¹⁹ deveria contar com a concordância e a vontade da rainha D. Filipa (“he

¹¹⁶ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 211.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 212.

¹¹⁸ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 1, [II-261], p. 151-152. [Grifos nossos.]

¹¹⁹ Manuela Santos Silva cita Fernão Lopes sobre esta doença. O cronista não especifica o que aflige o rei, mas menciona uma febra que não rompia facilmente. Cf. LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. II, 1644, p.

presente a dicta Rainha Com que esto falamos e de sua vontade declaramos”) para confirmar a concessão de mercê sobre o território de Cascais para o doutor João das Regras, uma vez que havia uma dúvida sobre quem, de fato, detinha direitos sobre uma determinada região daquela localidade. Este primeiro documento, lavrado no início do reinado conjunto de João e Filipa, nos primeiros meses de seu matrimônio, dá o tom de como seria a dinâmica entre rei e rainha nos 28 anos que seguirão: D. Filipa esteve presente em diversas decisões do desembargo régio ao longo de seu reinado, sempre tratada em igualdade de autoridade pelo rei. Não dispomos da Chancelaria da Rainha para observar o outro lado do desembargo sobre o assunto, mas podemos inferir a partir deste documento da Chancelaria de D. João que os oficiais que estavam a serviço de D. Filipa foram consultados para colaborar na resolução do impasse fundiário, uma vez que era preciso conferir quais eram as terras que de fato pertenciam à rainha antes de dar o veredicto final sobre a questão.

O caso da doação de terras em Cascais a João das Regras não apenas nos ajuda a compreender o início da interação político-burocrática entre rei e rainha – e, consequentemente, seus súditos e seu reino – mas também contém dois detalhes que não podemos ignorar: em primeiro lugar, a questão da posse reginália de terras e direitos jurídicos sobre elas, através da Casa das Rainhas; e, em segundo lugar, a projeção de D. Filipa como peça fundamental para a política joanina desde o primeiro ano de reinado conjunto, através da inserção dela nas decisões que se relacionavam a figuras importantes da elite portuguesa de então, como o doutor João das Regras que, nas palavras do rei, *“fezera a nos e a estes regnos muyto serujço”*.

Ainda que neste primeiro documento o rei assumia sozinho a responsabilidade sobre a composição da carta de doação (*“dante na cidade de cojmbra viij dias de agosto el rrey o mandou lujs martinz a fez”*), em muitos outros documentos tão anteriores quanto este primeiro, o rei atribui o mandato dos documentos à sua pessoa e à pessoa da rainha, estreitando ainda mais as condições de tal monarquia partilhada.

O primeiro documento que efetivamente demonstra o exercício da monarquia partilhada entre D. João e D. Filipa data de 6 de Janeiro de 1388 e intitula-se *outra per que lhe foy quite todollas Colheyta que el Rey dela avija d aver*. Esta carta trata do quitamento de dívidas da Coroa para com a Ordem de Avis, antigo mestrado do rei quando este era clérigo. Nele, D. João comunica decisões tomadas após considerar

258; SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 127.

algumas questões com seu conselho. A questão aqui é que D. João lista D. Filipa não apenas como sua esposa, mas como também parte do grupo com o qual se aconselhou e como o membro de maior precedência deste rol:

Dom Joham Pella graça de deus Rey de portugal e do algarue em sembra com a Rainha dona filipa mjnha molher., A quantos esta carta virem fazemos saber que nos com acordo e conselho de alguũs prellados e caualleiros e outros fidalgos e com os do nosso conselho que pera esto chamamos de suum veendo e consirando a criaçom que nos recebemos e a honrra e bem e muj grandes serujiços que sempre estes regnos e os reis que forom delles e nos outrossy recebemos da hordem d auis e dos meestres e caualeiros que em ella forom e sam e specialmente de dom fernam Rodriguez que ora he enleito por mestre da dicta ordem poendo per mujtas uezes o corpo em aventura por nosso seruiço e defensom destes regnos E outrossy por bem da nossa alma e exalçamento da dicta ordem Teemos por bem e de nosso moto proprio e certa scientia e poder absoluto qujtamos ao dicto enleito e aa dicta ordem e a todallas comendas dela e a todollos comendadores que ora som e outrossy a todollos meestres e comendadores que depos eles forem na dicta ordem por nos e por todos nossos sucesores que depos nos vierem pera todo sempre toallas colheitas que nos delles deuemos d auer do dicto enleito e ordem e meestres e comendas e comendadores (...) e em testemunho desto lhe mandamos dar essa nossa carta dante na cidade de bragaa vj dias de janeiro el rrey o mandou aluaro gonçalluez a fez (...) ¹²⁰

Este é um documento de suma importância para os reinos portugueses: D. João ainda se encontrava, de alguma forma, bastante conectado à Ordem de Avis que o recebera desde que ele tinha apenas sete anos de idade¹²¹ e fora responsável pela sua criação. Sob as ordens de D. Pedro I de Portugal, o pai de D. João, a Ordem de Avis teria criado o menino infante para exercer de maneira vitalícia o cargo de Mestre de Avis. Naqueles tempos, ninguém poderia sequer imaginar a Revolução de Avis ou que D. João seria alçado ao trono. Quando isto ocorre, a Ordem fica acéfala.

Uma das medidas do rei que visa amainar o mal-estar com uma ordem religiosa tão importante para Portugal no período está descrita no documento acima. O que

¹²⁰ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 1, [II-109], p. 64-65. [Grifos nossos.]

¹²¹ A biógrafa de D. João I, Maria Helena da Cruz Coelho, nos diz sobre a tenra infância do rei: “A criança foi primeiro entregue a um honrado cidadão lisboeta, Lourenço Martins, que tinha a sua morada na Praça dos Canos, junto da Sé, onde D. João terá vivido os anos iniciais de sua infância. Logo depois, ficou ao cuidado de D. Nuno Freire de Andrade, mestre da Ordem de Cristo, o que parecia indiciar um futuro eclesiástico. Na realidade, quando contava cerca de sete anos, e havendo morrido o mestre da Ordem de Avis, D. Martim do Avelar, o seu mentor encontrou-se com D. Pedro, na Chamusca, e sugeriu-lhe a entrega do referido mestrado àquele seu filho ilegítimo. Diz o cronista que o monarca aceitou ‘mui ledó’ a proposta e logo ali lhe cingiu a espada e o beijou e abençoou, armando-o cavaleiro. Um dos requisitos para ser mestre da Ordem de Avis estava satisfeito e ao alcance do monarca. Do defeito da ilegitimidade e da idade só o papa o poderia dispensar, o que, como afirma Fernão Lopes, sem provas, também aconteceu.” Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I – o que re-colheu Boa Memória*. Coleção Reis de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008, p. 21.

devemos observar é que, neste caso, quando D. João manda lavrar um documento “*em sembra com a Rainha dona filipa mjnha molher*”, ou seja, em conjunto com a rainha, logo antes de mencionar que o faz depois de considerar com prelados, cavaleiros e fidalgos, isso tem a intenção de afirmar sua nova condição não apenas de rei, mas também de homem leigo, legitimamente casado. Isto era importante para legitimar a existência de uma nova dinastia em ascensão: em Janeiro de 1388, João e Filipa estavam às vésperas de completar um ano de casados e não possuíam ainda herdeiro algum. Era sabido que a rainha era fértil, pois no verão de 1387 sofrera um aborto espontâneo aos cerca de três meses de gestação.¹²² Todavia, a posição dos reis era frágil: embora encerradas as hostilidades com Castela, a herdeira do falecido D. Fernando ainda vivia e seu marido, D. Juan I de Castela não aparentava ter desistido completamente de suas aspirações de ocupar, através da esposa, o trono de Portugal. Por outro lado, os nobres portugueses ainda não estavam completamente convencidos da fidelidade que deveriam oferecer a este rei de trono tão bambo, casado com uma estrangeira que viera ao reino sob a salvaguarda da grandiosidade de seu sangue, mas sem dote concreto algum.¹²³ Além disso, a bula que confirmava a dispensa de D. João dos votos clericais de celibato não chegara à Portugal ainda, tendo sido apenas comunicada verbalmente ao rei por seus emissários junto ao Papa Urbano VI, fazendo com que a sombra da mancebia pairasse sobre o casal real naquele momento – algo que persistiria até 1391, com a emissão das bulas *Divina disponente clementia* e *Quia rationi congruit* pelo papa Bonifácio IX.¹²⁴

Considerando o contexto, D. João e D. Filipa precisavam usar as armas ao seu dispor para assegurar a estabilidade do trono e o fizeram pela exposição pública de seu *status* matrimonial e da imposição de seu poder como reis de Portugal, fazendo-se conhecer e respeitar como tais. A imposição pela burocracia, veremos, tornar-se-á uma das maiores armas a serviço da Dinastia de Avis e pode ser detectada em documentos bastante primordiais como este. Portar-se burocraticamente desta maneira era um recado: se o rei não possuía sangue, a rainha o possuía e, se a rainha não tinha posses, o rei as tinha por ela. Juntos eles formavam a casa real, reinavam lado a lado e, podemos notar,

¹²² SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 151.

¹²³ O dote de D. Filipa fora acertado entre D. João e o Duque de Lencastre com base nas terras em Castela e Leão que seriam de posse do Duque caso sua esposa se tornasse Rainha de Castela – numa querela dinástica que resultou numa guerra com Inglaterra. Tal guerra não resultou na entronização da madrastra de D. Filipa e sim na futura entronização de sua meia-irmã em Castela, rendendo assim o tratado de Ponte de Mouro, no qual consta a negociação do dote de Filipa, inútil. Desta maneira, D. Filipa casa-se virtualmente pobre, o que é irônico, dado o fato de seu pai ser o mais rico membro da nobreza inglesa de então. Cf. SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 194-196.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 122-123.

que não fazem um uso modesto desse artífice, sobretudo quando se tratava de subjugar os nobres à vassalagem e eliminar quaisquer dúvidas sobre a legitimidade de seu poder.

Na aurora da Dinastia de Avis, a relação entre a nobreza e o rei era uma questão bastante espinhosa. Não por acaso que, segundo a crônica, D. João, ainda enquanto Mestre de Avis e Defensor e Regedor de Portugal, teria recebido de Álvaro Paes a orientação de prometer tudo o que pudesse à nobreza para assegurar o trono e, depois de entronado, resolver os problemas que adviriam de tantas promessas sem fundo.¹²⁵ Era importante conquistar a confiança dos membros da nobreza que não apoiavam a posição política do Mestre naquele momento e que pudessem corroborar, no futuro, uma possível entronização de D. João em detrimento de D. Beatriz, que era a herdeira legítima do trono, no final das contas. O rescaldo dessa postura política adotada no momento da Revolução de Avis era a necessidade de lidar com um grupo bastante vocal de nobres que cobravam os privilégios e quaisquer outros benefícios prometidos à época da revolução.

Mais tarde no mesmo ano, em um documento intitulado *doaçam do cadaual a dom Pedro de crasto*, datado de 30 de Abril de 1388, D. João abre sua declaração em partilha com a rainha:

Dom Joham pella graça de deus Rey de portugal e do algarue emsembra com a Rainha dona filipa mjnha molher. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a dom pedro de crasto nosso uasallo por mujto serujço que dele recebemos e entendemos de receber E outrossy em emenda do lugar de saluaterra que por nosso serujço leixou Teemos por bem e de nossa liure vontade e certa scientia e poder absoluto lhe damos e doamos / e lhe fazemos liure e pura doaçam antre os viuos ualledoira deste dia pera todo sempre pera el e pera seus filhos e netos descendentes lídimos que delle descenderem per linha djreita do lugar do cadaual com todalas aldeas e lugares que eram do termo do dicto lugar do cadaual quando era villa sobre ssy e o tragiam o conde dom Joham afomso que foy de ourem com todos seus djreitos rendas foros e perteenças assy como as nos auemos e de djreito deuemos d auer (...) E em testemunho desto lhe mandamos das esta nossa carta assignada per nossa mão (...) dante da cidade de lixboa xxx dias d abril el rrey o mandou gonçallo caldeira a fez (...) ¹²⁶

¹²⁵ No Capítulo XXVIII do primeiro volume da Crônica de D. João I, em meio à crise, Fernão Lopes relata o seguinte diálogo: “E Aluoro Paez, q̃ fora muito em ajuda dos feitos do Mest̃re, segũdo encima jã tendes ouuido, vendo tal demanda, q̃ se começaua, como algũs dizião ao Mest̃re, q̃ não deſſe affi aquelles aueres, que muito melhor ſerião pera elle, & lhe diſſe hum dia falando com elle, *Senhor, credeme de confelho, & daruosha muy grande ajuda pera levar voſo feito adiante. Que confelho he eſſe?* diſſe o Mest̃re, & ſe for boõ prazmehia muito. *Senhor* diſſe Aluoro Paez, *fazey por eſta guiſa, day aquello q̃ voſo não he, & prometey o q̃ não tendes, & perdoay a quem vos não errou (...)*” [Grifos da fonte.] cf. LOPES, Fernão. *Chronica delRey D. Joam I (...)*. vol. I. Lisboa: Antonio Aluarez Impressor DelRey, 1644, p. 51. Disponível em: <<http://purl.pt/218>> Acesso em: 04 Abr. 2018.

¹²⁶ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 1, [II-333], p. 182-183. [Grifos nossos.]

A doação do lugar do Cadaval a D. Pedro de Castro relacionava-se diretamente ao contexto das consequências da Revolução de Avis e à legitimação de D. João I e D. Filipa no trono de Portugal: neste documento o rei criava o senhorio do Cadaval,¹²⁷ aumentando a dignidade da terra e transformando D. Pedro de Castro em senhor, compensando-o pelo lugar de Salvaterra que perdera e recompensando-o com uma maior posição na hierarquia nobiliárquica do reino, pelos serviços prestados durante a Revolução de Avis. Por outro lado, o Cadaval era um local que se mantivera fiel ao rei durante a Revolução de Avis, apesar da pressão que D. Juan I de Castela exercera sobre a Estremadura, e recuperava um pouco da autonomia perdida durante a contenda entre os dois reinos.

Esta combinação satisfazia a todos os interessados: o lugar de Cadaval, que poderia recuperar-se dos efeitos da guerra, D. Pedro de Castro, que se via compensado pelo serviço prestado e D. João I, que podia exercer e impor poder sobre a nobreza através desse ato.¹²⁸ Finalmente, precisamos observar que o lugar do Cadaval fazia parte do termo da vila de Óbidos, municipalidade que fazia parte da Casa das Rainhas, sob a jurisdição da rainha D. Filipa. Isto sujeitava D. Pedro de Castro não apenas à vassalagem do rei, mas também a da rainha, o que explica a composição do documento “*emsembra com a Rainha dona filipa*”. Este ato de monarquia compartilhada, realizado num momento tão inicial do reinado de D. João e D. Filipa, fortaleceria a imagem da rainha como soberana não apenas para D. Pedro de Castro e seus aliados diretos, mas também para toda a nobreza.

À altura da composição e da assinatura da doação de Cadaval a D. Pedro de Castro, se as colocações de Fernão Lopes estiverem corretas,¹²⁹ a rainha encontrar-se-ia em avançado estado de gravidez da primeira filha do casal a sobreviver o puerpério: D. Branca. O cronista nos declara que D. Branca teria sobrevivido apenas cerca de oito meses antes de falecer e ser sepultada em um túmulo familiar, aos pés de seu bisavô, D. Afonso IV.¹³⁰ O que nos chama atenção, no entanto, é o grande número de vezes que podemos

¹²⁷ SILVEIRA PINTO, Albano Anthero da; BAENA, Augusto Romano Sanches de. *Resenha das famílias titulares do reino de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1838, p. 57. Disponível em: <<https://books.google.pt/books?id=E2YEAAAQAAJ>> Acesso em: 18 Mar. 2018.

¹²⁸ SILVA, Manuela Santos. Reflexos das alterações políticas de finais do século XIV em concelhos da Estremadura litoral. *Notas Diplomáticas. Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 3, p. 163-186. Disponível em: <http://www.academia.edu/1010660>> Acesso em: 18 Mar. 2018.

¹²⁹ Há, na historiografia, dúvidas sobre quando esta criança teria nascido e, até mesmo, se teria nascido. Tais dúvidas são oriundas de inconsistências no próprio texto de Fernão Lopes. Para mais, ver: SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2012, p. 151-152.

¹³⁰ Diz o cronista: “Mas depois que elle foi cazado com aquella nobre Rainha, que diffemos, gerou dela estes filhos. A Infante Dona Branca, que nasceu em Lisboa treze dias do mes de Julho de quatrocentos, & vintaféis anos, & viueo pouco mais de oito mefes, & jaz na Sé defffa Cidade, em hum moimento de pedra

detectar que D. Filipa teria participado do desembargo régio enquanto grávida de quaisquer dos seus filhos com D. João I, se levarmos em consideração as datas oferecidas por Fernão Lopes. Dos 111 documentos de Chancelaria levantados por nossa pesquisa, é possível detectar através do cruzamento de datas, que D. Filipa teria participado pelo menos dezesseis vezes do desembargo régio enquanto grávida.

Se as datas e o número de gravidezes são inexatos por conta de uma aferição incerta de Fernão Lopes, o que nos interessa e, assim, julgamos importante observar, é esta participação política durante a gravidez pois, de acordo com Silvana Vecchio, durante o medievo este era um período socialmente deveras delicado para qualquer mulher, sobretudo para a rainha, que possuía o dever de manter-se a termo a qualquer custo para garantir a sobrevivência dinástica. A gravidez era então considerada uma condição, senão uma doença, delicada e perigosa que não raro levava mãe e bebê à morte. Arriscar de qualquer forma tal estado era considerado criminoso e pecaminoso.¹³¹ É muito emblemático que, apesar de tais posicionamentos sociais sobre a gravidez, a rainha continuasse atuante na política enquanto grávida. Um documento que, embora comum no panorama do desembargo régio, é bastante impressionante neste aspecto, se considerarmos especialmente a data de sua composição, é aquele intitulado *Que nom pouse nemhũa pessoa na albergaria de sam siluestre de santarem*:

Dom Joham etc A quantos esta carta virem fazemos saber que os confrades da albergaria de sam siluestre que he em a ujlla de santarem nos enujarom dizer que algũas pesoas assy da nossa mercee como doutros algũus pousam na dicta albergaria e nas casas della e fazem em ellas esterqueiras e outros dampnos em tal maneira que os pobres nom podem hi pousar (...) E mandamos e defendemos aos nossos pousentadores e dos sobredictos que nom apousem nemhuũ em a dicta albergaria nem casas della posto que nos e a Rainha e Jffantes seiamos no dicto lugar sob pena da nossa mercee (...) dante em a cidade de euora vj dias de feureiro el rrey o mandou (...) vaasco Rodriguez a fez era de mjl iiij^c xxxv annos.,¹³²

O que nos interessa nesse documento são o local e a data. À altura da composição deste decreto, D. Filipa estava avançada na gravidez de sua filha, a Infanta D. Isabel. Fernão Lopes nos dá a data e o local de nascimento da infanta em 21 de Fevereiro de

aos pès DelRey Dom Affonço Jeu bizauò.” LOPES, Fernão. *Chronica delRey D. Joam I*, v. II. Lisboa Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1644, p. 322. Disponível em: <<http://purl.pt/218>> Acesso em: 18 Mar. 2018. Voltaremos à questão sobre D. Branca mais adiante neste mesmo capítulo, dando a conta de Manuela Santos Silva sobre a questão.

¹³¹ VECCHIO, Silvana. *The Good Wife*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *Op. Cit.*, p. 121-122.

¹³² CHR, *D. João I*, vol. II, t. 3, [II-1083], p. 22.

1397, na cidade de Évora.¹³³ Podemos observar, pela datação do documento, que a família real já se encontrava em Évora no dia 6 de Fevereiro de 1397 e que, muito provavelmente, teve sua itinerância sazonal interrompida devido ao estado de avançada gravidez da rainha D. Filipa. Através do levantamento de datações de documentos que consta nas edições da Chancelaria Régia de D. João I,¹³⁴ podemos observar que a família real – e, portanto, o desembargo régio, que sempre acompanha o rei – esteve em Évora de por volta do dia 27 de Dezembro de 1396 até cerca do dia 20 de Janeiro de 1397. Então, há dois registros processuais da Chancelaria realizados em Estremoz, nos dias 22 e 25 de Janeiro e, uma semana depois, é possível detectar que o desembargo retorna à Évora, onde permanece pelo menos de 31 de Janeiro de 1397 a 28 de Maio daquele ano, indicando que, provavelmente, havia uma necessidade de quedar-se por um período um tanto mais prolongado naquele lugar para dar tempo da rainha se recuperar do parto e do bebê ter condições de viajar.

Os períodos prolongados de estadia do desembargo régio em um determinado local eram comuns, para que se tivesse tempo de sanar todas as questões de uma região, contudo podemos observar pela listagem oferecida no índice da Chancelaria que esse tempo girava em torno de, no máximo, oito a dez semanas em cada local, fazendo com que uma motivação plausível para uma estadia de 5 meses em Évora fosse a chegada de um novo membro da família. Contudo, o nascimento de D. Isabel, o puerpério e o período de resguardo do parto não impediram a rainha de participar do desembargo régio. Em documento composto ainda em Évora, em 8 de Maio de 1397 – ou seja, pouco antes de a rainha e a miudinha terem condições de viajar – intitulado *doaçam de cascaães e hueiras com suas Jurdições ao doutor Joham das regas*, a doação que D. João pretende fazer ao Doutor João das Regras só é possível com a autorização da rainha:

(...) Portanto querendo nos declarar esto e nom leixar em duujda Juntamente com a Rainha dona filipa mjnha molher E o Jffante dom afomso nosso filho que a esta doaçam e declaração consentirom e outorgarom per esta nosa carta queremos e mandamos que el e todos seus descendentes aiam o dicto lugar de cascães e seu termo e reguengo d hueiras com sua Jurdiçom mero e mjsto Jmperio tabaliados e todolos outros djreitos suso dictos e cada huũ delles (...) E em testimunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta assignada de nossa mão e firmada de nosso sello de chumbo dante na cidade d euora viij dias de mayo el rrey o mandou aluaro gonçalluez a fez era de mjl iiij^c xxxv annos¹³⁵

¹³³ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. II, 1644, p. 323.

¹³⁴ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 3, p. 308.

¹³⁵ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 3, [II-1219], p. 96-97.

Algumas coisas nos são chamativas nesta carta de doação: o destinatário, D. João das Regras, que entra com um segundo processo sobre Cascais, visando aumentar seu poder sobre as terras e as gentes do local, aproveitando-se da proximidade que possuía com a família real; a necessidade do consentimento e da outorgação de D. Filipa sobre o assunto, ainda que já tivesse sido confirmado que a rainha não possuía naquela região propriedades de fronteira conflitante com as de João das Regras; e, por fim, a inclusão do nome do infante D. Afonso na fórmula discursiva da monarquia compartilhada – uma prática que também advém do desembargo régio de D. Fernando – como uma maneira de transmitir a mensagem que o herdeiro do trono, ainda que criança, estava envolvido naquelas negociações. Este último detalhe serviria a dois propósitos muito específicos: o primeiro, e mais prático, era dar a segurança – ou a impressão de segurança – de que as decisões do rei não seriam facilmente suplantadas por seu herdeiro quando este assumisse o trono, uma vez que seu nome estaria nos documentos oferecidos e, o segundo propósito, e mais importante, era transmitir o conhecimento de que a dinastia era forte: um rei firme no trono, uma rainha fértil, um herdeiro homem a quem se pudesse transmitir o poder sem os traumas de uma sucessão em guerra civil, como a de D. Fernando para D. João I. A inserção do nome de Afonso na Chancelaria era uma forma de demonstrar a continuidade dinástica e de afirmar o poder avisino e, além disso, era de suma importância para garantir que Avis se mantivesse no trono em primeiro lugar.

Esta tendência de inclusão dos infantes nos diplomas régios é amplamente praticada no desembargo da Chancelaria de D. João, com a prioridade de assinatura sempre cedida ao herdeiro do trono, uma vez que seria este filho o sucessor do pai. Este papel, até 1400, era desempenhado pelo infante D. Afonso que, como vimos, era o primeiro filho homem de João e Filipa a sobreviver o primeiro ano de vida. Contudo, aos dez anos de idade, D. Afonso é acometido de uma doença e morre em Braga, três dias antes do Natal. Nem a Chancelaria e nem as Crônicas nos dão conta do luto que terá se abatido sobre a família real de Portugal nesses dias tristes de perda de um herdeiro, filho e irmão – visto que em 1400 já eram nascidos também D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. Isabel e D. João; este último ainda bebê.

Porém, é possível observar que, de todos os anos de reinado, 1401 é o ano que D. Filipa menos participa do desembargo régio, sendo parte referida em apenas três diplomas naquele ano: o primeiro lavrado em 12 de Abril de 1401, uma doação de terras em Figueiredo e Acequins para Pero Vasquez da Cunha e sua esposa, já composto “*em sembra*” com a rainha e D. Duarte, então um menino de apenas nove anos que já carregava

o dever de ser o secundogênito a substituir o irmão morto; o segundo, datado de 20 de Outubro de 1401, no qual o rei legitima seu filho bastardo – D. Afonso, Conde de Barcelos, nascido antes do casamento real – e declara que este pode herdar terras, mas não pode concorrer à Coroa, que pertenceria a D. Duarte ou a quaisquer um de seus filhos legítimos, tidos da rainha D. Filipa, caso este não a pudesse encimar e; por fim, um terceiro documento, datado de 8 de Novembro de 1401, no qual a rainha consente, juntamente ao rei e a D. Duarte, a doação de terras em Viana, Aguiar de Viana, Darque e Parlhal ao mesmo D. Afonso.

Porende Nos Juntamente com a Rainha dona filipa mjnha molher e com o Jffante Duarte nosso filho primogenjto e herdeiro de noso proprio mouimento e poder absoluto e certa scientia auendo com elle primeiramente despensado com sua pessoa sobre todo defecto como despensamos e teemos despensado e abilitado pera elle poder auer doações e heranças e outras cousas lhe fazemos pura simplez e irreuogauel doaçam deste dia pera todo sempre das dictas nossas terras com todas Jurdições mero e mjsto Inperio que nos hi auemos e de djreito deuemos de auer (...)¹³⁶

Observar o impacto da morte de um herdeiro, apesar de nossa perspectiva ser bastante afetada pelo silêncio surdo das fontes sobre o tema, é um exercício que se mostra necessário pela característica personalizada da política medieval: as *pessoas* envolvidas nas tramas de poder importavam, suas dinâmicas pessoais importavam. Sendo assim, é importante para nós observar que uma rainha burocraticamente prolífica se abstém da governança enquanto vive o luto da morte do filho mais velho. Não raro nós, historiadores, esquecemos que nossos objetos de estudo são seres humanos que sentiram, suaram, choraram, riram e sofreram ao longo de sua trajetória. Ainda que não seja possível recuperarmos tais emoções de maneira sequer aproximada, não podemos ignorar que o silêncio, tanto das fontes quanto da própria rainha, nos faz inferir o caráter sintomático da ausência de D. Filipa do desembargo régio no ano de 1401 e, assim, associá-lo ao luto da perda de um filho.

O documento de 12 de Abril de 1401, composto em Leiria, é o primeiro da Chancelaria Régia que denota D. Duarte como herdeiro do trono. Não há registro da passagem de *status* da herança de um filho ao outro, nem na Chancelaria e nem nas Crônicas. O fato é que os documentos deixam de citar D. Afonso dentro da dinâmica da monarquia partilhada quase que imediatamente após a sua morte. Este outro silêncio das fontes não nos permite, no entanto, inferir nada além de uma tentativa prática e

¹³⁶

CHR, *D. João I*, vol. II, t. 3, [II-1473], p. 240.

burocrática de seguir o rumo da governança e da segurança dinástica apoiando-se na existência de um outro herdeiro varão capaz de suceder o pai. Este documento é uma doação de terras a Pero Vasquez da Cunha, sexto filho do senhor de Tábua, Vasco Martins da Cunha.¹³⁷ Segundo a fonte, as terras concedidas a Pero Vaz eram de posse da Coroa e privilégio dos Vasquez da Cunha, que procuraram o desembargo régio para permitir que tais territórios fossem doados ao sétimo filho, para que tivesse rendas com que se sustentar.¹³⁸

Tais doações são os documentos mais comuns na Chancelaria Régia e, com efeito, os que mais exigem o envolvimento de D. Filipa nas questões do desembargo, pois algumas terras só poderiam ser doadas ou concedidas com o conhecimento dela, outras tantas com sua concordância e, ainda, aquelas que necessitavam de seu consentimento. Contudo, o contrário também se verifica, ou seja, uma doação de D. Filipa que mencione o consentimento e a concordância de D. João I acerca do assunto.

Nestes termos, a única doação direta de D. Filipa a alguém que nos resta na Chancelaria de D. João I é um documento de 27 de Janeiro de 1392, intitulado *doaçam do Reguengo de cantanhede a dom marinho e tareyia uaasquez coutinha* e cuja forma não nos deixa ignorar o fato de que o desembargo reginalício funcionava da mesma maneira, em prática, rito e burocracia, que o desembargo régio. Além do mais, o fator de humanidade que pudemos observar nas questões referentes à morte de D. Afonso aqui também se pode detectar:

Dona filipa pella graça de deus Rainha de portugal e do algarue., a quantos esta carta virem faço saber que eu com outorgamento e autoridade de meu senhor el rrey por ssy e por o Jffante dom afonso nosso filho primeiro herdeiro que sta em seu poder consirando o boo diujdo que dom martinho tem na mercee dos dictos senhor Rey e Jffante e os boons serujços que del e de tareyia uaasquez coutinha sua molher e daqueles donde eles descenderom Receberom sempre ester regnos e o dicto senhor Rey e eu e nossos filhos e outrossy recebemos em cada huũ dia e entendemos de Receber delles ao diante deus querendo E querendo eu lhe conhecer e galardoar com mercees o que cada huũ senhor he theudo de fazer e outrossy por o dicto senhor Rey e eu ho auermos por nossa onrra e proveito dos nossos regnos de elles e os outros que som de sua condiçom terem com que nos serujr e defender a terra Porem querendo fazer graça e mercee por as razões suso dictas de mjnha certa sabedoria e proprio moujmento lhe dou a ambos e a cada huũ delles em casamento pera sempre e pera sempre a todollos seus

¹³⁷ Sobre a linhagem dos Cunha, sua árvore genealógica e seu papel no tardomedieval português: Cf. FERNANDES, Fátima Regina. *Sociedade e poder na Baixa Idade Média Portuguesa – Dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa*. Curitiba: Ed. UFPR, 2003, p. 82-98.

¹³⁸ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 3, [II-1090], p. 26.

filhos e netos e descendentes lídimos que delles lidimamente descenderem por jur e herdade e lhe faço liure e pura doaçam a que dizem antre os viuos abcausom do meu reguengo de cantanhede com todas suas rendas e djreitos foros trabutos e fructos e noujdades assy dos que hi stam ora colheitos (...) E em testemunho desto lhe mandey dar esta mjnha carta sellada do meu seello pendente E por mayor firmjdooe pedi a meu senhor el rrey que a mandase sellar do seu seello em testemunho de uerdade. dante em viseu xxvij dias de janeiro a Rainha o mandou aluaro gonçalluez a fez era de mjl iiij^c xxx annos.¹³⁹

A semelhança de forma é flagrante e nos permite observar o caráter gemelar da distribuição técnica do poder entre D. João e D. Filipa: ambos, ao doar quaisquer territórios de suas posses, consultam o outro para o fazer. Ambos, incluem o herdeiro – aqui, ainda D. Afonso – no discurso da doação de modo a fazer com que o documento se faça duradouro para as gerações futuras. Ambos declaram que o fazem de livre e espontânea vontade, porque o podem fazer. Por fim, é imprescindível destacar que a rainha diz: “*E querendo eu lhe conhecer e galardoar com mercees o que cada huũ senhor he theudo de fazer*”. Ou seja, a rainha vale-se do seu *direito senhorial* para conceder o que lhe compete conceder de acordo com sua vontade, como qualquer homem detentor de terras o faria. Não à toa o documento não se utiliza da flexão de gênero (“senhora”) para tratar deste assunto pois o gênero neutro, “senhor”, obedece à sua intenção de demonstrar poder sobre aquela terra e aquelas pessoas. Filipa, consciente de seu domínio senhorial sobre o reguengo de Cantanhede, sabedora do poder que detém ali e que apenas sua própria vontade de doá-lo “*com todas suas rendas e djreitos foros trabutos e fructos*” modificariam este quadro, vale-se disto para recompensar os serviços do casal a si, ao seu marido e aos seus filhos.

A intimidade com que D. Filipa se refere ao casal, especialmente quando menciona Teresa Vasques Coutinha, deve-se ao fato de que a última era uma dama da casa da rainha, e, possivelmente, uma das notáveis moças para as quais D. João e D. Filipa arranjam bons casamentos em seus primeiros anos de Portugal,¹⁴⁰ além de muito provavelmente a dama envolver-se na criação dos infantes – à época, Afonso e Duarte, ainda bebês. É possível inferir que convivência de Filipa e Teresa seria bastante próxima e rotineira, pois não apenas o acerto de casamento é proveitoso – D. Martinho era um Teles, filho de Gonçalo Teles, uma família prestigiosa em Portugal que tentava

¹³⁹ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 1, [II-578], p. 297-299.

¹⁴⁰ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2012, p. 161-162.

aproximar-se do novo rei como demonstração de fidelidade¹⁴¹ – mas também a doação é bastante generosa.

Este é um raro momento em nossa documentação, uma vez que é um dos únicos vestígios sobreviventes no qual podemos perceber diretamente a intensa atividade governamental e senhorial da rainha, além da maneira como ela se vale de seu poder para conquistar a fidelidade e a vassalagem das pessoas que lhe prestaram “*boons serujços*”. É seu direito enquanto “*Rainha de portugal e do algarue*”. Infelizmente, este documento encontra-se no Livro II da Chancelaria de D. João e, por isso, está arrolado no conjunto dos documentos reformados fazendo com que não possamos atestar como se aparentava o selo pendente da rainha D. Filipa. Contudo, saber que este selo estava no documento original é um sinal de que o exercício do poder reginatório era uma constante na prática de governança de Filipa de Lencastre.

Outra evidência da prática de governança de D. Filipa pode ser observado em documento intitulado *Capitullos speciações d obidos per razam da Jurdiçam e outras cousas*, lavrado em Lisboa em 03 de Janeiro de 1395. A rainha D. Filipa não participa, efetivamente, da composição de tal documento, mas sua autoridade é duplamente mencionada quando o rei propõe a resolução de diversas questões problemáticas do concelho de Óbidos. Sendo esta uma região pertencente às propriedades arroladas na Casa das Rainhas, é necessário que os representantes do dito concelho tratem determinadas questões jurídicas acerca de sérias dívidas adquiridas pelo concelho obidense com os tabeliães e juizes que estavam à serviço de D. Filipa, pois tais questões estariam fora da alçada dos funcionários do rei. O documento diz:

Outrossy nos enuiarom dizer em outro capitullo que o dicto concelho tirou muitos dñheiros emprestados d algũas pesoas da dicta villa e do seu termo para encaualgar e atabiar e dar soldo aas gentes que per nosso mandado enuiarom a nosso serujço quando Jaziamos sobre chaues e nas entradas de castella e que agora os credores das dictas diuidas citam e demandam o procurador da dicta villa por ellas porque teem stormentos e scripturas das dictas diuidas que lhas pagasem a certo tempo so certas penas (...) Outrossy nos enubiarom dizer em outro capitullo que nas cortes que fizemos na cidade de lixboa mandamos que nom ouuese hi contadores nem scripuaaes dos meores e que os juizas das terras tomassem taães contas com os tabaliaães e que ora a Raynha per seus officiaães lhe uay contra o dicto arrtjgo poendo contador e scripuam das dictas tetorias per suas cartas o que a elles he agravamento (...) a este capitullo respondemos que se guarde o dicto arrtjgo fecto per nos na

¹⁴¹ GOMES, Rita Costa. *The making of a court society: kings and nobles in late medieval Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 90

dicta cidade nom enbargando que os dictos officios assy fossem dados per a dicta Senhora Rainha.¹⁴²

É possível apontar, neste documento, que apesar do rei ser a autoridade máxima no reino de Portugal, não há conflito de arbítrio entre os ofícios de D. João e D. Filipa: a divisão da governança entre os lados régio e reginalício funcionava de maneira orgânica na monarquia compartilhada que rei e rainha dividiam: estando Óbidos entre as propriedades da Casa das Rainhas e, conseqüentemente sob a jurisdição e senhorio de D. Filipa, o rei instrui o concelho a procurar os oficiais de lei que trabalhavam na administração dos territórios reginalícios. O concelho obidense endivida-se para pagar pelo equipamento das tropas que envia para o combate contra Castela e, por isso, a responsabilidade sobre a resolução da querela é da Coroa, representada por João e Filipa. O rei, desta maneira, não se envolve desnecessariamente uma questão que poderia ser resolvida sem sua interferência nos ofícios passados pela rainha em seu senhorio de direito; resumindo-se apenas a fornecer uma confirmação protocolar à doação feita por D. Filipa.¹⁴³

Há diversos documentos na Chancelaria de D. João no qual podemos observar movimentos semelhantes de monarquia compartilhada e da divisão administrativa entre o desembargo do rei e o desembargo da rainha. Infelizmente não dispomos de meios para confirmar como esses dois órgãos da governança do Portugal Medieval trabalhavam no cotidiano da prática burocrática – várias questões se impõem, como: os ofícios régio e reginalício eram separados apenas nominalmente ou eram completamente dissociados e independentes entre si? Os oficiais viajavam juntos? Se sim, como dividiam-se espacialmente durante a itinerância? Se não, como era realizada a comunicação entre os dois ofícios? Como trabalhavam junto a D. João e D. Filipa? Como a comunicação governamental entre rei e rainha poderia ser intermediada por essas duas casas de burocratas? No entanto, podemos atestar que essa comunicação entre Chancelaria Régia e Chancelaria Reginalícia existia, pois há registro em diversos documentos da Chancelaria de D. João I. Por exemplo, em uma doação feita pelo rei a Martim Lourenço Corvo, composta no Porto e datada de 23 de Janeiro de 1399, intitulada *Coutada em termo de villa real a martim lourenço coruo etc*, podemos observar esta dinâmica:

Dom Joham etc A todollos corregedores Jujzes e Justiças e a outros officiaães e pesoas dos nossos regnos que esta carta virdes saude sabede

¹⁴² CHR, *D. João I*, vol. II, t. 2, [II-826], p. 117-119.

¹⁴³ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 2, [II-579], p. 299.

que martim lourenço coruo nosso uasallo nos dise que elle há hũa qujntaa em termo de ujlla real a qual des antijgamente foe coutada e honrrada (...) Julgado per sentença dada per os do seu desembargo per que nom entrase sayam na dicta qujntaa nem nos dictos lugares outrossy mordomo segundo esto e outras cousas mais compridamente na dicta sentença he contheudo. e que nos pedia por mercee que lha mandasemos guardar E Nos veendo o que nos pedia e vista per nos a dicta sentença Teemos por bem e confirmamo lla (...) dante no porto xxij de Janeiro el rrey o mandou per Rodrigo annes ouujdor da Rainha a que esto mandou liurar nom sendo hi os do seu desembargo a que esto pertencia aluaro gonçalluez a fez era de mjl iiij^c xxxvij annos...¹⁴⁴

Analisar o poder reginalício envolve, também, observar aqueles que trabalhavam para o funcionamento burocrático dos papéis do reino. Na ausência de seus oficiais, o rei manda o documento passar pelo oficialato da rainha. A partir deste pequeno fragmento, podemos atestar algumas das respostas às questões formuladas acima: as casas jurídicas não eram indissociáveis, mas estavam separadas por ofício; uma vez que no Porto estava o oficialato da rainha, mas não o do rei, e ainda assim D. João I pede ao ouvidor de D. Filipa que lavre o termo de confirmação da concessão da coutada em Vila Real. Ou seja, havia integração entre o desembargo da rainha, uma vez que esse documento encontrou seu caminho em direção à Chancelaria Régia. A observância disso faz com que sejamos capazes de compreender, ainda que fragmentariamente, a organização do desembargo e o papel de cada um de seus setores na governança de Portugal. Rodrigo Eanes, o ouvidor de D. Filipa, figura algumas outras vezes na Chancelaria Régia, quase sempre na condição de substituto do ouvidor do rei. Isso se pode observar em outra ocasião, no documento intitulado *do sprital dos palmeiros da cidade do porto de dos priujllegios delle etc*, de 14 de Novembro de 1398, quando D. João e D. Filipa fazem uma concessão de privilégios ao Hospital dos Palmeiros – localizado na mesma cidade. Em troca dos ditos privilégios, o rei imputava o dever de a hospitalidade ser oferecida à família real e àqueles a seu serviço:

Outrossy mandamos e defendemos que nom seia nemhuũ tam ousado assy da nossa mercee e da Rainha mjnha molher e dos Jffantes meus filhos como do conde e dos meestres e caualeiros e outras quaeesquer pessoas que seiam que no dicto sprital (...) el rrey o mandou per Rodrigo annes ouujdor da Rainha a que esto mandou liurar nom sendo hi os seus desembargadores affomso Romeu a fez (...) ¹⁴⁵

¹⁴⁴ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 3, [II-1173], p. 81-82.

¹⁴⁵ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 3, [II-1457], p. 221.

Este documento do Hospital dos Palmeiros também nos permite observar que as questões governamentais de senhorio e vassalagem, no entanto, não estavam apenas relacionadas à posse da terra ou às disposições administrativas ligadas à questão fundiária. Concessões, mercês e outros tipos de benesses também poderiam estar atreladas a outras relações entre rei, rainha, nobreza, clero e povo. Por exemplo, em documento de 28 de Abril de 1396, intitulado *Carta per que el rrey quitou ao moesteiro d alcobaça a comedoria que em elle auia*, o rei suspende a obrigação de comedoria imposta ao Mosteiro de Alcobaça – ou seja, a obrigatoriedade dos frades de oferecerem alimento gratuito aos viajantes que se hospedavam ali – algo que estava em vigor desde o reinado de D. Afonso Henriques, que o impusera em troca da doação do espaço para o mosteiro concedido a Bernardo de Claraval¹⁴⁶ em agradecimento por seus esforços junto ao Papa no reconhecimento de Portugal como reino e D. Afonso Henriques como seu rei. Alcobaça, o complexo que compreende tanto o mosteiro quanto a abadia, era de importância política e eclesiástica no cenário português medieval. Entre outros fatores, lá é o local de repouso eterno de diversos membros da realeza portuguesa, entre eles o pai de D. João I de Portugal, D. Pedro I de Portugal. Uma decisão que envolvesse os cistercienses, há tanto tempo aliados da realeza, deveria ser levada com cuidadosa atenção e envolver as três maiores expressões de poder que o reino possuía – o rei, a rainha e o herdeiro:

Dom Joham etc A quantos esta carta virem fazemos saber que dom frey Joham de dornellas abade e nosso esmoler moor e o conuento do nosso moesteiro d alcobaça da ordem de cestel nos disserom que el rrey dom afonso primeiro que foe de portugal Juntamente com sua molher a Raynha dona Mafalda fizeram doaçam do couto que he d arredor do dicto moesteiro per certas diujssõees contheudas em a carta da dicta doaçam a dom bernaldo abade de claraua e a todos seus monges frades e a todos seus soccessores, em a qual doaçam he contheudo que eles faziam a dicta doaçam por suas almas e de seus padres e auos E que pera senpre em o dicto moesteiro ouuese e fosse facta memorea delles (...) E que per uertude da dicta doaçam o dicto moesteiro e abades e conuento del forom e steuerom em posse ataa os tempos que o abade dom Joham martjnz veo por abade do dicto moesteiro que pode auer lx annos pouco mais e de exempçom e liberdade de nom dar aos reis e Raynhas e Jffantes Jantar nem outro serujço (...) e som constringidos a

¹⁴⁶ Em obra sobre a Ordem de Cister em Portugal, Maria Alegria Fernandes Marques analisa a trajetória dos monges brancos no reino e afirma que S. Bernardo de Claraval envia uma carta ao rei D. Afonso Henriques, através do prior João Cirita, no ano de 1144, solicitando autorização e terras para que se possa fundar um mosteiro em Portugal – que viria a ser o Mosteiro de São João de Tarouca. Segundo a autora, a partir do século XIII, a Ordem de Cister começa a assumir grande precedência e importância em Portugal e que Alcobaça, então, passa a ser uma das maiores casas cistercienses da Europa. Cf. MARQUES, Maria Alegria Fernandes. *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Edições Colibri, 2008.

dar a nos quando nos e os sobredictos reis e Raynhas e Jffantes chegauamos e hiam per o dicto moesteiro tres dias de comer aa sua custa (...) E Porem assy o declaramos per esta nossa presente carta E posto que a ella per algũa guisa fossem theudos querendo nos fazer graça e mercee a eles e ao dicto nosso moesteiro por esmola e onrra d el rrey dom pedro nosso padre que a deus perdoe e dos Reis e Raynhas e Jffantes que em elle jazem e som sepultados e por desencarregar nossa consciência e dos reis e Raynhas e Jffantes que depos nos ham de vïjr e de nossa liure vontade proprio moujmento e boom desejo e certa sciencia e poder absoluto com conselho e outorgamento de minha molher a Raynha dona filipa e do Jffante dom afonso nosso filho primeiro lidimo herdeiro ao louuor de deus e de sancta maria sua madre (...) E em testemunho desto lhes mandamos dar esta nossa carta assignada per nossa mão e da sobredicta Raynha mjnha molher e do dicto Jffante nosso filho e selada do nosso verdadeiro seello do chumbo pendente dante em sanctarem xxviij dias de abril el rrey o mandou pero uaasquez a fez era de mjl iiijc xxxiiij annos¹⁴⁷

O longuíssimo documento, aqui bastante abreviado, detalha minuciosamente as condições físicas, sociais, econômicas e até espirituais pelas quais D. João aceita o pedido dos cistercienses. Se analisarmos a questão através da perspectiva dos frades, o pedido era até razoável: é preciso considerar que reis, rainhas e infantes jamais viajavam em pequenos grupos. Suas comitivas são sempre muito numerosas e a estadia de tantas pessoas em um mesmo lugar significava sérios prejuízos para qualquer anfitrião, até mesmo os frades de uma ordem grande e bastante poderosa como a de Cister.

A concessão de terras à Ordem de Cister e, consequentemente, a primeira imposição do direito à aposentadoria aos cistercienses fora exigida num contexto histórico no qual a albergaria era importante nos movimentos bélicos dos primórdios do reino de Portugal: era importante que o rei e os seus tivessem um espaço seguro para se abrigar, se alimentar e reorganizar em meio ao caos da formação do reino e tal condição à concessão dos coutos seria razoável.¹⁴⁸ Tal obrigatoriedade tornava-se obsoleta num momento em que a realeza tinha a possibilidade de abrigar-se de maneira confortável e, mais importante, às suas próprias custas em suas próprias terras. A dinastia de Avis, em 1392, ainda não estava inteiramente firme em sua posição, com apenas 7 anos de reinado e muitas questões a solucionar. Agradar os cistercienses era um movimento inteligente no sentido de angariar alianças e não significava grande prejuízo ao rei abandonar o direito à comedoria em apenas um local. Dessa maneira, D. João e D. Filipa conquistavam poderosos aliados e, assim, afirmavam um pouco mais o seu poder ante o cenário medieval lusitano através de diversos mecanismos.

¹⁴⁷ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 2, [II-998], p. 205-208.

¹⁴⁸ MARQUES, Maria Alegria Fernandes. *Op. Cit.*, 2008, p. 38-39.

Tal afirmação de poder transpassa, também, a questão dos infantes de Avis. Como já mencionamos, os filhos de D. João e D. Filipa não eram aleatoriamente inseridos nos documentos: tal inserção possuía um viés legitimador. Logo, é possível identificar nos documentos que esta inclusão obedecia a uma lógica social: quanto mais importante a pessoa ou instituição a quem o documento se endereçava, mais provável era a inclusão da rainha, do herdeiro e dos demais infantes no corpo do texto e, ou, na sua assinatura para corroborar as decisões reais. Podemos observar isto mais profundamente em dois documentos específicos: a legitimação de D. Afonso, filho bastardo do rei, e num aforamento feito a D. Nuno Álvares Pereira. No primeiro documento, composto em Lisboa a 20 de Outubro de 1401, o rei assim declara:

(...) queremos e outorgamos e mandamos que per a dicta legitimação e dispensaçom o dicto dom afonso meu filho aia e retenha a nobreza fidalguia onrras e liberdades e priuillegios que per djreito comum custumes e hordenações e husanças foros façanhas dos nossos regnos ham d auer os outros fidalgos lidimamente nados E que posa desafiar e retar e meter mãos como outro qualquer filho de Rey e homem nobre fidalgo que lidimamente fosse nado (...) Outrossy suprimos todo falimento de solempnjdade que de facto ou de djreito for necesario pera a dicta legitimação e dispensaçom firme ser e mais ualler Ca nossa temçam he de legitimarmos e legitimamos o dicto dom afonso meu filho o mais compridamente que o nos podemos fazer e o el pode ser E desta dispensaçom em todo nem em parte nom faça perJujzo a meus filhos o Jffante Duarte e dom pedro e dom enrique e dom Joham e dona isabel e dona branca e a outros quaãesquer filhos que eu ouuer da Rainha dona filipa mjnha molher ou doutra molher lidima se os ouuer porquanto nossa entençom he de eles socederem e auerem aquel djreito que ham e aiam despois da nossa morte em nossos regnos e em nossa terra e em nossos bens nom sendo facta esta dispensaçom e mjlhor se mjlhor pode seer¹⁴⁹

O rei, então, mandara listar todos os infantes legítimos existentes em 1401 – Duarte, Pedro, Henrique, João, Isabel e Branca¹⁵⁰ – por ordem de nascimento, ou seja, na

¹⁴⁹ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 3, [II-1474], p. 242-244.

¹⁵⁰ Chama nossa atenção a menção à D. Branca em um documento de 1401. Se as contas lopeanas estão corretas, D. Branca teria morrido ainda antes de D. Afonso – não mencionado neste documento pois já estaria morto à altura de sua composição – o que tornaria confusa a citação à D. Branca na legitimação de Afonso de Portugal. Então, quem seria esta criança mencionada no documento? Segundo Manuela Santos Silva, debruçando-se sobre o mesmo documento que agora discutimos, esta poderia ser a mesma D. Branca mencionada anteriormente. A autora justifica que, ao invés de 1388, esta criança teria nascido *depois* de D. Isabel, ou seja, depois de 1397, em 1401 e que o calendário mencionado por Fernão Lopes teria um equívoco de datação: “Inclino-me mais para a possibilidade de Branca ter nascido após Isabel, embora seja difícil de sustentar a data de 1398 e ao mesmo tempo preservar o dia, mês e local de nascimento indicados por Fernão Lopes: “(...) E, nesse ano de 1401, apesar de ninguém aparentemente o ter alvitrado ainda, poderia ter nascido a 13 de julho em Lisboa uma menina, a quem deram o nome de Branca.” Como Manuela Santos Silva, não podemos – e não iremos – nos aprofundar na discussão das datas de nascimento (1388, 1395, 1398, 1401?). O que podemos afirmar é que existiu uma criança chamada Branca que estava viva em 1401 e era filha de D. João e D. Filipa, fazendo com que fosse citada como um dos filhos legítimos do rei e da rainha na legitimação do meio-irmão, Afonso. Não sabemos muito sobre ela, o que confirma a

ordem de herança do trono, homens primeiro e mulheres depois; e também ainda lista todos os que poderiam vir a existir depois, nascidos de D. Filipa ou de “*doutra mulher lidima*”. D. João procura deixar claro para a posteridade que o trono possuía herdeiros o suficiente para que não houvesse disputa pela coroa quando morresse, numa clara busca por assegurar a estabilidade dinástica conquistada pelo casal real de 1387 até aquele momento e, com isso, a tranquilidade política do reino de Portugal, afastando o imaginário nobiliárquico o quanto pudesse do caos da Revolução de Avis e da disputa pela Coroa. Isto era essencial para manter os nobres mais importantes do reino sob controle.

E ninguém era mais importante entre os nobres do reino que D. Nuno Álvares Pereira. Em carta de aforamento intitulada *Aforamento dos steiros corroyos e da mora e d arantella e d algema ao conde dom nuno aluarez pereira etc* e datada a 29 de Setembro de 1403, o rei concede uma larga soma de privilégios e direitos ao homem que lhe tinha sido o Condestável de Portugal, braço direito por vários anos e que, sob o favoritismo do D. João e gratidão da família real, tinha acumulado os títulos de Conde de Barcelos, Conde de Ourém e Conde de Arraiolos.¹⁵¹

Dom Joham etc A quantos esta carta virem fazemos saber que preito e demanda era e speraua de ser perante gomez martjnz doutor em leis antre nos da hũa parte como autor per aluaro meendez nosso procurador e dom nuno aluarez piraireira nosso condestabre como Reeo da outra per pedro afomso seu ouujdor e procurador dizendo o dicto nosso procurador que no termo da villa d almadaa há certos steiros e abras com suas terras .s. os esteiros de corroyos e d algema e da amora e d arantella que saem todos do mar donde chamam o barco de martim afomso os quaães eram nossos e pertemciam a nos E que ora o dicto condestabre per ssy e per outros se trabalhaua de fazer e mandar fazer em eles acenhas e edificios pera moer aJuntando seus apartamentos pera ello nom sendo os dictos steiros seus mais nossos em perJuizo nosso e dos nossos djreitos. (...) E que fazendo se hi as dictas acenhas e deficios seria serujço de deus e nosso e proveito comunal da terra e pobradores della que nom ham moendas como lhes compre e ajnda do dicto condestabre pera auer alguũ proveito dello por nos qujtat outrossy do dicto preito e demanda nos ouuemos a vjũr e viemos com el a tal auença e trasauçom e amjgauei composiçom que el tomase e ouuese de nos os dictos steiros abras e terras delles per titullo d aforamento pera el e todos seus herdeiros e sucesores (...) e Porende Nos com mjnha mulher a Rainha dona filipa e o Jffante duarte primogenjto e o Jffante dom pedro

hipótese de ter morrido muito jovem. Infelizmente, sua existência só pode ser detectada através da menção de seu nome na Crônica de Fernão Lopes e desta única menção na Chancelaria Régia. Para mais, ver: SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 154.

¹⁵¹ FERNANDES, Fátima Regina. A construção da sociedade política de Avis à luz da trajetória de Nuno Álvares Pereira. *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais – A guerra e a sociedade na Idade Média*. Porto de Mós / Alcobaca / Batalha, 2008, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2009, v. I, p. 421-446.

e dom anrique meus filhos E auudo primeiramente conselho sobre o que dicto he E com aquella solempnidade que em taães casos o direito requiere com dom Joham arcebispo de lixboa e com o doutor Joham das regas e gonçallo uasquez de merllo e afomso annes das leis gonçallo periz fernand aluarez e Joham afomso de santarem todos do nosso conselho e com aluaro gonçalluez nosso chanceler moor gonçallo lourenço scpriuam da nossa puridade e Joham afomso d alanquer ueedor da nossa fazenda consirando as suso dictas razões (...) E em testemunho desto lhe mandamos dar esta carta assynada per nossa mão e pella Rainha minha molher e pelo Jffante Duarte primogenjto e pelos Jffantes dom pedro dom anrique meus filhos e polos sobredictos dom Joham arcebispo de lixboa e doutor Joham das regas e gonçallo uasquez de mello afomso annes das leis gonçallo periz fernand aluarez Joham de santarem todos do nosso conselho E outrossy per os sobredictos aluaro gonçalluez nosso chanceler moor e gonçallo lourenço scpriuam da nossa puridade e Joham afomso d alanquer veedor da nossa fazenda . a qual carta mandamos sellar com nosso seello do chumbo dada em a nossa muy nobre leal cidade de lixboa xxix dias de setembro el rrey o mandou anrique de lixboa a fez era de mjl iiij^c Rj annos¹⁵²

O aforamento cedido a D. Nuno Álvares Pereira é intrinsecamente detalhado e composto de forma a equalizar a importância do ato, da relação entre o conde e a família real, da posição que D. Nuno possuía no reino e da deferência política que lhe era devida através do posto governamental que ocupava no conselho do rei. Muito embora tanto o selo quanto a assinatura de D. João e D. Filipa, e dos demais signatários, tenham se perdido com as reformas do arquivo da Torre do Tombo, é importante notar que a discriminação de tais confirmações e assinaturas é feita de modo a significar o caráter inquebrável desta concessão e demonstrar como a monarquia, enquanto instituição, procurava recompensar faustosamente D. Nuno Álvares por seu serviço a Portugal. Tal carta de aforamento é, sim, um compromisso burocrático, mas também se mostra como a confirmação de uma aliança entre família real e seu mais distinto aliado num momento em que, passados vinte anos da Revolução de Avis, a dinastia se encontra segura – daí a inclusão da Rainha como signatária e monarca, além da menção e assinatura dos três filhos homens mais velhos de D. João. Era o momento de colher os frutos, firmar as alianças e começar a construir o caminho que Portugal teria adiante: a expansão.

Tais movimentos expansionistas, iniciados com a Conquista de Ceuta em 21 de Agosto de 1415, a rainha não viveria para testemunhar. Morta no mosteiro de Odivelas, em 19 de Julho do mesmo ano, D. Filipa de Lencastre em seus últimos anos participara de dinâmicas governamentais muito semelhantes às que descrevemos aqui – doações de

¹⁵²

CHR, *D. João I*, vol II, t. 3, [II-1510], p. 266-271.

terras, concessões de privilégios, solucionamento de questões concelhias, legitimações de filhos bastardos daqueles próximos a si. Nem depois de morta, como vimos no início desde subtítulo, deixou de ser mencionada nas letras da lei portuguesa; pois ao morrer de maneira tão súbita, a rainha deixara questões inacabadas que seriam herdadas por sua única filha, D. Isabel. A infanta agira no posto da mãe até seu casamento, em 1430, com Filipe III, Duque da Borgonha. Isto porque D. João não voltaria a casar-se e as propriedades e obrigações de uma rainha em Portugal foram então progressivamente entregues a Isabel, como podemos atestar em documento composto em Santarém, a 14 de Setembro de 1416, intitulado *doaçam do lugar d aluayazar aa Jffante dona Jsabel*:

Dom Joham etc em sembra com o Jffante Duarte meu filho primogenjto e herdeiro nos dictos regnos e senhorio, a quantos esta carta virem fazemos saber que nos fizemos doaçam aa Jffante dona Jsabel mjnha filha da nossa villa d aluayazer a qual nos ouuemos per bem de huĩ scambo que fizemos com o Jffante dom pedro duque de cojmbrá meu filho pella villa e lugar de montemoor o uelho

o qual lugar de aluayazer com seus djreitos lhe damos e doamos como dicto he E com as clausullas e condições que ella de nos tem e possuy as outras terras que ella de nos tem que foram da Rainha mjnha molher cuja alma deus tem (...)¹⁵³

Ou seja, ainda que D. Isabel não tivesse recebido o título de rainha de Portugal após a morte da mãe, documentos como este demonstram que a infanta ocupou o lugar prático de D. Filipa em Portugal, colaborando ativamente na governança ao lado de seu pai e, em anos posteriores, de seu irmão que lentamente fora assumindo as rédeas do poder régio ao passo que D. João envelhecia. Tal continuidade de poder, uma constante na história da Dinastia de Avis, seria benéfica a Portugal: a morte dos monarcas, Filipa em 1415 e João em 1433, não deveria causar sobressaltos no reino, não deveria dar nenhum espaço para um temido vazio de poder que, no século anterior, teria sido a grande motivação da Revolução de Avis.

Desta maneira, é possível observar a partir deste documento o começo do processo que levara D. Isabel a ocupar o lugar que D. Filipa ocupara na corte portuguesa, suas atribuições políticas e suas posses patrimoniais. Ignorar a influência da conduta política de D. Filipa sobre D. Isabel durante os primeiros dezoito anos de vida da infanta seria pueril, bem como o impacto deste período de monarquia compartilhada, ainda que informalmente, na trajetória de D. Isabel: essas duas vias de influência são flagrantes quando observamos que, quando ela se torna Duquesa da Borgonha, todo o

¹⁵³

CHR, *D. João I*, vol. III, t. 3, [III-1182], p. 235.

comportamento político apreendido durante a convivência com a mãe e o exercício do poder em Portugal é emulado no ducado, fazendo com que Isabel se tornasse uma das mulheres mais politicamente poderosas de seu tempo.¹⁵⁴

Quando a infanta se casa, este patrimônio da Casa das Rainhas transfere-se para D. Leonor de Aragão, sua cunhada, esposa de D. Duarte. Apropriadamente, a transmissão das “*villas da Raynha*” para D. Leonor é o último documento no qual encontramos o nome de D. Filipa de Lencastre:

Dom Joham pella graça de deus Rey de portugal e do algarue e senhor de cepta a uos Johane meendez corregedor por nos em a nossa corte e a outros quaãesquer que uosso lugar ao diante teuerem fazemos saber que a Jffante dona lionor mjnha filha nos dise que ella tem de nos certas villas de que lhe nos avemos fecta doaçam com sua Jurdiçom alta e baxa e mayor e mjsto Imperio per quella guisa que as de nos auja e posuya a Raynha dona filipa minha molher cuja alma deus aia (...) E Nos vista sua petiçom e doaçam fecta aa dicta Senhora Rainha porque nos somos certamente emformado que as dictas villas que de nos tem lhe foram e sam dadas com toda sua Jurdiçom alta e baxa como per ella dicto he E aa dicta senhora Rainha primeiramente assy foram dadas mandamos que daquj em diante tenhaães acerca dello esta maneira que se segue (...)¹⁵⁵

Além de entregar-lhe as terras da rainha, D. João também cede a Leonor um corregedor que faça cumprir sua jurisdição nas ditas terras. O documento, datado de 29 de Setembro de 1430, nos oferece uma visão final – dentro de nosso recorte – acerca do alcance governamental-burocrático da rainha D. Filipa de Lencastre, que possuía “*Jurdiçom alta e baxa e mayor e mjsto Imperio*” por seu direito próprio sobre aquelas terras. A Casa das Rainhas, enquanto entidade independente – porém intrinsecamente ligada ao poder régio – possuía uma parte considerável da propriedade fundiária de Portugal, o que fazia com que tais transmissões, de Filipa para Isabel e de Isabel para Leonor, fossem delicadas, complexas e necessitassem de negociações entre os reis – D. João I e D. Duarte – e os outros infantes – Pedro, Henrique, João e Fernando, especialmente os mais velhos. À altura da morte de D. Filipa, a consolidação da Dinastia de Avis no reino estava completamente concluída e a rainha que chegara em Portugal prenhe de tradição, mas pobre de ouro cumprira sua missão, deixando para o reino não apenas uma linhagem forte e legítima, mas principalmente um sólido legado de exercício de poder reginalício que não seria facilmente apagado por muitos séculos.

¹⁵⁴

COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. Cit.*, 2008, p. 170-172.

¹⁵⁵

CHR, *D. João I*, vol. IV, t. 2, [IV-781], p. 212-213.

CAPÍTULO III

Raynha minha fobre todas muy amada

*Amou bem fielmente o seu mui
nobre marido (...) com doces e
graciosas palavras**

A Chancelaria de D. João I nos ofereceu perspectivas sobre a prática política-burocrática e sobre a experiência de D. Filipa de Lencastre no trono de Portugal. Pudemos analisar documentos que nos exibiram vislumbres do papel da rainha na governança do reino e nos permitiram constatar que, mais do que assegurar a continuidade da linhagem pelo sangue, Filipa possuía o caráter de ser a outra face da moeda do poder real português, compartilhando do controle do reino através do domínio da terra e da imposição de poder pela burocracia sobre os nobres, a clerezia e o povo. A rainha figura nas letras jurídicas como senhora, governante, conselheira e companheira do rei, tornando-se assim um dos mais poderosos símbolos da estabilidade do trono e da dinastia, crucial para a manutenção da Coroa.

Sabedores, porém, que a letra da lei não é a única expressão simbólica¹⁵⁶ da estratégia de imposição de poder avisina, outra perspectiva possível se apresenta quando nos dedicamos a analisar o papel de D. Filipa no processo de legitimação avisino através de suas *representações*¹⁵⁷ nas Crônicas Régias portuguesas, uma vez que estas são a face e a personalidade que a própria Dinastia opta por exibir a quem de fora, uma persona criada para atender diretamente à necessidade premente de legitimação. Questionamos neste Capítulo III, portanto, quais as faces de Filipa à Dinastia de Avis interessara exibir e quais as funções sociopolíticas atribuídas à tais representações. Assim, através das noções de *identidade, continuidade, memória e legitimidade* analisamos as representações de Filipa de Lencastre na *Crônica de D. João I*, de Fernão Lopes, e na *Crônica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara.

* Trecho presente no 98º Capítulo do 2º volume da Crônica de D. João I – *De alguns costumes e bondades da Rainha Dona Filipa*.

¹⁵⁶ A definição de “símbolo” difere de acordo com a perspectiva que se adota. Assim, adotamos uma definição ampla, oriunda da Antropologia, que nos satisfaz: representação polissêmica, multifacetada, que se relaciona em muitos níveis ao que representa, traduzindo e sintetizando o objeto representado com o intuito de disseminá-lo de maneira mais fluida e atribuir-lhe posto e valor comunicacional entre emissor e receptor da mensagem intencionada. Cf. SNEDDON, Andrew. Symbolic Value. *The Journal of Value Inquiry*, v. 49, n. 3, 2015. Disponível em: <http://www.researchgate.com/publication/283004148_Symbolic_Value> Acesso em: 29 Ago. 2018.

¹⁵⁷ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

Quando entramos em contato com as Crônicas Régias, a primeira impressão que os textos nos transmitem, sobretudo aqueles compostos no início da literatura moralizante avisina, é que aquela é a face que se deseja exhibir. Avis é, então, uma dinastia em roupas de domingo, expondo-se sob controle, tomando para si a narrativa de sua própria história antes que outrem o pudesse fazer, negando a quaisquer outros o escrutínio de suas ações. Para compreendermos as necessidades dessa exibição de si mesma é importante que consideremos dois fatores: o primeiro é que a Dinastia de Avis tem a possibilidade de criar, do início e deliberadamente, sua própria *identidade*,¹⁵⁸ controlando o discurso sobre si e os seus, estabelecendo diferenças e semelhanças em relação a Dinastia de Borgonha neste seu primeiro momento de existência. Desta maneira, cada indivíduo feito personagem na Crônica de D. João I tem um papel a desempenhar na construção da nova identidade avisina, sejam estes protagonistas – nomeadamente o rei, a rainha, os infantes, Nuno Álvares, João das Regras entre outros do círculo interno da governança – ou coadjuvantes da narrativa.

Por outro lado, a quebra política ocorrida com a Revolução de Avis, paradoxalmente, não poderia ser uma quebra dinástica, pois do sangue advinha o argumento que pusera D. João I no trono. Assim, a construção de legitimidade para os novos detentores da Coroa necessitava da segurança que só poderia ser fornecida pelo passado, pela familiaridade, pelo parentesco e pela finíssima linha consanguínea que sustentava a conexão entre as dinastias de Borgonha e Avis. Valendo-se da manipulação e do domínio do discurso sobre si mesma, a Dinastia de Avis teve a chance de estabelecer uma *continuidade* entre sua nova identidade régia com a tradição anterior da Dinastia de Borgonha.

¹⁵⁸ Consideramos o conceito de *identidade* a partir de uma proposta historiográfica fortemente inspirada na Sociologia e na Antropologia, que postula que a identidade – seja ela individual ou coletiva – é um construto social; sempre relacional, por ser fundamentalmente ligada a um senso de diferenciação em relação ao que se lhe caracteriza como “o outro”; condicional às construções históricas e à experiência histórica de cada indivíduo ou grupo e; finalmente, indissociavelmente ligada à memória uma vez que esta fornece à identidade a base sobre a qual se erguer. Para aprofundamento nas discussões teórico-metodológicas sobre o conceito de identidade, recomendamos: Cf. LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. São Paulo: Educ, 1998; SILVA, Tomaz; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004; SCOTT, Parry; ZARUR, George. (Orgs.) *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. Recife: EdUFPE, 2003.

Manter tal equilíbrio tão delicado entre construir uma identidade própria e não romper com a continuidade que permitira que um bastardo, ainda que *filho de rei*, fosse alçado ao trono era então uma questão de sobrevivência política.

Considerando este corolário e a premissa de que cada personagem das Crônicas Régias possuía um papel a desempenhar nessa empreitada, nossa intenção é entender como a construção da personagem que representa D. Filipa de Lencastre é concebida de modo a ser um dos principais elementos da formação de identidade e continuidade para a Dinastia de Avis. Questionamo-nos, então, qual é a face de D. Filipa que à Crônica é importante representar no texto, exposta e relacionada a outros personagens.

Desta maneira, a primeira característica da representação avisina de D. Filipa que nos chega, no segundo volume da Crônica de D. João I, é a *diferença*, é o que Filipa *não* é: castelhana. Com o fim da convulsão do reino e uma última contestação de sua posição no trono a suprimir – a de D. Beatriz – uma das prioridades de D. João era o casamento; ou seja, assegurar herdeiros para Portugal e não submeter a Coroa a qualquer disputa sanguínea entre parentes obscuros no futuro, com a intenção de recuperar a estabilidade das sucessões hereditárias borgonhesas. Sendo assim, a busca por noivas teria de seguir entre os poucos aliados que o rei podia contar e não poderia ser uma moça qualquer, mas uma que pudesse carregar a herança de uma *linhagem* para Portugal e não trazer problemas no futuro por conta de uma parentela demasiadamente imiscuída nas árvores genealógicas da nobreza ibérica. Não seria uma tarefa fácil, tanto pela escassez de alianças e noivas de real estirpe que atendessem às necessidades joaninas e que estivessem disponíveis para o casamento com um rei de coroa bamba, quanto pela dificuldade de encontrar nas famílias dos arredores uma mulher que não estivesse genealogicamente conectada aos outros reinos ibéricos.

A solução estava do outro lado do mar. Em Inglaterra havia um duque, pai de duas moças solteiras em idade casadoira e que compartilhava com D. João I mais do que alianças comerciais, mas também um inimigo comum:¹⁵⁹ D. Juan I, rei de Castela. John de Gaunt, duque de Lencastre, era o nobre inglês de maior destaque daquela corte – filho de Edward III e tio de Richard II, reis ingleses que por diferentes motivos foram incapazes de reinar por grandes períodos; o duque agiu na Inglaterra como um regente não-oficial por longos anos, responsável por mediar questões entre a realeza e a nobreza. Seu berço

¹⁵⁹ Optamos por adotar as grafias nativas dos nomes do Rei de Portugal, do Rei de Castela e do Duque de Lancaster – respectivamente João, Juan e John – visando facilitar a identificação desses personagens históricos durante a leitura.

John de Gaunt era rico em ouro, mas, apesar disso, não dispunha de tantas armas e soldados assim na Inglaterra para entrar em guerra contra Castela sozinho. Segundo Manuela Santos Silva, “tratava-se de uma campanha que só poderia ser suportada financeiramente pelo Tesouro inglês”¹⁶² o que significava o envolvimento do reino em si, debates entre os conselheiros do reino e outras questões diplomáticas que dependiam de outras vontades, não apenas a do duque.

Dentro de tais circunstâncias, D. João I fora abordado duas vezes sobre a possibilidade de integrar-se à campanha: na primeira – em 1384 – suas prioridades eram outras e ele sequer era rei, ainda regedor e defensor, portanto a questão não fora adiante. Na segunda, após a Inglaterra colaborar com o envio de arqueiros galeses para lutar contra Castela na Batalha de Aljubarrota, contudo, a proposta parecia extremamente vantajosa e realizara-se através do Tratado de Windsor,¹⁶³ que sacramentara então o envolvimento de Portugal nas disputas paralelas da Guerra dos Cem Anos:

Pela cronologia que Peter Russell nos apresenta, o duque de Lancaster já não participou na negociação do acordo com os embaixadores de Portugal, pois já tinha partido há um mês para Plymouth, no Condado de Dorset, onde se juntaria à frota que partiria para a Península Ibérica sob seu comando. No entanto, um dos negociadores era um membro do seu séquito, Sir Richard Abberbury. O tratado tinha a particularidade de estabelecer uma aliança de três tipos de interesses diferentes, embora conectados: militar, político e económico. O acordo obrigava os dois reinos a auxiliarem-se mutuamente, quer em situação ofensiva quer defensiva, contra todos os restantes, à exceção do papa, do imperador e do legítimo rei de Castela. (...) Além de Catalina, que talvez já tivesse planos de tentar casar com um dos Trastâmaras, no caso de militarmente a campanha correr mal, o duque de Lancaster levava consigo outra mais-valia: Philippa, a primogénita de seu primeiro casamento, de 26 anos de idade e ainda solteira. É provável que tivesse em mente casá-la com o novo e também solteiro rei de Portugal, porque era por meio de alianças desse tipo que se solidificavam as relações políticas.¹⁶⁴

Sobre a presença das princesas na comitiva de guerra do Duque de Lencastre e as intenções de sua família de casá-las com os reis ibéricos, Fernão Lopes descreve os argumentos que D. João I, o Duque de Lencastre e seus respectivos conselheiros têm sobre a questão e, também, da linha de raciocínio que rege a decisão real:

Ora aqui dizem alguns: que logo nesta embaixada foi falado sobre o casamento DelRey, co hũa das Infantes, filha do Duque: mas quãdo quer que foffe mouido ElRey teue confelho sobre ello, no qual lhe

¹⁶² SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 100.

¹⁶³ Em nosso Livro de Anexos encontra-se, na íntegra, a transcrição do original em Latim do Tratado de Windsor e, também, a versão do Latim para o Português feita pelo Visconde de Santarém no século XIX. Cf. Anexo X e Anexo XI, respectivamente, p. 352-362.

¹⁶⁴ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 100-101.

muitos aconselharom, que cazasse com Dona Cathelina neta DelRey Dom Pedro, dizendo, que por alli lhe podia vir azo de erdar depois o Reyno de Castella. Outros deziom, com a Infante Dona Felippa, & com a conculsam de todos foi: que elle a q̃ esto mais pertẽcia, escolheſe qual ſua merce foſſe. ElRey diſſe: que pois a eſcolha auia de ficar nelle, como era de razom, que ſua vontade nom ſe outorgaua caſar com a Infanta Dona Cathelina, porque lhe parecia caſamento darroydo, & miſtura de nunca perder guerra, quem com ella cazasse, por azo da erança, q̃ ſua madre entendia de auer no Reyno de Castella. Doutra guiſa deixando a de fazer quem a ouueſſe por molher, que lho contariom por mingoa, & ſeria por ello ſempre prazmado, & que pois a Deos graças elle eſtaua com victoria de ſeus imigos, que lhe nã entendia mouer mais guerra, ſaluo por cobrar o q̃ lhe tomado tinhom, ataque lhe deſſem paz. & eſtonce viuer aſſoſſegado: gouernãdo ſeu Reyno em direito, & juſtiça. E ainda dezia ElRey, q̃ eſto era muito melhor pera o Duq̃: por que andando eles em guerra poderia ſer que faleceria a ElRey de Castella ſua molher, & cazaria com eſta Infante, ou cazaria cõ ella ſeu filho: que eſperaua de erdar o Reyno: & eſto lhe vinha muito bem à mão pera ceſſar tal contenda com honra de hum, & outro: o que a elle auir nom podia: & aſſi ficou determinado, prazendo a Deos de cazar com a Infante Dona Felippa.¹⁶⁵

A partir da narrativa de Fernão Lopes podemos compreender que a escolha de D. Filipa se dá por ela atender às necessidades políticas e diplomáticas do novo rei: um casamento de alta estirpe – Filipa pertencia à Dinastia Plantageneta, que se mantinha no controle da Inglaterra desde o século XII – com uma noiva desligada das complexas questões políticas, diplomáticas e sucessórias da Península Ibérica e que, sobretudo, solidificaria uma aliança extremamente importante para Portugal naquele momento, uma vez que esta significava o reconhecimento de sua legitimidade por um reino importante no cenário europeu e que tinha o poder de aproximar ainda mais o novo rei de Portugal de figuras como o Papa em Roma e outros governantes aliados dos ingleses – ainda que pusesse em risco suas conexões com os reinos e líderes ligados à França e ao Papado de Avignon, dado o contexto de animosidade na Europa devido à Guerra dos Cem Anos e ao Grande Cisma que partiu a Igreja Católica em duas. Sobre tais necessidades, concordamos quando Maria Helena da Cruz Coelho afirma que

Só podia ser inglesa a união matrimonial de D. João I. Castela era terra de inimigos e os demais reinos peninsulares não se apresentavam como partidários seguros. Para lá dos Pirinéus, os equilíbrios eram ainda mais instáveis, decorrendo a Guerra dos Cem Anos. (...) Era portanto o duque de Lencastre um aliado natural do reino português exactamente porque se opunha, ainda que por diversos motivos, à rival comum – Castela. O Tratado de Windsor de 1386 reclamava, como era habitual nos acordos diplomáticos, uma aliança de sangue. E essa ocorreu no ano seguinte.

¹⁶⁵

LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1644, v. 2, p. 218-219. [Grifos nossos.]

(...) A eleita foi então Filipa. Ela representava a paz e a aliança, não a guerra.¹⁶⁶

Filipa, cujo sangue era livre de laços ibéricos¹⁶⁷ e pleno de vantajosas associações, era a mulher ideal para tornar-se a primeira rainha de uma dinastia nova. O ineditismo do reinado de D. João – suas origens, sua ascensão ao poder, sua relação com as diferentes camadas da sociedade lusitana, sua eleição ao trono em detrimento de outros pretendentes ao trono de considerável maior estofo que ele – exigia, de um ponto de vista político, o desatrelamento do rei das antigas dinâmicas políticas de seus antecessores para a construção de uma identidade própria. Isso incluía romper com a tendência matrimonial centenária de casamentos entre os infantes ibéricos, distanciando-se definitivamente dos conflitos dinásticos com Castela e tecendo laços fortes com a Dinastia Plantageneta.¹⁶⁸ Na lógica avisina, ainda que este fosse um rompimento significativo com as condutas dos antepassados de Borgonha, este movimento serviria para fortalecer sua posição no poder. Continuar com a política de casamentos ibéricos, neste momento, significaria um grande prejuízo para a estabilidade do trono.

Nesse processo de construção de identidade e legitimação, também é mister considerar que Filipa aportava na Península Ibérica trazendo consigo todo o peso de sua *linhagem*, algo que será reiterado ao longo da *Crônica de D. João I* e da *Crônica da Tomada de Ceuta*. Como supracitamos, a noiva de D. João I não poderia ser *qualquer noiva*, mas uma que tivesse força de sangue, uma vez que o rei apresentava “*defeito de fua nacêça*.”¹⁶⁹ Tal questão apresenta-se aos cronistas – e seu público-alvo – como uma controvérsia bastante capciosa, por ser emblemática da necessidade entre manutenção de

¹⁶⁶ COELHO, Maria Helena da. *Op. Cit.*, 2008, p. 149. [Grifos nossos.]

¹⁶⁷ “*Livre*” é uma liberdade de discurso. Se nossa pretensão for pelo máximo possível de exatidão genealógica, podemos atestar que Filipa tinha um distante parentesco direto na Península: sua única parenta ibérica, pelos dois lados de sua árvore genealógica, era uma Leonor de Castela, sua trisavó, casada com Edward I de Inglaterra um século antes e membro de uma dinastia extinta em solo castelhano, por demais distante para significar qualquer questão problemática dentro do contexto em que viviam João e Filipa. Possíveis parentescos ibéricos mais antigos, e por isso ainda mais irrelevantes, não foram levados em consideração para os efeitos desta pesquisa.

¹⁶⁸ Maria Helena da Cruz Coelho, ao esmiuçar a questão do matrimônio real, nos expõe com simples retidão a necessidade de associar-se aos Plantageneta: “(...) um matrimônio real era uma aliança que, no geral, selava anteriores relações ou tratados de paz. Nela se uniam famílias e se fundiam patrimônios. E desta união, ainda mais do que de qualquer outra, se esperava uma varonil e frutuosa descendência. Que seria a continuadora da linhagem e do patrimônio avisino, e o primogênito o herdeiro da casa grande de um reino.” COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. Cit.*, 2008, p. 148-149.

¹⁶⁹ Como observamos no Capítulo I desta tese, Fernão Lopes narra que, quando os fidalgos, prelados e procuradores dos concelhos comunicaram a D. João, Mestre de Avis, a escolha de sua pessoa como sucessor legítimo de D. Fernando no trono, o Mestre responde que não era suficiente para receber em si a honra e a dignidade do Regimento Real, pois havia o embargo do defeito de sua nascença – tema repetidamente debatido durante as Cortes de Coimbra – e o problema de seu ordenamento clerical como Mestre da Ordem de Avis. Cf. LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1644, v. 1, p. 407.

continuidade e construção de uma nova identidade: tendo nascido de uma união fora do casamento entre D. Pedro I e a misteriosa D. Teresa Lourenço, reconhecido mas sequer citado em testamento pelo rei,¹⁷⁰ um dos argumentos para a elevação de D. João ao trono de Portugal era que, apesar do dito defeito de nascença e de não ser Infante, D. João era *filho de rei*¹⁷¹ e por isso sua alçada ao trono deveria ser considerada. Nesse caso, D. João sozinho possuía o poder de manter a continuidade, mas não conseguiria construir identidade para si e seu governo baseado apenas no fato de ser *filho de rei*, pois se isso fosse possível naquele contexto, os outros postulantes ao trono – D. Beatriz e os filhos de Inês de Castro – teriam candidaturas mais sólidas do que as do então Mestre de Avis à época das Cortes de Coimbra de 1385. Assim, a rainha deveria ter o sangue de linhagem pura que o rei não tinha para que, juntos, pudessem gerar herdeiros legítimos.

A importância da linhagem de D. Filipa era tal que Fernão Lopes dedica inteiramente o Capítulo 88 do Volume II da Crônica de D. João I a esta questão. Intitulado “*Que homem era o Duque de Lencastro & sua mulher Dona Costança*”, esta passagem nos oferece um panorama detalhado sobre a parentela de D. Filipa, seus antepassados e contemporâneos, para que se fizesse conhecer à audiência da Crônica as raízes Plantagenetas que também nutriam a árvore genealógica de Avis. Fernão Lopes fala do pai e dos tios de D. Filipa, de seus irmãos legítimos – entre eles o Rei da Inglaterra, Henrique IV; fala da mãe de D. Filipa e da riqueza e nobreza de sua família, lista os matrimônios de ambos os lados, lista os títulos e posses de seus familiares. Reiteramos o que já mencionamos no Capítulo anterior desta tese que a intenção de toda esta exploração era demonstrar que *se o rei não possuía sangue, a rainha o possuía por ele* para gerar

¹⁷⁰ É interessante observar que, em seu testamento, o rei D. Pedro I cita seus filhos um a um ao dividir seus bens em testamento, cita uma terceira filha – “que criam no Mosteiro de Santa Clara” – que nos é completamente desconhecida e, por algum motivo, sequer menciona D. João, filho de Teresa Lourenço: “(...) mandamos à Infanta Dona Maria, nossa filha, que hora he em Aragoão, oitenta mil libras. Item mandamos à Infanta Dona Briatiz, nossa filha, para casamento cem vezes mil libras. Item mandamos ao Infante Dom João, nosso filho, oitenta mil libras. Item mandamos ao Infante D. Diniz, outro filho, oitenta mil libras. Item mandamos à nossa filha, que cria no Mosteiro de Santa Clara de Coimbra cem mil libras para casamento. Item mandamos a Briatiz Dias, nossa criada (...)” O responsável por suplementar a Crônica de D. Pedro I, o padre Jozé Pereira Bayão, observa o mesmo com igual estranheza e atribui a ausência de D. João, Mestre de Avis, do testamento por um esquecimento oriundo da condição deteriorada do rei ao ditar seu testamento. Cf. BAYÃO, Pe. Jozé Pereira. Suplemento a esta Chronica del Rey D. Pedro. In: LOPES, Fernão. *Chronica Del Rey D. Pedro I*. Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa Impressor do Santo Officio, 1735, p. 563-574.

¹⁷¹ Fernão Lopes, no início da Crônica, descreve que quando há em Lisboa o medo de que a rainha D. Leonor tenha mandado assassinar o Mestre de Avis, a plebe e a nobreza secundogênita da cidade entram em completa polvorosa e espalham a notícia pelas ruas: “*Acorramos ao Mestre, amigos, acorramos ao Mestre, ca filho he Del Rey Dom Pedro.*” A partir deste momento da Crônica, o argumento *filho de rei* surge nas representações de fala do jurista João das Regras, advogado das intenções do Mestre de Avis no contexto das Cortes de Coimbra. Cf. LOPES, Fernão. *Chronica Del Rey D. Ioam I de Boa Memória*. v. I, p. 23.

uma nova geração de príncipes de sangue real, transmitindo-o aos filhos que tivessem, tornando incontestes suas posições de herdeiros legítimos do trono que uma dinastia nascente passaria a ocupar, oferecendo novas possibilidades políticas e diplomáticas que oferecessem a Portugal um futuro diferente do passado de querelas com Castela que dominaram os dias da Dinastia de Borgonha.

A narrativa do casamento entre D. Filipa e D. João também faz parte da estratégia de construir identidade para Avis a partir de *quem* a rainha não era. A antagonista em representação, neste caso, seria a antecessora de D. Filipa, a rainha D. Leonor Teles. Segundo Fernão Lopes em sua *Crônica de D. Fernando*,¹⁷² o casamento de Leonor e Fernando fora feito a furto, sob palavras de presente, em segredo e sob a anulação forçada do primeiro casamento da noiva.

Era preciso distanciar a personagem de D. Filipa da figura tão negativa de D. Leonor Teles que circulava na corte e que, posteriormente, fora representada ainda mais destrutivamente por Fernão Lopes. O primeiro passo para isto deveria ser narrar com detalhes todo a dignidade do cerimonial oficial do casamento dos primeiros reis da Dinastia de Avis com a intenção de deixar claro que Filipa não era como Leonor. Para efeitos de comparação, assim Fernão Lopes descreve a reação acerca do casamento de D. Fernando e D. Leonor:

Quando foi sabido pelo reino como el-rei recebera de praça D. Leonor por sua mulher, e lhe beijaram a mão todos por rainha, foi o povo todo de tal feito mui maravilhado, muito mais que da primeira, porque antes d'isto, não embargando que o alguns suspeitassem, pelo grande e honroso geito que viam a el-rei ter com ella, não eram porém certos se era sua mulher ou não, e muitos, duvidando, cuidavam que se enfadaria el-rei d'ella e que depois casaria segundo pertencia a seu real estado. (...) maravilhando-se muito d'el-rei não entender quanto desfazia em si por se contentar de tal casamento (...) E deixadas as falas d'alguns simples que em favor d'elle rasoavam, dizendo que não era maravilha o que el-rei fizera, e que já a outros acontecera similhavel erro, havendo grande amor a algumas mulheres, dos ditos dos entendidos fundados em sizo alguma cousa digamos em breve, os quaes, falando n'isto o que lhes parecia, diziam que tal bemquerença era muito d'engeitar, mormente nos reis e senhores, que mais que nenhuns dos outros desfaziam em si por alliança de tais amores; ca pous que os antigos deram por doutrina que o rei, na mulher que houvesse de tomar, principalmente devia d'esguardar nobreza de geração mais que outra alguma cousa, que aquelle que o contrario d'isto fazia não lhe vinha de bom sizo mas de sandice (...) pois que el-rei D. Fernando deixava filhas de tão altos reis, com que lhe davam grandes e honrosos casamentos, e

¹⁷² LOPES, Fernão. *Chronica de el-rei D. Fernando*. 3v. Lisboa: Escritorio, 1896. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/419>> Acesso em: 11 Out. 2018.

tomava D. Leonor, que tantos contrários tinha para não o ser, que bem devia de ser posto no conto de taes.¹⁷³

Servidor da Dinastia de Avis, como já sabemos, o cronista tem muito o que dizer sobre o relacionamento e o casamento de Fernando e Leonor e tanto é que dedica um capítulo inteiro de sua crônica a apontar detalhadamente quais os problemas, para o reino e para o rei, que D. Leonor representava. De chofre questiona a legitimidade da união – “*não eram porém certos se era sua mulher ou não*” – e desta maneira a própria legitimidade de Leonor enquanto rainha. Diz que o rei se casava com alguém que não se equacionaria a seu *real estado*, que D. Fernando *desfazia de si mesmo* ao casar-se com alguém que não era qualificada para ser rainha ou esposa de rei; diz também que os amores de D. Fernando por D. Leonor eram *de se enjeitar*, pois os reis deveriam priorizar a *nobreza de geração* de suas noivas e não os sentimentos que por elas poderiam vir a nutrir. Atribui tais amores à alguma *sandice* e questiona o *juízo* do monarca, que *rejeita filhas de altos reis* para casar-se com Leonor Teles de Menezes. E este é apenas o começo de uma longa colocação sobre as desvantagens deste casamento.

Os motivos de comparar, ainda que veladamente, D. Filipa com D. Leonor são muito simples: a última mulher a ocupar o trono de Portugal antes de Filipa era aquela que combatera D. João I pela coroa, uma inimiga da Dinastia de Avis que, lembramos, já estava estabelecida à época da composição das Crônicas Régias. No caso, ao vencedor o poder do discurso: a vitória estava ao lado avisino, bem como o privilégio da narrativa. Para construir a identidade da Dinastia de Avis como legítima no poder sem, no entanto, quebrar a relação de herança direta de direitos entre os filhos de D. Pedro, seria necessário destruir a representação – e a reputação¹⁷⁴ – de D. Leonor Teles sem manchar tanto a

¹⁷³ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1896, v. 2, p. 11-12. [Grifos nossos.]

¹⁷⁴ Fernão Lopes fora mordaz em sua narrativa de Leonor Teles em diversos momentos, questionando sua honra, sua legitimidade, sua decência, como quando escreve sobre a visita dos mesteiros de Lisboa, representados por Fernão Vasques, alfaiate, que protestavam contra o amasiamento de D. Fernando com D. Leonor: “*A bemquerença e amores que el-rei D. Fernando tomou em Lisboa com D. Leonor Telles, como já dissemos, foi logo fama por todo o reino, afirmando que era sua mulher, com que já dormira, e que a tinha recebida a furto; e desprouve muito a todos os da terra, da maneira que el-rei n’isto teve grão sentimento. E não prestou razões que lhe sobre isto falassem os de seu conselho, dizendo que não era bem casar com tal mulher como aquella, sendo mulher de seu vassalo, e deixar taes casamentos de infantes filhas de reis como achava, assim como d’el-rei d’Aragão e d’el-rei de Castella (...) eram ali vindos porquanto lhes era dito que el-rei seu senhor tomava por mulher Leonor Telles, mulher de João Lourenço da Cunha, seu vassalo, e, porquanto isto não era sua honra, mas antes fazia grão nojo a Deus e seus fidalgos e a todo o povo, que elles, como verdadeiros portugueses, lhe vinham dizer que tomasse mulher filha de rei, qual convinha a seu estado (...) que houvesse filhos legítimos que reinassem depoz elle, e não tomasse mulher alheia, ca era cousa que lhe não haviam de consentir; nem elle não havia por que lhe ter isto a mal, ca não queriam perder um tão bom rei como elle por uma má mulher que o tinha enfeitado.*” Cf. LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v.1, 1896, p. 190-192. Outro momento no qual Fernão Lopes ataca a rainha foi detalhadamente exposto por Carlos Roberto Figueiredo Nogueira quando analisa o episódio do

memória de D. Fernando – pois tinha sido rei, filho de rei, e antecessor de D. João, o elo de continuidade entre Borgonha e Avis que daria peso às reivindicações de sucessão de D. João e, consequentemente, de todo o resto de sua família.

Assim, D. Fernando é posto como o rei enfeitado por uma má mulher, enquanto D. Leonor Teles vai lentamente se convertendo na *Aleivosa* da Crônica de D. João I, a mulher que o povo de Lisboa acusa de assassinato e ameaça queimar na fogueira.¹⁷⁵ A sucessora de D. Leonor Teles deveria ser o seu *exato oposto* e é considerando tal oposição que podemos observar a narrativa da boda de D. João I e D. Filipa de Lencastre:

A Infante foi trazida muy honradamente dos paços, hù poufaua, á Sé: & alli em nome do Senhor Deos a recebeo ElRey, presente todos, por sua esposa, & molher lidima, fazendolhe tal officio o mais solemne, que se fazer pode: & esto foi a dous dias de Feuereiro em festa da Purificação da Benta Virgem: & auendo estonce ElRey vintenoue annos, & a Infante sua esposa vinteoito: & esto acabado, ordenou logo ElRey de fazer sua voda, & tomar casa da quinta feira seguinte a oito dias (...) NOM embargando, que os dias fossẽm breues, por ordenança de tamanha festa, mormente como naquele tempo tinhom em costume de fazer, encomendou ElRey a certos officiaes de sua casa, & aos officiaes da Cidade o encargo, que cada hum desto tiuesse & com gram diligencia, & sentido tinhõ todos cuidado do que ElRey lhes encomendara, huns pera fazerem praças; & desempacharem as ruas, por hù auiom dandar as gentes, outros de fazer jogos, & trebelhos, & matinadas de noite, & fizerõ mui á pressa hũa grãde praça ante S. Domingos, & a Rua do Souto; que era entom todo ortas, hù justauom, & torneauom grandes fidalgos, & caualeiros, q o bem sabiom fazer, & outra gente nõ. Affi que toda a Cidade era ocupada em defuairados cuidados desta festa. E todo prestes pera aquelle dia, partio ElRey à quarta feira; donde poufaua, & foyse aos paços do Bispo, hù poufaua a Infante, & a quinta feira foram as gentes da Cidade juntas em defuairados bandos de jogos, e danças per totalas praças, com muitos trebelhos, que faziõ. As principaes ruas, por hù estas festas auiom de ser, todas erom femeadas de defuairadas verduras e cheiros. ElRey sahio

assassinato de D. Maria Teles, irmã da rainha, em “*Amor de perdição: as mulheres entre a monarquia e o poder aristocrático no Portugal do século XIV*”. Observando as minúcias políticas do episódio narrado por Fernão Lopes através dos contextos internos e externos da fonte, Figueiredo Nogueira explicita os vieses lopeanos de atribuir a ruína de D. Fernando à sua união com D. Leonor Teles. Cf. NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Amor de perdição: as mulheres entre a monarquia e o poder aristocrático no Portugal do século XIV*. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; SAMPAIO, Jorge Pereira de. *Inês de Castro: a época e a memória*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 43-57.

¹⁷⁵ Se é Fernão Lopes o responsável por cognominar D. Leonor Teles como “A Aleivosa” ou se esta era uma perspectiva oriunda do espírito popular que o cronista empregava em seu trabalho, não podemos afirmar, mas o cronista sem dúvida eterniza o epíteto em sua crônica utilizando-o algumas vezes. A mais contundente de todas, cremos, está no Capítulo 12 do Volume 1 da Crônica de D. João I, intitulado “*Do aluoroço, que foy nã Cidade, cuidando que matauaõ o Mestre, & como alaá foy Aluoro Paez, & muitas gentes com elle.*”. Destacamos o trecho: “*Ally eram ouuidos brados de defuairadas maneiras. Taes auiaõ, que certificaõ que o Mestre era morto, pois as portas estauão cerradas dizendo, que as britassẽm para entrar dentro, & veriam que era do Mestre ou que coufa era aquella. Delles bradauam por lenha, & que vieffe lume pera porem fogo às portas, & queimarem o tredor, & a aleiuofa.*” [O Conde Andeiro e a Rainha D. Leonor, respectivamente.] Cf. LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v.1, 1644, p. 23. [Grifos nossos.]

daqueles paços emfima de hũ caualo branco, em panos douro Realmente vestido, & a Rainha em outro tal muy nobremête guarnida: leuauõ nas cabeças coroas douro muy ricamête obradas, de pedras, & aljôfar de grãde preço. Os moços dos caualos leuauaõ as mais honradas peças, q̃ hi erõ de grande preço, não indo arredados hum do outro, mas ambos a igual, & todos muy bem corregidos, & o Arcebispo leuaua a Rainha de rédea diante hiam pipias, & trombetas, & outros instrumentos, tantos que se nom podiom ouvir, donas filhas dalgo; & iſſo meſmo da Cidade, cantauom indo detraz, como he coſtume de vodas. A gente era tanta, que se nom podiom reger, nem ordenar: por o eſpaço, que era pequeno dos paços á Igreja: & aſſi chegarom ás portas da Sé, que era dalli muito perto, hú Dõ Rodrigo Biſpo da Cidade ja eſtaua feſtiualmente em Pontifical revestido eſperando com a Clerefia, o qual os tomou pelas mãos, & demoueo a dizer aquellas palauras: que a Sancta Igreja mãda, que se digom em tal Sacramêto. Entom diſſe miſſa, & prégaçam, & acabado ſeu officio tornarom ElRey, & a Rainha aos paços, donde partirom com ſemelhante feſta¹⁷⁶

Se Leonor casa-se à furto, Filipa casa-se em plena luz do dia, com *ofícios solenes*, grande pompa e circunstância, cercada pelo povo. Se Leonor é questionada em sua legitimidade por nobres, populares e clerezia, Filipa é levada ao altar pelo Arcebispo de Lisboa, vestida de ouro, aljôfar e pedras preciosas, aclamada na via pública por todas os grupos sociais. Se Leonor foi tomada do primeiro marido e recebida por palavras de presente e levada às pressas para o leito para que sua união se oficializasse, Filipa teve ritual, missa, festa, banquete e núpcia. Leonor é recebida com desconfiança, desvalorização e temor; Filipa é recebida com festas, honras e jogos. Convinha, neste momento, afastar a imagem de João e Filipa daquela de Fernando e Leonor, pois quanto mais ritualístico e oficial o casamento dos primeiros, quanto mais apoio houvesse de todos os setores da sociedade lusitana, mais *legítima* era a reivindicação joanina ao trono, mais legítimos seriam os herdeiros gerados desta união, uma vez que boa parte da argumentação sobre a sucessão de D. Fernando repousar sobre D. João construía-se na ilegitimidade de D. Beatriz enquanto herdeira por ser filha de Leonor Teles.

A construção da identidade avisina através da representação de Filipa de Lencastre como uma rainha perfeita também se dá quando o cronista a descreve pela primeira vez, dedicando o Capítulo 98 do segundo volume da Crônica – intitulado “*De alguns coſtumes, & bondades da Rainha Dona Felippa*” – a este tema. Ao enaltecer as qualidades de D. Filipa enquanto mulher, Fernão Lopes não apenas afasta sua figura da rainha anterior, também pavimenta o caminho para a narrativa do poder de sua linhagem – descendente e ascendente, da renovação religiosa promovida por sua majestade na corte,

¹⁷⁶

Ibid., v.2, 1644, p. 226-227. [Grifos nossos.]

da nova *gravitas* que os hábitos e a personalidade de D. Filipa impõem àqueles que estão a sua volta – nobres, clérigos ou plebeus, da parceria que a rainha e o rei estabelecem no trono e da conduta da rainha enquanto guardiã das damas que tem ao seu serviço:

ESTA Rainha D. Felippa; foi nada de nobre padre, & madre, affi como era louuada em fêdo Infante de todas as bõdades q̃ a molher de alto lugar pertence, affi o foy, & muito mais, depois que nouamente foi cazada, & poſta em Real eſtado; à qual Deos outorgou marido concordauel a ſeu deſejo, de que ouueſſe fermoſa geração de bemauenturados, & virtuoſos filhos, como adiante ouuireis: & porêem nos fora praziucl trabalho, podendo, louuar as virtudes, que em ella ouue. Mas porque deſto nom ſomos baſtante, cūpre eſpedirnos dello muito em breue. Eſta bemauenturada Rainha, affi como em ſua mocidade era deuota, & nos diuinaes officios eſperta: affi o foi & muito mais, depois que teue caſa, & a ordenou à ſua vontade, Ella rezaua ſempre as horas canonicas, pelo coſtume de Saruſbri: & però elle ſeja nom bem ligeiro dordenar: affi era em eſto atenta, que ſeus Capellaens, & outras honeſtas peſſoas recebiom nelle por ella enſinança: todalas feſtas feiras tinha em coſtume rezar o Pſalterio, nom falando a nenhũa peſſoa, ataſ o nom acabaua de todo; & quando era embargada por doença, ou conſtrangida por impedimento de parto, acerca de ſy lhe rezauom todo o que ella auia em coſtume, ouuindo o muyto devotamente, ſem nenhuma outra toruaçam. & dos jejuns nom cumpre fazer ſermom, porque o fazia muito a miude; nem do ler das ſanctas eſcrituras em conuinhaueis tempos, que affi era todo repartido, com tam madura diſcrição, que nunca a ocioſidade em ſua imaginação achaua morada, & era cuidadoſa acerca dos pobres, & mingoados, fazendo largas eſmolas às Igrejas, & Moſteiros. Amou bem fielmente o ſeu mui nobre marido, tendo bom ſentido de o nunca anojár, & da boa enſinança, & criação de ſeus filhos, bom fazia couſa alguma com rancor, nem odio, mas todas ſuas obras erom feitas com amor de Deos, & do próximo. Em ella auia hũa chaã conuerſaçam, proueitoſa a muytos, ſem oufania de ſeu Real eſtado: com doces, & gracioſas palauras a todos praziueis de ouvir: & alegrauaſe algũas vezes, por nom parecer de todo apartada deſpaçar com ſuas donzellas em jogos, ſem ſoſpeita de enganos, lícitos, & conuinhaueis a toda honeſta peſſoa; affi que ſendo ſeus perfeitos coſtumes, em que muito floreceo por meudo poſtos em eſcrito, affaz ſeria dabaſtoſa enſinãça pera quaeſquer molher, poſtoque de menor eſtado foſſem.¹⁷⁷

O elogio de Filipa de Lencastre feito por Fernão Lopes demonstra que o cronista intenciona representa-la como a matriz *virtuosa* de Avis, o bastião da legitimidade dinástica através das qualidades da rainha enquanto mulher, princesa, cristã, mãe, esposa; consolidando-a no espaço de modelo clerical de mulher vigente no período,¹⁷⁸

¹⁷⁷ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v.2, 1644, p. 228-230.

¹⁷⁸ DALARUN, Jacques. *The Clerical Gaze*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *A History of Women - Silences of the Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, p. 15-43.

especialmente o modelo de rainha, uma mulher impecável que deveria servir de bússola moral para o reino inteiro.

Enaltecer Filipa e suas qualidades era uma maneira de fazer um elogio ao *ventre* responsável por trazer ao mundo o futuro daquilo que era desejado e elementar para a política régia: uma *linhagem contínua* de reis de Portugal. O *filho de rei* que se tornara rei deveria ter filhos seus que pudessem ficar em seu lugar quando o primeiro monarca avisino partisse. Ainda que D. Filipa fosse, como já mencionamos, livre de conexões ibéricas e D. João tivesse apenas o suficiente de *status* régio para manter-se no trono, a existência de parentesco entre os filhos de João e Filipa e os antepassados borgonheses seria de suma importância para que a mensagem da continuidade fosse transmitida. O Capítulo 148 do volume I da *Crônica de D. João I*, intitulado “*Dos filhos, que ElRey Dom Iohaõ ouue, & em que tempo nascerom*”¹⁷⁹ nos oferece uma perspectiva delicada de como Fernão Lopes orquestrou os olhares para o futuro e para o passado que deveriam servir à estabilidade entre identidade e continuidade de Avis:

(...) falaremos dos filhos, que ouue, affi em fendo elle Mestre de Auis, como depois que reynou, & foy cazado: & postoque nados fojfe por proceffo de tempo, & nom este nomeado como, nós diremos aqui todos, por se melhor poderem entender, & saber, leuando com elles o modo dos Reys, que no começo de seus reynados cõtamos as bondades, que cada hũ vzou na vida, & destes Infantes em breue diremos alguma coufa pouca das condiçoens, de que foram afermojentados: (...) Mas depois que elle foi cazado com aquella nobre Rainha, que dijsemos, gerou della estes filhos . f . A Infante Dona Branca, que nasceo em Lisboa treze dias do mes de Iulho de quatrocentos, & vintaféis annos, & viueo pouco mais de oito mefes & jaz na Sé deffa Cidade, em hum moymento de pedra aos pès DelRey Dom Affonfo seu bizauõ.¹⁸⁰

Quando Fernão Lopes descreve a decisão de repousar o corpo da primeira filha do casal de Avis próximo ao corpo de D. Afonso IV, pai de D. Pedro I e avô de D. João, o cronista nos oferece a descrição de um ato político e um gesto simbólico de estabelecimento da via sanguínea direta entre Borgonha e Avis, além de ser uma oferenda à continuidade do sangue. Da mesma forma, narrar esta passagem – ainda que de maneira tão breve – na *Crônica* fora uma decisão da mesma natureza. É curioso escolher D. Afonso IV como companheiro de descanso *post mortem* de D. Branca, se considerarmos o *horror*¹⁸¹ que o dito rei tinha da possibilidade da bastardia no trono de Portugal, mas

¹⁷⁹ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v.2, 1644, p. 321-325.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 322. [Grifos nossos.]

¹⁸¹ Este horror de D. Afonso IV pelo fantasma da bastardia é amplamente reconhecido na historiografia acerca do Portugal Tardomedieval: segundo as fontes, tanto o reinado de seu pai quanto o seu próprio sofreram com os efeitos políticos nocivos da mancebia e das alianças diplomáticas e nobiliárquicas

podemos apenas conjecturar sobre esta escolha ser ou não deliberada – uma vez que o bisavô havia sido tão ferrenho defensor da legitimidade do sangue, associar simbolicamente o bebê e a família à sua imagem pode ter sido um movimento calculado, ainda que não possamos confirmar nossas suspeitas com as fontes que dispusemos.

A respeito da cronologia destes eventos narrados por Fernão Lopes destacamos a escolha de atrelar a memória de dois membros da família tão distantes quanto D. Afonso IV e D. Branca. Ele fora um rei morto poucas semanas depois do nascimento de D. João I, logo completamente desconectado do contexto da Revolução de Avis e ela era uma criança que, como muitas das suas contemporâneas, morre pouco tempo depois de nascer. D. Branca poderia ser considerada desimportante se não fossem D. João e D. Filipa seus pais. Isso fazia com que ela fosse a prova de que o casal real poderia gerar filhos e poderiam prover Portugal com a tão necessária descendência legítima, ainda que D. Branca tivesse falecido antes de completar um ano de idade. Sua simples existência já era uma certificação de que *gerar prole* não seria o problema. Ademais, observando a relação de D. Afonso IV com a questão da legitimidade, atrelar a memória do ancestral borgonhês à memória do primeiro fruto dinástico avisino seria um movimento inteligente de manipulação memorial para estabelecimento de continuidade entre Borgonha e Avis: D. Afonso IV era um ancestral direto que não estava relacionado a quaisquer questionamentos sucessórios – como estiveram D. Pedro, pela questão dos infantes Castro, e D. Fernando, com o imbróglio que deu origem à Revolução de Avis. Associar-se à sua memória colaborava com os esforços avisinos de fundamentação de sua legitimidade.

equivocadas para a manutenção do equilíbrio dinástico no reino. Segundo Armindo de Sousa, o rei, quando infante, possuía uma rixa profunda com o pai, D. Dinis, pelo “valimento na corte dos seus meios-irmãos, Afonso Sanches, João Afonso e Fernão Sanches, indicados pela intriga como seus possíveis rivais na sucessão monárquica, nomeadamente o primeiro dos três. Em 1320, a incompatibilidade virou guerra aberta. Uma guerra fomentada por alguns nobres despeitados e saudosos de antigos privilégios feudais – que D. Dinis havia cerceado – e também uma guerra querida por Castela e Aragão, reinos interessados em enfraquecer Portugal no contexto da Península. Durou quatro longos anos essa desvairada guerra civil.” Cf. SOUSA, Armindo de. *Op. Cit.*, 1997, p. 406.

Além disso, Armindo de Sousa ainda nos expõe que a história se repete e, durante o reinado de D. Afonso IV, a sombra da bastardia volta a se fazer conhecer para este rei: “Os últimos anos do governo de D. Afonso IV foram marcados pela guerra civil. Dele contra o filho, repetição da história. O motivo próximo foi o assassinio de Inês de Castro, mulher clandestina do infante D. Pedro desde a morte da rainha D. Constança (...) Um assassinio ordenado ou consentido pelo rei e desferido por razões de Estado – afastar do herdeiro português as influências perigosas dos Castros, os quais, rebelados contra Pedro I de Castela, tentavam meter o infante no caso, prometendo-lhe o trono. Seria a quebra de tratados; e guerra, obviamente. Matou-se Inês (1355) para afugentar esses perigos. Mas o efeito foi a guerra civil, o filho contra o pai.” Cf. SOUSA, Armindo de. *Op. Cit.*, 1997, p. 406.

Adiante neste capítulo nos dedicaremos mais à análise da descendência de D. João e D. Filipa e a relação feita pelo cronista entre sua numerosa prole e as virtudes do casal. Detendo-nos ainda na representação de D. Filipa de Lencastre no campo da *virtude*, outro momento da crônica no qual Fernão Lopes colabora com a construção da identidade avisina é quando faz da rainha um exemplo por si só, cortando qualquer laço com sua antecessora. Para Fernão Lopes, a virtude de D. Filipa de Lencastre seria tão profunda que poderia conectá-la com o próprio Deus e alastrar-se para qualquer pessoa que estivesse ao seu redor, a ponto de suas orações a Deus, a Jesus Cristo e à Virgem Maria¹⁸² serem tomadas como o motivo da cura do rei de uma febre inexplicável, tal como o cronista demonstra em *Como ElRey partio caminho de Coimbra, & adoeceo no Curual*, 116º Capítulo do segundo volume da Crônica de D. João I:

ELREY de Portugal partio de Guimaraens pera o Porto, & dalli caminho de Coimbra, hù eſtaua a Rainha ſua molher, que erõ dezoito legoas de hũa Cidade à outra: & elle nos paços do Curual, que ſom em meio do caminho, adoeceo de grande dor de quentura, a que nom podia por cobro, & era eſto na fim do mes de Iulho. A Rainha, como taes nouas ouuio do ſeu muito amado marido, q̃ ella tanto prezaua trigofamente partio pera aquelle lugar, & o Duque ſeu Padre com ella: e quando chegarõ e o virõ tão fraco, e sê eſforço, que adurlhe podiom falar, ficarom tam nojoſos, & triſtes: eſpecialmente a Rainha, q̃ ſe dizer nã pode, de guiſa que logo moueo hũa criãça, & nom ſem razom, que ſe via em terra eſtranha, & cazada de pouco, & poſta em tam grande honra; & falecerlhe logo aſſi cedo, bem ſe tinha por malauenturada entre as molheres do mũdo & cuidando eſto em ſua alma, & eſpirito nom ceſſaua de chorar, pedindo à morte, q̃ a leuaſſe primeiro. ElRey mandara chamar o Cõdeſtabre, & iſſo meſmo algũs fidalgos, & feito ſeu teſtamẽto, & repartidas ſuas couſas, era o deſmayo tam grande em todos, que atendendo por ſua faude tal eſperança entendiom ſer vaam, nom falauom em nenhum cobro, que ao Reyno poer podeſſem, ſaluo caminhos craros, & abertos, como Portugal por ſua morte de todo ponto era perdido. A muito nojoſa Rainha chegauaſe a ElRey por o conſolar: nom ſabia como reter as lagrimas, que embargauom ſua doce fala: & atendendo por ſua faude, via o cada vez mais fraco: & olhando como ſe todos apuridauom huns com os outros, eſto a punha em mór deſeſperação, aſſi que ao ſeu nojo ſobre guiſa nom ſabia conſelho, q̃ poer, ſenom tornarſe ao muito alto Deos, & ſua precioſa Madre, rogando a meude em ſuas deuotas oraçoens, que ſe quizeſſe amercear de ſeu deſemparo: & aſſi como meſtra de miſericordia, prouefe de faude ao ſeu deſejado marido, a qual prougue por ſua mercê impetrar tanta graça de ſeu bento Filho, que ElRey começou de conualecer, &

¹⁸² Como veremos adiante nesta tese, a associação da personagem de D. Filipa de Lencastre à figura da Virgem Maria ocorre com alguma frequência e possui relevância na *Crônica de D. João I* e na *Crônica da Tomada de Ceuta*.

melhorar para faude, coufa que nom foi em menor cõta teudo; como se refu[citara da morte à vida.¹⁸³

Ao explorar este trecho, Fernão Lopes demonstra que a rainha no momento de maior medo e tristeza de sua vida poderia, através de sua virtude e religiosidade, ter o poder de orar e interceder pela saúde do rei e a boa ventura do reino, e também que a cura do rei seria um *senal*: segundo a narrativa do cronista, se Deus não desejasse que D. João não fosse rei de Portugal, com o defeito de nascença e tudo o mais, não o teria curado, não teria feito do rei seu escolhido e nem da rainha o receptáculo da graça concedida a seu bem-amado filho. Ela negocia com os divinos poderes a troca de sua vida pela vida do marido e perde seu primeiro filho na ocasião da doença do rei, tamanho o seu desespero. Ela tem o dever de consolar o rei em seu leito de doente e, ainda assim, sob tais terríveis condições, D. Filipa tem concedido seu pedido de salvação pois, segundo a narrativa lopeana, é vontade de Deus que assim se faça e que o rei de Portugal viva um dia a mais para cumprir o seu propósito régio.

Apesar de nos parecer contraditório sob a perspectiva de estabelecimento da noção de continuidade dinástica, é possível compreender num segundo olhar que este trecho da narrativa trata mais da *vida* conservada do monarca do que da *perda* do primeiro herdeiro de uma dinastia nascente, não porque este seria desimportante – não era – mas porque a morte do rei tão pouco tempo reinado adentro e com um herdeiro não-nascido na barriga da mãe seria tão catastrófico quanto a prematura morte de D. Fernando, que deixara uma filha casada com o inimigo como herdeira. O signo da continuidade, aqui, é o próprio D. João I, por ser descendente direto de D. Pedro I, D. Afonso IV, D. Dinis e outros tantos recedentes até Afonso Henriques. A cura milagrosa atingida através das rezas da rainha e do sacrifício de sangue do herdeiro não-nascido significava, portanto, a segurança da continuidade do sangue de Borgonha em Avis.

Em uma manobra narrativa, o cronista atribui o *perdão* como a primeira atitude do monarca após ter sua saúde recobrada. D. João I recebe o sogro, o Duque de Lancaster, em seu aposento de convalescência e isto é o que Fernão Lopes nos expõe:

& aproveitando em sua boa melhora, chegouse hum dia o Duque á cama & disse: que lhe pedia por mercê; que perdoasse ao Conde Dõ Gonçalo, & Ayres Gonçalvez de Figueiredo algum erro, se lho feito tinhom, & os mandasse soltar, & seu filho com elles. *Em verdade* (disse ElRey) *eu nunca os mandey prender por coufa, que entendese, que contra mim obrassem, mas fizeo por me nom fazerem deferuiço, que me pareceo que queriam fazer, & poreo os retiue até hora, ante mandaua*

¹⁸³

LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v.2, 1644, p. 258-260.

*dar mantimento a elles, & a fuas molheres; como fabereis por verdade: mas pois a vos, fenhor, afsi apraz, eu fou lédo que os foltem logo. E affi era defeito: como ElRey diffse, ca o Conde auia por mês quinhentas liuras, que erom vinte dobras, & Ayres Gonçaluez a uia feis, o Duque moſtrou, q̃ lho agardecia muito (...)*¹⁸⁴

Assim, Fernão Lopes finca as bases de mais uma característica-chave da identidade da Dinastia de Avis através da figura da rainha D. Filipa e do rei D. João: a piedade, o contato com Deus. O cronista atribui não apenas uma conexão nominal com a religião, mas uma ligação direta com os poderes divinos. D. Filipa implora, se sacrifica, intercede pelo marido e tem a graça alcançada quando D. João começa a se recuperar. Não à toa, Fernão Lopes escolhe narrar que, ao ter sua saúde minimamente recobrada, o rei realiza o ato mais cristão de todos: o perdão.

A ligação da Dinastia de Avis com o cristianismo é um tema recorrente no processo de construção da identidade avisina nas Crônicas Régias e tanto Fernão Lopes quanto Gomes Eanes de Zurara fundamentam este atributo em suas respectivas representações da figura de Filipa de Lencastre, seja em momentos que narra-se ações da rainha ou naqueles trechos no qual tanto a narrativa da crônica quanto outros personagens da obra referem-se a ela.

A atribuição do papel de pilar moral da dinastia à personagem de D. Filipa dá-se pela postura ativa que a própria rainha assume no reino, realizando reformas nos hábitos religiosos da corte, introduzindo nos seus círculos mais próximos o que Fernão Lopes chamou de “*coſtume de Saruſbri*”, o costume de Salisbury:

Mas, mais do que pela devoção individual, a rainha ficou sobretudo lembrada pelas inovações que veio trazer à liturgia oficializada na Capela Real. Este órgão da corte ganhará uma importância crescente nas cortes da dinastia de Avis e já neste primeiro reinado se notará um aumento substancial no número de oficiantes. A lista de moradores da corte a que já aludimos, referindo-se ao ano de 1402 segundo se pensa, enumera quinze capelães e cantores, para além de sete moços de capela, que se somavam ao capelão-mor e ao esmoler-mor. Constituíam um grupo à parte e de reconhecido prestígio dentro da corte, até pela intimidade de que gozavam com a família real, e eram crescentemente requeridos quer para os ofícios litúrgicos quer para os cerimoniais cortesãos. De facto, os rituais que marcavam o acompanhamento da liturgia eram muito mais numerosos e complexos do que em tempos anteriores, pois, segundo nos informam os cronistas da época, D. Filipa introduziu na capela real o costume de Salisbury, conhecido por «*Sarum Use*».¹⁸⁵

¹⁸⁴ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v.2, 1644, p. 259-260.

¹⁸⁵ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 165.

A introdução do costume de Salisbury é uma questão de de construção de identidade dinástica e, também, de articulação de poder régio. Modificar os costumes litúrgicos da capela real dava o tom da nova dinastia que se estabelecia no trono, impunha valores completamente novos às famílias nobres que a cercavam, fazendo com estas que se adaptassem às novas configurações de poder de Portugal e tivessem um veículo através do qual conhecer as prioridades e vontades de seus novos soberanos.

Observar dinâmicas sociais em outras esferas socioculturais do mesmo período pode nos ajudar a compreender o que analisamos: da mesma maneira que a família real avisina articula a proximidade geográfica com os intelectuais da Torre do Tombo como um recurso político que a permitia dominar os discursos político, jurídico, literário e cronístico dentro de sua corte e a circulação de tabeliães, cronistas e escrivães no Paço da Alcáçova, entre nobres, clérigos e plebeus que ali transitavam era um fator definidor e difusor do discurso que interessava à Dinastia de Avis,¹⁸⁶ o mesmo pode ser dito sobre hábitos religiosos da população cortesã.

Este movimento é uma articulação de poder uma vez que significava dominar imediatamente a narrativa cotidiana, especialmente com a introdução de capelães e outros indivíduos de confiança que se misturassem nos círculos da Corte, difundindo as mensagens moralizantes de Avis sob a trama do costume de Salisbury e pudessem agir como instrumentos de poder, reportando-se à família real sobre aquelas pessoas que a circundavam. A responsabilidade de D. Filipa em tal processo moralizador é a de disseminar em Portugal um modo litúrgico considerado *tradicional* e *ancestral* pela própria Igreja.

São Osmundo, um nobre normando que chega à Inglaterra com William, o Conquistador e por ele foi feito Bispo de Sarum, ou Salisbury (1078), compilou os livros correspondentes ao Missal, Breviário e Liturgia que revisaram e fixaram as leituras anglo-saxãs do Rito Romano. Assim, aparentemente, ele teria incorporado muito naturalmente certas tradições litúrgicas de seus compatriotas normandos, que procuravam executar a liturgia da Igreja exatamente como era feita em Roma. Considerando a larga difusão do costume de Salisbury, cuja literatura ainda hoje é bastante copiosa, deve-se ter em mente que, assim como o próprio Rito Romano sempre foi tolerante com costumes locais de louvor, então, no Medievo, a adoção da liturgia de Salisbury não significou necessariamente a rejeição de cerimoniais anteriormente existentes em favor daqueles em voga em Salisbury. Antes, ajustou-os às estruturas delineadas no Missal, no Breviário e outros manuais litúrgicos de Sarum.¹⁸⁷

¹⁸⁶ Cf. Capítulo I desta tese, p. 34-40.

¹⁸⁷ Tradução do texto original a seguir: *St. Osmund, a Norman nobleman, who came over to England*

O fato de Fernão Lopes ressaltar tanto o papel de D. Filipa nesse processo reforça ainda mais a ideia de sua *pureza de linhagem*. Segundo o cronista, a rainha é *nos divinais ofícios esperta*,¹⁸⁸ ou seja: especialista nos antigos costumes religiosos da Dinastia Plantageneta, que chegam à Inglaterra trezentos anos antes de D. Filipa os aplicar na Capela Real portuguesa. A atribuição de Fernão Lopes não é, de maneira alguma, exagerada: o séquito de D. Filipa compunha-se de diversos religiosos ingleses¹⁸⁹ que cuidariam de seus hábitos cristãos e era uma tarefa da rainha tratar dos costumes religiosos de sua Casa, especialmente os das damas.¹⁹⁰ Portanto, a introdução de uma liturgia complexa, nova e altamente hierarquizada na Capela Real significava impor um movimento moralizador – “*Sendo uma mulher letrada, com os seus mais próximos quererá repartir todo esse dote espiritual, ideal e cultural. Moldará então uma corte em conjunto com o monarca, de acordo com as mais elevadas normas cortesãs da época, impondo valores, conformando comportamentos, exigindo acções.*”¹⁹¹

Tais atitudes narradas pelo cronista significavam o ímpeto de afirmar-se enquanto governante e de dar à Dinastia uma teor identitário que, simultaneamente, pudesse distanciá-la da leviandade religiosa associada ao reinado de D. Fernando e D. Leonor e reforçar a continuidade de Avis em relação aos bons costumes religiosos e igualmente ancestrais de todos os reis da Dinastia de Borgonha anteriores ao reinado fernandino.

Em termos de manipulação de poder, esta era uma tática que poderia conferir segurança aos cortesãos depois de um longo período de instabilidade sociopolítica. Como o costume de Salisbury era bastante detalhado, seu aprendizado e sua prática exigiam disciplina e isso oferecia estabilidade religiosa ao cotidiano cortesão, algo que funcionara como um mecanismo de controle social – através do que entendemos como *signos rituais*

with William the Conqueror, and was by him made Bishop of Sarum or Salisbury (1078), compiled the books corresponding to our Missal, Breviary, and Ritual, which revised and fixed the Anglo-Saxon readings of the Roman Rite. With these he appears very naturally to have incorporated certain liturgical traditions of his Norman fellow-countryman who, however, equally with the conquered English, ever sought to do all things in church exactly as was done in Rome. In appreciating the wide-spread Sarum Use, concerning which the extant literature is very copious, it is well to bear in mind that just as the Roman Rite itself has always been patient of laudable local customs, so, in medieval times the adopting of the Sarum Service Books did not necessarily mean the rejecting of existing ceremonial usages in favour of those in vogue at Salisbury, but only the fitting thereof into the framework outlined in the Sarum Missal, Breviary, and other liturgical manuals. Cf. CATHOLIC ENCYCLOPEDIA. Sarum Use. [verbete]. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/13479a.htm>> Acesso em 18 Out. 2018.

¹⁸⁸ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 260.

¹⁸⁹ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014a, p. 163-168.

¹⁹⁰ CASAGRANDE, Carla. *The Protected Woman*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *A History of Women - Silences of the Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, p. 70-104.

¹⁹¹ COELHO, Maria Helena Cruz. *Op. Cit.*, p. 156.

de dominação¹⁹² – além de construtor de um poderoso senso de comunidade. Todas estas estratégias são benéficas no processo de construção da identidade de uma dinastia nascente.

Esta associação entre a figura da rainha de Portugal com elementos santificadores através da fé cristã¹⁹³ não é algo único na literatura moralizante avisina ou na história do reino: no século XIV, ainda em vida, a Rainha Santa Isabel era respeitada como santa ou, pelo menos, uma mulher santificada por suas caridades e por seu papel na pacificação das inúmeras querelas diplomáticas protagonizadas por seu filho e seu neto – D. Afonso IV e D. Pedro I, respectivamente.¹⁹⁴ Tais questões, tanto religiosas quanto políticas, surgem nas Crônicas Régias – de D. Dinis,¹⁹⁵ D. Afonso IV¹⁹⁶ e D. Pedro I¹⁹⁷ – como narrativa e representação da importância política e religiosa da Rainha Santa Isabel. Da mesma maneira, a representação cronística de D. Filipa de Lencastre é associada à mística cristã através de narrativas embebidas no tema – tanto aquela sobre o quase-milagre da cura de D. João no Curval, que já abordamos neste capítulo, quanto a abordagem explanatória de seus estritos hábitos religiosos. Associar a representação de D. Filipa, ainda que muito discretamente, à personagem da Rainha Santa Isabel é um movimento narrativo que não apenas ajuda a criar identidade para D. Filipa, mas também a estabelecer conexões entre aquela que é narrada nas Crônicas como a mais virtuosa das rainhas da Dinastia de Borgonha e a primeira rainha da Dinastia de Avis.

¹⁹² Clifford Geertz em *Centers, Kings and Charisma: Symbolics of Power* monta seu estudo de caso sobre a trajetória de afirmação de poder via carisma e ritualística analisando a figura de Elizabeth I, rainha da Inglaterra. O autor explora as maneiras simbólicas e rituais que alguém no centro do poder utiliza para legitimar-se e afirmar-se na dita posição. Sobre a expressão que utilizamos no corpo do texto, damos a seguir algum contexto. No original lê-se: “*This comes out as clearly as anywhere else in the ceremonial forms by which kings take symbolic possession of their realm. In particular, royal progresses (of which, where it exists, coronation is but the first) locate the society’s center and affirm its connection with transcendent things by stamping a territory with ritual signs of dominance.*” Cf. GEERTZ, Clifford. *Centers, Kings and Charisma: Symbolics of Power*. In: GEERTZ, Clifford. *Local Knowledge – Further essays in interpretive Anthropology*. New York: Basic Books, 1983, p. 125.

¹⁹³ Uma análise aprofundada de tal associação e sua instrumentalização no processo de legitimação de Avis é feita no Capítulo 4 desta tese.

¹⁹⁴ José Mattoso, ao dissertar sobre o reinado de D. Dinis, destaca o papel conciliatório e diplomático da Rainha Santa Isabel em diversos momentos, sobretudo como uma espécie de embaixadora de Portugal aos seus parentes do reino de Aragão e, também, como negociadora da paz na guerra civil portuguesa de 1319-1324. Para mais, cf. MATTOSO, José. *Op. Cit.*, 1996, p. 128-140.

¹⁹⁵ PINA, Ruy de. *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz, sexto rei de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina Ferreyriana, 1729.

¹⁹⁶ PINA, Ruy de. *Chronica de ElRey Dom Afonso o quarto do nome e settimo dos Reis de Portvgal*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1653.

¹⁹⁷ LOPES, Fernão. *Chronica DelRey D. Pedro I*. Lisboa Occidental: Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Offício. 1735.

A partir deste ponto, a narrativa de Fernão Lopes sobre o reinado de D. João I continua a tratar os diferentes aspectos do início da governança joanina. Depois de abordar o tema da dispensa papal sobre o casamento de D. João e D. Filipa e sobre as virtudes dos filhos que nasceram dessa união, a personagem da rainha vai enfraquecendo até não ser mais representada na Crônica, permanecendo ao fundo da narrativa como uma personagem existente mas que não está à frente das próximas cenas. Da mesma maneira, ao passo que a narrativa progride para os períodos mais estáveis do reinado de D. João I e D. Filipa, a necessidade de transmitir a noção de continuidade através do texto também passa a lentamente evanescer quando a construção da ideia da identidade avisina enquanto dinastia reinante começa a ganhar força. Isso se pode verificar tanto no texto de Fernão Lopes, nos dois primeiros volumes da crônica, quanto no texto de Gomes Eanes de Zurara. Contudo, isso não quer dizer que a questão da continuidade desapareça das crônicas aqui referidas, apenas que atenua ao limiar da presença por já ter cumprido seu papel.

Também é sob a pena de Zurara que D. Filipa recupera o destaque na *Crônica da Tomada de Ceuta*, a terceira parte da *Crônica de D. João I*. A personagem da rainha adquire importância renovada durante o início da narrativa da primeira investida portuguesa sobre o território norte-africano e desempenha três papéis durante a história: de empecilho, de incentivadora e, por fim, santo sacrifício. Quando buscamos, então, a perspectiva de Zurara sobre a construção da identidade avisina através da representação de D. Filipa, é preciso que entendamos que a rainha deste trecho da Crônica não é mais a moça recém-casada e jovem da Crônica de Fernão Lopes, que precisa de artifícios e subterfúgios para fazer-se respeitada por aqueles ao seu redor, e sim uma rainha consolidada no trono, mãe de filhos crescidos, insigne ante os súditos, uma senhora de amplos poderes dentro de seu contexto. Desta maneira, é importante lembrar que Zurara descreve uma mulher já de meia-idade e que este é um fator importante quando pensamos nos intentos de legitimação que a representação de uma personagem já madura implica: assim como D. João I, D. Filipa de Lencastre sobrevive à instabilidade dos primeiros anos e envelhece no trono. Portugal já os conhece e respeita principalmente por quem são, não pelas promessas que cada um representava quando chegaram ao trono do reino. Em Zurara, D. Filipa surge como um *pilar* para a dinastia, como *fundamento* da família e, consequentemente, do reino.¹⁹⁸

¹⁹⁸ Considerando que a composição da Crônica da Tomada de Ceuta ocorre durante o reinado de D. Afonso V, quando a dinastia estava já bastante firme no trono, em seu terceiro monarca, neto de D. João I

A primeira menção a D. Filipa que encontramos na *Crônica da Tomada de Ceuta* está no Capítulo 18, intitulado *Como ElRey differe a seus filhos que duuidava muito começar aquelle feito antes de primeiro o saber a Rainha, & o Condestabel*. Para contextualização do que é narrado, saibamos: os Infantes mais velhos – D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique – confrontam D. João I sobre a vontade do rei de sagrá-los cavaleiros em um festival com justas e festas. Os príncipes desejam que sua sagração seja em campo de batalha algo que, na opinião deles, seria mais honroso. Zurara nos diz que os Infantes descontentes encontraram a solução na sugestão de João Afonso, vedor da fazenda do rei: este lhes diz que a cidade de Ceuta era uma boa campanha a ser investida, pois era rica, vulnerável, bem localizada para o comércio e, acima de tudo, muçulmana – o que lhes daria o pretexto de guerra santa contra o infiel. Duarte, Pedro e Henrique então comunicam ao rei o seu descontentamento com o festival e sugerem que invistam militarmente sobre Ceuta, dando-lhe uma série de motivos. O cronista nos narra um D. João, muito desconfiado das vontades dos filhos e que toma conselhos com diversas pessoas da corte antes de respondê-los. Quando finalmente chega a uma conclusão, é isto que o rei, segundo Zurara, diz aos infantes:

Confirei acerca de noços feitos começados, & acho q̃ para se bẽ poderẽ executar tenho dous grandes imigos, ou impedimẽtos. O primeiro he a Rainha minha sobre todas muito amada, & prezada molher a qual por suas grandes virtudes, e bondades, he afsi amada de todos geralmente, que se ella em este feito nam dà consentimento nenhum dos do pouo, nem dos outros mayores, nam poram maõ em este feito com nenhuma fiuza, nem esforço (...) Os Infantes foram algum tanto descontentes no mouimẽto daquelle feito pensando que em ambas aquellas peçsoas teriam muy grandes contrarios, (...) Emperó affi como homẽs, em que moraua hũa fermosa & marauilhosa fortaleza, nam quizeram mostrar que aquelles eram os mayores impedimentos que naquele feito podiam auer, & confirando em ello o diffjeraõ a ElRey, que semelhantes coufas nam eram para ter em grandes estima, porque, diffjeraõ elles, tanto que a Rainha noça Senhora, & madre for contente acerca de noçço

e D. Filipa, buscamos entender como a representação de uma Filipa mais velha colabora com a construção da identidade avisina. Neste caso, *solidez* é a palavra-chave para a compreensão do discurso de Zurara. Essa característica atribuída à personagem da rainha é particularmente importante quando consideramos o momento histórico que Portugal atravessava durante o reinado de D. Afonso V – as regências da rainha Leonor de Viseu e de D. Pedro, Duque de Coimbra; a concentração do poder real versus as inquietações da nobreza, as campanhas africanas, as questões diplomáticas com Castela, e a geral instabilidade administrativa que abatera-se em Portugal e que, mais adiante na cronologia fariam com que Afonso V abdicasse do trono em favor do filho, D. João II. Além disso, antes do reinado conturbado de D. Afonso V, o reinado de D. Duarte também não fora fácil, com o que Armindo de Sousa chamou de “o desastre de Tânger”, a morte do infante D. Fernando e a morte prematura do monarca. Sendo assim, Gomes Eanes de Zurara lança ao passado um olhar que busca reafirmação, e constrói uma narrativa que tem a clara intenção de transmitir segurança. Não tentaremos esgotar tais temas nesta tese, sob o risco de desviar-nos excessivamente de nossos intentos. Assim, deixamos aqui nossa indicação para a obra que nos serve de fundamento para tais assuntos. Cf. SOUSA, Armindo de. *Op. Cit.*, 1997, p. 420-424.

*mouimento, o Condestable não he homẽ, que contradiga nenhũa coufa, que vos ordenares por seruiço de Deos. & por acrescentamento de voſſa honra, & eſtado, Porem quanto a Rainha, nos iremos a ella & lhe falaremos por tal guifa, que ella meſma feja a q̃ vos peça, que nos outorgueis o profeguimento deſte feito.*¹⁹⁹

É interessante observar, nas palavras atribuídas a D. João e aos infantes, dinâmicas de poder que já pudemos verificar em nossa análise da Chancelaria Régia: a monarquia partilhada de João e Filipa e o destaque sociopolítico dado a Nuno Álvares Pereira, o Condestável. Depois de se consultar com mais variados figurões de sua corte, o rei aponta que D. Filipa e D. Nuno seriam os únicos empecilhos à campanha de Ceuta, e que tais não seriam nada fáceis de transpor. Sobre a rainha, D. João diz que se ela não desse seu aval a conquista da cidade africana jamais se concretizaria pois nem o povo, nem os nobres e nem os clérigos a apoiariam, sem nenhum tipo de negociação e concessão. O rei dá a entender que D. Filipa é o obstáculo principal e os Infantes concordam com ele. Neste momento, Zurara atribui aos príncipes uma afirmação que ressalta aos nossos olhos: “*se a rainha, nossa senhora e mãe, for contente acerca de nosso movimento, o Condestável não é homem que contradiga nenhuma coisa que vos ordenares por serviço de Deus*”. Ou seja, o súdito mais poderoso do reino, D. Nuno Álvares Pereira, não teria outra alternativa a não ser concordar com a expedição à Ceuta, caso D. Filipa fosse convencida das vantagens da iminente guerra. D. Nuno não poderia contradizer seus monarcas se essa fosse de fato a vontade de ambos: se Filipa diz “sim”, Nuno obrigatoriamente terá de dizer “amém”.

Entendemos ser, esta, uma clara representação do caráter *compartilhado* da monarquia lusitana, com D. João e D. Filipa operando no reino em diferentes esferas de influência, mas brandindo poder equiparável, dominando as camadas sociais de então, sobretudo a nobreza, representada então pela personagem de D. Nuno. É importante destacar que Gomes Eanes de Zurara têm como principal fonte primária de sua *Crônica da Tomada de Ceuta* os relatos de ninguém menos que o Infante D. Henrique, o idealizador da campanha. O cronista faz questão de ressaltar que o relato de sua narrativa advém de sua convivência próxima com o Duque de Viseu. Tal proximidade confere ao texto de Zurara tons mais intimistas do que aqueles utilizados por Fernão Lopes nos dois

¹⁹⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 55-56. [Grifos originais em itálico, grifos nossos sublinhados.]

primeiros volumes da *Crônica de D. João I*, uma perspectiva altamente influenciada pela percepção do infante sobre tais eventos e acerca de tais pessoas.²⁰⁰

À esta altura da *Crônica da Tomada de Ceuta*, as intenções de demonstração de solidez que guiam o trabalho do cronista já estão bastante estabelecidas como um fio narrativo estável dentro da *Crônica*, e o que observamos na representação é que todos os personagens representados servem a este propósito, sobretudo aqueles da família real. Como já mencionamos, *solidez* é a palavra-chave para compreendermos a representação de D. Filipa como instrumento de construção de identidade, mas não podemos também deixar de mencionar os papéis de D. João – *prudência* – e dos infantes – *coragem* – neste arco narrativo. Juntas, as três noções refletem tudo o que o cronista crê serem os problemas dos reinados de D. Duarte e D. Afonso V: a instabilidade sob o trono, a imprudência de seus governantes e regentes e a fraqueza de suas políticas, que acabam comprometendo o reino e o *status* da Dinastia; questões que foram também exploradas por Fernão Lopes quando da narrativa da instabilidade de fins de reinado de D. Fernando,²⁰¹ da regência de D. Leonor Teles²⁰² e da questão da sucessão ao trono, fazendo com que as Crônicas tenham também o propósito de admoestação sobre a condução política do reino.²⁰³ Isso se verifica ao longo da leitura da narrativa dos preparativos para a expedição de Ceuta, durante a qual tais papéis são perceptivelmente delineados. Quando Duarte, Pedro e Henrique abordam a Rainha, ainda no mesmo Capítulo 18, a narrativa da impetuosidade dos Infantes em concretizar a investida contra Ceuta os faz expor argumentos que alinham-se com um discurso construtor (ou reconstrutor) de identidade para Avis:

Senhora, bem fabe voffa merce a alteza do fangue, donde per graça de Deos viemos a este estado, em que de presente fomos a qual coufa nos acarreta continuamente muy grandes cuidados, porque poßfamos conseguir a virtude daquelles Principes; de cuja linhagem a Deos prouue de nos trazer a este mundo, & sobre todo confiramos a idade, em que fomos, & como poderemos mais honradamente receber estado de Caualaria em algũ lugar onde se moueffem algũs grandes feitos darmas,

²⁰⁰ Poderemos observar ao longo das análises de fonte e nos anexos nos quais transcreve-se os capítulos trabalhados na íntegra, que o texto de Zurara é consideravelmente mais personalista que o de Fernão Lopes, muito em função de sua dita proximidade com D. Henrique. Sobre a relação entre Gomes Eanes de Zurara e o Infante D. Henrique, cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1977.

²⁰¹ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1896.

²⁰² LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 1, 1644.

²⁰³ Fernão Lopes deixa clara essa intenção por todo o seu trabalho cronístico, mas já no primeiro capítulo do primeiro volume da *Crônica de D. João I* o cronista declara que sua intenção é guardar a memória e escrever sobre o ocorrido no reinado de D. João para que aqueles que pudessem ler seu trabalho não fossem “enganados por ignorância”. Cf. LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 1, 1644, p. 1-3.

ou trabalhos perigosos, onde noſſa virtude podeſſe ſer demoſtrada ante a viſta de todos (...) & porquanto, Senhora, nos temos muy grande vontade de ſe eſte feito poer em fim, & ſentimos que ElRey ſenam quer deſpoer a ello aſſi deſpachadamente, como nos queriamos. Pedimosuos por mercê que primeiramente vos praza conſintirdes em ello, porque ſentimos certamente que o principal impedimento, que ElRey há de ter, he a duuida, em que eſtara não ſabendo ſe vos prazérá dello, ou nem, por quanto cuidara q̃ por o amor, que vos nos tendes, ſegundo a condiçom das outras molheres, que não vos prazérá que cometamos couſa que noſſas vidas fiquem em perigo, & deſhi que lhe peçais da voſſa parte ſeja ſua merce de encaminhar, como iſto ſeja poſto em fim.²⁰⁴

Os Infantes apelam à Rainha levantando a questão da “*alteza do sangue*” e falando sobre a “*linhagem*” da qual descendiam, para aludir à necessidade de honrá-la através da investida contra Ceuta. Outra vez a questão da legitimidade torna a orbitar D. Filipa, desta vez não mais como uma necessidade premente de afirmá-la, mas uma rememoração dos deveres daqueles que a detêm. A legitimidade da dinastia tem um *preço de sangue* a ser pago, a honra alcançada no fio da espada contra os infiéis. Segundo o cronista, este seria o argumento capaz de convencer uma mãe a enviar seus filhos e uma rainha cristã a enviar seus herdeiros para o campo de batalha.²⁰⁵ Zurara nos apresenta o que teria sido a fala da rainha D. Filipa aos seus filhos:

*Bê he verdade, reſpõdeo a Rainha, q̃ eu vos tenho aſſi aquelle amor, que qualquer madre por obrigação natural deue ter a ſeus filhos, & ainda muyto mayor por duas couſas. A primeira polo grande amor que tenho a ElRey voſſo Padre, aſſi polas grandes virtudes, que em elle há, como por ſer meu Senhor, & marido, & ſentir que me tem taõ grande amor, como homẽ do mundo, q̃ o mor tenha a ſua molher, & a ſegunda por vos Deos fazer taes de que eu eſpero que não nacera outra couſa, ſaluo aquella que requiere o estado, que tendes, & grande linhagem, de que decendeis, empero quanto para ſemelhantes feitos eu nunca vos poderia priuar voſas boas vontades, antes vos ajudarei a ellas, com todas minhas forças & poder, & certamente que eu nam poderá hoje ouuir nouas, cõ que me mais prouuera, ca por ſemelhante requerimento me fazeis entender que taes vontades tereis ao diante para obrardes aquellas couſas, que ſempre obraram, & obraõ aquelles Reys, & Principes da linhagem, de que decendeis. Porem ami me praz muyto de poer logo mão em eſte feito por tal guiſa, que com a graça de Deos voſas boas vontades ajão eſfeito ſegundo deſejais, & quereis.*²⁰⁶

Segundo a Crônica, a despeito do amor que, como mãe, a rainha teria por seus filhos, ela compreendia que eles possuíam uma responsabilidade maior, um papel a

²⁰⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 57-58. [Grifos nossos.]

²⁰⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz. *Op. Cit.*, 2008, p. 233.

²⁰⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 58. [Grifos originais em itálico, grifos nossos em sublinhado.]

desempenhar que lhes era atribuído ao nascer, por Deus e sua genealogia e, assim, dispõe-se a ajudá-los na empreitada. Considerando o teor moralizante das Crônicas Régias e o contexto no qual Gomes Eanes de Zurara compusera a sua *Crônica da Tomada de Ceuta*, recuperar o discurso acerca do *dever* que reis e infantes possuíam para com sua linhagem – ascendente e descendente – seria importante para justificar as questões que teriam abalado os reinados de D. Duarte e D. Afonso V. Lembremos: as Crônicas Régias eram textos destinados à leitura pública em ocasiões que reuniam membros da nobreza e do clero, além de, dependendo do tipo de evento, plebeus detentores de algum destaque social – funcionários cortesãos, homens-bons das cidades, representantes concelhios, entre outros.²⁰⁷ Sendo assim, é estratégico que a personagem da rainha-mãe da Dinastia de Avis lembre a audiência de que era parte da Coroa e da identidade do trono ir em busca da glória e da honra através de feitos de cavalaria,²⁰⁸ que este era um papel social que lhes fora atribuído por Deus e que, ainda que existissem contras, era preciso apoiá-los em seu dever determinado, pois era a *missão* de Avis, legada pela linhagem, expandir-se e honrar o destino a eles atribuído pelo divino, fossem essas iniciativas felizes ou infelizes. Ao apelar para a narrativa da construção de uma campanha exitosa, Zurara colateralmente defende as iniciativas frustradas que lhe sucederam – e prepara o terreno para seus trabalhos vindouros, como a *Crônica da Conquista da Guiné*, que exaltavam o processo do avanço dos portugueses em território africano capitaneado pelo Infante D. Henrique.²⁰⁹

Retomando a fala da rainha que citamos por último, à primeira leitura parece-nos que D. Filipa não seria uma ameaça tão grande quanto o rei teria acreditado, tendo concordado muito facilmente com os argumentos dos filhos sobre a invasão de Ceuta, ainda que tenhamos compreendido a lógica que teria levado a personagem representativa de D. Filipa àquela conclusão – o dever linhagístico, reginalício e divino para com Portugal teria preponderância sobre as questões pessoais. Para compreender esta escolha narrativa acerca da representação de D. Filipa, é necessário considerar a narrativa que Zurara apresenta no capítulo seguinte, intitulado *Como a Rainha falou a ElRey no requerimento de seus filhos, & da repofia, que ElRey acerca dello deu*. O cronista narra

²⁰⁷ Sobre a recepção e a audiência das Crônicas Régias, cf: SARAIVA, Antonio José. *Fernão Lopes*. Lisboa: Europa-América, s/d, p. 20-21; BERTOLI, André Luiz. História interdisciplinar e a análise de crônicas portuguesas do século XV. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*. v.8, a. VIII, n. 1, Jan., Fev., Mar., Abr. 2011, p. 8-10. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF25/Artigo_07_Andre_Luiz_Bertoli.pdf> Acesso em: 16 Mar. 2019.

²⁰⁸ DURAND, Gilbert. *O imaginário português e as aspirações do Ocidente cavaleiresco*. In: DURAND, Gilbert. *Portugal – Tesouro oculto da Europa*. Lisboa: Ésquilo, 2008, p. 19-34.

²⁰⁹ Para mais sobre a relação entre os trabalhos de Gomes Eanes de Zurara e as explorações do Infante D. Henrique, cf. RUSSELL, Peter E. *Henrique, o Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.

que D. João fora ao encontro de sua esposa logo após à conversa dela com os infantes e que o casal começa a deliberar sobre o pedido que D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique lhes tinham feito. D. Filipa pede ao rei que autorize a empreitada contra Ceuta, argumentando que “*como elles vem de linhagem de Emperadores, & Reys & de outros muy notauéis, & grandes Principes cujo grande nome, & boa fama he hoje por todas as partes do mundo nomeada*” eles deveriam “*prouar fuas virtudes segũdo deuẽ*”²¹⁰. Por sua vez, D. João responde a rainha de tal maneira que a desagrada muitíssimo:

☞ Senhora, *respondeo ElRey*, tal requerimento me fazeis vos, de que eu recebo muy grande empacho, & esto he por me requerdes primeiramente o que vos eu ouuera de requerer a vòs metêdo ami em prazimento o ã eu por ventura duuidara muyto de vòs quererdes outorgar sem constringimento de rogos. Porẽ dou muytas graças a Deos, porque vos me trouxe a tempo de me tal coufa requerdes, daqual eu jaõ muyto ledos, & me praz de o poer em obra, segundo me requereis, o que com a graça de Deos eẽpero que venha a proveitofo fim & porquanto Senhora, me vos tendes feito este requerimento, prazeroũha que eu vos faça outro naõ muy longe deste propoẽto, que vos praza de eu fer onde voẽs filhos forem, aẽi participador de seus conselhos, & companheiro de seus perigos. Bem foi a Rainha leda de ouir as rezoẽs que se ateli paẽsaram, mar quãto a aquelle ponto, bẽ mostrou ã lhe nam prazia de o ouir²¹¹

Quando o rei manifesta o desejo de acompanhar os filhos na empreitada da conquista de Ceuta, a rainha empreende uma longa lista de desvantagens – pessoais, políticas e dinásticas – que argumentariam contra a ida de D. João I à África:

☞ Senhor, amy fera muyto graue de poder com meu coração ã outorgaẽ coufa semelhante, ca por aquella guisa, que amy pareceu rezoados o requerimẽto, que vos primeiro fiz, por eẽsa me parece, quanto a meu juẽzo, o voẽso fora de rezaõ, porquanto aquello que meus filhos requerẽ, he para ganharẽ honra, que vos jaõ tendes ganhada, a qual elles ainda nom tem, fenaõ por rezã de vos & daquelles Reys e Senhores, donde decendem, & porem lhe he neceẽsario de a buẽcarem agora fometendo seus corpos a grandes trabalhos, & perigos, naõ receando sua morte, se por algũ caẽso acontecer, por chegarem a aquello, que seus auõs percalçaraõ, ca por certo naõ lher ficara pequeno encargo depois de voẽs dias de conẽguirem voẽsas virtudes, & parte de voẽsa honra. E por que a Deos graças por muitas partes do mundo he notório como vos per voẽs grandes merecimentos, & trabalhoẽs encargos cobraẽtes tanta honra, que naõ fomete ao mais poderoẽso Rey do mundo poderia abastar, mas ainda tres, ou quatro seriam dello contentes, aẽi, Senhor, me parece voẽsa ida eẽcusada, se voẽsa merce for, ca sobre todo deueis de conẽfurar na idade em que fois, a qual creo que he pouco menos de fincoenta, & dous, ou fincoenta, & tres annos & como toda voẽsa mancebia deẽpendeẽtes em trabalhos por defenẽsaõ & acreẽscendimento de voẽs Reynos, a qual coufa prouue a Deos de vos poer em termo &

²¹⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 59

²¹¹ *Ibid.*, p. 59-60. [Sinal gráfico original, grifos originais em itálico, grifos nossos em sublinhado.]

fim bemaumenturado. E pois a elle prouue de affi fer, mais honesto, & mais razoadado he que os annos, que vos derradeiramente ficam para viuer, despendais em corregimento de vossos Reynos, & emenda de vossos pecados, porque affi como a Deos prouue de vos honrar o corpo em este mundo, que affi vos honre a alma no outro, antes que mouerdes agora nouas pellejas das quaes se pode seguir por ventura, q̃ ainda que depois queirais affofegar, o naõ possais fazer, porq̃ os feitos se aquecẽ muytas vezes por tal guisa, que com hũas guerras se começam outras, & sãam semelhantes ao fogo que os lauradores poẽ aos matos, os quaes pensando queimar hũa pequena mouta, queimaõ suas sementeiras. E deueis ainda confirar como totalas honras deste mundo caẽ ao ponto de hũa so ora, & por hũa muy pequena deſauentura perdẽ os homẽs muy grãde parte de suas honras passadas, porque toda a boa andança dos homẽs comumente se julga pola fim: ca em nenhũa daquellas couſas, que os homẽs eſperão neſſe mundo, não responde menos a forte, & a fortuna, que os feitos das pellejas. Porẽ de vossos filhos hirem, & cometerẽ qualquer couſa, que lhe vòs ordenardes, a my me parece que he bẽ, & q̃ vos fiqueis em voffo Reyno, & aquecendo, o que Deos não queira, q̃ seus feitos não fucedão ſegundo ſua vontade, & noſſa, melhor he que vòs tenhaes cõ q̃ os vingar ao depois, que a contraria fortuna abrãger affi a vos, como a totalas grandes peſſoas do Reyno. Ca neceſſario ſerá, ſe vos fordes, que nam fique nenhũa peſſoa no Reyno notauel ſem voffo grande cõſtrangimento. E affi, Senhor, que minha tençam he ſer melhor ficardes, que por nenhũa cobiça de honra vos mouerdes de partir de voffo Reyno.²¹²

Segundo Zurara, D. Filipa não se furta em momento algum de listar todos os motivos pelos quais a ida do rei à Ceuta não é uma boa ideia e este, também, é um momento de construção de identidade para Avis, em ambos os sentidos de análise do texto cronístico – ou seja, se considerarmos o texto em relação ao contexto interno da Crônica e, também, se considerarmos o discurso de admoestação em relação ao contexto externo à Crônica. Como já comentamos, a *Crônica da Tomada de Ceuta* é datada de 1450, tendo sido composta durante a segunda metade da década de 1440,²¹³ enquanto a memória da incursão malfadada de Tânger de 1437 – que custara a Portugal milhares de homens e um de seus príncipes, D. Fernando²¹⁴ – ainda estava fresca nas mentes lusitanas e o sucesso de D. Afonso V nas conquistas de Alcácer Céguer (1458), Anafé (1469), Arzila (1471) e Tânger (1471)²¹⁵ ainda não fora realizado.

A rainha aconselha-o sobre dois riscos que corriam: o primeiro de eclipsar todos os bons feitos que D. João I teria realizado com uma potencial derrota na praça de Ceuta;

²¹² ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 59-60. [Sinal gráfico original, grifos originais em itálico, grifos nossos em sublinhado.]

²¹³ A completa sintetização de dados acerca das datações de crônicas, cronistas e seus cronicados encontra-se nos Anexos III e IV a esta tese, p. 221-222.

²¹⁴ SOUSA, Armindo de. *Op. Cit.*, 1997, p. 419-420.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 423.

dizendo que as glórias de alguém frequentemente são esquecidas por ocasião de um grande revés. O segundo, e ainda mais perigoso, é que a ida de D. João I para Ceuta deixaria o reino vacante, sem ninguém que lhe pudesse assumir o lugar “*sem grande constrangimento*”. Neste momento, o cronista alude a duas questões, novamente uma interna e outra externa ao texto: a primeira é que a morte de D. João I e dos infantes mais velhos nesta empreitada deixaria sozinha a rainha, uma filha adulta – porém mulher – e dois filhos homens mal saídos da infância; o que causaria instabilidade por irresponsabilidade e demonstrando que o trono do primeiro reinado avisino ainda não era tão estável assim e, referindo-se ao contexto externo; aludia à morte precoce de D. Duarte e todos os problemas causados pelas regências de D. Leonor de Aragão e do Infante D. Pedro enquanto D. Afonso V era uma criança incapaz de ascender ao trono.²¹⁶

Neste caso, a *Crônica da Tomada de Ceuta* serve como modelo e *narrativa cautelar*, ou seja, é como se através do cronista, os antepassados de D. Afonso V estivessem dizendo *mira as glórias do passado, mas não te esqueças de quem és*, uma espécie de *memento mori* literário. E a voz que puxa o discurso desta admoestação é D. Filipa de Lencastre. Zurara narra que a fala da rainha aborda que D. João I, ao contrário dos filhos, consegue sua abundante honra e glória – suficientes para satisfazer mais três ou quatro reis – nas inúmeras batalhas que já lutara em sua mocidade e que, ao contrário dos filhos, que só a têm por sangue, ele não precisaria de mais.

D. Filipa também apela para a consciência do monarca sobre sua *velhice*: de acordo com a narrativa da crônica, que põe os preparativos da invasão de Ceuta como ocorridos em um ano e meio antes da viagem, podemos datar este diálogo como ocorrido em 1414, o ano anterior da invasão. À esta época, D. João I contaria cinquenta e sete anos – alguns a mais do que considera a rainha em sua fala – o que deveria significar que ele precisaria ficar “*para corregimento de vossos reinos e emenda de vossos pecados*”, e não para “*cobiça de honra*” que não necessitava ter. D. Filipa, então, expõe como a ida de D. João é arriscada para Portugal, ilustrando a temeridade com a alegoria da inépcia de um lavrador que, intencionando fazer uma queimada pequena para aproveitar melhor os campos, acaba causando incêndio em sua propriedade – incluindo as *sementeiras*, que aí podemos encarar como os infantes, tanto os mais velhos – D. Duarte, D. Henrique e D. Pedro – quanto os mais novos; D. Isabel, D. João e D. Fernando.

²¹⁶ SOUSA, Armindo de. *Op. Cit.*, 1997, p. 419-423.

Assim, pudemos analisar que a personagem de D. Filipa, como representação da preocupação com a sobrevivência dinástica que perpassava os contextos interno e externo da *Crônica da Tomada de Ceuta* – bem como da *Crônica de D. João I*; aponta que boa parte da estabilidade política do reino repousaria sobre a *continuidade da geração*, significando o retorno deste tema à *Crônica da Tomada de Ceuta* sob uma perspectiva um tanto quanto diversa daquela do texto lopeano: neste caso, a continuidade imperturbável e a condução responsável de quaisquer imprevistos seriam elementos-chave para que a Dinastia de Avis pudesse perdurar no trono de Portugal, tanto durante o reinado de D. João quanto nos reinados de D. Duarte e de D. Afonso V, ainda que os motivos de instabilidade política fossem consideravelmente diferentes.

Por outro lado, o *avivamento da memória* sobre os processos que mantiveram a Dinastia de Avis no trono de Portugal, através da composição e da difusão das Crônicas Régias, se fazia necessário para que as gerações futuras fossem capazes de *proteger as sementeiras* de herança legítima, protegendo o futuro através da memória e da conexão com as raízes da dinastia, processos e questões que abordamos a seguir.

CAPÍTULO IV

A Sancta Rainha

*& quem ouuio taes rezões,
como a Rainha dizia antes de
sua fim, bem poderia julgar,
que as não falaua, senão por
espirito profético**

Os primeiros reinados da Dinastia de Avis, nomeadamente os de D. João I e D. Duarte, encontravam-se numa posição bastante frágil na História de Portugal: deveriam equilibrar-se naquele território sociopolítico, cultural e mental de maneira a afirmar sua legitimidade – esta baseada na ideia de continuidade que já abordamos – e construir memória para si, conquistada através da compreensão de uma identidade própria.

Tratava-se de mirar a segurança oferecida pelo passado sem esquecer de cuidar do que lhes estava no futuro, ou seja, fundamentar-se na herança borgonhesa da continuidade para justificar o poder através da legitimidade do sangue e da identidade criada com a finalidade deliberada de construir um legado a partir da manipulação de sua memória.

Analisaremos, dessa forma, a maneira como a Dinastia de Avis servira-se das Crônicas Régias e das representações de personagens da História portuguesa como afirmações de sua legitimidade e da instrumentalização da própria memória como via de fundamentar-se no poder e de criar um legado sobre o qual seus descendentes poderiam se debruçar.

Filipa, Legitimidade & Memória

Como pudemos observar na Chancelaria de D. João I, existe uma iniciativa deliberada de suavizar o impacto da mudança para a sociedade portuguesa ao manter estratégias de controle sociopolítico – especificamente quando atentamos para os processos que começam a levar a uma maior concentração do poder na figura do rei no Portugal do século XIV,²¹⁷ uma estratégia adotada por D. João I e D. Duarte,²¹⁸ ao mesmo

* ZURARA, Gomes Eanes de. Op. Cit., 1644, p. 135.

²¹⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz. O poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV. *Sep. de Revista de História*, VIII, Porto: 1988, p. 35-52. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6442.pdf>> Acesso em: 16 Mar. 2019.

²¹⁸ Armindo de Sousa indica que o gradual aumento de concentração de poder nas mãos dos reis portugueses é uma tendência advinda dos reinados borgonheses – especificamente entre D. Dinis e D. Fernando – herdada e praticada pelos reis avisinios. Cf: SOUSA, Armindo de. *Op. Cit.*, 1997, p. 415-420.

passo que imprimia seu novo estilo de governança, suas novas alianças e novas políticas internas e externas que serviriam para dar tom à Dinastia de Avis.

Sob a perspectiva dos esforços avisinos que visavam a concentração de poder, a representação de Filipa de Lencastre nas Crônicas Régias tem o propósito de simbolizar a legitimidade dinástica. Ela era a origem dessa nova linhagem e também servia, no discurso cronístico, como construtora da memória avisina. Deste modo, articulando essas duas características, ao longo de trechos da *Crônica de D. João I* e da *Crônica da Tomada de Ceuta* podemos encontrar passagens que demonstram como a representação de D. Filipa de Lencastre funciona como catalisador da busca avisina por um *legado*.

O primeiro vislumbre da busca pelo legado através das noções de legitimidade e memória nos surge quando Fernão Lopes aborda a relação entre Portugal e Inglaterra no período das discussões do Tratado de Windsor. O cronista explora essas questões no Capítulo 82 da *Crônica de D. João I*, intitulado “*Da liança, & amizade, que foy tratada antre ElRey de Ingraterra, & ElRey de Portugal*”. Nesta passagem que narra algum ponto do ano de 1386, D. João é chamado de “parente, & amigo”²¹⁹ do rei Richard II por John, Duque de Lancaster. É importante notar que nesse período preliminar não há, na crônica, ainda qualquer indicação do casamento de D. João com D. Filipa – contudo, podemos supor que algumas conversas sobre o assunto já existissem, uma vez que Fernão Lopes não demora a abordá-lo: já no capítulo 91 o cronista expõe que num encontro posterior no Porto “*foi falado fobre o cazamento DelRey, co hũa das Infantes filha do Duque*”.²²⁰

Este trecho da crônica nos interessa por conta de seu vocabulário: ao utilizar a palavra “parente”, Fernão Lopes destaca a observação diplomática da legitimidade régia de D. João enquanto sucessor de D. Fernando e perpetuador de sua política de aliança com a Inglaterra.²²¹ Além disso, era uma maneira de reforçar que D. João era equiparável a Richard II no que tangia ao estado real no contexto europeu. Ao inserir no discurso

²¹⁹ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 202.

²²⁰ *Ibid.*, p. 218-219.

²²¹ Em sua exploração sobre o reinado de D. Fernando de Portugal, Armindo de Sousa nos dá um panorama sobre as relações luso-inglesas em fins do século XIV, ainda sob a Dinastia de Borgonha: “[D. Fernando de Portugal] Contactou um aliado de há 10 anos, o conde de Andeiro, que se achava exilado na Inglaterra, e por ele fez saber ao Duque de Lencastre a sua disposição de atacar de novo o reino castelhano. Coisa que o duque gostou de ouvir, quer porque a Península Ibérica importava aos interesses marítimos dos Ingleses, que porque ele, o duque, casado com a filha do assassinado pelos Trastâmaras, alimentava expectativas sobre o trono de Castela. Firma-se então um acordo anglo-luso – o de Estremoz de 1380 – no qual se confirma o Tratado de Tagilde de 1373, que garantia a possibilidade de Portugal se expandir territorialmente para o norte e para leste; acorda-se o envio para cá de uma força inglesa de 2000 homens; negocia-se o casamento de D. Beatriz (de 8 anos) com o sobrinho do Lencastre; e convencionou-se que, ganha a guerra, o duque inglês seria o rei amigo no país ao lado.” Cf. SOUSA, Armindo de. *Op. Cit.*, 1997, p. 413-414.

cronístico um dado que demonstrava a constatação estrangeira de que a Revolução de Avis não causara uma quebra de linhagem, Fernão Lopes indicava que havia reconhecimento inglês da legitimidade do novo reinado, de forma a designar a via de estabelecimento do tratado²²² que possibilitou a entrada de D. Filipa no cenário régio ibérico. Considerando a política tardomedieval, foi tal paridade reconhecida entre seu primo e seu futuro noivo o elemento diplomático capaz de tornar realidade a união de uma noiva do *status* de Filipa com o rei de Portugal.

As negociações do Tratado de Windsor e os preparativos da invasão de Castela pelo Duque de Lancaster foram alinhavadas com a decisão do casamento entre D. João e D. Filipa, considerando especialmente a ausência de laços de parentesco ibéricos – como Fernão Lopes nos expõe no Capítulo 91 da *Crônica de D. João I*²²³ e como nós já pudemos analisar anteriormente no Capítulo III desta tese. Entretanto, destacamos o *contexto político* no qual este casamento foi negociado para compreender como o matrimônio legítimo foi articulado com a finalidade de firmar um acordo político, econômico e bélico.

D. Filipa, por ser uma princesa de linhagem, foi instrumentalizada para cumprir motivos ulteriores, utilizada por seu pai como *moeda de troca* para o acordo que lhe garantiria apoio português na campanha contra Castela, além de garantir proveitosas trocas comerciais para a Inglaterra, e como *fiel da balança* por seu futuro marido, que casa-se com ela para garantir o dote em expansão de fronteiras portuguesas território castelhano adentro na possibilidade de vitória do eixo anglo-lusitano na guerra.²²⁴ Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura nos elucidam sobre os processos de *instrumentalização feminina*²²⁵ do período medieval para que possamos compreender melhor o papel de Filipa – e suas representações – dentro de tal contexto.

²²² O Tratado de Windsor, firmado no século XIV, vigora até nossos dias e pode ser interpretado como um fenômeno diplomático, tendo sido utilizado através dos séculos, por ambos os países, para invocar a aliança estabelecida. Entre as mais recentes invocações do Tratado de Windsor, uma delas vêm na *hora mais escura* (“*the darkest hour*”) da História Contemporânea: a Segunda Guerra Mundial. Em 23 de Junho de 1943, o embaixador britânico em Portugal, Sir Ronald Hugh Campbell confirma em telegrama que o Governo Britânico utiliza a aliança estabelecida no Tratado de Windsor para requisitar o uso de instalações militares nas Ilhas dos Açores – que seriam requisitadas novamente em 1982, durante a Guerra das Malvinas. Cf. TROWBRIDGE, Ben. *History's Unparalleled Alliance: the Anglo-Portuguese Treaty of Windsor, 9th May 1386*. History of Government Blog. The National Archives, Prime Minister's Office, 10 Downing Street. Disponível em: <<https://history.blog.gov.uk/2016/05/09/historys-unparalleled-alliance-the-anglo-portuguese-treaty-of-windsor-9th-may-1386/>> Acesso em: 14 Mar. 2019.

²²³ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 218-219.

²²⁴ *Ibid.*, p. 222.

²²⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. *A mulher como um bem e os bens da mulher*. In: *A mulher na sociedade portuguesa – Visão histórica e perspectivas actuais. Colóquio de 20 a 22 de Março de 1985*. Actas. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986.

Segundo as autoras, este conceito consiste no processo de atribuição de valor simbólico e de papel definidor às mulheres aptas a casar numa negociação de aliança de base matrimonial. Atribuem, também, à complexificação das estruturas sociais medievais a origem deste procedimento ante o casamento e ante às mulheres medievais, que eram então instrumentalizadas como um *bem patrimonial* de suas famílias, as principais moedas de troca nas negociações políticas através dos contratos de matrimônio. A união entre João e Filipa não escapa dessa lógica de cooperação bélica, política e econômica entre Portugal e Inglaterra e as manobras de instrumentalização feminina são fundamentais para definir o terreno das negociações políticas do contexto ascensional dos primeiros reis avisinos ao trono lusitano, bem como favorecem direta ou indiretamente as outras iniciativas advindas desse consórcio, como os movimentos moralizadores que analisamos nesta tese. No Capítulo 93 da *Crônica de D. João I*, intitulado *Das auenças, que ElRey, & o Duque trataram antre fy*, Fernão Lopes fala do papel de moeda de troca e fiel da balança que D. Filipa teve nas negociações bélicas e políticas do Tratado de Windsor, bem como os territórios castelhanos que seriam dados ao noivo como dote e espólio de guerra:

E para mais abastança de liança de amizade, & segurança destas coufas, ordenaram entõ, & prometerom, que o Duque deſſe ſua filha a Infanta Dona Felippa a ElRey de Portugal por molher, & que ElRey a recebeſe, auida primeiro diſpenſaçã para que tal cazamento foſſe valioſo, & que eſta Dona Felippa juraſſe de receber a ElRey de Portugal por marido, auida primeiro aquella diſpenſaçam, & por bem, & rezaõ deſte matrimonio, & ajuda que DelRey de Portugal avia de auer a ſua cuſta, ordenou o Duque, & ſua molher por fy, & por ſeus ſoceſores, por aquelle titulo de Rey, & de Rainha, que traziam que eles deſſem, & entregaſſem a ElRey de Portugal: para ſempre para a Coroa de ſeus Reynos hũa parte de Caſtella, & de Leaõ per Villas, & lugares nomeadas deſta guiſa . ſ . a Villa de Ledeſma com ſeus termos, & o Caſtello de Matilha, & o lugar de Monleom, aſſi como vay o caminho, q̃ſe chama de plata, com a Cidade de Plazença, & dahi indo direito ao lugar, que dizem Grimaldo, & aſſi outro, que ſe chama Canaueral, & deſhi a Caceres, & a Loſca, & entom a Minda, & a Fonte do Meſtre, & deſhi a Caſtra, & pelas torres de Medina, & deſhi direito a Freyxinal, & quaeſquer outras Villas, & lugares, que antre eſtes, & os Reynos de Portugal foſſem 56 contheudos, com todos ſeus termos, & logradouros, ſaluo o lugar de Alcantara, & Valença de Alcantara²²⁶

Narrar as negociações do casamento e os preparativos do matrimônio na *Crônica de D. João I* serve aos propósitos legitimadores e construtores de memória da literatura moralizante avisina pois dá à dinastia o argumento de uma origem, um ponto de partida

²²⁶

LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 222.

considerado então dos mais nobres: o combate contra um usurpador em defesa da legitimidade do sangue e do trono – tanto do lado lusitano quanto do lado inglês. A narrativa lopeana da *Crônica de D. João I* constrói-se sobre o discurso obstinado da prerrogativa da legitimidade do poder régio avisino no trono de Portugal, e dar à origem dinástica as tintas de defesa da identidade lusitana sobre as tentativas castelhanas de anexação é um movimento deliberado nesse sentido, uma vez que o nascimento de D. João não pode ser utilizado como ponto de partida para a história da dinastia, por conta de seu *defeito de nascença*, que já exploramos.

Assim, a representação de D. Filipa de Lencastre entra na narrativa cronística como um pilar da tão necessária segurança do reino depois de três anos de convulsão sociopolítica causada pela Revolução de Avis, tanto por ter assegurado o combate às ambições castelhanas quanto por ser uma rainha a gerar os descendentes legítimos do rei e um herdeiro para a Coroa.

Isto é, se seu casamento fosse considerado legítimo.

Os primeiros anos do casamento de D. João e D. Filipa foram nublados pelo rumor da ilegitimidade, levantado pela incerteza sobre a concessão da dispensa papal que D. João solicitara à Santa Sé para que o liberasse de seus votos monásticos, feitos para a Ordem de Avis. Fernão Lopes busca afastar com veemência os rumores sobre uma possível ilegitimidade do casamento real já no final do segundo volume da *Crônica de D. João I*.

O cronista dedica-se a responder a “*hum historiador*” anônimo²²⁷ que, segundo ele, pôs em dúvida a legitimidade do casamento e dos primeiros herdeiros de D. João e D. Filipa, alegando que os monarcas de Portugal teriam se unido em pecado *antes* da dispensação papal de D. João para o casamento e que, além disto, D. João teria protestado ao Duque de Lancaster que teria sido enganado por este na questão da entrega do justo dote em dinheiro e terras que teria sido acordado por ocasião do casamento por procuração. Fernão Lopes intitula este capítulo “*Reposta a algũas rezoens: que hum*

²²⁷ Não temos certeza sobre *a quem* Fernão Lopes se refere neste trecho. Provavelmente não é um autor português, uma vez que Fernão Lopes é o primeiro cronista oficial da dinastia e que se português – ou ibérico – fosse, Lopes o teria nomeado. Especulamos, então, que Fernão Lopes esteja se referindo a Jean de Wavrin, seu contemporâneo, autor das *Chroniques d’Angleterre*, volumes equivalentes ao trabalho lopeano que cobrem a maior parte das disputas da Guerra dos Cem Anos e seu revérbero pela Europa. Contudo, como as *Chroniques d’Angleterre* chegaram às mãos de Fernão Lopes ou se algum dia chegaram, é uma dúvida que, neste momento, não pretendemos solucionar, para não nos desviarmos tanto de nossos assuntos.

historiador poz em fua Chronica”, e nele insere a fala – ou melhor, sua interpretação sobre a fala – do historiador anônimo:

o Duque muito queixou, dizendo contra ElRey: que fiando elle delle fua filha, & leixandolha em reféns, pelo que elle, & fua companha auiom dauar de feu foldo, pera depois cazar com ella, tanto que difpenfaçam ouueffem, que elle a tomara por molher: dormindo com ella, anteque as letras de Roma vieffem (...) & que o Duque, vendo que nom podia ja mais fazer, catara a melhor maneira, que poderá, a qual fora, que por dotar fua filha & paga do foldo, que ElRey, & os feus auiom dauar, & defpeja, que na ida gastara, que o Duque lhe fizera doação dos lugares todos, que em Galiza auia ganhados, & feitas efcrituras defto quaes compria; que o Duque fe partira do Porto, & fe fora pera Bayona de Ingraterra.²²⁸

O historiador misterioso teria, segundo Fernão Lopes, feito um “*mao rezado*” e que “*pofto que de repofta merecerdor não seja, a clara verdade breuemente o impunha*” e empenha-se na defesa de seus soberanos: diz que D. João estava ciente que as cláusulas do contrato de casamento estavam condicionadas à vitória do Duque sobre Castela:

Que algum outro queira dizer, que lhe requerera dote de dinheiros: efto mais pouco lhe pediria ElRey, ca o Duque eftaua entom affi mifteriofo: que efcufado era tal requerimento, mormente, que fua grandiosa liberalidade era affi contente do linhagem, virtudes, & condições da Rainha fua molher, q̃ efto era a elle baf tante dote pera contentar fua profunda grandeza, a qual empreftou ao Duq̃ affaz de pratam que mifter ouue, e dous mil, & duzentosm nobres, antesque fe foiffe, & nom lhe requereo dello pagamento, & mais pouco lhe requereria; efto foy por mal dizer: que por mal dizer foi afacado. A leixada, que diz de fua filha em poder DelRey, & a tomada, que conta, como ouue, & defacordo, em que por eftas coufas eftiuerom alguns dias defauindos, efto nom fomente he falso, & de todo contra a verdade, mas ainda he clara mentira. Ora feja tomada eftreitamente por malicia do que a diz: ora feja por largo modo, quando fe afirma por ignorancia do que arrezoa; porque ElRey fempre foi dacordo com elle, & muito obediente, no que lhe podia comprazer, & a feu requerimẽto fez voda com fua filha, de que o Duque foy muito contente, como fe largamente podia moſtrar²²⁹

Sufocar o boato de que o casamento de D. João e D. Filipa teria começado com uma disputa de dote e avinagrado pela ilegitimidade era importante para manter a imaculada a memória da origem da Dinastia de Avis e também a legitimidade dos descendentes, especialmente do herdeiro do trono, D. Duarte – que, não esqueçamos, é o primeiro idealizador do movimento cronístico de literatura moralizante, responsável pela iniciativa lopeana e de todos os outros cronistas que o sucederam. Fernão Lopes encara a

²²⁸ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 261-262.

²²⁹ *Ibid.*, p. 263.

questão da dispensa papal no Capítulo 122 da *Crônica de D. João I*, intitulado “*Começo de reposta á dispenfaçam, que dißemos: que aquelle historiador falara*”. O cronista inicia o capítulo chamando o historiador anônimo de mentiroso sem qualquer cerimônia, além de atribuir o rumor da ilegitimidade a inimigos dentro e fora de Portugal que estariam “*prenhes do mao falar*”, ou seja, dispostos a prejudicar o rei pelos mais diversos motivos:

POIS que ja tornamos de Bayona de Ingraterra, acabados os feitos do Duque; conuem, que respondamos, anteque contemos outra coufa, a aquella malfalada rezam, em que poz boca aquelle historiador, que dißemos notado por mal dizer, que o Papa nom dispenfara com ElRey, que cazar podeßfe, nem lhe fora trazida tal letra: & que ficaram ao Duque de mandar por ella. Ora fundamento desta rezam seja: que se poucos homens sam, qnom tenham imigos, & contrairos; ou a que todos bem queirom: bem se pode esto dizer DelRey Dom IOHAM, que nom fomite dos Castellaos a elle vizinhos; mas de seus naturaes Portugueses tantos imigos, & contrairos tinha, os quaes nom com zelo de bondade, mas prenhes do mao falar, partirom, dizendo suas falsas rezoens.²³⁰

Apesar da veemente refutação do que dizia o historiador anônimo sobre as questões que cercavam o matrimônio de D. João e D. Filipa, acusando-o de mentiroso, e mencionando “*falsas rezoens*”, Fernão Lopes não nega que a dispensa papal chegou com alguma “*tardança*”.²³¹ O cronista destaca que a palavra do papa Urbano VI sobre a dispensa dos votos eclesiásticos de D. João chegara antes mesmo que as negociações de casamento sequer fossem aventadas, mas atribui a demora da publicação da bula e o desencontro de informações sobre a dispensa a um “*Mestre Henrique Inglês*” que estaria na corte papal e que, dizendo falsamente ser servidor do Duque de Lancaster, dissera ao Papa que o verdadeiro rei de Portugal não seria D. João I, e sim John de Gaunt:

o Bispo de Euora, & Gonçalo Gomez da Sylua, que auia mais de hum anno, que com esta supricaçam em duas galès partiram para a Corte, mandaram recado a ElRey quando trataua seus feitos com o Duque dizendo: como chegarõ a Genoa, hũ acharom o Padre Sãcto, & que apreñtada ante elle a supricaçam, ã de seus feitos leuauom, que elle em todas coufas por sua parte pedidas benignamente dispensara, & que o rol ja era affinado, & trabalhariom de tirar as letras. E em andando elles em este cuidado por dar a execuçam, forom embargados por hũ Mestre Anriq Ingres qestonce estaua em Corte, o qual fingindo-se grande seruidor, & amigo do Duque, sem saber elle, nẽ sua molher desto parte, falsamẽte informou ao Papa dizẽdo; qõ Reyno de Portugal pertencia á Duqueza Dona Costãça, & deshi ao Duque de Lãcastro, por ser seu marido. O Papa ouuindo suas rezoens, porque ElRey de Ingraterra sobrinho deste Duque era hum dos notauẽs senhores, que lhe estõce

²³⁰ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 271.

²³¹ *Ibid.*, p. 271.

obedeciõ; deshi porque alguns affirmauaõ muito, que ElRey de Ingraterra queria tratar que ElRey de Castella se decesse da tençam, que tinha, e viesse à obediência da Igreja, mandou affi estar quedas as letras; atá que fosse sabido em certo como era, o que lhe falara aquelle Mestre Anrique.²³²

Fernão Lopes trata longamente da comunicação – bastante inflamada – entre o rei de Portugal e o Duque de Lancaster e, enquanto este trâmite se segue, D. Filipa de Lencastre não é sequer mencionada pelo cronista em todo o processo de dispensa papal. As comunicações e o vai-e-vem de embaixadores²³³ entre Inglaterra, Portugal e Roma levam tanto tempo que o papa Urbano VI morre, em outubro de 1389, deixando a questão em aberto. A querela da dispensa papal e, consequentemente, da legitimidade do casamento entre D. João e D. Filipa apenas é resolvida muito depois que Bonifácio IX sucede a Urbano VI e sobe ao trono da Santa Sé:²³⁴ este papa ainda demora dois anos para finalmente liberar as bulas *Divina Disponente Clementia*²³⁵ e *Quid Ratione Congruit* em janeiro de 1391, quatro anos depois do casamento entre D. João e D. Filipa, já nascidos três dos filhos do casal – Branca,²³⁶ Afonso e Duarte.

Nas letras, o Papa Bonifácio deixa claro que livra D. João I da mácula da bastardia, que seu casamento com D. Filipa é legítimo desde o início e que as crianças já nascidas não carregavam a mancha da ilegitimidade:

E, ainda mais, por ocasião das razões aqui expressas, te legitimamos e restituímos teu legítimo nascimento, dispensando e abolindo as penas contraídas com teu defeito de nascimento por teres sido gerado pelo dito Pedro rei e por uma mulher que não era a ele conjunta em matrimônio, por ser teu pai casado e ser tua mãe casada [com outrem] à época de sua concepção. E também por seres, à época de sua eleição, assunção, colocação, entronização, indução, aceitação e consenso tu fosses ainda professo e mestre e senhor da dita ordem, a ela conectado por penas e sentenças, e inabilitado por mancha de infâmia e ainda assim casaste com a dita Filipa, outorgamos válida eleição, assunção, colocação, entronização, indução, aceitação; uma vez que jamais obedecera nem

²³² LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 271-272.

²³³ Fernão Lopes dedica-se a narrar as diversas agruras enfrentadas pelos embaixadores portugueses durante a empreitada de seis anos para alcançarem a concessão da dispensa papal: no Capítulo 124 do segundo volume da crônica (“*Como morreo o Papa Urbano: & ElRey mandou seus Embaixadores a Bonifacio*”), O cronista narra as inúmeras viagens de emissários portugueses a Roma e à Inglaterra, as discussões com cardeais e com o próprio Papa Urbano VI, o abandono do posto por um deles, o sequestro dos embaixadores no caminho para Flandres, o resgate cobrado de dois mil florins, a soltura, a chegada a Portugal depois do rapto, a imediata viagem de volta a Roma que coincide com a morte de Urbano VI, o conclave para a eleição de um novo Papa e mais tantas outras idas e voltas de suplicação até que Bonifácio IX emitisse e assinasse as duas bulas que já conhecemos. Cf. LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 273-276.

²³⁴ Bonifácio IX torna-se Papa em novembro de 1389.

²³⁵ A bula *Divina Disponente Clementia* encontra-se reproduzida, paleografada, transcrita e traduzida nos Anexos VII a IX desta tese, p. 341-351.

²³⁶ D. Branca morreu com, aproximadamente, oito meses de vida.

dera ajuda, conselho, socorro ou favor àquele Roberto Antipapa e nem João Henrique, sem embargo ou contradição da Constituição apostólica, de leis imperiais, estatutos ou costumes. Não obstante outorgamos que tais decisões tenham validade perpétua, firmemente obtidas para que tu possas ter e deter os ditos reinos, seus nomes, honras e senhorios e que possa transmiti-los a seus legítimos herdeiros e descendentes assim nascidos ou por nascer, ou quaisquer outros colaterais distantes por testamento ou estado; e que possas manter e viver o dito matrimônio com esta Rainha Filipa (...) ²³⁷

Fernão Lopes oferece ao público o conteúdo das bulas papais nos Capítulos 125 e 126 da *Crônica de D. João I*, intitulados respectivamente “*Do teor da primeira Letra, que na Sé foy pubricada*” referindo-se à bula *Quia rationi congruit* e “*Da pubricaçam da segunda letra, que os mensageiros trouuerom da Corte*” que por sua vez refere-se à bula emitida dois dias depois, intitulada *Divina Disponente Clementia*. Ambas versam sobre a licitude do casamento entre “*Iohanne Rey & Felippa Raynha*” e, portanto, da legitimidade de todos os seus descendentes, tendo poucas diferenças de conteúdo entre uma e outra – segundo a versão de Fernão Lopes, a segunda bula versa sobre tudo o que a primeira diz, reforçando apenas a questão de que Urbano VI concedera a dispensa papal verbalmente aos emissários de D. João e que faltara somente a emissão das ditas letras. ²³⁸

Consideramos que publicar em crônicas de maneira tão detalhada o processo da busca e concessão da dispensa papal e o conteúdo legitimador e absolvedor das bulas

²³⁷ ANTT. *Bula Divina Disponente Clementia do Papa Bonifácio IX pela qual habilita o rei D. João I para ser rei em Portugal, sem embargo de ser adúltero, o confirma e a todos os seus descendentes, e dispensa e revalida o matrimônio que contraiu com a Rainha D. Filipa de Lencastre sem dispensa da Sé Apostólica, sendo Mestre da Ordem de Avis, de cujo excesso o absolve*. Bulas 1179/1882, Maço 5, Documento 9; Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7139636>>. Acesso em: 10 Ago. 2019. [Tradução nossa do original em latim.]

²³⁸ Enquanto as duas bulas são reproduzidas – ou melhor, interpretadas – por Fernão Lopes em sua crônica e a existência dos dois documentos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo é confirmada na *Summa do Bullario Portuguez*, compilada pelo cônego Joaquim dos Santos Abranches ao final do século XIX, apenas fomos capazes de localizar a bula *Divina Disponente Clementia* no supracitado arquivo – transcrita na íntegra nos Anexos desta tese.

Desconhecemos o destino tomado pela bula *Quia Rationi Congruit*, que não consta, como diz a obra de Joaquim dos Santos Abranches, no Maço 26 de bulas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Não é incomum ou improvável que este documento tenha sido movido desde 1895, quando a *Summa* é publicada, até 2015 – ano que fizemos o levantamento de nosso *corpus* documental. É importante observarmos que, à altura da escrita deste Capítulo, no Maço 26 constam apenas duas bulas: *Aeterni Regis Clementi*, do Papa Sisto IV que concedia aos reis de Portugal as terras descobertas e a descobrir do Cabo Bojador, por toda a África até a Índia; e a bula *Romani Pontificis*, do Papa Martinho V concedida ao D. Frei Aimaro, Bispo de Marrocos, para transferi-lo para a cidade de Ceuta. Segundo o ANTT, a última vez que um documento foi adicionado a este maço fora em Maio de 2016. Até Agosto de 2019, quando escrevemos esta nota, o paradeiro do supracitado documento continua desconhecido.

Cf. ABRANCHES, Joaquim dos Santos. *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez*, v. 1 – *Summa do Bullario Portuguez*. Coimbra: F. França Amado Editor, 1895; ANTT. *Bula Divina Disponente Clementia* (...) Bulas 1179/1882, Maço 5, Documento 9 Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7139636>>. Acesso em: 10 Ago. 2019; Cf. ANTT, Bulas 1179/1882, Maço 26. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908077>>. Acesso em: 10 Ago. 2019; Cf. ABRANCHES, Joaquim dos Santos. *Op. Cit.*, 1895, p. 36, n. 3.

Divina Disponente Clementia e *Quia Rationi Congruit* fora mais um movimento da literatura moralizante avisina com o intuito de forçar ao público-alvo o conhecimento sobre a legitimidade da Dinastia de Avis, do casamento dos primeiros monarcas, dos filhos que dessa união advieram e, finalmente, da herança da Coroa por seu filho, D. Duarte. Considerando a gama dos detalhes e a riqueza da narrativa lopeana sobre o caso da negociação da dispensa papal, dedicar cinco capítulos²³⁹ da Crônica a este assunto é, portanto, uma iniciativa de disseminação intencional e intensiva da mensagem moralizadora de Avis e que se pode resumir pela interpretação lopeana do seguinte trecho da bula *Divina Disponente Clementia*:

auendo fobre eſto com noſſos Irmãos affaz de ſalamêtos, de ſolene deliberação as tuas ſupricaçoens inclinados, & eſguardando a gram deuaçam, que a nos, & a dita Igreja ſempre tivesse, de cõſelho delles todos, a tua peſſoa, & a teu preclaro, & Real linhagem, & os herdeiros de ti lidimamente deſcendentes determinamos de hõrar, & per eſpeciales graças, & fauores, quaes a ti conuenhom, profeguir, & por tanto a louuor do Poderoso Deos Padre, Filho, e Eſpirito Sancto, & da ſempre Virgem glorioſa Maria, & dos bemauenturados Apoſtolos Pedro, & Paulo, honra, & bõ eſtado da Sãcta Sagrada Igreja noſſa eſpoſa, ſendo em eſta parte inclinado às tuas petiçoens, & dos Nobres, & Prelados, & Pouos deſſes Reynos, por noſſa Apoſtolicall autoridade, & teor deſtas preſentes, te abſoluemos de todas as ſentenças de excomunhoens, & doutras quaeſquer penas por homem; ou por direito pronunciadas (...) E ainda te abſoluemos, & liuramos de toda a obrigação, & ligamento de voto de obediência, caſtidade, & pobreza, & da profiſſam, & obſeruancia regular, em que á dita Ordẽ por qualquer modo teudo, & obrigado foſſes, poſtoque de guardar todos, ou cada hum delles juramento fizeſſes: & iſto meſmo de todo perjurio, & magoa de infamia, & inhabilidade, que por as ditas rezoens, ou outras algũas tiueſſes. E mais te legitimamos, & reſtituimos a legitimo naſcimento, & te habilitamos, diſpenſando contigo, que nom embargando as ditas couſas, & o falimento de tua naſcença (...) & ſejom firmes pera ſempre: & tu poſſas ter, & poſſuir os ditor Reynos, & dignidade; e nome; & honra de Rey & de nouo poſſas ſer elegido a quaſquier outros Reynos: dignidades; honras, & ſenhorios: & os poſſas aceitar & em elles conſentir: & tomar: & poſſuir, & treſpaſſar a teus herdeiros lídimos, & deſcendentes aſſi nados, como por naſcer, & outros colaterais: & outros quaſquier eſtranhos por teſtamento ou abinteſtado: & que poſſas viuer, & eſtar no dito cazamento, feito com eſſa Rainha Felippa: & ſe aconteceſe fazer Deos algũa couſa de ſua peſſoa, que poſſas, licitamente; cadaues que tal caſo vier, com quaeſquer outras molheres, nom tendo embargos delidimos impedimentos, cazar, & em tal cazamento livremente viuer, como homem de todo izêto, & liure, & limpo de qualquer magoa, ſuprindo por noſſa Paſtoral autoridade, & Apoſtolico poderio todo falimento, ſe algum por ventura anteueyo aſſi

²³⁹ Capítulos 118, 123, 124, 125 e 126 do segundo volume da *Crônica de D. João I*. Cf. Anexo V, Índices da Crônica de D. João, p. 240.

da tua parte, como dos Prelados, & clerezia, & fidalgos, & Pouos em todo, o que dito he.²⁴⁰

Como pudemos analisar, tanto no excerto da bula *Divina Disponente Clementia* quanto na interpretação de Fernão Lopes, num único golpe de pena, Bonifácio IX acaba com todas as questões que poderiam tornar-se contestações à legitimidade da casa real de Avis: dispensa D. João I dos compromissos com a Ordem de Avis, calando assim qualquer alegação de perjúrio e pecado; perdoa o nascimento dos dois filhos ilegítimos de D. João, nascidos enquanto ele ainda era clérigo – D. Beatriz, Condessa de Arundel, e D. Afonso, Duque de Bragança, sem tirar destes a condição de ilegítimos, o que seria feito anos depois, pelo pai; legitima o nascimento do rei, retirando dele a sombra da bastardia; dá validade retroativa ao casamento entre João e Filipa, o que legitima todos os filhos nascidos antes da chegada das letras papais e ainda prevê que, em caso de viuvez do rei, ele poderia casar-se legitimamente de novo sem ter de importunar a Santa Sé por novas dispensas – um detalhe que, podemos apenas imaginar, possivelmente causara grande alívio a seus embaixadores.

É a partir da conclusão das questões acerca da dispensa papal que Fernão Lopes começa a tratar da descendência de D. Filipa e D. João. É interessante observar o cuidado narrativo: o cronista esclarece primeiro qualquer dúvida sobre legitimidade e, apenas depois disso começa a elencar os rebentos por ordem de nascimento, ano, local e diversos outros detalhes sobre suas vidas para, com isso, estabelecer uma cronologia apropriada e honrosa. No Capítulo 148, intitulado *Dos filhos, que ElRey Dom Iohaõ ouue, & em que tempo nafcerom*²⁴¹, o cronista dedica-se a falar “*dos filhos, que ouue, affi em fendo elle Mefire de Auis, como depois que reynou, & foy cazado*”, incluindo no rol de filhos aqueles que D. João teve enquanto era Mestre de Avis e os legítimos, nascidos de D. Filipa. Já no Capítulo 149, “*Que maneira tinhaõ em guardar a obediência a seu Padre estes Infantes*”,²⁴² Lopes propõe-se a contar “*as bondades, que cada hũ vzou na vida*”. Estes capítulos não carregam referências diretas ou representações da rainha, que é mencionada apenas como critério de discriminação entre os filhos de D. João I, os ilegítimos filhos de Inês Pires e os legítimos filhos de Filipa.

Para compreendermos como se pode falar das virtudes de uma geração de nobres filhos sem mencionar o mérito da linhagem materna, uma vez que este é um tema

²⁴⁰ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 281-283. [Grifos nossos.]

²⁴¹ *Ibid.*, p. 321-325.

²⁴² *Ibid.*, p. 325-327.

constantemente abordado por Fernão Lopes na *Crônica de D. João I*, recorremos a António Manuel Hespanha quando este, ao abordar o estatuto jurídico da mulher, ressalta que:

Por exemplo, que força tem, juridicamente, o nome "mulher", o feminino. Ou seja, dispondo a lei para as fêmeas, abrange também os machos? E, dispondo a lei para os machos, abrange também as fêmeas? Por detrás destes problemas de interpretação das palavras genéricas, muito usuais e importantes para quem lida com normas formuladas em termos abstractos, escondem-se todavia questões muito mais substanciais do ponto de vista de uma ontologia do género.

A regra mais geral que os juristas evocam, quanto a este uso do género das palavras, é a de que na locução corrente, o masculino inclui geralmente o feminino. O que está de acordo com um princípio de representação simbólica de âmbito muito geral segundo o qual a cabeça evoca, naturalmente, todo o corpo. Já o feminino não compreende, senão excepcionalmente, o masculino, pela mesma ordem de razões de que não se designa o todo pela parte mais fraca.

Já se vê que esta regra generalíssima é tudo menos inocente, do ponto de vista da hierarquização dos géneros, remetendo - na época muito mais do que hoje -, quer para uma concepção hierarquizada do mundo, quer para uma concepção realista da linguagem, em que o poder denotativo das palavras se enraizava nos poderes e hierarquias recíprocos das próprias coisas.²⁴³

Lembremos: Fernão Lopes fora, antes de ser cronista, um burocrata. Determinadas posturas de escrita e também posicionamentos socioculturais a respeito da mulher e de seu papel na sociedade encontram-se presentes, como observamos, no texto cronístico. No entanto, D. Filipa era mulher, mas não era qualquer mulher. Destacamos que no Capítulo 149 o cronista enfrenta veladamente a questão de associar as virtudes dos infantes aos méritos da rainha sua mãe. Neste trecho, enquanto versa apenas sobre os infantes legítimos, elogiando seus modos, maneiras, costumes, educação e erudição, Fernão Lopes diz que os príncipes de Portugal “(...) *fempre foram clara luz de humildade, & apraziueis ramos com folhas fructificando desta guisa* (...)”²⁴⁴, em referência à sua genealogia. Desta maneira, atestamos a alusão à D. Filipa de Lencastre se observarmos que o cronista se vale da *metáfora da árvore*,²⁴⁵ que orienta a ideia de árvore genealógica,

²⁴³ HESPANHA, António Manuel. O estatuto jurídico da mulher na época da Expansão. In: *Actas do Congresso Internacional O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*. 1994. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

²⁴⁴ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 325.

²⁴⁵ Virginia Nixon em sua obra *Mary's Mother – Saint Anne in Late Medieval Europe*, aborda como a literatura clerical medieval entende a “metáfora da árvore” para falar da parentela terrena de Cristo, sempre alinhando-se à linhagem materna de Jesus: as *matriarcas* são sempre as árvores, os seus *descendentes* são sempre os ramos, folhas e frutos de acordo com o grau de parentesco – filhos, netos, bisnetos, em ordem. Segundo a autora, em textos clericais medievais existem imagens diretas – a Virgem como a árvore e Cristo como seu fruto – e também algumas versões mais sofisticadas e mais amplas da metáfora da árvore que se referem à Santa Emerenciana, bisavó de Cristo, como a árvore; Santa Ana, sua

e que é oriunda de textos patrísticos adotados por monges medievais que constroem a imagem de que Cristo é o fruto da árvore e que esta árvore, por sua vez, seria a Virgem Maria.

A relação entre a narrativa cronística e a metáfora da árvore se consolida pois conhecemos também a relação modelar que as teorias clericais estabeleceriam entre Maria – rainha dos céus – e as rainhas soberanas na Terra.²⁴⁶ Como já pudemos acompanhar anteriormente no Capítulo III desta tese, a participação efetiva de D. Filipa no texto lopeano vai minguando à medida que, na interpretação desse cronista, sua figura vai perdendo a função. Contudo, isso não significa que ela perca sua importância, apenas que Fernão Lopes possuía uma gama extensa de assuntos e personagens a abordar. Lembremos que Fernão Lopes opta por apresentar um aspecto de D. Filipa de Lencastre mais voltado ao modelo clerical – seja essa representação favorável ao aspecto régio, matrimonial ou maternal da personagem – diferente da perspectiva que Gomes Eanes de Zurara adota em sua *Crônica da Tomada de Ceuta*. Assim, é possível compreender que a representação desta personagem enfraquece a partir do momento que a *Crônica de D. João I* aborda os filhos tidos, crescidos e criados de D. Filipa – o *papel* da rainha com o reino estava considerado cumprido para Fernão Lopes. A árvore dera seus frutos virtuosos e a legitimidade do sangue da rainha estava registrada na Crônica de D. João I para manter-se na memória como mito original da Dinastia de Avis.

Para Gomes Eanes de Zurara, no entanto, o papel da rainha na construção do mito original da Dinastia de Avis estava longe de finalizado. Como mencionamos, D. Filipa de Lencastre assume um papel determinante na narrativa da iniciativa expansionista durante a *Crônica da Tomada de Ceuta* e ao analisarmos as representações da rainha nesta obra através das perspectivas propostas – de afirmação de legitimidade e construção de memória – podemos perceber que o cronista buscou atrelar a elas um atributo *sanguíneo*: sangue enquanto símbolo, insígnia e sagração. Para Zurara, D. Filipa assume três papéis durante a *Crônica da Tomada de Ceuta*; de empecilho, de incentivadora e de santo sacrifício e este último papel nos cabe explorar neste momento.

avó, como o ramo; a Virgem Maria, sua mãe, como a flor e Cristo como o fruto sagrado da árvore, nascido da flor. Cf. NIXON, Virginia. *Mary's Mother – Saint Anne in Late Medieval Europe*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2004.

²⁴⁶ DALARUN, Jacques. *Op. Cit.*, 1998, p. 25-31.

Ao buscar Filipa através do prisma da legitimidade e da memória, o cronista interpretara o papel de Filipa nestas passagens da obra como a bênção final, o cordeiro sacrificial necessário para a tomada e conquista da praça de Ceuta. Progressivamente a representação da rainha vai de telúrica a etérea conforme ela se aproxima mais e mais da morte. Isso porque, durante toda a articulação sobre a invasão da praça norte-africana, D. Filipa é representada como sendo bastante pragmática durante os preparativos, fazendo a ponte entre os infantes e o rei e aconselhando D. João sobre qual ela cria ser a melhor conduta que ele deveria ter em relação àquela empreitada; e no decorrer da narrativa, como se trocasse de substância, conforme a invasão de Ceuta torna-se mais e mais concreta na *Crônica da Tomada de Ceuta*, a representação da rainha perde sua consistência física, tornando-se gradativamente mais *sacralizada* ao passo que o tom da narrativa cronística adota cores mais hagiográficas para tratar de D. Filipa.²⁴⁷

Assim como Fernão Lopes, que transformara D. João em uma figura análoga a Jesus Cristo²⁴⁸ e atribuiu à Batalha de Aljubarrota uma tônica de vitória sagrada, tanto pelos rituais e profecias ocorridos antes da peleja²⁴⁹ quanto pelo relato do cumprimento da promessa feita por D. João I na véspera da batalha;²⁵⁰ Gomes Eanes de Zurara adotou

²⁴⁷ Compreendemos *hagiografia* como a narrativa das vidas de santos compostas com a intenção de construir modelos de comportamento para educar – através da imposição – fiéis cristãos, de maneira a reger suas vidas de acordo com as regras e os ideais eclesiásticos. Tais textos seguiam um padrão narrativo que buscava definir o que seria a trilha de vida santificada que devia-se tomar como *exemplo* de boa cristandade. Quando afirmamos que o texto de Zurara adota cores hagiográficas para tratar da figura de D. Filipa, intencionamos apontar que o cronista se utiliza de padrões narrativos que evocam o estilo hagiográfico de construção de modelo para D. Filipa pois, ainda que ela não seja uma santa propriamente dita, a rainha seria simultaneamente uma *mulher santa* e uma *santa mulher*, ou seja, uma rainha de virtude tamanha que opera religiosamente em seu reino, através da virtude, da caridade e da mediação entre as altas e baixas camadas sociais e, por isso, possui uma relação intrínseca com o sagrado – operando maravilhas através da reza, demonstrando conexão com o Paraíso e outros elementos místicos em atos e palavras. Assim, a representação zurarina de D. Filipa adquire características hagiográficas de acordo com o ímpeto legitimador da *Crônica da Tomada de Ceuta*. Para mais sobre a relação entre memória e a estrutura literária da narrativa hagiográfica, cf: SANTOS, Márcia Pereira dos; DUARTE, Teresinha Maria. A escrita hagiográfica medieval e a formação da memória dos santos e santas católicos. *Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Ago. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278263189_ARQUIVO_Textocompletotfaz.genero.versaofinal.pdf> Acesso em: 22 Ago. 2019.

²⁴⁸ “(...) affi como o Filho de Deos chamou a seus Apostolos dizendo, que os fazia peſcadores dos homens, & affi muytos deſte, que o Meſtre acrecentou, peſcaram depois tanto pera ſy por ſeu grande, & honroſo eſtado.” Cf. LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 1, 1644, p. 341.

²⁴⁹ “(...) & portanto dizia Micer Iohão de Monferrara a ElRey. *Senhor, fede muito certo, & ſem nenhuma duuida, que vos aueis de vencer esta batalha, & vedes, ſenhores, em que o entêdo, eu fuy já em ſete batalhas campaes, & com esta ſom oito, & digouos que nunca vi taõ ledos vultos de homens, ſendo taõ poucos combatentes, & auerem deſperar tantos pera peleiar com elles. Eſa fiuza, diſſe ElRey, tenho eu em Deos e na Virgem Maria, que aſi ſera como vos dizeis, & eu vos prometo mui boa aluiçara de voſſa profecia.*” Cf. LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 94. [Grifos originais.]

²⁵⁰ “(...) & ordenou de partir daquela Villa, por comprir ſua romaria, que prometera, anteque entraſſe á batalha, a qual era, que vencendoa, como em Deos tinha eſperança, que foſſe de pè a Sancta Maria da Oliueira, que era na Villa de Guimaraens (...)” LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. 2, 1644, p. 163-164. Esta

tintas similares com a representação de D. Filipa, quando atribuiu à rainha o papel de padroeira da expedição à Ceuta ao sacralizar sua morte.

A progressão de D. Filipa de Lencastre, de rainha terrena a madrinha sagrada da expedição de Ceuta se inicia no Capítulo 33 da *Crônica da Tomada de Ceuta*, intitulado *Como os Embaxadores DelRey de Grada vieram a ElRey, & do que lhe requereram, & como traziam recado ao Infante Dom Duarte, & a Rainha, & do que lhe prometeram*. Nesta passagem, a rainha D. Filipa concede audiência a um enviado do reino granadino que tenta, sem sucesso, conseguir com a soberana de Portugal quaisquer informações úteis sobre a expedição que se rumorava Portugal faria. É quando D. João e o Infante D. Duarte impõem seu senso de alteridade – ‘nós, cristãos, *versus* os outros, islâmicos’ – ao embaixador que o capítulo nos ajuda a compreender as tintas cavaleirescas e cruzadísticas que a empreitada portuguesa tomava, ou que Zurara gostaria de conferir, acerca da decisão de investir contra uma cidade moura. Por uma grande associação da figura da rainha com o cristianismo e com a moral do reino de Portugal, tal senso de alteridade sócioreligiosa é mais pronunciado no trecho que trata da audiência do enviado granadino com a rainha D. Filipa:

Os Mouros fentiram que por aquella reposta nam leuauaõ nenhũa fegurança, & falaram entam a Rainha por ver se poderiam encaminhar o feito por outra guisa ca tal auisamento traziam DelRey de Grada, o qual era que a Rica Forra, q̃ era a principal das molheres daquelle Rey Mouro enuiaua dizer a Rainha Dona Felipa, como ElRey seu Senhor & marido enuiaua seus embaxadores a este Reyno requerer algũas coufas a ElRey, as quaes a ella prazeria muyto que ellas foffem bem auiaadas, & porquanto ella fabia quanto os bons requerimẽtos das molheres mouiam os coraçõs dos maridos, quando lhe requeriam algũas coufas, em que tinham vontade, que lhe rogaua que por contemplação sua lhe prouueffe filhar cargo de requerer a ElRey a reposta daquelle feito poendo em ello todo seu bom deſejo, de guisa que a vontade DelRey de Grada seu Senhor, & marido foffe posta naquele fim, que elle deſejaua, & que pois ella tinha filha para cazar, que em breue tempo poderia ver o agradecimento de sua boa vontade, ca lhe certificaua que lhe enuiaſſe para ella o melhor & mais rico enxoual, que nunca fora dado a nenhũa Princeſa Moura, nẽ Chriſtãa. Mas quẽ auia de ſer aquelle, que moueſſe a Rainha para falar em tal partido? ca a Rainha era hũa molher muyto

promessa é confirmada pelo testamento deixado por D. João I, no qual se lê: “Item. porque prometemos no dia da batalha que ouvemos com el rey de Castella de que Noso Senhor Deus nos deu vitoria de mandarmos fazer aa homrra da dita Nossa Senhora Santa Maria cuja vespera entom era ally a cerca domde ella foy huum moesteiro o qual depois foy começado (...)” Cf. TRANSLADO autêntico do testamento de D. João I feito por Tomé Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, por mandado do Rei. In. ANTT, *As gavetas da Torre do Tombo: edição digital*, v. 6, gav. 16-17, ent. 3777, p. 7-15. Agradecemos a colega Beatriz Nogueira, que no momento desta escrita finalizava dissertação intitulada *Entre a Doçura da Alma e a Corrupção da Carne: As representações da Morte na Dinastia de Avis*, por este mesmo nosso Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, pela inspiração sobre o assunto e pelo compartilhamento de sua fonte de pesquisa.

amiga de Deos, & segũdo suas obras filhara de mamente encarrego de nenhum infiel para lhe procurar nenhum fauor, quanto mais que era natural de Inglaterra, cuja naçam antre as do mundo naturalmente de famaõ todos os infieis. Eu nam fei, respondeo ella, a maneira, que os vossos Reys cõ suas molheres tem, que antre os Chriftãos nam he bem contado a nenhũa Rainha, nem a outra algũa Princeza de se entremeter nos feitos de seu marido, quanto em semelhantes casos, para os quaes elles tem seus Concelhos, onde determinam seus feitos segundo o entendem, & as suas molheres, quanto melhores sam, tanto com mais diligencia se guardam de quererem saber o que a ellas nam pertence, ca conhecem certamente que seus maridos com seus conselheiros tem mayor cuidado do q̃ a honra de seu estado pertence, do que o ellas podem conhecer, verdade he que ellas nam sam affi afastadas de todo, que lhe nam fique poder de requerer o que lhes praz, mas estes requerimentos, sam taes, que os maridos nam ham rezam de lhos poderem negar, & algumas, que o contrario fazem, nam sam auidas por ensinadas, nem discretas. Porem, vos direis a Rainha voſſa Senhora, que eu lhe agradeço sua boa vontade, mas, que ella podera de seu envoual fazer o que lhe prouuer, ca com a graça de Deos a minha filha nam falecera enxoual para seu casamento, & vos requerei voſſo feito a ElRey meu Senhor, que elle he tal, que se lhe vos requererdes o que he rezaõ que volo fara com muy boa vôtade. Os Mouros sentiram que nam tinham bom recado na Rainha²⁵¹

Zurara narra que a rainha granadina oferece, através de seu embaixador, um enxoval de casamento para a Infante D. Isabel “*que nunca fora dado a nenhũa Princeza Moura, nẽ Chriftãa*” e D. Filipa veementemente recusa. O ato não significaria apenas o declínio de um presente e de uma demonstração de paz: o gesto de D. Filipa rechaça quaisquer tentativas granadinas de aproximação ou aliança com o reino português, o que denota um limite diplomático muito claro não apenas entre Portugal e Granada, mas entre um domínio cristão e um domínio islâmico. O que nos chama a atenção é o posicionamento que Zurara atribui à rainha neste gesto: ela enjeita a oferta da sultanesa por ser “*muyto amiga de Deos*” e por ser uma inglesa que, como todos os ingleses, desamava os infiéis.

Se, por um lado, exemplos da devoção de Filipa de Lencastre surgem na *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes através da descrição de seus hábitos religiosos e seu conhecimento da prática teológica do *sarum use*, entre outros, que seguem uma lógica modelar, descolada da prática política da rainha; por outro lado, os exemplos devocionais de Filipa de Lencastre na obra de Zurara são inteiramente conectados à sua prática política como governante de Portugal, o que é demonstrado no trecho destacado e, como já analisamos, possuía grande peso na sua *articulação de agência* enquanto rainha.

²⁵¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 107-108. [Grifos originais em itálico, grifos nossos em sublinhado.]

Isso se observa não apenas pelas afirmações de que a rainha seria amiga de Deus e que seria uma inglesa que desamava os infiéis, mas também pelo contexto no qual a audiência acontece e pelo discurso que Zurara usa para narrar toda cena – como a escolha por não nomear o rei ou a rainha de Granada, chamando-a apenas de *rica forra*; chamar os muçulmanos de *infiéis*, *mouro*, *moura*; sublinhar a alteridade entre mouros e cristãos durante todo o tempo; a crítica clara à prática de tentar influenciar a rainha de Portugal a dar as informações que o rei já havia se recusado a transmitir; a insinuação de que a rainha granadina anônima não seria *ensinada* ou *discreta* por lhe oferecer dinheiro e riquezas em troca de favores políticos. O mesmo se verifica também no discurso atribuído a D. João I e D. Duarte – quando se chama o Islã de *seita*, por exemplo – mas o que é importante notar no trecho referente a D. Filipa é que o cronista vale-se da cristandade da rainha para distanciá-la em mérito, virtude e prática da granadina que lhe oferece riquezas em troca de colaboração política.

Zurara vale-se da religiosidade para sugerir que apesar de rainha cristã e rainha muçulmana parecerem equiparáveis no mesmo patamar político, D. Filipa, por ser cristã, seria bastante superior à outra mulher. Para isso, o cronista vale-se, como Fernão Lopes antes dele, de uma alusão ao modelo clerical de rainha²⁵² ao atribuir a ela a seguinte frase: “*Eu nam fei (...) a maneira, que os voffos Reys cõ fuas molheres tem, que antre os Christãos nam he bem contado a nenhũa Rainha, nem a outra algũa Princefa de se entremeter nos feitos de feu marido.*” Ora, a prática reginálícia de D. Filipa não é, de maneira alguma, modesta. Tanto nossas análises da Chancelaria Régia quanto das Crônicas Régias nos esclarecem que a rainha possuía uma larga margem de manobra e uma ampla agência de governança dentro do reinado. Contudo, neste momento, atribuiu-se mansidão política à Filipa de Lencastre como um artifício moralizador, cristianizante, para aumentar o contraste entre uma personagem e outra, entre a moura indiscreta, pecadora e voluntariosa e a cristã virtuosa, devota e ponderada.

A atribuição deliberada desta alteridade entre as duas soberanas, a islâmica e a cristã, serve a dois propósitos do discurso da *Crônica da Tomada de Ceuta*: o primeiro é

²⁵² “Some families were more important than others. Accordingly, some wives, mothers and daughters were more important, and attracted more attention, than others. Queens, princesses, court ladies, and aristocrats were the main interlocuters of the pastoral and pedagogical works (...) the more universally effective the values and models proposed, the more noblewomen were called up as examples. In the view of preachers and moralists, queens, princesses, and ladies could become concrete, living models for all women precisely because their God-given superior social status, which obliged them, Humberto de Romanis wrote, to observe moral rules all the more strictly. (...) all women were urged to look up to the woman with perfect habits that only a queen could fully personify.” CASAGRANDE, Carla. *Op. Cit.*, p. 78-79.

aquele que se vale do ímpeto cruzadístico de combate ao infiel com toda e qualquer arma que se puder utilizar, inclusive a língua e o poder político; e o segundo é o intuito de posicionar D. Filipa de Lencastre como a bússola moral que guiaria a expedição a Ceuta – ao resistir aos apelos de negociação dos granadinos, a rainha mostra-se uma cristã implacável no combate ao *infiel*, o que colabora com a legitimação da iniciativa de seus filhos para tomar a cidade e cristianizá-la.

A vertente cristã da empreitada está alinhavada no discurso de Zurara e, no texto, quanto mais próxima é a partida para Ceuta, maior é a incidência das menções a Deus, das contemplanções sobre a finitude da vida e do ímpeto cruzadístico que a caracterizava, especialmente quando a epidemia de peste começa a aterrorizar a Península Ibérica e nublar as expectativas da invasão. As primeiras menções sistemáticas à *pestilencia* começam já no Capítulo 34 – “*mas para este corregimento nam ser tam perfeito, fobreueo hum grande empacho, porque começaraõ a morrer de pestilencia na Cidade de Lisboa, & tambem no Porto (...)*”²⁵³ – o que prepara o cenário para o desaparecimento de D. Filipa de Lencastre, que ele menciona logo adiante, ajustando a narrativa para explorar o tema da morte e preparando o seu público, leitor ou ouvinte, para os relatos que se seguiriam: “*esta infirmitade (...) fez muy grande dano no auimento daquela frota, principalmente na morte da Rainha que fobre todos foy mais sentida*”.²⁵⁴

Este Capítulo 34 não trata, especificamente, da morte de D. Filipa de Lencastre, mas todo o discurso adota um tom fúnebre que é importante para que o público sinta o quão impactante a morte da rainha foi para a empreitada de Ceuta e como aquelas pessoas, naquele momento, teriam reagido à notícia de uma morte tão significativa, dando-nos um raro vislumbre das considerações e expectativas sobre a morte no início do século XV. É a partir do Capítulo 34 que Zurara busca adaptar a narrativa, imergir o público no sentimento de pesar que atingiria a todos logo em diante, no Verão de 1415. Dando voz para que personagens anônimos contemplassem sobre a finitude da vida, o cronista nos imbui de mecanismos para compreender a magnitude da perda da rainha para Portugal:

Naõ sei (diffe o Autor) se fale aqui como Gentio, mas per certo eu penço que os offos dos finados defejauam ser vestidos em carne onde estauam gaftados em suas sepulturas para ferẽ companheiros de seus filhos, & parentes no ajuntamẽto daquelle feito, & dereitamẽte podemos dizer, que se os viuos tinham ledice; que as almas daquelles, que por resplandor diuinal sabiam a verdade desto, se alegrauam muyto mais. (...) O como as almas daquelles bõs homens, q̃ morriam naquela peste,

²⁵³ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 110.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 110.

partiam faudoſas dos proprios corpos, nom tanto por aquella natural faudade, com que ſe as almas partem das carnes, como por não verem a fim daquelle feito. *Ah, dezião elles, morte ſem remédio, fim de todas as couſas terribéis, ſobre cujo imperio, & ſenhorio, não ha poder nenhũa couſa criada de ſob nouelo da lua, & ante cujo brado tremem todas as couſas, que ſe neste mundo mouem, porq̃ trigauas tanto teus doloroſos paſos para nos leuares daqueſta vida? porque nos nom leixauas algum pequeno eſpaço para vermos a fim deſto? onde tiueras razoado tempo para te entregares de noſſa diuida, ſe as noſſas almas te fazião mingoa para pouoares as caſas do outro mundo. Bem auenturados ſerão aquelles, que receberẽ os derradeiros golpes ante os olhos de ſeus ſenhores, aos quaes ſeus parentes, & amigos contaram as chagas, porque depois ſeus filhos recebam honra, pelos merecimentos de ſeus Padres, & o ſeu nome depois da vitoria nom poderá eſcorregar dante o conhecimento dos que depois vierẽ. Mas nos nom ſo dos que ham de vir, mas ainda dos preſentes, noſſas mortes ſão eſquecidas, & o trabalho do preſente negocio nom lhes dâ vagar que ſe poſſam apartar, para chorar noſſo falecimento.*²⁵⁵

O texto de Zurara neste Capítulo 34 fala sobre dois tipos de morte: a honrosa morte na guerra e a morte *ſem remedio* causada pela epidemia de peste. O lamento de Zurara sobre as pessoas que morreriam e não veriam o final da empreitada, deixando o mundo para povoar *as caſas do outro mundo* é caracterizado como um lamento anônimo que, a partir da análise dos capítulos seguintes, observaremos que também alude à morte da rainha Filipa.

A narrativa acerca do falecimento de D. Filipa inicia-se no Capítulo 36, intitulado *Como Affonſo Annes chegou aos Infantes com as nouas da doença da Rainha e como por aquelle azo, aquelle grande prazer, em que eſtauam foy tornado em trizteza.*²⁵⁶ No capítulo anterior, os Infantes Duarte, Pedro e Henrique reuniram-se no porto de Restelo, cada um com suas atribuições e guarnições, para começar os preparativos finais da investida contra a Ceuta, quando

chegou alli Affonſo Anes aquelle ſeu eſcudeiro [de D. Henrique], q̃ trouxera recado a ElRey de ſua vinda, & lhe diſſe como ſua Senhora, & Madre a Rainha eſtaua doente. Emperò diſſe elle que não ficaua ella tam aficada de ſua dor, porq̃ elle ouueſſe de tomar trizteza alguma; antes lhe fora dito que a principal cauſa daquela infirmitade era por azo da grande abſtinencia que fazia em ſeus jejũs, & oraçoens, ca poſto que ella em toda ſua vida foſſe huma das Princeſas do mundo de mais ſingular deuaçam, aindaque nos outros tempos quizeſſe jejuar, era lhe defeiço por ſeus Abbades com acordo dos fiſicos por azo da fraca compreiſſam, & tinhaõ determinado os fiſicos que a dita abſtinencia ſeria muito perigoſa para ſua vida, & porẽ ceſſaua de o fazer, ca determinado he por Sãcto Agoſtinho que cada hẽ tenha tal tẽperança no jejũ, e oração, que lhe fique liure poder para vzar das outras virtudes ca

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 112-113. [Grifos originais em itálico, grifos nossos em sublinhado.]

²⁵⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 116-118.

doutra guisa seria homicida de si mesmo. Mas depois que a Rainha foy certa da ida de seus filhos, que ainda atequelle tempo nam sabia da DelRey, nem do Infante Dom Duarte, ca postoq̃ lhe foffe dantes falado, como ja ouuistes, ElRey não quis q̃ o ella foubesfe ata a cerca de sua partida, por lhe arredar o coração do cuidado que sentia que ella filharia, alli nam curou ella de físicos, nem de conselhos de confesores, mas jejuava muito amiúde, & fazia grande oraçam, alem do que tinha em costume, ca tanto que era manham logo se hia a Igreja, onde estava ate o meo dia, & tanto que comia, & filhava hum pouco de repouso, logo tornava a sua oraçam. Mandava visitar as casas dos Sanctos, & dar grandes esmolas aos pobres, & fazer outros bẽs por acrecetar em seu merecimẽto, & de como lhe ElRey cõtou determinadamẽte sua tençaõ, & dehi o seguimẽto de sua dor, ataq̃ Deos leouo deste mudo ouuireis agora no seguimẽto destes capitulos.²⁵⁷

Zurara expõe que primeiras notícias que chegam sobre o estado de saúde da rainha dão conta de que ela estaria enferma por conta da prática indiscriminada de jejuns e vigílias de oração, ainda que tivesse sido orientada por abades e físicos²⁵⁸ a poupar-se pois com sua *fraca compreiffam (...) a dita abstinencia seria muito perigosa para sua vida*. Zurara narra que D. Filipa ignorara tais conselhos, pois não apenas seu marido e seus filhos estariam sob risco de morte como Portugal também estava em perigo – lembremos que o cronista atribui à rainha toda essa gama de preocupações quando escreve sobre a fase de negociações sobre a invasão de Ceuta, no início da *Crônica da Tomada de Ceuta*. Tanta fé e dedicação religiosa já levava Zurara a mergulhar no símbolo e associar a rainha a mulheres bíblicas – e outras,²⁵⁹ para invocar o aspecto sacrificial de sua morte.

A devoção da rainha, no entanto, não deixa de ser uma virtude no texto de Zurara: o cronista detalha os hábitos que D. Filipa teria e deixa claro que sua finalidade e intenção era a proteção do reino, do marido e dos filhos. A seguir, no Capítulo 37, a associação entre a devoção reginalícia, o sacrifício pelo reino, pela Coroa e pela família é fortemente delineada por Zurara: a gana devocional e caridosa de D. Filipa se avoluma quando D. João lhe revela que acompanhará os filhos na batalha:

E como quer q̃ a Rainha dos outros dias passados sentiisse a vontade, que ElRey trazia naquele feito, ouuindo affi determinadamente, não pode foster sua continência, que não mostrasse em ella que auia grande sentimento: cá postoque affi foffe virtuosa, como já ouuistes, a natureza

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 117-118. [Grifos nossos.]

²⁵⁸ “Físicos” no sentido medieval de “médicos”.

²⁵⁹ Zurara escreve: “E não jõmente filharam os antigos cuidado de escreuer os feitos dos virtuosos homens, mas ainda das virtuosas mulheres, affi como se acha na historia da Biblia da Rainha Hester, & de Iudith, & affi nas obras de Tito Livio de Lucrecia, & de Virginia, & doutras semelhantes, & se estes autores affi quizerão renẽbrar os feitos virtuosos daquestas, pequena culpa merecemos nõs ao diante, escreuendo o acontecimento, & virtuoso fim daquela Rainha, cujas grandes virtudes são dignas de grande memoria.” Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 120.

das molheres em semelhantes caſos não pode ſer tão eſforçada; que não faça mouer o coração a alguma triſteza, mas Britiz Gonçaluez, & ſua filha ouuindo aquellas palauras ſoltaram de todo ſeus olhos em lagrimas, & a Rainha tornando a ſua rezão diſſe a ElRey, nam como cabia dizer a molher, mas como quem falaua por reſpeito da linhagem, de ã decendia. Verdade he, Senhor, diſſe ella, que eu vos pedi ã mandaffeis voſos filhos a eſte feito, & vos diſe logo então quanto me parecia ſer razoado de vos nam irdes, & de vos agora mandardes o Infante ſegundo dizeis conhecendo quanto lhe he cumpridouro, como quer que grande ſentimento por ello ouueſſe, meu goſto nunca o poderia mostrar, mas a voſſa ida me faz que me nam abaſte ſizo, nem entender, para me reter de não moſtrar o que ſinto, mas pois vós por bem ouueſtes, & aueis de ir a Deos prazendo, elle enderence voſſa ida por tal guiſa, que ſeja muyto a ſeu ſeruiço, & voſſa honra, & de voſos filhos, & bem de voſos Reynos. & diſſe contra as outras, que eſtauaõ chorando com grande ſentimento, Amigas, nam aueis porã chorar, porque o choro em taes caſos nam he couſa, que aproveite, antes vos rogo que daqui em diante vzemos do que a nos, & a noſſos officios pertence, iſto he encomendarmos a Deos eſte feito muyto afincadamente, fazendo taes obras & bens, porque mereçamos ſer ouuidas, & nam tão ſomente ainda por nós, mas por todalas virtuofas peſſoas, por cujo merecimento ſintamos que eſte feito pode ſer ajudado, ca certo he que em taes couſas presta muyto a oraçam, ſegundo ſe moſtrou nos feitos da lei antiga, que pola oraçam, que fazia Moyſes, quando o pouo dos Iudeus pelejaua, recebia mor ajuda, que por ſuas proprias forças, & nos aſſi oremos, menosprezando todo o trabalho, & canſaço, que ſe em ello poſſa ſeguir, & façamos outros bens, porque noſſas oraçoens ſejam dinas de ſer ouuidas ante Deos, & iſto he melhor, que eſpargimento de lagrimas, nem outra algũa maneira de grande triſteza (...)²⁶⁰

Ressaltamos o aspecto dual da simbologia deste trecho da Crônica: Zurara busca representar a devoção da rainha, seu fundamento moral, sua força de caráter amparado em dois eixos – o primeiro é voz de liderança que ela não perde, nem em um momento de emoção e *grande ſentimento*, conduzindo suas damas ao comportamento apropriado e cristão para o momento quando lhes diz “*o choro em taes caſos nam he couſa, que aproveite*” e pede que elas apliquem-se a rogar “*a Deos eſte feito muyto afincadamente (...) certo he que em taes couſas presta muyto a oraçam.*” O segundo é ressaltar que a rainha o faz não apenas por ser extremamente devota, mas por ser quem é e ter as responsabilidades que tem. Zurara atribui à D. Filipa um posicionamento político firme quando a rainha se recompõe da notícia da ida de sua família para a guerra quando diz que ela lhe falaria “*nam como cabia dizer a molher, mas como quem falaua por reſpeito da linhagem, de ã decendia*”.

²⁶⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 120-121. [Grifos originais em itálico, grifos nossos em sublinhado.]

Aqui temos, como já observamos, uma Filipa de Lencastre madura, de trono seguro e legitimidade de sangue e matrimonial inquestionáveis. Ainda assim a *linhagem* é a chancela de autoridade e poder que ela retinha e que Zurara se vale para representá-la como *mais* que uma mulher naquele momento. Uma rainha. E é como rainha que D. Filipa se sente outorgada a solicitar uma grande honra ao rei, ao mesmo tempo que a personagem tem o que chamamos²⁶¹ de *momento profético*:

diffje a ElRey, Senhor, eu vos peço por merce que fe me Deos quifer dar dias de vida que chegue ata o tempo de voça partida, que vos façais vossos filhos Caualeiros presente my, ao tempo de voffo embarcamento, com senhas espadas, que lhe eu darei, & com a minha bençam, ca postoque feja dito que as armas das molheres enfraquecẽ os coraçõs dos Caualeiros, bem creio que segundo a geraçam, de que eu venho, nunca feraõ enfraquecidos por as receberem de minha mão. Ao que ElRey respõdeo lhe prazia muyto.²⁶²

Temos aqui um presságio: “*fe me Deos quifer dar dias de vida que chegue ata o tempo de voça partida.*” Zurara faz com que a personagem da rainha antecipe que algo lhe podia acontecer e seria esse afã que a teria inspirado a mandar fabricar as espadas com as quais seus filhos seriam sagrados cavaleiros – que, afinal, era a intenção primordial da invasão de Ceuta, dar aos infantes um êxito militar com o qual eles pudessem tornar-se cavaleiros de forma honrada. É importante apontar que Zurara afirma que ela suplanta uma tradição, que diz que mulheres enfraquecem os cavaleiros que sagram, e apoia-se na linhagem da qual descende para sustentar seu desejo de presentear as espadas e fazer de seus filhos cavaleiros: “*segundo a geraçam, de que eu venho, nunca feraõ enfraquecidos por as receberem de minha mão.*”

Essa passagem da *Crônica da Tomada de Ceuta* nos oferece uma perspectiva da maneira que a rainha D. Filipa exercia sua reginalidade: baseada no poder reginalício, na linhagem, na monarquia compartilhada e, também, na expressão de sua devoção. Zurara

²⁶¹ Quando falamos em *momento profético* dizemos dos momentos que a personagem da rainha D. Filipa é utilizada por Zurara para dar-nos pistas de eventos futuros na cronologia da História de Portugal. Zurara se vale de um expediente que, ao mesmo tempo, atribui densidade e alguma dose de literariedade ao texto. Como o próprio cronista diz – na página 118 da *Crônica da Tomada de Ceuta*, ao abrir o Capítulo 37 – que o papel dele como autor daquela obra era o de, primeiro, admoestar quem ouve o memorial das obras das virtuosas pessoas a quem ele se dedica a narrar; e em segundo lugar, dar voz e duração às histórias que as pessoas querem que perdurem na memória. Assim, esclarecemos que não desejamos inferir, em momento algum, que D. Filipa de Lencastre fosse de fato uma *profetisa*, mas sim que sua representação na Crônica, nesse momento da narrativa dos antecedentes de sua morte, adquire tintas mágicas, simbólicas e proféticas para o bem da admoestação futura dos descendentes e da construção de memória para Avis através de uma obra de literatura moralizante avisina.

²⁶² ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 121-122. [Grifos originais em itálico, grifos nossos em sublinhado.]

infere que sacrar cavaleiros os filhos é um direito que o sangue que lhe corre nas veias dá à rainha, por ser ela uma mulher de sólida e pura linhagem. Através da pena de Zurara compreender de que maneira D. Filipa estaria investida no esforço de guerra – o cronista afirma no início do capítulo que sua intenção é salvaguardar a memória da rainha tal como se guarda as memórias das virtuosas mulheres. Mesmo com todos os entraves, todos os modelos clericais de representação, todos os estereótipos e expectativas postas sobre o comportamento das mulheres, e apesar de tudo isso, a escolha de Zurara é expor essa face da rainha à frente das outras.

É este o último momento da *Crônica* que encontramos a representação de D. Filipa como uma mulher saudável e é a partir deste momento que a representação cronística da rainha de Portugal começa a atravessar o véu do telúrico para o etéreo. Tal passagem se faz através da narrativa de Zurara sobre como a rainha adoece e como ela suporta sua doença. O cronista nos situa no espaço: D. João e D. Filipa encontram-se em Sacavém²⁶³ quando a peste atinge a cidade:

(...) & estando affi algũs dias seguiuſe que adoeceram algũas peſſoas de peſte aquelle lugar de Sacauem, & eſto era porque a peſte andaua muyto grãde em Lisboa, como já ouuiſtes, & por ſer tam perto da conuerſação da gente, que era neceſſario que tiueſſem hũa com a outra, a neceſſidade do tempo não podia ſer que o dito lugar foſſe largamẽte liure de aquelle padecimento, & como ElRey ſoube que alli adoeceraõ aquellas peſſoas, diſſe à Rainha q̃ ſeria bem que ſe partiſſem logo antes de comer. Senhor, diſſe ella, vos vos podeis logo partir, q̃ eu depois que acabar meus officios me partirei, ca molher tam velha, como eu, não deue auer medo de peſte. & iſto dizia a Rainha porque ella era entam de idade de ſincoẽta, & tres annos. Pois, Senhora, diſſe ElRey, que vos affi quereis, podello fazer, mas peço vos que o mais cedo que puderdes, vos partais deſte lugar, Entam ſe partio ElRey caminho do Moſteiro de Odiuelas, & a Rainha não quis partir ate o meo dia, como diſſemos, & estando affi na Igreja lhe deu a dor de peſte, nam porem que ella ſentiſſe que era ſemelhante infirmitade, ſomente maginaua que ſeria algũa outra dor,

²⁶³ Essa localização se pode confirmar através das entradas de datas de despachos da Chancelaria Régia: em 1415, os despachos reais nos dão uma estimativa de que o rei – sozinho ou acompanhado – esteve sediado em Lisboa durante os meses de Janeiro a Julho, com breves passagens de poucos dias em outras cidades, como Sacavém, Santarém, Sernancelhe e Vila Real. Os despachos em Sacavém datam de: 5 de Fevereiro, 19 de Abril, 6 de Maio, 28 de Maio e 25 de Junho. Como veremos, a rainha D. Filipa morre em Odivelas no dia 19 de Julho de 1415, o que indica que o evento narrado por Zurara possa ter ocorrido durante a última passagem registrada por Sacavém, cerca de 25 de Junho.

O último despacho da Chancelaria Real antes da morte de D. Filipa fora feito no dia 18 de Julho, em Lisboa, e sabemos que no dia anterior à morte da rainha o rei fora orientado por seus filhos a deixar Odivelas. O trabalho da Chancelaria só fora retomado, também em Lisboa, no dia 4 de Agosto. Como a Conquista de Ceuta só ocorre no dia 21 de Agosto, cremos que esse intervalo na emissão de letras e despachos régios tenha ocorrido por ocasião do forte luto que, segundo Zurara, assolou Portugal por conta da morte da rainha e pela necessidade de guardar-se o nojo e realizar suas exéquias. O próximo despacho da Chancelaria Régia só ocorre no dia 24 de Agosto, em Ceuta. Cf. CHR, *D. João I*. Vol. III, t. 3, p. 290.

que lhe viria por causa de sua fraqueza, segundo lhe já outras vezes viera, & a[ssim] partio caminho do dito Mosteiro.²⁶⁴

Neste trecho podemos observar, bem marcado, o intuito de Zurara em criar memória para Avis e legitimidade para a invasão de Ceuta ao atribuir à rainha o papel de uma mulher que, abnegadamente, cumpre suas promessas para com Deus em prol da invasão da praça africana e em detrimento de sua própria segurança e saúde pratica a caridade numa cidade infestada pela epidemia – “(...) *depois que acabar meus officios me partirei, ca mulher tam velha, como eu, não deue auer medo de peste.*” O papel de madrinha da expedição criado sobre a representação da rainha D. Filipa na *Crônica da Tomada de Ceuta* começa a se aprofundar quando o cronista lhe atribui aspectos de imolação ao explorar que foi desejo de D. Filipa permanecer em Sacavém até cumprir os compromissos caridosos que havia prometido para garantir a segurança do marido, dos filhos e dos súditos na cidade norte-africana. A dualidade da mensagem do cronista está posta: enquanto o rei e o Infante D. Duarte²⁶⁵ partem para Odivelas com o intuito de fugir da peste e adiantar as questões terrenas da expedição, D. Filipa permanece em Sacavém para cuidar dos *preparativos espirituais* da jornada. Também o lugar no qual a rainha começa a enfraquecer é digno de nota: Zurara indica que D. Filipa demonstra os primeiros sinais da doença em solo consagrado, dentro da igreja, o que consolida o intuito legitimatório e memorial deste trecho da narrativa – o sangue ofertado que, figurativamente, começa a ser derramado para o bem de Portugal, o que é reforçado pela observação de Zurara que a rainha imaginava ser a sua fraqueza ocasionada por sua dedicação religiosa na oração e na caridade pelo sucesso de Ceuta.

No Capítulo 38,²⁶⁶ intitulado *Como o Infante Dom Enrique, & o Conde Dom Affõso chegaram a Odiuelas, & como a dor se acrecentou a Rainha*, o rei D. João e a rainha D. Filipa se reencontram já no Mosteiro de Odivelas e alguns dias depois temos reunidos ali os infantes D. Duarte e D. Henrique e o Conde de Barcelos, D. Afonso, acompanhados de um grande tropel de fidalgos e cavaleiros que estavam envolvidos na empreitada. Zurara diz que estes foram a Odivelas com o intuito de “*fazer reverencia a*

²⁶⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 122. [Grifos originais em itálico, grifos nossos em sublinhado.]

²⁶⁵ D. Duarte, no Leal Conselheiro, registra sua experiência de fuga contra a peste e enumera seus motivos pelos quais ele crê ser melhor fugir do que ficar à mercê da doença, uma prática que – como narra Zurara – ele aprende durante a juventude. Cf. DOM DUARTE. *Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1843, p. 192-198. Disponível em: <<https://archive.org/details/c1lealconselheir00duar/page/n6>> Acesso em: 10 Ago, 2019

²⁶⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 123-125.

ElRey, & a Rainha, & ao Infante Dom Duarte”²⁶⁷ e segundo o cronista, as pessoas que encontraram D. Filipa em Odivelas, a princípio, acreditaram que a saúde da rainha não era tão preocupante quanto se pensava. Passado esse encontro, a comitiva se espalhou para terminar de aviar a frota quando, logo depois, o infante D. Duarte manda chamar os irmãos pois D. Filipa sofrera uma grande piora. O que interrompe por completo todos os preparativos da expedição a Ceuta:

e depois que o Infante Dom Enrique falou aquelles senhores tornaramse ambos os Infantes & Conde para a frota, pensando que a doença da Rainha não fosse a que depois pareceo, ca logo no dia seguinte o Infante Dom Duarte mandou chamar os Infantes seus Irmãos fazendolhe saber como a Rainha sua Senhora, & Madre se sentia muyto mal, os quaes logo trigoamente caualgaram, & se foram a Odiuelas, onde estiueram ata o acabamento da dita Senhora. Nam foy sua tristeza pouca quando chegaraõ a Rainha, & acharam taõ afficada da dor, tomando muy grande cuidado de a feruir affi no presente, como depois, & lhe faziaõ buscar todolos remedios, que se podiaõ achar para aliuiamento de sua infirmitade, & postoque todos grande cuidado tiueffem, o principal encargo era do Infãte D. Duarte, o qual com grande diligencia nunca podia dar o seu cuidado a outra coufa, senam a penjar, & requerer totalas mezinhas & coufas, que pertenciaõ para remedio da Rainha (...) Todolos outros cuidados da guerra ã aqilles dias foraõ esquecidos, & ãomẽte a occupação era em ouuir fíficos, & curgioes, & poer em execuçam totalas coufas, que elles ordenauão para saude daquela Senhora, como quer que seus remédios, & trabalhos pouco prestaffem, porque a dor se acrescentaua muyto mais a Rainha (...) ²⁶⁸

A partir deste trecho, Gomes Eanes de Zurara constrói o cenário do episódio da morte de Filipa de Lencastre: o marido, os filhos, os principais súditos à sua volta; uma doença fatal e uma mulher que simbolizava a união e que tornara o reino *viável* depois da revolução de Avis, conferindo legitimidade de sangue ao rei, gerando e criando herdeiros dignos da coroa, assegurando a sucessão e cuidando da moral portuguesa através de suas ações religiosas. Ao longo da leitura podemos perceber que o cronista reverte a lógica narrativa modelar de então e descreve que os cuidados de D. Filipa são capitaneados por seus filhos homens e por seu marido, o avesso do que vemos no trecho do volume II da *Crônica de D. João I* no qual Fernão Lopes narra os cuidados que a rainha dedica ao rei quando este adoece no Curval. A narrativa lopeana, aliás, também contém uma passagem sacrificial ocorrida no contexto de batalhas entre Portugal e Inglaterra contra Castela – a do primeiro filho que D. Filipa carregava e que perdeu devido à dor e ao medo de perder o marido pela febre que o acometeu no Curval, que já analisamos. Pela segunda vez

²⁶⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 123.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 124-125.

testemunhamos nas Crônicas Régias a alegoria do sacrifício de Filipa de Lencastre em prol do rei e do reino: primeiro, com o filho não-nascido e, agora, com a morte da rainha antes de uma decisiva batalha, diferente daquelas que Portugal tinha enfrentado até aquele momento.

O rei, por outro lado, enfrentava uma batalha pessoal: segundo a narrativa de Zurara, D. João I dedica-se tanto ao cuidado da rainha que quase adoece de dor, tristeza e medo de perder a esposa. Na passagem a seguir há um interlúdio sentimental muito raro nas Crônicas Régias, no qual o amor entre homem e mulher é tratado como inteiramente louvável²⁶⁹ – ao contrário do que Fernão Lopes narrara acerca de D. Fernando e D. Leonor,²⁷⁰ e Ruy de Pina teria escrito sobre D. Pedro I e D. Inês de Castro.²⁷¹ No trecho que destacamos a seguir, Zurara expõe que a única fragilidade do rei D. João I seria a rainha D. Filipa de Lencastre.

ElRey estava muy anojado, como aquelle, que conhecia a perda, que se lhe seguia por morte de tão boa mulher, com a qual auia vinte, & sete annos que estava cazado se algũ antrepoimẽto de desaccordo, que antre elles ouueſse, antes muyto amor, & cõcordia, como ja ouuistes, & tamanho era o sentimento, que ElRey tomava pola infirmitade da Rainha, que se lhe priuava o comer, & dormir, por cuja rezão muytos prefumião que se lhe seguiria algũa grande infirmitade por aquelle azo, se não fora seu muy grande esforço.²⁷²

Cremos que essa reação do rei tal como narrada por Zurara serve ao propósito legitimador da crônica ao demonstrar a solidez da união entre os dois e ao representar também algo que já detectáramos no segundo capítulo desta tese, o caráter de monarquia compartilhada do reinado de D. João e D. Filipa: ainda que o cronista não caminhe diretamente nesta seara, a dinâmica constatada nos documentos da Chancelaria Régia se

²⁶⁹ No *Leal Conselheiro*, Capítulo XLIV – na fonte numerado como *RIIIJ* – intitulado *Das maneiras d'amar*, D. Duarte exalta o amor dos pais e da família, em um texto que nos ajuda a compreender a narrativa de Zurara acerca dos sentimentos do rei e dos infantes na ocasião da morte de D. Filipa: “Conssijrando como nosso senhor me outorgou uyuer sêpre sem fallicimento em amyade muy special com os muy virtuosos Rey e Raynha meus senhores, padre, e madre, cujas almas deos aja e com todos meus jrmaãos nom symprezmente como seruidor, ou per obrygaçom de dyuydo, mas em aquella mais perfeita maneira que outros achar se pudessem, fymrados em grande amor e boas uoontades de toda parte cõ muyta guarda dello enssynados per deos boo enxemplo dos dictos senhores (...) Co geral contentamento damar, seer amado, possuyr, e lograr afeiçom da quella pessoa, que muy syngullarmente ama, faz sentir contynuado prazer, no qual uyue os boos, e virtuosos amygos deuerdadeira amyade, como deue seer antre marido, e molher, parentes, senhores, seruydores, e muy proprio antre os que se acordam per grande afeiçom em estado, ydade, virtuosa maneira deuyuer, e boo deseio, proposito, entender, e uoontade.” DOM DUARTE. *Op. Cit.*, 1843, p. 148-149. Disponível em: < <https://archive.org/details/c1lealconselheir00duar/page/n6> > Acesso em: 10 Ago, 2019.

²⁷⁰ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1895, p. 181-191.

²⁷¹ PINA, Ruy de. *Chronica de ElRey Dom Afonso o quarto do nome*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1653, p. 70v-72v.

²⁷² ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 125.

pode também observar na maneira com a qual o cronista narra a reação de D. João, inferindo inclusive que ele poderia se adoentar junto com a rainha, tamanha era a sua dor. Uma vez que uma das principais fontes para a narrativa da *Crônica da Tomada de Ceuta* fora o testemunho do Infante D. Henrique, não é exagerado afirmar que isso confere ao texto de Zurara uma característica muito mais intimista do que tem o texto de Fernão Lopes.²⁷³ Isso torna coerente tal perspectiva sobre o sofrimento de rei e rainha e a conexão desta passagem com o propósito da literatura moralizante avisina – uma declaração sobre a harmonia existente entre os reis de Avis torna-se uma exaltação de legitimidade, bem como todo o processo narrativo serve ao propósito construtor de memória.

A representação de D. Filipa na *Crônica da Tomada de Ceuta* adentra definitivamente a senda mística quando, no Capítulo 39 da crônica a rainha prepara-se para a morte que se avizinha: Zurara nos expõe que ela, por ser muito devota e bem-aventurada, por graça divina toma conhecimento do fim próximo e, por isso, tem a chance de abençoar a família, encomendar caridades e repartir seus pertences. O conhecimento da aproximação da morte, segundo Zurara, é uma graça apenas concedida às pessoas virtuosas, compartilhada diretamente por Deus a essa restrita seleção de pessoas da qual a rainha faria parte:²⁷⁴

IA falei em outro lugar em aquella sentença do filosofo como todos os homens naturalmente defejam fazer, & falei tão fomento neste natural defejo, quanto as coufas temporaes, affi como as coufas, que sam dadas ao homẽ como princípios do verdadeiro fazer, ca toda fãbedoria em este mundo seria coufa de pouco valor, fomento porque por ella podemos chegar áquelle verdadeiro conhecimento das obras, porque todo fãber sem Deos não he fãber, porem todo o fim da virtuosa vida he no verdadeiro conhecimento de Deos. E porque ja muytas vezes falamos nas grandes virtudes, que auia em esta Rainha, he de fãber como lhe

²⁷³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. Cit.*

²⁷⁴ Esta tipologia narrativa medieval é sintetizada na noção de *relato fúnebre*, ou seja, um padrão narrativo acerca da morte que pode ser negativo ou positivo, dependendo do *exemplo* que se quer transmitir com a dita narrativa. No caso de D. Filipa de Lencastre, o relato fúnebre que Zurara constrói em sua *Crônica da Tomada de Ceuta* segue o modelo que ficou historiograficamente como *Boa Morte*, conceito cunhado por Philippe Ariès – que atribui alguns critérios para que um relato fúnebre seja considerado um relato de boa morte, como: a pureza do moribundo, a consciência da proximidade da morte, a aceitação do morrer, a ausência de revolta, a lucidez da passagem, a calma com que ela é preparada, a distribuição de bens heranças, o cuidado com os vivos e a continuidade do legado, a presença de um sinal divino que anuncie que a passagem é planejada e recebida por Deus. Todos esses critérios formulaicos da boa morte estão presentes no relato fúnebre de D. Filipa de Lencastre que consta na crônica de Zurara. Para mais, cf: ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente – Da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 85; SOUSA, Beatriz Nogueira de. *Entre a doçura da alma e a corrupção da carne: as representações da morte na Dinastia de Avis (Portugal – Século XV)*. [Dissertação] Mestrado em História Social, Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019, p. 49-54; SOUSA, Armindo de. A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica. *Lucerna*. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, 1984, pp. 417-487.

noſſo Senhor quis dar conhecimento do verdadeiro ſaber, moſtrandolhe a eſcuridade da prezente vida per intrinſeco amor, que lhe deu de ſy meſmo, com certo conhecimento da fim de ſua vida, & poſtoque o juizo da alma ſeja ſomêto cõſpecto de N. Senhor Deos o qual ſegredo quis q̃ não ſoubefſſe nenhuma peſſoa veſtida em eſta carne humana(...) a verdadeira ſaluaçam, o qual final ſe pode conhecer por aquelles, que em ſemelhantes tempos falam com ſeus Abbades quaeſquer faltas, que ſentem em ſuas conciencias, ſegundo aquelle ſancto cõſelho, que o Profeta enſina no Pſalmo dizendo. *Eu tornarei por todos os annos atraz, a limpando as entranhas de minha conſciência para te recontar as amarguras de minha alma. por o qual arrependimento poderemos verdadeiramente ſaber como aqueſta ſancta Rainha cobrou a verdadeira bemaumenturança, ca poſtoque muyto amiude foſſe confeſſada, em todos os outros tempos, depois que a enfermidade eſforçou em ella, falou muy compridamente com ſeu Abbade, & em ſatiſfaçam de algũs encargos, ſe os tinha, mandou fazer muytas eſmolas, & outras grandes obras de piedade, dizendo muytas rezões em arrependimento de ſeus peccados, as quae faziam grande contrição a aquelle ſeu confeſſor (...)*

275

Segundo Zurara, a conſciência da morte vindoura apenas alimenta o ímpeto devocional de D. Filipa, algo que o compele a chamá-la de “*ſancta Rainha*” por ſeus atos de caridade ainda serem uma prioridade em leito de morte. Destacamos que a elaboração cronística da representação de D. Filipa de Lencastre como uma mulher santa e devota e uma rainha perfeita não ſerviu apenas aos propósitos tardomedievais e modernos de construção da identidade avisina, ou mesmo portuguesa. É importante compreender que o discurso de Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara sobre a devoção da rainha é reproduzido ainda nos dias atuais, pelos mais diversos meios, tamanho o revérbero que as noções de santidade e perfeição atribuída a Filipa de Lencastre toma por ventura de ſua representação nas Crônicas Régias. Um dos exemplos²⁷⁶ mais notórios de tais

²⁷⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 125-126.

²⁷⁶ Um exemplo entre muitos: D. Filipa de Lencastre é frequentemente associada às imagens de santidade, moral ilibada e perfeição. Em permanências mais prosaicas, o documentário português *As Rainhas – Leonor e Filipa*, produzido em 2003 pela RTP, replica informações vindas diretamente da *Crônica da Tomada de Ceuta*, sem qualquer crítica ou questionamento do texto cronístico. O narrador inclusive declara que Filipa morrerá na véspera da partida, o que adiante atestamos ser uma construção narrativa de Zurara. Cf: FERNANDES, Maria Júlia. *As Rainhas – Leonor e Filipa*. RTP, 2003. (13m20s). Disponível em: <<http://ensina.rtp.pt/artigo/filipa-de-lencastre-a-rainha-mae-da-inclita-geracao/>> Acesso em: 13 Ago. 2019.

Outro exemplo de uma repercussão contemporânea e cotidiana de tal representação é o informativo de divulgação de uma atividade proposta pelo Serviço Educativo do Mosteiro da Batalha: a partir de março de 2019 a entidade oferece visitas encenadas a grupos escolares interpretadas por diversos personagens, um deles é a rainha D. Filipa de Lencastre. No texto-sinopse desta atividade, lê-se: “Neste ato de visita ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Filipa de Lencastre aparece aos visitantes do mosteiro, numa viagem pelo tempo, talvez através de ſua fé. É convidada a juntar-se ao grupo de turistas, onde estabelece um diálogo com eles acerca das alterações que o mosteiro ſofreu depois da ſua morte. Propicia-se assim ao espetador o comentário testemunhal de uma época fundamental para uma nova era da história de Portugal”. Cf: PORTUGAL. Direção-Geral do Património Cultural, Mosteiro da Batalha. *D. Filipa – Sinopse*. Serviço Educativo do Mosteiro da Batalha. Texto de Constantino Mendes Alves. 2019. Disponível

permanências é o poema *Sétimo (II): D. Filipa de Lencastre*, de Fernando Pessoa, publicado em 1928:

*Que enigma havia em teu seio
Que só génios concebia?
Que arcanjo teus sonhos veio
Velar, maternos, um dia?*

*Volve a nós teu rosto sério
Princesa do Santo Gral,
Humano Ventre do Império,
Madrinha de Portugal!*²⁷⁷

Esta é uma conexão discursiva significativa para nossas análises: as representações cronísticas de D. Filipa de Lencastre – e tantos outros personagens, como o próprio D. João I, “*de boa memória*”, por exemplo – ainda se fazem ecoar numa tradição cultural da história portuguesa que, apesar de debatida e criticada, ainda evoca as grandes personalidades na construção dos símbolos da nação, integrando o intrínseco fundamento da identidade cultural lusitana; repetidas, reforçadas por centenas de anos entre a composição das Crônicas Régias e a contemporaneidade, solidificadas e solidificantes de uma percepção própria do *ser português*.²⁷⁸ Quando Pessoa atribui à rainha o epíteto de *ventre do império*, a alusão à alegoria de D. Filipa como mãe do Portugal como se conhece é bastante delineada, bem como chama-la de *Princesa do Santo Gral* é uma referência à sua herança plantageneta e, por fim, questionar “*Que arcanjo teus sonhos veio / Velar, maternos, um dia?*” é uma associação direta às tônicas cristãs quando conecta D. Filipa à passagem bíblica da Anunciação, quando o arcanjo chega em sonho à Virgem Maria para anunciar-lhe a vinda do Cristo.

A adoção e a reprodução do discurso cronístico durante tão longo período permitem que possamos traçar seu percurso na história portuguesa, da produção até suas mais recentes apropriações. No caso específico de Filipa de Lencastre, tal caracterização de *perfeição* e *santidade* advém em boa parte da *Crônica da Tomada de Ceuta* e das tintas cavalleirescas e hagiográficas que Gomes Eanes de Zurara adota para abordar o evento da morte da rainha.

Zurara percorre um longo caminho na construção desse fenômeno na representação de Filipa de Lencastre: ainda no Capítulo 39, o cronista narra que logo após

em: <<http://www.mosteirobatalha.gov.pt/data/Sinopse%20filipa.pdf>> Acesso em 27 Jan. 2019. [Grifos nossos.]

²⁷⁷ PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Lisboa: Ática, 1972, p. 33.

²⁷⁸ DURAND, Gilbert. *Op. Cit.*, 2008, p. 63-89.

dispensar seu confessor e enviar alguém de Odivelas para Lisboa em busca das espadas encomendadas para os infantes, a rainha manda reunir seus filhos em torno de seu leito para falar-lhes sobre seu desejo de sagrá-los cavaleiros e para compartilhar com eles seu tesouro mais sagrado: a relíquia do lenho da Vera Cruz:

fez chamar seus filhos, *Deos fabe*, disse ella, *tamanho desejo sempre tiue de ver a hora, em que vos voffo Padre fizesse Caualeiros, & para ello mandei fazer, & guarnecer tres espadas, & pois a Deos apraz, q̃ eu em este mundo nam veja tamanho prazer, elle seja louuado por todo, & logo mandou fabe se lhe enuiara ja Ioham Vasquez as ditas espadas, & differamlhe q̃ não pois, disse ella, vam logo trigofamête a Lisboa, & façãõ as trazer. Quizera, meus filhos, disse ella contra os Infantes daruos agora as espadas, em que vos antes falei, mas por nam serem aqui leixo de volas dar: pero daruofei o verdadeiro escudo de fortaleza & defenfam, que he o Lenho da Vera Cruz, & de manhã a Deos prazendo vos darei as espadas. Entam mandou trazer hũa cruz daquelle verdadeiro pao, em q̃ noſſo Senhor Ieſu Chriſto padeceo, & partio em quatro partes, que eſtam na Cruz, & deo a cada hum dos Infantes ſeu braço, & o quarto guardou para ElRey ſeu Senhor. Meus filhos, disse ella, Eu vos rogo que vos recebais eſta precioſa joya, que vos eu dou, com grãde deuaçam, & que creais perfeitamente na grande virtude, que Deos em ella poz, & como he perfeito remédio para todos os perigos da alma, & do corpo, & quẽ nella tem verdadeira fũza, cobra eſcudo firme, & forte para ſua defenſam, contra o qual nam pode empecer nenhum imigo eſpiritual, nẽ temporal, eſpecialmente contra os infiẽis, & nam tam ſomente he defenſam contra elles, mas ainda deſtruimento, ſegundo ſe conta no ſeu officio, o qual diz: fugi partes aduerſas, ca venceo o Liaõ, o qual he Ieſu Chriſto, que nella padeceo. Eu vos rogo, filhos, que ſempre continuamête o queirais trazer comuoſco, q̃ nam fabeis os dias, nem as horas dos perigos, & elles lhe beijaram as mãos, & lho tiveram muyto em merce. No fim da qual pratica lhe lançou a ſua bençam.²⁷⁹*

Não são pertinentes, neste trabalho, as conjecturas sobre a autenticidade da relíquia repartida por D. Filipa neste momento da narrativa. É o discurso de Zurara que nos importa, mais especificamente o cenário que o cronista intenciona nos expor: entendemos para nossos fins que se o objeto não é autêntico, o gesto narrado é. Atentemos para o intuito da personagem da rainha ao fazê-lo: através da repartição de uma relíquia sagrada, D. Filipa oferece um escudo místico que pudesse defender os filhos e o marido – e, por extensão, todos os súditos – de inimigos espirituais e temporais na batalha que se avizinhava, uma vez que estava incapaz de protegê-los de maneira mundana – por estado, por saúde ou pela impossibilidade de lhes oferecer as espadas prometidas. Desta forma, é necessário que compreendamos a relação entre a relíquia que protege de “*imigo eſpiritual*” e a proteção física contra o “[*imigo*] *temporal*” conferida pelas espadas – algo

²⁷⁹

ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 126-127.

que o pensamento analógico, característico do *ethos* medieval cristão, estabelece neste momento da narrativa:

As relíquias, entendidas como todos aqueles objetos tangíveis que materializam a presença contínua dos santos entre os homens, eram ao mesmo tempo o ponto de origem de fenômenos culturais devidos ao poder sobrenatural adquirido (*virtus*) e evidenciado em função da fé dos homens na intercessão dos santos (...) O êxito das relíquias está favorecido pela sua dupla identidade: material e espiritual, natural e sobrenatural, garantia de intermediação possível e real entre os homens e o divino, objeto passivo e objeto ativo.²⁸⁰

Assim, as relíquias são *objetos tangíveis que materializam a presença contínua dos santos* ainda nos ajuda a entender a importância que Zurara dá ao gesto ao definir qual espécie de relíquia estava sendo compartilhada entre os infantes e o rei: dentre todas as relíquias, o lenho da Vera Cruz seria a mais sagrada de todas pois teria tocado o corpo de Jesus em seu momento mais solene, mais angustiante e, apesar de tudo, era o maior símbolo do triunfo de Cristo sobre a morte. A Vera Cruz, assim repartida, representa o triunfo da cristandade naquela empreitada, ou pelo menos o desejo de D. Filipa que assim ocorresse. Sua oferta era, também, a conferência das mais sagradas entre todas as proteções: o sangue de Cristo, do qual todos os cristãos comungam, e a do sangue de D. Filipa, compartilhado entre seus filhos e seu marido naquele momento de suas vidas.²⁸¹ Zurara narra que, após assegurar a proteção espiritual de sua família, D. Filipa recebe as espadas que mandara buscar em Lisboa.²⁸² A rainha então reconvoca os filhos ao seu

²⁸⁰ GARCÍA DE LA BORBOLLA, Angeles. *El culto y la devoción al lignum crucis en los reinos occidentales de la península ibérica (VII-XV)*. In DEUFFIC, Jean-Luc. (Ed.) *Reliques et sainteté dans l'espace medieval*. Saint-Denis: Pecia, 2006, p. 565. [Tradução nossa.]

²⁸¹ Zurara aponta, logo no início do Capítulo 40, que os infantes não ficaram indiferentes ao gesto tão sagrado de sua mãe: “ZELO de grande amor mostrou sempre a rainha aos Infantes, especialmente acerca deste tempo, em que falamos, a qual coufa foy sempre delles muyto conhecida em especial naquella Lenho da Cruz, que lhe affi deu, o qual elles filharam cõ muy grande deuaçam, & affi o trouxeram sempre configo em todos os dias de sua vida, & tam continuo o trazia o Infante Dom Duarte, q̃ depois de Rey ao tempo de seu falecimento quando morreo o soterraraõ com elle, & depois de muytos dias se lembraram que o leuaua, & abriram a coua, donde jazia, para lho tirarem, o qual ouue a Rainha sua molher. E o Infante Dom Pedro não sabemos que maneira teue com o seu, emperõ bem he de crer que homẽ tam Catholico, como elle era, nam partiria de sy coufa taõ boa nem tam sancta. Mas do Infante Dom Enrique podemos dar certo testemunho, porque ao tempo, que escreuemos esta historia, elle era de sincoẽta, & seis annos, & falando acerca deste nos differe, que nunca lhe lembrava, depois que o dito Lenho lhe fora dado, que o tiueffe fora de sy somete hũ dia q̃ o tirara por não atenter em desfueftindo a camisa, & ouuimos depois a Luis de Soufa Caueiro da Ordẽ de Christus, seu Camareiro mor, & filho de Gonçalo Rodrigues de Soufa que quando se o dito Infante finou, que lhe tirara o dito Lenho da Cruz, & o dera a ElRey em Euora, cõ o finete, & o seu liuro de rezar.” Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 127-128.

²⁸² Zurara narra essa passagem – do envio de João Vasques de Almada para recolher as espadas em Lisboa, da entrega dos fragmentos da relíquia, o retorno de João Vasques de Almada à entrega das espadas aos infantes – como ocorrida inteiramente no mesmo dia. Sem esquecer as prováveis diferenças de característica entre o caminho contemporâneo e aquele existente há 604 anos, consideremos a distância aproximada de 15km entre Odivelas e Lisboa em 1415 e a velocidade média da marcha de um cavalo ser

aposento e, depois de abençoá-los com as relíquias da Vera Cruz, lhes presenteia com as armas necessárias para combater os infiéis em circunstâncias mais seculares. Em um trecho particularmente envolvente e triste da narrativa de Zurara,²⁸³ D. Filipa chama os filhos para perto de si, do mais velho ao mais novo, para legar a cada um sua espada e uma missão.

A D. Duarte a rainha incumbe os povos do reino, para que ele lhes seja defensor e juiz. Exige que a justiça que ele exercer seja piedosa – senão não seria outra coisa que não crueldade.²⁸⁴ Como herdeiro do trono, D. Duarte deveria ocupar-se de defender os povos como um todo, grandes e pequenos, pois eles formavam a unidade do reino e o dever do rei tal como ditado por Deus seria protegê-los para proteger a estabilidade de Portugal. É por esse motivo que D. Filipa faz alusão ao ato de sagrar os filhos cavaleiros: para que cada um defenda sua honra e a dos seus, a cavalaria seria o compromisso sagrado feito para esta finalidade e, quanto mais alto o cavaleiro na hierarquia social, maior seria seu dever e compromisso para com esta promessa. Ao expressar o desejo de fazer deles cavaleiros pelas mãos dela, D. Filipa menciona novamente como o sangue de sua ascendência lhe dá respaldo para a sacração sem que seja demérito para suas respectivas honras, utilizando a fórmula discursiva “*rogo que que queirais fer caualeiro com esta espada*” – e algumas variações:

& eu vos rogo, & encomendo, q̃ queirais fer Caualeiro com esta espada, & estas espadas m̃adei aq̃i fazer para as dar a vòs, & a voŝŝos Irmãos, ante de voŝŝa partida, para vos ElRey meu Senhor fazer com ellas Caualeiros, preŝente my, como ja diŝŝe, mas a Deos aprouue de nom fer

cerca de 10km/h: neste caso, a viagem de João Vasques de Almada de ida e volta entre uma cidade e outra levaria cerca de duas a três horas, levando em consideração alguns fatores retardantes que poderiam alterar o tempo de viagem em qualquer um dos trechos – relevo, características hidrográficas do terreno, condições climáticas, distância desconhecida até a oficina do artesão em Lisboa, possíveis problemas na estrada, possíveis problemas de montaria e outras variáveis; esse tempo de viagem se estenderia no máximo por seis horas, uma vez que existia uma grande urgência de levar as espadas a Odivelas – já que a rainha moribunda poderia vir a óbito a qualquer momento. Portanto, é perfeitamente plausível que a rainha o tenha enviado pela manhã e ele tenha retornado com a encomenda à tarde e que Zurara não tenha se valido apenas das liberdades narrativas para abordar este trecho da *Crônica da Tomada de Ceuta*. Sobre a capacidade de marcha equina e as velocidades médias que uma besta de montaria pode alcançar, cf: PÚBLIO, Pedro Paulo Policiano. Mangalarga marchador – tipos de velocidade em passo, marcha e galope. [Vídeo] *Zootecnia Ativa*. Disponível em: <<https://www.zootecniaativa.com/videos/144>> Acesso em: 05 Fev. 2019.

²⁸³ É importante destacarmos aqui a profunda consternação que Zurara atribui aos infantes no trecho que aborda os momentos nos quais estes estão acompanhando a mãe moribunda enquanto esta encomenda sua alma e seus afazeres antes do momento derradeiro: “Mas he de conŝirar com que continências os Infantes ouuiaõ ŝemelhantes palauras, ca no tratamento de ŝemelhante razoado nã ŝe podia eŝcuzar grande multidão de lagrimas, as quaes poŝtoq̃ as elles fortemente retiueŝŝem, ŝuas cõtinhências eŝtauãõ mui triŝtes ouuindo as palauras, que lhe a Rainha dezia cõ tão amor, ŝizo, & conhecimẽto de ŝua morte, & ella outroŝi vendo o grãde ŝentido, q̃ os filhos auiaõ de ŝeu padecimento, alẽ de ŝua dor, auia por ello grande ŝentimento, & triŝteza (...)” Cf. ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 129.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 128-129.

affi, porẽ vos rogo que fẽ empacho vòs queirais filhar esta de minha mão, a qual vos eu dou cõ a minha bẽça & de voffos auòs, donde eu decẽdo, & como quer que seja coufa empachosa os caualeiros tomarẽ as armas das mãos das molheres, eu vos rogo, q̃ não queirais ter a cerca desta, que vos eu dou, semelhante embargo, ca segundo a linhagẽ, donde decẽdo, & a vontade, que tenho para acrescentar voffas honras, nam entendo que por ello empecimento, nem danno vos possã vir, antes que a minha bençam, & delles vos fara muy grande ajuda.²⁸⁵

Tal conduta da rainha, de aludir à legitimidade de seu sangue e ao *status* que este confere aos seus filhos, infantes de Portugal, se repete nas narrações da entrega das outras duas espadas, sempre baseando-se na fórmula discursiva que já mencionamos: ao infante D. Pedro ela incumbe o cuidado das damas, das mulheres do reino, que por sua honra as defenda enquanto viver, com a espada que recebia e com o lugar que portava no reino.²⁸⁶ Por sua vez, a D. Henrique a rainha encomenda a vigia dos nobres – dos “*senhores, caualeiros, & fidalgos, & escudeiros*” do reino. À primeira leitura, parece curioso que ela o faça, uma vez que já pusera os “*pouos*” sob a tutela de D. Duarte mas, se nos atentarmos bem, veremos que este é um dos últimos momentos nos quais D. Filipa se vale de sua verve política:

☞ Bem viestes a repartição que fiz das outras espadas, que dey a voffos Irmaõs, ê esta terceira guardei para vos, a qual eu tenho, que affi como vos fois forte, affi he ella, & porq̃ a hum de voffos Irmaõs encomẽdei os pouos, & a outro as donas, & donzelas, a vos quero encomendar todolos senhores, caualeiros, & fidalgos, & escudeiros deste Reyno, os quaes vos encomendo que ajais em voffo especial encarrego, ca posto que todos sejam DelRey, & elle delles tenha especial cuidado, cada hũ segundo seu estado, elles porẽ aueraõ miſter voffa ajuda para serẽ manteudos em direito, & lhe serem feitas aquellas merces, q̃ for rezaõ, ca muitas vezes acontece que por infomaçoens falsas, & requerimentos jobejos dos pouos, os Reys fazẽ cõtra elles o que nam deuem, para o qual carrego vos escolhi, conhecẽdo de vos quanto amor lhe sempre tuestes, & volos encomẽdo, que alẽ de voffa boa vontade vos seja posto por neceſſidade. Eu vos dou esta espada com a minha bençam, com a qual vos encometo, & rogo q̃ queirais ser caualeiro.²⁸⁷

Voltemos nossa atenção às camadas do texto cronístico: primeiro consideramos a narrativa *interna* do texto, isto é, a narrativa do tema que Zurara explora e a maneira como ele o explora. Sob tal perspectiva, podemos perceber a adoção gradativa de um estilo hagiográfico de narrativa durante o episódio da morte da rainha D. Filipa. Quando a representa entregando as espadas com uma missão e uma bênção específica a cada filho, Zurara afasta-se da abordagem dos pormenores dos preparativos da expedição a Ceuta.

²⁸⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 129. [Grifos nossos.]

²⁸⁶ *Ibid.* [Grifos nossos.]

²⁸⁷ *Ibid.* [Grifos nossos.]

Contudo, essa escolha narrativa não significa que o cronista não esteja comprometido em cumprir a intenção moralizante da obra – mais pragmática do que a postura lírica tomada por Zurara neste momento de sua obra.

Para observar isso, agora consideramos a narrativa *externa* do texto, ou seja, a mensagem que se intenciona transmitir através do discurso. Sob esta outra perspectiva, nos é possível observar o discurso moralizante avisino bem delineado nas passagens nas quais Zurara narra acerca dos momentos de entrega das espadas e dos fragmentos de relíquias. O discurso do cronista intenciona transmitir-nos que, às portas de morte, D. Filipa não deixava de ser ciosa²⁸⁸ das questões políticas de Portugal: sabedora do perigo iminente que a expedição à Ceuta representava, preparava seus filhos para lidar com o caos que se insurgiria no reino caso o rei morresse em batalha.

Ressaltamos um aspecto nodal desse trecho: segundo Zurara, a D. Henrique recaía a importante missão de cuidar da nobreza. Não porque a rainha lhes tivesse qualquer especial carinho, mas como podemos atestar pelas palavras escolhidas pelo cronista – “*ca poſto que todos fejam DelRey (...) aueraõ miſter voſſa ajuda para ferẽ manteudos em direito*” – por serem uma parcela social sensível, que poderia suportar ou ruir a Coroa de acordo com as circunstâncias. Vigiar e nobreza e mantê-la sob controle era não apenas uma política de manutenção de alianças, mas uma estratégia de sobrevivência, uma forma de manter a Coroa segura sob o domínio de Avis.

A abordagem de Zurara ao inserir esse discurso num momento tocante da narrativa, valendo-se da representação de D. Filipa em seu momento de maior fragilidade, se pode explicar através da intenção de suavizar uma mensagem moralizante bastante rígida através de palavras suaves e de um contexto consternador pois, lembramos, as Crônicas Régias eram textos que, entre outras maneiras de divulgação, eram utilizados em leituras públicas que eram assistidas por diversos tipos de pessoas,²⁸⁹ da arraia-miúda

²⁸⁸ Em outro momento da *Crônica da Tomada de Ceuta* no qual Zurara representa D. Filipa como alguém que, à beira da morte, não descuida de seus deveres como rainha: acompanhamos no Capítulo II o momento no qual ela transfere seu patrimônio para a filha, a Infanta D. Isabel. Neste trecho, alinhavado com passagens emocionadas sobre a tristeza da perda da mãe e da esposa e demonstrações de carinho entre os personagens, D. Filipa de Lencastre solicita ao rei que todas as suas rendas sejam transferidas para a infanta e, assim, Zurara afirma que, ainda que extra-oficialmente, D. Filipa deixa à cargo da filha o dever de cuidar do patrimônio da Casa das Rainhas e de suas servidoras, um ato de transferência não apenas de posses, mas de poder, pois as damas de companhia de uma rainha – e de uma infanta, como logo ocorreu – formavam uma rede paralela à Corte dos homens, nos quais as parentas dos fidalgos aliados do rei estavam empregadas em cargos de confiança, articulando-se com suas famílias e aliados. Este é também um ato político de manutenção de poder, além de envolver a submissão e o controle da nobreza. Cf: ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 133-134. (No anexo a esta tese, se pode encontrar a reprodução integral desta passagem: Anexo VI, p. 323-325.)

²⁸⁹ SARAIVA, António José. *Op. Cit.*, s/d ; BERTOLI, André Luiz. *Op. Cit.*, 2011.

aos altos escalões da nobreza. Assim, o discurso cronístico construído no movimento que entendemos por literatura moralizante avisina tinha a função de ferramenta de controle social, de sedimentar culturalmente o lugar de cada um e cada grupo social na hierarquia social do medievo português através da transmissão de mensagens como esta, que os nobres são os *nobres do rei* e precisariam da ajuda do infante para *manterem-se em direito*, uma mensagem intensamente necessária à época da composição da *Crônica da Tomada de Ceuta*, com o reino mergulhado nas questões problemáticas da regência de D. Leonor de Aragão e do início do reinado efetivo de D. Afonso V.

Apesar de não abandonar as questões práticas em sua *Crônica da Tomada de Ceuta*, Zurara faz uma escolha em sua narrativa: quanto mais D. Filipa se aproxima do fim, mais adiante na senda mística ela avança e mais *sacralizada* sua representação se torna dentro da lógica do discurso da crônica. No Capítulo 43 da obra temos os dois aspectos bastante definidos: enquanto os Infantes pedem ao rei que deixe Odivelas, com medo de que ele adoeça de tristeza e morra também, a rainha é representada de forma profética, e tem visões santas e encantadas sobre o paraíso. Confunde-se o véu do outro mundo com as velas dos navios:

SE quizeffemos julgar determinadamête qual era o lugar que noffo Senhor tinha aparelhado à alma da Rainha, bem poderíamos dizer, julgando as coufas do outro mundo polas circunfancias deste, que era aquelle, onde os Bemaumenturados tem o feu alojamento perdurauel, ca dito he pola boca da verdade, da abundança do coração fala a boca, porque cada hum nunca profetiza, senão de aquello, que deseja, & quem ouuio taes rezões, como a Rainha dizia antes de sua fim, bem poderia julgar, que as não falaua, senão por espirito profético, segundo podeis ver pelas seguintes palauras; ca estando affi, depois que falou a seus filhos, estando elles affi junto com a sua cama, começou o vento a se esforçar em tal guisa, que o sentião aquelles, que estauão na casa, & a Rainha perguntou que vêto era, o que affi corria? Os Infantes lhe differeão que era Aguião. *Creo*, disse ella, *que bom seria este para vossa viagem*, respondeolhe o Infante, que era o melhor que ahi auia, *que coufa tão estranha*, disse ella, *eu que tanto desejava ver o dia de vossa partida, em que pensava tomar tamanho prazer, por razão da vontade, que tenho de ver vossa cavalaria, segundo cumpre a vosso Real Estado, ser eu agora tamanho estoruo della, & de mais ser certa de a não poder aqui ver. (...) A Deos prazerá*, disse a Rainha, *de me não dar neste mundo tal prazer, porque entendo, que se mo aqui desse, que me mingoaria alguma parte da bemaumenturança do outro, ca espero na sua merce, que pois lhe praz de eu aqui nom ver prazer, de mo dar no outro mundo, onde me fera mais proveito para a saude perdurauel*. O Infante tornou a repetir, que todavia ella aueria prazer neste mundo, como ante differe, & aueria saude, & veria o que desejava. Mas ella, como molher, que das coufas temporaes não tinha algũ sentido, começou de dizer. *Eu jobirei no alto, & de la vos verei, & a minha doença não toruara a vossa ida, ca vos partireis por festa de Sanctiago. (...) a sancta Rainha, falaua como quem o sabia, ca affi foy perfeitamente cumprido, como ao diante*

ferá contado, porq̃ a hora da morte he a mais forte coufa, e a mais terribel, que se pode achar antre todos os tormentos do mūdo, onde tem muitos que as almas ſão aſſi apreſſadas com infernaes viſões, que lhe alli aparecem (...)²⁹⁰

Em sua narrativa, Zurara busca constantemente relacionar o perecer de D. Filipa de Lencastre com a partida para Ceuta através de alegorias sacralizadas - como, por exemplo, afirmar que a rainha estava entre os "bem-aventurados", chamar Filipa de "*sancta Rainha*" e narrar que falava por "*espírito profético*" sobre os próximos passos da viagem. O discurso é construído de forma a ungir a expedição com a alegoria das bênçãos de uma mãe e com a chancela das profecias de uma rainha, uma vez que este é o momento que marca o início do processo expansionista na história de Portugal. À época da escrita da *Crônica da Tomada de Ceuta*, a expansão estava em vigor, ainda que já fosse problemática, e precisava de sustentáculo narrativo, discursivo e cultural no imaginário português para angariar apoio, sobretudo da nobreza, que era diretamente envolvida nos movimentos expansionistas.

Tal aspecto aprofunda-se quando Zurara explora que a rainha, ao aproximar-se da morte, estabelecia uma conexão com elementos cristãos místicos sob a alegoria de que a rainha teria tido visões e aparições infernaes – e aqui a palavra "infernaes" surge como sinônimo de "sobrenaturais", da própria Virgem Maria:

Eſta Rainha Dona Felipa eſtando naquele ponto, que ja ouuistes, lhe apareceo Noſſa Senhora para lhe dar verdadeiro eſforço para a paſſagem daquela hora, ca deſpois deſtas coufas, que ja diſſemos, ella endereçou ſeu roſto para ſima, tendo ſeus olhos direitos para o Ceo, ſem nenhum mudamento de continência, & foy viſto em ella hum ar todo cheo de graça, o qual todos viſiuelmente conheciaõ que era eſpiritual, & tendo as mãos juntas com temos em cuſtume de fazer, quando vemos o Corpo do Senhor, diſſe *Grandes louvores fejã dados a vos, minha Senhora porq̃ vos prouue de me virdes viſitar do alto*, & aſſi filhou a roupa que tinha ſobreſy, e a beijou, como ſe beijaſſe a hũa paz. Quando os Infantes viram aſſi eſtas coufas conheceram bem, que aquelles eram o derradeiros finaes do conhecimento da morte de ſua Madre, & conſiraram que ſeria grande empecimento, ſe ElRey ſeu Padre alli eſtiueſſe, ca ſabiaõ muito certo, ſegundo o grande amor que lhe auia, que eſtando alli quãdo ella morreſſe, que nam poderia ter aquella temperança, que lhe cumpria para guarda de ſua ſaude (...)²⁹¹

No discurso interno da fonte, a visão que D. Filipa tem da Virgem Maria é o derradeiro sinal, o ponto de não-retorno de sua saúde. Zurara utiliza-se deste marco da

²⁹⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 135-137. [Grifos originais em itálico, grifos nossos em sublinhado.]

²⁹¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 138.

saga da rainha contra a peste, também, para sinalizar a mudança de característica da história da dinastia: o episódio da morte da rainha é o último episódio da literatura moralizante avulsiva no qual Portugal não está mergulhado nas questões da expansão marítima. Bem como a rainha deixava seu corpo físico para libertar-se ao paraíso, Zurara alia essa noção à ideia de que Portugal – e Avis – não mais estaria limitado nos espaços de suas fronteiras, expandindo-se para outros territórios e praças, num movimento que se provaria maior e mais ambicioso do que o ímpeto inicial à época que o cronista compunha sua obra.

Todo o trecho do *fenecer* de D. Filipa está alinhavado com referências religiosas que servem ao discurso de Zurara – a aparição da Virgem Maria, a data do dia de Santiago que a rainha profetiza para a viagem, o entregar dos fragmentos de relíquias, todos relacionados à necessidade de justificar como *santa* a empreitada através da sacralidade do evento da morte da rainha. A visão que D. Filipa tem também marca um interlúdio discursivo no qual Zurara se limita a descrever os sentimentos do rei²⁹² e dos infantes²⁹³ sobre a situação triste que passavam. Zurara também fala sobre como a rainha administrou a condução de seus próprios rituais de extrema-unção, exigindo que um serviço religioso fosse realizado em seu aposento, orando em voz alta, suportando com dignidade as últimas dores e os últimos cuidados que lhe ministravam, o que interpretamos como a narrativa de um último movimento de articulação de poder por parte de D. Filipa – Zurara delineando que aquela era uma mulher tão santa que ela própria seria responsável por organizar os rituais que acompanharia antes da morte.

D. Filipa de Lencastre expira no dia 19 de Julho de 1415, jazendo em seu catre rés-do-chão em Odivelas.

& acordaram os ditos fijsicos que era bem que a Rainha se mudasse para outra cama mais baixa para lhe aquella ser corregida como cumpria. Mas ella, que nos Ceos tinha firmadas as ancoras de sua vontade, tanto que foy assy mudada, requereo q̃ lhe trouxessem o Corpo de N. Senhor,

²⁹² Quando D. João finalmente aceita apartar-se de D. Filipa – a quem o rei recusava veementemente a abandonar em seus últimos momentos – e deixar Odivelas para proteger-se da peste e da tristeza, Zurara mal descreve a despedida: “Mas daquelle triste despedimento, q̃ elle fez da Rainha sua molher, quando a foi ver, antes que se partisse. nam posso eu falar tanto, como deuia, que a força das lagrimas me embargam a vista, que nam posso escreuer, confirando em coufa tam triste, ca se me apresenta ante a imagem do entendimento, como o verdadeiro, & leal amor he mais forte das coufas, que a natureza neste mundo ajuntou, do qual Salamão dos nos Cantares, que he foite como a morte.” ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 139.

²⁹³ Resignados, os filhos de Filipa e João tentam minorar o sofrimento da mãe quando a morte se percebe inevitável: “GRANDE tristeza sentiram os Infâtes quando foubaram certamente, que a morte de sua Madre por nenhum modo se escusava; & fizeram logo chamar os fijsicos, & çurgiaes para falarem com elles acerca de algũs remédios que se podeffem achar para que ao menos seu padecimento nam fosse tamanho”. *Ibid.*, p. 139-140.

& foilhe logo trazido, & ella com todo acatamêto, & reuerencia, como melhor pode, aleuantou fuas mãos, & diſſe muytas palauras de grande deuaçam, pedindolhe com grande humildade, & ſaluaçam pera ſua alma com tanta humildade, & graça eſpiritual, que a quantos ahi eſtauan parecia que eram ditas por hum Anjo celeſtial (...) & em acabando a derradeira oração ella corregeo todo ſeu corpo, & membros ordenadamente, & levantou os olhos contra o Ceo, & ſem nenhum trabalho, nem pena, deu ſua alma nas mãos de ſeu Criador, parecendo na ſua boca hum ar de rizo, como quem fazia eſcarneo da vida deſte mundo, ca aſſi há de ſer, ſegundo tenção de algũs Doutores, que o homẽ, que dereitamẽte ha de viuer; venha a eſte mundo chorando & partaſe delle rindo.²⁹⁴

A representação final de D. Filipa de Lencastre é sacralizada: a rainha é descrita falando palavras como se “*ditas por hum Anjo celeſtial*” e recebendo a morte como uma velha amiga, sem dor ou dó e sorrindo, como quem “*dereitamẽte*” viveu. Narrar a partida de D. Filipa de Lencastre encerra o ciclo representativo da personagem como a oferta sacrificial necessária para abençoar a partida para Ceuta: a única coisa da qual D. Filipa se lamenta durante todo o fio narrativo de sua morte é de não poder acompanhar a expedição como desejava. Zurara não descreve queixas de dor, desconforto, indignação ou inconformidade com sua condição física ou sobre a finitude da vida, apenas sobre a impossibilidade de ver completa e exitosa a invasão de Ceuta e a expansão do reino.

A rainha, morta de peste altamente infecciosa nos píncaros do Verão, teve de ser enterrada às pressas e à noite, para que sua dignidade fosse mantida e em cumprimento das práticas de sepultamento rápido das vítimas da peste, para que a epidemia não se alastrasse mais. Por isso, segundo Zurara, seu sepultamento no Mosteiro de Odivelas foi acompanhado por poucas pessoas. O que, na opinião de Zurara, teria faltado em deferência e regalidade na cerimônia fúnebre, o cronista busca compensar em palavras ao descrever – mais uma vez – as qualidades da rainha e as virtudes dos infantes na dignidade da despedida de sua mãe:

Os Infantes tiveram ſeu conſelho acerca da enterraçam da Rainha, & acordaram que, porque o tempo era quente, ca era quando o ſol eſtá em dous graus do ſigno do Leam, que a enterraſſem de noite o mais ſecretamente, que podeſſẽ & ao outro dia pola manhã lhe foy feito o officio, ſegundo compria as exequias de tamanha Senhora, empero que eu creio que nam ſeria tão grande em eſte mũdo, como lhe ſera feito no outro Os Infantes foraõ em aquella noite veſtidos de burel, & aſſi todolos outros, que a mayor parte dos bons do Reyno eraõ juntos naquela Cidade, & nam auia algũ, que de ſeu moto proprio nam tomaſſe dò por ella, ca certo perdiam nella muy grande eſteo para todas fuas honras; & acrecentamentos, ſegundo ja ouuiſtes, que nem ainda a hora

²⁹⁴

ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 139-141.

da morte lhe pode esquecer de encomendar todos os Estados do Reyno a seus filhos, como aquella, que delles todos tinha especial cuidado.²⁹⁵

Habilmente, Zurara contorna a questão da pressa e do que ele considera ter sido a falta de um decoro apropriado para as exéquias de D. Filipa, comentando que o ritual do “*outro [mundo]*” seria muito mais grandioso do que aquele celebrado na Terra. É importante notar que tal condição de sepultamento é um brusco retorno narrativo aos aspectos terrenos da crônica, o que ressalta a humanidade da rainha Filipa de Lencastre, em oposição aos ares de sacralidade que Zurara lhe atribui no leito de morte – afinal, tal incursão nos aspectos místicos do cristianismo estava atrelada à passagem de D. Filipa para uma outra vida. O retorno ao pó também significa uma volta aos assuntos da expedição à África: após essa abordagem rápida sobre a característica frugal dos funerais de Filipa, o cronista retorna aos assuntos políticos quando sublinha que em seus últimos momentos a rainha exerce seu poder reginício, encomendando “*todos os Estados do Reyno a seus filhos, que delles todos tinha especial cuidado*”. É uma breve passagem que apenas reforça o que Zurara explora durante a sua representação de D. Filipa de Lencastre enquanto instrumento político em sua *Crônica da Tomada de Ceuta*: a rainha, de acordo com Zurara, vale-se de seu estilo de exercer poder – agindo de maneira sutil, hábil e eficiente – para designar funções políticas aos filhos que têm duas vias: a de formar pontes e germinar alianças entre os infantes e os Estados a eles designados e, por outro lado, a de deixar aos príncipes a missão de dividir e conquistar os grandes e miúdos do reino, para manter a estabilidade do trono.

Zurara encerra o episódio da morte de D. Filipa no Capítulo 45 da *Crônica da Tomada de Ceuta*, intitulado *Como o Autor faz diuifam das virtudes, & como se os Infantes partiram daquelle Mosteiro para Restello*, através de uma longa exploração sobre seu caráter, suas virtudes, sua importância para a estabilidade do reino e seu caráter sacrificial para o voo às novas fronteiras que Portugal faria a partir da invasão de Ceuta.²⁹⁶ O cronista diretamente relaciona o desaparecimento de D. Filipa com o sucesso da

²⁹⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 140-141.

²⁹⁶ Nele, Zurara diz que a rainha era uma mulher de justiça pois “*nunca achamos que a alguma peffoa fizeffe injuria por nenhum modo*”, e porque “*Nunca do alheo mādou tomar nenhũa coufa forçosamente, nem contra vontade de seus donos*”. Também seria D. Filipa uma mulher de prudência e temperança, pois era uma mulher de hábito de “*intrinfeco conhecimento*” para “*se arredar das coufas más*”, além de manter hábitos frugais e não humilhar ninguém com sua maneira de viver. Mais elogios Zurara faria – à capacidade da rainha falar e calar nos momentos corretos, ao seu ímpeto de trabalho e cuidado das damas de sua companhia, por ser um exemplo de retidão e castidade para aqueles que a cercavam e ao povo, por ser religiosa e devota, entre tantos outros elogios, atendo até à modestidade de seus toucados, tudo isso para concluir a representação tão profunda e nuclear para seu texto. Cf. ZURARA. Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 142-145.

invasão de Ceuta, marcando definitivamente o atributo de ofertório da alma que alinhava toda a sua representação da morte da matriarca avisina:

Per todas estas coufas cobrou affi a bemaumentança deste mundo como do outro, ca em este mereceo nacer da mais alta geração, que auia entre todos os Principes Christãos, & a muy aposta de seu corpo, cõ a excellência de virtudes & ouue hũ dos hõrados Principes do mũdo por marido, constituido em dignidade Real, o qual a amaua muito, & affi ouue filhos, de q̃ nuca vio nojo, antes teue rezaõ de se alegrar muito cõ elles, porq̃ conhecia q̃ nenhuma Rainha no mundo tinha filhos semelhãtes a elles, ouue riqueza, & seruidores muito obediẽtes, & seguidores de sua võtade: affi que em este mũdo nõ auia mais q̃ auer, & para merecer a gloria do outro lhe deu N. Señor a sua graça, q̃ seguiu o caminho das virtudes, porq̃ mereceo chegar a aquelle fim, q̃ ja diffemos, morreo em sua cama acõpanhada de seus filhos, ouue affaz espaço em sua dor para fazer os derradeiros officios, que a Christãos pertence, ca durou treze dias em sua infirmitade, ouue verdadeiro conhecimento do Senhor Deos com grãde arrependimento de seus pecados, sua consciencia descarregou sem nenhum trabalho, & se partio deste mundo mostrando taes finaes antes de sua morte, polos quaes conhecemos verdadeiramente que he no lugar dos Sanctos, donde conhecem quantas treuas jazem sobre a claridade de noſſo dia: pois como poderemos chorar sua morte cõ rezaõ? antes altamente deuemos de nos alegrar, aquelles a que praz de sua bẽaumentança, & creamos certamente que noſſo Senhor Deos mandou por ella as prisões deste mundo porque a sua alma lancaua ante os seus pès, que lhe piedosamẽte desse vitoria para seu marido, & filhos com saluação de todo outro pouo destes Reynos, que por azo de sua morte seus filhos podeſſe fer mais hõradamẽte caualeiros, ca se ella viuera, seus filhos foraõ feitos caualeiros em Portugal, segũdo lho ElRey tinha prometido, q̃ lhe naõ fora tamanha hõra, como foy de o serẽ em terra de Africa, em hũa tão hõrada Cidade, depois do acabamẽto de tãta vitoria. Ora fazẽdo fim deste capitulo, aueis de saber q̃ tãto q̃ aquella Sãcta Rainha foy posta ẽ sua sepultura, & feitas suas exequias, os Infãtes se partiraõ dalli acompanhados daquelles senhores, & fidalgos, & se foram para huma aldea, que esta aſima daquela Igreja, q̃ o Infante Dom Enrique mandou fazer, que chamaõ Sancta Maria de Belem, & a aldea ha nome Restello, por amor daquela ancoração, que alli esta, q̃ se chama por essa mesma guisa, & alli estiueraõ ata q̃ a frota partio, como ao diãte ouuireis.²⁹⁷

Sangue de nascimento, de virgindade, de parto e de morte traça o ciclo de legitimação avisina através da representação cronística de D. Filipa de Lencastre, de Fernão Lopes a Gomes Eanes de Zurara. Nascida no seio da dinastia Plantageneta, torna-se rainha de Portugal para que sua ascendência oferecesse lastro à Coroa de D. João I de maneiras que o rei não poderia proporcionar, traz ao mundo não apenas um, mas seis herdeiros vivos à idade adulta para que não existisse qualquer dúvida sobre a sucessão ao trono e, afinal, o sangue do sacrifício mágico para abençoar os filhos cavaleiros e enfunar as velas portuguesas em direção à cidade de Ceuta, incitando Portugal à expansão.

²⁹⁷

ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 145. [Grifos nossos.]

Zurara narra que D. Filipa é detentora de um lugar entre os “*Sanctos*” pois, entre tantas virtudes, lança-se de alma aos pés de Deus em troca da vitória do marido e dos filhos, além da salvação de todos os povos. Tão logo o ritual sacrificial cronístico se encerra, as exéquias e honras são cumpridas e as laudas sobre D. Filipa são lançadas, os Infantes imediatamente deixam Odivelas em direção ao Restelo, às vésperas do dia de Santiago tal como a mãe o sacramentara.²⁹⁸ Deixam D. Filipa para trás, bem como todas as incertezas sobre sua própria legitimidade que, segundo Zurara, ela tanto contribuiu para deitar à terra, para atirar-se ao desconhecido inominavelmente vasto.

²⁹⁸

ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 137.

CAPÍTULO V

bemaumenturada Raynha

*a qual por fuas grandes
virtudes, e bondades, he afsi
amada de todos geralmente,
que se ella em este feito nam dà
consentimento nenhum dos do
pouo, nem dos outros
mayores, nam poram maõ em
este feito com nenhuma fiuza,
nem esforço**

Até aqui nós pudemos observar e analisar as representações de D. Filipa de Lencastre na Chancelaria Régia, na *Crônica de D. João I* e na *Crônica da Tomada de Ceuta*, resgatando as evidências de sua agência política e seu exercício de reginalidade durante o reinado em Portugal, bem como identificando as funções legitimadoras atribuídas a tais representações, fossem estas jurídicas ou literárias. Demonstramos que tais representações da rainha possuíam finalidades e aplicabilidades relacionadas ao contexto sociopolítico de suas concepções e não seriam apenas instrumento pedagógico para a interpretação e admoestação das gerações posteriores.

Isso posto, este Capítulo V dedica-se à análise do confronto entre o exercício de reginalidade de D. Filipa de Lencastre e suas representações de cunho legitimatório que serviam ao propósito moralizador da Dinastia de Avis. Dentro da lógica da literatura moralizante avisina, o intuito das representações de D. Filipa era o de criar um modelo de rainha que fosse axiomático, incorrupto e incontestável, que serviria para basear todas as outras representações reginalícias deste movimento proto-historiográfico e literário, já que Filipa fora a primeira de todas a ser assim representada.

Fundamentamos os questionamentos deste último capítulo de nosso trabalho em como o modelo concebido para D. Filipa está construído *em relação* à sua agência de poder na política portuguesa e seu exercício de *reginalidade*.²⁹⁹ Buscamos assim oferecer outras perspectivas historiográficas ao lançar um novo olhar sobre o poder reginalício no Portugal do tardomedieval. Tratamos D. Filipa de Lencastre não apenas como um indivíduo particular, ou seja, um objeto de estudo sob uma lupa para analisar-lhe as

* Trecho presente no 18º Capítulo da Crônica da Tomada de Ceuta – *Como ElRey diffe a feus filhos que duuidaua muito começar aquelle feito antes de primeiro o faber a Rainha, & o Condestabel.*

²⁹⁹ Recordemos: tais conceitos são analisados e construídos em nosso trabalho na primeira parte do Capítulo II desta tese, 51-64.

minúcias, desconsiderando quaisquer contextos que se poderia encaixar, tornando-a uma exceção à regra da experiência das mulheres medievais – como tão comumente se praticou em estudos sobre rainhas,³⁰⁰ mas como uma agente de seu contexto, sobretudo político, este diretamente influenciado por sua experiência no cargo.

Filipa, reginalidade versus o modelo de rainha perfeita

Quando trabalhamos com a relação entre História, discurso e representação, devemos estar sempre atentos à uma de suas características definidoras: a “*representação esconde a práxis que a organiza*”,³⁰¹ ou seja: o que quer que esteja representado nas fontes históricas, através de quaisquer dinâmicas e subterfúgios, trata-se de uma versão editada daquilo que representa, expõe apenas a face que se deseja exhibir. Esta face pode ser positiva, negativa ou ambígua, desde que seja funcional para os intuits daquela representação e para a práxis que a constrói. Tendo em vista essa idiossincrasia do trato com as representações, consideramos então que apenas compreender o processo de construção de tais representações não é o suficiente para entender o papel de D. Filipa na legitimação da Dinastia de Avis: é necessário buscar qual é a práxis que tais representações pretendem esconder e, além disso, qual é o motivo para este ocultamento.

A rainha D. Filipa não é composta apenas da perspectiva que adotamos sobre ela, mas dessa e de sua combinação com todas as outras que lhe dão substância; seja nas fontes, na historiografia ou no imaginário popular, a rainha é uma amálgama das diversas construções, interpretações e representações feitas sobre seus traços. É necessário ter a clareza que estudamos *peessoas* em relação ao correr do tempo,³⁰² seres complexos, contraditórios, dinâmicos, intrinsecamente relacionais com o outro e com o ambiente. Compreender o papel de D. Filipa no processo de legitimação da Dinastia de Avis é

³⁰⁰ Joanna Laynesmith, em obra de 2004, aborda o tema com precisão: *Until the latter half of the twentieth century historians too failed to address medieval queenship as an office or a status unique in women's experience. Instead queens were only studied as individuals. They were most commonly referred to in the context of the political negotiations surrounding their marriages and for their ability to bear children. Occasionally queens appeared as the subject of narrative biographies which focused on their lives rather than their roles and tended to present their stories as a topic of marginal interest apart from mainstream political history. Only those queens who publicly assumed a position independent from their kings (...) received serious treatment in general histories, but this was as individual players on the political stage, not in the context of their office.* Cf. LAYNESMITH, Joanna L. *The last medieval queens*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 4.

³⁰¹ CERTEAU, Michel de. *History: Science and fiction*. In: *Heterologies: discourse on the Other*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000, p. 203. [Tradução nossa.]
No original: *Representation thus disguises the praxis that organizes it.*

³⁰² BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 55.

necessário que confrontemos então sua representação, tal como construída, e sua experiência de reginalidade.

O fundamento da representação medieval sobre as mulheres é, como observamos, a literatura clerical. Os textos clericais correntes na Europa dos séculos XIV e XV, de autores como Agostinho de Hipona, Tomás de Aquino, e o discípulo deste último, Gil de Roma. São textos que compõem o arcabouço teórico e literário de como outros autores medievais – leigos ou religiosos – concebem o mundo.³⁰³ Agostinho de Hipona afirmou que a mulher fora criada por Deus para servir o homem, subordinada em corpo e inteligência.³⁰⁴ Tomás de Aquino na *Suma Teológica*, por exemplo, declara que a mulher é um “*macho falho*”, “*inferior ao homem em poder e dignidade*”, uma criatura secundária, criada da carne da criação divina, e não das mãos do Criador em si.³⁰⁵

No caso de Gil de Roma, seus textos eram amplamente populares na Europa da virada dos séculos XIV e XV³⁰⁶ e, entre eles, estava o *De Regimine Principum*,³⁰⁷ um espelho de príncipes escrito para Filipe IV, o Belo, de França. Nesta obra, Gil de Roma declara, ao admoestar Filipe sobre a natureza das mulheres, que estas deveriam ser belas, equilibradas, castas, virtuosas, nobres e avessas à preguiça, sobretudo as rainhas, mas que os homens que as cercam não deveriam seguir seus conselhos pois seriam de raciocínio demasiado infantil.

Consequentemente, as representações da figura feminina dentro dos contextos medievais europeus, são diretamente influenciadas por tais interpretações – tanto aquelas diretamente oriundas dos textos patrísticos quanto das diversas interpretações sobre eles. Os cronistas do Portugal quatrocentista eram homens de letras que não estavam excluídos das dinâmicas culturais veiculadas na corte, local onde tais escritos primariamente circulavam: tanto a erudição do ofício na Torre do Tombo quanto a convivência com a elite cultural portuguesa no paço facilitavam esse diálogo dos cronistas lusitanos com textos de vanguarda de então, que eram baseados nos pensamentos patrísticos e na ética cristã. Jacques Dalarun aponta que

³⁰³ PILOSU, Mario. *Op. Cit.*, 1995, p. 19-25.

³⁰⁴ AGOSTINHO. *Confissões*. XIII, 32, 47. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores.)

³⁰⁵ AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. v. 2, t. 1, São Paulo: Ipiranga, 2005, p. 611-618.

³⁰⁶ LAMBERTINI, Roberto. *Giles of Rome*. In: ZALTA, Edward N. (Ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Dez. 2014. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2014/entries/giles/>> Acesso em: 27 Mar. 2019.

³⁰⁷ FOWLER, David C.; BRIGGS, Charles F.; REMLEY, Paul G. (Ed.) *The Governance of Kings and Princes: John Trevisa's Translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus*. Londres: Routledge, 2014, p. 186-208.

(...) estes mesmos homens, estes mesmos clérigos que louvaram mulheres aos céus também as condenaram abertamente e ainda assim acreditavam sinceramente que todos os seres humanos, tanto homens quanto mulheres, tinham um espaço no esquema da salvação. Cada um deles sofria com esta contradição que, como aponta René Metz, também estava incrustada na lei canônica. E cada um deles tenta resolvê-la de sua própria maneira. Como um grupo, no entanto, o clero tentara responder ao mundo no qual viviam e mover o mundo na direção que gostariam que este fosse. A teologia possuía um propósito pastoral. Um produto da história que, por sua vez, a molda.³⁰⁸

Logo, para esses homens, a mulher enquanto fenômeno inteligível do mundo era algo de paradoxal e os punha em contradição pois ela devia atender as expectativas de virtuosidade, beleza, devoção, nobreza, sagacidade e, ainda assim, deveriam ser disciplinadas para que fossem dignas da convivência com homens e, ulteriormente, da salvação. Esta mentalidade contraditória acerca da mulher e do feminino trespassa os âmbitos religiosos através da característica pastoral e evangélica dos ensinamentos religiosos e, assim, derrama-se nas compreensões intelectuais leigas sobre o mundo, contaminando a maneira através da qual cronistas dispõem das representações femininas em suas narrativas através da circularidade cultural,³⁰⁹ fazendo com que tanto a cultura de corte se tornasse parte da cultura popular quanto o avesso também se verificasse – a cultura popular invadindo os espaços da cultura de elite. Isso faz com que os comportamentos e os corpos das mulheres fossem percebidos de maneira modelar, exemplar pela literatura medieval majoritariamente composta por homens e subjugadas por uma disciplina a elas imposta por homens que não as compreendiam. Trata-se de uma maneira de coerção sutil, que se vale da doutrina como instrumento de formação de mentalidades, de modo que a sociedade não se aperceba do controle dos corpos e do comportamento das mulheres.

Desta forma, o ciclo de representações de D. Filipa de Lencastre nas Crônicas Régias, inserido na lógica da literatura moralizante avisina, serve à legitimação da Dinastia através da mensagem de controle do corpo e do comportamento feminino. Tal

³⁰⁸

DALARUN, Jacques. *Op. Cit.*, p. 17. [Tradução nossa.]

No original: “(...) the same men, the same clerics, who praised woman to the skies also condemned her out of hand and yet believed wholeheartedly that all human beings, male and female alike, had a place in the scheme of salvation. Every one of them suffered from this contradiction, which, as René Metz points out, was also embedded in canon law. And each one tried to resolve it in his own way. As a group, however, the clergy attempted to respond to the world in which they lived, to move that world in the direction in which they wished to see it go. Theology had a pastoral purpose. A product of history, in turn it shaped history.”

³⁰⁹

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2013; GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição inglesa; Prefácio à edição italiana. In: *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 9-26.

mensagem baseava-se no modelo construído para a personagem da rainha: ao narrar as posturas virtuosas de D. Filipa em seu ofício reginalício, focando em questões conjugais em detrimento das políticas e práticas de governo, o texto cronístico registra que – para aquela sociedade, pelo menos em teoria – o lugar feminino era conjugal, de leito e alcova, e não um lugar de governança, percebido como masculino.³¹⁰ Nas Crônicas Régias não há limite definido entre as dinâmicas de controle do corpo e do comportamento feminino, isto é, momentos nos quais os cronistas se dedicam exclusivamente à admoestação direta sobre tais temas, mas episódios nos quais tanto Fernão Lopes quanto Gomes Eanes de Zurara abordam transversalmente o assunto através das narrativas que envolvem D. Filipa de Lencastre.

Isso ocorre pois as Crônicas Régias portuguesas são obras alinhavadas por um hibridismo peculiar: são obras literárias de cunho proto-históricográfico mas, também, possuem um discurso elaborado para difundir uma mensagem de poder específica – a de moralização dos súditos através da construção de memória, do estabelecimento de continuidade e da exaltação da legitimidade da Dinastia de Avis. Desta forma, é necessário que compreendamos as características de emissão e recepção desse discurso de poder. A recepção é um dos atributos dialógicos do discurso: o receptor de uma mensagem é o verificador de quais forças sociais estão em vigor no ato político-dialógico da emissão de tal discurso.³¹¹

As Crônicas Régias, nesse sentido, operam com os mesmos modelos de ser humano, humanidade, virtude e vício que circulam nos textos eclesiásticos, ainda que muitas vezes os adaptem³¹² para que atendam às finalidades específicas do cronicado.

³¹⁰ Nas Crônicas, o lugar de governança masculino anormalmente ocupado por uma mulher seria representado pela antecessora de D. Filipa, D. Leonor Teles. Aos olhos dos cronistas, esta seria um modelo negativo, a representação de uma rainha que não ocupou seu lugar correto na ordem das coisas.

³¹¹ As relações de emissão e recepção são polissêmicas em suas finalidades: o emissor concebe a mensagem de acordo com um determinado contexto e assim atinge diversos tipos de receptores – diretos, aqueles aos quais a mensagem seria objetivamente endereçada; e indiretos, aqueles aos quais a mensagem se permeia através das trocas comunicativas entre os seres. Contudo, para que tais estradas de comunicação sejam percorridas, é necessário que todos os entes envolvidos na ação de emissão e recepção da mensagem estejam familiarizados com os códigos transmitidos. “(...) há diferenças essenciais entre a recepção ativa da enunciação de outrem e sua transmissão no interior de um contexto. É conveniente levar isso em conta. Toda transmissão, particularmente sob forma escrita, tem seu fim específico: narrativa, processos legais, polêmica científica, etc. Além disso, a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações citadas. Essa orientação para uma terceira pessoa é de primordial importância: ela reforça a influência das forças sociais organizadas sobre o modo de apreensão do discurso.” Cf. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 148-149.

³¹² Compreendemos tal questão com mais clareza quando acessamos as conjecturas de Roman Jakobson sobre esta troca. Em sua obra *Linguística e Comunicação*, este autor trata dos diversos aspectos entre a ciência e a prática da comunicação cotidiana, abordando questões filosóficas, biológicas, psicológicas, literárias, gramaticais, entre outras. Quando Jakobson interpreta a relação emissor/receptor de uma dada mensagem, ele atribui tal troca à uma dita *função poética* da linguagem – que não seria, de modo

Sendo assim, podemos afirmar que a mensagem política das Crônicas Régias teve de ser planejada de maneira a atender o receptor intencionado, mas também era necessário prever – ou tentar prever – as possibilidades de interpretação por aqueles que não eram os inicialmente previstos. Assim, a representação de D. Filipa de Lencastre e seus múltiplos atributos deveria contemplar uma série de expectativas dentro da dinâmica política da literatura moralizante avisina. Dentro das perspectivas que se relacionam com o tardomedieval português, existem especificidades de análise ligadas às questões de emissão, difusão e recepção de mensagens em nosso recorte temporal, especialmente aquelas referentes às condições de conservação e acesso de nossas fontes. Covadonga Valdaliso escreve sobre a necessidade de termos atenção a estas questões:

Um dos aspectos mais mal conhecidos dentro dos estudos sobre a comunicação política no período medieval é o relacionado com a receção das mensagens. Isto é devido, em parte, ao facto das fontes a partir das quais estes processos costumam ser analisados nem sempre identificarem os destinatários, e raramente registarem as reações. Em consequência, é bastante frequente estudar as mensagens políticas sem saber quem as recebia ou como as interpretava. (...) A possibilidade de as mensagens políticas medievais terem sido lidas de maneiras variadas por distintos receptores leva a refletir como hoje devem ser decodificadas. Deve ser tido em conta, neste sentido, que é bastante comum entre os historiadores utilizarmos fontes para o estudo da comunicação política que na altura eram mensagens. Devemos também contemplar a possibilidade de não estarmos a detetar nas fontes determinados processos de comunicação (...) Isto tudo leva a pensar que para a nossa compreensão da comunicação no período medieval são tão importantes os processos de comunicação bem-sucedidos como os desencontros. Aliás, tal leva a questionar não só as capacidades dos coetâneos para decodificar as mensagens políticas, mas também as nossas interpretações atuais, quer das mensagens quer dos processos. Por outras palavras, obriga a colocar dois filtros: o da nossa percepção e o da percepção coetânea.³¹³

Considerando as ressalvas apontadas e a grande dificuldade de analisar o fluxo de recepção das mensagens emitidas pela Chancelaria de D. João I e pelas Crônicas Régias, o trabalho de análise de tais relações é feito através das permanências da recepção de tais

algum, atrelada apenas à poesia: “Mencionamos os fatores implicados no ato da fala mas nada dissemos das interações e permutações possíveis entre esses fatores — por exemplo, os papéis de emissor e de receptor podem confundir-se ou alternar-se, o emissor e o receptor podem tornar-se o tema da mensagem etc, Mas o problema essencial para a análise do discurso é o do código comum ao emissor e ao receptor e subjacente à troca de mensagens.” JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974, p. 19-20.

³¹³ VALDALISO, Covadonga. Workshop “A receção das mensagens políticas na Idade Média” (5 de maio de 2016, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). In: VAQUINHAS, Irene. (Dir.) *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n. 16, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 551-554.

mensagens – neste caso, os ecos do impacto causado por tais mensagens. Ao enveredar por esta via, tivemos a possibilidade de observar permanências do discurso sobre as características cristãs de D. Filipa e sobre sua participação no processo expansionista de Portugal com o apoio dado à expedição à Ceuta. Um dos mais expressivos exemplos de associação de D. Filipa com o sagrado e com o ímpeto expansionista está na margem direita do rio Tejo, no *Padrão dos Descobrimentos*.

Erguida em sua versão perene³¹⁴ na década de 1960, durante o regime salazarista, esta obra tinha por objetivo comemorar o V Centenário de Morte do Infante D. Henrique e carrega em si um discurso de celebração expansionista numa época que o colonialismo português sofria uma pesada condenação, na “*tentativa de comemorar, mas, sobretudo de igualar – se não ultrapassar – aquela que terá sido a época de ouro da história de Portugal.*”³¹⁵ O gigantesco monumento localiza-se no Restelo, ancoradouro das embarcações que saíram para a expansão marítima e de onde saíram os navios para a expedição a Ceuta. As esculturas representam diversos personagens considerados determinantes para o processo expansionista português – como o Infante D. Henrique, à

Figura 3: Visão ocidental do conjunto escultórico do *Padrão dos Descobrimentos*. Lisboa.

Fonte: PORTUGAL. *Padrão dos Descobrimentos* <<https://padraodosdescobrimentos.pt/conjunto-escultorico/>> Acesso em: 15 Ago. 2019.

proa da caravela, numa posição de destaque por ser considerado historicamente o grande pioneiro do movimento de expansão; os navegadores Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Fernão de Magalhães, Bartolomeu Dias; os cronistas Fernão

³¹⁴ Uma versão provisória do monumento foi erguida em 1940 para a chamada *Exposição Mundo Português* e posteriormente desmontada.

³¹⁵ ALVES, Alice Nogueira; MARIZ, Vera. *O Padrão dos Descobrimentos como imagem de marca do Estado Novo*. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo. *Genius Loci - lugares e significados*. Breves reflexões. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Universidade do Porto, 2016, p.482.

Lopes e Gomes Eanes de Zurara; o Rei D. Afonso V, o Infante D. Pedro, duque de Coimbra, D. Fernando, o Infante Santo; entre tantos outros personagens da história portuguesa.

O que destacamos o *Padrão dos Descobrimentos*, contudo, é a presença de D. Filipa de Lencastre: à oeste do monumento, na popa da caravela de pedra, coroada, cingida com a Ordem da Jarreteira, de feição determinada, ajoelhada e de mãos postas, num gesto de bênção que oferece a todos aqueles que estão adiante dela. D. Filipa é a única mulher representada no *Padrão dos Descobrimentos*, e também nos chama a atenção o fato que D. João e D. Duarte não estão representados no monumento junto a ela, associados ao processo expansionista. A primeira geração avisina está representada

Figura 4: Detalhe do *Padrão dos Descobrimentos*: efígie da rainha D. Filipa de Lencastre. Lisboa.

Fonte: DELSO, Diego. *Monumento a los Descubrimientos em Belén (Lisboa), Portugal*. Maio, 2012. Wikimedia Commons. [Editado por Clarissa Kezen] Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Monumento_a_los_Descubrimientos,_Lisboa,_Portugal,_2012-05-12,_DD_11.JPG#file> Acesso em: 15 Ago. 2019.

apenas por D. Filipa, D. Pedro, D. Fernando e D. Henrique.

A escolha por tais figuras masculinas nos é evidente: os filhos de D. Filipa são fortemente associados à expansão – Henrique por suas iniciativas exploradoras, Pedro pelo apoio governamental durante o tempo de regente, Fernando pelo martírio marroquino. E Filipa? Cremos que a representação da rainha no monumento relaciona-se com os epítetos que Fernando Pessoa lhe atribui – *ventre humano do império, madrinha de*

Portugal – e que ambas essas representações são ecos diretos da obra de Gomes Eanes de

Zurara, que fixa a pedra fundamental de tais representações em sua *Crônica da Tomada de Ceuta*.

A mensagem moralizadora da Dinastia de Avis não apenas foi recepcionada como intencionado pelo projeto político dinástico mas também seu discurso fora extremamente bem aceito. Isso se verifica com a reprodução das fórmulas originárias das Crônicas Régias ao longo do tempo, nesse caso especificamente no século XX. Tal processo ocorre pois para a Dinastia de Avis era necessário que a crônica – enquanto elemento de difusão de um discurso político – tornasse sua mensagem, simultaneamente, específica o suficiente para não se perder na literariedade do texto e, também, abrangente o suficiente para subjugar todos aqueles que são seus receptores; não apenas os planejados, mas também os inesperados. Tais dinâmicas, mais a característica oral de apresentação das Crônicas Régias às audiências portuguesas, fazem com que a mensagem da literatura moralizante avisina e, com ela, a representação do modelo de mulher construído para D. Filipa de Lencastre, circulasse entre as diversas camadas da sociedade através das trocas comunicacionais da circularidade cultural.

Pudemos verificar isso em diversos trechos das Crônicas Régias. Na *Crônica de D. João I*, por exemplo, há diversas passagens com tal finalidade: a narrativa lopeana da cerimônia de casamento entre D. João e D. Filipa; a exploração das virtudes da rainha por um capítulo inteiro – que serve para sedimentar o modelo de mulher pretendido; o episódio da doença de D. João I no Curval, que atribui a D. Filipa uma alegada cura milagrosa para os males do rei – incutindo a noção de uma conexão especial entre a rainha e o sagrado; há a abordagem detalhada que Fernão Lopes faz sobre a introdução do costume de Salisbury na liturgia cortesã – solidificando a noção de que D. Filipa era a autoridade responsável pela moralização dos costumes e hábitos da corte, entre tantos outros trechos da obra dedicados à construção do modelo de D. Filipa.

Cuidando sempre de não tomar como fac-similar o discurso da fonte, podemos afirmar que tais narrativas representam a interpretação do período de reinado da rainha D. Filipa sob a influência de um viés específico, de um propósito de exaltação do que Fernão Lopes chamou de seus “*perfeitos coftumes*”³¹⁶ que pudesse fazer a apologia da Dinastia de Avis de acordo com sua política moralizadora.

Quando voltamos nosso olhar para os documentos de chancelaria, podemos observar que embora a mesma proposta de moralização conduza os afazeres jurídicos da

³¹⁶ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, v. II, 1644, p. 229.

Dinastia de Avis, o texto da Chancelaria de D. João I não possui a mesma livre carga de manejo de discurso, pelo menos não nos âmbitos estéticos – a intenção moralizadora é a mesma mas a maneira como ela transpassa no discurso depende do tipo de texto instrumentalizado, isto é, o discurso jurídico não deve ser construído da mesma forma que o discurso literário. Sendo uma compilação de textos burocráticos, a construção de uma representação de D. Filipa de Lencastre é mais sutil, mais difícil de se deixar transparecer em um texto fruto do cotidiano de ofício e desprovido de floreios. No entanto, a Chancelaria de D. João I nos oferece uma perspectiva que, se não é muito ampla, é bastante incisiva acerca da experiência de D. Filipa de Lencastre como rainha de Portugal, que ora complementa ora contraria as Crônicas.

Uma vez que tanto as Crônicas quanto a Chancelaria de D. João I são fruto dos mesmos processos políticos de afirmação de poder, encontrar elementos comuns entre as representações de D. Filipa nos dois meios não é tarefa inglória. Basta nos lembrarmos que Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, cronistas-mores, realizaram ofícios jurídicos e burocráticos na Torre do Tombo simultaneamente à escrita literária das Crônicas Régias. Embora em nossos documentos de chancelaria não tenhamos detectado a participação de nenhum dos dois autores na composição de documentos, é possível verificar consonância entre as nossas fontes, já que são oriundas das mesmas dinâmicas de produção de letras – literárias e jurídicas – no Portugal do tardomedievo, mesmo que sejam de características tão diferentes entre si.

O principal fator de consenso que encontramos entre as representações de D. Filipa nas crônicas e na chancelaria é a exposição da prática da monarquia partilhada entre D. João I e D. Filipa de Lencastre. Nos documentos jurídicos, a narrativa dessa atuação conjunta de rei e rainha na governança de Portugal é mais explícita e mais incisiva, como podemos atestar em diversos documentos. Temos um bom exemplo na doação de terras em Cascais e Hueiras para João das Regras, advogado do rei:

(...) Portanto querendo nos declarar esto e nom leixar em duujda Juntamente com a Rainha dona filipa mjnha molher E o Jffante dom afonso nosso filho que a esta doaçam e declaração consentirom e outorgarom per esta nosa carta queremos e mandamos que el e todos seus descendentes aiam o dicto lugar de cascãaes e seu termo e reguengo d hueiras com sua Jurdiçom mero e mjsto Jmperio tabaliados e todolos outros djreitos suso dictos e cada huñ delles (...) E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta assignada de nossa mão e firmada de nosso sello de chumbo dante na cidade d euora viij

dias de mayo el rrey o mandou aluaro gonçalluez a fez era de mjl iiij^c
xxxv annos³¹⁷

Esta carta de doação é apenas uma, das muitas, nas quais se pode atestar que o ofício régio andava em paridade com o ofício reginalício e que, como pudemos analisar no Capítulo II, os dois corpos jurídicos de chancelaria, do rei e da rainha, estavam em constante comunicação. Se nós tivéssemos atentado apenas ao texto proto-históriográfico das Crônicas Régias, poderíamos perder a perspectiva de que esta atividade de monarquia partilhada era algo relacionado ao cotidiano régio, parte das dinâmicas de governo do reino, especialmente sob o comando de D. João I e D. Filipa de Lencastre. Por causa do intenso manejo do discurso cronístico com o intuito de criar modelos para a Dinastia de Avis, a dinâmica da monarquia partilhada só se demonstra para nós, nas Crônicas, em pequenas brechas do texto, como quando a rainha D. Filipa fica com o controle do reino imediatamente após seu casamento, comandando todo o corpo burocrático enquanto D. João I e o Duque de Lencastre vão à guerra com Castela:

Em eſto anteque partiſſem, foy ElRey, & a Rainha cear hũ dia com o Duque a Aldea, hũ elle, & ſua molher eſtauom, com os quaes ouuerom grande prazer & depois comeo com ElRey, & com a Rainha o Duque, & muitos honrados de ſua caſa, & deque comerom, & folgarom, eſpedioſe a Rainha de ſeu padre, & madre, & a cabo de dous dias ſe tornou pera Coimbra bẽ acõpanhada do Arcebiſpo de Braga, & Gonçalo Mendez de Vaſcogoncellos, & Diogo Lopez Pacheco, & outros fidalgos, & alli mandou ElRey, que eſtiueſſem com ella Doutores, & Prelados, & a Caſa dos Deſembargadores do Reyno, hũ todos requereſem ſeu direito (...) A RAINHA partida, & ſeu Concelho feito, encaminharõ logo de fazer entrada (...) ³¹⁸

No trecho destacado, Fernão Lopes faz uma alusão muito sutil ao papel que D. Filipa de Lencastre assume nas semanas posteriores ao seu casamento com D. João: o cronista menciona que a rainha partiria com todos os maiores nomes do governo que não teriam espaço no campo de batalha – o arcebispo de Braga, o alcaide de Coimbra, o idoso conselheiro Diogo Lopes Pacheco – e recomendou que com D. Filipa estivessem os advogados, os prelados e a Casa do Desembargo, para que ela pudesse conduzi-los durante a ausência do rei. Sobre as atividades de D. Filipa durante esse período:

De facto, Philippa tinha já agenda política marcada para maio. O esforço de guerra obrigava a que se fizessem aos povos constantes pedidos, e assim as cortes reunidas no Porto por ocasião do casamento do rei – provavelmente com quórum insuficiente pelo curto prazo com

³¹⁷ CHR, *D. João I*, vol. II, t. 3, [II-1219], p. 96-97.

³¹⁸ LOPES, Fernão. *Op. Cit.*, 1644, v. 2, p. 231.

que tinham sido convocadas – haviam previsto uma posterior reunião em Coimbra para aprovação de novas fontes de receita fiscal. Maria Teresa Campos Rodrigues considerou ter havido cortes nesta data sob a presidência da nova rainha. Nelas se decidiu o lançamento de sisas gerais temporárias entre 1 de junho daquele ano e 1 de junho do ano seguinte, tendo sido redigido um regimento com onze artigos regulando sua arrecadação.³¹⁹

Para compreender o texto da *Crônica de D. João I* com a intenção de analisar o papel de D. Filipa de Lencastre no contexto narrado por Fernão Lopes, foi necessário abordar a fonte *em busca* de D. Filipa, sem perder a perspectiva adequada sobre a importância deste momento para a trajetória política da rainha. Nesta passagem da Crônica, vão a Coimbra com ela alguns fidalgos destacados do reino, aos quais D. João poderia incumbir o trato das questões burocráticas do financiamento da guerra e da administração régia. No entanto, é sobre Filipa que repousa a responsabilidade de presidir tais movimentos, algo que nos dá a chance de observar as dinâmicas da monarquia partilhada ocorrendo já muito cedo na interação entre rei e rainha de Portugal. Pudemos observar, assim, que D. João não estava apenas enviando a rainha para segurança enquanto ele partia para o combate com os inimigos castelhanos – ainda que Fernão Lopes opte por representar a interação entre rei e rainha, neste trecho, enfatizando este aspecto. Também podemos observar a dinâmica da monarquia partilhada no vislumbre que Gomes Eanes de Zurara nos dá do poder e influência da rainha sobre as camadas sociais do reino, quando expõe os primeiros planos para a conquista de Ceuta:

Confírei acerca de noßos feitos começados, & acho q̃ para se bẽ poderẽ executar tenho dous grandes imigos, ou impedimẽtos. O primeiro he a Rainha minha sobre todas muito amada, & prezada mulher a qual por fuas grandes virtudes, e bondades, he afsi amada de todos geralmente, que se ella em este feito nam dà consentimento nenhum dos do pouo, nem dos outros mayores, nam poram mãõ em este feito com nenhuma fiuza, nem esforço (...) Os Infantes foram algum tanto descontentes no mouimẽto daquelle feito pensando que em ambas aquellas peßoas teriam muy grandes contrarios, (...) Emperó aßi como homens, em que moraua hũa fermosa & marauilhoßa fortaleza, nam quizeram moßtrar que aquelles eram os mayores impedimentos que naquele feito podiam auer, & confirando em ello o dißferraõ a ElRey, que semelhantes coufas nam eram para ter em grandes eßtima, porque, dißferraõ elles, tanto que a Rainha noßa Senhora, & madre for contente acerca de noßõ mouimento, o Condeßtable naõ he homẽ, que contradiga nenhũa coufa, que vos ordenares por seruiço de Deos. & por acrescentamento de voßsa honra, & eßtado, Porem quanto a Rainha, nos iremos a ella & lhe falaremos por tal guifa, que ella meßma seja a q̃ vos peça, que nos outorgueis o profeguimento deße feito.³²⁰

³¹⁹ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014, p. 126.

³²⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, p. 55-56. [Grifos originais em itálico, grifos nossos]

Zurara, como já tratamos no Capítulo IV desta tese, é mais generoso ao utilizar a representação da rainha D. Filipa de Lencastre como suporte para a primeira parte de sua *Crônica da Tomada de Ceuta*, dando-nos, assim, a chance de abordar as dinâmicas da monarquia partilhada nas Crônicas de maneira mais clara. Na fala atribuída ao personagem do rei D. João I, Zurara nos oferece o seguinte quadro: se D. Filipa não consentisse na invasão de Ceuta, a empreitada simplesmente não poderia ocorrer e não porque a rainha era mãe e mulher daqueles envolvidos na questão, mas por ser amada por nobres e miúdos, que não poriam “*maõ em este feito com nenhuma fiuza nem esforço*”. Segundo o cronista, D. Filipa tem voz na governança, algo que já atestamos no exame dos documentos da Chancelaria Régia.

Atentando-nos bem para os dois trechos aqui destacados, podemos perceber que, apesar do texto cronístico alinhar-se às tendências clericais de narrativas modelares e representar D. Filipa sob esse prisma de devoção, perfeição e virtude, Zurara também exprime que a participação da rainha fora muito mais do que ornamental em seus 28 anos de reinado em Portugal. Ainda que a narrativa da *Crônica da Tomada de Ceuta* seja construída literariamente sobre dados acerca dos quais o cronista em si não tivera acesso testemunhal, sabemos que Zurara baseia seu trabalho, em boa parte, em sua relação próxima com o Infante D. Henrique, não só ele próprio um dos principais articuladores da expedição, mas filho de D. Filipa, profundo conhecedor das dinâmicas internas de governo que existiam entre seus pais. Dessa maneira, é inescapável que a noção de monarquia partilhada que é tão clara na Chancelaria de D. João I tenha alguma vazão no discurso das Crônicas Régias.³²¹

Ainda que a regra de representação de figuras femininas na literatura tardomedieval seja regida pela noção clerical de mansidão e submissão da mulher como virtude, este modelo era largamente inalcançável pelas mulheres medievais – inclusive D. Filipa, por mais perfeição que sua descrição quisesse atribuir a ela. Isso significa que

sublinhados.]

³²¹ O antropólogo Clifford Geertz, em *A interpretação das culturas*, chama tal fenômeno de “interpretação secundária”, ou seja, Zurara interpreta os dados que coleta em sua pesquisa para a composição da *Crônica da Tomada de Ceuta* – especialmente aqueles fornecidos a ele pelo Infante D. Henrique que, por sua vez, faria uma “interpretação primária” dos processos dos preparativos da invasão de Ceuta, por tê-los vivido ao lado de seus pais. Ora, Zurara não era antropólogo – nem historiador, não pelos nossos critérios contemporâneos – mas é interessante observar quão próximo o cronista estava de um tipo de atividade histórico-antropológica quando precisara transformar tudo o que soube e aprendeu sobre a expedição a Ceuta em uma obra proto-histórica e literária que obedecia a determinadas dinâmicas políticas. Para saber mais sobre as interpretações primária e secundária de Geertz, bem como outras noções sobre o estudo etnográfico das culturas, cf. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

para representar a rainha na *Crônica da Tomada de Ceuta* de maneira que não contrariasse sua prática de governo, Zurara precisou harmonizar o modelo às demonstrações da força política de D. Filipa – *fe ella em este feito nam dà consentimento nenhum dos do pouo, nem dos outros mayores nam poram maõ em este feito com nenhuma fiuza nem esforço*. O cronista, então, busca manter-se fiel ao propósito que se dispõe a cumprir, e que descreve no prólogo de sua obra: “*a criatura racional deue dizer as coufas temporaes à verdade eternal, pedindo aq̃llo que bem deseja, que lhe seja outorgado*.”³²² Ou seja: ainda que atribuir características de uma virtuosidade clerical imposta à representação de D. Filipa seja a regra que Zurara se dedica a seguir, o cronista opta por deixar que determinadas características da prática política de D. Filipa de Lencastre extravasem para sua narrativa, uma vez que isso condiz com o propósito do ímpeto legitimador das crônicas.

Assim, a conexão nuclear entre as representações de D. Filipa de Lencastre existentes em nossas fontes é a *prática política* da rainha. O papel da representação de D. Filipa de Lencastre não se trata de suas características enquanto boa esposa, mãe diletta ou cristã exemplar, muito embora todos esses fatores estejam presentes no discurso cronístico e implícitos nos registros de chancelaria. O que a transforma em um instrumento de legitimação é a sua agência política, sua reginalidade, seu estado de rainha.

Existe uma relação intrínseca de reciprocidade entre a imagem construída do poder nas Crônicas Régias e o próprio poder régio: a dinastia de Avis apropria-se das associações de suas imagens à uma tradição religiosa e, a partir dessa imagem criada, elabora um discurso próprio sobre elas, retroalimentando o ciclo associativo.³²³ No contexto avisino, a imagem construída de D. Filipa serve de veículo de propaganda para o *status quo* do poder régio e todas as suas estruturas, oferecendo uma imagem palatável e preparada que sustenta a impressão do que é o governo através das perspectivas oferecidas aos súditos, sejam esses de alto ou baixo estado. Tais dinâmicas possuem uma aplicabilidade específica e deliberada na legitimação e na manutenção da governança, que é a criação de uma memória para Avis.

³²² ZURARA, Gomes Eanes de. *Op. Cit.*, 1644, s/p.

³²³ Para compreender mais sobre a associação das figuras régias com as tradições religiosas e o uso político de tais narrativas, Cf. NIETO SORIA, José Manuel. *Imágenes religiosas del rey y del poder real en la Castilla del siglo XIII. En la España Medieval*. Editorial de la Universidad Complutense. Madrid, 1986.

As práticas narrativas de Lopes e Zurara permitem que tenhamos acesso às imagens mentais que eles constroem para D. Filipa através da elaboração de narrativas preñhes de mensagens simbólicas e de signos legitimadores associados às tradições cristãs, como pudemos analisar no Capítulo IV. Um dos artifícios utilizados pelas Crônicas Régias para associar a figura de Filipa de Lencastre a uma tradição religiosa era o de atribuir a ela uma duplicidade de corpos. Esta fora uma postura cultural emprestada do entendimento político-jurídico sobre o poder régio.³²⁴

Nossa análise dos documentos da Chancelaria Régia demonstra que tais dinâmicas de instrumentalização de poder pelo uso de imagens construídas no discurso jurídico estão presentes nas referências a D. João I. Considerando que, segundo Manuela Santos Silva e Isabel de Pina Baleiras,³²⁵ o poder no Portugal do tardomedieval exercia-se através de uma lógica de monarquia partilhada, não é algo de extraordinário quando nós – guardadas as devidas proporções de experiência, escopo, alcance e agência – apontamos os mesmos processos e as mesmas dinâmicas quando nos referimos ao poder reginálício, ao estado de rainha e à reginalidade. Bem como o rei D. João I, sua contraparte, a rainha D. Filipa também possui uma duplicidade de corpos, um *corpo físico* e *corpo místico* representados tanto na Chancelaria de D. João I quanto nas Crônicas Régias – como quando, em documento de 1392, a rainha vale-se da fórmula “*Dona Filipa, pela graça de Deus Rainha de Portugal e do Algarve*”³²⁶ para doar terras a servidores exigindo-lhes a condição de que sua família e seus herdeiros sempre sirvam à Coroa e ao reino; ou quando Fernão Lopes ou Zurara atribuem-lhe graças divinas. Tal dualidade servia para fundamentar e estabelecer o poder reginálício ante às camadas sociais do reino e, também, sobre as dinâmicas da governança, pois tais associações faziam parte do quadro mental sociopolítico e jurídico do medieval português.

³²⁴ A duplicidade de corpos dos reis que compreendemos aqui é o processo sociopolítico jurídico medieval analisado por Ernst Kantorowicz, que expõe que o primeiro é o corpo de um ser humano qualquer, falho e sujeito às tentações e ao gozo do que é trivial. Por outro lado, o outro é seu corpo divino, imbuído do que chamamos *poder régio*, concedido ao rei por Deus, transformando-o em *rex imago Dei*, a imagem de Deus na Terra. De acordo com a teologia política medieval, homem e rei, apesar de habitarem ambos a mesma substância, tratam-se de entidades social e politicamente diversas frente a religião e aos seus súditos. Em síntese, é esta a complexidade da figura mística do monarca ocidental. Kantorowicz trabalha apenas num recorte geográfico anglo-francês, mas José Manuel Nieto Soria identifica e analisa as mesmas dinâmicas ocorrendo na Península Ibérica. Cf. KANTOROWICZ, Ernst. *The King's Two Bodies – A study in medieval political theology*. New Jersey: Princeton University Press: 1957; NIETO SORIA, José Manuel. *Op. Cit.*, 1986.

³²⁵ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014, p. 210-213.

³²⁶ CHR, *D. João I*, vol. II, t. I, [II-578], p. 297-299.

Portanto, para estabelecer a conexão entre os corpos místicos de rei e rainha no caso das representações de D. João e D. Filipa na *Crônica da Tomada de Ceuta*, é necessário que nos relembremos da patente demonstração que Gomes Eanes de Zurara faz dessas duas faces da rainha em sua narrativa, especialmente conforme este cronista se aproxima dos processos de morte de D. Filipa. A rainha, bem como o rei, tinha uma imagem religiosa que serviria de modelo e código de conduta moral – que podemos chamar, paralelamente, de *Regina imago Virgo*, uma vez que os modelos literários medievais de rainha são diretamente associados à imagem da Virgem Maria, especialmente quando tratam de seus atributos como intercessora entre as camadas sociais e o poder régio.

Sendo assim, nos capítulos anteriores, identificamos diferentes passagens dos trechos de nossas fontes nos quais observamos a existência das duas noções acima referenciadas – os dois corpos fusionados da rainha, um místico e um físico; e o caráter bipartite do poder reginálcio; mantenedor da justiça e da ordem, associado às mesmas atribuições jurídicas e políticas do exercício do poder régio, tanto como uma divisão deste quanto como um braço independente dos ofícios burocráticos do rei, ainda que ambos estivessem sempre em diálogo. Destacamos que tais movimentos são diretamente conectados às relações entre rei e rainha, uma vez que o diálogo do poder ocorre em todas as esferas das vidas dessas pessoas. Por isso a constante reafirmação, nas Crônicas, da relação íntima e bem estabelecida entre D. João e D. Filipa. Também podemos identificar a mesma dinâmica na Chancelaria de D. João I, nas diversas alusões que determinadas decisões jurídicas eram tomadas conjuntamente pelo casal real e, também, em associação aos seus filhos. É importante para a legitimação da Dinastia de Avis que tal consonância política entre o casal real seja reiterada de maneira sistemática, pois esse discurso sustenta o fundamento do argumento moralizante avisino. No entanto, não se pode perceber essa relação sob uma ótica de dominância *versus* submissão, mas em uma perspectiva de paridade, de funcionamento associado.

Isso ocorre pois, no medievo, como sabemos, a relação entre público e privado não possui um limite definido.³²⁷ No período, “público” tem o sentido de “político”, mas isso não quer dizer que seja um poder exercido por um grande número de pessoas, ou ainda, que estivesse ao alcance de uma ampla gama da sociedade. A fusão entre o que é público/político e o que é privado/pessoal fundamenta a concentração do poder na Coroa,

³²⁷ BOBBIO, Norberto. A grande dicotomia: público/privado. In: *Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 13-31.

pois são as relações construídas sobre esta dicotomia que, quando conduzidas com *expertise*, mantinham a estabilidade do poder. Isso significa que a prática de governança de D. Filipa de Lencastre era indissociável de seus múltiplos corpos, bem como o são suas representações na Chancelaria de D. João I e nas Crônicas Régias. Tanto nas representações jurídicas quanto nas literárias, tal fusão não está condicionada, ou submissa, ao aspecto privado dessa dicotomia. Isto é, não estão restritas às nuances privadas da experiência de D. Filipa na corte – o marido, os filhos, a vivência religiosa – mas o oposto: a agência política e o exercício de poder de D. Filipa, construídos sobre a manipulação minuciosa dos aspectos privados presentes em seu cotidiano, são os fatores que não apenas dão à rainha a autoridade de governar Portugal, como atestamos na Chancelaria de D. João I, mas também conduzem as representações que se pautam em sua experiência para construir e exaltar a legitimidade dinástica de Avis, possibilitando assim que tais representações fossem então utilizadas como um instrumento de imposição política.

Tal indefinição entre as esferas pública e privada pode ser demonstrada não apenas através das representações de D. Filipa na Chancelaria de D. João I, que é a instância oficial mais alta da justiça do reino; ou das Crônicas Régias, que são exemplos literários de um discurso de poder. A agência política de D. Filipa também pode ser atestada através de sua atividade diplomática, especificamente nos contatos que a rainha estabelece com seu reino de nascimento, a Inglaterra. À D. Filipa atribui-se o sucesso da aliança anglo-portuguesa existente após a assinatura do Tratado de Windsor e confirmada por seu casamento com D. João I. Sobre essa responsabilidade de D. Filipa sobre a manutenção desse contato diplomático, Peter Russell elucida:

Não há dúvidas que a real força responsável por fazer da aliança Anglo-Portuguesa algo maior que um mero casamento de conveniência foi a própria Filipa de Portugal. (...) apesar de ela identificar-se genuinamente aos interesses de seu país adotivo, nunca esqueceu seu berço inglês ou que ela simbolizava, em sua pessoa, a associação entre os dois países. (...) Emissários de Filipa iam à Inglaterra de tempos em tempos e, quando retornavam, mantinham a rainha informada das novidades de seus parentes e amigos. Ela própria era uma boa correspondente e assim mantinha sua influência na corte inglesa de maneira notável se considerarmos que ela jamais retornou à Inglaterra após 1386.³²⁸

³²⁸ RUSSELL, Peter E. *The English intervention in Spain & Portugal in the time of Edward III & Richard II*. Oxford: Clarendon Press, 1955, p. 541-543. Tradução nossa do original: “There can be little doubt that the real force responsible for making the Anglo-Portuguese alliance something more than a mere *marriage de convenance* was Philippa of Portugal herself. (...) though she identified herself wholeheartedly with the interests of her adopted country, never forgot her English birth or that she symbolized in her person

Tal atividade diplomática de D. Filipa pouco surge nas Crônicas Régias – exceto quando Zurara narra os episódios da relação entre a rainha e o condestável D. Nuno Álvares e da recepção dos emissários da rainha de Granada às vésperas da viagem para Ceuta. Na *Chancelaria de D. João I* não há documentos que demonstrem a atuação de D. Filipa fora dos territórios portugueses, apesar de tantos que comprovem sua atuação política no reino. Contudo, a historiografia nos aponta um caminho a seguir: durante o reinado de D. João e D. Filipa, outro casamento anglo-português fora arranjado, com o intuito de reforçar os laços já existentes, o de D. Beatriz – filha natural do rei D. João I – com Thomas, Conde de Arundel – primo da rainha e um dos mais leais servidores do rei Henrique IV, seu irmão. D. Filipa arranja o casamento de D. Beatriz e do Conde de Arundel de maneira a “cimentar o relacionamento entre as duas cortes”,³²⁹ articulando nesta trama a recompensa do primo, um fiel servidor à causa lencastriana na Inglaterra, ao mesmo tempo que instrumentaliza a enteada em um contrato que colabora com o estabelecimento de novas alianças econômicas e comerciais entre Portugal e Inglaterra.³³⁰

Para viabilizar este matrimônio e obedecer à determinação de seu rei, o conde de Arundel pede a ele emprestada uma soma em ouro. O pagamento se atrasa – por conta de processos bélicos da Guerra dos Cem Anos no território inglês, o condado de Arundel rende menos do que o esperado – e Henrique

Figura 5: Carta da rainha D. Filipa de Lencastre enviada ao seu irmão, o rei Henrique IV de Inglaterra. 4 de Novembro de 1405.

IV exige ainda assim que o débito seja pago. É neste ponto que, em 4 de Novembro de 1405, D. Filipa decide intervir na questão. Em uma carta³³¹ endereçada a seu irmão, o rei

the association of the two countries. (...) Philippa's retainers went on visits to England from time to time and, when they returned, kept the queen posted with the latest gossip about her relatives and friends there. She herself was a good correspondent and so maintained her influence at the English court in a way which is remarkable in view of the fact that she herself never returned to England after 1386.”

³²⁹ RUSSELL, Peter E. *Op. Cit.*, 1955, p. 545. [Tradução nossa.] No original: (...) to cement the relationship between the two courts.

³³⁰ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014, p. 229.

³³¹ BRITISH LIBRARY, *Letter from Queen Philippa of Lancaster to King Henry IV of England*. November 4th, 1405, Cotton MS Vespasian F. III, f. 98.

da Inglaterra, a rainha discute assuntos familiares junto às questões diplomáticas dos dois reinos. Nesta correspondência podemos corroborar nossos argumentos: D. Filipa abre a missiva obedecendo uma prática protocolar ao dirigir-se ao rei, destacando sua posição, mas também valendo-se de tons familiares para estabelecer diálogo. Em tradução nossa. D. Filipa diz:

Altíssimo e poderosíssimo príncipe, meu excelente e mais amado irmão. Eu me dirijo a sua alta nobreza tão humildemente e completamente quanto sei ou posso, com todo o meu coração, desejava sobretudo de ouvir e saber frequentemente sobre seu estado e saúde, e especialmente da prosperidade da sua mais serena pessoa, das melhores, aprazíveis e alegres novidades, como você, mui nobre príncipe, deve tão bem saber, imaginar e desejar para seu bem-estar e conforto. E porque estou certa de que quererá avidamente ouvir o mesmo sobre nós, eu lhe digo que o Rei, meu senhor e soberano, todos os meus filhos, seus sobrinhos, que sempre dirigem-se muito humildemente a ti, e a mim, sua mãe, sua irmã, nesta data que lhe escrevo estamos todos nós bem e são de corpo, graças ao nosso Criador, que Ele sempre deseje manter a ti em Sua honra e prosperidade, de acordo com Seu desejo.³³²

A introdução da carta de Filipa é uma exposição do caráter fusionado das esferas pública e privada no medievo: o tratamento entre os irmãos é intimista, sim, mas não menos protocolar: a rainha apresenta seus cumprimentos régios de praxe, chamando Henrique de “*altíssimo e poderosíssimo*”, e logo depois aborda-o com uma saudação familiar – “*meu excelente e mais amado irmão*”. Depois das gentilezas que seriam habituais – perguntas sobre o estado de saúde de Henrique, informações familiares sobre o bem-estar de Filipa, João e dos infantes – a rainha aborda o assunto que motiva o envio da carta:

(...) vos agradará saber que fui informada pelo Senhor John Wiltshire, cavaleiro e embaixador de nosso primo, o Conde de Arundel, que o dito conde ainda vos deve uma soma em ouro a qual ele prometera vos pagar pela licença que obsequiosamente Sua graciosa Senhoria concedera e dera a ele, em sua minoridade, de se casar de acordo com sua vontade e da maneira que vos parecera conveniente para seu estado. E portanto, meu excelente e mais amado irmão, sabes bem que ele não é casado

³³² BRITISH LIBRARY, *Letter from Queen Philippa of Lancaster to King Henry IV of England*. November 4th, 1405, Cotton MS Vespasian F. III, f. 98. Reprodução, transcrição paleográfica e tradução disponíveis integralmente nos Anexos XII a XIV desta tese, respectivamente, p. 363-367. Original anglo-normando paleografado: “Trejhaut et trejpuiſſant prince mon ſouereinement meulx amee friere ·· Ie me recomans a uoſtre haute Nobleſſe ſi humblement et entierement come ie ſay ou plus puiſſe de tout mon entier cuer ·· Souereynement deſirante d oier et Jouent ſauoir de uoſtre eſtat et ſancție · et en eſpecial de la proſperitee de uoſtre treſgentil perſone · ſi bons pleſantes et ioieufes nouelles · come uou meſmes treſnoble prince meulz les ſauerez deuifſer, ou en aſcune maniere ſouheider · pur uoſtre ſouereyn eaſe et confort. Et pur ce que ie fuy certeine que uous treſuolentiers en oirez ſemblablement decea · uous ſignifie que li Roy mon ſeigneur ſouerein, tous mes enfans uoz entiers nepveuz, que toutdis ſe recomandent treſhumblement a uous · et moy, leur miere uoſtre entiere fuer al feifance dyceſtes eſtioms treſtous ſeins et heitz de corps Regraciez noſtre Createur que touſjours uous ueulle mentenir en honeur et proſperitee ſelon uoſtre deſir”

neste momento por suas próprias inclinações, mas, do contrário, por vosso mandamento e parcialmente em minha instância, então eu vos peço, nobilíssimo príncipe, da melhor maneira que sei, que queira livrá-lo do pagamento da dita soma, em meu nome, para que eu, que sou parcialmente a causa deste casamento, possa ser também a causadora de seu livramento da dita soma.³³³

Sendo incisiva sem deixar de lado as sutilezas diplomáticas, D. Filipa recorda o irmão que o casamento do Conde de Arundel era seu próprio interesse e, além disso, sua ordenança.³³⁴ Ora, que interesse teria o rei no casamento de qualquer um se este enlace não fosse de benefício próprio e do reino. Neste caso, o interesse era por recompensar Arundel por seu papel decisivo na ascensão de Henrique ao trono com um casamento que traria benesses econômicas e diplomáticas.

É nesse tom que D. Filipa pede, na realidade exigindo, que Henrique IV lembre-se deste detalhe e exima o primo empobrecido pela guerra de pagar uma dívida que significaria muito pouco frente às benesses comerciais e econômicas que o acordo provindo do casamento lhe traria, uma continuação do acordo oriundo de seu próprio casamento, tantos anos antes e mais uma forma de retribuição pelos esforços de paz que a rainha de Portugal constantemente realizava em assuntos referentes à Inglaterra.³³⁵ D. Filipa de Lencastre, tendo já encerrado o assunto que lhe interessava comunicar, retoma o protocolo e o tom carinhoso do início da carta, despedindo-se do irmão:

³³³ BRITISH LIBRARY, *Op. Cit.* Reprodução, transcrição paleográfica e tradução disponíveis integralmente nos Anexos XII a XIV desta tese, respectivamente, p. 363-367. Original anglo-normando paleografado: “(...) uous pleje fauoir que par Monsieur Jehan Wiltshire chiualler et ambaffjator de nojtre cofyn le Conte Darondel · ie fuy cy enformee coment de par le dit Conte a uous est due unquore une somme dor, le quelle il obliga a uous paier pur la licence que a uostre gracieufe feigneurie pleuft li grantier et doner en son nonaage · qil peut luy marier a fon talent et en que lieu il uift conuenable a son estat · Et pur ce mon jouereinement meulx amee friere que uous le fauez bien qil est ore mariee non pas par fon propre mouement · mes eins par uofre comendement en partie · al instance de moy · Si uous supplie pur tant, trefnoble prince fi entierement come ie say plus que uous li pleje quiter la dite some a ceste ma requejte · iffuit que ie que suy la caufe de fa mariage en partie · puijfe estre la caufe de laquittance del dite somme ”

³³⁴ Manuela Santos Silva, ao analisar este mesmo trecho da carta de Filipa a Henrique, observa que “o menos interessado na aliança – pelo menos inicialmente – parece ter sido o noivo.” Cf. SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014, p. 230.

³³⁵ Peter Russell destaca o papel conciliador das correspondências entre D. Filipa, seu pai e seu irmão à época da queda de seu primo, Richard II do trono e da ascensão inquieta de Henry IV, tratando ativamente de acordos diplomáticos que pudessem apaziguar os ânimos num reino sacudido pela usurpação do trono: “It is perhaps no mere accident that no communications between Lancaster and his daughter survive. Her correspondence with the English court which has been preserved deals with events at the very end of Richard II’s reign or with political affairs in England after the usurpation of the English throne by her brother, Henry IV. She then successfully pleaded with the new king on behalf of her father’s old rival, Henry Despenser, bishop of Norwich, who had been imprisoned for his loyalty to the old dynasty and had written to her in his trouble. Her approach to Henry IV and to Archbishop Arundel brought a pardon for the bishop in 1401 – a result which caused him to write a letter of gratitude to the Portuguese queen in which his relief was plain (...)”. Para mais, cf. RUSSELL, Peter E. *Op. Cit.*, 1955, p. 544-545.

E se há qualquer coisa nestas partes que possas crer aprazível para ti, por favor, requeira-me e eu me certificarei de o fazer, sob a melhor de minhas habilidades, sem astúcia. Assim rezo ao Nosso Soberano Jesus que Ele vos dê sempre prosperidade, prazer e alegria a muito longamente durar. Escrito no palácio de Lisboa, no 4º dia de Novembro. Sua devotada e leal irmã,
Philippa de Portugal.³³⁶

Declarando-se devotada e leal ao irmão, e disponibilizando-se para realizar quaisquer tarefas ou pedidos que ele possa requerer, D. Filipa de Lencastre despede-se marcando o local e a data de escrita de sua missiva. A carta encerra-se com o rico detalhe da assinatura pessoal de Filipa.³³⁷

Figura 6: [Detalhe] Assinatura de próprio punho da rainha D. Filipa de Lencastre em carta enviada ao seu irmão, o rei Henrique IV de Inglaterra. 4 de Novembro de 1405.

Fonte: BRITISH LIBRARY, *Letter from Queen Philippa of Lancaster to King Henry IV of England*. November 4th, 1405, Cotton MS Vespasian F. III, f. 98.

Nessa assinatura, podemos identificar a dinâmica que exuda de todo a correspondência entre D. Filipa de Lencastre e Henrique IV de Inglaterra: ela, mesclando em sua própria assinatura os seus dois corpos, mortal e místico, e as duas dimensões do

³³⁶ BRITISH LIBRARY, *Op. Cit.* Reprodução, transcrição paleográfica e tradução disponíveis integralmente nos Anexos XII a XIV desta tese, respectivamente, p. 363-367.

Original anglo-normando paleografado: “Et si ascune chose foit es parties decea que uous pourreit trouer a plejir · uous me le pleje comander et certifier et ie le ferray a tout mon poair sans feinctise · Si emprise a nostre jouerein seigneur Ihesu qil uous doigne toufiours prosperitee, plefance et ioye a trejloenge durer · Escrip el paleys de lixbon le iiij iour de nouembre ·

Uostre entiere et loyal

Suer P · de · P ·”

³³⁷ Segundo o Rev. Francis Charles Hingeston, compilador de documentos da realeza inglesa medieval, a assinatura da carta é certamente própria de D. Filipa e a caligrafia do documento é de mão incerta, se da rainha ou de algum outro escriba. Cf. HINGESTON, Francis Charles. *Royal and historical letters during the reign of Henry the Fourth, king of England and of France, and lord of Ireland, vol. II, A.D. 1405-1413*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1965, p. 102. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50171s>> Acesso em: 05 Abr. 2019.

trato político medieval, simultaneamente público e privado: “*Suer P · de · P ·*”, irmã, mulher – na abreviatura de Philippa – e “[rainha] de Portugal” nos demonstra como as questões políticas da governança e as questões familiares e pessoais são indissociáveis, assim como são indissociáveis tais camadas das representações da rainha de nossas perspectivas de análise.

Esse documento, enquanto discurso, possui diversas nuances importantes: a mais facilmente perceptível é a característica dual; íntima e simultaneamente protocolar: o vocabulário utilizado, ora formal, ora bastante pessoal; a colocação das frases, que denotam as características ambíguas da diplomacia, sob as quais os assuntos políticos eram, também, assuntos de família e sobre como nenhum desses atributos sobrepunha-se ao outro, mas eram tratados sob as mesmas dinâmicas. Os laços diplomáticos eram atados com fitas familiares, e Filipa categoricamente relembra o irmão desta característica de seu acordo: oferecer vantagens comerciais e econômicas que seriam incorporadas e personificadas no estabelecimento de uma união entre membros próximos das famílias de dois monarcas. Sob essa primeira camada, nós temos acesso a um raríssimo vislumbre da expressão pessoal de D. Filipa: como ela se colocava perante questões políticas para servir como parceira de D. João I na resolução de problemas. A carta de Filipa a Henrique nos possibilita confirmar que as representações da rainha na Chancelaria de D. João I, na *Crônica de D. João I* e na *Crônica da Tomada de Ceuta* são imagens, sim, que pretendem sintetizá-la em letra de acordo com um propósito legitimador e moralizante, mas não são narrativas destacadas dos hábitos e costumes da própria rainha.

Isto é, Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara representam na personagem de D. Filipa uma figura que não destoa muito de como a própria D. Filipa se expressa e se posiciona em sua correspondência com seu irmão, o rei de Inglaterra. É possível identificar essa característica quando analisamos as narrativas dos cronistas, especialmente a de Zurara, acerca do envolvimento de D. Filipa em questões de governança e diplomacia – como, por exemplo, as negociações sobre a invasão de Ceuta. As representações construídas pelos cronistas detêm uma proximidade marcante das maneiras de expressão e disposição da própria rainha. As sutilezas de posicionamento que os cronistas trabalham em suas obras literárias proto-históricas – como a devoção cristã, o atributo contemporizador de sua política, a postura de compartilhamento do poder com o marido – estão todas presentes neste documento híbrido entre correspondência oficial e missiva pessoal que revela patentemente a maneira de expressão da própria rainha, raramente percebida sem o filtro do intermediário masculino

politicamente intencionado que tanto as crônicas quanto a chancelaria interpõem em sua frente.

A preciosidade desta fonte para nosso trabalho é múltipla pois a existência desse documento aproxima as representações de D. Filipa de sua prática de governança, do exercício de sua reginalidade, corroborando todas as nossas perspectivas sobre tais movimentos e também, de maneira não menos importante, de sua expressão pessoal. Além da perspectiva que a fonte nos oferece sobre a expressão própria da rainha, a carta de D. Filipa a Henrique IV também nos ajuda a compreender o caráter funcional da monarquia partilhada portuguesa e do exercício da governança e diplomacia do reino, uma vez que a correspondência entre os irmãos fora a última de uma série de cinco cartas trocadas entre D. João I e Henrique IV³³⁸ tratando das mesmas questões: o rei de Portugal valeu-se da influência particular de sua esposa e da articulação política de sua co-regente para tentar resolver o problema da dívida do genro, o Conde de Arundel, com seu soberano. Após a intervenção de D. Filipa na questão, a boda se realiza dentro de duas semanas, ainda que Henrique IV tenha apenas decidido por adiar o pagamento e não por livrar o primo completamente de sua dívida matrimonial.³³⁹

Esta carta, portanto, é uma fonte importante tanto enquanto documento independente quanto quando posto em correlação com as nossas outras fontes jurídicas e literárias/proto-históricas – uma vez que, sob tal perspectiva, corrobora as representações cronísticas e jurídicas de D. Filipa de Lencastre, facilitando nossa compreensão da escolha literária e burocrática em depositar muito do peso legitimador dessas letras sobre a figura da rainha.

Existe uma relação complementar entre a representação de D. Filipa apresentada na *Crônica de D. João I* e na *Crônica da Tomada de Ceuta*, condicionada – mas não sujeita – às imposições culturais do modelo clerical de feminilidade e comportamento feminino e as representações jurídicas da rainha na Chancelaria de D. João I, que estão mais diretamente relacionadas à sua prática cotidiana de poder reginário e, conseqüentemente, à sua reginalidade. Ambas as perspectivas omitem alguns aspectos da experiência de D. Filipa durante seus 28 anos de reinado em Portugal pois ambos nossos gêneros de fonte exigem discursos adaptados às funções políticas que lhes cabiam

³³⁸ A troca de correspondências entre D. João I e Henrique IV, bem como de seus respectivos embaixadores sobre a questão do casamento do Conde e da Condessa de Arundel, bem como os negócios atrelados a esta união está na obra do Reverendo Francis Charles Hingeston. Cf. HINGESTON, Francis Charles. *Op. Cit.*, 1965, p. 83-102.

³³⁹ SILVA, Manuela Santos. *Op. Cit.*, 2014, p.235-236.

cumprir. As Crônicas Régias e a Chancelaria de D. João I compartilham a mesma finalidade – construir memória avisina, estabelecer continuidade entre Borgonha e Avis e exaltar a legitimidade dinástica através de seus registros. A diferença está no discurso utilizado para alcançar este mesmo propósito.

A complementaridade das perspectivas de ambas as nossas fontes da qual falamos pode, assim, ser atestada pelo elo discursivo que é a carta de D. Filipa de Lencastre ao rei Henrique IV, seu irmão. Através deste documento e do vislumbre que ele nos oferece da expressão própria da rainha, reafirmando a importância das fontes autorais de mulheres para a História das Mulheres, pudemos confirmar nossas análises acerca da complexidade e o hibridismo do papel sociopolítico que D. Filipa exercia em seu contexto e atestar nosso posicionamento sobre sua agência e experiência.

Nossa postura de consideração das especificidades tipológicas de nossos *corpus* documental, aliada à valorização da rainha tanto enquanto figura histórica como enquanto elemento de representação do poderio avisino, tornou possível a construção de nossas perspectivas acerca de D. Filipa de Lencastre e suas representações, assegurando-nos sobre sua função política e legitimadora na literatura moralizante avisina e sobre a característica de núcleo de poder atribuída à D. Filipa por Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara – baseadas na experiência e na agência da própria rainha em Portugal. É importante notar como as representações de D. Filipa de Lencastre se relacionam apenas parcialmente com a lógica do modelo feminino vigente no medievo – fundamentado num exemplo de subserviência e recato criado por clérigos letrados – pois adaptam-se ao padrão de conduta proposto pela norma mas, simultaneamente, criam uma percepção própria do poder reginálcio em Portugal.

Pudemos identificar esta relação contrastante nas representações da rainha, na Chancelaria de D. João I e nas Crônicas Régias que são construídas de maneira a não desvirtuar a lógica da normatização comportamental feminina mas, simultaneamente, adaptando-se às necessidades de afirmação de poder, legitimação dinástica e estabelecimento de memória da Dinastia de Avis ao não restringir-se à norma quando da abordagem da representação do poder reginálcio de D. Filipa. Ao analisarmos as representações construídas à luz da expressão pessoal da rainha, percebemos que D. Filipa expressa-se na correspondência que examinamos como as Crônicas Régias narram e como a Chancelaria de D. João I atesta: de maneira virtuosa e devota, familiar e sutil. Simultaneamente, é incisiva e ciosa de seu papel político e de sua agência dentro do contexto interno de seu reino, dos assuntos diplomáticos com outras partes, e das questões

jurídicas como a Chancelaria de D. João I também nos permite observar. A complexidade de Filipa de Lencastre, sua experiência na governança de Portugal e seu exercício de reginalidade nos permitem compreender os motivos pelos quais suas representações foram instrumentalizadas em prol do propósito legitimador da Dinastia de Avis.

Perceber que as representações de D. Filipa são feitas de modo a construir um modelo que se estende além do ideal de comportamento em vigor no período é importante: nos processos de elaboração de uma imagem legitimadora sólida para a Dinastia de Avis, Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara constroem uma representação de D. Filipa de Lencastre que é complexa, forte, plural e que atendia a diferentes aspectos de modelos de conduta muito distintos. Isso se dá pois apenas uma abordagem atenta às necessidades avisinhas de construção de memória e de estabelecimento de legitimidade seria capaz de harmonizar-se com as características ascensionais insólitas de um reinado que leva Portugal às explorações em África – legando aos seus descendentes a exploração de Ásia e América. As peculiaridades da imagem que os cronistas constroem para D. Filipa servem ao propósito de posicioná-la como um receptáculo de virtude e um centro irradiador de poder que colabora com um discurso que não apenas ajuda a manter a Dinastia de Avis no trono, mas também adiciona fatores que constroem a narrativa que perdura sobre os reinados avisinhas até a nossa contemporaneidade.

Não foi apenas através do novo peso linhagístico que ofereceu a um reino fragilizado por querelas sucessórias ou através de sua origem extra-ibérica que possibilitou uma vantajosa aliança econômica e militar que D. Filipa de Lencastre fora peça fundamental no processo legitimatório avicino: sua agência como governante do reino de Portugal junto a D. João I tivera valor estratégico sociopolítico e diplomático na fundamentação e na legitimação do controle da Dinastia de Avis sobre Portugal. D. Filipa de Lencastre age no cenário político, cultural e social da Península Ibérica tardomedieval, extrapolando assim os âmbitos privados da corte – ambiente frequente e equivocadamente associado exclusivamente às mulheres – tomando domínio das questões práticas do governo. Valendo-se disso, Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara representam-na como *regina imago potestas*, a personificação feminina do poderio avicino.

CONCLUSÃO

Não se pode facilmente encaixar as mulheres numa estrutura que foi codificada como masculina; é preciso mudar a estrutura.

— Mary Beard.

As faces da rainha.

Na introdução desta tese nós nos propusemos a uma análise crítica da prática política de D. Filipa de Lencastre e das representações construídas sobre ela para, assim, compreender o papel da rainha no processo de legitimação da Dinastia de Avis, considerando sua reginalidade, sua agência e sua experiência no governo do reino de Portugal, sem permitir que os estereótipos e modelos construídos sobre as mulheres – tanto no medievo quanto na historiografia contemporânea – orientassem nossas conclusões. Tal proposta atravessa nossa problemática, nossos questionamentos, e nossa práxis historiográfica, uma escolha metodologicamente fundamentada na história das mulheres que se converte numa postura analítica que tem o intuito de abordar o fenômeno sociopolítico legitimatório avisino através de uma de suas principais agentes. Quebramos a máscara de papel que foi imposta a D. Filipa e expusemos sua face, ou melhor, *suas faces*.

A pluralidade deve-se à constatação da multiplicidade de atributos e características sociopolíticas de D. Filipa que pudemos examinar ao longo de nosso trabalho. Filipa era neta, irmã, esposa e mãe de reis; sim, mas sobretudo era *rainha*. E todas essas Filipas estavam amalgamadas numa única mulher que brandia poder no reino, de formas diretas e indiretas, sozinha ou ao lado do rei e de seus filhos, de forma local ou diplomática. Este exame só fora possível com a ampliação da perspectiva exigida por nossa práxis: sabedores das prerrogativas que orientavam os propósitos tripartites da literatura moralizante avisina, buscamos D. Filipa nas fontes tendo em mente que ela e suas representações foram elementos-chave do processo de fortalecimento de Avis no trono português.

Desta forma, definimos os rumos de nossa pesquisa orientando-nos pelo objetivo central de investigar o papel de D. Filipa no processo legitimatório da Dinastia de Avis, buscando confirmar – como confirmamos – nossa hipótese que a rainha fora peça fundamental para os fins de legitimação e moralização do reinado de D. João I não apenas por sua origem extra-ibérica e a instrumentalização matrimonial de potencial diplomático, mas também por ser agente determinante nas práticas políticas do Portugal tardomedieval. Assim, partimos para a análise da representação de D. Filipa nos textos institucionais avisinos e como tais representações são

construídas dentro da literatura moralizante avisina de modo a colaborar com a lógica de geração de memória, estabelecimento de continuidade e exaltação da legitimidade da Dinastia de Avis.

Da época do projeto de pesquisa à finalização desta tese, nossos objetivos e hipóteses sofreram poucas, mas significativas, intervenções – como acerca da percepção das representações de D. Filipa de Lencastre. Então, o caminho de confirmação desta hipótese que, a princípio, imaginamos ser através da análise mais orientada às Crônicas Régias se provou mais sólido quando relacionamos estes textos aos textos jurídicos avisinos, comparando-os em conteúdo, discurso, forma, tipologia, recortes temporais e geográficos.

Outra modificação ocorrida em nossa jornada de confirmação de hipóteses, foi acerca da análise do impacto, das influências e das permanências de D. Filipa no cenário tardomedieval português e como isso afetou a gênese da literatura moralizante avisina. Depois que alcançamos a confirmação de que a rainha agira no cenário político, cultural e social de seu reinado, extrapolando os âmbitos privados da corte e da criação dos infantes, ainda pudemos estender nossa perspectiva além do que esperávamos, analisando como D. Filipa tomara domínio das questões práticas na governança de Portugal através da análise de discurso da Chancelaria Régia, das Crônicas Régias e, também, da bula *Divina disponente clementia* e da correspondência entre a rainha e seu irmão, Henrique IV. Esta nova vereda, aberta durante o franco processo de pesquisa, nos ofereceu a oportunidade de compreender mais profundamente as características políticas e reginalícias da atividade de D. Filipa enquanto rainha de Portugal e, conseqüentemente, o teor da mensagem transmitida por suas representações.

Guiando-nos pelas hipóteses que formulamos para sustentar os questionamentos e as práticas de nossa pesquisa, percorremos um longo caminho para alcançar D. Filipa nas fontes, compreender sua articulação política e as representações de sua participação nas dinâmicas de poder inseridas na Chancelaria Régia e nas Crônicas Régias. No processo de sistematização do nosso argumento nuclear, orientamo-nos por alguns pontos-chave que fundamentaram o trabalho: as diferentes tipologias das fontes – jurídicas, literárias proto-historiográficas, diplomáticas, epistolares – e suas conseqüentes variações de discurso; a origem institucional das fontes cronísticas e de chancelaria; a dupla abordagem do recorte temporal pela necessidade de dar conta tanto do contexto do reinado de D. Filipa quanto do contexto de composição das fontes; a análise do impacto social das representações e, por fim, a articulação de diversos instrumentos conceituais que colaboraram na compreensão da ação reginalícia de D. Filipa. Tais pontos-chave nortearam as problematizações que compõem o núcleo dos cinco capítulos desta tese, cada um abrindo diversos caminhos analíticos que se relacionam com o tema central de cada capítulo. Simultaneamente, cada um representou um desafio metodológico a ser enfrentado.

A diversidade tipológica das fontes foi desafiadora pois cada uma de nossas fontes tem suas especificidades de discurso, autoria, emissão, divulgação, função sociopolítica e recepção. Assim, apesar de serem todas fontes escritas, cada uma delas exigiu que fizéssemos um planejamento exclusivo para sua análise específica, ou seja, a pormenorização de suas características individuais de produção, discurso e circulação – para que, então, pudéssemos articular a análise de seus discursos e suas relações entre si e com a iniciativa institucional da Dinastia de Avis. Ainda sobre isto, a origem institucional de nossas fontes principais constituiu outro ponto de atenção na análise dos discursos ao nos apresentar a necessidade de decodificar o papel de cada uma de nossas fontes na literatura moralizante avisina e no macrouniverso deste projeto de poder em Portugal.

A dupla abordagem de nosso recorte temporal também consistiu em uma questão a ser considerada: nossas análises englobam um período linear que vai de 1387 – ano do casamento de D. João I e D. Filipa de Lencastre – a 1450, ano da finalização da *Crônica da Tomada de Ceuta*. Contudo, dentro deste período que propusemos, analisamos tanto o reinado de D. Filipa quanto o contexto de produção de nossas fontes institucionais da Dinastia de Avis – além de também abordar as fontes que não são institucionais, como a bula *Divina disponente clementia* e a carta de D. Filipa a Henrique IV de Inglaterra. Durante nosso trabalho, chamamos esta metodologia de trabalho de, respectivamente, *crítica externa* e *crítica interna* das fontes: a abordagem bipartite de um mesmo período histórico de acordo com as prerrogativas de nossas análises e intenções de pesquisa.

A abordagem do impacto sociopolítico das representações de D. Filipa de Lencastre foi laboriosa para nossa pesquisa devido à dificuldade de analisar a recepção – e o processamento desta recepção – dos discursos avisinos no Portugal tardomedieval e as permanências do discurso recepcionado e processado na cultura, na identidade e na historiografia luso-brasileira contemporânea. Observamos que a representação cronística de D. Filipa de Lencastre era tão intrínseca aos ecos de sua figura na história e na memória luso-brasileira que seria necessário um trabalho bastante minucioso para dissociar a rainha D. Filipa e seu exercício de poder de sua representação nas letras cronísticas. Alcançamos a compreensão do impacto sociopolítico filipino a partir do momento que alcançamos a técnica da crítica interna e externa das fontes em nossas análises. Desta maneira os paralelismos e distanciamentos entre figura histórica e personagem representada ficaram flagrantes em nossa pesquisa, facilitando assim a compreensão do papel de D. Filipa na legitimação da Dinastia de Avis. Para atingirmos este objetivo, assim, enfrentamos nosso último desafio: a articulação de diversos instrumentos conceituais, oriundos de variadas raízes teórico-metodológicas, para sustentar nossa análise em bases teóricas sólidas.

Como a história das mulheres é uma corrente historiográfica que, entre outras coisas, dedica-se a expor novas veredas de pesquisa em recortes já explorados e que ignoraram – deliberadamente ou não – a participação das mulheres nos processos históricos, é comum que nós que trilhamos este caminho também adaptemos a teoria para que esta se ajuste à nossa metodologia uma vez que somos convictos que conceitos devem ser articulados de forma a atender as necessidades de uma pesquisa e não o avesso – a pesquisa atender as necessidades definitivas dos conceitos. A função de nosso arcabouço teórico é servir de sustentação da pesquisa. Se sua aplicação é bem embasada, permitindo a construção de um fluxo estável de raciocínio e a minuciosa análise das fontes, resultando na transmutação do trabalho em um texto que o sintetize de forma eficiente; o instrumento conceitual deve ser utilizado a este favor.

Assim, valemo-nos dos conceitos de *representação*, *poder simbólico*, *dualidade de corpos monárquicos*, *análise de discurso*; *agência*, *poder*, *poder-teia*; *experiência* e *poder reginácio*, *reginacidade* e *estado de rainha*, buscando uma aplicação espalhada deste corpo conceitual ao longo do texto, distribuindo as considerações teóricas por todos os cinco capítulos desta tese com a finalidade de manter nossas reflexões em constante embasamento. Ainda que o enfoque a este ou aquele conceito durante uma abordagem específica – por exemplo, enfatizamos a análise de conceitos relacionados a *poder* no segundo capítulo, no qual dedicamo-nos à discussão da articulação política de D. Filipa – nossa intenção fora alinhavá-los todos na trama da discussão geral, com o intuito de sustentar a tese de maneira equilibrada e coesa. A pluralidade característica de nosso arcabouço teórico leva à necessidade constante de articular este instrumental de maneira relacional, isto é, conectando cada conceito e cada noção ao que lhe precedeu, gerando um *crescendo* discursivo e heurístico que sustenta nossa pesquisa, realizada em cinco etapas.

No Capítulo I compreendemos a construção de discurso da Dinastia de Avis e como este discurso foi instrumentalizado com finalidades políticas. Para isso foi necessário que, primeiramente, construíssemos uma contextualização com o intuito de estabelecer o cenário no qual a literatura moralizante avisina surge enquanto movimento institucional da Coroa: analisamos a ascensão de D. João I ao trono, as questões problemáticas de sua origem, a aproximação da realeza com os burocratas e letrados; a fomentação de uma corte culturalmente ativa; a criação de novos padrões morais e, também, a organização de uma estrutura jurídica intrinsecamente relacionada à realeza; além da fundação de uma modalidade cronística composta por intelectuais de confiança da família real avisina. Foi através da abertura deste horizonte contextual que pudemos começar a compreender os processos políticos nos quais D. Filipa de Lencastre estava inserida e, também, as dinâmicas discursivas que se valem das representações da rainha para a construção de legitimidade para a Dinastia de Avis.

No Capítulo II, após termos investigado a estrutura jurídica e política da Torre do Tombo e da Chancelaria Régia e seus oficiais e seu funcionamento; definimos o escopo, o alcance e o impacto da atividade reginária de D. Filipa de Lencastre, as dinâmicas de seu exercício de poder, bem como sua agência e sua experiência enquanto governante de Portugal através da exploração intensiva dos documentos que contam com sua participação, menção ou ação na *Chancelaria de D. João I*. Os documentos jurídicos régios, prenos do discurso legitimador que caracteriza a política avisina, são textos que nos oferecem uma perspectiva aprofundada acerca do cotidiano do exercício do poder e como ele era compartilhado por D. João I e D. Filipa de Lencastre.

A Chancelaria Régia e as Crônicas Régias têm mais do que o ambiente do Arquivo da Casa da Coroa em comum: os autores da *Crônica de D. João I* acumularam funções e exerceram o trabalho de guardas-mores da Torre do Tombo ao mesmo tempo que compunham suas obras como cronistas-mores de Portugal. Tal duplicidade de atividades permitia que tanto Fernão Lopes quanto Gomes Eanes de Zurara tivessem perspectivas privilegiadas acerca do cotidiano político português tardomedieval, fazendo com este conhecimento se destile para o texto das Crônicas, nos oferecendo a chance de compreender a construção das representações da rainha no discurso cronístico. No Capítulo III compreendemos as funções sociopolíticas das representações de D. Filipa através da abordagem das noções de identidade e continuidade nos textos de Lopes e Zurara. Por outro lado, no Capítulo IV, acessamos representações mais etéreas de D. Filipa que a associam a atributos santificados – que passam a compor uma grande parte das representações da rainha ao longo dos séculos, formando a principal característica que ativa a memória acerca de D. Filipa de Lencastre.

Finalmente, no Capítulo V, pudemos analisar o impacto e os efeitos da instrumentalização das representações de D. Filipa tanto nos documentos jurídicos quanto nos documentos literários proto-históricos avaliando de que forma corresponderam às prerrogativas de legitimação avisina e aos processos da literatura moralizante avisina. Através do uso de fontes desatreladas do projeto político avisino, a bula *Divina disponente clementia* e a carta de D. Filipa a seu irmão, Henrique IV de Inglaterra, pudemos observar quais os pontos de contato e de afastamento entre o papel político da rainha e seu exercício de poder e as representações feitas acerca disto pela Chancelaria Régia e pelas Crônicas Régias. Também pudemos observar exemplos de permanências das representações filipinas pertencentes ao discurso cronístico na cultura lusitana contemporânea através do exame do poema de Fernando Pessoa e do monumento do *Padrão dos Descobrimentos* e, assim, abordar a recepção do discurso e sua sedimentação identitária, ao mesmo tempo que podemos observar o adelgaçamento da figura da rainha, frequente e fortemente associada apenas a uma das facetas de sua representação.

As Crônicas Régias são a maneira que a Dinastia de Avis teve de expor-se de maneira controlada e de forma a tomar para si a narrativa de sua própria história e que as representações de D. Filipa são instrumentos de vulto e valor para a imposição deste projeto político de poder. Isso posto, o objetivo desta tese pode ser sintetizado no ímpeto de observar o que há *além* do discurso controlado, filtrado, intencional, institucional – sem jamais desconsiderar sua importância na construção de uma identidade avisina. A exploração da pluralidade avisina, das especificidades de sua ascensão e fixação no poder, de sua necessidade premente de legitimação nos permitiu analisar – e compreender – o papel de D. Filipa de Lencastre e suas representações jurídicas e literárias proto-historiográficas em múltiplos processos de poder, de governança, de identidade, de memória e de legitimidade.

Através de D. Filipa de Lencastre e sua jornada política, governativa e representativa, pudemos analisar e conhecer de maneira aprofundada as dinâmicas sociais de poder que a envolviam e que a transformaram num poderoso símbolo da legitimação e da identidade da Dinastia de Avis, não apenas por sua linhagem ou pelo bom acordo diplomático que ela assegurara; mas por sua verve política, seu poder reginalício, sua agência enquanto monarca e sua experiência no governo. Cremos ser importante ressaltarmos que um trabalho em História das Mulheres nunca é sobre uma mulher apenas: é, também, uma análise sobre os processos sociopolíticos, culturais e econômicos que afetavam *mulheres* – no plural. Se não todas, algumas. Trata-se de preencher a lacuna, o vazio, deixado por uma historiografia obsoleta e engessada que não contemplara a existência, a participação, o envolvimento e a agência das mulheres nos processos históricos e na História em si, a despeito de sermos metade dos seres humanos que caminham – caminharam, caminharão – por esta terra. Através da análise do papel de D. Filipa de Lencastre e suas representações na legitimação da Dinastia de Avis e da confirmação da influência das dinâmicas de seu poder reginalício em tais processos, buscamos sistematicamente realizar um trabalho tentativo e autoconsciente de reformular perspectivas historiográficas desconsideradoras das mulheres e que, esperamos, colabore um passo a mais, um passo adiante, um passo avante; rumo a uma História mais igualitária e reconhecedora do poder e da agência sociopolítica das mulheres.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Principais

ANTT. *Bula Divina Disponente Clementia do Papa Bonifácio IX pela qual habilita o rei D. João I para ser rei em Portugal, sem embargo de ser adúltero, o confirma e a todos os seus descendentes, e dispensa e revalida o matrimónio que contraiu com a Rainha D. Filipa de Lencastre sem dispensa da Sé Apostólica, sendo Mestre da Ordem de Avis, de cujo excesso o absolve.* [Manuscrito] 1 doc. BUL, Bulas 1179/1882, Maço 5, Documento 9. <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=7139636>>, Acesso em: 08 Mai. 2017.

ANTT. *Chancelaria de D. João I.* [Manuscrito] 5 liv. CHR Chancelaria Régia 1384/1433. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813662>> Acesso em: 08 Mai. 2017.

BRITISH LIBRARY, *Letter from Queen Philippa of Lancaster to King Henry IV of England.* November 4th, 1405, Cotton MS Vespasian F. III, f. 98.

DIAS, João José Alves (Org.). *Chancelarias Portuguesas – D. João I.* 11v, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

LOPES, Fernão. *Chronica delRey D. Joam I (...).* v. I, Lisboa: Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1644. Disponível em: <<http://purl.pt/218>> Acesso em: 08 Mai. 2017.

LOPES, Fernão. *Chronica delRey D. Joam I (...).* v. II, Lisboa: Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1644. Disponível em: <<http://purl.pt/218>> Acesso em: 08 Mai. 2017.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta.* Lisboa: Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1644. Disponível em: <<http://purl.pt/218>> Acesso em: 08 Mai. 2017.

Fontes Correlatas

ANTT, Bulas 1179/1882, Maço 26. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908077>>. Acesso em: 04 Jan. 2019.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Livro da Montaria*, feito por D. João I, Rei de Portugal, conforme o Manuscrito n°4352 da Biblioteca Nacional de Lisboa. Org. Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*. [Manuscrito] 3liv. CHR Chancelaria Régia 1433/1448. Disponível em: <[http:// digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813669](http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3813669)> Acesso em: 08 Mai. 2017.

ANTT, *Livro dos Conselhos de D. Duarte*. [Manuscrito] 1 Liv., 292 f. (Papel). MSLIV Manuscritos da Livraria c. 1500. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4248785>> Acesso em: 08 Mai. 2017.

BAYÃO, Pe. Jozé Pereira. Suplemento a esta Chronica delRey D. Pedro. In: LOPES, Fernão. *Chronica Del Rey D. Pedro I*. Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa Impressor do Santo Officio, 1735.

BOSTON PUBLIC LIBRARY, *Leal Conselheiro*. Paris: Casa de J. P. Aillaud, 1854. Disponível em: <<https://archive.org/details/lealconselheiro00duar>> Acesso em: 08 Mai. 2019.

DOM DUARTE. *Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1843. Disponível em: <<https://archive.org/details/c1lealconselheir00duar/page/n6>> Acesso em: 10 Ago, 2019.

LOPES, Fernão. *Chronica Del Rey D. Pedro I*. Lisboa Occidental: Officina de Manoel Fernandes da Costa Impressor do Santo Officio, 1735.

LOPES, Fernão. *Chronica de el-rei D. Fernando*. 3v. Lisboa: Escriptorio, 1896. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/419>> Acesso em: 11 Out. 2018.

PINA, Ruy de. *Chronica de ElRey Dom Afonso o quarto do nome e settimo dos Reys de Portugal*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1653.

PINA, Ruy de. *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz, sexto rei de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina Ferreyriana, 1729.

TRANSLADO autêntico do testamento de D. João I feito por Tomé Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, por mandado do Rei. In. ANTT, *As gavetas da Torre do Tombo: edição digital*, v. 6, gav. 16-17, ent. 3777, p. 7-15.

Bibliografia

ABRANCHES, Joaquim dos Santos. *Fontes do Direito Eclesiástico Portuguez – Summa do Bullario Portuguez*, Coimbra: F. França Amado Editor, 1895.

AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Coleção Os Pensadores.)

ALVES, Alice Nogueira; MARIZ, Vera. O Padrão dos Descobrimentos como imagem de marca do Estado Novo. In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo. *Genius Loci: lugares e significados. Breves reflexões*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória da Universidade do Porto, 2016, pp. 473-484.

ANTT, *Casa das Rainhas*. Disponível em: <<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4164777>> Acesso em: 24 Abr. 2018.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. v. 2, t. 1, São Paulo: Ipiranga, 2005

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo: Forense Universitária, 1997.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente – Da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

AZEVEDO, Ricardo Charters de. Duarte Galvão, Alcaide-mor de Leiria. *Cadernos de estudos leirienses*, n. 1, Maio de 2014. Disponível em: <<http://www.academia.edu/8378611>>. Acesso em 23 Abr. 2017.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2013.

BARROS, José D'Assunção. Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. *Análise Social*, v. XL (175), 2005. 345-366.

_____. O rei e a cultura popular no trovadorismo ibérico. *Revista de Letras Norteamontos - Revista de estudos linguísticos e literários*, ed. 09, 2012.01, p. 77-91. Disponível em: <http://projetos.unemat-net.br/revistas_eletronicas/index.php/norteamontos> Acesso em: 08 Mai. 2017.

BECHARA, Evanildo; SPINA, Segismundo. *Luís de Camões – Os Lusíadas – Antologia*. Rio de Janeiro: Grifo, 1973.

BERTOLI, André Luiz. História interdisciplinar e a análise de crônicas portuguesas do século XV. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*. v.8, a. VIII, n. 1, Jan., Fev., Mar., Abr. 2011, p. 8-10. Disponível em: <<http://>

www.revistafenix.pro.br/PDF25/Artigo_07_Andre_Luiz_Bertoli.pdf> Acesso em: 16 Mar. 2019.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOBBIO, Norberto. A grande dicotomia: público/privado. In: *Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 13-31.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGA, Paulo Drumond. Casamentos Reais Portugueses – um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (séculos XII-XIV). In: *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcañices. Actas, vol. II*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2000.

BUESCU, Ana Isabel. *Damião de Góis (1502-1574)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2005. Disponível em: <<https://www.academia.edu/29932588>> Acesso em 08 Mai. 2017.

BURKE, Barlow; SNOE, Joseph. *Examples & Explanations: Property*. New York: Aspen Publishers, 2012.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CAMPOS, Isabel Maria Garcia de Pina N. Baleiras S. [Dissertação de Mestrado] *Leonor Teles, uma mulher de poder?* Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2008.

CASAGRANDE, Carla. The Protected Woman. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *A History of Women - Silences of the Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, p. 70-104.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Narrativa, Sentido, História*. Campinas: Papyrus, 1997.

CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. Os oficiais da Justiça central régia nos finais da Idade Média portuguesa (ca. 1279 – ca. 1521). *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 1, n.1, Jan-Jul 2008. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT.

CATHOLIC ENCYCLOPEDIA. *Sarum Use*. [verbete]. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/13479a.htm>> Acesso em 18 Out. 2018.

CERTEAU, Michel de. History: Science and fiction. In: *Heterologies: discourse on the Other*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

_____. Debate: Literatura e História. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 197, Dez-Jan. 2000.

CIDADE, Hernâni. *Luís de Camões – O Épico*. Lisboa: Presença, 1995.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *D. João I o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

_____. Entre poderes - análise de alguns casos na centúria de Quatrocentos. *História - Revista da Faculdade de Letras*, s. II, v. VI, Porto, 1989, pp. 105-135.

_____. *O poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV*. Sep. de Revista de História, VIII, Porto: 1988. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6442.pdf>> Acesso em 17 Mar. 2019.

_____.; CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. (Coord.) *Portugal em definição de fronteiras – do condado portugalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996

_____.; CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. (Coord.) *A génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII – XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999.

_____.; VENTURA, Leontina. A mulher como um bem e os bens da mulher. In: *A mulher na sociedade portuguesa – Visão histórica e perspectivas actuais. Colóquio de 20 a 22 de Março de 1985. Actas*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986.

COIMBRA, Rosicley Andrade. Mimesis e Literariedade: (esboço de um) percurso investigativo. *Travessias*, ed. 08, s/d, p. 274 – 283. Disponível em: <<http://www.e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3599/2856>> Acesso em: 08 Mai. 2017.

COSTA, Avelino de Jesus da. A Chancelaria Real Portuguesa e os seus registos, de 1217 a 1438. *Revista da Faculdade de Letras*. II Série, XIII, Porto: Universidade do Porto, 1996, p. 71 – 101.

COSTA, Bruno Marconi da. [Tese de Doutorado] *Os mestres de ofício da Lisboa Medieval – uma análise comparada de sua atividade política entre os séculos XIII e XIV*. Programa de Pós-Graduação em História Comparada; Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Mario Alberto Nunes. *Reflexão acerca dos locais ducentistas atribuídos ao Estudo Geral*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=3OinrQlnUMgC>> Acesso em: 08 Mai. 2017.

DALARUN, Jacques. The Clerical Gaze. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *A History of Women – Silences of Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, p. 15-42.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *A History of Women - Silences of the Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

_____. The Courtly Model. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *A History of Women - Silences of the Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, 250-266.

DURAND, Gilbert. O imaginário português e as aspirações do Ocidente cavaleiresco. In: DURAND, Gilbert. *Portugal – Tesouro oculto da Europa*. Lisboa: Ésquilo, 2008, p. 19-34.

FARIA, Tiago Viúla de. MIRANDA, Flavio. Pur bone alliance et amiste faire - Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. CEM: *Revista do CITCEM*, n. 1, 2010.

FERNANDES, Fátima Regina; FRIGHETTO, Renan. *Cultura e poder na Península Ibérica*. Curitiba: Juruá, 2001.

FERNANDES, Fátima Regina. *Sociedade e poder na Baixa Idade Média Portuguesa – Dos Azevedo aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa*. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

_____. A construção da sociedade política de Avis à luz da trajetória de Nuno Álvares Pereira. *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais – A guerra e a sociedade na Idade Média*. Porto de Mós / Alcobaça / Batalha, 2008, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2009, v. I, p. 421-446.

FERNÁNDEZ, Núria Silleras. Queenship en la corona de Aragon en la Baja Edad Media – estudio y propuesta terminológica. *La Corónica* 32.1 (Fall, 2003), p. 119-133.

FERRO TAVARES, Maria José; AMADOR, Filomena; SERRANO PINTO, Manuel. O Terramoto de Lisboa de 1755: tremores e temores. *Cuadernos Dieciochistas* nº6, 2005. Disponível em: <<https://www.academia.edu/2483852>> Acesso em 08 Mai. 2017.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Maceió: EdUfal, 2009.

FONSECA, Luís Adão; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Mendes Ferreira. *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2003.

FOUCAULT, Michel. Os Corpos Dóceis. In: *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOWLER, David C.; BRIGGS, Charles F.; REMLEY, Paul G. (Ed.) *The Governance of Kings and Princes: John Trevisa's Translation of the De Regimine Principum of Aegidius Romanus*. Londres: Routledge, 2014.

FRANCO JUNIOR., Hilário. Relíquia, metonímia do sagrado. *Historiæ – Revista de História da Universidade Federal do Rio Grande*. v. 1, n. 1, 2010, p. 13-15. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/viewFile/2350/1232>>. Acesso em: 05 Fev. 2019.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Introdução à Crônica de D. João I*, Ed. do Arquivo Histórico Português, 1915 – Fac-símile, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.

FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. Chancelarias régias quatrocentistas portuguesas: produção manuscrita e aproximação política-diplomática. *Revista da Faculdade de Letras e Ciências Sociais*. n. 6, Porto: 2009.

FRYE, Northrop. *Código dos Códigos – A Bíblia e a literatura*. São Paulo: Boitempo, 2004.

GARCÍA DE LA BORBOLLA, Angeles. El culto y la devoción al *lignum crucis* en los reinos occidentales de la península ibérica (VII-XV). In DEUFFIC, Jean-Luc. (Ed.) *Reliques et sainteté dans l'espace medieval*. Saint-Denis: Pécia, 2006.

GEERTZ, Clifford. Centers, Kings and Charisma: Symbolics of Power. In: GEERTZ, Clifford. *Local Knowledge – Further essays in interpretive Anthropology*. New York: Basic Books, 1983.

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Maria Amélia Ramos. A figura da Mulher em Fernão Lopes. In: STONE, Maria Emília; ABREU, Ilda Soares; SOUSA, Antonio Ferreira de. *Falar de Mulheres – História e Historiografia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

GOMES, Rita Costa. *The making of a court society: kings and nobles in late medieval Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 90.

HESPANHA, António Manuel. O estatuto jurídico da mulher na época da Expansão. In: *Actas do Congresso Internacional O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*. 1994. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

HINGESTON, Francis Charles. *Royal and historical letters during the reign of Henry the Fourth, king of England and of France, and lord of Ireland, vol. II, A.D. 1405-1413*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1965. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50171s>> Acesso em: 05 Abr. 2019.

HOFFMANN, Raquel. [Dissertação de Mestrado]. *As Lusíadas – Luís de Camões e a representação da instrumentalização feminina na corte medieval portuguesa: comparando os casos de Maria de Portugal e Inês de Castro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, 2014.

_____. O Espelho Antagônico: um ensaio comparativo das representações de Maria de Portugal e Inês de Castro n'Os Lusíadas. In: ALVES, Gracilda; LAPSKY, Igor; SCHURSTER, Karl. (Orgs.) *História Comparada: debates teóricos e metodológicos*. Recife: EdUPE, 2014, p. 71 – 79.

_____. Ensaio sobre política e identidade régia na Literatura Moralizante Avisina. In: ALVES, Gracilda; SANTOS, Anna Beatriz Esser dos. (Orgs.) *Política e Identidade: discussões historiográficas*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 83 – 97.

_____. Literatura Moralizante Avisina – Contexto e Conceito. In: NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo; ALVES, Gracilda; MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. *Poder e Relações de Solidariedade – Do Portugal Medieval à Alvorada dos Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 174 – 187.

_____. A boa memória do rei – Fernão Lopes e a construção de uma imagem de poder para D. João I. In: ALVES, Gracilda; COSTA, Bruno Marconi da. *Poder, Religião e Sociedade na História*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018, p. 30-51.

_____. Regina Est – propostas para o estudo das rainhas portuguesas tardomedievais. In: COSTA, Amanda Dias de Oliveira; COSTA, Rodrigo Franco da. *Iberia Ultramare: estudos contemporâneos brasileiros sobre o mundo ibérico*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018, pp. 297-319.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.

KANTOROWICZ, Ernst. *The King's Two Bodies – A study in medieval political theology*. New Jersey: Princeton University Press: 1957.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Including Women. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *A History of Women - Silences of the Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, p. 1-10.

LAMBERTINI, Roberto. Giles of Rome. In: ZALTA, Edward N. (Ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Dez. 2014. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2014/entries/giles/>> Acesso em: 27 Mar. 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

_____. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Vozes, 2007

- LEITÃO, Manuela. Muralhas de Lisboa. *Rossio, Estudos de Lisboa*, n. 3, Maio de 2014.
- LEMOS, Ester de. Vertentes da prosa medieval. (Excerto). In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coord.) *História e Antologia da Literatura Portuguesa – séculos XIII – XIV*. Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, Série HALP, n°4, Dez. 1997.
- LOPES, Fernão. *Chronica DelRey D. Pedro I*. Lisboa Occidental: Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Offício. 1735.
- LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. São Paulo: Educ, 1998.
- MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coord.) *História e Antologia da Literatura Portuguesa – século XVI*. Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, Série HALP, n°16, Mar. 2000.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*. Niterói: EdUFF, 2010.
- MANN, Michael. *The sources of Social Power, v. 1 – A history of power from the beginning to A.D. 1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Edições Colibri, 2008.
- MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal v. 2 – A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1997.
- _____. *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- _____. A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular. *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, v. 15, n. 2, 1998.
- _____. A primeira Crónica Portuguesa. *Medievalista Online*, n°6, Jul. 2009. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/medievalista-mattoso.htm>> Acesso em: 08 Mai. 2017.
- MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. [Tese de Doutorado] *Norma e prática – os papéis das mulheres no reinado de D. João II (1481–1495)*. Programa de Pós-Graduação em

História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

MEGIANI, Ana Paula Torres; SAMPAIO, Jorge Pereira de. *Inês de Castro: a época e a memória*. São Paulo: Alameda, 2008.

MELO JR. João Alfredo Costa de Campos. O conceito de experiência em Edward Thompson. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

MONTEIRO, Helena Maria Matos. *A Chancelaria Régia e os seus oficiais (1464-1465)*. [Dissertação de Mestrado]. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 1997.

MOREIRA, Filipe Alves. *Afonso Henriques e a primeira crônica portuguesa*. p. 15 – 17. Disponível em: <<https://www.academia.edu/833611/>> Acesso em 08 Mai. 2017.

NASCIMENTO, Aires A.; BRANCO, Maria João. O III Concílio de Toledo e a historiografia portuguesa: do silêncio consentido à utilização deliberada. In: AZEVEDO, Carlos A. Moreira (Dir.). *Lusitania Sacra* – Tomo IV. Lisboa: Centro de Estudos de História Eclesiástica, Universidade Católica Portuguesa, 1992.

NIXON, Virginia. *Mary's Mother – Saint Anne in Late Medieval Europe*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2004.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. Amor de perdição: as mulheres entre a monarquia e o poder aristocrático no Portugal do século XIV. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; SAMPAIO, Jorge Pereira de. *Inês de Castro: a época e a memória*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 43-57.

OAKLEY-BROWN, Liz; WILKINSON, Louise J. (Ed.) *The Rituals and Rhetoric of Queenship – Medieval to Early Modern*. Dublin: Four Courts Press, 2009.

OLIVEIRA MARQUES, A. H.; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar. *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

OLIVEIRA, António Resende de. A cultura das cortes. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. (Coord.) *Portugal em definição de fronteiras – do condado portugalense à crise do século XIV*. Lisboa: Presença, 1996, pp. 660-685.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam P.; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry. (Orgs.) *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – 2006*. Goiania: Nova Letra, 2007, p. 45-81.

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Lisboa: Ática, 1972. Disponível em: <<http://arquivopessoa.net/textos/168>>. Acesso em: 13 Ago. 2019.

PILOSU, Mario. *A mulher, a luxúria e a Igreja na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 29-32.

PORTUGAL. Direção-Geral do Património Cultural, Mosteiro da Batalha. *D. Filipa – Sinopse*. Serviço Educativo do Mosteiro da Batalha. Texto de Constantino Mendes Alves. 2019. Disponível em: <<http://www.mosteirobatalha.gov.pt/data/Sinopse%20filipa.pdf>> Acesso em 27 Jan. 2019.

PÚBLIO, Pedro Paulo Policiano. Mangalarga marchador – tipos de velocidade em passo, marcha e galope. [Vídeo] *Zootecnia Ativa*. Disponível em: <<https://www.zootecniaativa.com/videos/144>> Acesso em: 05 Fev. 2019.

RIBEIRO, Fernanda. Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)? In: FONSECA, Luís Adão; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Mendes Ferreira. *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2003. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1240.pdf>> Acesso em 08 Mai. 2017.

RODRIGUES, José Maria. *As fontes dos Lusíadas*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. La mujer medieval. *Cuadernos história 16*, Madrid.n. 262, 1985.

RUSSELL, Peter E. *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000.

_____. *Henrique, o Navegador*. Lisboa: Livros Horizonte, 2016.

SANTOS, Márcia Pereira dos; DUARTE, Teresinha Maria. A escrita hagiográfica medieval e a formação da memória dos santos e santas católicos. *Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Ago. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278263189_ARQUIVO_Textocompletodfaz.genero.versaofinal.pdf> Acesso em: 22 Ago. 2019.

SARAIVA, Antonio José. *Fernão Lopes*. Lisboa: Europa-América, s/d.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. Luís de Camões. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coord.) *História e Antologia da Literatura Portuguesa – século XVI*. Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, Série HALP, n°16, Mar. 2000.

SCOTT, Joan W. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SCOTT, Parry; ZARUR, George. (Orgs.) *Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina*. Recife: EdUFPE, 2003.

_____. A invisibilidade da diferença. *Projeto História*, n. 16, 1998, pp. 297-325.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Carlos Guardado da. Lisboa: de cidade de fronteira à afirmação da capital do reino: 1147-1383. *Férula: Revista da Associação para estudos históricos interdisciplinares*. Lisboa: Instituto Prometheus, mar. 2013. N.º 3, p. 24-34. Disponível em: <http://issuu.com/institutoprometheus/docs/revista_ipaehi_f_rula_n_3> Acesso em: 03 Jun. 2019.

SILVA, Manuela Santos. *A Rainha Inglesa de Portugal – Filipa de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2014a.

_____. Reflexos das alterações políticas de finais do século XIV em concelhos da Estremadura litoral. *Notas Diplomáticas. Estudos em homenagem ao Professor Doutor*

José Marques. vol. 3, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 163-186.
Disponível em: <<http://www.academia.edu/1010660>> Acesso em: 18 Mar. 2018.

_____. Os primórdios da Casa das Rainhas de Portugal. In: GARCEZ, Margarida; VARANDAS, José. (Coord.) *Raízes medievais do Brasil moderno – Actas, 2 a 5 de Novembro de 2007*. Academia Portuguesa de História, 2008, p. 29-41.

_____. Philippa of Lancaster, queen of Portugal educator and reformer. In: OAKLEY-BROWN, Liz; WILKINSON, Louise J. (Ed.) *The rituals and rhetoric of Queenship – medieval to early modern*. Dublin: Four Courts Press, 2009a, p. 31 – 46.

_____. Práticas religiosas e hábitos culturais inovadores na corte dos reis de Portugal. (1387 – 1415). In: *Poder espiritual/Poder Temporal: as relações Igreja-Estado no tempo da monarquia (1179 – 1909), Actas do Colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2009b, p. 193 – 212.

_____. A casa e o património da Rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre: um ponto de partida para o conhecimento da Casa das Rainhas na Idade Média. *Revista Signum*, 2010, v. 11, n. 2.

_____. A construção coeva da imagem de Filipa de Lencastre como uma santa rainha. In: VILELA, Ana Luísa; ESTEVES, Elisa Nunes; SILVA, Fabio Mário da; REFÓIOS, Margarida (Orgs.) *Representações do mito na História e na Literatura*. Évora: Universidade de Évora, 2014b, p. 137 – 149.

_____. D. Duarte e os irmãos – uma educação anglo-normanda? In: BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo. *D. Duarte e sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - IEM, 2014c, p. 51-65.

SILVA, Tomaz; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

SILVEIRA PINTO, Albano Anthero da; BAENA, Augusto Romano Sanches de. *Resenha das famílias titulares do reino de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1838, p. 57.
Disponível em: <<https://books.google.pt/books?id=E2YEAAAQAAJ>> Acesso em: 18 Mar. 2018.

SNEDDON, Andrew. Symbolic Value. *The Journal of Value Inquiry*, v. 49, n. 3, 2015. Disponível em: <http://www.researchgate.com/publication/283004148_Symbolic_Value> Acesso em: 29 Ago. 2018.

NIETO SORIA, José Manuel. Imágenes religiosas del rey y del poder real en la Castilla del siglo XIII. *En la España Medieval*. Editorial de la Universidad Complutense. Madrid, 1986.

SOUSA, Armindo de. 1325 – 1480. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal* v. 2 – *A Monarquia Feudal*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 263-457.

SOUSA, Armindo de. A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica. *Lucerna*. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, 1984, pp. 417-487.

SOUSA, Beatriz Nogueira de. *Entre a doçura da alma e a corrupção da carne: as representações da morte na Dinastia de Avis (Portugal – Século XV)*. [Dissertação] Mestrado em História Social, Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

SZTOMPKA, Piotr. *The Sociology of Social Change*. Cambridge: Blackwell, 1994.

TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2000.

THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria – ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROWBRIDGE, Ben. *History's Unparalleled Alliance: the Anglo-Portuguese Treaty of Windsor, 9th May 1386*. History of Government Blog. The National Archives, Prime Minister's Office, 10 Downing Street. Disponível em: <<https://history.blog.gov.uk/2016/05/09/historys-unparalleled-alliance-the-anglo-portuguese-treaty-of-windsor-9th-may-1386/>> Acesso em: 14 Mar. 2019.

VALDALISO, Covadonga. Workshop “A receção das mensagens políticas na Idade Média” (5 de maio de 2016, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). In: VAQUINHAS, Irene. (Dir.) *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n. 16, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 551-554.

VECCHIO, Silvana. The Good Wife. DUBY, Georges; PERROT, Michelle; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. (Ed.) *A History of Women - Silences of the Middle Ages*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, p. 105-135.

VIEIRA, Ana Carolina Delgado. [Dissertação de Mestrado]. *Como he doce cousa reinar – A construção de uma dinastia sob a ótica de Fernão Lopes*. Programa de Pós-Graduação em História Social; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.

WOODACRE, Elena (Ed.). *Queenship in the Mediterranean: negotiating the role of the Queen in the Medieval and Early Modern eras*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.

LIVRO DE ANEXOS

Sumário

Anexo I – Árvore Genealógica da Dinastia de Avis _____	207
Anexo II – Aparições de D. Filipa de Lencastre na Chancelaria de D. João I _____	208
Anexo III – Cronistas e Croniciados da Dinastia de Avis _____	221
Anexo IV – Cronologia das Obras da Literatura Moralizante Avisina _____	222
Anexo V – Índices da Crônica de D. João I _____	223
Vol. 1 _____	223
Vol. 2 _____	234
Vol. 3 (Crônica da Tomada de Ceuta) _____	245
Anexo VI – Reprodução de Capítulos Seleccionados da Crônica de D. João I _____	251
Vol. 2 _____	251
Vol. 3 (Crônica da Tomada de Ceuta) _____	291
Anexo VII – Reprodução da Bula <i>Divina Disponente Clementia</i> _____	341
Anexo VIII – Transcrição paleográfica da Bula <i>Divina Disponente Clementia</i> _____	342
Anexo IX – Tradução da Bula <i>Divina Disponente Clementia</i> _____	347
Anexo X – Transcrição do Tratado de Windsor _____	352
Anexo XI – Tradução do Tratado de Windsor _____	358
Anexo XII – Reprodução da Carta de D. Filipa de Lencastre a Henrique IV de Inglaterra _____	363
Anexo XIII – Transcrição da Carta de D. Filipa de Lencastre a Henrique IV de Inglaterra _____	364
Anexo XIV – Tradução da Carta de D. Filipa de Lencastre a Henrique IV de Inglaterra _____	366
Anexo XV – Tabela de Conversão de datas Julianas para Gregorianas _____	368
Anexo XVI – Mapa da Lisboa Medieval _____	369

ANEXO I

Árvore Genealógica da Dinastia de Avis

ANEXO II

Aparições de D. Filipa de Lencastre na Chancelaria de D. João I

VOLUME I					
LIVRO	COTA/PÁGINA	ESTADO	DESCRIÇÃO	LOCAL/DATA	NOTAS
Vol. I, Tomo 1	--	--	--	--	
Vol. I, Tomo 2	--	--	--	--	
Vol. I, Tomo 3	[1300], p. 184	Resumo	Doação do relego de Lamego a Beatriz Gonçalves de Moura, <u>aia da rainha D. Filipa</u> .	Porto, 17 de Abril de 1388	
VOLUME II					
LIVRO	COTA E PÁGINA	ESTADO	DESCRIÇÃO	LOCAL E DATA	NOTAS
Vol. II, Tomo 1	[II-36], p. 27	Completo	Couto da Quinta de Randulfe a Beatriz Gonçalves de Moura, <u>aia da Rainha</u>	Guimarães, 2 de Janeiro de 1390	
Vol. II, Tomo 1	[II-40], p. 29	Resumo	Carta de tença a Fernão Lopes de Abreu, <u>Reposteiro-mor da Rainha</u> (direitos sobre as “cabeças de judeus” em Elvas).	Coimbra, 6 de Fevereiro de 1390	
Vol. II, Tomo 1	[II-77], p. 47	Completo	Couto e honra de propriedades a Beatriz Gonçalves de Moura, <u>aia da Rainha</u> .	Coimbra, 27 de Março de 1390	
Vol. II, Tomo 1	[II-106], p. 61-62	Completo	Escambo de terra entre <u>D. João e D. Filipa</u> e Nuno Viegas, sobre propriedade em Aguiar de Neiva por quinta e terra em Aldeia Nova, no termo de Covilhã.	Évora, 2 de Fevereiro de 1389	Monarquia Compartilhada n°1
Vol. II, Tomo 1	[II-107]. p. 62-63	Completo	Carta de concessão de privilégio de administração do Mosteiro de Grijó e seus arredores, em Vila Nova de Gaia, a João Pereira <u>por mercê de D. João, D. Filipa e dos infantes</u> .	Lisboa, 17 de Fevereiro de 1389	Monarquia Compartilhada n°2

Vol. II, Tomo 1	[II-109], p. 64-65	Completo	Carta de quitamento de dívidas para com a Ordem de Avis, composta por D. João <u>em sembra</u> (em conjunto, com o apoio) da rainha D. Filipa	Braga, 6 de Janeiro de 1388	Monarquia Compartilhada n°3
Vol. II, Tomo 1	[II-239] p. 141-142	Completo	Decreto de conciliação entre os moradores da cerca e do arraial de Torres Novas acerca dos tributos e ofícios do Concelho <u>e do serviço prestado ao Rei e à Rainha</u>	Braga, 18 de Novembro de 1387	Monarquia Compartilhada n°4
Vol. II, Tomo 1	[II-261] p. 151-152	Completo	Carta de doação de terras em Cascais para o Doutor João das Regras <u>com a concordância da Rainha D. Filipa</u> visto que havia dúvida sobre uma doação do rei à rainha em Sintra	Coimbra, 8 de Agosto de 1387	Monarquia Compartilhada n°5
Vol. II, Tomo 1	[II-272] p. 157	Resumo	Apresentação do Chanceler da Rainha, Adam Port, na igreja de Santa Maria da Póvoa	Braga, 28 de Setembro de 1387	
Vol. II, Tomo 1	[II-333] p. 182-183	Completo	Doação, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa</u> , de propriedades em Óbidos a D. Pedro do Crato (Carta assinada pelo Rei, assinatura perdida na reforma de Afonso V.)	Lisboa, 30 de Abril de 1388	Monarquia Compartilhada n°6
Vol. II, Tomo 1	[II-367] p. 199-201	Completo	Revogação de sentença de D. Fernando sobre a suspensão de privilégios à Ordem de Avis na aldeia de Rio de Moinhos (<u>Carta assinada pelo Rei e pela Rainha, assinatura perdida na reforma de Afonso V.</u>)	Évora, 20 de Dezembro de 1388	Monarquia Compartilhada n°7
Vol. II, Tomo 1	[II-400] p. 214	Resumo	Doação de quinta e rendas da Quinta de Chaqueda, no termo de Santarém, a João Vicente, <u>porteiro da Rainha.</u>	Santarém, 10 de Agosto de 1390	
Vol. II, Tomo 1	[II-401] p. 214	Resumo	Doação de casas em Santarém a Margarida Esteves, <u>regueifeira da Rainha.</u>	Santarém, 8 de Agosto de 1390	
Vol. II, Tomo 1	[II-405] p. 216-217	Completo	Doação do padroado de São Salvador de Lisboa a D. João Bispo do Porto, <u>em sembra com a Rainha e com o infante D. Afonso.</u>	Leiria, 1° de Julho de 1391	Monarquia Compartilhada n° 8
Vol. II, Tomo 1	[II-440] p. 233	Resumo	Doação de casas em Lisboa a Vasco Afonso, <u>escrivão da cozinha da Rainha.</u>	Santarém, 12 de Outubro de 1390	
Vol. II, Tomo 1	[II-498] p. 262-263	Completo	Doação do padroado de São Cristóvão de Lisboa a D. Martinho Bispo de Coimbra, <u>em sembra com a Rainha e com o infante D. Afonso.</u>	Lisboa, 7 de Dezembro de 1390	Monarquia Compartilhada n° 9

Vol. II, Tomo 1	[II-578] p. 297-299	Completo	Doação do Reguengo de Cantanhede a D. Marinho e Teresa Vasquez Coutinha, <u>de autoria da própria Rainha Dona Filipa. A carta cita o selo pendente e a assinatura da Rainha, bem como o selo e assinatura do Rei, em confirmação da doação.</u> (Assinaturas e selos perdidos na reforma de D. Afonso V.)	Viseu, 27 de Janeiro de 1392	Monarquia Compartilhada n° 10; Documento de Autoria da Rainha n° 1
Vol. II, Tomo 1	[II-579] p. 299	Resumo	Confirmação de D. João I da doação do Reguengo de Cantanhede a D. Marinho e Teresa Vasquez Coutinha, <u>citado acima</u> .	Viseu, 2 de Fevereiro de 1392	Monarquia Compartilhada n° 11
Vol. II, Tomo 2	[II-639] p. 21-23	Completo	Confirmação de escambo de terras e propriedades entre o rei, a rainha, Gonçalo Vasquez Coutinho e o Abade de Santa Maria de Salzeda, <u>com consentimento da rainha</u>	Lisboa, 24 de Fevereiro de 1393	Monarquia Compartilhada n° 12
Vol. II, Tomo 2	[II-735] p. 65-67	Completo	Confirmação de escambo de terras e propriedades entre o rei, a rainha, Gonçalo Vasquez Coutinho e o Mosteiro, Abade e Convento de São João de Tarouca, <u>com consentimento da rainha</u>	Lisboa, 14 de Fevereiro de 1393	Monarquia Compartilhada n° 13
Vol. II, Tomo 2	[II-736] p. 67-68	Completo	Doação da quinta do Quinto, no termo de Trancoso, a Gonçalo Vasquez Coutinho, <u>com consentimento e outorgamento da rainha</u>	Lisboa, 12 de Fevereiro de 1393	Monarquia Compartilhada n° 14
Vol. II, Tomo 2	[II-740] p. 70-72	Completo	Carta de Mercê sobre a jurisdição da aldeia de Cambra, no termo de Gouveia a Fernão Gonçalves de Leiria, <u>com outorgamento da rainha</u>	Lisboa, 29 de Março de 1393	Monarquia Compartilhada n° 15
Vol. II, Tomo 2	[II-741] p. 72-73	Completo	Doação de casas e quintas em Coimbra para Fernão Gonçalves e Catarina Dias d'Albergaria por razão de casamento, <u>com outorgamento da rainha</u>	Lisboa, 1° de Março de 1393	Monarquia Compartilhada n° 16
Vol. II, Tomo 2	[II-742] p. 74-76	Completo	Doação de direitos sobre a aldeia de Algiraz para Fernão Gonçalves e Catarina Dias d'Albergaria por razão de casamento, <u>em conjunto com a rainha</u>	Lisboa, 29 de Março de 1393	Monarquia Compartilhada n° 17
Vol. II, Tomo 2	[II-826] p. 117-119	Completo	Decreto sobre autoridade e jurisdição em Óbidos, <u>direccionando o Concelho a tratar com os representantes da Rainha D. Filipa</u> .	Lisboa, 03 de Janeiro de 1395	Monarquia Compartilhada

					n° 18
Vol. II, Tomo 2	[II-897] p. 155	Completo	Carta de Privilégio de albergaria e hospital de Vila Real, <u>com a mercê do rei, da rainha e dos infantes.</u>	Vila Real, 12 de Outubro de 1395	Monarquia Compartilhada n° 19
Vol. II, Tomo 2	[II-916] p. 171-176	Completo	Decreto sobre a resolução da má-conduta de juízes e almoxarifes <u>do rei e da rainha</u> na terra de Perdogão.	Lisboa, 12 de Outubro de 1395	Monarquia Compartilhada n° 20
Vol. II, Tomo 2	[II-998] p.205-208	Completo	Carta de quitação das obrigações da comedoria do mosteiro de Alcobaça a pedido de Frei João de Dornelas, esmoler-mor e abade do mosteiro, sob <u>conselho e outorga da rainha D. Filipa, com assinatura e selo pendente de D. João e D. Filipa.</u> (Assinaturas e selos perdidos na reforma de Afonso V.)	Santarém, 28 de Abril de 1396	Monarquia Compartilhada n° 21
Vol. II, Tomo 2	[II-1001] p. 209-210	Completo	Carta de Privilégio aos moradores de Vila Verde e seu termo, <u>com acordo da Rainha e dos infantes.</u>	Santarém, 15 de Abril de 1396	
Vol. II, Tomo 2	[II-1015] p. 224-225	Completo	Carta de instrução sobre o reconhecimento dos alcaides das galés da cidade de Lisboa, <u>com instruções de conduta específica aos aposentadores do rei, da rainha e dos infantes.</u>	Lisboa, 16 de Julho de 1396	
Vol. II, Tomo 2	[II-1067] p. 254-255	Completo	Recibo de pagamento feito por Ruy Gonçalves de Azevedo <u>ao rei e à rainha</u> , por alguns bens em Óbidos.	Lisboa, 25 de Agosto de 1396	Monarquia Compartilhada n°22
Vol. II, Tomo 3	[II-1083] p. 22	Completo	Decreto de proibição de albergue não-autorizado <u>pelo rei, pela rainha e pelos infantes</u> na albergaria de São Silvestre de Santarém.	Évora, 6 de Fevereiro de 1397	Monarquia Compartilhada n°23
Vol. II, Tomo 3	[II-1090] p. 26	Completo	Carta de doação, <u>em sembra com a Rainha e o infante D. Duarte</u> , de terras em Figueiredo e Acequins para Pero Vasquez da Cunha, filho de Vasco Martins da Cunha e sua mulher D. Teresa.	Leiria, 12 de Abril de 1401	Monarquia Compartilhada n°24; 1° Documento com D. Duarte como Herdeiro
Vol. II, Tomo 3	[II-1125] p. 42-43	Completo	Carta de privilégios de albergaria para o rei, a rainha e os infantes para os cônegos da	Santarém, 15 de	

			alcáçova de Santarém	Junho de 1397	
Vol. II, Tomo 3	[II-1129] p. 45-46	Completo	Carta de doação da Quinta de Santa Maria do Pinhal ao Mosteiro da Batalha, <u>em nome do rei, da rainha e do infante D. Afonso</u>	Coimbra, 14 de Janeiro de 1398	Monarquia Compartilhada n°25
Vol. II, Tomo 3	[II-1136] p. 52-54	Completo	Carta de doação de terra e julgado de Oliveira do Conde, com jurisdição e confiscados do traidor João Fernandes Pacheco, a Gomes Martins de Lemos; <u>com conselho, acordo e consentimento da Rainha D. Filipa, juntamente com o infante D. Afonso.</u>	Porto, 12 de Abril de 1398	Monarquia Compartilhada n°26
Vol. II, Tomo 3	[II-1137] p. 54-55	Resumo	Doação de quintas de Gomes Martins de Lemos (<u>Documento completo assinado pelo rei, pela Rainha D. Filipa e pelo infante D. Afonso. Assinaturas perdidas na reforma de D. Afonso V</u>)	Porto, 12 de Abril de 1398	Monarquia Compartilhada n°27
Vol. II, Tomo 3	[II-1138] p. 55-57	Resumo	Doação de bens de João Fernandes Pacheco, localizados no termo de Lisboa, a Gonçalo Perez, <u>com acordo e consentimento da rainha D. Filipa e do infante D. Afonso.</u>	Porto, 10 de Abril de 1398	Monarquia Compartilhada n°28
Vol. II, Tomo 3	[II-1142] p. 58-60	Completo	Doação de bens de João Fernandes Pacheco, localizados em Santarém, a Martim Afonso de Merlo, <u>com acordo e consentimento da rainha D. Filipa e do infante D. Afonso.</u>	Arraial de Ponte de Lima, 2 de Maio de 1398	Monarquia Compartilhada n°29
Vol. II, Tomo 3	[II-1143] p. 60-61	Completo	Doação de bens de João Afonso Pimentel, localizados no Julgado de Celorico, a João Gil de Sedellos, <u>com acordo e consentimento da rainha D. Filipa e do infante D. Afonso.</u>	Arraial de Ponte de Lima, 2 de Maio de 1398	Monarquia Compartilhada n°30
Vol. II, Tomo 3	[II-1147] p. 62-64	Completo	Doação de bens de João Fernandes Pacheco, localizados em Sintra, a Gonçalo Lourenço (escrivão da puridade do rei), <u>com acordo e consentimento da rainha D. Filipa e do infante D. Afonso.</u>	Arraial de Soutomaior, 29 de Maio de 1398	Monarquia Compartilhada n°31
Vol. II, Tomo 3	[II-1173] p. 81-82	Completo	Doação de quinta e coutada no termo de Vila Real a Martim Lourenço Corvo, (<u>o documento vem com nota de que o rei mandou o documento de doação passar pelo ouvidor da Rainha, Rodrigo Eanes, para verificar se os bens eram ou não do desembargo da Casa das Rainhas.</u>)	Porto, 23 de Janeiro de 1399	Monarquia Compartilhada n°32
Vol. II, Tomo 3	[II-1219] p. 95-97	Completo	Doação de bens na vila de Cascais e no reguengo de Hueiras para o Doutor João das Regras, com <u>consentimento e outorga da Rainha D. Filipa e do Infante D. Afonso.</u>	Évora, 8 de Maio de 1397	Monarquia Compartilhada n°33

Vol. II, Tomo 3	[II-1224] p. 101-102	Completo	Doação de quinta a Afonso Anes Nogueira, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Afonso.</u>	Santarém, 30 de Junho de 1397	Monarquia Compartilhada n°34
Vol. II, Tomo 3	[II-1235] p. 109-111	Completo	Doação de parciais do Paço do Lumiar a Gonçalo Perez, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Afonso.</u>	Lisboa, 12 de Junho de 1399	Monarquia Compartilhada n°35
Vol. II, Tomo 3	[II-1244] p. 117-118	Completo	Proibição de pousio de pessoas não-autorizadas no hospital de São Vicente de Lisboa, <u>incluindo representantes do rei, da rainha D. Filipa e do infante D. Afonso.</u>	Lisboa, 1° de Setembro de 1399	Monarquia Compartilhada n°36
Vol. II, Tomo 3	[II-1248] p. 121-122	Completo	Doação de casas em Lisboa a Afonso Anes Nogueira, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Afonso.</u>	Lisboa, 6 de Junho de 1399	Monarquia Compartilhada n°37
Vol. II, Tomo 3	[II-1256] p. 125-126	Completo	Carta de privilégio aos contadores e escrivães da cidade de Lisboa. (<u>regulamentando os serviços que seriam realizados ao rei, à rainha e aos infantes</u>)	Évora, 6 de Fevereiro de 1399	
Vol. II, Tomo 3	[II-1336] p. 161-162	Completo	Doação dos bens do traidor Álvaro Coitado a Gonçalo Vasquez, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Afonso.</u>	Pias, 9 de Junho de 1400(?)	Monarquia Compartilhada n°38
Vol. II, Tomo 3	[II-1439] p. 199-201	Completo	Doação de casas em Lisboa a Ruy Garcia Mercador, <u>com acordo e consentimento da Rainha D. Filipa e do Infante D. Afonso.</u>	Santarém, 8 de Abril de 1400	Monarquia Compartilhada n°39
Vol. II, Tomo 3	[II-1444] p. 208-210	Completo	Doação de terras diversas a Gil Vasquez da Cunha, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte,</u> por serviços prestados à família real (Carta assinada e selada com o selo do rei).	Paços de Valada, 1° de Junho de 1402	Monarquia Compartilhada n°40; 2° Documento com D. Duarte como Herdeiro
Vol. II, Tomo 3	[II-1453] p. 215-217	Completo	Doação de bens de João Fernandes Pacheco, localizados em Leiria e Barbacena, a Martim Afonso de Melo, <u>com acordo e consentimento da rainha D. Filipa e do infante D. Afonso</u>	Porto, 1° de Outubro de 1398	Monarquia Compartilhada n°41
Vol. II, Tomo 3	[II-1455] p. 215-	Completo	Doação da Quinta de Randulfe, no termo de Chaves, a Mécia Vasquez Coutinha, <u>com</u>	Porto, 16 de	Monarquia

	217		<u>acordo e consentimento da rainha D. Filipa e do infante D. Afonso</u>	Outubro de 1398	Compartilhada n°42
Vol. II, Tomo 3	[II-1457] p. 220-221	Completo	Carta de privilégio do Hospital dos Palmeiros, na cidade do Porto, <u>regulamentando os serviços que seriam realizados ao rei, à rainha e aos infantes</u> (o documento vem com nota de que o rei mandou o documento de doação passar pelo ouvidor da Rainha, Rodrigo Eanes, para verificar se os bens eram ou não do desembargo da Casa das Rainhas).	Porto, 14 de Novembro de 1398	Monarquia Compartilhada n°43
Vol. II, Tomo 3	[II-1463] p. 225-226	Completo	Doação do padroado de Santa Maria de Vila Verde a Gonçalo Lourenço, escrivão da puridade do rei, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Afonso, com seu prazimento e consentimento.</u>	Porto, 17 de Outubro de 1398	Monarquia Compartilhada n°44
Vol. II, Tomo 3	[II-1473] p. 240-242	Completo	Doação de terras em Viana, Aguiar de Viana, Darque e Parthal ao filho bastardo do Rei, D. Afonso Conde de Barcelos, <u>com a dispensa e acordo da Rainha D. Filipa e do Infante D. Duarte</u>	Lisboa, 8 de Novembro de 1401	Monarquia Compartilhada n°45
Vol. II, Tomo 3	[II-1474] p. 242-244	Completo	Legitimação do filho bastardo do Rei, D. Afonso Conde de Barcelos. (o documento assegura a <u>proeminência política de todos os filhos de D. Filipa em relação ao Conde de Barcelos</u> . O rei legitima o filho mas não o põe para concorrer na lista de herdeiros.	Lisboa, 20 de Outubro de 1401	
Vol. II, Tomo 3	[II-1491] p. 249-250	Completo	Carta de privilégio aos clérigos de Coimbra. (regulamentando os serviços que seriam realizados ao rei, à rainha e aos infantes)	Santarém, 23 de Dezembro de 1402	
Vol. II, Tomo 3	[II-1510] p. 266-271	Completo	Carta de aforamento de localidades estratégicas a Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino, <u>em conjunto com a Rainha D. Filipa, D. Duarte, herdeiro do trono, e mais os infantes D. Pedro e D. Henrique</u> . Carta assinada pelo rei, pela rainha e pelos infantes <u>Duarte, Pedro e Henrique</u> , além do Arcebispo de Lisboa, do advogado João das Regras, de diversos membros do Conselho Real, o Chanceler Mor, o Escrivão da Puridade e o Vedor da Fazenda. Assinaturas perdidas na reforma de D. Afonso V.	Lisboa, 29 de Setembro de 1403	Monarquia Compartilhada n°46
VOLUME III					
LIVRO	COTA E PÁGINA	ESTADO	DESCRIÇÃO	LOCAL E DATA	NOTAS
Vol. III, Tomo 1	[III-161] p. 71-73	Completo	Doação de terra em Maia a Gil Vasquez da Cunha, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte.</u>	Paços de Valada, 1º de Junho de 1402	Monarquia Compartilhada n°47

Vol. III, Tomo 1	[III-164] p. 75-76	Completo	Escambo de terras feito entre o rei e a rainha e Gil Vasquez da Cunha, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Afonso.</u>	Santarém, 11 de Fevereiro de 1400	Monarquia Compartilhada n°48
Vol. III, Tomo 1	[III-173] p. 82-83	Completo	Escambo de propriedades em Lisboa feito entre o rei e a rainha e Diego Afonso Sardinha <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte.</u>	Lisboa, 7 de Janeiro de 1402	Monarquia Compartilhada n°49
Vol. III, Tomo 1	[III-174] p. 83	Incompleto	Doação de propriedades em Lisboa para Ruy Garcia Mercador <u>com acordo e consentimento da Rainha D. Filipa e do Infante D. Duarte.</u>	Local Incerto, Data Incerta [1402?]	Monarquia Compartilhada n°50
Vol. III, Tomo 1	[III-176] p. 85-86	Completo	Doação dos padroados das igrejas de Chilheiros e Abucellas a Gonçalo Vasquez de Melo <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte.</u>	Montemor o Novo, 23 de Abril de 1402	Monarquia Compartilhada n°51
Vol. III, Tomo 1	[III-209] p. 118-120	Completo	Doação de rendas da igreja de Salvaterra ao Mosteiro do Salvador de Lisboa (<u>com encomenda de missas semanais em honra da família real.</u>)	Porto, 6 de Setembro de 1394	
Vol. III, Tomo 1	[III-222] p. 133-134	Completo	Carta sobre a jurisdição da terra de Enxara, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Afonso.</u>	Porto, 5 de Outubro de 1394	Monarquia Compartilhada n°52
Vol. III, Tomo 1	[III-337] p. 214-215	Completo	Carta de Consentimento de moenda em Aveiro para Álvaro Gonçalves, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte.</u>	Aldeia Galega, 28 de Janeiro de 1406	Monarquia Compartilhada n°53
Vol. III, Tomo 1	[III-338] p. 215-216	Completo	Carta de Consentimento de moenda no Ribatejo para Álvaro Gonçalves, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte.</u>	Montemor o Novo, 2 de Fevereiro de 1405	Monarquia Compartilhada n°54
Vol. III, Tomo 1	[III-345] p. 222-223	Completo	Carta de Aforamento de herdade em Alenquer, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte.</u>	Lisboa, 2 de Janeiro de 1406	Monarquia Compartilhada n°55
Vol. III, Tomo 1	[III-346] p. 224-225	Completo	Doação de casas em Lisboa para Ruy Garcia Mercador <u>com acordo e consentimento da Rainha D. Filipa e do Infante D. Duarte.</u>	Santarém, 9 de Junho de 1406	Monarquia Compartilhada n°56

Vol. III, Tomo 1	[III-395] p. 256-257	Completo	Carta de Privilégio ao Mosteiro de Castro de Avelãs (<u>documento do rei lavrado por Rodrigo Anes, ouvidor da Rainha</u>)	Lisboa, 10 de Outubro de 1404	Monarquia Compartilhada n°57
Vol. III, Tomo 2	[III-470] p. 42-44	Completo	Escambo entre o rei e Gonçalo Vasquez Coutinho sobre terras em Mondim e Cinfães, <u>com acordo e consentimento da rainha e do infante D. Duarte.</u>	Aldeia Galega, 16 de Novembro de 1408	Monarquia Compartilhada n°58
Vol. III, Tomo 2	[III-475] p. 48-50	Completo	Confirmação de privilégios sobre a Vila de Pena a Gonçalo Vasquez Coutinho, <u>em sembra com a rainha e o infante D. Duarte.</u>	Lisboa, 11 de Setembro de 1408	Monarquia Compartilhada n°59
Vol. III, Tomo 2	[III-476] p. 51-52	Completo	Confirmação de doações de terras a Gonçalo Vasquez Coutinho, <u>em sembra com a rainha e o infante D. Duarte.</u>	Lisboa, 11 de Setembro de 1408	Monarquia Compartilhada n°60
Vol. III, Tomo 2	[III-477] p. 52-53	Completo	Escambo entre o rei e Gonçalo Vasquez Coutinho sobre terras em Monção, Caria e Rio Maior, <u>com acordo e consentimento da rainha e do infante D. Duarte.</u>	Lisboa, 9 de Outubro de 1408	Monarquia Compartilhada n°61
Vol. III, Tomo 2	[III-485] p. 59-61	Completo	Aforamento de herdade em termo de Alenquer a Diego Fernandez de Almeida, <u>em sembra com a rainha e os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique.</u>	Estremoz, 23 de Dezembro de 1408	Monarquia Compartilhada n°62
Vol. III, Tomo 2	[III-515] p. 74-77	Completo	Confirmação de doações de terras a Vasco Fernandez Coutinho, <u>em sembra com a rainha e o infante D. Duarte.</u>	Lisboa, 12 de Junho de 1408	Monarquia Compartilhada n°63
Vol. III, Tomo 2	[III-524] p. 86-87	Completo	Carta de Consentimento de moenda no Ribatejo para Gonçalo Lourenço, escrivão da puridade do rei, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte.</u>	Évora, 10 de Janeiro de 1409	Monarquia Compartilhada n°64
Vol. III, Tomo 2	[III-584] p. 114	Completo	Confirmação de compra de bens em Torres Vedras por Gomes Martins, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte.</u>	Santarém, 1º de Fevereiro de 1407	Monarquia Compartilhada n°65
Vol. III, Tomo 2	[III-585] p. 115-	Completo	Escambo de bens em Santarém com Pedro Eanes, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o</u>	Santarém, 9 de	Monarquia

	116		<u>Infante D. Duarte,</u>	Janeiro de 1407	Compartilhada n°66
Vol. III, Tomo 2	[III-590] p. 120-121	Completo	Doação da Quinta de Val de Azares a Ruy Vasquez Coutinho, <u>com acordo e consentimento da Rainha D. Filipa e do Infante D. Afonso</u>	Porto, 17 de Abril de 1398	Monarquia Compartilhada n°67
Vol. III, Tomo 2	[III-591] p. 122-124	Completo	Doação de terras e bens em Ferreira de Aves a Ruy Vasquez Coutinho, <u>com acordo e consentimento da Rainha D. Filipa e do Infante D. Afonso</u>	Porto, 16 de Abril de 1398	Monarquia Compartilhada n°68
Vol. III, Tomo 2	[III-591] p. 122-124	Completo	Doação de terras e bens em Celorico a Ruy Vasquez Coutinho, <u>com acordo e consentimento da Rainha D. Filipa e do Infante D. Afonso</u>	Porto, 17 de Abril de 1398	Monarquia Compartilhada n°69
Vol. III, Tomo 2	[III-596] p. 130-134	Completo	Escambo de bens com Ruy Vasquez de Refoios, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte,</u>	Santarém, 12 de Maio de 1407	Monarquia Compartilhada n°70
Vol. III, Tomo 2	[III-622] p. 150-151	Completo	Carta de consentimento de escambo de terras com Aires Gonçalves de Figueiredo, <u>com o consentimento, confirmação e aprovação da Rainha D. Filipa e do Infante D. Duarte,</u>	Santarém, 30 de Maio de 1407	Monarquia Compartilhada n°71
Vol. III, Tomo 2	[III-631] p. 161-163	Completo	Escambo de bens com Vicente Esteves Delgado, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte,</u>	Santarém, 8 de Abril de 1407	Monarquia Compartilhada n°72
Vol. III, Tomo 2	[III-644] p. 173-175	Completo	Carta de consentimento de escambo de terras entre o marechal Gonçalo Vasquez e o Mosteiro da Serzeda, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte.</u> (Carta assinada por D. João, D. Filipa e D. Duarte, assinaturas perdidas na reforma de Afonso V.)	Viseu, 29 de Janeiro de 1410	Monarquia Compartilhada n°73
Vol. III, Tomo 2	[III-756] p. 223	Resumo	Carta de legitimação de Tomás Port, filho de Adam Port, <u>chanceler da Rainha.</u>	Lisboa, 1° de Fevereiro de 1415	
Vol. III, Tomo 2	[III-802] p. 234-235	Completo	Doação de casas em Lisboa a João Afonso de Santarém, <u>em sembra com a Rainha D. Filipa e o Infante D. Duarte.</u>	Lisboa, 25 de Julho de 1410	Monarquia Compartilhada n°74
Vol. III, Tomo 2	[III-815] p. 246-	Completo	Escambo entre o rei e Gonçalo Vasquez Coutinho, <u>com acordo e consentimento da rainha e</u>	Évora, 23 de Março	Monarquia

	250		<u>do infante D. Duarte.</u>	de 1411	Compartilhada nº75
Vol. III, Tomo 3	[III-831] p. 12-14	Completo	Confirmação de doação de propriedades a Beatriz Gonçalves de Moura, aia da Rainha, <u>assinada por rei, rainha e infante D. Duarte.</u>	Santarém, 13 de Junho de 1411.	Monarquia Compartilhada nº76
Vol. III, Tomo 3	[III-841] p. 21-22	Completo	Carta de escambo entre o rei e Gonçalo Correia, dando a terra de Cunha, a Velha por terra de Valadares, <u>com consentimento da rainha e do infante D. Duarte, assinada por rei, pela rainha e pelo infante.</u>	Lisboa, 22 de Dezembro de 1402	Monarquia Compartilhada nº77
Vol III, Tomo 3	[III-844] p. 23-24	Completo	Carta de confirmação de doação de terras a Mem Rodrigues, <u>em sembra com a Rainha e o Infante D. Duarte.</u>	Lisboa, 29 de Dezembro de 1402	Monarquia Compartilhada nº78
Vol. III, Tomo 3	[III-875] p. 38-40	Completo	Carta de confirmação de doação de terras a João Gomes da Silva, alferes-mor do Rei, <u>em sembra com a Rainha e o Infante D. Duarte, carta assinada por rei, rainha e infante</u>	Lisboa, 27 de Fevereiro de 1412	Monarquia Compartilhada nº79
Vol. III, Tomo 3	[III-876] p.40-44	Completo	Doação de bens móveis que foram de Aires Gomes da Silva a João Gomes da Silva, alferes-mor do Rei, <u>em sembra com a Rainha e o Infante D. Duarte, carta assinada por rei, rainha e infante.</u>	Lisboa, 09 de Fevereiro de 1412	Monarquia Compartilhada nº80
Vol. III, Tomo 3	[III-877] p. 44-45	Completo	Confirmação dos privilégios da Vila de Vagos a João Gomes da Silva, alferes-mor do Rei, <u>em sembra com a Rainha e o Infante D. Duarte, carta assinada por rei, rainha e infante</u>	Lisboa, 26 de Fevereiro de 1412	Monarquia Compartilhada nº81
Vol III, Tomo 3	[III-921] 74-75	Completo	Carta de aforamento das acenhas de Alcântara a João de Óbidos, <u>em sembra com a rainha e o infante</u>	Sacavém, 5 de Fevereiro de 1415	Monarquia Compartilhada nº82; Ano de Morte de Filipa nº1
Vol III, Tomo 3	[III-925] p. 79-80	Completo	Carta de apenamento da terra de Maia a Leonor Gonçalves de Moura por Gil Vasques da Cunha, <u>em sembra com a Rainha e o Infante D. Duarte</u>	Sacavém, 28 de Maio de 1415	Monarquia Compartilhada nº83; Ano de Morte

					de Filipa nº2
Vol III, Tomo 3	[III-935] p. 89-92	Completo	Carta de Confirmação da eleição de Gonçalo Vasques Coutinho ao posto de senhor do Concelho de Pena. <u>No documento, o requerente solicita a mercê do rei, da rainha e do Infante D. Duarte para a confirmação de sua eleição.</u> Outorgamento feito após a morte da rainha.	Évora, 6 de Outubro de 1415.	Monarquia Compartilhada nº84; Ano de Morte de Filipa nº3; Doc. Post Mortem nº1
Vol. III, Tomo 3	[III-1072] p. 157-159	Completo	Carta de privilégio de colheitas ao Mestre de Avis, Frei Fernão Rodrigues, <u>em sembra com a rainha e o infante. Carta assinada pelo rei, pela rainha e pelo infante D. Duarte.</u>	Santarém, 13 de Fevereiro de 1414	Monarquia Compartilhada nº85
Vol. III, Tomo 3	[III-1124] p. 189-191	Completo	Carta de Doação da jurisdição de Resende a Vasco Martins de Resende, ainda que menor de idade, em virtude da morte de seu pai, Martim Vasques de Resende. <u>Doação feita em sembra com a rainha e o infante D. Duarte.</u>	Sintra, 9 de Dezembro de 1414	Monarquia Compartilhada nº86
Vol. III, Tomo 3	[III-1182] p. 235	Completo	Carta de doação do lugar, privilégios e jurisdição de Alvaizar à Infante D. Isabel, <u>tal como pertenceram à finada Rainha D. Filipa.</u>	Santarém, 14 de Setembro de 1416	Transferência de poder Filipa/Isabel nº1
VOLUME IV					
LIVRO	COTA E PÁGINA	ESTADO	DESCRIÇÃO	LOCAL E DATA	NOTAS
Vol. IV, Tomo 1	[IV-329] 198-202	Completo	Carta de confirmação de doação prévia de casas em Lisboa a D. Fernando, Arcebispo de Braga. Carta menciona que a doação teria sido feita com <u>outorgamento e juramento da finada Rainha D. Filipa e do Infante D. Afonso.</u>	Montemor o Novo, 14 de Janeiro de 1422	Monarquia Compartilhada nº87; Doc. Post Mortem nº2
Vol. IV, Tomo 1	[IV-338] p. 214-215	Completo	Carta de doação de bens a Afonso Vasques, reposteiro-mor da infanta D. Isabel, <u>por serviços prestados à finada D. Filipa e à D. Isabel.</u>	Évora, 23 de Agosto de 1421	Doc. Post. Mortem nº3
Vol. IV, Tomo 1	[IV-363] p. 238-241	Completo	Carta de sentença de querela entre Fernão Vasques da Cunha – e sua esposa – e Leonor Gonçalves de Moura sobre o apenamento da terra de Maia feito <u>pelo rei, pela rainha e pelo</u>	Montemor o Novo, 5 de Dezembro de	Doc. Post Mortem nº4

			<u>infante D. Duarte à dita Leonor.</u>	1421	
Vol. IV, Tomo 2	[IV-428] p. 21-23	Completo	Carta de transmissão de bens que foram doados a João Fernandes Pacheco a seu filho, Álvaro Fernandes de Almeida. A primeira doação fora feita <u>com acordo e consentimento da rainha e do Infante D. Afonso.</u>	Lisboa, 15 de Outubro de 1423.	Doc. Post Mortem n°5
Vol. IV, Tomo 2	[IV-484] p. 58-59	Completo	Carta de privilégios de moinho na Vila de Torres Novas ao Conde D. Pedro de Meneses, em sembra com o infante D. Duarte e a infanta D. Isabel, senhora de Torres Novas. O Conde D. Pedro baseia-se em carta assinada pelo rei, pela rainha e pelos infantes. <u>D. João refere-se à Filipa como “Rainha minha mulher e madre dos dictos meus filhos que deus em sua sancta gloria aja”</u>	Torres Novas, 19 de Maio de 1424.	Doc. Post Mortem n°6
Vol. IV, Tomo 2	[IV-585] p. 110-112	Completo	Confirmação de posse de herança a Beatriz Coutinha, filha dos vassalos reais Fernão Coutinho e Beatriz Gonçalves de Moura, ainda que seja mulher.	Sintra, 26 de Agosto de 1426.	
Vol. IV, Tomo 2	[IV-781] p. 212-213	Completo	Carta de transmissão da jurisdição das terras da finada Rainha D. Filipa para D. Leonor de Aragão, esposa do infante D. Duarte.	Óbidos, 29 de Setembro de 1430.	
FIM DA LISTAGEM – 111 DOCUMENTOS					

ANEXO III

Cronistas e Croniciados da Dinastia de Avis

PERÍODO	REINADO	CRONISTAS	CRÓNICAS
1385 – 1433	D. João I	Fernão Lopes Croniciado: 1419 – 1451 Sob D. João I: 1419 – 1433 Sob D. Duarte: 1433 – 1438 Sob D. Afonso V: 1438 – 1451	Crônica de D. Pedro I Crônica de D. Fernando I Crônica de D. João I (v. I e II)
1433 – 1438	D. Duarte		
1438 – 1481	D. Afonso V	Gomes Eanes de Zurara Croniciado: 1451 – 1490 Sob D. Afonso V: 1451 – 1481 Sob D. João II: 1451 – 1490	Crônica da Tomada de Ceuta (Crônica de D. João I v. III) Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné + 2
1481 – 1495	D. João II	Rui de Pina Croniciado: 1490 – 1521 Sob D. João II: 1490 – 1495 Sob D. Manuel I: 1495 – 1521	Crônica de D. Sancho I Crônica de D. Afonso II Crônica de D. Sancho II Crônica de D. Afonso III Crônica de D. Dinis Crônica de D. Afonso IV Crônica de D. Duarte Crônica de D. Afonso V Crônica de D. João II Crônica de D. Manuel I (inacabada)
1495 – 1521	D. Manuel I		Crônica de D. Afonso Henriques
1521 – 1557	D. João III	Damião de Góis Croniciado: 1548 – 1567 Sob D. João III 1548 – 1557 Sob D. Sebastião 1557 – 1567	Crônica de D. Manuel I
1557 – 1578	D. Sebastião		
1578 – 1580	D. Henrique I	-	-

ANEXO IV

Cronologia das Obras da Literatura Moralizante Avisina

PERÍODO	OBRA	AUTOR	REINADO
1415 - 1433	<i>Livro de Montaria</i>	D. João I	D. João I
1419 - 1434	<i>Crônica de D. Pedro I</i>	Fernão Lopes	D. João I
1436 - 1443	<i>Crônica de D. Fernando</i>	Fernão Lopes	D. João I
1433	<i>Crônica de D. João, v. I</i>	Fernão Lopes	D. Duarte
1433	<i>Crônica de D. João, v. II</i>	Fernão Lopes	D. Duarte
1433	<i>Livro da Virtuosa Benfeitoria</i>	D. Pedro, Duque de Coimbra / Frei João da Verba	D. Duarte
1433 - 1438	<i>Leal Conselheiro</i>	D. Duarte	D. Duarte
1433 - 1438	<i>Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela</i>	D. Duarte	D. Duarte
1450	<i>Crônica de D. João, v. III (ou Crônica da Tomada de Ceuta)</i>	Gomes Eanes de Zurara	D. Afonso V
1453	<i>Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné</i>	Gomes Eanes de Zurara	D. Afonso V
1453 - 1455	<i>Copias del Menesprecio y Contemto de las Cosas Hermosas</i>	Condestável D. Pedro	D. Afonso V
1490 - 1522	<i>Crônica de D. Sancho I</i>	Rui de Pina*	D. João II / D. Manuel I
1490 - 1522	<i>Crônica de D. Afonso II</i>	Rui de Pina*	D. João II / D. Manuel I
1490 - 1522	<i>Crônica de D. Sancho II</i>	Rui de Pina*	D. João II / D. Manuel I
1490 - 1522	<i>Crônica de D. Afonso III</i>	Rui de Pina*	D. João II / D. Manuel I
1490 - 1522	<i>Crônica de D. Dinis</i>	Rui de Pina*	D. João II / D. Manuel I
1490 - 1522	<i>Crônica de D. Afonso IV</i>	Rui de Pina*	D. João II / D. Manuel I
1490 - 1522	<i>Crônica de D. Duarte</i>	Rui de Pina	D. João II / D. Manuel I
1490 - 1522	<i>Crônica de D. Afonso V</i>	Rui de Pina	D. João II / D. Manuel I
1490 - 1522	<i>Crônica de D. João II</i>	Rui de Pina	D. João II / D. Manuel I
1501	<i>Crônica de D. Afonso Henriques</i>	Duarte Galvão	D. Manuel I
1516	<i>Cancioneiro Geral</i>	Garcia de Resende	D. Manuel I
1566 - 1567	<i>Crônica de D. Manuel I</i>	Damião de Góis	D. João III / D. Sebastião
1572	<i>Os Lusíadas</i>	Luís de Camões	D. Sebastião

ANEXO V

Índices da Crônica de D. João I

TRANSCRIÇÃO DO INDEX DA CRÔNICA DE D. JOÃO I – VOL. 1

INDEX DOS CAPITVLOS, QVE SE CONTEM

nesta primeira parte da Cronica DelRey Dom IOAM o Pri-

meiro de boa memoria de Portugal.

Cap. 1. _____	fol. 1
<i>Rezoens em Prologo do Autor desta obra ante que fale dos feitos do Mestre</i>	
Cap. 2. _____	fol. 3
<i>Como o Cõde ouuera de fer morto por vezes, & nenhũa ouue azo de se acabar</i>	
Cap. 3. _____	fol. 5
<i>Como algũs ordenarão de o Cõde fer morto, & porque azo fenaõ fez</i>	
Cap. 4. _____	fol. 6
<i>Como ElRey mandaua matar o Conde Iohão Fernandez, & porque se leixou de fazer</i>	
Cap. 5. _____	fol. 8
<i>Como o Conde Ioão Fernandez ouuera de fer morto & porque azo se defuiou de sua morte</i>	
Cap. 6. _____	fol. 10
<i>Como se àzou a morte do Conde Iohaõ Fernandez, & quem falou em ello primeiro</i>	
Cap. 7. _____	fol. 12
<i>Como Aluoro Paez falou com o Mestre sobre a morte do Conde Iohaõ Fernandez, & do acordo, em que ambos ficaram</i>	
Cap. 8. _____	fol. 13
<i>Como o Conde Iohão Fernandez veo do saymento DelRey, & o Mestre foy ordenado por fronteiro em riba de Odiana</i>	
Cap. 9. _____	fol. 15
<i>Como foi ordenada a morte do Conde Iohão Fernandez, como o Mestre partio de Lisboa fem leuando intenção de o matar</i>	
Cap. 10. _____	fol. 17
<i>Como o Mestre tornou a Lisboa, & de que guisa matou ao Conde Iohão Fernandez</i>	
Cap. 11. _____	fol. 21
<i>Do que a Rainha disse por a morte do Cõde, & doutras coufas</i>	
Cap. 12. _____	fol. 22
<i>Do alvoroço que foi na Cidade cuidando que matauam o Mestre, & como alaa foi Aluoro Paez, & muytas gentes com elle</i>	
Cap. 13. _____	fol. 25
<i>Como o Bispo de Lisboa, & outros forão mortos, & lançados da torra da Sè afundo</i>	
Cap. 14. _____	fol. 28
<i>Como o Mestre depois que comeo foy pedir perdam á Rainha, & das rezoens que foram faladas</i>	

Cap. 15. _____	fol. 31
<i>Como os da Cidade quizeram roubar os iudeus, & o Mestre os defendeo, que lhe não foi feito</i>	
Cap. 16. _____	fol. 33
<i>Que maneira tinha a Rainha Dona Lianor com o Mestre, & alguns outros, a que nam tinha bom desejo</i>	
Cap. 17. _____	fol. 34
<i>Como a Rainha partio de Lisboa pera Alanquer, & que maneira teue em sua partida</i>	
Cap. 18 e 19. _____	fol. 35
<i>Como o Mestre guisaua pera se hir pera Ingraterra, & como pedio perdão a Vasco Porcalho</i>	
Cap. 20. _____	fol. 37
<i>Por quaes rezoens os da Cidade differam ao Mestre, que ficasse no Reyno, & o tomariam por fenhor</i>	
Cap. 21. _____	fol. 38
<i>Das rezoens, que os da Cidade dezião ao Mestre, porque se nam deuia de partir</i>	
Cap. 22. _____	fol. 40
<i>Da maneira, que a Rainha ordenou pera matar o Mestre quando foubes, que queria partirse pera Ingraterra</i>	
Cap. 23. _____	fol. 41
<i>Das rezoens, que Aluoro Vazquez ouue com o Mestre sobre sua partida pera Ingraterra</i>	
Cap. 24. _____	fol. 42
<i>Como Frey Iohão da Barroca veyo a Lisboa, & da maneira de seu viver</i>	
Cap. 25. _____	fol. 44
<i>Como o Mestre falou cõ Frey Iohão da Barroca, & da reposta, que lhe elle disse</i>	
Cap. 26. _____	fol. 45
<i>Como foy acordado de enuiar à Rainha cometer casamento com o Mestre, & segurança pera os da Cidade</i>	
Cap. 27. _____	fol. 47
<i>Como o Mestre outorgou de ficar por Regedor, & Defensor do Reyno, & do que foy falado na Camara da Cidade sobre sua ficada delle</i>	
Cap. 28. _____	fol. 50
<i>Como o Mestre tomou officiaes pera sua casa, & que ditado ordenou de se porem nas cartas</i>	
Cap. 29. _____	fol. 53
<i>Como o Infante Dom Iohão foubes, que o Mestre seu Irmão se chamaua Regedor, & Defensor do Reyno, & a maneira, que em ello teue</i>	
Cap. 30. _____	fol. 53
<i>Do recado, que a Rainha mandou a Gonçalo Vazquez de Azeuedo, ante que partisse pera Sanctarem, & das rezoens, que disse aos do lugar</i>	
Cap. 31. _____	fol. 55
<i>Como a Rainha partio de Alanquer pera Sanctarem, & das rezoens, que disse aos do lugar, ante que partisse</i>	
Cap. 32. _____	fol. 56
<i>Rezoens do Autor desta obra anteque fale de Nuno Aluarez</i>	
Cap. 33. _____	fol. 58
<i>De que linhagem descendeo este Nuno Aluarez, & quem foy seu padre</i>	

Cap. 34. _____	fol. 59
<i>Como Nuno Aluarez foy trazido à Corte DelRey Dom Fernando, como tomou as primeiras armas da mão da Rainha D. Lianor</i>	
Cap. 35. _____	fol. 61
<i>Como o Priol cometeo a seu filho, que quisesse casar, & como em ello consentio, & casou com Dona Lianor Aluim</i>	
Cap. 36. _____	fol. 63
<i>Como Nuno Aluarez partio pera sua casa & da maneira do seu viver</i>	
Cap. 37. _____	fol. 64
<i>Como Nuno Aluarez foubre que o Conde Iohão Fernandez era morto, & das rezoens, que ouue com seu irmão fobre ello</i>	
Cap. 38. _____	fol. 66
<i>Como Nuno Aluarez descobrio aos seus, que se queria ir a Lisboa pera servir ao Mestre</i>	
Cap. 39. _____	fol. 68
<i>Como Nuno Aluarez chegou a Lisboa, & das rezoens, que disse ao Mestre</i>	
Cap. 40. _____	fol. 69
<i>Como sua Madre de Nuno Aluarez vinha pera toruar seu filho do serviço do Mestre, & do que fobre ello ouue</i>	
Cap. 41. _____	fol. 70
<i>Como o Mestre falou com os do seu Concelho fobre sua ficada, ou partida do Reyno</i>	
Cap. 42. _____	fol. 71
<i>Como o Mestre quizera combater o Castello, & como o cobrou sem combate</i>	
Cap. 43. _____	fol. 75
<i>Como foy tomado o Castello de Beja, & morto o Almirante Mice Lançarote</i>	
Cap. 44. _____	fol. 78
<i>Como o Castello de Portalegre, & Estremoz foram tomados</i>	
Cap. 45. _____	fol. 79
<i>Como o Alcayde de Euora quizera ter voz por a Rainha, & foi tomado o Castello pelos da Cidade</i>	
Cap. 46. _____	fol. 81
<i>Como os da Cidade se leuarantarão contra a Abbadeffa, & do jeito, que tiuerão em a tomar</i>	
Cap. 47. _____	fol. 83
<i>Como foi lançado voz pelo Mestre na Cidade do Porto, & da maneira, que o pouo em ello teue</i>	
Cap. 48. _____	fol. 85
<i>Porque rezoens enuiou o Mestre embaixadores a Ingraterra, & da reposta, que lhe de là veyo</i>	
Cap. 49. _____	fol. 89
<i>Como a Cidade de Lisboa deu um serviço ao Mestre, pera ajuda de fazer moeda</i>	
Cap. 50. _____	fol. 90
<i>Como o Mestre ordenou de fazer moeda, & de que liga, & talho foi feita</i>	
Cap. 51. _____	fol. 92
<i>Como o Mestre deu lugar a alguns, que lauraffem moeda, & poz mâtimento a muitas peffoas</i>	
Cap. 52. _____	fol. 93
<i>Como os da Villa de Almada tomarão voz pelo Mestre, & como foi fobre Alanquer</i>	

Cap. 53. _____	fol. 95
<i>Como ElRey de Castella mandou prender conde Dom Affonso seu irmão</i>	
Cap. 54. _____	fol. 95
<i>Como ElRey de Castella mandou prender o Infante Dom Ioão de Portugal</i>	
Cap. 55. _____	fol. 97
<i>Como ElRey fez em Toledo exequias por ElRey Dom Fernando & da maneira que em ellas teue</i>	
Cap. 56. _____	fol. 98
<i>Do que aconteceo quando alçarão pendão por ElRey de Castella</i>	
Cap. 57. _____	fol. 99
<i>Como ElRey teue conselho se era bem entrar em Portugal, & como determinou de o fazer</i>	
Cap. 58. _____	fol. 101
<i>Como o Bispo da Guarda disse a ElRey, que lhe daria a Cidade, & como ElRey determinou em toda guisa de entrar no Reyno</i>	
Cap. 59. _____	fol. 103
<i>Como ElRey de Castella entrou em Portugal, & de alguns fidalgos que se vieram pera elle</i>	
Cap. 60. _____	fol. 104
<i>Das rezoens, que Breatiz Gõçaluez disse a seu filho, por nam dar os castellos, que tinha, a ElRey</i>	
Cap. 61. _____	fol. 106
<i>Do recado, que mandou a Rainha Dona Lianor a alguns Concelhos depois da morte do Conde Iohão Fernandez</i>	
Cap. 62. _____	fol. 107
<i>Como a Rainha escreveu a ElRey de Castella que entrasse no Reyno, & a tenção porque o fez</i>	
Cap. 63. _____	fol. 108
<i>Como ElRey de Castella seguiu seu caminho, & chegou a Sãctarẽ</i>	
Cap. 64. _____	fol. 110
<i>Como se o Mestre tornou de Alanquer pera Lisboa</i>	
Cap. 65. _____	fol. 110
<i>Como ElRey falou à Rainha & a leuou consigo aoMoesteiro, onde poufaua</i>	
Cap. 66. _____	fol. 112
<i>Como ElRey ordenou de se vir pera a Vila, & da maneira, como entrou no lugar</i>	
Cap. 67. _____	fol. 114
<i>Da maneira, que ElRey teue com os Dezembargadores da justiça, & como misturou suas armas com as de Portugal</i>	
Cap. 68. _____	fol. 116
<i>Dos fidalgos, & caualeiros, que estauam com ElRey em Sanctarem, & do que aueo a Gonçalo Vazquez cõ o foldo, que mādou pagar aos seus</i>	
Cap. 69. _____	fol. 119
<i>Dos lugares, que tomaram voz por Castella em todas Comarcas do Reyno</i>	
Cap. 70. _____	fol. 121
<i>Como foram filhados os nauios de peſcado, que vinhaõ de Galliza</i>	

Cap. 71. _____	fol. 123
<i>Como o Conde de Mayorca mādou defafiar o Mefire, & como Nuno Aluarez refpondeo a ello</i>	
Cap. 72. _____	fol. 125
<i>Como Nuno Aluarez foi atrauez de Cintra â forragẽ, & algũs Capitães de Caftella chegarão ao Lumiar</i>	
Cap. 73. _____	fol. 126
<i>Como o Mefire teue ordenado de hir a Sanctarem peleijar com ElRey de Caftella, & porque azo fe não fez</i>	
Cap. 74. _____	fol. 127
<i>Como a Rainha efcreueo ao Cõde Dom Gonçalo feu irmão, que deffe Coimbra a ElRey de Caftella</i>	
Cap. 75. _____	fol. 129
<i>Do que aueyo a alguns da Cidade, que fahirão fora a peleijar com os Caftellaõs</i>	
Cap. 76. _____	fol. 130
<i>Das rezoens, que Nuno Aluarez diffê ao Conde Dom Aluoro Pirez de Castro, & a feu filho, & como o Mefire ordenou de hir a peleijar com os Capitaens de Caftella, que eftauão no Lumear</i>	
Cap. 77. _____	fol. 132
<i>Porque fe gerou o deſprazimento entre a Rainha Dona Lianor com ElRey de Caftella</i>	
Cap. 78. _____	fol. 133
<i>Como ElRey partio de Sanctarem caminho de Coimbra com intenção de a cobrar</i>	
Cap. 79. _____	fol. 134
<i>Como ElRey chegou a Coimbra, & dalgũas coufas, que lhe aconteceram</i>	
Cap. 80. _____	fol. 136
<i>Das rezoens, que Dona Briatiz de Caftro falou com Affonfo Anriquez, & do que elle refpondeo</i>	
Cap. 81. _____	fol. 137
<i>Das rezoens que a Rainha ouue com o Conde dom Gonçalo feu irmão</i>	
Cap. 82. _____	fol. 139
<i>Das falas que fe tratauão entre o Conde Dom Gonçalo irmão da Rainha, & o Conde D. Pedro</i>	
Cap. 83. _____	fol. 141
<i>Como foy ſabido, o que o Conde Dom Pedro queria fazer, & como fogio, & fe foi pera o Porto</i>	
Cap. 84. _____	fol. 143
<i>Das rezoens que ElRey, & a Rainha Dona Briatiz ouueram fobre eſte feito</i>	
Cap. 85. _____	fol. 145
<i>Como a Rainha Dona Lianor foy leuada pera Caſtella</i>	
Cap. 86. _____	fol. 146
<i>Do recado, que os de Alãquer enuiaram ao Mefire, & da repofita, que fobre ello deu</i>	
Cap. 87. _____	fol. 147
<i>Como ElRey partio de Sanctarem, & do conſelho, que ouue fe cercaria Lisboa</i>	
Cap. 88. _____	fol. 149
<i>Como o Mefire ordenou por Fronteiro dantre Tejo & Odiana Nuno Aluarez Pereira</i>	
Cap. 89. _____	fol. 149
<i>Da bandeira que Nuno Aluarez mandou fazer, & do poder, que lhe o Mefire deu</i>	

Cap. 90. _____	fol. 150
<i>Das rezoens que o Mestre disse a Nuno Aluarez, & como se espedio dele</i>	
Cap. 91. _____	fol. 151
<i>De hũa facaria, que Nuno Aluarez fez pera aprovar os seus, de que efforço eram</i>	
Cap. 92. _____	fol. 153
<i>De que guisa Nuno Aluarez escolheo dos seus os que tomou pera seu conselho</i>	
Cap. 93. _____	fol. 156
<i>Como Nuno Aluarez mandou chamar algũas gentes, & das rezoẽs, que propoz a todos</i>	
Cap. 94. _____	fol. 158
<i>Da reposta, que a Nuno Aluarez foy dada, como todos outorgaraõ de fer com elle na batalha</i>	
Cap. 95. _____	fol. 160
<i>Das rezoens, que Nuno Aluarez ouue cõ Ruy Gonçalvez</i>	
Cap. 96. _____	fol. 162
<i>Como Nuno Aluarez poz batalha aos Castellaõs, e os vêceo</i>	
Cap. 97. _____	fol. 166
<i>Como Nuno Aluarez cobrou Arronches & Alegrete</i>	
Cap. 98. _____	fol. 168
<i>De hũa entrada, que os Portuguezes fizeraõ por Castella, & do roubo que tomaraõ</i>	
Cap. 99. _____	fol. 169
<i>Como Vafco Porcalho foy lançado de Villa Viçofa, por fofpeita, que dele tomaraõ</i>	
Cap. 100. _____	fol. 171
<i>Como o Mestre mãdou entregar a Vafco Porcalho o Castello, como antes tinha</i>	
Cap. 101. _____	fol. 172
<i>Como Vafco Porcalho prendeo Aluoro Gonçalvez por arte</i>	
Cap. 102. _____	fol. 174
<i>Como os Portuguezes pelejaram, & os venceraõ, & desbaratarãõ</i>	
Cap. 103. _____	fol. 178
<i>Como foy liure Aluoro Gonçalvez Coitado da prizam & desbaratados os Castellãõs que o leuauam</i>	
Cap. 104. _____	fol. 181
<i>Como Pero Rodriguez foy acorrer aluoro Coitado, que o nam prendefem os Castellãõs</i>	
Cap. 105. _____	fol. 183
<i>Como Vafco Porcalho foy correr ao Alandroal & da preza que tomou</i>	
Cap. 106. _____	fol. 184
<i>Como Pero Rodriguez da Fonfeca lançou huma cilada aos do Alandroal & do que lhe aueyo</i>	
Cap. 107. _____	fol. 186
<i>Como Payo Rodriguez Marinho prendeo Gyl Fernandez de Eluas</i>	
Cap. 108. _____	fol. 187
<i>Como Gyl Fernandez foy pelear a Castella, & do que lhe aueyo</i>	
Cap. 109. _____	fol. 188
<i>Como Gyl Fernandez pelejou com Payo Rodriguez Marinho & foy desbaratado & morto</i>	
Cap. 110. _____	fol. 190
<i>Dalgumas naos de Genoua, que o Mestre cobrou a seu poder: E como combateo Alanquer & naõ foy tomado</i>	
Cap. 111. _____	fol. 192

<i>Como o Mestre mandou armar certas galès em Liſboa</i>	
Cap. 112. _____	fol. 193
<i>Como foy entregue o eſtandarte a Gonçalo Rodriguez, & partio a frota pera o Porto</i>	
Cap. 113. _____	fol. 195
<i>Como eſcaramuçaram os Caſtellãos com os Portugueſes & foy hi prezo Iohão Ramirez de Arelhano</i>	(185*)
Cap. 114. _____	fol. 196
<i>Como ElRey chegou fobre a Cidade & do combate que lhe deu</i>	(186*)
Cap. 115. _____	fol. 199
<i>Como ElRey de Caſtella chegou fobre Liſboa, & como aſſentou ſeu arrayal fobre ella</i>	
Cap. 116. _____	fol. 202
<i>Porque guiſa eſtaua a Cidade corregida pera ſe defêder quando ElRey de Caſtella poz cerco ſobre ella</i>	
Cap. 117. _____	fol. 206
<i>Como foy tomado Ourem & preſo Diogo Lopez Pacheco & dado por elle Iohão Ramirez de Arelhano</i>	
Cap. 118. _____	fol. 208
<i>Dos Capitaës, que êtraraõ com o Arcebiſpo a correr em Portugal, & como foy preſo Fernando Affonſo de Camora</i>	
Cap. 119. _____	fol. 210
<i>Do conſelho, que o Arcebiſpo ouue com os ſeus, & como foy cercar o Porto</i>	
Cap. 120. _____	fol. 211
<i>Como os do Porto ſahiraõ fora pera pelejarem com os Gallegos</i>	(221*)
Cap. 121. _____	fol. 212
<i>Como as gales de Liſboa chegaram ao Porto, & ſe ajuntarão as gentes delas com as da Uilla pera pelejar com os Gallegos</i>	(222*)
Cap. 122. _____	fol. 214
<i>Como os Portugueſes eſcaramuçaram com os Gallegos & ſe foy o Arcebiſpo</i>	
Cap. 123. _____	fol. 215
<i>Como Ruy Pereira diſſe ſua menſagem aos do Porto, & a reſpoſta que lhe deram</i>	
Cap. 124. _____	fol. 217
<i>Do recado, que os do Porto enuiaram ao Conde D. Gonçalo & da reſpoſta que a ello deu</i>	
Cap. 125. _____	fol. 220
<i>Como as gales foram corer a coſta de Galliza, & do que lhe aueyo em ſua viagẽ</i>	
Cap. 126. _____	fol. 223
<i>Como Nuno Aluarez ouuera de hir na frota, & porque rezaõ nam entrou nella</i>	
Cap. 127. _____	fol. 224
<i>Como Nuno Aluarez ordenou de partir de Coimbra, & do que lhe aſſi aueio</i>	
Cap. 128. _____	fol. 225
<i>Como a Nuno Aluarez lhe aueio com Dom David Algaduxe fobre dinheiros que lhe quizeram dar</i>	
Cap. 129. _____	fol. 226
<i>Como Nuno Aluarez pelejou com algũs Caſtellãos & os deſbaratou</i>	
Cap. 130. _____	fol. 228
<i>Do conſelho que ElRey de Caſtella ouue com os ſeus, em que guiſa pelejaria com a frota de Portugal</i>	

Cap. 131. _____	fol. 231
<i>Das rezoës que Pero Fernandez de Valhaſco diſſe, porque não era bem, que a ſua frota pelejaſſe com a de Portugal, & do que ElRey reſpõdeo ſobre ello</i>	
Cap. 131*. _____	fol. 233
<i>Como a frota do Porto chegou a Caſcaes & da maneira que o Meſtre lhe mandou que tiueſſem</i>	
Cap. 132. _____	fol. 235
<i>Como foi ſabido por a Cidade que a frota vinha & do que as gentes por ello faziaõ</i>	
Cap. 133. _____	fol. 236
<i>Como algũas naos pelejaram com as de Caſtella & foram tomadas três dos Portugueſes</i>	
Cap. 134. _____	fol. 240
<i>Como trouueram a ElRey hũ dos eſcudeiros que foram prezos, & das rezoens que ouue em ello</i>	
Cap. 135. _____	fol. 241
<i>Como nam pelejou mais a frota com a de Caſtella & como ElRey mandou combater Almada</i>	
Cap. 136. _____	fol. 244
<i>Das couſas, que paſſauam os de Almada por mingoa dagoa</i>	
Cap. 137. _____	fol. 246
<i>Como os de Almada deraõ a Villa a ElRey de Caſtella</i>	
Cap. 138. _____	fol. 247
<i>Como foi deſcuberto ao Meſtre o que Dõ Pedro tinha ordenado & da maneira que em ello teue</i>	
Cap. 139. _____	fol. 251
<i>Como as gales de Caſtella quizeram tomar as de Portugal, & do que ſobre ello aconteeo</i>	
Cap. 140. _____	fol. 259
<i>De algũas couſas que aconteceram aos da Cidade com os do arrayal jazendo cercados</i>	
Cap. 141. _____	fol. 258
<i>Como ElRey enuiou cometer auença ao Meſtre, & das rezoens, que ſobre ello paſſaram</i>	
Cap. 142. _____	fol. 262
<i>Como o Meſtre determinou com os do ſeu Conſelho de pelear com ElRey de Caſtella</i>	
Cap. 143. _____	fol. 265
<i>Como Nuno Aluarez determinou de tomar a Monçaraz por arte, & de que guiſa foi filhado</i>	
Cap. 144. _____	fol. 267
<i>Do recado, que Iohão Rodriguez de Caſtanheda mãdou a Nuno Aluarez & do que ſobre ello aueyo</i>	
Cap. 145. _____	fol. 268
<i>Como Nuno Aluarez ouue recado, que gentes ſe ajuntaram pera o hir buſcar & da maneira que em ello teue</i>	
Cap. 146. _____	fol. 269
<i>Como Nuno Aluarez poz batalha a Pero Xarmento & outros Capitaens & que nam quizeram pelear com elle</i>	

Cap. 147. _____	fol. 273
<i>Como Nuno Aluarez ordenou de hir e Almada fobre Pero Xarmento & do que sobre ello acôteceo</i>	
Cap. 148. _____	fol. 278
<i>Das tribulaçoens que Lisboa paſſou por mingoa de mâtimêtos</i>	
Cap. 149. _____	fol. 282
<i>Da peſtença que andaua entre os Caſtellãos & de alguns Capitaens, que em ella morreraõ</i>	
Cap. 150. _____	fol. 285
<i>Das rezoens que Dom Carlos diſſe a ElRey de Caſtella & como ElRey levantou ſeu arrayal & deſercou a Cidade</i>	
Cap. 151. _____	fol. 288
<i>Como os da Cidade ordenaram perciſſam por darem graças a Deos & da pregação que fez hũ frade nella</i>	
Cap. 152. _____	fol. 293
<i>Como Nuno Aluarez paſſou a Lisboa por falar com o Meſtre</i>	
Cap. 153. _____	fol. 295
<i>Como Nuno Aluarez falou ao Meſtre & das rezoens que ambos ouueram</i>	
Cap. 154. _____	fol. 297
<i>Como os fidalgos & poucos fizeraõ menagens ao Meſtre & dos priuilegios que deu à Cidade</i>	
Cap. 155. _____	fol. 301
<i>Como ElRey de Caſtella chegou a Sanctarem & ordenou Alcaides em alguns Lugares</i>	
Cap. 156. _____	fol. 304
<i>Como ElRey de Caſtella partio para ſeu Reyno & da maneira como hiam</i>	
Cap. 157. _____	fol. 306
<i>Como Nuno Aluarez cobrou a Villa de Portel por azo dalguſ que dentro morauaõ</i>	
Cap. 158. _____	fol. 309
<i>Como entregaraõ o Caſtello a Nuno Aluares & ſe foy Fernaõ Gõcaluez pera Caſtella</i>	
Cap. 159. _____	fol. 311
<i>Dos nomes de algũas peſſoas que ajudaram ao Meſtre a defender o Reyno</i>	
Cap. 160. _____	fol. 314
<i>Dos nomes de Algũs fidalgos Portugueſes, como Caſtellaos</i>	
Cap. 161. _____	fol. 317
<i>De algũs fidalgos, & Cidadãos que ajudaram ao Meſtre a defender o Reyno</i>	
Cap. 162. _____	fol. 339
<i>Dos nomes de alguns Lugares que tiueram voz por Portugal</i>	
Cap. 163. _____	fol. 340
<i>Da ſeptima idade, que comecou no tempo do Meſtre</i>	
Cap. 164. _____	fol. 342
<i>Como o Meſtre foy por cobrar Cintra e nam pode chegar por azo da muita chuva</i>	
Cap. 165. _____	fol. 344
<i>Como o Meſtre foy a Almada & cobrou o lugar por vontade dos moradores da Villa</i>	
Cap. 166. _____	fol. 346
<i>Como o Meſtre partio de Almada & foy fobre Alanquer</i>	
Cap. 167. _____	fol. 349
<i>Do combate que deram os do arrayal aos da Villa em que foy morto Affonſo Anriquez & outros</i>	

Cap. 168. _____	fol. 350
<i>Como o Mestre preitejou com Vasco Pirez de Camões & se alçou de fobre o lugar</i>	
Cap. 169. _____	fol. 351
<i>Como o Mestre partio de Alãquer, & foy cerquar Torres Vedras</i>	
Cap. 170. _____	fol. 352
<i>Como o Mestre de Christus foy vencido & leuado a Sanctarem prezo</i>	
Cap. 171. _____	fol. 353
<i>Como Nuno Aluarez foy a Eluas & lançou for a alguns do Lugar</i>	
Cap. 172. _____	fol. 355
<i>Como Nuno Aluarez foy por cobrar Villa Vicoça & foy morto seu irmão & acercou & nam pode tomar</i>	
Cap. 173. _____	fol. 357
<i>De como o Mestre partio de Torres Vedras & foy a Leiria & deshi a Coimbra</i>	
Cap. 174. _____	fol. 360
<i>Como o Mestre chegou a Coimbra e foy bem recebido de todos da Cidade</i>	
Cap. 175. _____	fol. 362
<i>Das rezões que se falaram anteque entrassẽ às Cortes, & nomes dalguns que a ellas estiueraõ</i>	
Cap. 176. _____	fol. 363
<i>Como o Doutor Iohão das Regras propoz em Cortes mostrando que auia quatro herdeiros do Reyno</i>	
Cap. 177. _____	fol. 365
<i>Rezoens daquelle Doutor porque a Rainha Dona Briatiz nam podia herdar estes Reynos</i>	
Cap. 178. _____	fol. 369
<i>Outras rezoens deſſe mesmo Doutor porque ElRey nem ſua molher não deuem ſer tomados por ſenhores</i>	
Cap. 179. _____	fol. 372
<i>Como o Doutor mostrou claramente, que nunca foi certo, que Dona Ines foſſe molher DelRey Dom Pedro</i>	
Cap. 180. _____	fol. 377
<i>Como os do Porto tomaram o Caſtello de Gaya e o derribarão</i>	
Cap. 181. _____	fol. 378
<i>Como o Mestre combateo a Villa com as cauas que feitas tinha & a não pode tomar</i>	
Cap. 182. _____	fol. 380
<i>Que peſſoas eram aquella que ao Mestre não erã fieis vaſſallos</i>	
Cap. 183. _____	fol. 383
<i>Porque modo tinhaõ ordenado de matar ao Mestre & deſcobriram ſeus ſegredos</i>	
Cap. 184. _____	fol. 383
<i>Como foi deſcuberta a treição que ao Mestre tinhaõ ordenado, & queimado Garcia Gõçaluez</i>	
Cap. 185. _____	fol. 388
<i>Como o Mestre deu os bens dos que eraõ culpados cõtra elle</i>	
Cap. 186. _____	fol. 391
<i>Como Vasco Pirez tomou voz outra vez por ElRey de Caſtella</i>	

Cap. 187. _____	fol. 393
<i>Dos impedimento, que o Doutor disse, porque Dona Ines não podia ser molher DelRey D. Pedro</i>	
Cap. 188. _____	fol. 396
<i>Da discordança que os fidalgos & poucos auirão antre sy sobre a eleição que queraõ fazer</i>	
Cap. 189. _____	fol. 399
<i>Do recado, que ElRey Dom Affonso enuiou â Corte de Roma, por o Infante seu filho non casar com Dona Ines</i>	
Cap. 190. _____	fol. 401
<i>Do recado, que ElRey Dom Pedro enuiou ao Papa, & da reposta que lhe de lá veyo</i>	
Cap. 191. _____	fol. 405
<i>Como acrodarão todos os fidalgos & pouco que alçaffem o Mestre de Auis por Rey</i>	
Cap. 192. _____	fol. 407
<i>Das rezoens que os fidalgos & poucos ouueram com o Mestre & como foy alçado por Rey</i>	
Cap. 193 & vltimo. _____	fol. 409
<i>Como Nuno Aluarez foy feito Condestabre & de alguns modos de seu viuer</i>	

FIM

[carimbo, à esquerda]

Com todas as licenças neceffarias.

Foy impressa esta primeira parte da Cronica DelRey Dom IOAM o Primeiro. Em Lisboa, por Antonio Aluarez Impressor DelRey noſſo Senhor. Anno de 1644

TRANSCRIÇÃO DO INDEX DA CRÔNICA DE D. JOÃO I – VOL. 2

TABOADA DOS CAPITVLOS CONTEVDOS NESTA CHRONICA

Cap. 1. _____	fol. 1
<i>Dos officios, que ElRey deu a certas peffoas, & de algumas coufas, que forão determinadas</i>	
Cap. 2. _____	fol. 3
<i>Da carta, que ElRey deu a Cidade de Lisboa por confirmação de seus priuilegios</i>	
Cap. 3. _____	fol. 7
<i>Dos lugares, que ElRey deu a Lisboa por termo</i>	
Cap. 4. _____	fol. 9
<i>De algumas coufas que nesta fazom aconteceram</i>	
Cap. 5. _____	fol. 13
<i>Como o Condestabre partio para o Porto, das razoes que disse aos seus</i>	
Cap. 6. _____	fol. 15
<i>Como o Condestabre tomou o Castello de Neiuia</i>	
Cap. 7. _____	fol. 17
<i>Como o Conde tomou Viana</i>	
Cap. 8. _____	fol. 17
<i>Dos logares, que se derom ao Condestabre sem peleja, & de seu grado</i>	
Cap. 9. _____	fol. 18
<i>Como ElRey chegou à Cidade do Porto, & foy recebido dos do logar</i>	
Cap. 10. _____	fol. 22
<i>Como ElRey ordenou tomar Guimaraens</i>	
Cap. 11. _____	fol. 23
<i>Como ElRey cobrou a Villa de Guimaraens</i>	
Cap. 12. _____	fol. 26
<i>Como foy combatida a primeira acerca, & Ayres Gomez pretejado</i>	
Cap. 13. _____	fol. 29
<i>Como se efuzou ElRey de Castella de nom acorrer Ayres Gomez, & foy entregue a Villa a ElRey de Portugal</i>	
Cap. 14. _____	fol. 31
<i>Como a Cidade de Braga foy tomada</i>	
Cap. 15. _____	fol. 32
<i>Como se azou o começo pera Ponte de Lima ser tomada.</i>	
Cap. 16. _____	fol. 34
<i>Como ElRey partio de Guimaraens para Ponte de Lima</i>	
Cap. 17. _____	fol. 35
<i>Como ElRey entrou na Villa; & a cobrou</i>	
Cap. 18. _____	fol. 38
<i>Como Lopo Gomez foy combatido, & entrado por força, & mandado prefo ao Porto</i>	
Cap. 19. _____	fol. 41
<i>Dos fidalgos Castellãos, que entraram por Portugal, & ata onde fizeram fua entrada</i>	
Cap. 20. _____	fol. 43
<i>Como foram concordados, Gonçalo Vasquez, & Martim Vasquez, por azo de Iohão Pacheco</i>	

Cap. 21. _____	fol. 46
<i>Como pelejaram os capitaens de Castella com os Portuguezes, & foram vencidos.</i>	
Cap. 22. _____	fol. 49
<i>Como ElRey, & o Condestabre partiram de Guimaraens</i>	
Cap. 23. _____	fol. 51
<i>Como ElRey partio de Torres Nouas caminho de Sanctarem</i>	
Cap. 24. _____	fol. 52
<i>Como ElRey, & o Condestabre se foram a Alanquer, & partio o Conde para Alantejo</i>	
Cap. 25. _____	fol. 55
<i>Como ElRey partio de Alanquer, & mandou chamar o Condestabre</i>	
Cap. 26. _____	fol. 57
<i>Como ElRey de Castella chegou a Eluas cuidando de a tomar, & se alçou sobre ella, & se foy a Cidade Rodrigo</i>	
Cap. 27. _____	fol. 59
<i>Do Concelho, que ElRey ouue com os seus, anteque entrasse no Reyno</i>	
Cap. 28. _____	fol. 61
<i>Como ouue outras rezoens em contrario das que ouuistes, que ElRey por entom nom deuia entrar em Portugal</i>	
Cap. 29. _____	fol. 64
<i>Como ElRey de Castella, entrou em Portugal, & de algumas cousas, que se aqueceram ante da batalha</i>	
Cap. 30. _____	fol. 66
<i>Do Concelho, que ElRey teue com os seus sobre o poer da batalha, & das rezoens, que hi foram dadas</i>	
Cap. 31. _____	fol. 69
<i>Das rezoens, que ElRey disse aos do conselho, & como mandou chamar o Condestabre</i>	
Cap. 32. _____	fol. 73
<i>Do recado, que o Condestabre enuiou a ElRey de Castella, & das rezoens, que mandou ao que prenderom, que disse perante ElRey</i>	
Cap. 33. _____	fol. 75
<i>Do recado, que ElRey de Portugal enuiou a ElRey de Castella, & como chegou ao campo, & ordenarom a batalha</i>	
Cap. 34. _____	fol. 77
<i>Como os fidalgos da hofte de ElRey de Castella vierom falar ao Condestabre, & das rezões que ouueram</i>	
Cap. 35. _____	fol. 83
<i>Do concelho, que ElRey de Castella teue se poeria batalha, ou nom</i>	
Cap. 36. _____	fol. 86
<i>Do concelho, que dey Dom Iohão Affonso Tello a ElRey de Castella, que todauia fosse a batalha, nas quaes rezoens ElRey outorgou</i>	
Cap. 37. _____	fol. 89
<i>Das gentes, que cada hum Rey tinha por sua parte</i>	
Cap. 38. _____	fol. 92
<i>Como os Reys ordenarom suas batalhas, & com quaes capitaens</i>	
Cap. 39. _____	fol. 96
<i>Dos nomes de alguns, que com ElRey de Portugal estauam, & quaes delles fez caualeiros.</i>	

Cap. 40. _____	fol. 98
<i>Como Iohão Fernandez, & Egas Coelho vierom da Beira para fer com ElRey na batalha</i>	
Cap. 41. _____	fol. 100
<i>Quaes peffoas tinham cuidado de rogar a Deos pelo estado destes Reys</i>	
Cap. 42. _____	fol. 103
<i>Como se fez a batalha antre os Reys, & forão vencidos os Castellãos</i>	
Cap. 43. _____	fol. 108
<i>Como fugio ElRey de Castella do Campo, & chegou a Sanctarem</i>	
Cap. 44. _____	fol. 111
<i>Como se partio ElRey de Sanctiago para seu Reyno.</i>	
Cap. 45. _____	fol. 114
<i>Como se acabou a batalha de todo de vencer, & das peçoas, que em ella morreram</i>	
Cap. 46. _____	fol. 119
<i>Como ElRey partio do Campo, hũ foy a batalha, & se foy a Alcobaça</i>	
Cap. 47. _____	fol. 122
<i>Como foubaram em Lisboa, que a batalha fora vencida, & da maneira que em ello tiveram</i>	
Cap. 48. _____	fol. 124
<i>Como os da Cidade de Lisboa foram receber as bandeiras, que ElRey enuiou, & da pregação que hum frade fez</i>	
Cap. 49. _____	fol. 131
<i>Dos votos, que a Cidade fez para sempre por rememrança desta batalha</i>	
Cap. 50. _____	fol. 133
<i>Como Sanctarem foy dezempurada dos Castellãos, & os moradores dela alçarom voz por ElRey de Portugal.</i>	
Cap. 51. _____	fol. 136
<i>Como ElRey chegou a Sanctarem, & mandou para sua terra os Castellãos, que hi se achauam</i>	
Cap. 52. _____	fol. 139
<i>Como ElRey deu ao Condestabre o Condado Dourem, & outros logares, & elle pagou ao Alfageme a espada, que lhe corregera</i>	
Cap. 53. _____	fol. 142
<i>Como se o Conde fez prestes para entrar em Castella, & da maneira, que em ello teue</i>	
Cap. 54. _____	fol. 144
<i>Como o Conde entrou por Castella, & veyo a elle o Mestre Martim Annes, & nom ousou de pelear</i>	
Cap. 55. _____	fol. 146
<i>Como o Mestre de Sanctiago & os senhores, que com elle erom mandarom desafiar o Condestabre & da reposta, que elle deu</i>	
Cap. 56. _____	fol. 148
<i>Como os Castellãos encaminharom para ValVerde, & da peleja, que antre eles ouue à passagem de hum porto</i>	
Cap. 57. _____	fol. 150
<i>Como o Conde começou de pelear com os Castellaões ante que entraße à batalha</i>	
Cap. 58. _____	fol. 153
<i>Porque guiza se fez a batalha antre o Conde, & os Castellãos, & foy morto o Mestre de Sanctiago</i>	

Cap. 59. _____	fol. 156
<i>Como Antom Vafquez entrou por Castella, & do que lhe a elle aueyo</i>	
Cap. 60. _____	fol. 159
<i>Como Antom Vafquez pelejou com os Castellãos, & os venceo</i>	
Cap. 61. _____	fol. 161
<i>Quaes logares ElRey ouue logo dos que tinham voz por Castella, & como se partio a frota de fobre Lisboa</i>	
Cap. 62. _____	fol. 163
<i>Como ElRey se partio de Sanctarem por comprar a romaria, que prometido tinha</i>	
Cap. 63. _____	fol. 165
<i>Copmo ElRey partio da Cidade do Porto com intençam de ir cercar Chaues</i>	
Cap. 64. _____	fol. 166
<i>Como ElRey poz arrayal fobre Chaues</i>	
Cap. 65. _____	fol. 167
<i>Como os da Villa queimaron a bastida a ElRey, & do recado, que lhe chegou do Duque de Alencastro</i>	
Cap. 66. _____	fol. 170
<i>Como chegaraõ a ElRey algũas gentes, que mandara chamar, & da preitezia, que Martim Gonçaluez fez</i>	
Cap. 67. _____	fol. 173
<i>Da reposta, que Elrey de França deu aos mensageiros DelRey de Castella, que a elle enuiou de pois da batalha</i>	
Cap. 68. _____	fol. 175
<i>Da carta, que o Antipapa enuiou em reposta a ElRey de Castella</i>	
Cap. 69. _____	fol. 176
<i>Como ElRey de Castella mandou dizer a Martim Gonçaluez que deffe a Villa, como tinha prejeitado</i>	
Cap. 70. _____	fol. 178
<i>Como o Conde lançou fora da sua hofte totalas molheres, que os seus trazião</i>	
Cap. 71. _____	fol. 180
<i>Como ElRey fez alardo na Valeriça das gentes que achou</i>	
Cap. 72. _____	fol. 183
<i>Como Iohão Affonfo Pimentel se veio para ElRey, & lhe deu Bragança</i>	
Cap. 73. _____	fol. 184
<i>Como ElRey cobrou Almeida nom leuando entençom de a cobrar</i>	
Cap. 74. _____	fol. 186
<i>Como o Conde mandaua queimar hum efcudeiro por hum calix que tomou de hũa Igreja, & foy prezo Affonfo Perez</i>	
Cap. 75. _____	fol. 188
<i>Como ElRey chegou fobre Coria, & poz feu cerco fobre ella</i>	
Cap. 76. _____	fol. 189
<i>Como ElRey combateo a Cidade, & das rezoẽs, que diffẽ a Ruy Mendez</i>	
Cap. 77. _____	fol. 191
<i>Das rezoens, que ElRey ouue com o Condestabre fobre o cercar dos logares</i>	
Cap. 78. _____	fol. 194
<i>Como ElRey deferçou Coria & se tornou para feu Reyno</i>	

Cap. 79. _____	fol. 196
<i>Do recado, que ElRey enuiou a feus embaxadores, & como foubirão em Castella, que elle era feito Rey</i>	
Cap. 80. _____	fol. 198
<i>Como o Mestre de Sanctiago e Lourenço Annes Fogaça forão folar ao Duque, & das rezoens, que ouueram</i>	
Cap. 81. _____	fol. 199
<i>Como o Duque falou a ElRey & aos do concelho fobre fua ida para Eſpanha, & lhe foy outorgada licença</i>	
Cap. 82. _____	fol. 201
<i>Da liança, & amizade, que foy tratada antre ElRey de Inglaterra, & ElRey de Portugal</i>	
Cap. 83. _____	fol. 203
<i>Como o Duque partio d'Inglaterra, & aportou em Galiza</i>	
Cap. 84. _____	fol. 205
<i>Das palauras, que o Duque enuiou dizer a ElRey de Caſtella, & da repofta, que por feus menſageiros mandou</i>	
Cap. 85. _____	fol. 207
<i>Das rezoens, que differaõ mais ao Duque os outros dous embaxadores</i>	
Cap. 86. _____	fol. 209
<i>Como o Duque deu fua repofta a eſtas couſas, que os embaxadores diſeram</i>	
Cap. 87. _____	fol. 210
<i>Das rezoens, que mais emadeo o que daua a repofta por parte do Duque</i>	
Cap. 88. _____	fol. 213
<i>Que homem era o Duque d'Alencaſtro & fua molher Dona Coſtaça</i>	
Cap. 89. _____	fol. 215
<i>Com o Duque partio da Corunha, & ouue a Cidade de Sanctiago</i>	
Cap. 90. _____	fol. 216
<i>Como ElRey foubre parte da vinda do Duque e ſe veio ao Porto</i>	
Cap. 91. _____	fol. 218
<i>Como ElRey enuiou falar ao Duque, & hũ concordaram de ſe verem ambos</i>	
Cap. 92. _____	fol. 219
<i>Como ElRey & o Duque ſe viram</i>	
Cap. 93. _____	fol. 220
<i>Das auenças que ElRey, & o Duque trataram antre ſy</i>	
Cap. 94. _____	fol. 223
<i>Como ElRey partio para Riba de Odiana, & foy a Infanta trazida ao Porto</i>	
Cap. 95. _____	fol. 224
<i>Como ElRey ordenou de tomar caſa, & eſcreueo aos concelhos de ſeu Reyno</i>	
Cap. 96. _____	fol. 226
<i>Como ElRey fez boda com fua molher na Cidade do Porto</i>	
Cap. 97. _____	fol. 227
<i>Como ElRey deu caſa a Rainha, & renda para fua deſpeza</i>	
Cap. 98. _____	fol. 228
<i>De alguns cuſtumes, & bondades da Rainha Dona Felipa</i>	
Cap. 99. _____	fol. 230
<i>Como ElRey ſe eſcuzou ante o Duque por nom ſer preſtes ao tempo que deuera</i>	
Cap. 100. _____	fol. 232
<i>Como ElRey, & o Duque partiram, & chegaram a Benaunte de Campos</i>	

Cap. 101. _____	fol. 234
<i>Como a terra estaua apercebida per hũ ElRey, & o Duque entraraõ</i>	
Cap. 102. _____	fol. 235
<i>Como correrao pontas Aluaro Gomes, & hum Castellaõ</i>	
Cap. 103. _____	fol. 236
<i>Como correram pontas Marbony com Mofem Roby</i>	
Cap. 104. _____	fol. 238
<i>Como os da Villa fairam a escaramuçar, anteque ElRey partiße</i>	
Cap. 105. _____	fol. 238
<i>Como foy cobrado Roales, & doutras coufas, que se seguiram</i>	
Cap. 106. _____	fol. 240
<i>Como ElRey cobrou Valdeiras</i>	
Cap. 107. _____	fol. 241
<i>Como foy roubado Valdeiras</i>	
Cap. 108. _____	fol. 243
<i>Como ElRey cercou a Villa Lobos, & se Martim Vafquez da Cunha defendeo aos Castellaõs</i>	
Cap. 109. _____	fol. 245
<i>Do que ElRey mandou fazer aos que tomarão a erua, & como foy cobrada Villa Lobos</i>	
Cap. 110. _____	fol. 248
<i>Do que ElRey ordenou de se tornar para seu Reyno, & da morte de Ruy Mendez</i>	
Cap. 111. _____	fol. 251
<i>Como ElRey partio com sua hoste, & foy prezo Diogo Lopez Dãgul</i>	
Cap. 112. _____	fol. 252
<i>Dalguns, que correram pontas em aquelle logar</i>	
Cap. 113. _____	fol. 253
<i>Como ElRey passou por ida de Rodrigo, & chegou a Portugal</i>	
Cap. 114. _____	fol. 256
<i>Como vieram a ElRey de Castella as duas mil lanças, que lhe ElRey de França prometera em ajuda</i>	
Cap. 115. _____	fol. 257
<i>Como os menfageiros DelRey de Castella vieram falar ao Duque e, se acordaram em certas auenças o anno de 425 annos</i>	
Cap. 116. _____	fol. 258
<i>Como ElRey partio caminho de Coimbra, & adoeceo no Curual</i>	
Cap. 117. _____	fol. 260
<i>Como dous do Duque entrarom em campo, & a razom porque</i>	
Cap. 118. _____	fol. 261
<i>Reposta a algumas rezoens que hũ historiador poz em sua Chronica</i>	
Cap. 119. _____	fol. 264
<i>Como o Duque partio do Porto, & do trauto, que foy firmado antre elle, & ElRey de Castella</i>	
Cap. 120. _____	fol. 267
<i>Como Dona Catelina foy trazida a Castella, & sua Madre veio ver a ElRey seu primo</i>	
Cap. 121. _____	fol. 268
<i>Como ElRey de Castella se mandou escuzar ao Duque que nam o podia ver por sua doença</i>	

Cap. 122. _____	fol. 270
<i>Como ElRey juntou aquelle ouro, que auia de pagar ao Duque</i>	
Cap. 123. _____	fol. 271
<i>Começo da reposta a despençam que dißemos que aquelle historiador falara</i>	
Cap. 124. _____	fol. 273
<i>Como morreo o Papa Vrbano, & ElRey mandou seus embaxadores a Bonifacio</i>	
Cap. 125. _____	fol. 276
<i>Do theor da primeira letra que na Sè foy publicada</i>	
Cap. 126. _____	fol. 279
<i>Da publicaçam da segunda letra, que os menfageiros trouuerom da Corte</i>	
Cap. 127. _____	fol. 284
<i>Como ElRey mandou, que se partiffem as coufas, que a sua frota tomou</i>	
Cap. 128. _____	fol. 285
<i>Que maneira ElRey mandou que teiueffe nos feitos, que foram trauteados perãte os officiaes DelRey de Castella</i>	
Cap. 129. _____	fol. 287
<i>Como ElRey poz contia aos fidalgos, & doutras coufas, que ordenou</i>	
Cap. 130. _____	fol. 288
<i>Como se veio para ElRey Dom Pedro de Castro, & Dõ Pedro da Guerra, & o Infante Dom Diniz, que andauaõ em Castella</i>	
Cap. 131. _____	fol. 289
<i>Como ElRey mandou pagar o que fora tomado nas nãos de Genua, & se foy a Braga fazer cortes</i>	
Cap. 132. _____	fol. 290
<i>De huma entrada, que os imigos fizeram em Portugal, & do roubo que leuaram delle</i>	
Cap. 133. _____	fol. 292
<i>Como o Conde trefnoitou fobre os Gascoens, & os desbaratou & tomou o roubo</i>	
Cap. 134. _____	fol. 295
<i>Coo ElRey foy cercar Melgaço</i>	
Cap. 135. _____	fol. 295
<i>Da baptida, & efcalas, que ElRey mandou fazer</i>	
Cap. 136. _____	fol. 297
<i>Como ElRey cobrou a Villa por preitezia</i>	
Cap. 137. _____	fol. 300
<i>Como ElRey foy cercar Cãpo Mayor</i>	
Cap. 138. _____	fol. 300
<i>Como ElRey cobrou o logar</i>	
Cap. 139. _____	fol. 302
<i>Como cazou algumas donzelas, e mandou queimar hũ feu Camareiro</i>	
Cap. 140. _____	fol. 305
<i>Como ElRey cercou Tuy, & o tomou por preitezia</i>	
Cap. 141. _____	fol. 307
<i>Como foram feitas tregoaas antre Portugal, & Castella</i>	
Cap. 142. _____	fol. 308
<i>De algũas rezoẽs, que ElRey diffẽ em razãõ das cortes, que fizera</i>	
Cap. 143. _____	fol. 310
<i>Como ElRey defcobrio aos do Concelho, que queria fazer do Reyno, por lhe dizerem o que lhe parecia</i>	

Cap. 144. _____	fol. 311
<i>Como responderão a ElRey, aquelles, a que pedio conselho sobre o repartimento do Reyno</i>	
Cap. 145. _____	fol. 317
<i>Como ElRey falou a algũs sobre o thifoureiro, que fazer queria, para a guerra</i>	
Cap. 146. _____	fol. 318
<i>Da reposta que derom aquelles, a que o Bispo, & o caualeiro falaram</i>	
Cap. 147. _____	fol. 320
<i>Como morreo ElRey de Castella da queda de hum cauallo</i>	
Cap. 148. _____	fol. 321
<i>Dos filhos, que ElRey Dom Iohão ouue, & em que tempo nacerão</i>	
Cap. 149. _____	fol. 325
<i>Que maneira tinhão em guardar a obediência a seu Padre estes Infantes</i>	
Cap. 150. _____	fol. 327
<i>Como foraõ postas treguas antre Castella, & Portugal</i>	
Cap. 151. _____	fol. 330
<i>Dos embaxadores, que a ElRey vierom de Castella, & da reposta, que leuaram</i>	
Cap. 152. _____	fol. 334
<i>Como o Condestabre deu parte de suas terras aos que com elle feruião</i>	
Cap. 153. _____	fol. 335
<i>Como ElRey ordenou de comprar as terras aos fidalgos, & foram chamados para ello</i>	
Cap. 154. _____	fol. 337
<i>Como o Conde se quizera partir do Reyno, & porque rezam foy embargado de o nom fazer</i>	
Cap. 155. _____	fol. 339
<i>Como Martim Affonso de Mello falou com Gonçalo Annes sobre a tomada de Badalhouce</i>	
Cap. 156. _____	fol. 341
<i>Como os de Badalhouce tomarom sospeita de Gonçalo Annes, & das rezoens que lhe differom</i>	
Cap. 157. _____	fol. 343
<i>Como Gonçalo Annes falou com Martim Affonso, & da rezão que os de Badalhouce differem outra vez</i>	
Cap. 158. _____	fol. 345
<i>Como foy tomado Badalhouce</i>	
Cap. 159. _____	fol. 348
<i>Como ElRey mandou recado a Castella sobre a tomada de Badalhouce, & do que sobre ello se falou</i>	
Cap. 160. _____	fol. 350
<i>Das gentes, que entraram pola Beira, & por Riba de Odiana, e da maneira, que ElRey sobre ello teue*</i>	
Cap. 161. _____	fol. 350
<i>Das gentes, que entraram pola Beira, & por Riba de Odiana, e da maneira, que ElRey sobre ello teue*</i>	
Cap. 162. _____	fol. 352
<i>Como o Conde ordenou dentrar em Castella, & da maneira, que se teue em ello</i>	
Cap. 163. _____	fol. 354
<i>Como o Conde partio de Caceres, & se veio a Portugal</i>	

Cap. 164. _____	fol. 356
<i>Como o Conde ordenou outra vez dentrar por Castella, & chegou a Villa Alua</i>	
Cap. 165. _____	fol. 352
<i>Do recado, que o Mestre mandou ao Conde desafiando para pelejar, & da reposta, que a ello deu</i>	
Cap. 166. _____	fol. 361
<i>Como falou o escudeiro do Conde com o Mestre, & das rezões que ambos ouuerom</i>	
Cap. 167. _____	fol. 364
<i>Do recado que o escudeiro trouue, & o acordo, que o Conde ouue fobre ello</i>	
Cap. 168. _____	fol. 366
<i>Como o Conde partio de Castella, & se veio a Portugal</i>	
Cap. 169. _____	fol. 368
<i>Como ElRey partio para Caliza, & do que lhe aueio no vao do Minho</i>	
Cap. 170. _____	fol. 371
<i>Como ElRey cercou Tuy, & o combateo</i>	
Cap. 171. _____	fol. 373
<i>Como os da cidade fizeram saber a ElRey a preffa em que erom, & do conselho, que fobre ello teue</i>	
Cap. 172. _____	fol. 375
<i>Do concelho, que foy auido pera acorrer a cidade de Tuy</i>	
Cap. 173. _____	fol. 375
<i>Como forão juntas estas gentes, que dizemos, & o que ElRey foubes em Tuy</i>	
Cap. 174. _____	fol. 378
<i>Como o Condestabre encaminhou por ir pelejar com o Infante Dom Diniz, & nom quis atender</i>	
Cap. 175. _____	fol. 382
<i>Como ElRey combateo Tuy & tomou a cidade por preitezia</i>	
Cap. 176. _____	fol. 385
<i>Como os de Serpa entraram por Castella, & do que lhes aconteceu</i>	
Cap. 177. _____	fol. 388
<i>Como os Portuguezes pelejaram com os Castellãos, & os vencerõ no anno de 1437</i>	
Cap. 178. _____	fol. 391
<i>Como ElRey de Castella mandou a ElRey de Portugal Mice Ambrosio cõ recado</i>	
Cap. 179. _____	fol. 394
<i>Do poder, que ElRey deu ao Bispo de Coimbra, & ao Conde, & como se viraõ com o Mestre de Sanctiago, & Pedro Fernandez</i>	
Cap. 180. _____	fol. 396
<i>Do que se começou de falar perante estas aluidros</i>	
Cap. 181. _____	fol. 398
<i>Das rezões, que os procuradores mostraro, cada hum por parte de feu Senhor</i>	
Cap. 182. _____	fol. 400
<i>Doutras rezoens dos juizes aluidros por trazerem os Reys a boa concordia</i>	
Cap. 183. _____	fol. 402
<i>Das coufas, que os Castellãos mais emaderão além das primeiras por eles pedidas</i>	
Cap. 184. _____	fol. 404
<i>Como o Priol Dom Aluaro Gonçalvez se foy para Castella, & foy dado o Priorado a Lourenço Esteuens</i>	

Cap. 185. _____	fol. 405
<i>Como ElRey foy fobre Alcantara, & se levantou do cerco della</i>	
Cap. 186. _____	fol. 408
<i>Dos embaxadores, que foraõ a Castella, para tratar paz & nom se auierom</i>	
Cap. 187. _____	fol. 410
<i>Do confelho, que ElRey de Portugal pedio para fazer a paz & do que lhe foy respondido</i>	
Cap. 188. _____	fol. 411
<i>Como foy feita tregoa por dez anos, & com que condiçoens</i>	
Cap. 189. _____	fol. 413
<i>Como a Rainha Dona Caterina confelhaua a seu marido, que ouueffe paz com Portugal</i>	
Cap. 190. _____	fol. 413
<i>Como se juntarom os trautores de Castella, & Portugal para falarem no trauto da paz</i>	
Cap. 191. _____	fol. 418
<i>Das rezoens, que antre os trautores foram faladas, & como se nom concordarom</i>	
Cap. 192. _____	fol. 424
<i>Das rezoens, que a Rainha Dona Caterina enuiou dizer a ElRey, & do que lhe foy respondido</i>	
Cap. 193. _____	fol. 431
<i>Quaes embaxadores ElRey enuiou a Castella & da carta, que fobre ello enuiou a Rainha</i>	
Cap. 194. _____	fol. 433
<i>Das rezoens, que os Embaxadores differom à Rainha per palavra & per escrito</i>	
Cap. 195. _____	fol. 436
<i>Das rezoens, que per ambas as partes foram faladas no concelho</i>	
Cap. 196. _____	fol. 438
<i>Como os Embaxadores falarom a de parte à Rainha & lhe foi outorgada a paz, como a demandauam</i>	
Cap. 197. _____	fol. 442
<i>Como foi feito o trauto da paz & em que tempo aprouado por ElRey</i>	
Cap. 198. _____	fol. 443
<i>Como A Rainha de Castella enuiou a ElRey pedir certa ajuda de galès por sua conta & da reposta que lhe por outra enuiou</i>	
Cap. 199. _____	fol. 447
<i>Como foram mouidos algũs cazamentos dos filhos destes Reys de hũa parte & da outra & nom se acertarom</i>	
Cap. 200. _____	fol. 449
<i>Da maneira que o Cõdestabre tinha andado na guerra</i>	
Cap. 201. _____	fol. 454
<i>Que maneira o Conde tinha de viver no tepo da paz</i>	
Cap. 202. _____	fol. 456
<i>Como ElRey encomendou ao Conde carrego da justiça em Riba de Odiana</i>	
Cap. 203. _____	fol. 458
<i>Das coufas, que ordenarom mais os do Concelho & como as fizas nom foram lançadas pelos Reys</i>	

Cap. 204. _____	fol. 462
<i>Como cazou ElRey feu filho natural Dom Affonso com a filha do Condestabre</i>	
Cap. 205. _____	fol. 463
<i>Como foi trautado o casamento de Dona Breatiz Irmãa deste Conde de Barcellos com o Conde de Armandel</i>	

FIM DO INDEX

DESTA SEGVNDA PARTE.

[estampilha] [carimbo]

COM TODAS AS LICENCAS NECESSARIAS.

EM LISBOA

Por Antonio Aluarez Impressor DelRey noj

Jo Senhor. Anno de 1644.

TRANSCRIÇÃO DO INDEX DA CRÔNICA DE D. JOÃO I – VOL. 3

TABOADA DOS CAPITVLOS CONTEVDOS NESTA CHRONICA

Cap. 1. _____	fol. 1
<i>Do começo da história, & fundação de Ceita</i>	
Cap. 2. _____	fol. 5
<i>Em que se declaram as rezoens, por que esta força foy começada tão tarde</i>	
Cap. 3. _____	fol. 7
<i>Da tençam, que ElRey ouue de mandar requerer pazes a Castella</i>	
Cap. 4. _____	fol. 9
<i>Como os Embaixadores foram a Castella, & da reposta, que ouueram</i>	
Cap. 5. _____	fol. 12
<i>Como os Embaixadores tornaram de Castella, & como as pazes foraõ divulgadas por todas as partes do Reyno</i>	
Cap. 6. _____	fol. 16
<i>Como ElRey Dom Iohão enuiou requerer ao Infante Dom Fernão a conquista de Grada</i>	
Cap. 7. _____	fol. 17
<i>Como ElRey Dom Iohão tinha vontade de fazer grandes festas em Lisboa para fazer seus filhos caualeiros, & como os Infantes falaram a cerca dello entre sy, que semelhante maneira nom era honrosa para elles</i>	
Cap. 8. _____	fol. 19
<i>Como Iohão Affonso Veedor da fazenda falou aos Infantes na Cidade de Ceita, & como os Infantes falaram a ElRey seu padre</i>	
Cap. 9. _____	fol. 23
<i>Como ElRey disse que nam queria determinar alguma cousa daquele feito até que foubesse se era seruiço de Deos fazerse, & como mandou chamar os letrados para o saber</i>	
Cap. 10. _____	fol. 27
<i>Como os letrados tornaram a reposta a ElRey dizendo que era seruiço de Deos tomarse a Cidade de Ceita</i>	
Cap. 11. _____	fol. 31
<i>Como ElRey moueu outras duuidas, que tinhaõ para filhar aquela Cidade</i>	
Cap. 12. _____	fol. 36
<i>Como os Infantes falaram entre sy acerca daquelas duuidas, & da reposta, que trouxeram a ElRey</i>	
Cap. 13. _____	fol. 41
<i>Como ElRey mandou chamar ao Infante Dom Enrique, & das rezoẽs, que lhe disse, & como determinou ir tomar a Cidade de Ceita</i>	
Cap. 14. _____	fol. 43
<i>Como o Infante Dom Enrique leuou as nouas a seus Irmaõs, & do grande prazer que ouueram</i>	
Cap. 15. _____	fol. 46
<i>Como ElRey mandou chamar o Prior do Hospital, & o Capitam, & o que lhe disse que auiam de fazer</i>	

Cap. 16. _____	fol. 49
<i>Como o Prior, & o Capitam partiram para Lisboa, & da Embaxada, que leuauão, & das coufas que fizeraõ em sua viagẽ</i>	
Cap. 17. _____	fol. 54
<i>Da reposta, que o Prior deu a ElRey acerca do aþentamento de Ceita, & mais coufas, que lhe encomendara</i>	
Cap. 18. _____	fol. 55
<i>Como ElRey diffẽ a seus filhos que duuidaua muito começar aquelle feito antes de primeiro o faber a Rainha, & o Condestabel</i>	
Cap. 19. _____	fol. 58
<i>Como a Rainha falou a ElRey no requerimento de seus filhos, & da reposta, que lhe ElRey acerca dello deu</i>	
Cap. 20. _____	fol. 62
<i>Como ElRey polo presente não quis declarar a Rainha que elle auia de ir em aquelle feito, & como logo mandou encaminhar as coufas, que pertenciam para a frota</i>	
Cap. 21. _____	fol. 64
<i>Como ElRey, & os Infantes determinaram a maneira, porque se auia de falar ao Condestable naquele feito, & como lhe foy falado, & porque guifa</i>	
Cap. 22. _____	fol. 68
<i>Como ElRey começou de ordenar mais trigosamente sua ida, & como os Infantes Dom Pedro & Dom Enrique partiram para suas terras, & coufas que la fizeram</i>	
Cap. 23. _____	fol. 71
<i>Como os Infantes foram a Santarem todos tres, & da maneira, que tiueram em seu caminho, & do que falaram a seu padre, tanto que chegaram aonde elle estaua</i>	
Cap. 24. _____	fol. 73
<i>Como ElRey mandou chamar os do seu Concelho, & como os Infantes tornaram à Corte, & das coufas que o Infante Dom Anrique requereo a seu padre ElRey</i>	
Cap. 25. _____	fol. 75
<i>Como ElRey tomou juramento aos do Concelho, & poque guifa, & das palauras, que lhe diþe acerca de seu propofito</i>	
Cap. 26. _____	fol. 78
<i>Como o Condestable, respondeo primeiro naquele Concelho, & das rezoens que diþe, & como o Infante Dom Duarte, & seus Irmaõs responderam, & porque maneira</i>	
Cap. 27. _____	fol. 80
<i>Como ElRey teue Concelho fobre o encobrimento daquele propofito, & como foy determinado que mandaþfe desafiar o Duque de Olanda, & da maneira, que ElRey teue naquele desafio.</i>	
Cap. 28. _____	fol. 85
<i>Como Fernam Fogaça tornou com reposta de sua embaxada, & como se as coufas passaram acerca do corregimento da frota, em quãto elle fez sua viagem</i>	
Cap. 29. _____	fol. 88
<i>Como ElRey escreueo aos fidalgos que se fizeþem prestes para irem com seus filhos, & do grande trafego, que entam era no Reyno acerca daquele corregimẽto</i>	
Cap. 30. _____	fol. 92
<i>Como em Castella foubaram eftas coufas, & do conselho que acerca dello tiveram, & de como determinaram de enuiar a ElRey seu embaxadores por firmarem as paszes</i>	

Cap. 31. _____	fol. 97
<i>Como aquelles Embaxadores vieram a Portugal, & como deram a embaxada ElRey, & da reposta que ouueram, & como Dia Sanches de Benauides morreo, & o Bispo se tornou</i>	
Cap. 32. _____	fol. 100
<i>Como ElRey de Aragam enuiou seus Embaxadores a ElRey, & da reposta, que leuaram, & como neste tempo vieram alguns estrangeiros offerecerse a ElRey, & da maneira, que cõ eles teue</i>	
Cap. 33. _____	fol. 105
<i>Como os Embaxadores DelRey de Grada vieram a ElRey, & do que lhe requereram, & como traziam recado ao Infante Dom Duarte, & a Rainha, & do que lhe prometeram</i>	
Cap. 34. _____	fol. 109
<i>Como o Infante Dom Enrique veo depois de Ianeiro falar a ElRey seu Padre, & como se tornou para o Porto, & da maneira, que teue na sua armaçam</i>	
Cap. 35. _____	fol. 113
<i>Como ElRey escreueo ao Infante Dom Enrique que partisse cõ sua frota, & como o Infante partio & da ordenança, que leuaua</i>	
Cap. 36. _____	fol. 116
<i>Como Affonso Annes chegou aos Infantes com as nouas da doença da Rainha, & como por aquelle azo, aquelle grande prazer, em que estauam foy tornado em tristeza</i>	
Cap. 37. _____	fol. 118
<i>Como ElRey disse à Rainha determinadamente sua tençam, & da reposta, que lhe a Rainha deu, & como por azo de alguns, que ali adoeceram de peste ElRey se partio para o Mosteiro de Odiuellas, & como a Rainha ficou para acabar suas deuaçoens, & como em aquelle dia adoeceo</i>	
Cap. 38. _____	fol. 123
<i>Como o Infante Dom Enrique, & o Conde Dom Affonso chegaraõ a Odiuellas, & como a dor se acrescentou à Rainha</i>	
Cap. 39. _____	fol. 125
<i>Como a Rainha tinha verdadeiro conhecimento de sua morte, & das obras, que acerca dello fazia, & como deu o lenho da Cruz a seus filhos</i>	
Cap. 40. _____	fol. 127
<i>Como a Rainha deu as espadas aos Infantes, & das rezoens, que disse a cadahum quando lhe deu sua espada</i>	
Cap. 41. _____	fol. 130
<i>Como a Rainha tornou a falar ao Infante D. Duarte, & lhe encomendou os Infantes seus Irmaõs, & Britis Gonçaluez de Moura, & Mecia Vaz sua filha, & aysi todas as outras suas coufas</i>	
Cap. 42. _____	fol. 133
<i>Como o Infante Dom Pedro requereo a Rainha que fosse sua mercê deixar as suas teras à Infanta sua Irmã, & como lhe foram outorgadas</i>	
Cap. 43. _____	fol. 135
<i>Como os Infantes pedirao a ElRey que se partisse dalli, & do conselho que acerca dello tiveram, e das viçoens, que a Rainha vio antes de sua morte</i>	
Cap. 44. _____	fol. 139
<i>Como a Rainha foi comungada, & ungida, & como fez fim de seus dias, & como o Autor diz que em ella auia compridamente as quatro virtudes ardCeaes</i>	

Cap. 45. _____	fol. 146
<i>Como o Autor faz diuifam das virtudes, & como se os Infantes partiram de quelle Mofteiro pera Reftello</i>	
Cap. 46. _____	fol. 146
<i>Como os tiueram feu cōfelho acerca dos feitos primeiros, & como foram falar a ElRey, & tornaram outra vez a ter o Concelho a aquella Aldea</i>	
Cap. 47. _____	fol. 149
<i>Como os Infantes, & três dos outros do Concelho tornaram a falar a ElRey em a determinação de feus acordos, & das rezoens, que ElRey acerca dello diße, & como finalmente determinou a partida</i>	
Cap. 48. _____	fol. 151
<i>Como os Infantes se tornaraõ a Reftello, & do auimento, que derão a todas as coufas, que pertencião a fua viagem</i>	
Cap. 49. _____	fol. 154
<i>Como ElRey partio de Alhos Vedros na galé do Conde de Barcellos, & se veo lançar em Reftello, & como no dia feguinte se foy com fua frota ancorar a S. Caterina</i>	
Cap. 50. _____	fol. 157
<i>Como ElRey em aquelle dia, que partio fez fua oraçam muy devotamente, & das coufas que em ella pedio</i>	
Cap. 51. _____	fol. 158
<i>Como o Mefire Frei Ioham Xira pregou diante todo o pouo, e das rezoens que diße</i>	
Cap. 52. _____	fol. 162
<i>Como o Mestre publicou a cruzada, & como por fua autoridade abfolueo a todos de culpa, & pena</i>	
Cap. 53. _____	fol. 167
<i>Como ElRey partio de Lagos & se foy a Faram & como dalli feguiu feu caminho atà que chegou com toda fua frota ante as Algeziras</i>	
Cap. 54. _____	fol. 168
<i>Como a frota chegou toda antre as Algeziras, & como ali veo Pedro Fernandes Portocarreiro, & os Mouros de Gibraltar trazer feruiço a ElRey</i>	
Cap. 55. _____	fol. 171
<i>Como ElRey teue confelho fe levantaria logo fua frota sobre a Cidade, & como ali Pero Fernandez mandou enforçar um almogauere de Grada</i>	
Cap. 56. _____	fol. 173
<i>Como ElRey mãdou paſſar as galès da outra parte de Barbaçote, & do Concelho, que ali teue.</i>	
Cap. 57. _____	fol. 175
<i>Como o Autor fala nas grãdes diuiſoens, que auia nos Mouros da Cidade, & das coufas que acontecerão o outro anno paſſado</i>	
Cap. 58. _____	fol. 178
<i>Como a frota por azo da tormenta tornou outra vez às Algeziras, & como ao dobrar do Cabo de Almina às galès forão em grande perigo</i>	
Cap. 59. _____	fol. 179
<i>Da maneira, que os Mouros tiuerão depois que a frota partio, & como se em ello pode confirar, que Deos jô foi o que trouxe o fim da victoria</i>	
Cap. 60. _____	fol. 181
<i>Da viſão, que Fernão Daluarez Cabral vio acerca do acontecimento do Infante, & das rezoens, que acerca dello dezião</i>	

Cap. 61. _____	fol. 183
<i>Como ElRey teue seu Concelho se tornaria outra vez sobre a Cidade de Ceita, & das rezoens, que se no dito Concelho paßarão</i>	
Cap. 62. _____	fol. 187
<i>Como os outros do Cõcelho differão a terceira rezão, & como por ElRey foi determinado, que queria ir sobre a Cidade de Ceita</i>	
Cap. 63. _____	fol. 189
<i>Como ElRey ainda teue Concelho acerca do filhar da terra onde feria, & das rezoens, que diße ao Infante Dom Enrique</i>	
Cap. 64. _____	fol. 191
<i>Como a frota partio pera ir sobre a Cidade de Ceira, & das rezoens, que os escudeiros do Infante D. Enrique ouueraõ cõ elle</i>	
Cap. 65. _____	fol. 193
<i>Como o Infante Dom Enrique respondeo aquelles escudeiros, e a frota chegou auante da Cidade</i>	
Cap. 66. _____	fol. 194
<i>Como os da frota trazião por eßa meßma guisa lume por seus nauios, & das rezoens, que antre sy auião</i>	
Cap. 67. _____	fol. 196
<i>Como no dia seguinte os Mouros, & os Christãos cada huns trabalhauão em seus feitos</i>	
Cap. 68. _____	fol. 199
<i>Como ElRey mandou aparelhar hũa galeota, em que andou auizando todos os Capitaens da forta da maneira que auião de ter</i>	
Cap. 69. _____	fol. 201
<i>Como Calabençala estaua muy anojado vendo, como a determinação DelRey de todo era filhar terra ante os muros da Cidade</i>	
Cap. 70. _____	fol. 203
<i>Como Martim Paez Cappelão mór do Infante Dom Enrique, falou algũas rezões em preßença de todos</i>	
Cap. 71. _____	fol. 207
<i>Como o batel de Iohão Fogaça foi o primeiro, que sahio fora, & como Ruy Gonçaluez fihou primeiro terra, & deshi todos os outros</i>	
Cap. 72. _____	fol. 210
<i>Como as nouas chegarão a Calabençala de como os Christãos eram dentro na Cidade</i>	
Cap. 73. _____	fol. 212
<i>Como os Infantes partiram dalli, & das rezoens, que lhes Iohão Affonso Veedor da fazenda diße quando chegou a elles</i>	
Cap. 74. _____	fol. 214
<i>Como o Infante Dom Duarte foi filhar a altura do Cesto, & o Infante Dom Enrique tomou a Rua direita</i>	
Cap. 75. _____	fol. 216
<i>Como ElRey, & o Infante D. Pedro, com todos os outros daquela frota, filharão terra, & como Gonçalo Lourenço de Gomide foi feito caualeiro, chegando à porta da Cidade</i>	
Cap. 76. _____	fol. 218
<i>Do grande trafego, que auia na Cidade, & da maneira, que os Mouros tinhaõ em seu defendimento</i>	
Cap. 77. _____	fol. 219
<i>Como o Infante Dom Enrique tornou à Rua direita, & das coufas que ahi fez</i>	

Cap. 78. _____	fol. 221
<i>Como o Infante pelejou ali muy grande pedaço, & como Fernão Chamorro foi morto</i>	
Cap. 79. _____	fol. 224
<i>Como o Infante esteue duas horas ali antre aquelles muros, e Mouros, & das rezoens, que o Autor poem de fua fortaleza</i>	
Cap. 80. _____	fol. 226
<i>Como todos penſauão, que o Infante era morto, & como nenhum ouzaua paſſar por aquella porta cõ medo dos Mouros, que eſtauão nos muros</i>	
Cap. 81. _____	fol. 228
<i>Como Garcia Moniz filhou atrevimento de paſſar aquella porta pera ir buſcar o Infante, & das rezoens, que lhe diſſe</i>	
Cap. 82. _____	fol. 230
<i>Como o Infante tornou outra vez àquelle lugar, donde partira, & como os Mouros deixarão de todo o Caſtello</i>	
Cap. 83. _____	fol. 233
<i>Como o Infante Dom Enrique chegou aonde eſtauão ſeus Irmãos, & como Vaſco Fernandes de Ataide foi morto</i>	
Cap. 84. _____	fol. 235
<i>Como ElRey mandou chamar o Infante Dom Enrique, & das rezoens, que lhe diſſe</i>	
Cap. 85. _____	fol. 237
<i>Como Iohão Vaz de Almada foi poer a bandeira da Cidade de Lisboa fobre as torres do Caſtello, & iſſo mesmo o Conde Dom Pedro leuou a bandeira do Infante à torre de Fez</i>	
Cap. 86. _____	fol. 240
<i>Em que o Autor declara o tẽpo, em que a Cidade foi tomada, & quaes erão os trabalhos dos homens em aquella noite</i>	
Cap. 87. _____	fol. 242
<i>Como os Chriſtãos em aquella noite trazião ante ſy deſuairadas occupaçoens</i>	
Cap. 88. _____	fol. 245
<i>Do grande pranto, que os Mouros fazião fobre a perda da fua Cidade</i>	
Cap. 89. _____	fol. 248
<i>Como ElRey enuiou ſeu recado a Martim Fernandez Portocarreiro Alcayde de Tarifa notificandolhe a victoria</i>	
Cap. 90. _____	fol. 250
<i>Como mandou ElRey Iohão Eſcudeiro a caſa DelRey Dom Fernando de Aragão, & deſpois a Aluoro Gonçaluez de Amaya, & das couſas, que lhe enuiou dizer</i>	
Cap. 91. _____	fol. 252
<i>Como o Autor fala na grande mortindade que ſe fez aquelle dia nos Mouros</i>	
Cap. 92. _____	fol. 255
<i>Como os Mouros no outro dia olhauão os muros de Ceita, & do que dezião em ſeu louuor</i>	
Cap. 93. _____	fol. 257
<i>Como os outros Mouros chegarão acerca da Cidade, & da eſcaramuça, que trauarão com os Chriſtãos, & como o Infante Dom Duarte ſahio a elles</i>	
Cap. 94. _____	fol. 259
<i>Como ElRey mandou chamar o ſeu Cappellão mór, & das rezoens que lhe diſſe</i>	
Cap. 95. _____	fol. 261
<i>Como o Mestre Frey Ioão Xira pregou, & os Infantes foraõ feitos caualeiros</i>	

Cap. 96. _____	fol. 265
<i>Como ElRey teue feu Concelho acerca da guarda da Cidade</i>	
Cap. 97. _____	fol. 267
<i>Como alguns daquelles do Concelho responderão a ElRey</i>	
Cap. 98. _____	fol. 270
<i>Como ElRey determinou todauia manter a Cidade, & como deu o cargo dela a Martim Affonso de Mello</i>	
Cap. 99. _____	fol. 271
<i>Como o Conde Dom Pedro requereo aquella Capitania, & fronteira a ElRey, & quaes foraõ os que ali ficaram</i>	
Cap. 100. _____	fol. 273
<i>Como ElRey partio de Ceita, & chegou ao Algarue; & como fez em Tauilla seus filhos Duques</i>	
Cap. 101. _____	fol. 276
<i>Como ElRey despachou ali todos & lhe fez mercê agradecendolhe muito seus grandes trabalhos</i>	
Cap. 102. _____	fol. 277
<i>Como ElRey partio do Algarue, & chegou a Euora, & do recebimento, que lhe foi feito</i>	
Cap. 103. _____	fol. 280
<i>Como o Autor mostra que totalas coufas deste mundo falecem senão a escriptura</i>	
Cap. 104. _____	fol. 283
<i>No qual o Autor dà graças a Deos no fim de sua obra</i>	

Do falecimento DelRey

DOM IOAM o Primeiro, &c.

Cap. I. _____	fol. 288
<i>Da morte DelRey D. IOHAM, & como seu corpo foi depositado na Sè de Li/boa, & do pranto, & exéquias, que se lhe fizeraõ</i>	
Cap. II. _____	fol. 288
<i>Como se acordou, & fez a tresladaçam do corpo DelRey D. IOHAM pera o Mosteiro da Batalha</i>	
<i>Epitaphio da sepultura DelRey DOM IOHAM o Primeiro em Latim</i>	
_____	fol. 293
<i>Traducçam do Epitaphio em Portuguez</i> _____	fol. 296
<i>Testamento DelRey DOM IOHAM o Primeiro</i> _____	fol. 299

FIM.

ANEXO VI

Transcrição de Capítulos Seleccionados da Crônica de D. João I

CRÔNICA DE D. JOÃO I – VOL. 2

Cap. 65 – Como os da Villa queimaron a bastida a ElRey, & do recado, que lhe chegou do Duque de Alencastro – p. 169-170.

(...) E estando ElRey em este cuidado, chegou de sospeita hum caualeiro Ingres, que desembarcara no Porto, & vinha com hum recado do Duque de Alencastre: o qual lhe enuiava a dizer, que por quando ouuera certas nouas por seu recado, & embaixadores: que ElRey de Castella fora desbaratado na batalha, que com elle ouuera, q̃ sua tençam era determinadamẽte vir a Castella, pera auer o senhorio della, por quanto lhe per direito pertencia, por elle ser casado com Dona Costança, filha mayor DelRey Dom Pedro, a que o Reyno per direito pertencia: & que lherogaua, que lhe mandasse alguns nauios, & galès pera ajuda de sua passagem. ElRey ouue gram prazer com esto, por azo da guerra, em que era posto: entendendo q̃ guerreãdo o Duque de huma parte, isso mefmo elle por outra: que faria a guerra muito melhor, & mais a seu saluo, por quanto ElRey de Castella nom podia com sua defençom também acodir a ambos, como a hum s̃o. Entõ mandou armar em Lisboa seis galès, & doze naos, das quaes erõ duas grandes, que ElRey Dom Fernando mandara fazer, hũa de seiscẽtos toneis, & outra de trezentos, & foi por Capitam das galés Affonso Furtado, que entam era, & foi depois sempre até sua morte.

Cap. 80 – Como o Mestre de Sanctiago e Lourenço Annes Fogaça forão folar ao Duque, & das rezoens, que ouueram – p. 198-200

ESTAS nouas em Ingraterra sabidas, como o Mestre fora alçado por Rey: e o modo q̃ nello tiuera, passado nõ muitos mefes: chegarõ outras muito melhores dignas de grande prazer, as quaes os mensageiros foram muito à pressa contar a ElRey: de como ElRey seu Senhor ElRey de Portugal vencera a ElRey de Castella em câpo, dando lhe desto suas cartas; & isso mefmo ao Duq̃ de Lēcastro, a q̃ logo foram (p.199) dizer, prezẽte a Duqueza sua mulher; contãdolhe, como se todo passara, segundo o q̃ por escrito, & por certas nouas auiam, dizendo em suas rezoens, falando em esto, q̃ pois elle auia direito nos Reynos de

Castella, e fe delles chamaua Rey, ã agora tinha tempo de os cobrar de todo, que pois ElRey de Portugal auia de seus imigos cobrada tão boa andança, elle teria nelle tal amigo, como bem era de cuidar. & ã em nenhum tempo podia tomar trabalho, em que lhe esto tambem viejse a seu prazer, & dejejo, como estonce, & que faria muito de sua honre, & proveito ordenar como passasse. O Duque outorga ua com oã elle dezia, mas por os feitos da Casa de Ingraterra, em ã até entom fora ocupado, fe escusaua de nom o poder fazer, & falando em estas rezoens, a Duqueza fe fincou em giolhos ante elle, com a Infante Dona Cathelina sua filha, começou a dizer, *Senhor; de quantas boas andanças vos deu Deos neste mundo em vossas guerras, e trabalhos por os feitos alheos: parece-me ã mais rezam seria trabalhades vos por vossa honra & por cobrar erança que he minha, & de vossa filha, de que estamos deserdados: ca o Reyno de Castella a mim pertence de direito, & nom aos filhos do tedor bastardo, que matou meu padre, como nom deuia.* E em dizendo esto, chorauom ambas a filha, & madre. O Mestre de Sanctiago vendo esto, começou a dizer ao Duque. *Em verdade, senhor: a mim parece: que estas senhoras vos pedem grande rezam, que nom digo eu auendo ellas comvosco tam grande diuido, como tẽ: mas já ellas seriam hũas donas estrangeiras, ã de vos nom aueriom conhecimento, & pedindouos por mercê, ã lhe ajudasseis a cobrar o seu ã lhe tem forçado: vos por o de Deos, & mostrar ã sois bastante de o poder fazer, trabalháreis de o poer em obra: quanto mais por o direito de vossa mulher: & por o ditado, q já tomastes de Rey, vos diuieis de trabalhar dello, cõ muito mor vôtade, mormẽte agora, ã vos tambõ azo vẽ â mão. Uerdade he* (disse o Duque) *todo o que uos dizeis & eu muito ha, que o trago em cuidado: mas por a guerra de Escocia; de que me escuzar nom pude hũ já fuy por duas vezes por ordenança do Concelho de Ingraterra, que me rogarom: ã lha pozeffe em fim: pois ElRey era em tal idade, ã por o seu corpo a fazer nõ podia por tão nõ pude esto fazer nẽ poer em obra, mas ora a Deos graças, pois que a guerra he em tal ponto com* (p. 200) *honra da Casa de Inglaterra, em que eu poço ser bem escusado, eu vos prometo, que eu me trabalhe de muy cedo paçar a Espanha demandar o Reyno, que meu he de guisa, que ellas, nem outro nenhum nom ajam rezom de meem esto falar.* Estonce a Duqueza cõ sua filha lho tiuerom em grande mercê. E isso mesmo os embaxadores, & foramse para as poufadas.

Cap. 81 – *Como o Duque falou a ElRey & aos do concelho sobre sua ida para Espanha, & lhe foy outorgada licença* – p. 200-201

O DVQUE depois desto, presente ElRey, & os do Concelho, & outros grãdes senhores, ã por este azo aquelle dia foram jutos, fez recontamento dos muytos seruiços, que ao Reyno auia feitos, & como sempre andara em grandes trabalhos, assi em vida DelRey seu padre, como depois que seu sobrinho reynara, & esto por leuar adiante a hõra, & o bõ estado da Casa de Ingraterra. E postoq̃ elle tiueſſe razõ de o fazer por o gram diuido, que em ella auia, deshi por ElRey ser em tal idade que o por seu corpo nom compria fazer, que elle bom erava em nenhuma couſa, postoque taes seruiços ante a sua merce apresentasse, deshi differe como todos bem sabiam como elle era casado com a mor filha DelRey Dom Pedro, Rey que fora de Castella, a que o Reyno per direito pertencia, & nom a aquelle, que o tinha por força, & elle tomara porem ja auia dias titulo de Rey de Castella, & sua mulher nome de Rainha tendo em vontade com ajuda de Deos, & sua de o auer de ir conquistar, mas por as guerras, que dito auia, em que ata estonce fora embargado o nõ poderã fazer. E ora a Deos graças poisque seus feitos estauom em bom assossego, que elle queria ir demandar seus Reynos, o que muy bem podia fazer, pois tinha ElRey de Portugal em ajuda, que auia guerra cõ seu aduerſairo, & porẽm pedia a ElRey por merce: que lhe deſſe licença, & o ajudasse, pera poder paſſar a Espanha, & dar fim a este negocio, que tanto era sua honra, & da Casa de Ingraterra. ElRey, que seria estonce pouco mais, ou menos de vinte annos: falou com aquelles, com quem esto compria de falar, & acordarom: que era bem de lhe outorgar aquello, que pedia & pera se esto (p. 201) melhor fazer; & seus feitos serem melhor encaminhados, ã compria primeiro tratar boa liãça, & amizade cõ ElRey de Portugal, em que estava grande ajuda de sua requesta. E entom ordenou ElRey pera esto de traura por sua parte dos honrados caualeiros de seu Concelho. & hũ Doutor em Leys, os quaes com o Mestre de Sanctiago, & Lourẽço Annes Fogaça concordassem esta amizade, como melhor entendessem. por bom assossego, & honra dos Reynos ambos, & q̃ o Duque se fizeſſe em tanto prestes de gentes, & nauios pera sua paſſagem; & mandasse pedir a Portugal algũas naos, & galẽs pera irem com elle, & este foi o recado, que chegou a ElRey, quando jazia sobre Chaues, como já ouvistes.

FAZENDOSE o Duque prestes, e encaminhado sua paſſagem, os embaxadores Portugueſes tratauom em tanto com aquelles que ElRey eſcolhera, ſuas auenças, em que deſpenderõ aſſaz de eſpaço, por ſe concordar em boa amizade: & hum dia, q̃ erom noue de Mayo da era, que entom corria, de quatrocentos, & uintequatro, no Caſtello Vuindeſq̃; que ſom ſete legoas de Londres, no Paço, que tinhom coſtume de falar, preſentes três honrados Biſpos, & o Duque de Iorca tio DelRey, & outros ſenhores, & nobres baroens, pera ouvir eſto, alli chamados. Aquelle Doutor Richarte Ronhalet, em alta e clara voz propoz perante todos, dizendo deſta guiſa.

Propoſta da liança entre os Reys de Portugal, & Ingraterra

AQuelle deue ſer o Sancto propoſito dos que directamente reynam & a final entençõ dos que juſtamente tem ſenhorios, q̃ o bem commum dos ſeus ſubditos amem muyto mais, que o ſeu & que o anteponho aos proprios & particulares proveitos, & com taes defendimentos a Rẽpublica a eles ſobjeita deuem ter guarneçada, que, lançadas fora totalas cegas toruaçoens: que a eſto contradizem, o fiel pouo per taes ſenhores, & Principes mantheudos, nom jão em bemauenturança ſeja acrecentado, mas ſob (p. 202) deleitauel folgança de paz, que todos deſejar deuem em as aduerſidades ſeja conſeruado, & deſeio: a qual couſa certamente entom ſe eſpera ſer mais cedo poſta em obra, quando taes Reys, & Principes Chriſtãos em inteira vnidade, & perfeita obediência da Sãcta Madre Igreja de Roma em hũa vontade concordom per amor nõ partido. E porẽ o muito alto, & eſclarecido Principe digno de temor, & honra ElRey Richarte noſſo Senhor, vendo & eſguardando bem no exame de ſua profunda conſiraçam totalas couſas a eſto pertencentes, deſhi com acordo de ſeu Concelho, lhe praz de trautar, & firmar com o muy nobre Rey Dom IOHAM de Portugal, & do Algarue ſeu parente, & amigo eſta ſeguinte amizade.

Primeiramente: que por bem publico; amizade, & folgança de ſeus Reynos, & ſubditos ſeja entre eles, & os herdeiros, que depois vierem, boa & firme paz, por ſempre por nenhũa guiſa britada & que hum ao outro dé ſocorro, & ajuda contra quaeſquer peſſoas, que ſejam, ſaluo Vincelao Rey dos Romãos, & Dom Iohão Rey de Caſtella Duque de Lencaſtro, tio DelRey noſſo Senhor que contra eſtes ſe nom entenda: nem iſſo meſmo

contra o Papa Vrbano, que ora he, Job cuja obediência, & todos seus juceſores canonicamente elegidos ambos deuem de viuer.

Outroſy que todos, & cada hum vaſallo dos ditos Reynos, aſſi Eccleſiaſticos, Prelados, como Duques, & baroens, como quaſquer peſſoas de maior eſtado deſtes ata o mais pequeno poſſam livremente, & ſeguramente ir de hum Reyno para outro, terras, & ſenhorios, & partidas delles, aſſi por comprar, & vender como por eſtar quanto quizeſſe, & partir ſe lhe prouuer, ſendo recebidos, & honeſtamente tratados com honra, & bom gaſalhado, ſegundo a condição de cadahum, pagando taes peſſoas aos Reys, & ſenhores das ditas terras ſeus direitos, & cuſtumes, qual ſe vſar nos logares, hú ſe acontecer de viuer.

Item, que por nenhum modo nom conuenha aos ditos Reys, ou a alguns dos ſeus ſubditos, de qualquer grão, & dignidade, que ſeja; que de conſelho, & fauor, ou ajuda per mar; nem por terra a alguma nação de gente reuel, & contraira a cada hum delles, mas que cada hum dos ditos Reys, & os que depois vierem, ſejam theudos, & obrigados; que os contrairos (p. 203) de cadahum ajudem adeſtruir com todas ſuas forças: & ſe alguns de ſeus ſubditos contra iſto quizerem obrar; logo em outro detrimento ſeja dignamente punido per o ſenhor, cujo for, à vontade de qualquer delles, a que for feita a offenſa.

E ainda mais outra couſa, que ſe pelos tempos, que ande vir, cada hum deſtes Reys, ou ſeus erdeiros quizer ajuda do outro per qualquer guiſa, que ſeja, que lho faça a ſaber primeiro por ſeis mezes, & a parte requerida ſeja theuda dar a aquelle tẽpo o melhor, que o bem puder fazer, ſem engano, & mà tardança pedindo para os ſeus razoado ſoldo, ou ſegundo concordarem aquelles, que para ordenar iſto forem eſcolhidos. E eſtes capítulos, & outros de liança concordauel por ſempre foram eſtonce alli cõtrados, que mingoa nom fazem de ver.

Cap. 88 – *Que homem era o Duque de Lẽcaſtro & ſua molher Dona Coſtança* – p. 213-214

A NOS parece errarem muito quantos naquele tempo eſcreuerom a vinda deſte Duque, & casamento DelRey com ſua filha nom poer: que homem era, & o linhagem donde vinha: & pois que a preguiça de taes Autores foi madre deſte error, & as couſas toſtamente

paſſam, & ſe dão a eſquecimento, por ſe eſto de todo nom perder da memoria, queremos em breue aqui membrar quanto a noſſo prepoſito fizer quem foi ſeu padre, & madre pois que os Reys de Portugal cõ elle tem tam gram diuido, hũ ſegundo tem tarde apanhar podemos, deueis de ſaber, que ElRey Dõ Duarte o Quarto ouue da Rainha D. Iſabel ſua molher ſinco filhos baroens. O primeiro, ſegundo coſtume de noſſo falar, que foi o Principe de Gales, chamarom Dom Eduarte; aſſi como ſeu padre; & o ſegundo ouue nome Dom Leonel que foi Duque de Clarença: ao terceiro diſſerom Dom Iohão, o quarto Dom Edmondo, o quinto Thomas Vleſtoq; que foi Duque de Groſſeſtre. E tornando a falar do terceiro, & quarto filhos aconteceo deſta guiſa, que ſendo aquele Dom Iohaõ Infante ſolteiro cazou com Dona Branca filha erdeira do muito honrado, & excelente Principe Dom Anrique Duque de Lencaſtro, hum ſenhor muy rico, & de alto linhagem, & em autos de cavalaria muy famoſo: & por bẽ deſte caſamento, ſendo o padre della ja finado, cobrou elle a hõra do ſogro, q̃ a filha ſuccedia, & foi chamado Duq̃ de Lẽcaſtro. Eſte D. Iohaõ ouue deſta ſua molher duas filhas, & hum filho. A primeira ouue nome D. Iſabel, q̃ foi cazada (p. 214) cõ Mõſeur Iohão de Olãda Conde de Huntington; Irmão DelRey Richarte de Ingraterra, da parte da Madre. A ſegunda ouue nome Dona Felippa, que deſta vinda ficou caſada cõ ElRey Dom IOHAM de Portugal, de que falamos. O filho ouue nome Dom Anrique, que primeiro foi Conde de Arbid, & deſhi Duque de Heresfort, & depois da morte de ſeu padre foi Duque de Lencaſtro, & emfim foi rey de Ingraterra: & aſſi foram depois delle Dom Anrique, ſeu filho, & iſſo meſmo Dom Anrique ſeu neto. Ora aſſi foi, como tendes ouuido, que ElRey Dom Pedro de Caſtella eſtando em Seuilha, & ſabendo, que ElRey Dom Anrique ſeu Irmão ſe coroara em Burgos, & tomara titulo de Rey, & lhe deziã que vinha ſobrelle, fogio da Cidade, & paſſou por Portugal, & ſe foi a Galliza, & dahi a Bayona lugar de Ingraterra, leuando conſigo ſuas tres filhas . ſ. Dona Breatiz, & Dona Coſtança, & Dona Iſabel: & feitas ſuas auenças com o Principe de Gales, ſobre aquella ajuda; que lhe fazer auia, foi poſto nos trautos antre eles concordados, q̃ atã q̃ o Principe, & ſuas gentes ouueſſem pagamento de todo que auiam de auer, ficaſſem ſuas filhas per maneira de reféns em Ingraterra. E a batalha feita, como contamos, & ElRey em poſſe do Reyno, tornouſe o Principe bem mal contente, ſem lhe ſer feito pagamento. Foy ElRey depois vencido, & morto; como ouuiſtes, & ficarom eſtas Infantes orfaans de todo ſem terras, nem rendas, nem outra couſa que tiueſſem: & falecendo Dona Breatiz, por ſua morte ficarom as duas em graõ deſemparo. Em eſto acertouſe de fazer fim de ſua vida Dona Branca molher do Duque de Lencaſtro: & o muy poderoso, & muy excelente ſenhor Dom Eduarte Rey de Ingraterra, vendo a orfindade deſtas Infantes,

vzando de huma grande, & façanhofa grandeza; cazou a mayor delas chamada Dona Coftança com efte Dom Iohão Duque de Lencaftro & Dona Ifabel a mais pequena, com o feo quarto filho Dom Edmondo Conde de Cambrix, que depois foi Duque de Iorca; o que veyo a efte Reyno em tempo DelRey Dom Fernando, como em feo lugar cõpridamente pozemos (?)

* Cap. 91 – *Como ElRey enuiou falar ao Duque, & hũ concordaram de fe verem ambos*
– p. 218-219.

ORDENOV ElRey de enuiar feus embaixadores ao Duque, & mandou la Vaſco Martinz de Mello, & Lourenço Annes Fogaça com fuas cartas, & menſagem: cuja final conclufam era: que lhe prazia muito de fua vinda; & da tençam, que trazia. & ã compria de fe verem ambos por concordar, & auer conſelho, ã maneiras auiom de ter no proſeguimento da guerra de Caſtella; Os quaes leuaram caminho de Galliza, & chegarom ao Duque, hũ pouſaúa, a horas, que fe leuãtaua de jantar: & bem recebidos delle, & dos fidalgos, que erom preſentes, logo fobre meſa lhe derom as cartas, & falarom todo aquello: porque erom enuiados: O Duque ſem mais delonga teue eſſe dia Concelho, & concordado com os embaxadores, acharom, que era bem de fe verem a ponte do Mouro, antre Melgaço, & Monçõ, ã erõ dezanoue legoas do Porto: & que o Duque ſe foſſe em tanto chegado aquelle lugar: & ElRey iſſo meſmo partiria daquela Cidade: & leuaria aquelle caminho. Eſtonce comerom com o Duque: & a cea em ſalla, que mandou fazer a eles: & aos ſenhores; que com eles eſtauom: eſpedidos delle tornarõſe com fua repoſta. **Ora aqui dizem alguns: que logo neſta embaixada foi falado fobre o cazamento DelRey, co hũa das Infantes, filha do Duque:** mas quãdo quer que foſſe mouido ElRey teue conſelho fobre ello, no qual lhe muitos aconselharom, que cazaſſe com Dona Cathelina neta DelRey Dom Pedro, dizendo, que por alli lhe podia vir azo de erdar depois o Reyno de Caſtella. **Outros deziom, com a Infante Dona Felippa,** & com a conclufam de todos foi: que elle a ã eſto mais pertẽcia, eſcolheſe qual fua merce foſſe. ElRey diſſe: que pois a eſcolha auia de ficar nelle, como era de razom, que fua vontade nom ſe outorgaua caſar com a Infante Dona Cathelina, porque lhe parecia caſamento darroydo, & miſtura de nunca perder guerra, quem com ella cazaſſe, por azo da erança, ã fua madre (p. 219) entendia de auer no Reyno de Caſtella. Doutra guiſa deixando a de fazer quem a ouueſſe por molher, que lho

contariom por mingoa, & feria por ello ſempre prazmado, & que pois a Deos graças elle eſtaua com victoria de ſeus imigos, que lhe não entendia mouer mais guerra, ſaluo por cobrar o q̃ lhe tomado tinham, ataque lhe deſſem paz. & **eſtonce viuer aſſoſſegado: governãdo ſeu Reyno em direito, & juſtiça.** E ainda dizia ElRey, q̃ eſto era muito melhor pera o Duq̃: por que andando eles em guerra poderia ſer que faleceria a ElRey de Caſtella ſua molher, & cazaria com eſta Infante, ou cazaria cõ ella ſeu filho: que eſperaua de erdar o Reyno: & eſto lhe vinha muito bem à mão pera ceſſar tal contenda com honra de hum, & outro: o que a elle auir nom podia: & **aſſi ficou determinado, prazendo a Deos de cazar com a Infante Dona Felippa.**

* Cap. 93 – *Das auenças, que ElRey, & o Duque trataram antre ſy* – p. 220-223

AS LIANÇAS, & cõuenças, que ElRey; & o Duque alli trataraõ contam alguns per deſuairados modos, mas a verdade; que errar nom pode, nos certifica, q̃ foraõ deſta guiſa: ElRey; & o Duque com os Prelados; & Baroens de ſua ſala, auendo ſobre eſto maduro conſelho; ordenaram entre ſy; que por bem; & honra de ſuas peſſoas; & Eſtados de ſeus Reynos, foſſem ambos: & ſeus Iuceſſores: & Pouos a eles ſogeitos, bons & leais amigos ſem malicia, nem engano; e que eſta liança, e amizade foſſe junta; e vnida de guiſa, que ſe ajudaſſem hum ao outro; e iſſo meſmo ſeus erdeiros; contra quaeſquer peſſoas; que conquistar quizeſſem (p. 221) ſeus Reynos, ou parte delles; tam cedo, & trigoſamête, como cada hum bem fazer pudeſſe; & que ElRey de Portugal em eſta conquista, porque o Duque era vindo, foſſe theudo de o ajudar, fazendo guerra claramente contra o tedor dos Reynos de Caſtella; & q̃ a tiueſſe aſſi aberta, cõtra elle, & os tentes ſua voz, & nom ceſſando per nenhuma guiſa, nem fazendo com elle paz, nem tregoa: & que eſto ſe entendefe emquanto o Duque, ou ſeus ſoceſſores eſtiueſſem em eſta terra, por fazer tal conquista, & comprila, & que por eſta guiſa o dito ſenhor Duque, & ſeus erdeiros fizeſſem cõtra quaeſquer peſſoas, que tomar & ocupar quizeſſem os Reynos de Portugal ao dito Rey Dõ Iohaõ, ou ſeus decencentes, tẽdo guerra aberta per ſua parte no modo, q̃ dito he. Ordenarõ mais, & firmarom, q̃ ElRey de Portugal com hoſte de duas mil lanças, & mil beſteiros, & dous mil homens de pè em ſua propria peſſoa ajudaſſe o dito Duque cõtra o tedor dos Reynos de Caſtella, e cõtra quaeſquer, q̃ da ſua parte foſſem, & q̃ eſta ajuda que lhe ElRey de Portugal auia de fazer, foſſe a ſua cuſta, & deſpeza: & não que o Duque

ouueſſe de pagar a ElRey, nem a ſuas gentes ſoldo nem outra couſa, como alguns mal eſcreuendo diſſeram, o qual foſſe preſtes de encaminhar para fazer em ello começo des o primeiro dia das outauas do Natal ſeguinte, ata o derradeiro de Agoſto q̃ erom oito meſes: & que cada hum partiſſe donde melhor entendefe, & ſe ajuntaſſem a entrada de Caſtella, hũ per eles foſſe deuifado, & de alli caualgaſſem juntamente, ou apartados, como lhes melhor pareceſe, & ſe ante dos oito meſes acabados, o tédor dos Reynos de Caſtella ſe meteffe em Villa, ou Cidade, ou algum lugar de ſeus Reynos, que ElRey de Portugal eſtiueſſe em tal cerco com o dito Duque, até que eſſe detedor foſſe tomado, ou morto, ou fugido. E ſe por vëtura, durando os oito meſes, oueſſem certas nouas, que o ocupador dos Reynos de Caſtella quizeſſe poer batalha ao Duque, & o dia aſſinado pera ella paſſaſſe além daquelle tempo, que em tal caſo ElRey de Portugal foſſe teudo atender ata todo meſ de Setembro ás ſuas proprias deſpezas & ſer na batalha em ajuda do dito Duque. E ſe a batalha foſſe feita, durando os oito meſes, q̃ Elrey de Portugal ſe tornaſſe pera ſeus Reynos, ou hũ mais prouueſſe (p. 222): & tornandoſe aſſi o Duq̃ ouueſſe miſter das ſuas gentes, q̃ ElRey de Portugal tornaſſe pera ſeus Reynos, vieſſem certas nouas, que o tedor dos Reynos de Caſtella queria poer batalha ao Duque, & o Duque mandaſſe requerer, que vieſſe a ella, que elle foſſe teudo de ir com ſua hoſte, & ſer prezête per peſſoa o mais a preſſa, que o fazer podeſſe, ſem engano de detença: & feita por aquella vez tal batalha, ou nom, que ElRey de Portugal requerido por outra vez nom foſſe teud de ir alá. **E para mais abaſtança de liança de amizade, & ſegurança deſtas couſas, ordenarom entõ, & prometerom, que o Duque deſſe ſua filha a Infanta Dona Felippa a ElRey de Portugal por molher, & que ElRey a recebeſe, auida primeiro diſpenſação para que tal cazamento foſſe valioſo, & que eſta Dona Felippa juraſſe de receber a ElRey de Portugal por marido, auida primeiro aquella diſpenſaçam, & por bem, & rezaõ deſte matrimonio, & ajuda que DelRey de Portugal avia de auer a ſua cuſta, ordenou o Duque, & ſua molher por ſy, & por ſeus ſoceſores, por aquella titulo de Rey, & de Rainha, que traziam que eles deſſem, & entregaſſem a ElRey de Portugal: para ſempre para a Coroa de ſeus Reynos hũa parte de Caſtella, & de Leaõ per Villas, & lugares nomeadas deſta guiſa . ſ. a Villa de Ledefma com ſeus termos, & o Caſtello de Matilha, & o lugar de Monleom, aſſi como vay o caminho, q̃ ſe chama de plata, com a Cidade de Plazença, & dahi indo direito ao lugar, que dizem Grimaldo, & aſſi outro, que ſe chama Canaueral, & deſhi a Caceres, & a Loſca, & entom a Minda, & a Fonte do Meſtre, & deſhi a Caſtra, & pelas torres de Medina, & deſhi direito a Freyxinal, & quaeſquer outras Villas, & lugares, que antre eſtes, & os Reynos de Portugal foſſem**

contheudos, com todos seus termos, & logradouros, falo o lugar de Alcantara, & Valença de Alcantara: & porque deziom, que estas duas Villas, & alguns logares affima nomeados, erom de certas Ordens, & Cauallarias, ficou o Duque, que elle deſſe as Ordens, cujos foſſem; outros tam bons por eles: quando ſe por algum modo fazer nom podesse, que elle daria a ElRey em recompenſação outros ſemelhantes (p. 223) em renda, & bondade a cerca de Portugal; os quaes ouueſſe a ſeu poder por ſempre quaõ cedo todos: ou cada hum delles vieſſem a obediencia do dito ſenhor Duque; ſem ElRey ſer teudo de nunca a outrem conhecer ſuperioridade. E eſte foy o trauto da auença; que entre elles alli foi firmada, & doutra guiſa nõ.

* Cap. 94 – *Como ElRey partio para Riba de Odiã, & foy a Infanta trazida ao Porto* – p. 223-224

FEITAS affi falas; & concordadas como dizemos, chegarom alli deſoſpeita cartas dos embaxadores; que auia mais de hum anno, que erom partidos para a Corte dizendo, como acharom o Padre Sancto em Genoa, & ã apresentada ante elle a ſupricação; ã leuauaõ, e dita ſua menſagẽ; ã elle em todo, o que lhe por ſua parte pediram, begninamente diſpenſara, & que o rol era ja aſſinado, & encaminhariam de tirar as letras. ElRey ouue deſto muito grande prazer, & o Duque iſſo meſmo: **& outorgou logo de enuiar ſua filha ao Porto para a ElRey receber & cazar com ella quaõ para ello foſſe preſtes e lhe prouueſſe de o fazer.** Em eſto cõuidou ElRey hum dia o Duque & quantos caualeiros Ingrezes hi erom, & Galegos, & Caſtelaõs que ein ſua companhia vinham, & fez lhe hũa muy Real ſalla naquela tenda, hú forom os conſelhos, & em outras, que armarõ todas ao longo, hũa ante outra, na qual Nuno Alvarez Pereira Condeſtabre de Portugal era alli Veedor, aſſentando cada hum, ſegundo ſeu eſtado, às meſas, hú auiõ de comer, hú grãdes fidalgos vinhõ, & ſeruiõ de toalha, & copa; & doutras couſas a tal convite pertencentes, & em fim da meſa falarom por bom eſpaço; deſhi mandaromſe algũas couſas hum ao outro, & deſpedioſe o Duque & foiſe para Cellanoua; que erõ dalli hũas quatro legoas; ElRey como forom concordados antre elles, mandou outro dia ſeus procuradores àquelle Moſteiro, hú o Duque pouzaua . ſ. Dom Lourenço Arcebiſpo de Braga, & Vaſco Martinz de Mello o velho, & Iohão Rodriguez de Sá com elles, **& paſſados ja tres dias, que erom aos onze de Nouembro, ã diſſemos, a ſenhora Rainha Dona Coſtança; presente**

ElRey seu marido, & a Infante Dona Felippa sua filha, & muitos fidalgos de sua, louuaram, & aprouarõ os (p. 224) trautos, que diffemos, por sy, & por seus successores, quanto a cada hum pertencia; fazendo juramento de os guardar, & firmes escrituras jobrello. Em se seguinto esto: mandou ElRey tornar o Conde a Riba de Odiana, para ajuntar as mais gentes: q̃ podeſſe & elle veyoſe caminho do Porto & deshi a Lisboa cõ muito poucos dos seus, porque os outros leixara antre Douro & Minho, hũ o aguardaſſem ata o Natal. Naquelle Cidade eſteue ſete dias; & dahi se paſſou a Alentejo por dar aguça ao ajuntar das gentes, andando elle em eſte cuidado, & estando entom em Euora, foy em tanto trazida muy honradamente de mandado de seu Padre a Inffante Dona Felippa à Cidade do Porto, ſegundo diffemos que fora acordado, hũ foy recebida com gram feſta; & prazer, vindo muito acompanhada de Ingrezes, & Portuguezes, aſſi como Monſeur Iohaõ de Olanda Condeſtabre do Duque, & Thomas Perſi Almirante da frota, & Richarte Burley seu Marichal, & aquelle D. Iohaõ Guterres Biſpo de Acresm & o Arcebiſpo de Braga, & Vaſco Martinz de Mello, & Iohaõ Rodriguez de Sá, & outros que se dala foram, & pouzou nos paços do Biſpo, que ſom muito perto da Sé deſſe logar ElRey partio de Euora, & o Condeſtabre com elle: & quando chegou ao Porto achou hi a Infãte Dona Felippa, sua molher que auia de ſer, & pouzou em Sam Francisco, & em outro dia foy ver a Infante, que ainda nom vira, falou cõ ella, prezente aquelle Biſpo, per hum bom eſpaço, & eſpedioſe, & foy jantar, & depois que ElRey comeo, mandou à Infante ſuas joyas, & ella a elle, antre as quaes lhe enuiou ElRey hom firmal de ouro, em que era poſto hum galo com ricas pedras, & aljôfar marauilhoſamente feito, & ella enuiou a elle outro, em que era huma Aguia bem obrada, com pedras de gram valor: & ElRey eſteue alli poucos dias, & foyſe caminho de Guimaraens, leixãdo cargo a Gonçalo Pirez, que entom fez Veedor de ſua fazenda, que lhe fizeſſe dar todas as couſas q̃ a ella, & a ſuas gêtes pertẽceſſe.

* Cap. 95 – *Como ElRey ordenou de tomar caſa, & eſcreueo aos Concelhos de ſeu Reyno* – p. 224-226.

ELREY naquela Villa ordenando os feitos da guerra, vieram a falar em ſeu cazamêto, & acharom, que se no dia ſeguinte (p. 225) lhe nom foſſem bençoês feitas, que se nom podiom fazer dahi a gram tempo, por a ſeptuageſima, que entraua, ſegundo coſtume da

Igreja, em que se nom deue fazer tal officio: & por acordo de todos escreueo logo ElRey ao Bispo do Porto, que em outro dia tuejse todo prestes pera lhe fazer as bençoens: o Bispo fezeo assi. ElRey cavalgou este dia à tarde, & andou toda a noite, em guisa que, andadas aquellas oito legoas, amanheceo na Cidade. O Bispo D. Iohão já estava prestes reuejtido em Põtifical, & seus Beneficiados como compria. **A Infante foi trazida muy honradamente dos paços, hù poufaua, á Sé: & alli em nome do Senhor Deos a recebeo ElRey, presente todos, por sua esposa, & molher lidima, fazendolhe tal officio o mais solemne, que se fazer pode: & esto foi a dous dias de Feuereiro em festa da Purificação da Benta Virgem: & auendo estonce ElRey vintenoue annos, & a Infante sua esposa vinteito: & esto acabado, ordenou logo ElRey de fazer sua voda, & tomar casa da quinta feira seguinte a oito dias, & escreueo às Cidades, & Villas de seus Reynos, quanto lhe prouguera serem em suas festas presentes, & a nota das cartas, que a todas enuiava, hia desta forma. *Cõcelho, & homens bons da nossa Uilla, ou Cidade de tal lugar. Nos ElRey vos enuiamos muito faudar. Cremos, que bem sabeis como auemos jurado: & prometido de cazar cõ a Infante Dona Felipa filha DelRey de Castella, & Duque de Lãcastro. E ora estando nos em Guimaraens prestes para seguir nosso caminho, segundo bem sabeis, fomos requerido per o dito Rey de Castella seu Padre, que a tomassemos por molher, segundo auemos com elle posto, anteque desta terra partissemos, dizendo que o entendia assi por seruiço de Deos, & sua honra, & melhor adereçamẽto de seus feitos & nossos, por quãto nosso senhor o Papa auia ja despendado conosco, que podeffemos cazar. Ouueos sobre ello nosso conselho, & foy acordado, que cazaßemos com ella, antes que partissemos desta Uilla, & nos por isso viemos logo aqui á Cidade do Porto, & fizemos com ella bençoens, hoje, que foy dia da Purificação de Sancta Maria: porque se em este dia nom foram feitas, nom se poderom depois fazer ata oito dias depois da Paschoa, segundo a ordenança da Sancta Igreja, & entendemos prazendo a Deos de tomar nossa (p. 225) casa segundo a nosso estado cõpre, desta quinta feira que vem, a oito dias, que foram catorze de Feuereiro e fede certos q̃ a nós prouuera muito de alguns de vos ferdes em esto, em toda a outra couza que foße feita per nossa honra, mas porque a nos compre de seguirmos logo nossa guerra, abreuiaremos o tempo, em que se esto auia de fazer; & porque entendemos que nom podiades a ello vir per nenhuma guisa, porém vos fazemos saber todo, porque fomos certos, que vos aprazerà dello.***

* Cap. 96 – *Como ElRey fez boda com fua mulher na Cidade do Porto* – p. 226-227.

NOM embargando, que os dias foffem breues, **por ordenança de tamanha festa**, mormente como naquele tempo tinhom em coftume de fazer, encomendou ElRey a certos officiaes de fua cafa, & aos officiaes da Cidade o encarrego, que cada hum defto tiueffe & com gram diligencia, & fentido tinhõ todos cuidado do que ElRey lhes encomendara, huns pera fazerem praças; & defempacharem as ruas, por hú auiom dandar as gentes, outros de fazer jogos, & trebelhos, & matinadas de noite, & fizerõ mui á preffa hũa grãde praça ante S. Domingos, & a Rua do Souto; que era entom todo ortas, hú juftauom, & torneauom grandes fidalgos, & caualeiros, q o bem fabiom fazer, & outra gente nõ. **Affi que toda a Cidade era ocupada em defuairados cuidados desta festa.** E todo preftes pera aquelle dia, **partio ElRey à quarta feira; donde poufaua, & foyfe aos paços do Bifpo, hú poufaua a Infante, & a quinta feira forom as gentes da Cidade juntas em defuairados bandos de jogos, e danças per totalas praças, com muitos trebelhos, que faziõ.** As principaes ruas, por hú eftas festas auiom de fer, todas erom femeadas de defuairadas verduras e cheiros. ElRey jahio daqueles paços emfima de hũ caualo branco, em panos douro Realmente veftido, & a Rainha em outro tal muy nobremête guarnida: leuauõ nas cabeças coroas douro muy ricamête obradas, de pedras, & aljôfar de grãde preço. Os moços dos caualos leuauaõ as mais honradas peças, q hi erõ de grande preço, nõ indo arredados hum do outro, mas ambos a igual, & todos muy bem corregidos, & o Arcebispo leuaua a Rainha de rédea diante hiam pipias (p. 227), & trombetas, & outros instrumentos, tantos que fe nom podiom ouvir, donas filhas dalgo; & iffo mefmo da Cidade, cantauom indo detraz, como he coftume de **vodas.** A gente era tanta, que fe nom podiom reger, nem ordenar: por o efpço, que era pequeno dos paços á Igreja: & affi chegarom ás portas da Sé, que era dalli muito perto, hú Dõ Rodrigo Bifpo da Cidade ja eftaua feftiualmente em Pontifical revestido efperando com a Clerefia, o qual os tomou pelas mãos, & demoueo a dizer aquellas palauras: que a Sancta Igreja mãda, que fe digom em tal Sacramêto. Entom diffe miffa, & prégaçam, & **acabado feu officio tornarom ElRey, & a Rainha aos paços, donde partirom com femelhante festa, hú auiom de comer.** As mefas eftauom ja muy guarnidas de todo o que lhe cõpria: nom fomente hú os noiuos auiom deftar, mas aquella, hu era ordenado de comerem Bifpos & outras honradas peffoas de fidalgos, & Burguefes do lugar, & donas, & donzellas do paço, e da Cidade. O Mestrefala das vodas era Nuno Aluarez Pereira Condeftabre de Portugal, feruidor de toalha, & copa: & doutros officios erom grandes

fidalgos, & caualeiros, hũ ouue aſſaz de iguarias de defuairadas maneiras de manjares. Em quanto o eſpaço do comer durou, faziom jogos á viſta de todos homens, que o bẽ ſabiom fazer; aſſi como trepar em cordas, & tornos de meſas, e & ſalto Real, & outras couſas de ſabor: as quaes acabadas alçaromſe todos, & começaram a dançar: & as donas em ſeu bando cantando arredor com gran prazer. **ElRey ſe foi em tanto pera ſua Camara, & depois de cea ao ſerão o Arcebiſpo, & outros Prelados cõ muitas tochas aceſas lhe benzerom a cama daquelas bençoens, que a Igreja pera tal auto ordenou, & ficando ElRey com ſua mulher, foramſe os outros pera ſuas pouſadas.** O Padre da Rainha, nem a Duqueza nom vierom a eſtas vodas, porque todo ſeu cuidado era em occupaçam de ſe chegar com ſuas gentes a aquelle lugar, hũ ElRey falara pera fazer ſua entrada.

* Cap. 97 – *Como ElRey deu caſa à Rainha, & renda pera ſua deſpeza.* – p. 227-228.

PER quinze dias ante; & depois, durarõ as feſtas, & juſtas Reaes, por hõra deſta (p. 228) voda, como diſſemos, & nõ ſomente naquele lugar, mas em todas villas, & Cidades do Reyno: ſegundo a cada hum erom, foram feitas grandes alegrias, & trebelhos, como ſe entom coſtumaua; & ordenou ElRey caſa à Rainha, & certa renda pera ſua deſpeſa, até que lhe deſſe, como prometera: terras pera gouernaçam de ſeu eſtado, & deulhe officiaes, que a ſeruiſſem, fazendo ſeu Mordomo mór Dom Lopo Dias de Souſa Meſtre de Chriſtus em Portugal, & Gouernador de ſua fazenda Lourenço Annes Fogaça: & Veedor da Caſa Affonſo Martinz, que depois foi Priol de Sancta Cruz: Copeiro mór Gõçalo Vazquez Coutinho, & por elle Rodrigo Annes criado DelRey Repoſteiro mór Fernão Lopez d’Abreu, & aſſi Mãtieiro; & Vchão, & outros officiaes necceſſarios: Iſſo meſmo Confeſſor mór, & Capellão mór, & outros Miniſtros do diuinal officio, & eſcudeiros ſeus pera a acompanharẽ Ingrezes, & Portugueſes, quantos vio ã comprimo. Mulheres pera aguardar, & ſeruir, Breatiz Gonçaluez de Moura, mulher ã fora de Vaſco Fernandez Coutinho, que lhe foi dada por Aya. Donas, Dona Breatiz de Caſtro, filha de D. Aluoro Pirez, Tareja Vazquez Coutinha, filha de Breatiz Gonçaluez Camareira mór da Rainha, mulher ã foi de D. Martinho filho do Cõde D. Gonçalo: Lianor Vazquez ſua Irmã, ã depois cazou com D. Fernando, ã chamarõ de Bragãça: D. Biringueira Nunez Pereira filha de Ruy Pereira, q morreo na peleja das naos ante Liſboa, mulher ã foi de Affonſo Vazquez

Correa: Breatiz Pereira, filha de Aluoro Pereira Marichal ja finado, molher que foi de Martim Vazqz de Rezêde: Lianor Pereira fua Irmãa lidima, que foi cazada cõ Gomez Freyre, & affi outras Donzellas, & molheres da Camara, quaes cõpria à hõra de feo eſtado; & mandou, q ouueſſe pera deſpeſa de fua caſa, ataque tiueſſe terras, as rendas da Alfandega, e da Portagẽ, com o Paſſo da Madeira, de que largamente podia auer vinteſinco mil dobras bem preſtes, fe as todas diſpender quizeſſe.

* Cap. 98 – *De alguns coſtumes, & bondades da Rainha Dona Felippa* – p. 228-230.

ESTA Rainha D. Felippa; foi nada de nobre padre, & madre, affi como era louuada em fêdo Infante de todas as bõdades q a molher de (p.229) alto lugar pertence, affi o foy, & muito mais, depois que nouamente foi cazada, & poſta em Real eſtado; à qual Deos outorgou marido concordauel a feo deſejo, de que ouueſſe fermoſa geração de bemaumentados, & virtuoſos filhos, como adiante ouuireis: & porẽm nos fora praziuel trabalho, podendo, louuar as virtudes, que em ella ouue. Mas porque deſto nom ſomos baſtante, cõpre eſpedirnos dello muito em breue. Eſta bemaumentada Rainha, affi como em fua mocidade era deuota, & nos diuinaes officios eſperta: affi o foi & muito mais, depois que teue caſa, & a ordenou à fua vontade, Ella rezaua ſempre as horas canonicas, pelo coſtume de Saruſbri: & perõ elle ſeja nom bem ligeiro dordenar: affi era em eſto atenta, que feus Capellaens, & outras honeſtas peſſoas recebiom nelle por ella enſinança: totalas feſtas feiras tinha em coſtume rezar o Pfalteiro, nom falando a nenhũa peſſoa, ataq o nom acabaua de todo; & quando era embargada por doença, ou conſtrangida por impedimento de parto, acerca de ſy lhe rezauom todo o que ella auia em coſtume, ouuindo o muyto devotamente, ſem nenhuma outra toruaçam. & dos jejuns nom cumpre fazer ſermom, porque o fazia muito a miude; nem do ler das ſanctas eſcrituras em conuinhaueis tempos, que affi era todo repartido, com tam madura diſcriçaõ, que nunca a ocioſidade em fua imaginação achaua morada, & era cuidadoſa acerca dos pobres, & mingoados, fazendo largas eſmolas às Igrejas, & Moſteiros. Amou bem fielmente o feo mui nobre marido, tendo bom ſentido de o nunca anotar, & da boa enſinança, & criação de feus filhos, bom fazia couſa alguma com rancor, nem odio, mas todas ſuas obras erom feitas com amor de Deos, & do próximo. Em ella auia hũa chaã conuerſaçam, proueitoſa a muytos, ſem oufania de feo Real eſtado: com doces, & gracioſas palauras a todos

prazieis de ouvir: & alegrauaſe algũas vezes, por nom parecer de todo apartada deſpaçar com ſuas donzellas em jogos, ſem ſoſpeita de enganos, lícitos, & conuinhaueis a toda honeſta peſſoa; aſſi que ſendo ſeus perfeitos coſtumes, em que muito floreceo por meudo poſtos em eſcrito, aſſaz ſeria dabaſtoſa enſinãça pera quaeſquer (p. 230) molher, poſtoque de menor eſtado foſſem.

Cap. 99 – *Como ElRey ſe eſcuzou ante o Duque, por bom ſer preſtes ao tempo, que diuera* – p. 230-231.

EM quanto ElRey fez ſuas bodas, e folgou huns dias no Porto paſſou o tempo, q̃ era deuiſado para ſe juntar com o Duque: & fazer ſua entrada por Caſtella, em que elle ouuera de ſer preſtes depois do Natal, no ſeguinte dia, & eſte era ja no mes de Março de quatrocentos, & vinteſinco, ſendo eſtõce o Duque com ſua molher em hũa Aldea do termo de Bragança. E ElRey partio do Porto pera ſe hir a aquelle logar, & leuou conſigo a Rainha, & mandou a toda ſua gente, que ſe foſſe apoz elle; & chegou acerca do Moſteiro de Craſto de Auelans: que he hũa pequena legoa de Bragança. E porque ElRey, como diſſemos, era teudo de ſe fazer mais cedo preſtes: & por certos impedimentos o fazer nom poderá, & nom lhe ſer contado, que por preguiçoſa tardança encorrera em quebrantamẽto do trauto, chegou logo áquella Aldea, hũ o Duque pouzaua, ſendo hi Dona Coſtança preſente, & Mõſeur Iohão de Olanda, & outros fidalgos, e em preſença de todos propoz ElRey dizendo aſſi: que bem ſabiom como antre elles era tratado por capitulos; & juradmento feito liança, & amizade por ſy, & por ſeus ſucceſſores, antre os quaes era conteúdo, que elle com certas lanças, & beſteiros, & homens de pém por ſua peſſoa, o ajudaſſe a aquella guerra, que ordenada tinhom, & que por o cazamento; que elle com ſua filha auia de fazer, & por eſta ajuda, que a ſua cuſta auia de ſer feita: que elle ouueſſe dello certas Villas, & lugares de Caſtella, depois que por elles foſſem cobradas, quaes no trauto erom conteúdas: & que guiſandoſe elle com ſuas gentes pera começar ſeu caminho, ſegundo prometido auia, que ouuera taes impedimentos aſſi do matrimonio, que com ſua filha a ſeu requerimento fizera, como doutras couſas necceſſarias: de guiſa, que o nom podera tam azinha fazer, nem cumprir aquella ajuda, que teudo era: mas que elle eſtaua alli preſtes com ſuas gentes para o ajudar, & fazer o que prometera, & q̃ eſto lhe dizia por ſeu bom (p.231) contentamento, com tanto que a elle prougeſſe dello; & que ſua ajuda

porem nom entendeſe ſer começada, ſaluo des o primeiro dia da Coreſma, que elle partira do Porto com ſuas gentes, & mais nom. O Duque, & ſua molher: quando eſto ouuirom, differom, que bem certos erom de ſeus razoados impedimentos, & de todo o que propozera, & que lhe prazia, & ſe contentauom de quanto por elle até alli fora feito, & e não auiom por ello o trauto antre elles poſto em nenhuma guiſa ſer quebrado, & que ſe deſto quizeſſe algũas eſcrituras, que mandaſſe fazer quantas lhe prougueſſe, & tornouſe ElRey eſtonce a teu alojamento, & eſteue alli alguns dias, eſperando gentes, & dalli alçarom ſeu arrayal, & foramno poer alem duas legoas de Bragança acerca do Eſtremo: & ElRey em huma Aldea, que chamam Babe, & o Duque em outra eſpaço de meya legoa daquele lugar. Em eſto anteque partiſſem, foy ElRey, & a Rainha cear hũ dia com o Duque a Aldea, hũ elle, & ſua molher eſtauom, com os quaes ouuerom grande prazer & depois comeo com ElRey, & com a Rainha o Duque, & muitos honrados de ſua caſa, & deque comerom, & folgarom, eſpedioſe a Rainha de ſeu padre, & madre, & a cabo de dous dias ſe tornou pera Coimbra bẽ acõpanhada do Arcebiſpo de Braga, & Gonçalo Mendez de Vaſcogoncellos, & Diogo Lopez Pacheco, & outros fidalgos, & alli mandou ElRey, que eſtiueſſem com ella Doutores, & Prelados, & a Caſa dos Dezembargadores do Reyno, hũ todos requereſem ſeu direito: & quando a Rainha ſe ouue de deſpidir, diſſe Gonçalo Mendez, como em ſaboa a ElRey. *Senhor, neste Reyno fobia dauer hum coſtume dantigo tempo, que o homem no anno, que cazaua nom auia de ir em guerra, nem ſer conſtrangido para ella: & vos que ha tam pouco que cazafes; o quereis agora britar; & vos his fora do Reyno?* E elle reſpondeo: que aſſi lhe compria por deſenſom de ſua terra, & fazer dano a ſeus imigos. E aſſi que na fim deſte capitulo tendes viſtas as primeiras duas couſas: o que aueyo ao Duque com ElRey de Caſtella, logo como chegou a Crunha, & as lianças, que com ElRey de Portugal fez, pera ſer depois em ſua ajuda.

(Trecho inicial do Cap. 100: “A RAINHA partida, & ſeu Concelho feito, encaminharõ logo de fazer entrada (...))”

Cap. 116 – *Como ElRey partio caminho de Coimbra, & adoeceo no Curual.* – p. 258-260.

ELREY de Portugal partio de Guimaraens pera o Porto, & dalli caminho de Coimbra, hũ eſtaua a Rainha ſua molher, que erõ dezoito legoas de hũa Cidade à outra: & elle nos

paços do Curual, que fôem em meio do caminho, adoeceu de grande dor de quentura, a que nom podia por cobro, & era eſto na fim do mes de Iulho. A Rainha, como taes nouas ouuiu do ſeu muito amado marido, q̃ ella tanto prezaua trigofamente partio pera aquelle lugar, & o Duque ſeu Padre com (p. 259) ella: e quando chegarõ e o virõ tão fraco, e sê esforço, que adurlhe podiom falar, ficaram tam nojoſos, & triſtes: eſpecialmente a Rainha, q̃ ſe dizer nã pode, de guiſa que logo moueo hũa criãça, & nom ſem razom, que ſe via em terra eſtranha, & cazada de pouco, & poſta em tam grande honra; & falecerlhe logo aſſi cedo, bem ſe tinha por malaaventurada entre as molheres do mûdo & cuidando eſto em ſua alma, & eſpirito nom ceſſaua de chorar, pedindo à morte, q̃ a leuaſſe primeiro. ElRey mandara chamar o Cõdeſtabre, & iſſo meſmo algũs fidalgos, & feito ſeu teſtamêto, & repartidas ſuas couſas, era o deſmayo tam grande em todos, que atendendo por ſua ſaude tal eſperança entendiom ſer vaam, nom falauom em nenhum cobro, que ao Reyno poer podeſſem, ſaluo caminhos craros, & abertos, como Portugal por ſua morte de todo ponto era perdido. A muito nojoſa Rainha chegauaſe a ElRey por o conſolar: nom ſabia como reter as lagrimas, que embargauom ſua doce fala: & atendendo por ſua ſaude, via o cada vez mais fraco: & olhando como ſe todos apuridauom huns com os outros, eſto a punha em môr deſeſperação, aſſi que ao ſeu nojo ſobre guiſa nom ſabia conſelho, q̃ poer, ſenom tornarſe ao muito alto Deos, & ſua precioſa Madre, rogando a meude em ſuas deuotas oraçoens, que ſe quizeſſe amercear de ſeu deſemparo: & aſſi como meſtra de miſericordia, proueſe de ſaude ao ſeu deſejado marido, a qual prougue por ſua mercê impetrar tanta graça de ſeu bento Filho, que ElRey começou de conualecer, & melhorar para ſaude, couſa que nom foi em menor cõta teudo; como ſe reſuſcitara da morte à vida, & aproveitando em ſua boa melhoria, chegouſe hum dia o Duque á cama & diſſe: que lhe pedia por mercê; que perdoaſſe ao Conde Dõ Gonçalo, & Ayres Gonçaluez de Figueiredo algum erro, ſe lho feito tinhom, & os mandaſſe ſoltar, & ſeu filho com elles. *Em verdade* (diſſe ElRey) *eu nunca os mandey prender por couſa, que entendefe, que contra mim obraſſem, mas fizeo por me nom fazerem deſeruiço, que me pareceo que queriam fazer, & porem os retiue até hora, ante mandaua dar mantimento a elles, & a ſuas molheres; como ſabereis por verdade: mas pois a vos, ſenhos, aſſi apraz, eu ſou lédo que os ſoltem logo.* E aſſi (p. 260) era defeito: como ElRey diſſe, ca o Conde auia por mês quinhentas liuras, que erom vinte dobras, & Ayres Gonçaluez a uia ſeis, o Duque moſtrou, q̃ lho agardecia muito, & fez geito de lhe beijar a mão, ſegundo coſtume de Portugal, mas ElRey nã lho quis coſentir.

ESTANDO o Duq̃ com ElRey naquela Cidade [Coimbra] por eſpaço de algũs dias; ordenou de partir de Portugal: & ſe ir áquella Comarca, hũ ficara com os embaixadores de Caſtella, & ElRey, que parte ſabia de todo ſeu feito, tinha ja mandado armar ſeis galés na Cidade de Lisboa, es quaes erom partidas pera o Porto, por ſe juntarem com outras, que hi eſtauom, de guiſa que erom por todas catorze; de que Affonſo Furtado leuaua governança, que era Capitam do mar. O Duque partio cõ ſua molher, & familia pera aquella Cidade; hũ auia de embarcar: & ElRey, & a Rainha em ſua companhia: hũ folgarom hũ pouco deſpaço: nom por as gales nom eſtarem preſtes, ca o erom muy compridamente de todalas couſas, que miſter faziom, mas por ſolazar com a Rainha ſua filha, que nom ſabia quando a auia de tornar á ver. Ora anteque o Duque parta: porque auemos de ir com elle, pera virmos dar conta do que lhe auier ſobre eſte negocio, queremos primeiro reprender algũas nom bem ditas rezoens, que hum Autor em eſte paſſo mais por deſamor, que por fazer hiſtoria, enxertou em ſeu volume: das quaes hũa foi: **que ElRey de Portugal em eſta Cidade, anteque o Duque partiſſe, lhe pedira, que dotaſſe ſua filha, com que cazou: o que era razom de fazer; a outra, que lhe pagaſſe o ſoldo: que auia de ter elle, & as gentes, que com elle entrarom em Caſtella, & as deſpezas, que naquela ida fizera, das quaes rezoẽs diz que ſe o Duque muito (p.262) queixou, dizendo contra ElRey: que fiando elle delle ſua filha, & leixandolha em refẽs, pelo que elle, & ſua companha auiom dauar de ſeu ſoldo, pera depois cazar com ella, tanto que diſpenſaçaõ ouueſſem, que elle a tomara por molher: dormindo com ella, anteque as letras de Roma vieſſem, pelas quaes elle mãdara o Biſpo de Euora, & Gonçalo Gomez da Sylua, & que as nõ poderom auer do Papa Vrbano, que entom era: & que por dias nom bẽ acordados: & que o Duque, vendo que nom podia ja mais fazer, catara a melhor maneira, que poderá, a qual fora, que por dotar ſua filha & paga do ſoldo, que ElRey, & os ſeus auiom dauar, & deſpeſa, que na ida gaſtara, que o Duque lhe fizera doaçaõ dos lugares todos, que em Galiza auia ganhados, & feitas eſcrituras deſto quaes compria; que o Duque ſe partira do Porto, & ſe fora pera Bayona de Ingraterra.** E aqui acabou ſeu mao rezoado: o qual poſto que de repolta merecedor nõ ſeja, a clara verdade breuemente o impunha: deſta guiſa vãs achareis no quarto capítulo do trauto, q̃ ElRey cõ o Duque fez, quando ſe primeiro virom, q̃elle com hoſte de duas mil lanças, & mil béſteiros, & dous mil homens de pã, & ſua propria peſoa

à sua custa, & despesa foyte teudo de o ajudar aquelle tẽpo, q̃ entom deuifarom, & porẽ nom tinha rezõ de lhe requerer, & pedir tal paga como defeito nom requireo: & poſto q̃ cõuẽça tal fora: e lho ElRey eſtonce requerera, nõ era error, q̃ em elle desfizeſſe: ca ſenom tinha por menos de ſenhor, & eſtado, o Principe de Gales, filho DelRey de Ingraterra, q̃ veio ajudar ElRey D. Pedro, quando foi a batalha de Najara, & aſoldadado vinha elle, & todolos, q̃ com elle vinhom, como vereis, hũ falamos de ſeus feitos: e però ſe muito trabalhaffe dauar de todo pagamento, & nom podeſſe auer de nenhũ lhe foi entam contado por mingoa, como eſte Autor cuidou q̃ prazmaua: poſtoq̃ acontecera, como errãdo eſcreueo. **Que o Duque dotaffe ſua filha, eſto nom auia porq̃ lho pedir: ca em hũa clauſula deſſe meſmo trauto diz: q̃ por bẽ daquele matrimonio, & ajuda; q̃ o Duque DelRey auia dauar, lhe dauom elle, e ſua molher aquellas Villas, e lugares q̃ no trauto ſom nomeados, de q̃ ſe ElRey aſſaz contentou, poſtoq̃ tal eſperança duuidoſa foyte; & nom (p. 263) auia porq̃ lhe mais pedir outro dote; poisq̃ de todo o q̃ o Duque trataua, ElRey de Portugal era ſabedor.** A doaçam, que diz: q̃ lhe fez das Villas, & lugares, q̃ em Galiza auia cobrado, a razom eſto nom quer conſentir, ca elle era poſto dacordo com ElRey de Caſtella por ſeus menſageiros, como diſſemos: & nom auia porq̃ fazer doaçam do que a outrem ja tinha leixado, nõ ElRey nom aceitara, que de ſeus feitos nom ſabia parte. **Que algum outro queira dizer, que lhe requerera dote de dinheiros: eſto mais pouco lhe pediria ElRey, ca o Duque eſtaua entom aſſi miſterioſo: que eſcuſado era tal requerimento, mormente, que ſua grandioſa liberalidade era aſſi contente do linhagem, virtudes, & condições da Rainha ſua molher, q̃ eſto era a elle baſtante dote pera contentar ſua profunda grandeza, a qual empreſtou ao Duq̃ aſſaz de pratam que miſter ouue, e dous mil, & duzentosm nobres, antesque ſe foyte, & nom lhe requireo dello pagamento, & mais pouco lhe requereria;** eſto foy por mal dizer: que por mal dizer foi aſacado. A leixada, que diz de ſua filha em poder DelRey, & a tomada, que conta, como ouue, & deſacordo, em que por eſtas couſas eſtiuerom alguns dias deſauindos, eſto nom ſomente he falſo, & de todo contra a verdade, mas ainda he clara mentira. Ora ſeja tomada eſtreitamente por malicia do que a diz: ora ſeja por largo modo, quãdo ſe afirma por ignorancia do que arrezoa; porque ElRey ſempre foi dacordo com elle, & muito obediente, no que lhe podia comprazer, & a ſeu requerimẽto fez voda com ſua filha, de que o Duque foy muito contente, como ſe largamente podia moſtrar: mas eſto, que ſe ſegue por breue informaçom, a baſte. Que o Duque no começo deſtes feitos eſtando acerca de Chaues, em hũa Aldea, a que chamom Carrezedo, chegou a elle hum

Letrado do Concelho DelRey, por coufas algũas, que lhe por elle mandaua dizer: das quaes lhe o Duque enuiou reposta per hũa carta, cujo ditado era este.

Muy noble, & muy honrado, & poderoso Rey noſſo parente, & amigo. Nos ElRey de Castella, & de Leom, Duque de Lencastro vos enuiamos muito ſaudar, como a Rey que muito amamos, e prezamos, & de que muito fiamosm & para quem queremos muita honra, & boa ventura, & tanta vida, & ſaude como pera nos meſmos (p.264) fazemos vos a ſaber. &c. E depois de muitas couſas, que na carta erom conteúdas, huma verba dizia aſſi. Outroſy vos agardecemos muito, & temos em meſura, & cortezia, & nobreza, que com noſſa filha mostrais, & de voſſos ricos doens que vos prougue de lhe dar; & de boa ordenança: que lhe aueis feita pera mantimento della: & de ſeu eſtado: & dos que com ella eſtam: pelo qual nós ſomos muy teudos a fazer por honra voſſa, & de voſſas couſas: aſſi como por as noſſas meſmas: & fiamos em Deos, que nos ponha em tal eſtado, q̃ volo poſſamos conhecer, como cumpre a noſſa honra: & voſſa. Muy noble, & muito poderoso Rey noſſo parente, & amigo; noſſo Senhor Deos vos aja em todo tempo em ſua guarda, &c. Aſſi que parece muito ao contrairo do que aquelle Autor, por mal dizer, eſcreueo acerca de taes feitos. A diſpenſaçam, em que poz a boca, reſponderemos, tanto que viermos, porque de preſente temos muito que falar em outras couſas.

Cap. 122 – *Começo de reposta á diſpenſaçam, que diſemos: que aquelle historiador falara* – p. 271-273.

POIS que ja tornamos de Bayona de Ingraterra, acabados os feitos do Duque; conuem, que reſpondamos, anteque contemos outra couſa, a aquella malfalada rezam, em que poz boca aquelle hiſtoriador, que diſſemos notado por mal dizer, que o Papa nom diſpenſara com ElRey, que cazar podeſſe, nem lhe fora trazida tal letra: & que ficarom ao Duque de mandar por ella. Ora fundamento deſta rezam ſeja: que ſe poucos homens ſam, q̃ nom tenham imigos, & contrairos; ou a que todos bem queirom: bem ſe pode eſto dizer DelRey Dom IOHAM, que nom ſomente dos Caſtellaõs a elle vizinhos; mas de ſeus naturaes Portugueſes tantos imigos, & contrairos tinha, os quaes nom com zelo de bondade, mas prenhes do mao falar, partirom, dizendo duas falſas rezoens. A primeira; que o Papa Urbano nom quizera diſpensar com elle. A ſegunda, que Bonifacio, que depois viera, diſpensara com certas condiçoens; aſſi que nom dorom ligeiros os erros, que de taes hiſtorias naſcerom; mas porque a breue eſcritura nom pode declarar as longas duuidas,

bem poucas palauras muito cõcrudir em forma, a nós conuem por repofta deſto por meudo contar duas principaes couſas, a huma, cuja foy a diſpenſaçã, & com que condiçoens, a outra, qual foy a cauſa de ſua tardança: hú ja ouuiſtes como os Pouos, & Prelados do Reyno, tanto que o Meſtre foy alçado por Rey, ſupricaram ao Papa Vrbano, que os demouera ao enleger em Principe e ſenhor poer naquela Real eſtado, & que porquanto para auer o Reyno, & licitamente poder cazar conuinha ſer diſpenſado com elle, que pediam a ſua Sanctidade que o quizeſſe fazer, & auer por bem feito quanto em ello auiam obrado, & como depois o Biſpo de Euora, & Gonçalo Gomez da Sylua, que auia mais de hum anno, que com eſta ſupricaçam em duas galès partiram para a Corte, mandaram recado a ElRey quãdo trataua ſeus feitos com o Duque dizendo: como chegarõ a Genoa, hú acharom o Padre Sãcto, & que apreſentada ante elle a ſupricaçam, ã de ſeus feitos leuauom, que elle em todas couſas por ſua parte pedidas (p. 272) benignamente diſpensara, & que o rol ja era aſſinado, & trabalhariom de tirar as letras. E em andando elles em eſte cuidado por dar a execuçam, foram embargados por hú Meſtre Anriq Ingres q̃ eſtonce eſtaua em Corte, o qual fingindoſe grande ſeruidor, & amigo do Duque, ſem ſaber elle, nẽ ſua molher deſto parte, falſamẽte informou ao Papa dizẽdo; q̃ o Reyno de Portugal pertencia á Duqueza Dona Coſtãça, & deſhi ao Duque de Lẽcaſtro, por ſer ſeu marido. O Papa ouuindo ſuas rezoens, porque ElRey de Ingraterra ſobrinho deſte Duque era hum dos notaueis ſenhores, que lhe eſtõce obedeciõ; deſhi porque alguns affirmauã muito, que ElRey de Ingraterra queria tratar que ElRey de Caſtella ſe deceſe da tençam, que tinha, e vieſſe à obediência da Igreja, mandou aſſi eſtar quedas as letras; atá que foſſe ſabido em certo como era, o que lhe falara aquelle Meſtre Anrique. Soube ElRey eſto, a que o mandarom dizer, & teue dello gram queixume, e ſentido, cuidando que por parte do Duque lhe fora poſto tal embargo nom ſabendo em ello, que cuidar, & enuiou a elle ſobre eſto recado per hum Doutor de ſeu Concelho, moſtrandolhe huma carta de crença, o qual lhe reſpondeo por outra, de que deixando o ditado, porq̃ o ja tendes ouuido dezia deſta guiſa.

Fazemoſuos ſaber, que Gyl Docem de voſſo Conſelho veio a nos, & deu nos hũa voſa carta de crẽça, e diſſenos da voſa parte algumas couſas, eſpecialmente em como voſos embaxadores, que enuiaſtes a Corte de Roma, foram embargados de voſſos negocios, que enuiardes de liurar com o Papa, per hum Meſtre Anrique Ingres, dizendo, que o direito do Reyno de Portugal pertencia a minha molher, & a nos em ſeu nome: & entendemos todo o que nos ſobre eſto enuiaſtes dizer, muy nobre, & poderoſo Rey, vos fede certo que

esto nunca foy falado por nos, nem por noſo mandado, nem da dita Rainha, nem nos prouue, nem praz dello, antes fabei, que aſi por alguns voſſos, q̃ mandaueis, como per outras peſſoas, que hiam a Corte, enuiuamos demandar afincadamente ao Papa, que por amor de nos deliuraſe logo voſſos negocios, aſſi como ſe foſſem noſos, ca temos que noſos feitos, & os voſos que todos erom huns, ſegundo as maneiras, que antre nos, & uos erom, & que esto lhe teríamos em graça eſpecial, & por eſto nom deueis de cuidar, que por nos nem (p. 273) por a dita Rainha foſſe mandado, nem conſentido couſa, porq̃ a voſſos negocios vieſſe embargo, & deueilo auer por certo per algumas razoens; eſpecialmente, ſe nos em ello ouueſſemos falado, como trataríamos nos cazamẽto da noſſa muy amada filha Felippa comuoſco? Ca a nos compria muyto: ſegundo noſſo estado: que ella ouueſſe honra, & estado, ſegundo o linhagem donde he. Outroſy, porq̃ vos entendais, que nos auemos em noſſo carregio voſſos negocios, & em noſſo coração, aſi como noſos meſmos: ordenamos de enuiar à Corte de Roma o noſſo bem amado Mestre Guilherme, Doutor em Leys: Chanceler do noſſo fello da Puridade, pera que em noſo nome informe o Papa da noſſa vontade nos feitos, que tangem a voſſa honra, & deliuramento de voſos negocios. Dat. &c. Aſſi que eſto foy o começo da tardança: porque as letras logo nom vierom.

Cap. 124 – *Como morreo o Papa Urbano: & ElRey mandou ſeus Embaixadores a Bonifacio* – p. 273-276.

AVENDO os Embaxadores taõ abertos a zospor eſte negocio ſe perlõgar muyto, partiromſe da Corte, & chegarom a Portugal, contando todo o que ſe paſſara; e como laixauom o rol aſſinado, & certas rezoens de ſua detença. ElRey, ſem poer mais detença, ordenou de mandar logo lá outra vez, & tornarom à Corte aquelle Dom Iohão Biſpo de Euora, & em lugar de Gonçalo Gomez foy João Affonſo Priol Dalcaçoua de Sanctarem Bacharel em Direito, filho do honrado Caualeiro Affonſo Eſteuens da Azambuja, & foram eſtes menſageiros ao Papa, & requerendo-lhe por vezes: que mandafſe fazer as letras, como no rol era cõteudo ja por elle aſſinado: elle daua a ello ſuas coloradas eſcuſas: leuando os de dia em dia, de que elles nome erom bem contentes, em tanto que falandolhe hũa vez acerca deſto, preſente alguns Cardeaes: & vendo como ſe hia perlongando muito alem do rezoado, diſſe aquelle Iohaõ Affonſo, que hia com o Biſpo; q̃ pois a Sua Santidade nom era apraziuvel de lhe logo mandar fazer taes letras, & punha em ello tam longo treſpaço, que a elles compria mais tornaremſe ſem repoſta, que eſtarem alli perdendo o

tempo. O Papa diſſe, que nom auia porque ſe agrauarem, ca elle auia ElRey de Portugal por (p. 274) abſolto, & com elle diſpenſado compridamente em todas couſas, que lhe mandara pedir: poſto que as letras tam cedo feitas nom foſſem. Iohão Affonſo reſpondeo a eſto algũas rezoens, de q̃ ao Papa deſprouue: & aſſi como queixoſo falou contra elle dizendo *Tu te podes ir, quando quizeres: mas ſe te fores, tu irás, & tornarás*. E acordarom elles, vendo ſua vontade, de ſe partirem ſem mais tardança, & vindo ſeu caminho pera virem embarcar em Frandes, forom preſos em Alemanha; & reteudos ſem porq̃ ſaluo por os eſpreitarem, & ouueromſe de render por dous mil florins de Camara. Fizeromno ſaber a ElRey, q̃ ſem mais perlonga mandou fazer delles caimbo, & entregues em Mediomburgo, forõ ſoltos, & tornados ao Reyno. E ordenado ElRey mandar lá outra vez por dar fim a eſta couſa, q̃ lhe tanto conuinha; eſte Papa Vrbano morreo, auẽdo ja doze annos que regia a Igreja, e paſſaua de dous q̃ aſſinara o rol daquela diſpenſaçam, & dos quinze dias de Outubro, q̃ ſe elle aſſi finou em Roma, até os dezoito ſeguintes: forom os Cardeaes occupados em ſua ſepultura, & eſtar no Conclauí pera eleger, aos dous dias de Nouembro foi eleito Papa outro, q̃ chamarom Bonifacio Nono, que ſuccedeo em ſeu lugar. E ElRey como deſto ſoube certas nouas, nom embargando a ſupricaçam que pelos Embaxadores primeiros mandara: & o aſſinamento do Papa Vrbano, que de ſua diſpenſaçam leyxara feito, ordenou logo de mãdar na Corte com outra ſupricaçam de nouo feita aſſi como a primeira. Os do Concelho, que erom letrados, diſſerom; que tal couſa era eſcuſada; ca pois o Papa Vrbano com elle diſpẽſara, & o rol era ja aſſinadom porq̃ as letras foſſem feitas, que nom auia miſter mais ſaluo requerer que as fizeſſem, & que eſto era regra geral na Chancellaria do Papam & couſa mandada, & poſta em vzo por todos os Summos Põtifices, que a graça feita pelo Sãcto Padre, poſto que nom foſſe eſcrita em ſua forma, ou foſſe feita, & nom bullada: que nom eſpiraua porẽ por morte delle, mas ficaua e ſua força des aquelle tempo, que elle a outorgara, e nõ do tempo, q̃ foſſe feita, ou lhe pozeſſem o ſello, aſſi que a graça era do Papa finado, & a Billa do q̃ ſocedia, & porẽ nom auia porq̃ mais ſupricar outra vez. ElRey nõ embargado eſto, e outras couſas (p. 275) que lhe razoarom por mór cautela, & auondamento mandou fazer hũa tal, como a primeira, em q̃ elle, & os poucos ſupricarõ aquello, que já ouuiſtes, q̃ na outra hiam pedindo a S. Sãctidade; q̃ em todo miſericordioſamente quizeſſe diſpenſar, & enuiou alá por Embaixadores aq̃lle Iohão Affonſo, q̃ era ja Biſpo de Sylues, & hũ honrado fidalgo Iohaõ Rodriguez de Sá, que ante deſto por vezes nomeamos, os quaes partirom em duas galès, & ſeguindo ſeu caminho, chegarõ à Corte, & dada ao Papa a ſupricaçam, q̃ aſſi levauom: elle a ouue por ſobeja, & benignamente reſpondendo, diſſe q̃ pois ſeu anteceſſor auia

outorgado tal graça & o rol affinado, fegundo elle fabia, que era de prefente eftonce; q̃ efcuſado era de fupricar mais fobrello, ſenom fómẽte requerer as letras, & tẽdolho elles em grande mercẽ, na melhor maneira que o dizer fouverom; pedirõ mais a Sua Sãctidade, que de como o Papa Vrbano auia diſpenſado com elle, tanto que fua fupricaçam lhe fora moſtrada, poſto que de alguns impedimentos ouueſſem torua, porque as letras nom foram tiradas, que deſſe dello teſtimunho em fua Bulla, pera demouer das gentes algũa errada tençom, que muitos contra eſto tinhõ. O Papa diſſe, q̃ lhe prazia muito, & q̃ todo o q̃ perante elle paſſara, notificaria aos poucos do Reyno, e mais outra letra, em q̃ abaſtoſamẽte ſe contiueſſe todo aquello, q̃ elles defejauõ. As letras feitas, partirõſe da Corte, & chegarõ a Portugal, & viſtas por ElRey, e os de ſeu Concelho, por quãto a publica voz, & fama nõ direitamẽte cõtada muitas vezes empẽce a verdade, & por ceſſar de todo qualquer razõ, q̃ a eſto foſſe contraira, mãdou ElRey as publicaſſẽ na Igreja Cathedral de Lisboa, por tirar ſoſpeita do q̃ algũs ignorãtes falauõ, dizendo, q̃ pois ſeus Embaixadores tâtas vezes hiõ, & vinhõ, q̃ o Papa Vrbano nõ quizera diſpenſar cõ elle. A eſta Cidade, q̃ he cabeça do Reyno forõ as letras enuiadas, & feito geral chamamẽto de todos os Cidadãos, & ainda donas; e outro muito pouo, q̃ pera ouuir eſto erõ prefentes, & os grandes Padres, & Senhores Dom Ioão Biſpo deſſa Cidade, & Dom Iohão Biſpo do Porto, & os honrados Daião, & Cabido deſſa Igreja: iſſo meſmo de peſſoas leigas eſtauõ ahi os prudẽtes, & diſcretos barões Lourenço Annes Fogaça Chançarel Mor DelRey, & Martim Affonſo Valente, & Lourenço Eſteuens da (p. 276) Azambuja, & outros caualeiros, & outras muitas peſſoas, aſſi Eccleſiaſticas, como ſeculares, que nom faz mingoa ſerem nomeadas: & hum Domingo, que erom noue dias de Iulho, percebido pera eſto hum grande Letrado Meſtre em Theologia, muy famoſo pregador da Ordem de San Franciſco, chamado Frey Rodrigo de Cintra, todos atendo em manſo ſilencio pera ouuir, foy per elle feito hum ſermaõ aſſaz ſolemne a tal auto pertencente, & acabada fua prégaçam foram viſtas hũas letras Apoſtolicas de toda ſoſpeiçam carecentes, as quaes em alta, & entendida voz decima do pũlpito publicadas: a primeira continha eſte theor.

Cap. 125 – *Do theor da primeira Letra, que na Sé foy publicada* – p. 276-279.

Bulla da diſpenſaçã

BONIFACIO Biſpo ſeruo dos ſeruos de Deos: a todos aquelles, que eſtas letras virem: e eſguardar quizerem, ſaude, & Apoſtolica bençam. Porque de boa rezã pertence á

honestidade: conuem que as graças procedidas do Romano Pontifice: posto que as letras sobre estas taes coufas aconteeſe nom ſerem feitas que conſigam ſeu efeito: & venhom em publico conhecimento: porém a todos geralmente notificamos, & a voſſa noticia por as presentes fazemos certos, que nos paſſados dias por parte dos amados filhos Prelados, & Nobres baroens: & Pouos dos Reynos de Portugal: & do Algarue a Vrbano Sexto de boa memoria noſſo predeceſſor, & pelo honrado Irmão Biſpo de Euora, & por alguns outros embaixadores foſſe ſignificado, que elles per certas rezoens: & euidêtes coufas, mormente, porque Iohão Anriquez occupador dos Reynos de Caſtella, & de Leom eſtes Reynos de Portugal, & do Algarue ſe eſforçaua ſubjigar, & eſtruir, ſendo carecentes de Rey: que os defender podeſſe: que elle ſaudauelmête prouendo à honra, & eſtado dos ditos Reynos: & contrariar aos maos deſejos deſſe Iohão Anriquez eſforçado perſeguidor delles. & da Sancta Igreja eſpoſa de Ieſu Chriſto. O muito amado noſſo filho Iohanne filho natural de Pedro baraõ de boa memoria a aquelle tempo Meſtre da Caualaria da Ordem de Auiſ, todos de hum coração, & vontade o (p. 277) pedio, & tomarom em Rey dos ditos Reynos aſſentando o na ſeda Real: e veſtindo o nas reaes veſtiduras, guardando em ello todas as honras, & ſolemnidades devidas, & acouſtumadas. O qual Iohanne per eſte modo Rey o recebimento: e aſumçam delle feita: e as outras coufas como dito he, por grande neceſſidade; e claro proveito deſſes Reynos pelo dito Iohão Anriquez deſtruidos, e occupados; aceitara: e conſentira: leixando o habito da dita Ordẽ; e veſtiduras reaes trazêdo: como defeito trazia; e pode deſenſom deſſes Reynos em autos de armas ſe miſturara: nos quaes incêdios, omicidios de peſoas aſſi Eccleſiaſticas; como ſeculares, e muytos outros danos ſe ſeguirom; e por tão to por eſes Prelados, e nobres do Pouo, e a eſſe Vrbano Predeceſor noſſo por ſeus embaixadores humilmente foy ſupricado, que penſadas eſtas coufas por intrinſeca caridade, eſte Iohanne Rey, a aquelle tempo Meſtre da dita Ordem, per Apoſtolical autoridade tiueſſe por bem abſoluer do laço da culpa, & excomunhaõ, que por ocaſiam de qualquer dellas lhe aconteeſe dencorrer. Deſhi porq̃ em outro tempo, quando Fernando Rey deſſes Reynos, Irmão deſte D. IOHAM Rey, ſe ajuntara a Ruberto filho de perdiçam, q̃ por excomũgado atrevimento ſe chamou, como ſe preſume de chamar, Clemente Septimo, mō curando dos proceſſos contra elle, & o dito Iohão Anriq̃z fora preſẽte nas bodas deſſe Iohão Anriq̃z cõ hũa filha deſſe dito D. Fernando Rey, quando ambos cazarom favorecendo eſſe Antipapa, & Iohão Anriquez trazendo publicamente veſtiduras de ſirgo tecidas com ouro: & outras vaãs, & deſhoneſtas coufas, em que ſe meſturando apoſtataſe ſua Ordem, & de toda a mezcla de infamia, e inhabilidade, em que ſe per qualquer modo enorreſſe, tiueſſe por bem de o remouer:

ainda com este Iohanne Rey, nom embargado as coufas ja ditas, & o defeito de sua nascença, sendo gerado daquele Pedro Rey, & de hũa mulher nom sua: postoque fossem ambos cazados, & postoque o dito Rey fosse professo da Ordem, & Caudalaria de Auis, da qual os professos em seus estados, & obsequancia regular dos monges de Cistel deue ser conformes, & por nenhũa guisa casar, q̃ elle podesse auer esta dignidade, nome, & honra de Rey, & reter, & possuir, & cazar licitamente: & se por ventura com a muyto amada (p. 278) em Christo nossa filha Rainha destes Reynos ouuesse cazar, como ordenara de cazar esse Ihoanne Rey: & Felippa Rainha; sem embargo dempedimento qualquer de parêntesco: ou das coufas susoditas, licitamente podessem ficar no dito casamento & a geração ja concebida, ou que de tal matrimonio nascesse, por autoridade Apostolica decrasse ser legitima. A qual coufa esse Urbano nosso Predecessor em presença de algũs Cardeaes seus Irmãos, do numero dos quaes nós a aquelle tempo eramos presente; a esse Iohanne Bispo, como encima he ja cõteudo; humildosamente suplicante respondeu: & em publico disse, & afirmou, que elle: consideradas todas as coufas susoditas: & outras certas, & razoauis a esto mouentes seu coração, esse Iohanne Rey, a aquelle tẽpo Mestre da dita Ordem: absoluera, & habilitara, ainda com elle, & cõ a dita Felippa dispẽsara, & o exẽptara, & absoluera da obrigaçam da dita Ordem, & todas as outras coufas, & cara hũa dellas, como lhe suplicado fora, assĩ como coufa necessaria; concedera, e outorgara, e ainda hum outro dia a esse Iohãe Bispo suplicãte, nós, e outros Cardeaes presẽtes; publicamente respondeu, & afirmou, q̃ elle auia esse Iohanne Rey sobre as coufas ante ditas, por absolto, & cõ elle dispensado; como ja diro he. Ora como he verdade, q̃ sobre esto veyo a morte ao dito Urbano nosso Predecessor, e as letras Apostolicas sobre as taes coufas nõ forõ feitas, porẽ nós, querendo prouer á hõra: & estado desse Iohanne Rey, & Felippa Rainha sua mulher, e todos os moradores desses Reynos: postoq̃ taes letras sobre estas coufas nõ fossem feitas, viuendo nosso Predecessor: esse Rey, e Rainha, e os suplicãtes ja ditos nõ careçam de seu effeito. E porq̃ se todo assĩ passou a vossa noticia por remembrança pera sempre por estas presentes o fazemos certo. Porém nós por mór cautela; & segurança, e ainda por mór firmeza: este Iohanne Rey de nouo absoluemos, & toda magoa de infamia, e inhabilidade de todo lhe tiramos, e cõ elle sobre as coufas assĩ ditas, & cõ a dita Felippa Rainha dispensamos, q̃ licitamente fique no casamento feito antre elles; & a geraçam concebida do dito matrimonio, e a que se cõceber declaramos ser legitimas, e todas as coufas susoditas auer feito, cumprido e outorgado, assĩ como dito (p. 279) he. E se por ventura em estas presentes algũa cusa desfalecer: nós todo defeito, & magoa soprimos, como se mais compridamente contem em outras nossas letras, que sobre esto mandamos fazer: a nenhum

ergo homem de todo em todo conuenha esta letra de noſſo demoſtramento reducçam, & abſoluiçam, habilitaçam, & diſpençaçom, concedimento, & ſuplicaçom de noſſa vontade quebrar, ou por ſandeu atrevimento falar o contrairo. E ſe por ventura algum eſto preſumiſſe tentar, ſayba que na ira, & maldiçõ do todo poderoso Deos, & dos beuauenturados Apoſtolos Pedro, & Paulo encorrerá. Dat, &c.

Cap. 126 – *Da publicaçam da ſegunda letra, que os menſageiros trouuerom da Corte* – p. 279-284.

ACABADA de ler eſta letra, & ouuida com muyta lèdice, fizeram calar todo aquelle Pouo por bem eſcutar como a primeira entom publicarom outra deſſe meſmo Bonifacio Papa, cujo treſlado ſe ſegue.

Segũdo Breue do Papa Bonifacio.

BONIFACIO Biſpo ſeruo dos ſeruosde Deos ao muyto amado em Chriſto filho eſclarecido Rey Dom IOHAM de Portugal, & do Algarue ſaude, & Apoſtolica bençam. Por diſpoſiçam da Diuinal clemencia, porque os Reys reynom, & os Principes ſe aſenhoreom; ſem noſſo mericimẽto, ſomos poſto aſſi como hum claro lume ſobre as gentes dos Chriſtãos; & porem ás vezes he neceſſario dalguns Reynos, & ſenhorios diſpoer por paz, & juſtiça dos pouos, e exalçar os ã conhecemos, que ſom dinos, e pertencentes pera reger, & governar as gẽtes delles moradores, & poſtos em tal dignidade, os deuemos nella conſeruar, & fazer fortes, por tal que julguem os pouos em igualança, & encaminhem as naçoens delles, como pertence ao ſenhorio, que tomarom, & poderio, que lhes do Ceo he dado, para caſtigo dos maos, & gloria, & louuor dos bons, de guiſa, que ſua vontade ſeja ſempre em execuçã de juſtiça, & ſeu penſamẽto na direita ley, & guarga da ſancta paz. Aſſi he, que na filial petiçã, ã o honrado Biſpo de Sylues, & amado Iohã Rõiz de Sã teus Embaxadores (p. 280), e dos Prelados, e pouos deſſes Reynos a nòs ſobre eſto enuiados certamente ſe cõtinha, que ſendo eſſes Reynos nos dias paſſados, por morte DelRey Dom Fernando, orfãos, & vagos da Real Dignidade arrado ſeu poſtumeiro dia ſem filho legitimo, que os herdar ouueſſe, os ditos Prelados, & Pouos delles vendo como Iohã Anriquez tédor dos Reynos de Caſtella, & de Leom ſeu injuſto perſeguidor & imigo de Deos, & de ſua eſpoſa a Igreja de Roma, & de Vrbano de boa memoria, noſſo Predeceſſor Papa Sexto, o qual por ſciſmatico hereje per ſentença, condenou ſer punido, porque ao filho de perdiçã Ruberto Cardeal entom chamado dos

doze Apostolos, & agora por sacrilega ousadia Clemente Septimo presumio de se nomear, & presume, sem curar dos processos de nosso Predecessor contra elle: & como emadendo mal amales, & esse dito Iohão Anriquez constringeo a lhe obedecer as gentes a elle fogueitas, & de todo em todo esses Reynos de Portugal, do Algarue se esforçaua ocupar & possuir, a cujos peruerfos cometimentos, & esforços, os ditos poucos, & Prelados, proueitofamente resistir nom erom bastantes, pois de Rey, & Defensor pertencente de todo careciõ & receando, que elles, & os ditor Reynos ao depois viesse a poder, & tyrania do dito Iohão Anriquez, & obediência desse Antipapa, em prejuízo grade de suas almas, & pessoas. E por tão querendo delles prouer assi mesmos em honra, & saluaçam dos ditos Reynos, & contratiar a seus danos assi mesmos, & honta, & perigos, lhe conueio, & foy força do eleger tal homem por seu Rey & senhor; que foubesse, & podesse faudauelemente os ditos Reynos reger, & governar, & com grande ardidez emparar, & defender das forçosas mãos do dito Iohão Anriquez, & recobrar os lugares, que ja erom de todo perdidos: & que estonce adereçando os olhos de seu entendimento, & suas certas consiraçoens a ti nom legitimo filho de Pedro Rey de boa memoria de Portugal, & do Algarue, & Irmão do dito Rey Dom Fernando postrimeiro Rey desses Reynos, professo, q̃ entõ eras da Ordẽ de Calatraua no Bispaado de Euora da Ordẽ, e Regra de Cistel Mestre da Casa de Auis: por singular deuaçam, & especial amor, q̃ em ti viom acerca de nosso Predecessor (p. 281), & da Sancta Igreja e Roma deshi pureza de Fé, & bondade darmas, pela qual tu, & teu Chriſtianiſſimo linhagem com muyto louuor alerdes esclarecido conhecerom, & conhecem por deliberado conselho, & madura concordança, todos de hum coração, nenhum desto desuiando, por diuinal inspição, como se piadosamente crẽ, guardadas as cerimoniaſ, & deuidas solemnidades canonicamente te elegerom, & te tomarom por Rey dos ditos Reynos, assentandote em Real assentamento, vestido de reaes vestiduras, guardando todas as outras couſas em ſemelhante auto acostumadas, & tu consirando as ditas couſas, por paz, & faude, & bem desses Reynos, cobiçando aproveitar mais, que senhorear na dita eleição consẽtiſte aceitando o nome de Real dignidade, leixando o regular habito, nom em desprezamento da dita Ordem, nem poderio das nossas clauſes, mas esperando na benignidade da Sé Apostolica, q̃ auerias ſore eſto diſpenſaçom, & des entom tiueſte, & possuiſte como ainda tens, & gouernas eſtes Reynos, como Rey, & com a muyto amada em Chriſto Felippa filha do nobre baram Iohanne Duque de Lencaſtro enobrecida Rainha desses Reynos, por palauras de presente, & acabado matrimonio, cazaſte auendo della geraçom, & se agora leixaſſes a honra, dignidade, & ome de Rey, & desemparaſſeis os ditos Reynos, ſendo quite, & apartado della:

podersehiom seguir desto grandes danos, & escandalos porém por tua parte, & destes Prelados, & poucos ja ditos, humildosamente nos foy supricado, que de benignidade Apostolical tueffemos por bem a ti prouer sobre esto de beneficio dafoluimento, & de conveniente graça, & dispensaçam, & nós, que de todos fieis Christãos, segundo obrigados fomos, paz das almas, & corpos desejamos, cobiçando faudauelemente a honra de teu estado, & deffes Reynos prouer, & aos ditos escandalos, quanto com direito podemos resistir: & querendo temporal o rigor dos Sanctos Canones por hũa piadosa dispensação, assi como os Papas nossos predecessores por diuinal poder dotados virtuosamente costumaram, mouêdo os a ello justas, & euidentes causas, mayormente acerca das pessoas esplandecentes por linhagem, & alteza dehonroso estado deshi confiando que tu com ajuda do muy Alto Deos per tua (p. 282) prudência, & valentia darmas, liuraste os ditos Reynos das mãos deffe Iohaõ Anriquez, tendo os pela maior parte ocupados, cobrado os logares, que em seu poder tinha, os quaes se alegram por serem tornados a sua antiga liberdade, & deffe perseguidor de Deos, & nosso, & da sua Sancta Igreja, vitoria, & triunfo, & perdurauel graça perpetraste, auendo sobre esto com nossos Irmãos assaz de falamêtos, de solene deliberação as tuas suplicaçoens inclinados, & esguardando a gram deuaçam, que a nos, & a dita Igreja sempre tivesse, de cõselho delles todos, a tua pessoa, & a teu preclaro, & Real linhagem, & os herdeiros de ti lidimamente descendentes determinamos de hõrar, & per especiaes graças, & fauores, quaes a ti conuenhom, profeguir, & por tanto a louuor do Poderoso Deos Padre, Filho, e Espirito Sancto, & da sempre Virgem gloriosa Maria, & dos bemaumentados Apostolos Pedro, & Paulo, honra, & bõ estado da Sãcta Sagrada Igreja nossa esposa, sendo em esta parte inclinado às tuas petiçoens, & dos Nobres, & Prelados, & Pouos deffes Reynos, por nossa Apostolical autoridade, & teor destas presentes, te absoluemos de todas as sentenças de excomunhoens, & doutras quaesquer penas por homem; ou por direito pronunciadas, postoque taes sentenças sejam per Apostolicos escritos decernidas, se por vêtura por as ditas rezoens em algũa dellas encorreste, as quaes queremos aqui auer por sufficientemente expressas. E ainda te absoluemos, & liuramos de toda a obrigação, & ligamento de voto de obediência, castidade, & pobreza, & da profissam, & obseruancia regular, em que á dita Ordẽ por qualquer modo teudo, & obrigado fosses, postoque de guardar todos, ou cada hum delles juramento fizeffes: & isto mesmo de todo perjurio, & magoa de infamia, & inhabilidade, que por as ditas rezoens, ou outras algũas tueffes. E mais te legitimamos, & restituimos a legitimo nascimento, & te habilitamos, dispensando contigo, que nom embargando as ditas coufas, & o falimento de tua nascença, sendo

gerado do dito Rey Dom Pedro, & de hũa mulher; que por matrimonio nom era a elle conjunta, poſto que eſte teu padre, & madre cada hum foſſe cazado, no tempo do concebimento, & naſcença, & poſto ainda que no tempo da tua eleyção, & aceitação (p. 283), & conſentimento foſſes profeſſo deſſa Ordem, & Meſtra da dita Caſa, & ligado por ſentenças, & penas, & inhabilitado por magoa de infamia, & depois cazaſte com eſſa Rainha Felippa. E poſtoque outroſy em alguma maneira obedeceſtes, & deſſes cõſelho ajuda, ou fauor a Roberto Antipapa, & Iohão Anriquez Jobreditos: & nom embargando quaſquier conſtituiçoens aſſi Apoftolicas: como leys Imperiaes, eſtatutos, & coſtumes, por algum modo a eſto contradizentes, outorgamos, que a eleição, aſſumpçam, aceitação, conſentimento, & todas couſas, q̃ ſe deſto ſeguirom: compridamẽte valhom; & ſejom firmes pera ſempre: & tu poſſas ter, & poſſuir os ditor Reynos, & dignidade; e nome; & honra de Reym & de nouo poſſas ſer elegido a quaſquier outros Reynos: dignidades; honras, & ſenhorios: & os poſſas aceitar & em elles conſentir: & tomar: & poſſuir, & treſpaſſar a teus herdeiros lídimos, & deſcendentes aſſi nados, como por naſcer, & outros colaterais: & outros quaſquier eſtranhos por teſtamento ou abinteſtado: & que poſſas viuer, & eſtar no dito cazamento, feito com eſſa Rainha Felippa: & ſe aconteceſe fazer Deos algũa couſa de ſua peſſoa, que poſſas, licitamente; cadaues que tal caſo vier, com quaefquer outras mulheres, nom tendo embargos delidimos impedimentos, cazar, & em tal cazamento livremente viuer, como homem de todo izẽto, & liure, & limpo de qualquer magoa, ſuprindo por noſſa Paſtoral autoridade, & Apoftolico poderio todo falimento, ſe algum por ventura anteueyo aſſi da tua parte, como dos Prelados, & clerezia, & fidalgos, & Pouos em todo, o que dito he. E por tanto nõ ſe atreua alguem por algum modo eſta carta de noſſa abſolução exemçom, & liuridom, reſtituição habilitaçom, diſpenſaçom, cõceſom, ſuprimento quebrantar, ou per ſandia ouzança contradizer; e ſe algum eſto tentar contradizer prezumir, ſaiba, que na ira do todo poderoso Deos, e dos bemaumentados Apoſtolos Pedro, & Paulo encorrerá. Dat, &c.

As letras publicadas no modo, que diſſemos, foy feito hum grande rumor antre a multidão daquele Pouo, falando naquella errada opinião, que ante deſto muitos afirmauom, & ceſſada ſua fala de todo, aquelle Lourẽço Annes Fogaça por parte DelRey ſeu ſenhor, & o honrado Iohão Domingues Theſoureiro deſſa (p. 284) Igreja por parte do Cabido della, & Fernão Daluerez procurador da Cidade, em nome de todos moradores, pediraõ a Iohão Rodriguez publico notário, que preſente eſtaua, que lhe deſſe os treſlados da guiſa, que o direito quer, & aſſim lhe foram dados. Ora eſguardem voſſas inſinanças por eſto,

que tendes ouuido, como aquelle hiftoriador depois de tantos annos foy ouzado dizer taes razoens, por fortificar fua defamação, as quaes por ferem de todo nenhumas, carecem auer fê, porque hû a verdade he certa, e crara, qualquer coufa, que fe em cõtriaro diz, bem procede de fantaftico fizo, com peruerfa, & maliciofa vontade.

Cap. 139 – *Como ElRey cazou algũas donzelas, & mandou queimar hũ feu Camareiro* – p. 302-305.

AS Cortes acabadas para foportar a guerra, & partidos ja algũs, que depois de eſto erõ eſcuzados, ElRey com bom desejo, & cuidado das molheres de fua caſa, aſſi de as guardar de fea queda; em que muitas ſẽ empacho, por feu mao fizo vem a cair, como decrecentar em ellas, poſto que pouco tẽpo ouueſſe, que em caſa da Rainha andaſſem; cuidou de cazar algumas dellas, que lhe para eſto pareceram pertencentes, aſſi como Beringueira Pereira, & Breatiz Pereira, & outras donas, & como era dalta diſcriçom, & entendimento, bem cuidou que eſcuzado era falar a ellas, de quem fe contentariom pera lhes dar por maridos: ſabendo que ſem reſguardo em ſemelhante feito eſcolhiom às vezes para ſy o contrario daquello, que he fua honra, & proveito; a que fe ja outorgadas tem: & pore m elle, q̃ lhe bem conhecia os padres, & madres penſou pera cada hũa o marido igual a ella: & o que elle determinou de lhe dar, aſſi como para Beringueira Pereira Affonſo Vazquez Correa, & pera Breatiz Pereira Martim Vazquez de Rezende, & aſſi pera as outras; pera as outras; e tendoas aſſi cazadas na vontade, trazendo ja eſto em cuidado, ſem o dizendo ja eſto em cuidado, ſem o dizendo a nenhum, fezeo ſaber hum dia a todas por eſtas palauras *Mandamos ElRey dizer, que vos façaes preſtes: pera deſpozar de manhaam:* ſem mais dizendo com quem, ca nom era dello (p. 303) ſabedor, o que tal recado leuaua. E depois que aſſi foi dito a ellas, ſemelhaelmente o mandou ElRey dizer a elles, aſſi que elles como ellas tiveram bem que cuidar aquella noite; nom ſabendo ſe lhe auia de cair em forte a quẽ feu coração tinha outorgado. Em outro dia leuou ElRey conſigo os noiuos a câmara da Rainha, & alli diſſe a cada hũ aquella, que recebeſe, a cujo mandado nom ouue contradicção, poſto que nom acertaſſe mais de huma a cazar com quem tinha em fua vontade: as outras m però o calaſſẽ, bẽ derõ depois a entender, q̃ de tal feito bom erõ contẽtes. ElRey ſabendo deſto parte diſſe, q̃ elle lhes dera maridos aſſfaz cõuinhaeis para ellas, de que ſeriam bẽ cazadas, & honradas, & com quẽ lhe faria muitas mercês, mas que pois aſſi era: que elle juraua, & prometia que nunca mais dalli em diante a nehũa, por idade, que ouueſſe, lhe ordenaſſe nenhũ casamento, ſaluo ſe ella, ou ſeus parentes

primeiro pediſſem muito por mercê. Eſtas foram as primeiras donzellas, que ElRey Dõ Iohaõ cazou, & deu a cada hũa em cazamento, afora os apoſtamentos, que ouuerom para ſua voda, ſincoenta mil liuras, que erom mil dobras cruzadas, valendo entom a dobra ſincoenta liuras. Outroy tinha ElRey graõ ſentido na guarda das molheres de ſua caſa, que nenhum joguetaſſe com ellas, nem tiueſſe maneira, pera que antre ellas podeſſe naſcer cuja fama: & nom ſomente os outros, mas ainda os eſpozados, nom queria ElRey, que joguetaſſem com ſuas eſpozaz; dizendolho logo; & nom docemente: em tanto que ſua caſa era caſtigada de guiſa, que da cõuerſaçam delles com ellas, ElRey nõ recebia nenhum nojo. Ora aſſi foy, q das donzelas fermofas, q no paço andauom, & de melhor geſto, & mais filha dalgo, era hũa, que nom nomeamos. ElRey trazia hum Camareiro, que chamauom Fernão Daffonſo, Irmão de Iohaõ Affonſo de Sanctarem, de que em eſta obra fazemos mençom, homẽ de prol, & bom corpo: & q o Rey amaua muyto, aſſi por o de ſeu Irmão; que o bem ſeruia, como por ſuas manhas, & conuerſaçam, de que ElRey era muy contente: em tanto que todos erom em conhecimento do grande amor, que ElRey mostraua. Eſte chamou ElRey por vezes, dizendo: que elle lhe encomendaua, & mandaua, que com nenhũa molher tiueſſe jeito de bẽ (p. 304) querença; mormente com eſta: de que ElRey começaua de ter ma ſoſpeita; & que fazendo deſta guiſa, q lhe faria prazer, e ſeruico o qual o moueria a fazer muita mercê, & fazendo doutra guiſa, que foſſe certo, que ſe perderia com elle de tal maneira, que lhe pezeria muito. Fernam Daffonſo outorgaua no que ElRey dezia: moſtrando, que nenhum deſprazer lhe faria por couſa, que auir podeſſe naquello, nem em outro feito, & elle repetindo, que ſe auizaſſe bem naquello, faziõ fim de ſuas falas. Pedio Fernam Daffonſo licença a ElRey pera ir de pé a Sancta Maria de Guadalupe & os dias, que entendeo, que podia por na jornada de ida, & vinda, aquelles jouue em caſa daqõlla ſenhora: & hum ſeram fingio que vinha da romaria, que nom fizera, & ElRey entendeo aquelle jogo, & nom lhe moſtrou geito, nem fala, como a homem, q de tal logar vieſſe, & creceo a fama muito, & ElRey lhe mandou, que ſe foſſe de ſua caſa, e nõ pareceſſe mais ante, & elle em vez de ſe arredar do paço, foyſe meter em caſa da meſma ſenhora, & alli eſtaua, & era eſto nomes de Mayo, & ElRey, que encualcas trazia ſobre eſto, mandou pela feſta, que lho foſſem chamar, & o menſageiro, dizendo, que nom ſabia hũ foſſe, diſſe ElRey, que em caſa della o acharia, & foy chamado, & veyo ante elle: eſpantandoſe muito como fora ſabudo, que elle alli eſtaua: & poſtoque de ma vontade vieſſe, a gram ſtouteza, que tinha no eſpecial amor, que ElRey moſtrauam he fazia ter ſemelhante exceſſo em pequena conta, & nõ como era, ElRey como foy na Camara mandou chamar o Corregedor Gyl Eannes, logo ao qual como veio diſſe ElRey, q tomaſſe

Fernão Daffonso, & o leuauao consigo; indo departindo, crendo que fosse venial queixume, & nom excessso, de que o castigar queria: & decêdo do paço; & indo acerca da porta de Alfoja; deu aos pestrigosamente, & meteo-se em Sancto Eloy, que he hi acerca, cerrando as portas sobre sy: elle, & algũs que com elle foram, & o corregedor ficou escarnecido, & foy esto logo dito a ElRey: o qual de tal feito se teue por muito mais, & logo acefo com fogo de fanha, per metade da festa, assi como estaua, cuberto de hú mantom, sã calças, & em seruilhas, de pé defacompanhado, saluo de alguns moços da Camara, & dous, ou tres (p. 305) escudeiros, que se acertatom a taes horas de hi ser, se foi áquella Igreja, leuando ja mais consigo, q̃ pelo caminho a elle chegauom, & batendo à porta, nom queriom abrir, & como foubẽro que era ElRey, Fernam Daffonso se deceo do choro, & subio à preffa encima do Altar mór, abraçando-se com a Imagem de nossa Senhora, que em elle estaua: & ElRey, tantoque entrou: & o vio estar, mandou, que o tirassem dalli: & nom pode ser tirado, q̃ nom dessem com a Imagem em terra, que logo quebrou: a qual ElRey depois mandou concertar; & deu hum caliz; & outras coufas: & Fernam Daffonso foy leuado de guisa, que nom fogisse, naquele dia mandou falar a aquella senhora, se lhe prazia a ella dizer elle que era seu marido, por escapar da fanha DelRey, & ella disse, que por qualquer guisa: que elle entendese de escapar de seu queixume, que assi o fizesse, elle começou-se de chamar seu marido, & ella sua molher. ElRey, passado nom mais de hum dia, mandou, que o leuassem cõ justiça acompanhado, & nom de jogo, & com pregoens, como he costume, & leuaronno até o Rocio, hú estaua hum esteyo posto; & muita lenha pera o queimar. A ElRey o pedirom muytos senhores, & fidalgos; & isso mesmo a Rainha; & a todos respondeo por asperas palauras: que nom auia de fazer. Em todo esto era tam grande o amor, que Fernam Daffonso entendia que ElRey tinha, que ainda pensaua, que todo esto era fingido, & oulhaua pera as janelas do paço, pera ver se o mandaria ElRey levar: isso mesmo cuidauom todos, que erom presentes; ElRey sospeitou porque se detinhom, & mandou á preffa que se despachassem, & deromlhe o fogo; & assi morreo. Aquella morte poz grande espanto em todos da casa DelRey, que esto virom; dando sobrello defuairadas sentenças. E ella cuidou de ser morta, & trabalhoulhe de saber DelRey: que vontade era a sua, & ElRey disse, que nom queria elle outra vingança, senom ser ella do linhagem, & estado que era, & vella barregaam de Fernam Daffonso. Entom a lançou de sua merce: & fosse pera Castella viuendo com encetada fama.

TORNANDO a Portugal por falar DelRey, que ficou em Lisboa, nom temos coufa, que dizer de presente, por azo dastregoas, que os Reys fizeram; que em seu logar ja tendes ouuido, porém foi ElRey aconselhado, como soube a morte de seu aduersairo; ã pois seu filho era tam moço, que nom chegaua a onze annos, como diffemos, que lhe entraffe pela terra, em quanto o Reyno andaua em desuairo, & ã lhe tomaria gram parte della, & elle disse: que o nom faria por muita que soubesse de ganhar, mas que a tregoa, que com seu padre tinha, effa entendia manter ao filho: & nom se moueo a fazer o contrairo; & pois em quando a tregoa dura, & todos feitos estam daffofigo, nós não temos coufa, que de contar seja, falaremos dos filhos, que ouue, affi em sendo elle Mestre de Auis, como depois que reynou, & foy cazado: & postoque nados foffe por processo de tempo, & nom este nomeado como, nós diremos aqui todos, por se melhor poderem entender, & saber, leuando com elles o modo dos Reys, que no começo de seus reynados cõtamos as bondades, que cada hũ vzou na vida, & destes Infantes em breue diremos alguma coufa pouca das condiçoens, de que foram afermosentados: hũ affi foy, que sendo elle Mestre, como diffemos, teue conhecimẽto de huma Dona, que chamauom Dona Ines, Comendadeira que depois foy de Sanctos, Moeiteiro de Donas acerca de Lisboa, da qual ouue hum filho, & huma filha. Ao filho chamauom Dom Affonso, que foy Conde de Barcellos, & depois foy Duque de Bragança, segundo em seu logar diremos. A filha ouue nome Dona Breatiz, que cazou em Ingraterra, & foy Condeffa de Arandel, como ouuireis, hũ deste falarmos. Mas depois que elle foi cazado com aquella nobre Rainha, que diffemos, gerou della estes filhos .f. A Infante Dona Branca, que nasceo em Lisboa treze dias do mes de Iulho de quatrocentos, & vintaseis annos, & viueo pouco mais de oito mesesm & jaz na Sé dessa Cidade, em hum moymento de pedra aos pès DelRey Dom Affonso seu bizauò, & o Infante Dom Affonso, que nasceo em Sanctarem hũa noite de Sabbado trinta dias do mes de Iulho (p. 323) de quatrocentos, & vinteito annos, em cujo baptifmo ElRey ordenou hũas justas Reaes, em ã elle justou, & foram feitas outras alegrias, & viueo huns doze annos; & morreo, & jaz em hum moymento na Sè de Braga, & ouue ElRey outro filho, que chamarom Infante Dom Duarte, ã nasceo na Cidade de Vizeu postrimeiro dia de Outubro de quatrocentos, & vintanoue annos o qual reynou depois de seu padre, como adiante ouuireis. Depois deste nasceo o Infante Dom Pedro na Cidade de Lisboa hũa hora depois da meya noite noue dias de Dezembro de

quatrocentos, & trinta annos, que foy Duque de Coimbra, & fenhor de Montemor o Velho. Nafceo depois d'elle o Infante Dom Anrique na Cidade do Porto, huma quarta feira de Cinza quatro dias do mes de Março de quatrocentos, & trinta, & dous annos, o qual foi Duq de Vizeu; & fenhor de Couilhaam. E depois deftes nafceo hũa filha, que chamarom Dona Ifabel, a qual Infante nafceo em Euora quarta feira vinte, & hum dias do mes de Feureiro de quatrocentos, & trinta, & fínco annos, q̃ depois foi Duqueza de Borgonha. E ouue mais outro filho por nome chamado Dom Iohão, que nafceo em Sanctarem no mes de Ianeiro de quatrocentos, & trinta & oito annos que foy Regedor & Gouernador do Meſtrado de Sanctiago. Ouue outro Infante, que diſſerom Dõ Fernando, que nafceo em eſſa Villa em dia de Sam Miguel vintanoue dias de Setembro de quatrocentos, & quarenta annos, q̃ foy Regedor & Gouernador do Meſtrado de Auis, & eſtes Infantes, que diſſemos, ſahirom taes, & tam bons, que de nenhũ Rey, que da Eſpanha, nem terra que mais alongada foſſem, ſeria mais bemauenturado, nem ſe lé, que ſemelhantes filhos ouueſſe: porq̃ ſe as ciueis; & humanas leys, & tam bem a eſcrita, como em naſçoens de de gentes, todos outorgauom, que os filhos em qualquer eſtado, & condiçam, que ſejam, obedeçam ſempre a ſeus padres, louuando muyto os que aſſi o fazem, auendo por má, & excomũgada qualquer deſobediencia, q̃ o filho por palaura, ou feito contra ſeu padre moſtra, os filhos deſte nobre rey inteiramente tem tal louuor: ca todos lhe forõ ſempre tam obedientes, aſſi ſolteiros, como cazados, q̃ nenhum eſtado, nem crescimento de hõra os pode mudar pouco, nem muito do ſancto propoſito da obediencia. (p. 324) Bem lemos doutros filhos obedientes a ſeus padres, aſſi como eſcreuia o Papa Iohanne ao Infante Dom Affonſo filho DelRey Dom Diniz, quando andaua em deſuairo com ſeu padre, repreendendo o aſſaz do que fazia & louuando muito os filhos obediẽtes aos padres, dizẽdo do filho de Felippe primeiro Emperador Chriſtão, que, perõ deſſe em ſua vida o Regimento do Imperio a ſeu filho, & tiueſſe aquelle poder que o padre tinha, ſempre dizia que nom era ſaluo ſeu procurador, gloriandoſe de o ter viuo; & obedecerlhe, como cada hum de ſeus caualeiros. Iſſo meſmo Decio, filho do Emperador Decio, que; perõ o padre em ſua vida o quiz coroar, & dar o Regimento: elle nunca quiz tomar a Coroa, dizendo. *Receo de a tomar, & eſquecerme cujo filho ſamreja meu padre: que he Emperador, & o meu Imperio ſeja em lhe obedecer, ca ante quero ſer nom Emperador, filho humildoſo; q̃ tomar tal Regimento, & ſer filho deſobediente.* Aſſi que entom nomeou Hermes Anatoele, ſendo filho de Rey, de cuja adminiſtraçam o Pouo era muy contente, querendo o alçar por ſeu fenhor, eſtando o padre em ponto de morte, diſſe: que tal couſa nom conſentiria, em quanto ſeu padre podia viuer. Aſſi que, poſtoque aquelles, que o Papa alli eſcreueo; & outros, que ſe dizer

podiom: foſſem aſſaz de bons, porem filhos erom ſõs ſem companha doutros irmãos, q̃ he mais ligeira couſa dachar, porque auer homem hum filho bom por doctrina ou natureza, bem he de louuar, mas nom tanto como os muytos; & todos bons: ca perõ Eſteuam de Colona, grande Capitam nas nas hoſtes de Roma ouueſſe filhos louuados por aſſaz bõs, ſegundo reza Franciſco Petrarca em hũa Epiſtola, que lhe enuiava, hum delles porẽm lhe foy deſobediente, reuezando couſas contra a honra, & velhice do padre, que lhe mais honeſto fora de calar: & aſſi doutros m que nomear podiamos, & ainda de hum ſõ filho achareis aſſaz de peruerſos. Mais leixando a antuga remembrança, por nom fazer prolixo ſermom, vede aquelle Infante Dom Affonſo com ElRey Dõ Diniz ſeu padre, & o Infante Dõ Pedro com ſeu padre ElRey Dõ Affonſo quam má, & peçonhenta deſobediencia contra os padres por vezes moſtrarom. Aſſi q̃ a humildade deſtes Infantes, & grande amor acerca de ſeu padre nenhum louuor ſe pode emader, que (p. 325) maior grao merecer poſſa. E porque elles eſplandecerõ por ſer moſtura de obediencia tanto por Deos encomendada, que podem ſer enſino aos filhos dos Reys, que depois delles ham de vir, queremos aqui em breue dizer a pratica, que tinhom em na guardar.

Cap. 149 – *Que maneira tinhaõ em guardar a obediencia a ſeu Padre eſtes Infantes.* – p. 325-327.

MORTO Dom Affonſo, aquelle primogenito filho, a que o Reyno hauia de vir, ficou Dom Duarte Infante ſegundo, em lugar delle por direita herança; & depois que elle, & ſeus Irmaos ſahirõ dos dias da mocidade, antes dos annos da perfeita mancebia por graça do Senhor Deos; de q̃ todo o bem procede, ouuerom tal conhecimento de ſeus preceitos, & mandados, que conformes a elles, ſem outra mudança, com grande amor, & temor filial, nenhũa couſa vergonhoſa, ou de reprender fizeram, porque ElRey ſeu padre ſõmente huma hora dalgum delles foſſe anojado. Ora leyxando o louuor da virgindade dos que cazados nõ forom: auendo aſſaz tempo para ello: & a doce caſtidade dos q̃ ouuerõ molheres, como a hiſtoria depois cõtará; eſte vzo de ſancta obediencia ouuerom elles de tal guiſa, que ſe nom podia dizer dalgum, o que eſcreuia Pedro Bleſenſe a hum Infante herdeiro de Ingraterra, muito deſobediente a ſeu padre, dizendo antre outras couſas em huma Epiſtola, que lhe enuiava. *Sae da geraçaõ, & nom vem com verdade della, o filho, que por ſeu grado deſobedeceo a ſeu padre, porq̃ tira o rayo ao ſol, & logo nẽ he ſol, nẽ luz, eſtrema o rio da fonte, & logo leixa de ſer rio, talha o ramo da aruore, & muito cedo*

se faz seco, aparta o filho da obediencia do padre, & logo nom parece filho. E estes erom muyto por contrairo; ca sempre foram clara luz de humildade, & apraziueis ramos com folhas, fructificando desta guisa: quando duuidauom dalguma coufa se prazeria a seu padre ou nom; muyto se guardauom de acontecer, até que erom em conhecimento, qual era sobrelo sua vontade, auizandose no desfuiar de toda coufa, que a seu bom prazer tocafse, como se elle fofse hũ esquiuo senhor que os (p. 326) asperamente ouuefse de punir nas coufas, que com elle falauõ, ou trautar queriom, nom leuauom sua tençom adiante, nem por via de misura, nem por outra qualquer guisa, mas contandolhe seu desejo, & que lhes parecia, offereciomse sem empacho receber sua determinaçam, poendo por obra o que elle mais queria; postoque fofse contra seu prazer; & vontade, sem mostrança darrufo, ou de triste gesto dizendo, que pois era seu senhor & padre, que prestes erom de seguir todo seu mandado, & seus bons seruiços, & os que elle amaua, prezauom, & faziom merce: & ainda que em algũa parte por suas peffsoas fofsem fora de seu prazer, & por honestas maneiras erom soportados: nas coufas de conta, que fazer queriom, sempre auia grande reguardo a que parte as ElRey tomaria, alegrandose muyto se as por bem filhaua, & do contrairo auendo tristeza; segredo, que lhes encomendafse, era perfeitamẽte guardado, & tambem no que entendiom que se de guardar auia, postoque auizados nom fofsem, falandolhe sempre verdade em qualque cafo, que auinha, guardandose, que nom fintiisse, q̃ por força de contrariar: ou manha qual nom deuom, quizefsem endereçar com elle: se algum pouco de suas rezoens algum ora se agrauar queriom, com grande affosvego, & humildade mostrauõ, que sua tençom era fundada em seruiço de Deos, & seu, como melhor entendiom, & nom por proueito; nem prazer delles, nẽ doutra algũa peffsoa. Em monte, & em caça: quando com seu padre erom, das folganças acostumadas, que em taes efpacos Johiam dauar, faziom muyto pequena conta, por a DelRey ser acrecentada, no que elle filhafse fabor, seruindo os com bestas, & caens, & aues; sendo muy lédos quando as filhar queria: deshi ordenandolhe jogos, & festas por seu bom prazer, em q̃ as vezes tomafse dezẽfadamẽto: se algũa notauel peffsoa se queria delle agrauar, por suas discretas maneiras o tornauõ a sua boa graça, sendo pera todos seus criados: & seruidores prestes de mãdar merces & acrecẽtamẽtos, como para os seus mefmos: em jogos, perffias, nem vnioens se guardauom muito de ser cõtra a tençõ de seu padre, mas trabalhauom dacarretar tal falamento a outros lédos rezoares, em que taes partimentos fim fizefsem, & em suas doenças por longe, que estiuiefsem, logo (p. 327) á preffsa vinhom a elle, visitando o, & seruindo o, quanto o bẽ fazer podiom; mostrandolhe em toda coufa, que de sua fala, & seruiço erom bem contentes, & nã enfadados: quanto mais em grãdes dias se acrecentaua

ſua idade tanto lhe moſtrauom mais reuerencia, & amor: ſeruindo o todos muy ſem empacho, com todas as cerimoniaſ, que ſua honra podiom acrescentar. aſſi que por eſtas humildozaſ rezoens, però poucas ſejom: podeis entender, ſentir, como ſe aueriõ nas particularidadeſ, que de cada hũa naſcer podeſſe, as quaes em guardãdo nom ſintiom pena, mas deleitaçam; & grande folgança: & nom ſõmente floreceo neſtes Infanteſ a virtude da obediencia acerca de ſeu padre, ſegundo diſſemos: mas ainda ſe pode dizer delles, o que adur achareis doutroſ filhoſ de Reys, & he muyto de notar, que afora o leal amor, que ſempre antre ſy ouuerom, guardauom reuerencia huns aoſ outroſ por ordem de naſcimento, q̃ nunca delles cõ firme prepoſito foy apartada por nenhũa guiſa: por a qual razom ſeu padre os amaua muyto, tendo a Deoſ em grande merce de lhe dar tam bemauenturadoſ filhoſ: deſhi cõ eſto poz o Senhor Deoſ em elleſ eſpeciaes donoſ de natureza, acompanhadoſ de nobreſ joyaſ de bonſ & honeſtoſ coſtumeſ, doſ quaes Infanteſ ſem outra louua minha ſe pode dizer, que nom vimos, nem lemoſ nenhunoſ, que tam pouco ſeruiſſem aoſ deleiteſ, nã aq̃ tão pouueſſe oſ virtuoſoſ coſtumeſ: & porẽ a futilidade de ſeu entendimento; & alteza de compoer, & ditar com auondança de fala commum, & outroſ taes benſ de que deuia ſer feita memoria fique pera outro, que oſ contar ſaiba, porque temoſ preſſa de contar outroſ couſaſ.

CRÔNICA DE D. JOÃO I – VOL. 3 – CRÔNICA DA TOMADA DE CEUTA

Cap. 7 – Como ElRey Dom Iohão tinha vontade de fazer grandes festas em Lisboa para fazer seus filhos caualeiros, & como os Infantes falaram a cerca dello entre sy, que semelhante maneira nom era honrosa para elles – p. 17-19.

EM este capitulo nos he necessario, que tornemos atraz por trazermos noſſo proceſſo em ſua direita ordenança, ca muitas vezes ſe acerta, q̃ jazẽ as primeiras pedras ao pé da obra eſperãdo por ſeu proprio lugar, & as derradeiras ſão poſtas no fũdamẽto do alicece, quãdo o Meſtre da Geometria laura em ſeus officios. Onde aſſi he verdade, que antes muitos dias do preſente negocio, o muy nobre rey D. Iohão diſſera como tinha grande vontade de fazer ſeus filhos Caualeiros, o mais honradamẽte, q̃ ſe bem pudeſſe fazer. Eſto falara elle ja por vezes antes daquelle tẽpo, & não he duuida ſer eſto a principal couſa, em que ſeu coração por entãõ foſſe mais ocupado, ca via ante ſeus olhos taes tres filhos baroens fortes, & mancebos como de hũa idade, que pouco leuaua mais hum ao outro, que hum anno, os quaes cada vez, que pareciam diante ſeu padre lhe acrescentauam o deſejo ſobre o primeiro penſamento, como, & porque maneira poderia mais honradamente dar eſtado caualeiroſo àquelles filhos, que lhe Deos por ſua merce quiſera dar, com tanta apoſtura de totalas couſas, que á nobres Principes conuinha. E falando ſobre ello huma vez diſſe aſſi. *Se me Deos por ſua merce traz aſſoſſego a eſte Reyno por firmeza de pazes com Castella, eu queria ordenar humas festas Reaes, que durem todo hum anno, para as quaes mandarei conuidar todos los fidalgos, & os gentis homens, que tiuerem idade, & deſpoſiçam para tal feito, que ouerem em todos los Reynos da Chriſtandade, & ordenarei, que nas ditas festas aja notauẽis juſtas & grãdes torneos, & muy abastoſos cõuites ſeruidos de totalas viãdas, q̃ por todo o Reyno, & fora delle ſe poſſão auer, & aſidãças, & outros jogos, & feraõ tãtos, & taes que aſſi delles, como de totalas outras couſas, as gẽtes, que o virem tenham que ſobre a grandeza dello nam ſe poſſam fazer ourtras mayores, & com eſto darey tantas, & (p. 18) tão grandes dadiuas, principalmente a aquelles estrangeiros, que a grandeza, & doçura dos beneficios, que lhe eu aſſi fizer, lhes ponha neceſſidade de os apregoarem grandemente ante todos los ſeus amigos. E em fim deſtas couſas farei meus filhos Caualeiros.* Eſto foy aſſi dito por ElRey, a qual couſa bem queriam todos que ſe pozeſſe em obra tantoque ElRey ouueſſe lugar para ello, emperõ os Infantes lembrados de quem eram, & a alteza do ſangue, que tinham, poſto que eſte feito a outros alguns pareceſe grande, a elles pareceo muy pequeno, emperõ ſoportaromno aſſi em quanto o feiro das pazes era em duuida, conſirando, que ſe as pazes nom firmaſſem,

& a guerra ficaffe aberta, que taes coufas lhe viriam as mãos, em que honroſamente podeſſem receber ſua cauallaria, mas depois que as pazes foram firmadas, entenderam elles, que nam ficaua ahi coufa certa, em que elles podeſſem ſer caualeiros pola guiſa, que elles deſejauam E ſendo hum dia todos tres juntos, & ainda o Conde de Barcellos cõ elles, trataraõ em aquella rezam, como coufa; que nam andaua muito longe de ſuas lembranças, & eſto era na camara de ſeu Padre, ſendo elles apartados de ſua preſença dandolhe lugar algũs feitos, em que por entaõ eſtaua occupado, & tanto falaraõ naquelle feito de ſua caualaria, mouendoſe antre elles muitas razoens, que ordenaram de o falar a ElRey. *Vamos, diſſerõ elles, falar a ElRey noſſo ſenhor & padre, & digamoslhe, que ordene algũa coufa, em que poſſamos fazer de noſſas honras, onde nos elle poſſa fazer caualeiros, como pertence a grandeza de ſeu estado, & a excellencia de noſſo ſangue, ca pois as pazes de Caſtella ſam firmadas, & da parte de Grada nam temos eſperança certa, nam ha ahi polo prezente coufa nenhuma azada, em que poſſamos receber estado de cauallaria, ſe nouamente nem for buſcado. Pola maneira, que ſua ſenhoria tem vontade de o fazer, todo he coufa de pequeno valor para a grandeza de tamanho feito, que por grandes que as feſtas ſejam, nunca ſeu nome he de grande valia para ſemelhante peſſoas nos grandes feitos de fortaleza, com grandes trabalhos, & perigos, vendo o ſangue de ſeus imigos (p. 19) eſpargido ante ſeus pès, ſo he de receber o grado de ſua caualaria, & os filhos dos Cidadoens, & dos mercadores, cuja honra ſe nam pode mais eſtender, que a ſemelhante estado . ſ. de ſerem Caualeiros, a eſtes he coufa conuinhaul de ſerem feſtas feitas, & jogos, porque toda a força de ſua honra eſtá na fama de ſua deſpeza.* O Conde de Barcelos era mais velho que nenhum delles, o qual, poſtoque faleceſſe na nobreza de geraçam, quanto a parte da madre, fizerao Deos tam virtuoſo, & de tamanha grandeza de coração, que em todas as coufas de honra eſcondia a baixeza do ſangue da madre, & com iſto auia elle muy grande ſizo, polo qual auia no Reyno grande lugar para conſelho, quanto mais que elle fora ja fóra deſtes Reynos por eſpaço de grande tempo, & fora por caſas de grandes Principes, & ſenhores, onde lhe fora dada grande autoridade, aſſi por ſer filho de quem era, como pola grandeza de ſeu corregimento, porque alẽ dos ſeus corregimentos ſerem grandes, & bons leuaua conſigo muitos ſenhores, & grandes homens, cõ outros muitos fidalgos deſte Reyno de que ſempre foy muito bem acompanhado, & foy tam longe a ſua ida, que chegou a Caſa ſancta de Ieruſalem, & em eſta viagem, que elle aſſi fez aprendeo, & ſoube muitas coufas, que vio naquellas partes eſtranhas, as quaes acrecentauam muito em ſeu bõ conſelho, aſſi que por todas eſtas coufas, poſtoque os

Infantes foſſem tam prudentes, & diſcretos, tomaram poreſ grande ouzio para falarem a ſeu padre quando viram q̃ o Conde lhes louuaua taõ grãdemẽte ſeu propoſito.

Cap. 8 – *Como Iohaõ Affonſo Veedor da fazenda falou aos Infantes na Cidade de Ceita, & como os Infantes falaram a ElRey ſeu Padre* – p. 19-22.

NAM eraõ ainda eſtas razoẽs de todo poſtas em fim, quãdo logo hi chegou Iohaõ Affonſo Veedor da fazenda DelRey, o qual, poſto q̃ determinadamẽte naõ ouuiſſe acertadaõ do prepoſito, polas cõjeituras, q̃ vio, entẽdeo q̃ o feito, em q̃ aq̃lles ſenhores falauaõ, era de grãde pezo, ca em ſemelhãtes couſas ſaõ apartados os homẽs auifados dos outros d’groſſo ãgenho os (p. 20) quaes por pequeno mouimento, q̃ aconteça, & ſe faça, interpretam grande parte do que homem tem na vontade. E poreſ Iohaõ Affonſo, cuja clareza de entẽder fora a principal cauſa de ſeu acrecẽtamento, quãdo aſſi achou os Infantes, deſejou de ſaber o fim de ſeu prepoſito, por lhe parecer a qualidade da juſtãcia de tamanha força, de q̃ nom podia nacer ſenom hũ feito grande, & pezado, & pediolhes de mercẽ que lhe quizeſſẽ dizer o fundamẽto de ſua tençaõ, & como quer que os Infantes quizeſſẽ diſſimular o proprio motivo de ſeu razoado conheciẽto, como elle era homẽ ſezudo, & bõ, & que tinha grãde autoridade no Reyno pola grãde fiãça q̃ ElRey ſeu Padre em elle auia, vieraõlhe acõtar declaradamente ſua tençaõ.

☞ Voſſos pẽſamẽtos, *diſſe elle* ſaõ aſſaz de grãdes, & bõs, & pois q̃ vos tal võtade tẽdes, eu vos poſſo enſinar hũa couſam em q̃ o podeis bẽ, & hõradamente executar, & eſto he a Cidade de Ceita, q̃ há em terra de Africa, que he hũa muy notauel Cidade, & muy azada para ſe tomar, e eſto ſei eu principalmente por hũ meu criado, q̃ la mãdei tirar algũs catiuos, de q̃ tinha encarrego, & elle me cõtou como he hũa grãde Cidade, rica, & muy fermoſa, & como de todalas partes a cerca o mar, afora hũa bem pequena parte, porq̃ haõ ſahida para terra, & ſegundo o gram deſejo de voſſo padre, & o voſſo, nom ſinto polo preſente couſam, em que mais hõroſamente podeſſeis fazer de voſſas honras, como no filhamento daquela Cidade, poreſ me parece q̃ auereis bõ cõſelho falardes em ello a ElRey, & pedirlhe que encaminha como ſe faça, ca eſto he couſa para ter em cota, ca naõ feſtes de cõuite de comer, & beber, em q̃ naõ há ſenãõ deſpeza de viãda, & occupaçaõ de tẽpo, cuja memoria preſcreue cõ pequeno louuor. Pois, *differã elles*, porq̃ naõ falauiẽs iſto a ElRey primeiro, contando-lhe todas eſtas couſas por meudo para verdes o que reſpondia

acerca dello? ſi lhe falei *diſſe Iohão Affonſo*, & não me parece que me reſpondeo como eu quizera, antes paſſou o feito, como quem o tinha em jogo, mas para iſto melhor ſer, chegaiuos a elle aſſi como eſtais todos quatro, & falailhe no feito dizendolhe todo o que ſobre ello vos parecer, & pode ſer que vos entendera melhor, do que entendeu a my. Os Infantes diſſeram, que era muy bem. Deſhi foramſe aſſi todos (p. 21) quatro juntamente pare onde eſtaua ſeu padre, & começaramſe a falar em todo o que paſſaraõ naquela câmara, dizendolhe que poſto que elle tiueſſe vontade de fazer aſſi aquellas feſtas com grandes deſpezas, que a honra, que ſe dellas ſeguia, ſempre foy pequena a reſpeito da obra, que elle em ellas queria fazer, aqual couſa ſeria boa para outro algũ Principe, cujo nom, & fama foſſe de mais pequeno valor, mas para elle, que tantas, & taõ grandes couſas tinha acabadas, nam era ſemelhante couſa para ter em grande eſtremo, razoando acerca deſto eſtas, & outras muitas rezoens, cada hũ ſegundo as melhor podia entender. Mas ElRey, cuio coração não ſe mouia aſſi ligeiramente, começou de ſe rir contra elles, moſtrando que tinha em jogo ſuas palauras, como ante fizera a Iohaõ Affonſo, & eſte he o verdadeiro coração do magnânimo, o qual logo no primeiro mouimento, por grande que ſeja a couſa, nam ſe derriba coſentir em nenhum proveito, nem perda, que acerca dello ſe lhe poſſa moſtrar, mas eſta poſto em huma firmeza; pola qual livremente conſira quaeſquer azo, ou eſtoruos, que ſe lhe de aquelle feito poſſam ſeguir, & aſſi reſpondeo paſſamente, como quẽ não tem a grandeza do feito em tal eſtima, que lhe faça eſpanto. Os Infantes aſſi como homens deſejosſos de ſemelhantes novidades, como que que lhe ſeu Padre aquella repoiſta deſſe, nom ſe poderam partir aſſi ligeiramente de ſeu propoſito, antes conſiraram em ello por alguns dias, & quanto mais em ello conſirauaõ tanto a couſa lhe parecia melhor, & mais honroſa, & porem juntamente outra vez, & falaram antre ſi o que antes conſirara cada hũ em ſua parte, ſobre todo ouueram ſeu conſelho, & ſe tornaram outra vez a ElRey, moſtrandolhe todo o que auiam conſirado, porque quanto era tam boa, que nam tinham ſenam que lha trouxera Deos a memoria por grande milagre, & aſſi foram a ElRey, a vêdo por boa determinação de lhe falarẽ toda via, não ſomẽte aquella vez, ſenaõ outras muitas ate que lhe foſſe outorgada, & já eſta derradeira vez falaram a ſeu Padre com muito mayor pezo, como aquelles, que tiveram maior eſpaço para cuidarem no feito, & para iſſo traziaõ muitas (p.22) ſufficientes rezoens, & induzidoras a ſeu prepoſito, entre as quaes diſſeram, que lhe pediam por mercê que eſguardaſſe bem naquele feito, porque ſendo bem conſiradas todas as partes do ſeu mouimento, acharia, q̃ dādolhe Deos vitoria, que acabaria tres couſas muy boas, as quaes nenhũ grãde Principe deuia engeitar, quando ſe lhe aſſi offereceſſem, como ſe a elle em tal caſo offereciaõ . ſ . A

primeira grande seruiço de Deos que se elle no semelhãte caso engeitasse tarde, ou por grande ventura lhe sobreuiria outro semelhante, & se vos, fenhor, differam elles, *todo este tempo trabalhastes por paz, afim de fazerdes seruiço a Deos, muito mais he rezam q̃ o firuais agora em este caso, polo qual seguireis a boa entençaõ dos bẽ auenturados Reis de Hespanha, de cuja linhagem decendeis por Real geraçam. A segunda coufa he honra, que se vos dello segue, ca posto que vos Deos desse muitas, & grandes vitorias contra voßos imigos, esto foy em defenção do voßo Reyno, a qual coufa em muitos lugares vos apresentaua a neceffidade, porq̃ vergonhosa coufa seria nenhũ grãde Principe, que poßue nome Real, leixar guerrear seus Reynos, que antes nam oferece aysi, & a seu corpo por defenção delles, & esto he polo cõtraíro, porquãto vos por voßa eleição propria sã constrãgimẽto de nenhũa peboa vos ofereceis a este perigo, & trabalho não por outra neceffidade, se não por seruiço de Deos, & por acrescentamento de voßa honra, & esto aysi como hum fello firme, que poera grande firmeza em voßas vitorias. A terceira coufa he a grande, & boa vontade; que tendes de nos fazeres bã, & honradamẽte caualeiros o q̃ por outra guisa nom podereis fazer, de que se a vos, & a nos figua mayor honra: pois que outra nenhũa conquista tentes, em que o possais fazer. Porẽ vos pedimos por mercẽ, que queirais sobre todo confirar, prouendo sobre noßas rezoens com outras muitas, que o voßo nobre, & grande entendimento concebera, & nos respondais com efeito a noßa petiçam, aqual, quanto a noßo juízo, nam pode ser melhor, nem mais direita, segundo as muitas rezoens, que vos acerca dello temos dito: e outras muitas, que leixamos perder.* (?)

Cap. 18 – Como ElRey disse a seus filhos que duuidaua muito começar aquelle feito antes de primeiro o saber a Rainha, & o Condestabel – p. 55-58.

VISTA aquella mostra, que o Priol fez ElRey confirou sobre todo alguns poucos dias, & depois que todo teue bem cõfirado falou cõ seus filhos em esta guisa.

Confirei acerca de noßos feitos começados, & acho q̃ para se bẽ poderẽ executar tenho dous grandes imigos, ou impedimẽtos. O primeiro he a Rainha minha sobre todas muito amada, & prezada molher a qual por suas grandes virtudes, e bondades, he aysi amada de todos geralmente, que se ella em este feito nam dà consentimento nenhum dos do pouo, nem dos outros mayores, nam poram mãõ (p.56) em este feito com nenhuma fiuza, nem esforço, o segundo impedimento he o Cõdestable, o qual sabeir que per sua

muy boa vida; & polos grandes, & bemaumentados aquecimentos, que ouue tẽ affi as gentes do Reino chegadas a fua amizade, que se elle por ventura contradiffer effe confelho, todos teraõ que nam era feito direitamẽte, aqual coufa lhes faria menos esforço para nos ajudarẽ a ello, quando foße requerido. Porẽ antes de nenhuma coufa, he bem que vejamos per que maneira lhe faremos fãber a determinação, que em ello auemos, porque ao depois por feu desprazimento não recebamos algum pejo. Os Infantes foram algum tanto descontentes no mouimẽto daquelle feito penfando que em ambas aquellas peffoas teriam muy grandes contrarios, & efto confirauaõ por efta guifa. Primeiramente que a Rainha era molher, a qual fegundo fua natureza nam lhe poderia defejar nenhũa coufa perigofa, & quãto era á parte do Cõdetable confirauam como era homem velho, & que toda fua mancebia despendera em tantos trabalhos, dos quaes pola graça de Deos auia dias que tinha repoufo com grande e proueitofo galardam de feus merecimẽtos; a qual coufa per ventura feria azo de o poer em duuida na eſperança da vitoria, que lhe daquelle feito poderia vir. Emperó affi como homẽs, em que moraua hũa fermofa & marauilhoſa fortaleza, nam quizeram moſtrar que aquelles eram os mayores impedimentos que naquele feito podiam auer, & confirando em ello o differaõ a ElRey, que fêmelhantes coufas nam eram para ter em grandes eſtima, porque, differaõ elles, tanto que a Rainha noſſa Senhora, & madre for contente acerca de noſſo mouimento, o Condeſtable não he homẽ, que contradiga nenhũa coufa, que vos ordenares por ſeruico de Deos. & por acreeſcentamento de voſſa honra, & eſtado, Porem quanto a Rainha, nos iremos a ella & lhe falaremos por tal guifa, que ella meſma feja a ã vos peça, que nos outorgueis o proſeguimento deſte feito. A ElRey pareceo bõ confelho o que tinham feus filhos, & diſſe que ſe trabalhãſſe de o poer em fim, porquanto ſentia que eſtes dous impedimentos tirados, nam tinha outra duuida para ã leixãſſe de proſeguir fua demanda. Os Infantes ſe foram logo a Rainha, & apartaraõna em feu eſtrado dizendo por efta guifa.

(p. 57) Pratica dos Infantes a Rainha

Senhora, bem fãbe voſſa merce a alteza do ſangue, donde per graça de Deos viemos a eſte eſtado, em que de preſente ſomos a qual coufa nos acarreta continuamente muy grandes cuidados, porque poſſamos conſeguir a virtude daquelles Principes; de cuja linhagem a Deos prouue de nos trazer a eſte mundo, & ſobre todo conſiramos a idade, em que ſomos, & como poderemos mais honradamente receber eſtado de Caualaria em algũ lugar onde ſe moueſſem algũs grandes feitos darmas, ou trabalhos

perigosos, onde noſſa virtude podeſſe ſer demoſtrada ante a viſta de todos, pois que os Caualeiros, principalmente forão ordenados porque antre os outros homens tenham vantagẽ nos feitos das armas, quanto mais aquelles, a quem Deos quis dar nobreza de geraçam, no lugares onde ſe exprimentão os corações, deuẽ mais honroſamente receber a Ordem daquelle eſtado, & porquanto ElRey noſſo Senhor, & padre defejando noſſa honra, & acreeſcentamento como de ſeus filhos, quizera fazer grandes feſtas, & convites para honrar noſſa Caualaria, da qual couſa nos per nenhũ modo podíamos ſer contentes, conſirãdo o que dito he, & eſtando em eſta duuida, quis Deos que ſobre chegou ahi Iohaõ Affonſo Veedor da fazenda, & falounos em hũa Cidade, que he em Africa, que chamaõ Ceita, moſtrandonos como era muy azada para ſer filhada, a qual couſa nos falamos a ElRey noſſo Senhor, & Padre, o qual enuiou la o Prior, & o Capitam, por deuiſarem o aſſentamento da Cidade, ſe por ventura ſeria tal, como Iohaõ Affonſo dizia. Ora ſão ja chegados de la, & ſegundo o recado que trouxeram, a Cidade he muy azada para ſe filhar auendo bom auiamẽto para ello, & **porquanto, Senhora, nos temos muy grande vontade de ſe eſte feito poer em fim, & ſentimos que ElRey ſenam quer deſpoer a ello aſſi deſpachadamente, como nos queriamos. Pedimosuos por mercẽ que primeiramente vos praza conſintirdes em ello, porque ſentimos certamente que o principal impedimento, que ElRey há de ter, he a duuida, em que eſtara não ſabendo ſe vos prazará dello, ou nem, por quanto cuidara ã por o amor, que vos nos tendes, ſegundo a condiçom das outras molheres, que não vos prazará que (p. 58) cometamos couſa que noſſas vidas fiquem em perigo, & deſhi que lhe peçais da voſſa parte ſeja ſua merce de encaminhar, como iſto ſeja poſto em fim. Bẽ he verdade, reſpõdeo a Rainha, ã eu vos tenho aſſi aquelle amor, que qualquer madre por obrigação natural deue ter a ſeus filhos, & ainda muyto mayor por duas couſas. A primeira polo grande amor que tenho a ElRey voſſo Padre, aſſi polas grandes virtudes, que em elle há, como por ſer meu Senhor, & marido, & ſentir que me tem taõ grande amor, como homẽ do mundo, ã o mor tenha a ſua molher, & a ſegunda por vos Deos fazer taes de que eu eſpero que não nacera outra couſa, ſaluo aquella que requiere o estado, que tendes, & grande linhagem, de que decendeis, empero quanto para ſemelhantes feitos eu nunca vos poderia priuar voſas boas vontades, antes vos ajudarei a ellas, com todas minhas forças & poder, & certamente que eu nam poderá hoje ouuir nouas, cõ que me mais prouuera, ca por ſemelhante requerimento me fazeis entender que taes vontades tereis ao diante para obrardes aquellas couſas, que ſempre obraram, & obraõ aquelles Reys, & Principes da linhagem, de que decendeis. Porem ami me praz muyto de poer logo**

mão em este feito por tal guisa, que com a graça de Deos voßas boas vontades ajão feito segundo desejaís, & quereis.

Cap. 19 – *Como a Rainha falou a ElRey no requerimento de seus filhos, & da resposta, que ElRey a cerca dello deu.* – p. 58-62.

NAM quis a Rainha poer aquella coufa em tamanha tardança, porque lhe parecia que minguaa na boa vontade, que mostrava a seus filhos, & fez logo saber a ElRey como lhe era necessario falarlhe, porẽ que fosse sua mercẽ de lhe fazer saber a desposiçam em que estava, mas ElRey vzando de sua nobre cortezia, nam quis consentir que se ella metesse em tal trabalho, & disse ao meſageiro que lhe dissesse que elle iria onde ella estava, como defeito logo foi.

Pratica da Rainha à ElRey.

Senhor, disse a Rainha, eu vos quero requerer hũa coufa, q̃ he muyto contraria para requerer madre para filhos, porque comumente as madres requerem aos Padres que arredẽ seus filhos dos (p. 59) trabalhos perigosos, tendo sempre grande arrecoo de quaesquer danos, que lhe podẽ acontecer. Eu tenho tenção de vos requerer que os arredes dos jogos, & das folganças, & os metais nos trabalhos, & perigos, & isto, ſenhor, he por esta guisa: vossos filhos, & meus vieram hoje amy & me contaram todo o feito, que tínheis passado acerca da Cidade de Ceita, sobre que vos falou Iohaõ Affonso Veedor da fazenda, dizendo-me, como sentiaõ que vos não despunheis a encaminhar seu filhamento como elles desejavaõ, porẽ que me periam q̃ me prouesse de vos falar em ello, & volo requerer da sua parte, & da minha. Eu, ſenhor, esguardando como elles vem de linhagem de Emperadores, & Reys & de outros muy notaveis, & grandes Principes cujo grande nome, & boa fama he hoje por todas as partes do mundo nomeada, não queria por nenhũa guisa, por lhe Deos por sua mercẽ quis dar a desposiçam dos corpos, & do entender, que elles por seus trabalhos falecessẽ de conseguir os feitos daquelles, q̃ disse, & por tanto eu aceitey seu encargo & me prougue muyto de seu requerimento auendo seu desejo por bom para começo de sua noua idade, polo qual vos peço por merce que queirais encaminhar como elles possaõ exercitar suas forças, & prouar suas virtudes segũdo deuẽ, para a qual coufa parece q̃ tendes muy bom azo querendo vos auiar que se ponha em obra aquillo, que

já tendes falado, & alem da parte, que a vos acerca dello acontece, eu da minha volo terei em merce.

☞ Senhora, *respondeo ElRey*, tal requerimento me fazeis vos, de que eu recebo muy grande empacho, & esto he por me requererdes primeiramente o que vos eu ouuera de requerer a vòs metêdo ami em prazimento o q̃ eu por ventura duuidara muyto de vòs quererdes outorgar sem conſtrangimento de rogos. Porẽ dou muytas graças a Deos, porque vos me trouxe a tempo de me tal couſa requererdes, daqual eu ſaõ muyto ledo, & me praz de o poer em obra, ſegundo me requireis, o que com a graça de Deos eſpero que venha a proveitoſo fim & porquanto Senhora, me vos tendes feito eſte requerimento, prazeruſha que eu vos faça outro não muy longe deſte propoſito, que vos praza de eu ſer onde voſſos filhos forem, aſſi participador de ſeus conſelhos, & companheiro de ſeus perigos. Bem foi a (p. 60) Rainha leda de ouuir as rezoẽs que ſe ateli paſſaram, mar quãto a aquelle ponto, bẽ moſtrou q̃ lhe nam prazia de o ouuir, & diſſe

☞ Senhor, amy fera muyto graue de poder com meu coração q̃ outorgaſſe couſa ſemelhante, ca por aquella guiſa, que amy pareceu rezoado o requerimẽto, que vos primeiro fiz, por eſſa me parece, quanto a meu juízo, o voſſo fora de rezaõ, porquanto aquello que meus filhos requerẽ, he para ganharẽ honra, que vos já tendes ganhada, a qual elles ainda nom tem, ſenaõ por rezão de vos & daquelles Reys e Senhores, donde decendem, & porem lhe he neceſſario de a buſcarem agora ſometendo ſeus corpos a grandes trabalhos, & perigos, não receando ſua morte, ſe por algũ caſo acontecer, por chegarem a aquello, que ſeus auõs percalçaraõ, ca por certo não lher ficara pequeno encargo depois de voſſos dias de configuirem voſſas virtudes, & parte de voſſa honra. E por que a Deos graças por muitas partes do mundo he notório como vos per voſſos grandes merecimentos, & trabalhosos encargos cobraſtes tanta honra, que não ſomente ao mais poderoſo Rey do mundo poderia abaſtar, mas ainda tres, ou quatro ſeriam dello contentes, aſſi, Senhor, me parece voſſa ida eſcuſada, ſe voſſa merce for, ca ſobre todo deueis de conſirar na idade em que ſois, a qual creo que he pouco menos de ſincoenta, & dous, ou ſincoenta, & tres annos & como toda voſſa mancebia deſpendeſtes em trabalhos por defenſaõ & acreeſcentamento de voſſos Reynos, a qual couſa prouue a Deos de vos poer em termo & fim bemaumenturado. E pois a elle prouue de aſſi ſer, mais honeſto, & mais razoado he que os annos, que vos derradeiramente ficam para viuer, deſpendais em corregimento de voſſos Reynos, & emenda de voſſos pecados, porque aſſi como a

Deos prouue de vos honrar o corpo em este mundo, que affi vos honre a alma no outro, antes que mouerdes agora nouas pellejas das quaes se pode seguir por ventura, q̃ ainda que depois queirais affogegar, o não possais fazer, porq̃ os feitos se aquecẽ muytas vezes por tal guisa, que com hũas guerras se começam outras, & jam semelhantes ao fogo que os lauradores poẽ aos matos, os quaes pensando queimar hũa pequena mouta, queimaõ suas sementeiras. E deueis ainda confirar como totalas honras deste mundo (p. 61) caẽ ao ponto de hũa fo ora, & por hũa muy pequena defauntura perdẽ os homẽs muy grãde parte de suas honras passadas, porque toda a boa andança dos homẽs comumente se julga pola fim: ca em nenhũa daquellas coufas, que os homẽs esperão nesse mundo, não responde menos a forte, & a fortuna, que os feitos das pellejas. Porẽ de nossos filhos hirem, & cometerẽ qualquer coufa, que lhe vòs ordenardes, a my me parece que he bẽ, & q̃ vos fiqueis em vosso Reyno, & aquecendo, o que Deos não queira, q̃ seus feitos não fucedão segundo sua vontade, & nossa, melhor he que vòs tenhaes cõ q̃ os vingar ao depois, que acontraria fortuna abrãger affi a vos, como a totalas grandes peçsoas do Reyno. Ca necessario serã, se vos fordes, que nam fique nenhũa peçsoa no Reyno notauel sem vosso grande cõstrangimento. E affi, Senhor, que minha tençam he ser melhor ficardes, que por nenhũa cobiça de honra vos mouerdes de partir de vosso Reyno. Todas voçsas rezões, Senhora, *dize ElRey*, são para confirar quanto pertence a aquelle, q̃ se mouese por caso de honra, o que certamente nam he em my, samente me lembra como çugei meus braços em sangue dos Christãos, o qual posto que justamente fizesse, ainda me parece dentro em minha cõsciência, que não posso dello fazer cumprida pendenza, falo se os muy bem lauase no sangue dos infieis, ca determinado he na sãta escriptura, q̃ a perfeita satisfação do pecado he cada hũ por onde pecca, por alli auer a pendenza. Pois que pendẽça posso eu fazer de quantos homẽs por my; & por meu azo foram mortos, senão matar outros tantos infieis, ou muytos mais, se puder, por seruiço de Deos, & exalçamento da Sancta Fé Catholica? ca posto que eu quizeisse fazer semelhante emmẽda por orações, ou esmolas, não me parece que aueria perfeita satisfação, pois a pendenza he desigual do erro, ca o officio de rezar principalmente he dos clerigos, & frades, & outras peçsoas religiosas, & a esmola, q̃ aquel quizesse fazer, jam dinheiros de minhas rendas, dos quaes eu nam posso sentir mingoa, pois de outra qualquer parte do meu estado há de ser governado, & ainda me parece que seguindo este feito perfaço todas estas coufas, porq̃ asaz de esmola fera buscar dinheiros & mantimentos para governar tantas gentes, como eu com a graça de Deos espero de levar (p. 62) a esta sancta romaria. Pois quanto as orações, parece-me que

affas ferá Deos feruido de femelhante modo, quando por fua graça aquellas cafas, eu que fe agora ferue, & adora o nome de Mafamede, cuja alma por feus juftos merecimentos he sepultada nas funduras do inferno, forem acompanhadas de clérigos, & de religiosos que de noite & de dia fe firua, & adore o feu fancto nome. **Quanto, Senhor,** diſſe a Rainha, **ao ſeruiço do Senhor Deos eu nam falo em nenhũa coufa, antes me praz, e lhe dou muitas graças por vos poer em tal propoſito, ca não poderei toruar, nem ſer contraria a nenhuma coufa, que a feu ſeruiço toque, & elle, que he ſabedor de todas coufas, ſabe certamente que em minha vontade não eſta o contrario.**

Cap. 20 – *Como ElRey polo preſente não quiz declarar à Rainha q̃ elle auia de ir em aquelle feito, & como logo mandou encaminhar as couſas, que pertencião para a frota.*
– p. 62-64.

QVEM poderia ouuir aquellas palauras, q̃ antre aquelles Senhores paſſauaõ, q̃ não oueſſe eſtrema da folgança? por certo bem diſſe Salamão em ſeus prouerbios que a maior parte da bemaumenturança deſta vida, para ter qualquer homẽ, eſta em ter boa molher, nẽ wlrey foi pouco ledo de ouuir aſſi aquellas palauras a Raynha, das quaes em fua vontade foy muyto contente, empero nam quis determinar fua ida, confirãdo que ſe a Rainha determinadamente ſoubefſe que elle auia de ir, q̃ ſe lhe recresceria mor trabalho de eſpirito, da qual coufa ſe lhe poderia ſeguir algũ dano pola fraqueza de fua compreçam, mas a ida de ſeus filhos ficou logo poſta em determinação, & logo ElRey começou de encaminhar auiuadamente o corregimento, que pertencia para fua ida, & a primeira coufa, que logo mãdou fazer, foi prouimento de fuas tercenas para ſaber parte dos nauios, que tinha, & como eraõ repairados, mandou logo trigoſamente cortar madeira, para refazimento de algũas galés, & fuſtas que lhe faleciam para comprimẽto do numero, que elle entendia de leuar, a ſaber quinze galés, & quinze fuſtas, e aſſi mãdou logo aparelhar carpinteiros, e calafates q̃ obraſſẽ nos ditos nauios, & deſhi guarnecimento para elles com todas outras couſas que lhe (p. 63) pertenciam, Mandou mais ElRey apanhar quanto cobre, & prata ſe pode achar no Reyno, & aſſi mandou trazer outro de fora, fazendo feu trato cõ os mercadores polo melhor modo, que elle pode, em tal guiſa que em muy breue tempo teue delle muy grãde abaſtaça, & Iohaõ Affonſo Veedor da fazenda proueo logo todas rendas da Cidade, & falou com Ruy Pires do Landroal que era thezoureiro da moeda não lhe declarando porem o ſegredo, por tal guiſa que lhe mandou que fizeſſe aparelhar as fornalhas todas da moeda, as quaes logo foram preſtes,

& despachadamente começaram de laurar, & tanta trigança se punha naquella lauramento, que tirando algũs dias de muy grandes festas todos os outros continuadamẽte de dia, & de noite laurauaõ. Mice Carlos o Almirante foi logo avizado, por mandado delrey, q̃ prouesse todos os mareantes, cada hum em seu estado, de guisa que despachadamente podesse fazer delles o que lhe ElRey mandasse. Gonçalo Lourenço de Gomide, que era escripturaõ da puridade, mandou logo fazer cartas em nome delrey para o escripturaõ dos marauedis, & assi para todos os Coudeis, & Anadeis dos besteiros do Reyno, que fizesse logo seus alardos, & lhe enuiassem os cadernos delles, onde quer que elle estivesse, nos quaes declaradamente fossem escriptas as idades das pessoas, & corregimẽtos que tinhaõ pera seruiço DelRey. Mas quem poderia escreuer a multidão das sentenças, que se dauam sobre aqueste feito, ca o rumor do pouo era muy grande vendo o abalamento destas coufas, & posto que cada hum em sua parte se trabalhasse de esquadrinhar aqueste segredo, não auia ahi algũ, que certamente soubesse determinar o lugar para onde aquelle corregimẽto era, & as sentenças, que se dauam acerca dello, deixamos para outro capitulo, porquanto aquellas coufas não se faziaõ ainda tão trigofamente, como se ao diante fizeram, & deueis de saber que a diligencia, que ElRey mandou poer na moeda, & rendas, foi por nam lançar pedidos, aqual coufa fez a dous fins. A primeira porquanto aquelle feito principalmente era mouido por seruiço de Deos, & nam queria ElRey que pessoa alguma de seu Reyno tiuesse azo de receber algũ escandalo. A segunda era porque, se ouuera de lançar pedidos, fora necessario de fazer ajuntamento de (p. 64) Cortes, nas quaes de necessidade se oueram de declarar algũas conjeituras, ou partes do feito por tal guisa, que se poderia entẽder a verdadeira determinação, que ElRey sobre esto tinha. Em este corregimento, & coufas, que ElRey assi mandou fazer, se pozeram bem dezoito mezes, no qual espaço os Infantes falariaõ a seu padre, pedindolhe por merce que quizesse poer mayor trigança naquele feito, ca postoque ElRey muyto trabalhasse, a elles não parecia tanto, que nas coufas que homẽ muyto de-seja, quãdo esta em esperança de as cobrar nunca o espaço pode ser tão pequeno, que lhe não pareça grãde & alem desto hũa das propriedades dos homẽs mancebos, segundo declara Frei Gil de Roma por autoridade do filosofo na terceira parte do segundo liuro do regimento dos Principes, & Paulo Virguerio na ensinança dos moços fidalgos, he serẽ trigofos, & arrebatados em seus feitos, & esto por rezaõ do esquentamento do sangue, que em elles naturalmente he naquella idade, & tanto lhes parecia aos Infantes que esta coufa se fazia de vagar, que differam a seu Padre que pẽsavaõ que elle queria cessar do preposito, que com elles determinara. *Bem sabeis, disse ElRey, como antes que falassemos a Rainha, vos disse que não podia em este feito fazer nenhũa*

cousa, que a primeiramente ella, & o Condestable não foubessẽm, & pois da Rainha ouuemos seu prazimento, conuẽ que falemos ao Condestable, por cuja rezam não poço mais trigofamẽte despachar meus feitos para auir o que me he necessario. Os Infantes differam que era muy bem, que sua merce encaminhassẽ como se logo pozessẽ em obra de falar ao Conde, porque ao diante tiuessẽ certa determinação do que auiaõ de fazer.

Cap. 33 – *Como os Embaxadores DelRey de Grada vieram a ElRey, & do que lhe requereram, & como traziam recado ao Infante Dom Duarte, & a Rainha, & do que lhe prometeram* – p. 105-109.

AINDA fica agora para dizer como ElRey de Grada enuiou seus embaxadores a ElRey de Portugal, ca se os outros Reys Chriştãos tinham temor, muyta mais rezam elle confirando quantas vezes enuiara seus recados a ElRey para cobrar sua recados a ElRey para cobrar sua amizade, & segurança de paz, & nunca a delle poderá auer, & que poderia agora sospeitar ouuindo as nouas de tamanho ajuntamento, cuja fama espantaua muytos Principes da Chriştandade? Quanto mais que os Mouros forros, que viuiam em este Reyno vendo (p. 106) assĩ aquelle ajuntamento como homẽs, q̃ nam tinham perdida a amizade dos outros Mouros, q̃ a sua Seita requeria, nunca cessauam de preguntar qual era o verdadeiro proposito DelRey? & nam he duuida que este segredo lhe nam fora reuelado, segundo a grande diligẽcia, q̃ elles tinham de o saber, se algũ dos do Reyno, a fora aquelles, que ja diffemos ouuera azo de o saber, empero a palpando assĩ depois que viram que ElRey seguraua Castella, & Aragam, sospeitaram que aquelle ajuntamento nam podia ser, senam sobre o Reyno de Grada, & auizaram por suas cartas a ElRey de Grada, o qual ouuindo assĩ aquellas nouas de tantas partes, enuiou seus embaxadores a ElRey de Portugal os quaes eraõ certos Mouros de grande autoridade, leuando seus turgimães, que lhe interpretaßẽ a lingoage. ElRey assĩ como tinha em costume de receber bem todos os estrangeiros, recebo a elles segundo seu estado, & quando foi tempo de darẽ sua embaxada, differam.

Embaxada delrey de Grada.

ELRey nosso Senhor vor enuia dizer, como despois q̃ este vosso senhorio esta em posse de Reyno, nunca antre os seus naturaes, & os vossos foi achada tal discordia, porque leixassẽ de tratar hũs com os outros, trazendo-se daquelle Reyno ao vosso grandes mercadorias, & do vosso ao seu, & que alem de todo o dito senhor vos teue sepre em sua vontade grande

amor, principalmente por voſſas grandes virtudes, & bondades, o qual o conſtrangeo a vos enuiar por muytas vezes ſeus preſentes, o que nunca fez a nenhum Rey Chriſtaõ. Porẽ *diſſeram elles* que agora, que algũs ſeus naturaes tinham receo de vir a voſſos Reynos com ſuas mercadorias, como antes ſohiam, por azo do corregimento de voſſa frota, ſoſpeitando que podia ſer contra algum dos lugares de ſeu ſenhorio; & que outros mercadores do ſeu Reyno leixauam de leuar as ſuas ao voſſo receando que lhe foſſem reteudas por vos, ou por voſſo mandado, ã vos prouueſſe por euitar aſſi eſta ſoſpeiçam de lhe enuiardes certa ſegurança de hũs, & outros poderem eſtar, & contratar amigavelmente, como ſempre fizeram naqual couſa lhe fareis hũa grande graça, aqual elle prazendo a Deos entende de emendar cõ outra ſemelhante, ou muyto maior, quando lhe requerida dor da voſſa (p. 107) parte. *Naõ ſei que que rezaõ tẽ os Mouros*, reſpondeo ElRey, *de terem ſemelhante ſoſpeita: nem os meus naturaes iſſo meſmo, tendo tam pequena certeza de minha vontade? porque ainda que eu aſſi mande correger minhas gentes para enuiar meus filhos por meu ſeruiço, a verdadeira tençam della eſta muyto longe de ſeu conheciẽto, nem vejo que rezam podeſſe ter, ã pareceſſe razoada para fazer ſemelhante ſegurança. Porem vos lhe dizei que eu nam entendo fazer com elle, nem cõ outra algũa peſſoa ſemelhante innouaçam, pois que a nunca fiz em todos meus dias, & porque eſta he a concluſam de meu propoſito, vos podeis ir muyto embora quando vos aprouer. **Os Mouros ſentiram que por aquella repolta nam leuauaõ nenhũa ſegurança, & falaram entam a Rainha por ver ſe poderiam encaminhar o feito por outra guiſa ca tal auizamento traziam DelRey de Grada, o qual era que a Rica Forra, ã era a principal das mulheres daquelle Rey Mouro enuiava dizer a Rainha Dona Felipa, como ElRey ſeu Senhor & marido cnuiaua ſeus embaxadores a eſte Reyno requerer algũas couſas a ElRey, as quaes a ella prazeria muyto que ellas foſſem bem auizadas, & porquanto ella ſabia quanto os bons requerimẽtos das mulheres mouiam os coraçõs dos maridos, quando lhe requeriam algũas couſas, em que tinham vontade, que lhe rogaua que por contemplação ſua lhe prouueſſe filhar cargo de requerer a ElRey a repolta daquelle feito poendo em ello todo ſeu bom deſejo, de guiſa que a vontade DelRey de Grada ſeu Senhor, & marido foſſe poſta naquele fim, que elle deſejaua, & que pois ella tinha filha para cazar, que em breue tempo poderia ver o agradecimento de ſua boa vontade, ca lhe certificaua que lhe enuiaſſe para ella o melhor & mais rico enxoual, que nunca fora dado a nenhũa Princeſa Moura, nẽ Chriſtãa. Mas quẽ auia de ſer aquelle, que moueſſe a Rainha para falar em tal partido? ca a Rainha era hũa mulher muyto amiga de Deos, & ſegũdo ſuas obras filhara de mamente encarrego de ninhum***

infiel para lhe procurar nenhum fauor, quanto mais que era natural de Inglaterra, cuja naçam antre as do mundo naturalmente defamaõ todolos infieis. *Eu nam sei,* respondeo ella, *a maneira, que os vossos Reys cõ suas molheres tem, que antre os Christaõs nam he bem contado a nenhũa Rainha, nem a outra algũa* (p. 108) *Princefa de se entremeter nos feitos de seu marido, quanto em semelhantes casos, para os quaes elles tem seus Concelhos, onde determinam seus feitos segundo o entendem, & as suas molheres, quanto melhores sam, tanto com mais diligencia se guardam de quererem saber o que a ellas nam pertence, ca conhecem certamente que seus maridos com seus conselheiros tem mayor cuidado do q̃ a honra de seu estado pertence, do que o ellas podem conhecer, verdade he que ellas nam sam assi afastadas de todo, que lhe nam fique poder de requerer o que lhes praz, mas estes requerimentos, sam taes, que os maridos nam ham rezam de lhos poderem negar, & algumas, que o contrario fazem, nam sam auidas por enfinadas, nem discretas. Porem, vos direis a Rainha voßa Senhora, que eu lhe agradeço sua boa vontade, mas, que ella podera de seu envoual fazer o que lhe prouuer, ca com a graça de Deos a minha filha nam falecera enxoual para seu casamento, & vos requerei voffo feito a ElRey meu Senhor, que elle he tal, que se lhe vos requerdes o que he rezaõ que volo fara com muy boa vôtade.* Os Mouros sentiram que nam tinham bom recado na Rainha, & prouaram de atentar ao Infãte Dom Duarte para ver se com suas grandes promeßas o poderiam inclinar a sua deuaçam, & foramse a elle, & disseramlhe como ElRey de Grada seu Senhor era hum homem, que muyto desejava ter amizade com seu Padre & por conseguinte com elle, & com toda a Casa de Portugal, & para elle crer que sua vontade era tal, que o poderia saber de todolos mercadores, & outros naturaes deste Reyno, como eram tratados tam docemente, & cõ tanto fauor, leixandolhe trazer suas mercadorias, & tratar com seus naturaes, assi como se fosse subditos de algum Rey Mouro com que elle oueße muy chegada liança de sangue, por cuja rezaõ, disseram elles, *Senhor, nos enuiou a ElRey voßo padre com sua embaxada, daqual cremos q̃ vossa merce auera ja certa informação* Porem Senhor, porque ElRey de Grada voßo Senhor muyto deseja cobrar aquella segurança, que requeremos, elle vos enuia dizer, q̃ por quanto elle sabe que ElRey voffo Padre há de obrar em este feito principalmente por voßo conselho que vos roga que por sua contemplação vos praza filhar encargo do dito requerimento, de guisa que pola boa vontade, que vos em ello puferdes, poßa vir a fim de seu desejo & (p. 109) por vos nam alerdes voffo trabalho por mal despejo, que elle vos promete, assi como Rey que he, de vor fazer hum tal seruiço, que em totalas partes do mundo seja nomeado por gande, para segurança do qual vos fera

feita por nos qualquer firmeza, que vossa merce mandar, & ainda, se mister fizer, abastãte fiança. Os Principes desta terra, respondeo o Infante, nam sam costumados de vender suas boas vontades por preço de dinheiro, ca vzando de semelhante modo, teriam mais rezam de se chamarem mercadores, que nam senhores, nem Principes: porẽ vossas promeßas sam escuzadas acerca de semelhante caso, ca nam tam fomite effe prezente que ElRey diz que me enuiara, mas que me fizeffe segurança que me daria todo seu Reyno por semelhante modo, o nam receberia delle, nem poderia fazer a ElRey meu Senhor & padre nenhum requerimento, senam aquelle, que foße justo, & razoado, & ElRey de Grada vosso Senhor nam há porque tomar taes coegas nam auendo mais justa causa para ello. E desta guisa se tornaram os Mouros pouco cõtentes de tal reposta.

Cap. 34 – *Como o Infante Dom Enrique veo depois de lanoiro falar a ElRey seu Padre, & como se tornou para o Porto, & da maneira, que teue na sua armaçam* – p. 109-113.

IA me parece que tenho tempo de deixar estas coufas, & falar nas outras, que sam mais chegadas ao auimento da frota, empero antes direi hum pouco das boas vontades, que todos traziam para seruir ElRey naquele feito porque cada hũ trazia tamanha lédice em seu corregimento, como se determinadamente foubessẽ que sem nenhũ perigo auiam de auer vitoria, nem lhes fazia nenhum empacho a duuida que tinham do lugar certo, ca nam sabiam para onde hauia de ir. Era entam a gente do Reyno repartida em duas partes, porque auia ahi hũs, que seruiram ElRey em todos os seus trabalhos, & eraõ quafi todos de hũa idade pouco mais, ou menos, & os outros eraõ os filhos daquestes, os quaes traziam em sy um grandes desejos de chegarem aos merecimentos de seus Padres: ca assi como os filhos dos galgos geralmẽte seguẽ a natureza de seus padres em caçar, assi os filhos dos bons homens comumente se chegaõ a aquelle (p. 110) officio, que seus padres vzaram, & porque mereceraõ. Não falo dalgũs, que por sua defuairada constelação perdem sua bondade, ca assi ha ahi outros que por sua nascença, nam saõ obrigados a seguir virtude, & dalhe Deos graça que se chegaõ a ella, & a seguẽ, porque cobraõ hõra, ca em totalas coufas se toma a mayor parte polo todo, mas para este corregimento nam ser taõ perfeito, como todos tinhaõ em vontade, sobreueo hum grande empacho, porque começaraõ de morrer de pestilencia na Cidade de Lisboa, & tambem no Porto & esto foy, segundo deziam, por azo dos nauios, que vieram de muytas partes, & em algũs delles auia pestilença, & porque esta infirmitade, segundo Saõ Iñidoro na Etimologia, fez muy grande dano no auimento daquela frota, principalmente na morte da Rainha que sobre todos foy

mais fentida. Nam podemos falar diretamente que algum do Reyno tiueſſe mayor cuidado de auiar oq̃ lhe pertencia, que o Infante Dom Enrique, ca tantoque paſſou o mes de Ianeiro veo a falar a ſeu Padre contandolhe o ponto, em que leixaua todas couſas, & dizendolhe outroſy que lhe pedia por merce q̃ lhe deſſe ſeu regimento eſcrito, da maneira q̃ auia de ter. *Meu filho, diſſe ElRey, amy me praz q̃ por o preſente vos nã leueis outra ordenança, nem regimento, ſenam voſſa boa deſcriçam, com a boa vontade, que eu em vos ſinto para me ſeruir, mas leuareis hũa minha carta para que vos obedeam todos, aſſi como a Capitam geral, & outra ſemelhante darei a voſo Irmaõ o Infãte Dom Pedro & vos partiuis logo para a Cidade do Porto, & trigaiuos, quanto vos for poſſiuel, que façais vir eſſa frota de lá; mas ſede auisado q̃ o mais que puderdes eſcuſeis de entrar na Cidade, ſenam quando for muyto neceſſario.* Aſſi partio o Infãte de Sacauem, donde entam eſtaua ſeu Padre, & onde eſteue em mētes a peſte foy grande em Lisboa & até que a Rainha adoeceo. O Infante teue tal modo em ſeus feitos, que naqueles tres meſes ſeguintes auiou todas ſuas gentes & armas, & mantimentos, de tal guiſa, que no começo do mē de Mayo foy dentro na Cidade do Porto, onde logo começou dar trigoſo auiamento a ſua frota, & fazer encaminhar todas couſas que para ella pertenciam tamẽ & tam ordenadamente, que nẽ ſua noua idade, nem falecimẽto de prática de taes feitos nam o (p. 111) poderam empachar, que nam recebeſe muy grande louuor de ſeu marauilhoſo trabalho, ca deſciam aquelles velhos q̃ era muyto para maravilhar hum homem de idade de vinte annos ſer tam deſtro, & tam deſempachado para auiar tamanho feito, & ſe Tito Liuio (diz o Autor) louua tanto no liuro da ſegunda guerra a prudẽcia de Cypiam, porq̃ eſtando em Sicilia ordenou tambem ſua frota para paſſar em Africa, ſendo elle quaſi de trinta & ſinco annos, & auẽdo já cometidas muyta pellejas por mar, & por terra, como nam louuaremos a eſte Principe ſendo de idade de vinte annos, ſem auer conhecimẽti de ſemelhantes feitos, por certa pratica ſomente, quanto tinha hũa natural inclinação para cometer grandes feitos? Nam falamos aqui da armada do Infante Dom Pedro, porque poſtoque o nome foſſe ſeu, o cuidado era principalmente DelRey ſeu Padre, & do Infante Dom Duarte, & com todas eſtas couſas nam eſquecia ao Infante Dom Enrique de mãdar fazer muy ricas librès, as quaes ordenou que leuaſſẽ todos los Capitaens, que eraõ ordenados ſob ſua Capitania, & tratando eſtas couſas chegauaõ ſe vindo para a Cidade todos los ſenhores, & fidalgos, que auiaõ de ir com elle. Alli chegou Aires Gonçalues de Figueiredo nobre Caualeiro, ſẽdo em idade de nouenta annos, corregico com ſeus eſcudeiros, & gẽte de pé, & elle com ſua cota veſtida, cuja continẽcia parecia pouco homẽ de ſua idade, & quando o Infante o vio chegar a elle para lhe beijar a mãõ, começou ſe rir, & diſſe *Ia me parece que homem de*

tantos annos deuia filhar repoufo por defcanço de tantos trabalhos. Eu nam fei, respondeo Aires de Figueiredo, *fe os membros por rezaõ da idade enfraqueceram, mas a vôtade não he agora menos, da que foi em todos os trabalho, que eu leuei com voffo Padre & nam podera por certo auer mayor honra nas exéquias de minha fepultura, que antes de meus dias acabados fer em este feito.* Por eſta guiſa fizeram dous eſcudeiros Bayoneſes, que por muytos ſeruiços que fizeram a ElRey na guerra lhes dera alli muy boas tenças para ſua manutenção, os quaes eram homẽs de pouco menos idade, q̃ Aires Gonçalues de Figueiredo, os quaes ſe foram ao Infante requerer, que lhe mandaſſe dar ſeu prouimento para ſua ida. *Aſaz he, diſſe o Infante, o que vos tendes trabalhado, eu vos tenho muyto em ſeruiço voffa boa vontade* (p. 112) *pareceme q̃ he bem que fiqueis, ca ja a voffa idade nam he para mais trabalhos.* Os eſcudeiros por nenhũa guiſa quizeram ficar, antes moſtraram ſuas continências queixofas quando lhe foy falado que ficaſſem. *Pois que ſerá, diſſe o Infante, que as armas, que tinha ſam todas repartidas, & nam tenho aſſi preſtes cõ que vos armaſe? Nom he bom homem, diſſeraõ elles, aquelle, que por neceſſidade alguma vende ſuas armas, & nos, postoque por algũas vezes nos fizeſſẽ mingoa noſos ſoldos, & a tenã, depois que nos foy aſentada, por falecimento da paga, as noſſas ſempre eſtiueram comnoſco, porem o mantimento nos day ſegundo voſa ordenança, & das armas nam tenhais cuidado.* Muyto ledo foy o Infante de ſuas boas vontades, & alem de ſeu ordenado lhe mandou fazer merce conhecendo que era muyto para agradecer a homens de tal idade ſemelhante deſejo. Não fei (diſſe o Autor) ſe fale aqui como Gentio, mas per certo eu penſo que os oſſos dos finados deſejauam ſer veſtidos em carne onde eſtauam gaſtados em ſuas ſepulturas para ſerẽ companheiros de ſeus filhos, & parentes no ajuntamẽto daquelle feito, & dereitamẽte podemos dizer, que ſe os viuos tinham ledice; que as almas daquelles, que por reſplendor diuinal ſabiam a verdade deſto, ſe alegrauam muyto mais. Para cuja proua he bem que ſaibaes, o que aconteceu a hum frade da ordẽ de Sam Domingos, que era em aquella Cidade do Porto, no ſegũdo dia das ladainhas, ſendolhe mandado que pregaſſe ao outro dia à prociſſam, ſe levantou depois que o gallo cantou a primeira vez, & eſtando fazendo oração diante do altar da Virgem Maria antes que entraſſeem ſeu eſtudo lhe appareceraõ marauilhoſas viſoens, antre as quaes lhe pareceo que via a ElRey Dom Iohaõ ante a Virgem Maria armado poſto de giolhos, & as mãos levantadas contra o Ceo, donde lhe a preſẽtauam hũa eſpada, cujo reſplendor a aquelle homem bom apparecia que nam tinha comparaçã mas o portador daquela eſpada nam conheceo elle, como quer que a ſua viſta lhe parecia couſa diuinal, & porque eſte bom homem era ſimplez, nom quis contar eſta viſom, ſenom a outro frade ſeu amigo, que era

Jancriftam daquelle Moſteiro. O como as almas daquelles bõs homẽs, q̃ morriam naquella peſte, partiam ſaudofas dos proprios corpos, nom tanto por aquella natural ſaudade, (p. 113) com que ſe as almas partem das carnes, como por não verem a fim daquelle feito. Ah, dezião elles, morte ſem remédio, fim de todas as couſas terribéis, fobre cujo imperio, & ſenhorio, não ha poder nenhũa couſa criada de fob nouelo da lua, & ante cujo brado tremem todalas couſas, que ſe neste mundo mouem, porq̃ trigauas tanto teus doloroſos paſſos para nos leuares daqueſta vida? porque nos nom leixauas algum pequeno eſpaço para vermos a fim deſto? onde tiueras razoado tempo para te entregares de noſſa diuida, ſe as noſſas almas te fazião mingoa para pouoares as caſas do outro mundo. Bem auenturados ſerão aquelles, que receberẽ os derradeiros golpes ante os olhos de ſeus ſenhores, aos quaes ſeus parentes, & amigos contaram as chagas, porque depois ſeus filhos recebam honra, pelos merecimentos de ſeus Padres, & o ſeu nome depois da vitoria nom poderá eſcorregar dante o conhecimento dos que depois vierẽ. Mas nos nom ſo dos que ham de vir, mas ainda dos prefentes, noſſas mortes ſaõ eſquecidas, & o trabalho do prefente negocio nom lhes dê vagar que ſe poſſam apartar, para chorar noſſo falecimento. Era alli o trafego tamanho em aquella ribeira, que de dia, nem de noite nunca eſtaua jô, nem os marinheiros eraõ pouco canſados em arrumar tamanha multidão de fraſca, & com eſto as eſtradas, & caminhos eraõ cheos de carros, & de beſtas, que vinham carregadas de mantimentos, & armas das terras daquelles fidalgos, & doutras couſas, que lhe cumpriam para ſua ida, & aquelles, que tão azinha ſenão podiam deſpachar da terra, trigauaos o Infante por ſuas cartas de guiſa, que nom abalaſſe ſua frota, & elles ficaſſem contra ſuas vontades.

Cap. 36 – *Como Affonſo Annes chegou aos Infantes com as nouas da doença da Rainha e como por aquelle azo, aquelle grande prazer, em que eſtauam foy tornado em triſteza* – p. 116-118.

OH quanto minha vôtade deſejaua chegar ao fim deſta vitoria, ſem algum antrepoimento de triſteza, mas a cega fortuna com ſeus triſtes aquecimentos nam quis que a noſſa gloria foſſe liure de algum triſte acontecimento, nem ha couſa antre os viuos mais certa, q̃ o mouimento das couſas terreares, & por tanto ſe determina em filosofia, que a direita derivação do tempo, he ſer duramento do mundo em perſeruerança mudauel; o qual he

departido em quatro partes segundo o desuairo quartenario do circulo do Ceo, que he chamado Zodiaco, o qual em cada hũa quarta tem tres finaes chamados por nomes desuairados de animaes, os quaes se regem antre os homens por quatro ternários de mezes, em que são desuairadas influencias, que geraõ aos homens novos falecimentos. E porem hum filosofo, cujo conselho (p. 117) requeria hũ homẽ para consolaçam da tristeza, que tinha por a morte de seu padre, lhe disse. *Amigo, lebrate depois que naceste quantas vodas, & alegres defenfadamẽtos ouueste, & foporta em paciência este triste aquecimento, que te veo, ca o mouimento do mundo por tal condiçam foy afsi ordenado, que não leixaße algũa coufa em perdurauel aßoßego.* Ora, pois q̃ affi he, vamos por noßa historia adiãte se arreceo. Onde deueis de saber, que tantoque os Infantes chegaram com sua frota a aquelle porto de Restello, segũdo ja diffemos, mãdarõ alli lançar as ancoras de seus nauios, & a outra frota fazia andando suas voltas ao trauez daquelle mar, tangendo suas trombetas, & instrumentos, que traziam, como homens, que queriam mostrar aos outros da terra que estauam em grande ledice, que traziam em seus coraçõens. Nem o Infante Dom Enrique estaua pouco ledo affi pola vista de seus Irmaõs, & de toda a outra gente da Cortem que o alli vieraõ receber, como por trazer affi sua frota bẽ adereçada de todo o que lhe cumpria, mas porq̃ sua gloria não fosse de todo acabada, chegou alli Affonso Anes aquelle seu escudeiro, **q̃ trouxera recado a ElRey de sua vinda, & lhe disse como sua Senhora, & Madre a Rainha estaua doente. Emperõ disse elle que não ficaua ella tam aficada de sua dor, porq̃ elle ouueße de tomar tristeza alguma; antes lhe fora dito que a principal causa daquela infirmitade era por azo da grande abstinencia que fazia em seus jejũs, & oraçõens, ca posto que ella em toda sua vida fosse hum das Princeßas do mundo de mais singular deuaçam, aindaque nos outros tempos quizeße jejuar, era lhe defeso por seus Abbades com acordo dos fíficos por azo da fraca compreiffam, & tinhaõ determinado os fíficos que a dita abstinencia feria muito perigosa para sua vida, & porẽ cessaua de o fazer, ca determinado he por Sãcto Agostinho que cada hĩ tenha tal tẽperança no jejũ, e oração, que lhe fique liure poder para vzar das outras virtudes ca doutra guifa feria homicida de si mesmo. Mas depois que a Rainha foy certa da ida de seus filhos, que ainda atequelle tempo nam sabia da DelRey, nem do Infante Dom Duarte, ca postoq̃ lhe fosse dantes falado, como ja ouuistes, ElRey não quis q̃ o ella foubesse ata a cerca de sua partida, por lhe arredar (p. 118) o coração do cuidado que sentia que ella filharia, alli nam curou ella de fíficos, nem de conselhos de confeßores, mas jejuaua muito amiúde, & fazia grande oraçam, alem do que tinha em costume, ca tanto que era manham logo se hia**

a Igreja, onde estaua ate o meo dia, & tanto que comia, & filhaua hum pouco de repoufo, logo tornaua a sua oraçam. Mandaua vizitar as casas dos Sanctos, & dar grandes esmolas aos pobres, & fazer outros bês por acrecetar em seu merecimento, & de como lhe ElRey cõtou determinadamente sua tenção, & dehi o seguimento de sua dor, ataõ Deos leuou deste mudo ouuireis agora no seguimento destes capitulos.

Cap. 37 – Como ElRey disse a Rainha determinadamente sua tenção, & da reposta, que lhe a Rainha deu, & como por azo de algũs, que alli adoecerão de peste, ElRey se partio para o Mosteiro de Odiuelas, & como a Rainha ficou para acabar suas deuções, & como em aquelle dia adoeceu – p. 118-122.

PORQUE todo fim principal dos historiadores está no recõtamento das virtuosas peçsoas, porq̃ a sua clara memoria, por nenhum prolõgamẽto de idade, possa ser afastada dãte os presẽtes, a qual couza por certo traz cõfigo dous proueitosos fins: o primeiro quando amoeita aquelles, que bem, & ouuẽ o memorial destas muy virtuosas obras, o qual certamente he aquelle espelho, que Socrates filosofo mandaua que os mancebos esguardassem amiúde, por tal que os bons feitos de seus antecessores fossem a elles proueitofo ensino, ca assi como no besteiro nam pode ser conhecida a ventagem, antes que tire a algũ certo final, assi nenhũ bõ homẽ poderia obrar perfeitamente o auto de algũa virtude, senam trouueffe ante os olhos a imagem de algum tam virtuoso, que a sua proueitoza enueja lhe mostrasse o verdadeiro caminho para chegar ao fim de seu desejo. O segũdo fim he q̃ se os homẽs fetssem, q̃ polo falecimento de sua vida se acabaua toda sua lembrança certamẽte nem se poeriaõ a taõ grãdes trabalhos, & perigos, como vemos q̃ se manifestamẽte poẽ, a qual couza foy o principal azo, porq̃ os primeiros autores se esforçaraõ a cõpoer historias, ca naturalmẽte toda a criatura racional deseja duração, por cuja rezaõ os primeiros filosofos fẽtindo este natural (p. 119) desejo, pensando que a morte não vinha aos homens por ley determinada sõmente por corrompimento dos humores, se trabalhauaõ muito por buscar artificio, polo qual os mantiueffem em duração, ordenando proueitosas viandas, segundo as calidades das compreyssões, & assi buscaraõ leituário, & mezinhas porque arredassem as infirmitades do corpo: mas depois que conhecerã que em aquello não auia algum proveito, disserã, que por quanto o homem era feito de muitos contrarios, de neceffidade auia de morrer. Aristoteles, q̃ disto tomou especial cuidado, disse naquele liuro, que se chama, segredo dos segredos, que enuiou a Alexandre, acerca do fim de seus dias, que bem certamente elle se marauilhaua do homem,

que comia pão de trigo & carne de dous dentes, poder falecer naturalmente, & depois que os homens conheceraõ, que por fí mefmos determinadamente não podiam durar, bufcaraõ certas maneiras de fímelhança, porque elles foſſem aos preſentes, em certo conhecimento, hũs fizeraõ tão grandes ſepulturas; & aſſi marauilhoſamẽte obradas, q̃ a viſta foſſe azo de os preſentes preguntarem por ſeu poſſuidor: outros fizeraõ ajuntamento de ſeus bẽs, auendo a autoridade Real, para que o fizeſſem morgado para ficar ao filho mayor, de guiſa, que todos os q̃ daquela linhagem decendeſẽ, ouueſſem rezão de ſe lembrarem ſempre daquelle que a primeiro fizera: outros ſe trabalharão de fazerem tão excelentes feitos darmas, cuja grandeza foſſe azo de ſua memoria ſer exemplo aos que depois vieſſem, por cuja rezão honrauaõ muitos aos hiſtoriadoreſ das taes couſas, como diz Valerio, que fazia a Cypiam a Lucano, & aſſi outros muitos aos ſeus autores, & porem dizia Alexandre o graõ Rey de Macedonia que elle ſeria bem cõtente de trocar a proſperidade, que lhe os Deoſes tinhamo aparelhada, afaſtada ſua mão de toda a parte, q̃ lhe no ceo podião dar, por auer hũ tão alto, & tão ſummo orador para ſeus feitos, como tiuera Achilles em Homero Poeta; & hũ Romão ſendo preguntado em hũ convite qual era a couſa, q̃ mais deſejaua? diſſe q̃ ſaber certamẽte q̃ depois de ſua morte ſeus feitos ſeriaõ aſſi, & compridamente eſcritos, como os elle fizera: Creio que o dizia, porque fora tres vezes leuado no carro do triũpho, & ouuera onze coroas daquelas, que ſe dauam áquelles que (p. 120) primeiramente entrauaõ em algũas Cidades, ou Villas, ou grandes nauios, quando era em pelleja de mar. **E não ſõmente filharam os antigos cuidado de eſcreuer os feitos dos virtuoſos homens, mas ainda das virtuoſas mulheres, aſſi como ſe acha na hiſtoria da Biblia da Rainha Heſter, & de Iudith, & aſſi nas obras de Tito Liui de Lucrecia, & de Virginia, & doutras ſemelhantes, & ſe eſtes autores aſſi quizerão renẽbrar os feitos virtuoſos daqueſtas, pequena culpa merecemos nõs ao diante, eſcreuendo o acontecimento, & virtuoſo fim daqueſta Rainha, cujas grandes virtudes jaõ dignas de grande memoria. Já diſſemos a maneira, como lhe ſeus filhos falaão, & como lhe ElRey falara em Cintra, & como ſua ida, nem do Infante Dom Duarte ficaua poſta em determinação. Ora ſabei que depois que ElRey de todo teue ſeus feitos aliados para partir, querendolhe determinadamente declarar ſua vontade, eſtando hum dia na Camara folgando com a dita ſenhora, ſendo ahi acerca do ſeu eſtrado Britiz Gonçaluez de Moura, & ſua filha Mecia Vaſquez, começou de ordenar ElRey ſuas repartições por tal guiſa, que chegou á concluſão de ſua vontade.**

☞ Senhora, *diffé elle*, como quer que ao tempo, que me falaſtes acerca da ida de noſſos filhos eu por entonceſ não determinaſſe, ſenão ſòmente a ida dos Infantes Dom Pedro, & Dom Enrique, & para elles principalmente ordenei todo eſte feito, cõſirando como faria grande aggrauo ao noſſo filho o Infante Dom Duarte, ſendo elle de tal idade, & tão deſejoſo de provar ſua força, não ordenar, como elle foſſe em tal feito; & deſhi amy não ſeria bem cabido de os mandar aſſi ſem minha preſença, pois por a graça de Deos ſão em tempo de lhe poder moſtrar a enſinança, ã deprendi em ſemelhantes feitos por continuação de muitos dias, & ſofrimento de grandes trabalhos, & muitos perigos, & però que vos algũas vezes tocaſſe na vontade, que tinha de ſer em eſte feito, agora vola declaro, que a Deos prazendo, eu entendo de ir, & levar comigo aſſi ao Infante, como a ſeus Irmãos. **E como quer ã a Rainha dos outros dias paſſados ſentiffe a vontade, que ElRey trazia naquele feito, ouuindo aſſi determinadamente, não pode ſofter ſua continência, que não moſtraſſe em ella que auia grande ſentimento: cá poſtoque (p.121) aſſi foſſe virtuoſa, como já ouuiſtes, a natureza das mulheres em ſemelhantes caſos não pode ſer tão eſforçada;** que não faça mouer o coração a alguma triſteza, mas Britiz Gonçaluez, & ſua filha ouuindo aquellas palauras ſoltaram de todo ſeus olhos em lagrimas, & a Rainha tornando a ſua rezão diſſe a ElRey, nam como cabia dizer a molher, mas como quem falaua por reſpeito da linhagem, de ã decendia. *Verdade he, Senhor, diſſe ella, que eu vos pedi ã mandaffeis voſos filhos a eſte feito, & vos diſſe logo então quanto me parecia ſer razoado de vos nam irdeſ, & de vos agora mandardes o Infante ſegundo dizeis conhecendo quanto lhe he cumpridouro, como quer que grande ſentimento por ello ouueſſe, meu goſto nunca o poderia moſtrar, mas a voſſa ida me faz que me nam abaste fizo, nem entender, para me reter de não moſtrar o que ſinto, mas pois vós por bem ouueſtes, & aueis de ir a Deos prazendo, elle enderence voſſa ida por tal guiſa, que ſeja muyto a ſeu ſeruiço, & voſſa honra, & de voſos filhos, & bem de voſos Reynos, & diſſe contra as outras, que eſtauaõ chorando com grande ſentimento, Amigas, nam aueis porã chorar, porque o choro em taes caſos nam he couſa, que aproveite, antes vos rogo que daqui em diante vzemos do que a nos, & a noſſos officios pertence, iſto he encomendarmos a Deos eſte feito muyto afincadamente, fazendo taes obras & bens, porque mereçamos ſer ouuidas, & nam tão ſomente ainda por nós, mas por todalas virtuoſas peſſoas, por cujo merecimento ſintamos que eſte feito pode ſer ajudado, ca certo he que em taes couſas preſta muyto a oraçam, ſegundo ſe moſtrou nos feitos da lei antiga, que pola oraçam, que fazia Moyſes, quando o pouo dos Iudeus pelejaua, recebia mor ajuda, que por ſuas proprias forças, & nos aſſi oremos, menoſprezando*

*todo o trabalho, & cansaço, que se em ello possa seguir, & façamos outros bens, porque nossas oraçoens sejam dinas de ser ouuidas ante Deos, & isto he melhor, que espargimento de lagrimas, nem outra algũa maneira de grande tristeza, & em acabando esto disse a ElRey, Senhor, eu vos peço por merce que se me Deos quizer dar dias de vida que chegue ata o tempo de vossa partida, que vos façais vossos filhos Caualeiros presente my, ao tempo de vosso embarcamento, com senhas espadas, que lhe eu darei, & com a minha bençam, ca postoque seja dito (p. 122) que as armas das molheres enfraquecẽ os corações dos Caualeiros, bem creio que segundo a geraçam, de que eu venho, nunca feraõ enfraquecidos por as receberem de minha mão. Ao que ElRey respõdeo lhe prazia muyto. A Rainha mandou ao outro dia chamar Ioham Vafquez de Almada, ao qual disse que lhe mandasse fazer tres espadas, & as mandasse guarnecer muy ricamẽte de ouro, & aljofres, & de pedras preciosas, & tanto que foffẽ acabadas, lhas trouxeffe, deshi profeguindo ella em suas orações, tanto que era manhã, logo se hia a Igreja, onde estaua ata o meo dia, & tantoq era bespora logo se tornaua para a sua casa, onde despendia o serem nam em danças, nem em outros defenfadamentos deste mundo, fomente em espiritual contemplação: Alem deste mandou a Rainha por muytos Mosteiros grandes esmolas, & affi a outras algũas peffoas, q ella sabia q eram de boa vida, encomẽdandolhe que toda sua principal entẽçam foffe encomendar a Deos que lhe prouueffe por sua piedade trazer aquelle feito a proueitofo fim, & estando affi algũs dias seguiu-se que adoeceram algũas peffoas de peste aquelle lugar de Sacauem, & esto era porque a peste andaua muyto grãde em Lisboa, como já ouuistes, & por ser tam perto da conuerção da gente, que era necessario que tiueffem hũa com a outra, a necessidade do tempo não podia ser que o dito lugar foffe largamẽte liure de aquelle padecimento, & como ElRey soube que alli adoeceraõ aquellas peffoas, disse à Rainha q seria bem que se partiiffem logo antes de comer. *Senhor, disse ella, vos vos podeis logo partir, q eu depois que acabar meus officios me partirei, ca molher tam velha, como eu, não deue auer medo de peste.* & isto dizia a Rainha porque ella era entam de idade de jincoẽta, & tres annos. *Pois, Senhora, disse ElRey, que vos affi quereis, podello fazer, mas peço vos que o mais cedo que puderdes, vos partais deste lugar,* Entam se partio ElRey caminho do Mosteiro de Odiuelas, & a Rainha não quis partir ate o meo dia, como diffemos, & estando affi na Igreja lhe deu a dor de peste, nam porem que ella sentiffe que era semelhante infirmitade, fomente maginaua que seria algũa outra dor, que lhe viria por causa de sua fraqueza, segundo lhe ja outras vezes viera, & affi partio caminho do dito Mosteiro.*

Cap. 38 – *Como o Infante Dom Enrique, & o Conde Dom Affõfo chegaram a Odiuelas, & como a dor se acrecentou a Rainha* – p. 123-125.

HE agora para falar como as nouas foram tam azinha a ElRey como se a Rainha sentia, ca por azo daquelle ar corrupto, que affi andaua, nam podia alguem sentir nenhũa infirmitade, que logo polo prezente cuidasse que era outra coufa, mas tantoque a Rainha chegou a ElRey foy a ver, affi como aquelle, que de sua infirmitade tinha mayor cuidado, que outra algũa peffoa, & muyto foy ledto quando achou tam boa mostrança de continência, polo que lhe pareceo que sua infirmitade nam era coufa de perigo, & em este enfejo, sendo ja porem passados tres dias da infirmitade da dita Senhora, chegou ahi o Infãte Dom Enrique, & o Conde Dõ Affonfo, com todos os outros Senhores, & fidalgos, que vinham em a sua frota, os quaes logo ao outro dia, depois que chegaram a Restello, foram a Odiuelas fazer reuerencia a ElRey, & a Rainha, & ao Infante Dom Duarte, & muyto graciosamente foram recebidos DelRey, especialmente o Infante, & muyto ledto fora elle quando o dia passado lhe fora cotado polo meudo como a frota vinha do Porto, & a ordenança que trazia, & sobre todo a grande diligencia, que o Infante tiuera em dar auimento. *Bem parece meu filho*, disse elle, *que o cargo, q̃ vos eu dei, nam foi filhado por vos como por homẽ de vossa idade ca segũdo me cotar aõ toda voõa frota vem muy bem auida, como de homẽ, que tem vontade de me seruir & acrecentar em sua honra. & bẽ ´podeis dizer que tiuestes mayor diligencia em voffo corregimento do que nos tiuemos no noõo, pois que fostes prestes primeiro que nos.* & entam foram falar a Rainha, a qual com a força do grande prazer encobrio o mal da infirmitade, ca affi o recebo com taõ boa continência, que pouco parecia molher sentida de tamanha dor, mas a ledice, que o Infante Dom Duarte trazia, era coufa, que poderia polo presente ser mal contada, porque ata aquelle tempo sua ida estiuera encuberta pola guisa, em que estiuera a DelRey por cuja rezam lhe fora necessario, postoq̃ bẽ soubesse q̃ auia de ir mostrar fingida tristeza por fazer crer aos outros a certeza de sua ficada, nẽ tinha outroq̃ ouzadia de (p. 124) auir nenhũs corregimentos de sua peffoa por arredar todos os azos, porque aquelle segredo podesse ser corrompido, somente quanto mãdara a Iohãõ Vasquez Dalmada que fizesse muyto bem corregir sua galé, por quanto ordenaua de ir com ella, & affi com aquella ledice, & boa vontade, q̃ trazia, recebo a seus Irmãos, & a toda a outra boa gente, que cõ elle vinha, & por certo naõ era fingida a boa vôtade, que elle naquelle feito trazia, por a qual se podia conhecer parte da grandeza de seu coração, & posto que o tempo fosse pouco, nenhũa

coufa lhe faleceo para feu corregimẽto, ca tam bem, & tam compridamente ouue totalas coufas, q̃ pertenciam para corregimento de fua peſſoa, como ſe des o começo daquelles feitos mandara ordenar feu corregimento, & bã he de crer que ſe a doença da Rainha nam fora, que ainda o Infante Dom Enrique fora delle muyto melhor agasalhado, ca alem do grande amor q̃ lhe auia, muyto ſe deſenfadara de falar no começo daquelles feitos, de como os Deos trouxera por fua graça a tempo de os poderem proſeguir. Ia o Infante Dom Pedro a aquelle tempo eſtaua na frota, como aquelle, que tinha a Capitania de totalas naos, & aſſi tinha a fua não certo final, porque foſſe conhecida antre todas as outras ca leuaua grande eſtandarte auãtajado dos outros, & hũ forol de noite ſegundo cuſtume, mas a Capitania de totalas galés era DelRey, e depois que o Infante Dom Enrique falou aquelles ſenhores tornaramſe ambos os Infantes & Conde para a frota, penſando que a doença da Rainha não foſſe a que depois pareceo, ca logo no dia ſeguinte o Infante Dom Duarte mandou chamar os Infantes ſeus Irmãos fazendolhe ſaber como a Rainha fua Senhora, & Madre ſe ſentia muyto mal, os quaes logo trigofamente caualgaram, & ſe foram a Odiuelas, onde eſtiueram ata o acabamento da dita Senhora. Nam foy fua triſteza pouca quando chegaraõ a Rainha, & acharam taõ afficada da dor, tomando muy grande cuidado de a ſeruir aſſi no preſente, como depois, & lhe faziaõ buſcar todos remedios, que ſe podiaõ achar para aliuiamento de fua infirmitade, & poſtoque todos grande cuidado tiueſſem, o principal encargo era do Infãte D. Duarte, o qual com grande diligencia nunca podia dar o ſeu cuidado a outra coufa, ſenam a penſar, & requerer totalas mezinhas & (p. 125) coufas, que pertenciaõ para remedio da Rainha, & não ſei (diz o Autor) em quantas maneiras louue tanta virtude de Principes por certo ſe o proprio entẽdimẽto daquelle preceito, que foy eſcrito na ſegunda taboa, que diz que aquelle, que honrar ſeu Padre, & Madre, viuira longamente ſobre a terra, & quanto a eſta vida corporal bem creio que eſtes deuiam compridamente ſer aquelles, certamente aſſi foram ſempre obedientes a ElRey ſeu Senhor, & Padre, & a Rainha fua Madre, que nem aquelle filho de Veturia Coriola, de que Valerio faz mençam, nem outros algũs, que ſejam ementados na eſcritura, nam ſe pode igualar a eſte, & eſto nam entenda algũ que ſe diz por falar de graça, ca eu, que eſta hiſtoria eſcreui, li muy grande parte das chronicas e liuros hiſtorias, & nunca em ellas achem ſemelhante. Todos os outros cuidados da guerra ã aq̃lles dias foraõ eſquecidos, & ſomẽte a occupação era em ouir fiſicos, & curgioẽs, & poer em execuçam totalas coufas, que elles ordenauão para ſaude daquela Senhora, como quer que ſeus remedios, & trabalhos pouco preſtaſſem, porque a dor ſe acrescentaua muyto mais a Rainha, ca a determinação da fim não tẽ algũ certo remedio, ca eſcrito he (*poſuiſti*

términos eius, &c.) da qual coufa ElRey eſtaua muy anojado, como aquelle, que conhecia a perda, que ſe lhe ſeguia por morte de tão boa molher, com a qual auia vinte, & ſete annos que eſtaua cazado ſẽ algũ antrepoimẽto de deſacordo, que antre elles ouueſſe, antes muyto amor, & cõcordia, como ja ouuiſtes, & tamanho era o ſentimento, que ElRey tomaua pola infirmitade da Rainha, que ſe lhe priuaua o comer, & dormir, por cuja rezão muytos preſumião que ſe lhe ſeguiria algũa grande infirmitade por aquelle azo, ſe não fora ſeu muy grande eſforço.

Cap. 39 – *Como a Rainha auia verdadeiro conhecimẽto de ſua morte, & das obras, que acerca dello fazia, & como deu o Lenho da Cruz a ſeus filhos* – p. 125-127.

IA falei em outro lugar em aquella ſentença do philoſofo como todos os homẽs naturalmente defejam ſaber, & falei tão fomite neſte natural defejo, quanto as couſas temporaes, aſſi como as couſas, que ſam dadas ao homẽ como (p. 126) princípios do verdadeiro ſaber, ca toda ſabedoria em eſte mundo ſeria coufa de pouco valor, fomite porque por ella podemos chegar áquelle verdadeiro conhecimento das obras, porque todo ſaber ſem Deos não he ſaber, porem todo o fim da virtuofa vida he no verdadeiro conhecimento de Deos. **E porque ja muytas vezes falamos nas grandes virtudes, que auia em eſta Rainha, he de ſaber como lhe noſſo Senhor quis dar conhecimento do verdadeiro ſaber, moſtrandolhe a eſcuridade da prezente vida per intrinſeco amor, que lhe deu de ſy meſmo, com certo conhecimento da fim de ſua vida, & poſtoque o juizo da alma ſeja ſomẽte cõſpecto de N. Senhor Deos o qual ſegredo quis q̃ não ſoubefſe nenhũa peſſoa veſtida em eſta carne humana. Todolos ſabedores, eſpecialmẽte S. Thomas, que por contemplaçam diuinal jobio ao monte do verdadeiro ſaber, tẽ que quando a criatura acerca de ſua fim ha verdadeiro conhecimento do Criador, & ſe arrepende amargofamente dos ſeus pecados, que o juizo deſte he a verdadeira ſaluaçam, o qual final ſe pode conhecer por aquelles, que em ſemelhantes tempos falam com ſeus Abbades quaeſquer faltas, que ſentem em ſuas conciencias, ſegundo aquelle ſancto cõſelho, que o Profeta enſina no Pſalmo dizendo. *Eu tornarei por todos os meus annos atraz, a limpando as entranhas de minha conſciência para te recontar as amarguras de minha alma.* **por o qual arrepedimento poderemos verdadeiramente ſaber como aqueſta ſancta Rainha cobrou a verdadeira bemauenturança, ca poſtoque muyto amiude foſſe confeſſada, em todos os outros tempos, depois que a enfermidade eſforçou em ella, falou muy compridamente com ſeu Abbade, & em ſatiffaçam de algũs encargos, ſe os tinha,****

mandou fazer muytas esmolas, & outras grandes obras de piedade, dizendo muytas rezões em arrependimento de seus peccados, as quaes faziam grande contrição a aquelle seu confessor, & acabado esto fez chamar seus filhos, *Deos sabe*, disse ella, *camanho defejo sempre tiue de ver a hora, em que vos voffo Padre fizeße Caualeiros, & para ello mandei fazer, & guarnecer tres espadas, & pois a Deos apraz, q̃ eu em este mundo nam veja tamanho prazer, elle seja louuado por todo*, & logo mandou saber se lhe enuiara ja Ioham Vafquez as ditas (p. 127) espadas, & differamlhe q̃ não *pois*, disse ella, *vam logo trigofamēte a Lisboa, & façãom as trazer. Quizera, meus filhos*, disse ella contra os Infantes *daruos agora as espadas, em que vos antes falei, mas por nam serem aqui leixo de volas dar: pero daruofei o verdadeiro escudo de fortaleza & defenfam, que he o Lenho da Vera Cruz, & de manhã a Deos prazendo vos darei as espadas. Entam mandou trazer hũa cruz daquelle verdadeiro pao, em q̃ noſſo Senhor Iesu Christo padeceo, & partio em quatro partes, que eſtam na Cruz, & deo a cada hum dos Infantes seu braço, & o quarto guardou para ElRey seu Senhor. Meus filhos*, disse ella, *Eu vos rogo que vos recebais esta precioſa joya, que vos eu dou, com grãde deuaçam, & que creais perfeitamente na grande virtude, que Deos em ella poz, & como he perfeito remédio para todos os perigos da alma, & do corpo, & quẽ nella tem verdadeira fiuza, cobra escudo firme, & forte para ſua defenfam, contra o qual nam pode empecer nenhum imigo eſpiritual, nẽ temporal, eſpecialmente contra os infieis, & nam tam ſomente he defenfam contra elles, mas ainda deſtruimento, ſegundo ſe conta no ſeu officio, o qual diz: fugi partes aduerſas, ca venceo o Liaõ, o qual he Ieſu Christo, que nella padeceo. Eu vos rogo, filhos, que ſempre continuamēte o queirais trazer comuoſco, q̃ nam ſabeis os dias, nem as horas dos perigos, & elles lhe beijaram as mãos, & lho tiveram muyto em merce. No fim da qual pratica lhe lançou a ſua bençam.*

Cap. 40 – *Como a Rainha deu as espadas aos Infantes, & das rezões, que diſſe a cada hum quando lhe deu a ſua espada* – p. 127-130.

ZELO de grande amor moſtrou ſempre a rainha aos Infantes, eſpecialmente acerca deſte tempo, em que falamos, a qual couſa foy ſempre delles muyto conhecida em eſpecial naquelle Lenho da Cruz, que lhe aſſi deu, o qual elles filharam cõ muy grande deuaçam, & aſſi o trouxeram ſempre conſigo em todos os dias de ſua vida, & tam continuo o trazia o Infante Dom Duarte, q̃ depois de Rey ao tempo de ſeu falecimento quando morreo o ſoterraraõ com elle, & depois de muytos dias ſe lembraram que o leuaua, & abriram a

coua, donde jazia, para lho tirarem, o qual ouue (p. 128) a Rainha fua molher. E o Infante Dom Pedro não fabemos que maneira teue com o feu, emperò bem he de crer que homẽ tam Catholico, como elle era, nam partiria de fya coufa tão boa nem tam fancta. Mas do Infante Dom Enrique podemosuos dar certo teftemunho, porque ao tempo, que efcreuemos eſta hiſtoria, elle era de fíncoẽta, & feis annos, & falando acerca deſto nos diſſe, que nunca lhe lembrava, depois que o dito Lenho lhe fora dado, que o tiueſſe fora de fya ſomẽte hũ dia q̃ o tirara por não atenter em deſueſtindo a camisa, & ouuimos depois a Luis de Soufa Caueiro da Ordẽ de Chriſtus, feu Camareiro mor, & filho de Gonçalo Rodrigues de Soufa que quando fe o dito Infante finou, que lhe tirara o dito Lenho da Cruz, & o dera a ElRey em Euora, cõ o finete, & o feu liuro de rezar. Acabando aſſi eſtas coufas, chegou ahi Iohaõ Vaſquez de Almada, q̃ trazia feitas, & guarnecidas aquellas eſpadas em que ja falamos, com as quaes muyto prouue a Rainha para com ellas conſeguir feu bom propoſito, & tantoque as teue em feu poder fez chegar para a par de fya feus filhos, & tomou a eſpada mayor, & diſſe contra o Infante Dom Duarte.

☞ **Meu filho, porque Deos vos quis eſcolher antre voffos Irmaõs, para ferdes herdeiro deſtes Reynos, & terdes o Regimento & juſtiça delles, a qual ja ElRey voffo Padre vos tem cometida, conhecendo voffas virtudes, & bondades tam compridamente como fe voffo foſſe, eu vos dou eſta eſpada, & vos encomendo q̃ vos ſeja eſpada de juſtiça, para regerdes os grãdes, & os pequenos deſtes Reynos, depois que a Deos prouuer que ſejam em voffo poder por falecimento DelRey voffo Padre, eu vos encomendo feus poucos, & vos rogo que cõ toda a fortaleza ſejais ſempre a elles deſenſam, nam conſentindo que lhe ſeja feito algum deſaguifado, mas a todos comprimento de direito, & juſtiça, & vedes, filho como digo juſtiça, juſtiça cõ piedade, ca a juſtiça, q̃ em algũa parte nom he piadoſa, nom he chamada juſtiça, mas crueldade & eu vos rogo, & encomendo, q̃ queirais ſer Caualeiro com eſta eſpada, & eſtas eſpadas mãdei aſſi fazer para as dar a vòs, & a voffos Irmaõs, ante de voffa partida, para vos ElRey meu Senhor fazer com ellas Caualeiros, preſente my, como ja diſſe, mas a Deos aprouue de nom ſer aſſi, porẽ vos rogo (p. 129) que ſẽ empacho vòs queirais filhar eſta de minha mãõ, a qual vos eu dou cõ a minha bêçã & de voffos auòs, donde eu decẽdo, & como quer que ſeja coufa empachofa os caualeiros tomarẽ as armas das mãos das molheres, eu vos rogo, q̃ não queirais ter a cerca deſta, que vos eu dou, ſemelhante embargo, ca ſegundo a linhagẽ, donde decẽdo, & a vontade, que tenho para acrescentar voffas honras, nam entendo que por ello empecimento,**

nem danno vos possa vir, antes que a minha bençam, & delles vos fara muy grande ajuda. O Infante Dom Duarte com grande obediência poz os giolhos em terra, & lhe beijou a mão dizendo que elle compriria o q̃ ella assi mandaua com muy boa vontade, o que certo nunca lhe esqueceo em todos seus dias, antes o comprio muy perfeitamente, como ao diante sera contado. **A Rainha ouuindolhe aquellas palauras, prouuelhe muiro, & alçou a mão & deitou-lhe a bençam, & deſpois tomou a outra espada, & chamou o Infante Dom Pedro, & diſſelhe. *Meu filho, porque ſempre deſde a meninice, vos vi muito chegado a honra, & ſeruiço das donas, & dōzellas que he hũa couſa que eſpecialmente deue ſer encomẽdada aos caualeiros, & porque a voſſo Irmão encomendei os pouos, encomendo ellas a vos, as quaes vos rogo que ajais ſempre em voſſa encomenda.*** Elle lhe reſpondeo que lhe prazia muito, & que assi o faria jẽ duuida, & então ſe poz em giolhos, & lhe beijou a mão, & ella diſſe q̃ lhe rogaua q̃ foſſe cõ ella caualeiro, dizendolhe outras muitas rezoens, como diſſera ao Infante Dom Duarte, & deſpois lhe deitou a benção. **Mas he de conſirar com que continências os Infantes ouuiaõ ſemelhantes palauras, ca no tratamento de ſemelhante razoado nõ ſe podia eſcuzar grande multidão de lagrimas, as quaes poſtoq̃ as elles fortemente retieueſſem, ſuas cõtinências eſtauaõ mui triſtes ouuindo as palauras, que lhe a Rainha dezia cõ tão amor, jizo, & conhecimẽto de ſua morte, & ella outroſi vendo o grãde ſentido, q̃ os filhos auiaõ de ſeu padecimento, alẽ de ſua dor, auia por ello grande ſentimento, & triſteza,** Ainda nos fica por dizer da terceira espada, q̃ foy dada ao Infãte D. Enrique, o qual a Rainha chamou dizẽdo. *Meu filho chegaiuos para ca veſtindo ella ſua cõtinência de noua ledice, & enchẽdo ſua boca de rizo & mui* (p. 130) honeſtamente diſſe.

☞ **Bem viſtes a repartição que fiz das outras espadas, que dey a voſſos Irmãos, e eſta terceira guardei para vos, a qual eu tenho, que assi como vos ſois forte, assi he ella, & porq̃ a hum de voſſos Irmãos encomẽdei os pouos, & a outro as donas, & donzellas, a vos quero encomendar todos os ſenhores, caualeiros, & fidalgos, & eſcudeiros deſte Reyno, os quaes vos encomendo que ajais em voſſo eſpecial encarrego, ca poſto que todos ſejam DelRey, & elle delles tenha eſpecial cuidado, cada hũ ſegundo ſeu eſtado, elles porẽ aueraõ miſter voſſa ajuda para ſerẽ manteudos em direito, & lhe ſerem feitas aquellas merces, q̃ for rezaõ, ca muitas vezes acontece que por infomaçoens falſas, & requerimentos ſobejos dos pouos, os Reys fazẽ cõtra elles o que nam deuem, para o qual carregos vos eſcolhi, conhecẽdo de vos quanto amor lhe ſempre tiueſtes, & volos encomẽdo, que alẽ de voſſa boa vontade vos ſeja poſto por neceſſidade. Eu**

vos dou esta espada com a minha benção, com a qual vos encomento, & rogo q̃ queirais ser caualeiro. Não poderia bẽ declarar por escrito a grãde tristeza com que o Infante Dom Enrique estava, porque alem das boas vontades de seus Irmãos, elle auia razam de a ter muyto mayor, como no seguinte capítulo sera contado. *Senhora, disse o Infante. Vossa merce seja muito certa, que em quanto me a vida durar, terei firme lembrança de todo aquello que me em afsi encomendais, para comprimento do qual offereço todo meu poder, & boa vontade.* Entam lhe beijou amam dizendo que lhe tinha em merce aquella espada, que lhe affi daya, a qual elle nam sabia estimar em nenhum preço. A Raynha ouuindolhe aquellas palauras, esforçoufelhe a vontade para rir, & alçou a mam, & lançoulhe a sua benção.

Cap. 41 – *Como a Rainha tornou a falar ao Infante Dom Duarte, & lhe encomendou os Infantes seus Irmãos, & Britis Gonçalvez de Moura, & Mecia Vaz sua filha, & afsi todas as outras suas coufas* – p. 130-133.

BEM mostrava a Rainha em aquellas palauras, que affi disse ao Infante Dom Enrique, que o amava especialmente, & por (p. 131) tanto diffemos no capitulo antes deste, q̃ elle auia rezaõ de ter em si mor tristeza, q̃ algũ de seus Irmãos, & podemos ainda entender que a Rainha sentia per diuinal reuelaçam quaes, & quejandas virtudes avia de ter ao diante o Infante seu filho, & posto que ja agora razoadamente em ellas podeffemos falar, leixemolas para depois por falarmos de cada coufa em seu proprio lugar; & quanto a encomenda; que lhe sua madre deu, elle lha manteue tam cumpridamente, como lha prometeo, & desto sam eu bem certa testemunha, porque viuendo com ElRey Dom Duarte, cuja alma Deos tenha na bem-aventura, vi por muitas vezes seus grandes requerimentos, que fazia por muitos senhores, fidalgos, & caualeiros polos quaes remedeava seus feitos, & acrescentava em suas honras. Vi outro sy que ao tempo, que a Rainha Dona Lianor foy em desaccordo com o Infante Dom Pedro, muitos fidalgos, & escudeiros deste Reyno foram em ponto de se perder, senam acharam em elle amparo & ajuda, & sobre todo do que elle tinha nunca foy negado a todos aquelles q̃ se a elle socorriaõ fazêdolhe muitas merces a cada hum, segũdo seu estado. Depois q̃ a Rainha deu as espadas a seus filhos, como já ouuistes, disse ao Infante Dom Duarte. *Filho, eu vos rogo, pois que vos Deos fez neste mundo senhor de vossos Irmãos, que vos tendais especial cuidado delles, & os ajais por vossos especiais seruidores, honrandoos sempre quanto em vos for, & fazendolhe as merces, que merece ser feitas a taes, & tão bons Irmãos como*

nelles tendes, & nom creais que outros melhores *seruidores*, que elles, *poßais ter*, bem queirais *prepoer a elles outros algũs*, ca quando vos lembrar que *são meus filhos*, & de voßo *Padre*, que vos tanto amamos, com rezam *deueis crer* que elles nam podem al *desejar*, *fenom voßa honra*, & *feruiço*. E *poßtoque alguns per enueja se entremetam a vos dizer alguma coufa contra elles*, nunca *lhe deis cumprida fê*, antes primeiro os ouui, & bem creio que achareis que elles nunca *se apartẽ daquella verdadeira tençam*; que *deuem ter a seu Irmaõ*, & *senhor*. Por certo (diz o Autor) eſto guardou o Infante Dom Duarte muy eſpecialmente, o que eu vi muy bẽ quãdo o Infãte Dõ Enrique veio de Tágere, porq̃ alguns daquelles fidalgos, que cõ elle (p. 132) foraõ, querendo encobrir ſuas faltas, dezião algũas coufas contra o Infante, às quaes elle não quiz dar nenhũa fê, antes dezia que ſeu irmão não poderia fazer coufa que não foſſe juſta, & boa, mas que elles o dezião por ſe eſcuſar do que contra elles arrazoadamente podia ſer dito, & nom taõ ſõmente guardaua iſto antre ſeus irmãos, mas com todas as peſſoas do ſeu Reyno; ca tanto era bom, que tarde, ou por grande força, podia crer mal algum de nenhuma peſſoa: & bem vreo, ſegundo ja diſſe em outro lugar, que nom he eſta pequena virtude para qualquer Principe, eſpecialmente para aquelles, em cujo regimento he poſta a vara de juſtiça. *Outroſy*, diſſe a Rainha, *vos encomendo Britiz Gonçaluez de Moura*, & *Mecia Vaz ſua filha*, que *são molheres*, que me tem bem *ſeruido*, & *fabeis a conta*, em que as ſempre tiue, & *aſſi vos encomendo todas outras minhas ſeruidoras*, & *criadas*. Ao que o Infante reſpondeo, que *lhe tinha muito em merce deixarlhe tal encomenda*, a qual elle cumpriria o melhor, que podeſſe, & que a Deos aprazeria de o ajudar por tal guiſa, que ſua vontade, & mandado foſſe em perfeita execução, & então diſſe aos Infantes Dom Pedro, & Dom Enrique. *Filhos*, *deueis crer firmemente* que *Deos ordena todas coufas*, como ha por bem, & *todos os bons deueẽ conformar a ſua vontade com o ſeu querer*, & a elle *aprouue por ſua merce de ordenar que voſſo Irmaõ foſſe herdeiro deſte Reyno*, & *voſſo ſenhor daqual coufa vos deueis ſer muito contentes*, *conſirando que pois aueis de ſer ſeruidores*, que o *fois de hum voßo Irmaõ mais velho*, o qual *conhecidamente he tam bom*, como vos *fabeis*, & vos tanto ama, & do ſeu pouco, *ſegundo a deſpoſição da terra*, vos *deueis mais contentar*, que do muito de algũ Principe, ainda que foſſe o mayor do mundo, & *porem o deueis ſempre ſeruir*, e amar com grande vontade, & *desejo*. E os Infantes com grande meſura reſponderam a Rainha que *lhe tinham muito em merce ſemelhante conſelho*, o qual elles com a graça de Deos poeriam em obra muy cumpridamente, porque alem da rezam, & natureza, & ſangue, que com elle auiam, os conſtrangia a ello mandarlho ella,

aqual coufa foy por elles muy bem guardada, ca em todos os dias do dito Senhor o (p. 133) feruiraõ, & amaraõ com grande vontade & obediencia.

Cap. 42 – *Como o Infante Dom Pedro requereo a Rainha que foße sua merce deixar as suas terras a Infante sua Irmãa; & como lhe foram outorgadas* – p. 133-135.

NAM me poßso partir deste razoado, poßto que o seu recontamêto me caufe trißeza, conhecêdo quanto a sua contemplação he proueitoßa para enßinança daquellas peßsoas, que verdadeiramente querem confequir virtude. Cremos que já fica eßcrito no outro volume, em que se recontaõ os feitos paßßados DelRey Dom Iohaõ, quantos filhos elle ouue da Rainha sua molher, & como naõ ouue mais de hũa filha, que deßpois foy Duqueza de Borgonha, a qual a aquelle tempo era molher de perfeita idade. E vendo a Rainha sua madre, & ñenhora naquella deßpoßição, apartouße de alli com as outras ñenhoras, & donzelas, aonde eßtaua com grande trißeza, rogando a Deos pola faude da dita ñenhora, & depois q̃ ella aßfi repartio suas encomendas, como ja ouuistes, chegouße a ella Britiz Gonçaluez de Moura, & dißfelhe. *Senhora, pareceme que todos os Reyno aueis encomendado a voßo filho o Infante, & nom tiuestes lembrança da Infanta voßa filha, que he molher, & em tal idade, como sabeis, a qual he mais nesseßario fer encomendada a elle, que outra nenhuma peßßoa. A meu filho, respondeo ella, todas minhas coufas jam encomendadas, eßpecialmente minha filha, de que elle sabe, que eu tenho tamanho cuidado: & porem nom curei de lhe falar em ella, fentindo que elle he tal, que lhe nom fará mingoa fer lhe dito por my della.* O Infante Dom Pedro, que ahi eßtaua, dißfe a Rainha. *Senhora, se a voßa merce foße, a um parecia bẽ chamarem a ElRey, & lhe pedirdes, q̃ as terras, que vos tendes, que aja por bem dalas a Infanta sua filha para seu foportamento, em quãto não ha outra Rainha.* E os Infãtes ajudando as rezões de seu irmão dißferraõ, q̃ lhe parecia muito bẽ de se fazer aßfi, ñobre o qual o Infante Dom Enrique foy falar a ElRey seu Padre por mandado da dita Senhora dizendo, como a Rainha lhe eũiaua pedir q̃ chegaßfe là para falar cõ elle algũas coufas, q̃ lhe eraõ neceßarias, no q̃ ElRey nõ poz nenhũa tardãça. *Senhor, dißfe ella, de todos quãtos eßtão neste Reyno, de q̃ eu tinha carrego, eu (p. 134) não fey quẽ vos aja de encomendar, em esta hora, em que eßtou porque de todos ñinto que tendes eßpecial cuidado, principalmente dos que meus jam, me feruiraõ, ñegundo os bens, & merces, que lhe ñempre fazeis. Bem creo ñegundo as grandes virtudes, que Deos em vos poz, que depois de minha morte lho fareis aßfi cumpridamente; & ainda muito melhor, mas porque voßa Senhoria bem sabe como a*

Infante noſſa filha he ja quaſi de dezanoue annos, & como tem forma cumprida de molher, & que depois de minha morte todas as ſenhoras, donas, & donzelas, que andão em minha caſa, he neceſſario que fiquem a ella, & que ella as ſuſtente com voſſa merce, ataque a Deos praza de lhe trazer cazamento, ou que venha Rainha a eſte Reyno, ainda que eu eſpero em Deos que vos a cazareis muy cedo, como he rezão. E como quer que ElRey foſſe homem de tamanho coração, como já ouuiſtes, polo grande amor, que auia a Rainha, ouuindolhe ſuas palauras, nom ſe pode ter que nom choraſſe, & aſſi com os olhos cheos dagoa lhe reſpondeo. Senhora, eu ſam muito ledo de cumprir todo eſto, que me vos requereis, & mais ainda lhe faço merce, & doação de todalas joyas, & baixelas, & os corregimentos que de vos ficarem; & amy pertencerem. E ella diſſe, que lho tinha muito em merce, & a Infanta, que já ahi eſtaua, lhe foy beijar a mão & a Rainha ſua Madre, & por ſemelhante guiſa fizeraõ os Infantes todos tres, que preſentes eſtauão. Não falamos aqui do Infante Dom Iohão, nem do Infante Dom Fernando, porquanto os mandara do dito moſteiro por rezão da dita peſtellença, que aſſi andaua antre elles, conſirando, por quanto eraõ aſſi moços, que lhe poderia mais azinha aquelle ar empecer, porque hum delles auia quinze annos, & o outro doze, & aſſi ficarão em eſte Reyno, com a Infanta ſua irmãa ſob a gouernança do Meſtre d’Auis, a q̃ o Regimêto do Reyno ficou encomêdado. E por acabarmos de todo as encomendas da Rainha, aueis de ſaber q̃ depois que ſe ElRey aſſi partio della, & a Infãta ſua filha, ficaraõ os Infantes todos tres, & o Infante D. Duarte ſe apartou cõ os fiſicos, & çurgioẽs para falar cõ elles ã rezão da cura, q̃ pertencia a Rainha ſua madre, & ficãdo os outros Infantes juntos cõ ella, aſſi fraca, como (p. 135) ella eſtaua, lhe começou a dizer.

☞ Porque ſempre vos viem hum amor, & vontade ſem auer antre vos nenhuma deſauença por obra nem por palavra, aſſi como verdadeiros Irmãos, vos rogo, & encomendo, que aſſi vos ameis daqui em diante emſeruiço de noſſo Senhor, & ſempre voſſos feitos iraõ de bem em melhor, & nom auerá nenhum no Reyno, que vos poſſa empecer, & ſe fordes deſuairados, & inimigos, não auera em vos a força, que há ſendo ambos em hum amor, como claramente podeis entender polo exemplo da frecha, de que em noſſa terra ha huma hiſtoria, em que ſe diz que ligeiramente pode hum homem quebrar hũa, & e hũa, & para quebrar muitas juntas, cumpre muito mòr força, & *os Infantes lhe diſeram*, que prazeria a Deos; que aſſi o fariaõ, & certamente ſempre antre elles foy grande amor, & nom tão ſomente, quanto as vontades de dentro, mas ainda por certos finaes de fora, ca nos motes, & diuiſas, aſſi tomaram ambos quaſi hũa ſemelhança, ca o Infante Dom Pedro trazia no

seu escudo por mote, Desejo, & a sua erua carraço, & ainda se acertara, q̃ a repartição das terras era assi junta huma com outra. Mas do que se depois seguiu acerca da morte do Infante Dom Pedro fica hum grande processo para contar adiante, onde perfeitamente podereis saber quanto o Infante Dom Enrique trabalhou por salvação de seu Irmão, & muitos, que em isto falaram, não como homens, que inteiramente sabiam a verdade, differam que o Infante poderá dar a vida a seu Irmão, se tiuera boa vontade de o fazer, o que he certo que se fora contra outra alguma pessoa, elle trabalhara em ello como por sy mesmo, mas contra seu Rey, & Senhor, achou que o nam podia fazer sem quebrantar sua lealdade, o q̃ elle dizia, q̃ nom o faria, nom tão somente por seu irmão, mas por mil filhos, ainda que os tiuera, nem ainda por saluacão de sy mesmo, posto que por sua defensão se podesse salvar, das quaes cousas a obra foy manifesta testemunha.

Cap. 43 – *Como os Infantes pediram a ElRey que se partisse dalli; & do conselho, que acerca dello tiuerão, & das viçoës, q̃ a Rainha vio antes de sua morte.* – p. 135-139.

SE quizeffemos julgar determinadamẽte qual era o lugar que nosso Senhor tinha aparelhado à alma da Rainha, bem poderíamos dizer, julgando as cousas do outro mundo polas circumstancias deste, que era aquelle, onde os Bemaumentados tem o seu alojamento perduravel, ca dito he pola boca da verdade, da abundância do coração fala a boca, porque cada hum nunca profetiza, senão de aquello, que deseja, & quem ouiu taes rezões, como a Rainha dizia antes de sua fim, bem poderia julgar, que as não falava, senão por espirito profético, segundo podeis ver pelas seguintes palauras; ca estando assi, depois que falou a seus filhos, estando elles assi junto com a sua cama, começou o vento a se efforçar em tal guisa, que o sentião aquelles, que estauão na casa, & a Rainha perguntou que vêto era, o que assi corria? Os Infantes lhe differrão que era Aguião. *Creo*, disse ella, *que bom seria este para vossa viagem*, respondeolhe o Infante, que era o melhor que ahi auia, *que cousa tão estranha*, disse ella, *eu que tanto desejaua ver o dia de vossa partida, em que pensaua tomar tamanho prazer, por razão da vontade, que tenho de ver vossa cavalaria, segundo cumpre a vosso Real Estado, ser eu agora tamanho estoruo della, & de mais ser certa de a não poder aqui ver.* A Deos prazera, senhora, disse o Infante Dom Duarte, *que vos a vereis tão compridamẽte, como desejais, ca postoque agora sejais em tal ponto por razão de vossa infirmitade, outros muitos forão ja muito mais doentes, & prouue a Deos de lhe dar saude, assi lhe prazerá por sua merce de a dar a vos, porque nos vejais fazer caualeiros,*

& partir *noſſa* viagem, como deſejais. A Deos prazerá, diſſe a Rainha, *de me não dar neſte mundo tal prazer, porque entendo, que ſe mo aqui deſſe, que me mingoaria algũa parte da bemauenturança do outro, ca eſpero na ſua merce, que pois lhe praz de eu aqui nom ver prazer, de mo dar no outro mundo, onde me ſera mais proveito para a ſaude perdurauel.* O Infante tornou a repetir, que todauia ella aueria prazer neſte mundo, como ante diſſera, & aueria ſaude, & veria o que deſejaua. Mas ella, como molher, que das couſas temporaes não tinha algũ ſentido, começou de dizer. *Eu ſobirei no alto, & de lá vos verei, & a minha doença não toruara a voſſa ida, ca vos partireis (p. 137) por feſta de Sanctiago,* do que todos foraõ maravillhados, duvidando muito de tal couſa poder ſer, porque dalli atè aquella feſta, não auia mais de oito dias, & por nenhum modo podiaõ cuidar, q̃ a ida ſe podeſſe encaminhar em tão breue tempo, ſegundo a deſpoſição das couſas, ca, ſe a Rainha viueſſe auia miſter mais tempo para ſahir da fraqueza, em que já eſtaua, & de razão elles não auiaõ de fazer mouimento, ataq̃ ella foſſe em melhor ponto: & ſe morreſſe, conuinha de ſerem feitas ſuas exéquias, como pertencia a ſeu Real Eſtado, & parecia a cada hum, que eſto conſiraua, que era neceſſario paſſarem primeiro algũs dias, antes que ElRey paſſaſſe o ſentimento de tamanho nojo, para auer de tomar conſelho acerca de ſua ida. Emperò a ſancta Rainha, falaua como quem o ſabia, ca aſſi foy perfeitamente cumprido, como ao diante ſerá contado, porq̃ a hora da morte he a mais forte couſa, e a mais terribel, que ſe pode achar antre todos os tormentos do mũdo, onde tem muitos que as almas ſaõ aſſi apreſſadas com infernaes viſões, que lhe alli aparecem, que o eſpanto lhe faz perder a verdadeira fortaleza: ca poſtoque noſſa Senhora foſſe tão fora de pecado, como todos verdadeiramente cremos, não pode conſentir na dita hora ſemelhantes viſões, ſegundo ſe lé, que pedio a ſeu filho que lhas nã moſtraſſe. Pois quando ella, que he Madre de Deos, & a mais ſancta antre todas as criaturas, teue eſte receo, que penſamento deue ſer o noſſo quando penſarmos o eſtado, em que ſomos? principalmente os Principes terreaes, que tamanho lugar tem de pecados quaes, poſto que muyto virtuoſos ſejaõ, não podem porem, ſegundo diz Salamão, andar de cote ſobre as brazas, que nam eſcaldem ſeus pés, nem trazer o fogo em ſeu ſeyo, que ſe lhe nã queimẽ os veſtidos, polo qual ſe eſcreue no Apocalypſe *Nome tẽs que viuas, & es morto,* & porẽ hão perigoſo porto ca aſſi como o grande nauio, & muyto carregado, ha miſter mais ſabedores & fortes marinheiros, que outro mais pequeno, iſto meſmo he dos grandes ſenhores aos outros homens, & deueis porem de crer, q̃ aſſi como elles tem liure poder ſem prema de algũ ſuperior para peccar em eſta vida, aſſi tem grãde merecimento na outra aquelles, que por virtude o leixaõ de fazer, & aſſi lher he mayor excellencia prometida no outro mundo (p.

138) Jegundo verdadeiro testemulho do Euangelista, que disse, que resplandeciaõ, assi como sol, & muytas historias há ahi de muytos, & grandes Principes, porque Deos fez muytos milagres, assi como se acha daquela sancta Rainha Dona Ifabel, q̃ foy mulher DelRey Dom Diniz, que jaz em Sancta Clara de Coimbra, a qual foy reuelado o dia de sua morte, & DelRey Dom Pedro, que sendo partido desta vida por bom espaço, tornou sua alma outra vez á carne para confessar hum so peccado, sem cuja penitencia não podia receber a bemaumentança da gloria. Esta Rainha Dona Felipa estando naquele ponto, que ja ouuistes, lhe appareceo Nossa Senhora para lhe dar verdadeiro esforço para a passagem daquela hora, ca despois destas coufas, que ja dissemos, ella endereçou seu rosto para cima, tendo seus olhos direitos para o Ceo, sem nenhum mudamento de continência, & foy visto em ella hum ar todo cheo de graça, o qual todos visivelmente conheciaõ que era espiritual, & tendo as mãos juntas com temos em costume de fazer, quando vemos o Corpo do Senhor, disse *Grandes louvores sejam dados a vos, minha Senhora porq̃ vos prouue de me virdes visitar do alto*, & assi filhou a roupa que tinha sobresey, e a beijou, como se beijaße a hũa paz. Quando os Infantes viram assi estas coufas conheceram bem, que aquelles eram o derradeiros finaes do conhecimento da morte de sua Madre, & confiraram que seria grande empecimento, se ElRey seu Padre alli estiuessi, ca sabiaõ muito certo, Jegundo o grande amor que lhe auia, que estando alli quando ella morresse, que nam poderia ter aquella temperança, que lhe cumpria para guarda de sua saude, & foramse a elle assi juntamente dizendo.

☞ Senhor, porq̃ jẽtimos q̃ a Senhora Rainha he em tal p̃to, q̃ cedo fara fim d'sua vida, parecenos que he bem que voßsa merce se parta daqui para algũa parte, porque o mal nom aja razom de ser mayor, sobreuindouos algũa infirmitade, por azo do voßso grande nojo, o qual com menos pena sentireis nam tendo ante os olhos a força do nojo, porque o haueis de sentir a causa delle. E bem? vos parece, *disse ElRey*, que eu aja de desamparar huma mulher em semelhante tempo, com que tam longamente mantiue companhia? por certo bem se pode seguir qualquer caso, que a Deos prouuer, mas eu por nenhũ modo (p. 139) me partirei da par della em cuja companhia me faria Deos merce leuar-me para o outro mundo. Porque quereis vós, Senhor, *differam os Infantes*, azar dous muy grandes males por voßsa estada sem esperança de nenhum proveito? O primeiro que sentindouos a Rainha acerca desy acrecentalheis mayor trabalho, quando lhe lembrar que ja vos mais nõ ha de ver, ca posto que a sua vontade esteja conforme com as coufas do outro mundo, em quanto a alma esta na carne, he necessario que a humanidade requeira o q̃ he de sua natureza o

segundo he que vòs estando a todos seus officios, & que a vejais depois de finada, a qual vista vos trará a confiraçam muytas coufas, cuja lembrança acrescentara voſſo grande nojo, de que se vos pode seguir algũa grande infirmitade, que sera muyto pior. Porem vos pedimos por merce, que vos nam aparteis daquelli, que sempre vzaſtes, a ſaber razaõ, & conſelho, mayormente ſobre coufa tam aſſinada. Pois que aſſi he, *diffſe ElRey cõtra o Infante Dõ Duarte*, vos mandai chamar todos os do Concelho, que aqui ſaõ, & falai com elles, & o que acordardes que he bem que eu faça, iſſo farei, & breuemente o Concelho feito, determinaram que todauia ElRey se deuia partir de alli, & paſſarſe alẽ do Tejo a hum lugar, que chamaõ Alhos Vedros, como defeito logo partio. Mas daquelle triſte deſpedimento, q̃ elle fez da Rainha ſua molher, quando a foi ver, antes que se partiſſe. nam poſſo eu falar tanto, como deuia, que a força das lagrimas me embargam a vista, que nam poſſo eſcreuer, conſirando em coufa tam triſte, ca se me apreſenta ante a imagem do entendimento, como o verdadeiro, & leal amor he mais forte das coufas, que a natureza neſte mundo ajuntou, do qual Salamão dos nos Cantares, que he ſoite como a morte.

Cap. 44 – *Como a Rainha foy comungada, & ungida; & como fez fim de ſeus dias; & como o Autor diz que em ella auia compridamente as quatro Virtudes Cardeaes* – p. 139-142.

GRANDE triſteza ſentiram os Infãtes quando ſouberam certamente, que a morte de ſua Madre por nenhum modo se eſcuſaua; & fizeram logo chamar os (p. 140) fiſicos, & çurgiães para falarem com elles acerca de algũs remédios que se podeſſem achar para que ao menos ſeu padecimento nam foſſe tamanho, & acordaram os ditos fiſicos que era bem que a Rainha se mudafſe para outra cama mais baixa para lhe aquella ſer corregida como cumpria. Mas ella, que nos Ceos tinha firmadas as ancoras de ſua vontade, tanto que foy aſſi mudada, requereo q̃ lhe trouxeſſem o Corpo de N. Senhor, & foilhe logo trazido, & ella com todo acatamẽto, & reuerencia, como melhor pode, aleuantou ſuas mãos, & diſſe muytas palauras de grande deuaçam, pedindolhe com grande humildade, & ſaluaçam pera ſua alma com tanta humildade, & graça eſpiritual, que a quantos ahi eſtauam parecia que eram ditas por hum Anjo celeſtial, & deſpois que recebeo a comunhão foy vngida, & moſtrou que se ſentia de huma perna abaixo do giolho, & vista polos fiſicos, aſſi honeſtamente, como era rezam, acharaõ que tinha hum carbúnculo, o qual foy bem conhecido, que era coufa noua, porque ate li naõ lhe ſentiram mais dor, que huma leuaçam, & poſtoque ſentiſſem, q̃ com nenhum remedio podia receber ſaude, mandaram

porem, q̃ lhe furaſſem aquelle carbúnculo dizendo logo, q̃ não podia mais durar por determinação da fiſica que ate o outro dia, que era huma quinta feira, na qual pouco mais de meo dia, a dita Senhora mandou chamar os clérigos, & diſſe que começaffe o officio dos mortos, & ella com todo ſeu entendimento ouuindo o dito officio por tal guiſa, que quando algum delles erraua, ella o corregia, & em acabando a derradeira oração ella corregeo todo ſeu corpo, & membros ordenadamente, & levantou os olhos contra o Ceo, & ſem nenhum trabalho, nem pena, deu ſua alma nas mãos de ſeu Criador, parecendo na ſua boca hum ar de rizo, como quem fazia eſcarneo da vida deſte mundo, ca aſſi há de ſer, ſegundo tenção de algũs Doutores, que o homẽ, que dereitamẽte ha de viuer; venha a eſte mundo chorando & partaſe delle rindo. Os Infantes tiveram ſeu conſelho acerca da enterraçam da Rainha, & acordaram que, porque o tempo era quente, ca era quando o ſol eſtá em dous graus do ſigno do Leam, que a enterraſſem de noite o mais ſecretamente, que podeſſe & ao outro dia pola manhã lhe foy feito o officio, ſegundo compria (p. 141) as exequias de tamanha Senhora, empero que eu creio que nam ſeria tão grande em eſte mûdo, como lhe ſera feito no outro Os Infantes foraõ em aquella noite veſtidos de burel, & aſſi todos os outros, que a mayor parte dos bons do Reyno eraõ juntos naquella Cidade, & nam auia algũ, que de ſeu moto proprio nam tomaſſe dõ por ella, ca certo perdiam nella muy grande eſteo para todas ſuas honras; & acrescentamentos, ſegundo ja ouuistes, que nem ainda a hora da morte lhe pode eſquecer de encomẽdar todos os Eſtados do Reyno a ſeus filhos, como aquella, que delles todos tinha eſpecial cuidado. Por certo, diz o Autor, nos poderíamos aqui falar muytas rezões acerca do grande dõ, que foy feito por eſta Senhora, as quaes nos parece que ſe deuem eſcuſar conſirando, como ſeu recontamẽto nam traz honra às grandes virtudes daquella Senhora, cujo falecimento eſcreuemos, porque todos certamente ſabemos que no dia, que entramos neſta vida, por lei determinada ſomos julgados a morte. A noſſa vida nom he, ſenom hũa traladação, que fazemos do ventre ao ſepulcro, ſegũdo diz Iob, * porque neſta vida nos ſam moſtrados em eſte mundo dous caminhos, a ſaber hum de virtude, & outro de deleitaçam, ſegundo os Poetas ſingem que Hercules achou no deſerto, & o caminho da deleitaçam he aquelle, que nos leua dereitamente ao inferno, & a morte dos que eſte caminho ſeguẽ, deuemos chorar, por ſua perpetua danação mas com o falecimento daquelles, que vam polo caminho das virtudes, nos deuemos de alegrar tanto, quanto mais nos a ſua bẽ auenturança pertence por natural diuido, ou ajuntamento de amizade, & por tanto dizia Ouidio Poeta. *Nam me honre nenhũ cõ lagrimas, nem va ao meu enterramento com choro, porque não deue com rezam chorar a morte, que me leua á vida imortal*, & Xenofonte conta que Cyro o mayor, eſtando para

morrer, dizia *O meus muito amados filhos, nam queiraes cuidar que como me eu partir de vor, que me tornarei em nenhũa coufa, nem ferei em algũ lugar, porque quando eu conuerfaua comuoſco, certo he, q̃ nam vieis a minha alma, mas entendieis que moraua em este corpo, pelas coufas; que me vieis obrar: pois aquella meſma alma crede que me ficara para ſempre depois de minha morte, a qual entam perfeitamente começara de viuer, & porẽ nam me queirais* (p. 142) *chorar com dor.* Mais poderia alguem dizer por autoridade do ſabedor. *Qual dos homẽs podera este caminho certo fazer?* ca eſcrito he que ninguém ſabe ſe merece odio, ſe amor na preſença de noſſo Senhor. Ao que eu poſſo dereitamẽte reſponder q̃ de tanta ſciencia cumprio Deos o entẽdimẽto dos homẽs, que ligeiramente podem conhecer polas obras de cada hum per qual deſtes caminhos faz ſua viagem. E porque ja diſſe que a virtude era aquelle caminho, polo qual podíamos chegar a verdadeira vida, quero dizer como eſta Rainha ſeguio verdadeiramente eſte caminho, por onde com rezaõ nom deuemos chorar ſeu falecimento. Grande cuidado tiveram os antigos ſabedores de eſquadrinhar verdadeiramente quaes em tamanho numero ſam eſtas virtudes, porque aſſi auemos de fazer noſſa viagem porque ellas ſam aſſi como proueitoſas balifas, que ſam poſtas em algum vao perigoſo, em cujo paſſamento os homẽs tem algũa duuida de poderem falecer, & hũs diſſeram que eram trinta e huma virtude, & outros diſſeram que nom eram mais de onze & breuemẽte determinarão que poſtoque muitas ajaõ, que ſomẽte quatro ſam aquellas, que nos podem dereitamente encaminhar por tanto lhe chamaraõ virtudes Cardeaes, porque *Cardo* em latim quer dizer couce, em que ſe a porta reuolue, & por ſemelhante guiſa todas as mais virtudes ſe reuoluẽ ſobre o couce daqueſtas que ſam Iuſtiça, Prudencia, Temperança, Fortaleza, as quaes a Rainha ouue em muy excelẽte grão & ainda as outras tres, que ſe chamaõ Theologaes, ſehundo no ſeguinte capitulo ſera contado.

Cap. 45 – *Como o Autor faz diuiſam das virtudes, & como ſe os Infantes partiram daquelle Mosteiro para Restello* – p. 142-146.

IVSTIÇA he a primeira virtude, & principal de todas, a qual ſegũdo diz Seneca he tal virtude que nom tam ſomente pertence àquelles, que haõ de julgar, mas ainda a cada hũa criatura racional, para julgar a ſy meſmo, a qual virtude era muy perfeiramẽte em aquella Senhora, ca aſſi trazia ſua vida juſtamente ordenada, que nunca achamos que a alguma peſſoa fizeſſe injuria por nenhum modo, porque ſuas palauras ſempre eram ditas muy manſamẽte & fora de toda eſcate[?] (p. 143) fazendo muitas amizades, porq̃ ſe eſcuzaram

grandes injurias, & males, ca tanto que sabia que algũs se queriam mal, logo trabalhaua de os auir, & concertar, ou por sy, ou por peſſoas religiosas, & muyto lhe prazia de despende hi alguma couſa do ſeu, ſe entẽdia q̃ para os apaziguar, & acabar ſeu deſejo, era neceſſario. Nunca do alheo mãdou tomar nenhũa couſa forçoſamente, nem contra vontade de ſeus donos. Trouxe ſua vida aſſi ordenada, que todas as couſas, que para ella eraõ neceſſarias, eram compradas, ou auidas ſegundo a vontade daquelles que as tinhaõ. Da virtude da Prudencia ſeria ſobejo falar em camanho grãõ vzou della em todos os ſeus feitos, & porque ja diſſe aſſaz do claro conhecimẽto, que teue para ſeguir totalas virtudes, ca a Prudẽcia não he outra couſa ſenam hum habito, ou clara deſpoſiçam, porque o homẽ por intrinſeco conhecimento pode receber conſelho para ſe arredar das couſas más, ſegundo os Gregos aſſi em huma, que ſe em Grego ſe chama Sicneſis, & outros Cibalia, de que a nos não conuẽ falar. A virtude da Temperança foi muito louuada em eſta Senhora, por que em todas couſas achamos, q̃ viueo muito temperadamente, ſeus trajos foram ſempre muyto honeſtos, aſſi ordenadamente, q̃ nem erãõ de tam baixo valor, q̃ por ſeu azo naceſſe preſumpção de eſcaceza, ou menoſpreço, nem aſſi altamente obrados, que por ſua viſta moſtraſſe aos outros hũa conhecida louua minha. Muyto louua o Filoſofo a totalas molheres o ſilencio, & a occupação, a qual couſa certo em ella era achada em grande ſufficiẽcia: ca tarde, & por grande ventura falaua ſem neceſſidade, & ſuas palauras ſempre eram ditas com a cõtinencia baxa, & muy manſamẽte razoadas, nem ſe parecia em ella o geito, que muitas Senhoras tomãõ em falar, que leixaõ a maneira, que lhes pertence, & falaõ á parecença como moças criadas em mimos, & a ſua continẽcia era ſempre baxa, & o roſtro a meude veſtido de hum ar cheo de honeſtidade, & ſeu comer nam era por deleitaçam, ſomente por ſofter a vida, nem o ſeu cozinheiro era muyto importunado para buſcar nouas maneiras de iguarias, jejuaua tanto, como a ſua natureza podia ſofrer, & mayor trabalho tinha o fiſico em a cõſtranger que comeſſe para ajudar a natureza, que o confeſſor tinha em (p. 144) reprender da ſobegidõ: amaua muito a veneroſa Caſtidade, & aſſi fazia grande honra a totalas peſſoas, que a mantinhãõ: nõ ſe deleitava em jazer longamẽte na cama deſpois das horas razoadas, mas muito primeiro, do que a ſua natureza, & ſeu eſtado requeriam, era aleuantada: a mayor parte de ſua occupação era em rezar, & todos os dias rezaua as horas Canonicas ſegũdo o cuſtume de Saluſbri, & as horas de noſſa Senhora, & dos mortos, & os ſete Pſalmos, com outras muitas delações, & muitas vezes rezaua o pſalterio todo, & outras horas certas vigalias, ſegundo a ordenança de ſua deuaçam, & o tempo, que lhe ficaua, nom era deſpezo em prouer o cofre das joyas, nem corregimentos de ſeus toucados, mas com proueitoſo exercicio obrãdo por ſuas maos

algũas obras, pertencentes a ſeu eſtado, nas quaes muito amiúde fazia ocupar todas as mulheres de ſua caſa, pelas arredar de algũs azos contrarios a ſua Fortaleza. Nom quero dizer mais, porque a fim de ſua vitoria he manifeſta proua de ſua virtude. E pois que ja diſſe deſtas quatro virtudes, q̃ pertencem a encaminhamento da bem ordenada vida, quero dizer das outras tres, que ſam chamadas Theologas, que inteiramente pertencem a alma. Nom foy pequena ſua fé quando por amor do Senhor Deos lhe prouue trabalhar ſua vida por chegar a fim de ſeu deſejo, conhecendo q̃ o perfeito bem era o Reyno dos Ceos, & aſſi amaua todos os guiadores de noſſa ſancta Fé, & auia grande odio aos Infieis, & nom he duuida, que o Infante Dom Enrique ſeu filho ouue aquella meſma impreſſam dentro no ſeu ventre, a qual o fez ao depois ſẽpre conſeguir aquelle deſejo, ſegundo ao diante em noſſa hiſtoria ſera contado: ſua verdadeira eſperança ſempre foy em Deos, & nas ſuas virtudes, ca nunca foy achado que tentafſe outras maneiras de pouca firmeza, ſomẽte ter ſua eſperança verdadeira naquella Senhor, em cujo ſeruiço deſehaua viuer, & acabar, o qual deſejo lhe Deos cumprio como ja ouuiſtes. Da ſua charidade nõ direi tanto, quanto com rezaõ ſe pode dizer, ca ſua riqueza tudo era teſouro de pobres, fazendo muitas eſmolas, ſegundo ja temos dito: ella tinha muytas mercieiras em todas ſuas terras, & em todos os Moſteiros, em que auia peſſoas religioſas, & de boa vida daua cada hum anno ajuda para ſeu mantimento, & aſſi para cazar (p. 145) orfas, & criar mininos, requeria a ElRey que vzaſſe de piedade cõ alguã peſſoas, em q̃ ajuſtiça nõ auia tamanho lugar, & fazia outros muitos bens em cõprimeto das obras de caridade. Per todas eſtas couſas cobrou aſſi a bemauenturança deſte mundo como do outro, ca em eſte mereceo nacer da mais alta geraçã, que auia entre todos os Principes Chriſtaõs, & a muy apoſta de ſeu corpo, cõ a excellẽcia de virtudes & ouue hũ dos hõrados Principes do mũdo por marido, conſtituido em dignidade Real, o qual a amaua muito, & aſſi ouue filhos, de q̃ nuca vio nojo, antes teue rezaõ de ſe alegrar muito cõ elles, porq̃ conhecia q̃ nenhuma Rainha no mundo tinha filhos ſemelhãtes a elles, ouue riqueza, & ſeruidores muito obediẽtes, & ſeguidores de ſua võtade: aſſi que em eſte mũdo nõ auia mais q̃ auer, & para merecer a gloria do outro lhe deu N. Señor a ſua graça, q̃ ſeguiſſe o caminho das virtudes, porq̃ mereceo chegar a aquelle fim, q̃ ja diſſemos, morreo em ſua cama acõpanhada de ſeus filhos, ouue aſſaz eſpaço em ſua dor para fazer os derradeiros officios, que a Chriſtaõs pertence, ca durou treze dias em ſua enfermidade, ouue verdadeiro conhecimento do Senhor Deos com grãde arrependimento de ſeus pecados, ſua conciencia deſcarregou ſem nenhum trabalho, & ſe partio deſte mundo moſtrando taes finaes antes de ſua morte, polos quaes conhecemos verdadeiramente que he no lugar dos Sanctos, donde conhecem

quantas treuas jazem fobre a claridade de noſſo dia: pois como poderemos chorar ſua morte cõ rezaõ? antes altamente deuemos de nos alegrar, aquelles a que praz de ſua bẽauenturança, & creamos certamente que noſſo Senhor Deos mandou por ella as priſões deſte mundo porque a ſua alma lançaua ante os ſeus pès, que lhe piedofamẽte deſſe vitoria para ſeu marido, & filhos com ſaluação de todo outro pouo deſtes Reynos, que por azo de ſua morte ſeus filhos podeſſẽ ſer mais hõradamẽte caualeiros, ca ſe ella viuera, ſeus filhos foraõ feitos caualeiros em Portugal, ſegũdo lho ElRey tinha prometido, q̃ lhe não fora tamanha hõra, como foy de o ſerẽ em terra de Africa, em hũa tão hõrada Cidade, depois do acabamẽto de tãta vitoria. Ora fazẽdo fim deſte capitulo, aueis de ſaber q̃ tãto q̃ aquella Sãcta Rainha foy poſta ẽ ſua ſepultura, & feitas ſuas (p. 146) exequias, os Infãtes ſe partiraõ dalli acompanhados daquelles ſenhores, & fidalgos, & ſe foram para huma aldea, que eſta aſſima daquela Igreja, q̃ o Infante Dom Enrique mandou fazer, que chamaõ Sancta Maria de Belem, & a aldea ha nome Reſtello, por amor daquela ancoração, que alli eſta, q̃ ſe chama por eſſa meſma guiſa, & alli eſtiueraõ ata q̃ a frota partio, como ao diãte ouuireis.

Cap. 46 – *Como os Infantes tiveram ſeu conſelho acerca dos feitos primeiros, & como foraõ falar a ElRey, & tornaram outra vez a ter conſelho a aquella aldea* – p. 146-149.

POR AZO daquelle forte acontecimento era feito em todo aquelle ajuntamento hũ geral ſilencio, cõ q̃ todos andauão nõ menos pẽſoſos, do q̃ eraõ de ledos antes daquelle feito, & aſſi como todos andauão veſtidos de dõ, aſſi tirarão todolos arreos, q̃ tinham as gaès, & nauios, de guiſa, q̃ nõ parecia a frota outra couſa, ſenõ aruores de algũa mata, a q̃ a força do fogo priua das folhas, & fruto, & nõ ſabiaõ falar em outra couſa, ſenõ das grandes virtudes, q̃ auia na Rainha, nas quaes nõ auia ahi algũ, q̃ podeſſe achar contrario & muitos duuidauão de ſe poder fazer algũ mouimento acerca do q̃ era começado, ca deziaõ q̃ tamanhos tres finaes, como noſſo Senhor Deos em aq̃elle feito moſtrara, nõ eraõ para ter em jogo, ſ. a grãde peſtelẽça, q̃ dias auia q̃ andaua antre elles, pola qual jã faleceraõ muitas, & boas peſſoas, & o ſegũdo fora o Eclipse do ſol q̃ foi antes algũs dias da morte da Rainha, & em tamanho grao como antes na memoria daquelles, q̃ entam eraõ, nõ deſpois ate eſte prezente nunca foy viſto, ca duas horas continuadas eſteue cuberto, por tal guiſa, que parecião todalas eſtrellas; & aſſi todolos outros finaes do ceo, q̃ geralmente parecẽ depois q̃ o ſol paſſa o occidental orizonte, & o crepuſculo nos traz a eſcuridade da noite, & o terceiro foi a morte da Rainha, q̃ fobre todo era mais ſẽtido. Os Infãtes tantoq̃

foraõ em Restello, como já ouuistes, falarã logo antre sy que maneura deuiam ter acerca de seus feitos, & acordaram q̃ era bẽ de irẽ falar a seu padre, a qual coufa logo em aquella noite seguinte pozerão em obra, ca pouco mais da mea noite mãdarã fazer prestes os bateis, & se foraõ a Alhos Vedros em tal guisa, q̃ quando era manha (p. 147) estauam com seu padre, o qual acharam muy anojado, vestido de panos tintos, & quando outrojõ vio os filhos vestidos de burel, renouou-se em sua vôtade hũa mui dorosa lêbrança da Rainha sua molher, e cõ elle estaua o Conde de Barcelos seu filho, & Gomez Martinz de Lemos. *Senhor, diffjeraõ os Infantes, confiramos de vos vir falar acerca destes feitos para sabermos a maneira, que quereis ter; & fazermos segundo sentirmos voça vontade. Meus filhos respondeo ElRey, bem vedes no tempo, em que estou, & que cuidado deue ser o meu confirando em tamanha perda, como perdi, cuja lembrança me traz tamanho nojo, que nam fey cuidar em outra coufa. Porem leixo este encarrego a vos; disse elle contra o Infante Dom Duarte, que com voços Irmãos, & com eßes outros do Concelho, faleis acerca deste feito, & o que acordardes me fareis a saber, para eu confirmar sobre ello, & determinar o que melhor, & mais proueitofo parecer.* E logo os Infantes se tornaram sem outra detença para Restello, & fizeram chamar aquelles do Concelho, que estauam mais prestes, os quaes per conto foraõ catorze, contado hi os Infantes, cujos acordos foraõ partidos em duas parte iguais, a saber sete a cada huma parte, os Infantes todos tres, & outros quadro dos do Concelho eraõ de acordo q̃ ElRey deuia de partir como primeiramẽte tinha determinado porq̃ deriaõ q̃ tamanhas despezas, como ja eraõ feitas, & tal prouimẽto cõ tão grãdes trabalhos remedado, & buscado, não deuiam assy paßsar em vão, quanto mais pois aquello fora principalmẽte mouido por seruiço de Deos, q̃ se não deuia deixar de acabar por nenhuma coufa, nem auia ahi rezam, porq̃ se justamente leixasse de fazer, ca postoque assy a Rainha falece-se sua morte a tal feirto nom deuia fazer empacho, ca a Rainha nõ era mais, que huma molher, cuja morte nom trazia outra torua para seu proposito, somentes a tristeza, que elles por sua caufa filhauam, a qual prazeria a Deos que ajudaria a boa andança da vitoria. Quanto mais que a fama deste feito era tam divulgada por tantas partes do mundo, que todos pensauam que tamanho mouimento não podia parar sã cometimento de algũ grãde feito, pola fim do qual estauam cada dia em esperança de ouir certo recado. Aqual coufa seria muito vergonhosa assy (p. 148) para ElRey, como para todo o Reyno, quando soubesse, que por semelhante azo o leixauam de poer em fim. Os outros sete acordaram que ElRey por nenhum caço deuia de partir.

☞ Por certo, *differrão elles*, se vos dizeis que per isto ser seruiço de Deos, o deuemos principalmente seguir, bem se mostra que lhe nom praz de semelhante mouimento, porquanto ante os nossos olhos traz tam manifestos finaes, porque de rezam deuemos crer que nosso mouimento he contrario a sua vontade. Que coufa tam marauilhosa pensais que he o dano, q̃ esta peste fez, & faz cada dia em tanta, & tam boa gēte como della faleceo, & falece? & nam he duuida que depois que forem todos dentro nos nauios, que se não acenda muito mais, ca o ajuntamento a farà muito mais acender, & o remédio proueitofo para ella seria espalhar agora esta gente, & he certo que nom poderia tamanho fogo estar muito, que senom apagasfe, & se nos agora partiſſemos pode ser que aſſi como morreo a Rainha, morrerao outras peſſoas taes, cujo dano trara muito grãd' perda. Deuemos ainda muito recear tamanho dano, como recebemos na morte daq̃lla senhora, porq̃ ſomēte as ſuas oraçoens eram baſtantes para nos liurarem de quaeſquer perigos, ca bem mostrou nosso Senhor Deos finaes a cerca de sua morte porq̃ muito deuemos ſentir a perda de ſeu falecimento, da qual não ha nenhũ, poſtoq̃ de peq̃na cõdição ſeja, q̃ õ tenha muy grãde ſetido. Certamēte nos lhe mostrarimos ſinal de pouco amor, predēdo em taõ breue tēpo a memoria de ſua morte, nõ tomando ſequer algũ eſpaço, porq̃ o mũdo conheceſe o ſentimento, que tínhamos della, mas logo aſſi tirados os choros de ſua ſepultura fazemos viagem nom seria bẽ, & q̃ aindaq̃ quizeſſemos deixar eſtas couſas, temos outro muito grande empacho, que há muito para conſirar, & eſto he q̃ por azo da morte da Rainha ſe deſauiarao muitas couſas, para corregimento das quaes nõ ha miſter menos de hũ mes pois nos ſomos agora quaſi em fim de Iulho, & paſſado hũ mes, ſeríamos em fim de Agoſto, q̃ he ja começo de inuerno, em q̃ ſe nõ deue começar ſemelhãte feito. Aſſi q̃ por todas eſtas rezoẽs ſe deue por agora eſcuſar a execucao deſta coufa. Sobre eſtas duas opinioẽs ouue em aquelle cõcelho grãde debate em (p. 149) o qual dizem alguns que o Infante Dom Pedro reſpondeo algumas rezoẽs mais aſperas, do que deuia, ao Condeſtabre, por q̃ diſſeram que era hũ daquelles que mais affirmaua q̃ ElRey devia ficar, empero nos nõ o ſoubemos determinadamente, nem o Infante Dõ Enrique, q̃ no ſemelhãte nos falou, creio q̃ o fez por eſcuſar algũ praſmo, q̃ ouuerao aqueſtes, q̃ eſtas vozes mãtinhaõ.

Cap. 47 – *Como os Infantes, & tres dos outros do Concelho tornaram a falar a ElRey em a determinação de ſeus acordos & das rezoens, q̃ ElRey acerca dello diſe, & como finalmente determinou a partida* – p. 149-151.

LOGO em aquelle dia aquelle confelho foy poſto em determinação de guiſa ã a noite ſeguinte ordenaraõ os Infantes de tornar com repofta de todo a ſeu Padre mas, porq̃ elles todos tres eram de huma parte, ſegũdo ja ouuiſtes, diſſeram os outros, ã tinham a outra, ã foſſẽ outros tres para darem cada huns ſua razam, ſegũdo alegaraõ. Os Infantes diſſeram que eram contentes: & tiveram tal maneira em ſua partida, ã quãdo era manhã ao Domingo ſeguinte forão com ſeu padre, ſegũdo fizeram o dia de antes ElRey ſe apartou logo cõ elles em hũ alpẽdre, ã eſtaua naquellas caſas onde pouſaua, & o Infãte D. Duarte diſſe todas as rezoẽs ã os outros alegaraõ contrariando a ida DelRey, dandolhe ainda melhores entendimẽtos, & mais claros do q̃ lhe os outros, ã ahi eſtauaõ deputados para ello, puderão dar, & em fim pregũtou-lhes ſe queraõ ainda alẽ daq̃llo dizer algũa couſa? E elles diſſeraõ q̃ nom, ca tambẽ o arrazoara por ſua parte, que elles ſẽtiraõ deſy que o nom podiaõ melhor fazer. Muitos falaram depois acerca daquelle arrezamẽto, ã aſſi fez o Infante, auendo por grande marauilha tomar aſſi aquellas couſas na memoria, & retelas por extenſo, louvando muito a clareza de ſeu entender, outros porem de mais dura crença nom podiam entender ſenom que artificialmente tomava o Infante aſſi aquellas couſas, ca per outra guiſa maginauam que ſe nam podeſſe fazer, como quer que em ello foſſem enganados, ca aquello era aſſaz de bẽ pouco para outras muitas virtudes, que lhe o Senhor Deos (p. 150) outorgara. Acabadas aſſi aquellas couſas, que pertenciam a primeira razam, diſſe o Infante pola meſma guiſa as outras, que a elle, & aos de ſua parte pertenciam. ElRey, ouuidas aſſi aquellas rezoens, deſcobrio ſua cabelas, que a tinha cuberta com ſeu dõ, & diſſe.

☞ Muito me peſa ã em tam boas peſſoas ſeja achado algum falecimẽto de fraqueza em ſemelhante caſo, ca certamente eu cudara que, poſtoque eu por cauſa de minha grande triſteza, ou por outro algũ azo quizera ficar, que elles me conſtrãgeraõ a ir aconselhandome ã todauia ſeguiſſe minha viagẽ. Porẽ conſirando acerca de todos os empachos, ã elles poſeraõ em minha ida, cuja força principalmente eſta em eſtes acõtecimẽtos, ã ſe ora ſeguiraõ, cõtãdo polo mais forte o falecimẽto da Rainha, ã Deos aja, crendo ã o aparecimento deſtes finaes he muy grãde amoeſtação de noſſa ficada, o ã eu tudo entendo polo contrario, porque notório eſta que para proſeguimento de tamanho feito nom cumpre mais ã irmos arrepẽdidos, & pongidos de noſſos pecados inclinando ao Senhor Deos noſſas almas, tornãdonos a elle de todo coração, fazẽdo penitencia dos erros paſſados, ã contra elle cometemos, demãdãdolhe muy humildoſamẽte ã nos liure de noſſos inimigos & ã lhe praza dar gloria ao ſeu nome, exalçando a ſua ſanta Fé,

quebrātando, & destruindo todos os seus contrarios com a sua propria virtude, esto deuemos tātō cō mayor diligēcia fazer, quātō a nossa tenção he mouida a mais certo fim, a qual humildade nos nō poderemos mostrar melhor, nē mais cūpridamēte ē outra algũa coufa, como sfrendo com bom coração todos os casos contrarios, pois cremos certamente q̃ por elle sam ordenados, ca lhe nom fazemos em ello tamanho seruiço, como fazemos de nosso proueito, porque necessario he, que Deos vze de suas criaturas, como lhe prouer. Qual he o caualeiro, que ha de entrar em algũa justa, que nam proue primeiro seu caualo, & hũ dia ve com q̃ assossego soporta o arroido, & pezo das armas, outro cō q̃ força toma o trabalho, & assi todas as outras coufas? Pois q̃ sabemos se N. Senhor Deos por estas coufas nos quis prouar, ca o ouro prouaõ o fogo e os casos da fortuna prouaõ os homēs; certamente eu creio que todas estas coufas, q̃ assi acōteceraõ, saõ mais porq̃ Deos pos ellas nos mostra a (p. 151) certidão da vitoria, q̃ o cōtraio porq̃ o fim da tristeza he ledice, & o fim da ledice he tristeza, & nos q̃ agora somos tristes, prazendo a Deos começando nosso feito, seremos ledos, porq̃ todas as coufas depois q̃ chegaõ a mayor alteza, nō haõ mais lugar de jobir, e a nossa tristeza, nō podera ser mayor por todos em ella termos parte, q̃ morrer hũa semelhante pessoa, ē cujo falecimēto nō ha hi algũ por de pequena condição q̃ seja, q̃ com rezão nom mostre sfetimēto em sua perda. Quātō a nos fado dereitamēte nom faz outro dano, somēte hũa faudosa lēbrança, a que nos sua presença, por rezão de seu falecimēto, acarreta, q̃ quanto he para rogar a Deos por nos, certo he q̃ nenhũa pessoa nesta vida, por virtuosa q̃ seja, nō he tãõ dina de ser ouuida, como depois q̃ he apartada desta miserauel casa, q̃ he a carne, cujos appetites continuadamēte nos constringē a pecar, & assi entēdemos que nosso Senhor Deos, querendo mais limpamēte ouuir as orações da Rainha, lhe prouue de a tirar d'antre nos, porq̃ solta deste corporal cárcere a sua alma mais liuremēte podeffe cōtemplar na diuinal magestade, procurado a nossa vitoria, & para nos isto firmemēte crermos, ponhamos ante os nossos olhos as maravilhosas coufas, q̃ lhe acōteceraõ antes de sua morte, pollas quaes certamēte sabemos q̃ a sua alma esta em bēaaventurado repouso. Porē por todas estas rezoēs eu determino cō a graça do senhor Deos de todavia seguir minha tēção por seu seruiço, ca doutra guisa nom me parece q̃ faria o q̃ deuo. O Cōde de Barcelos, q̃ alli estava, falara já cō ElRey acerca daquello acōselhãdo o q̃ todavia seguisse seu proposito, & assi o fez em aquella hora, q̃ ajudou muito a tēção dos Infātes, & por semelhāte fez Gomez Martinz d'Lemos, q̃ era hũ homē d'grãde fizo, polo qual ElRey daua grãd' autoridād'a seus cōselhos.

Cap. 48 – *Como os Infantes se tornaraõ a Restello, & do auiamẽto, q̃ deraõ a totalas coufas, que pertenciaõ a fua viagem* – p. 151-154.

QVANDO os Infantes fentira de todo a vontade de seu padre, ouuerão grãde refriferio para seu nojo paſſado, aſſi diſſeram q̃ lhe tinham muito em merce ſemelhãte determinação. *Ora q̃ ſera; Senhor, diſſeraõ os outros tres, q̃ alli eſtauaõ, que ainda nam tendes todo acabado? porq̃ hũa das maiores duuias, q̃ achamos, he q̃ o deſcõcerto que (p. 152) ſe fez na frota por azo da morte da Rainha; o qual nam ſe pode tam azinha remedear, que ao manos nom ſeja nesse esperar hum mes? A noſa frota, diſſe ElRey contra o Infante Dom Enrique, aſſi eſta deſconcertada que lhe ſeja neſſeſario aquelle eſpaço para ſe tornar a auiar? O deſconcerto, ſenhor, que ella tem, diſſe o Infante, he que vos podeis logo meter em ella, & partir quando quizerdes, ca a mayor detença ſera aleuantar as anchoras, & aparelhar as uellas. Porem pois que aſi he, toda a minha detença diſſe ElRey, ſera daqui ate quarta-feira, & depois ſigame quem poder, & vos, meus filhos, tornaiuos logo a voſa frota, & fazei dar a todo tal auiamento: que quarta-feira prazendo a Deos poſſamos partir, & porque o feito das armas nom ha miſter tristeza nem choro, nem roupa de dô, antes requere que os caualeiros ſe guarneçam das melhores coufas, que tem, porque a fua viſta lhes alegre os coraçõens, como ſe eſcreue que faziam os Romãos. Porem vos tirai logo voſſo dô, & vestiuous, como dantes andaueis, & ainda melhor, & aſſi dai auiamento a todos os outros q̃ o façam, & em outro tẽpo a graça de Deos eſcolheremos, em q̃ ſe poſſa mais razoada mẽte fazer noſo dô. Os Infãtes partiraõ logo caminho da frota, & o Infante Dõ Enrique convidou ſeus Irmãos para jantarem com elle na fua gaé & tanto que foram em ella, trouxeram logo os veſtidos aos outros Infantes, & elle tamẽ ſe veſtio, & mandou embandeirar a galè toda, & diſſe as trombetas q̃ ſe pozeſſem na mayor altura, & q̃ fizeſſem em ſeus inſtrumentos todo o final de ledice, que podeſſẽ, & como era Domingo, & os homẽs por rezaõ das calmas eſtauaõ todos jugado, & folgado em ſeus nauios, porq̃ o mais, que podiaõ, eſcuſauaõ a Cidade, por cauſa da grande peſte, que nella auia, & quando ouuiram o ſom das trombetas, de q̃ tinhaõ pouca eſperança, ficarão entreſi meſmos muito maravilhados, empero pẽſaram que os Infantes nom eſtauam ahi, & que por ello aquelles ſeus trombetas com pouco tẽto filhariam aquelle ouſio, & alguns daquelles capitaens, q̃ alli eſtauam, queraõ mandar requerelos q̃ ſe calaſſẽ, mas quãdo lhe diſſeram q̃ a Galé eſtaua embandeirada, & que alem do ſom das trõbetas, ouuiam nelas charamellas, & outros inſtrumentos bem criaõ, que era feito a outro fim, & trigofamente*

mãdarõ (p. 153) aparelhar seus bateis para saber parte, q̃ coufa era aquella novidade, & os que poufauão nas aldeas, ou aldauão folgando ao longo daquela praya, muyto azinha se chegaram a ribeira para serem certos do que aquillo queria dizer, & em preue tẽpo foraõ tantos os bateis darredor da gaé fo Infante, que queraõ jugar as punhadas sobre qual chegaria primeiro a bordo, & depois que fouberaõ a determinaça do feito, pozerom logo muyta trigança em tornarem a correger seus nauios pola guisa, que ja estaua aquella galè. Em verdade era fermosa coufa de ver hũa frota, que pola manhã parecia alguma mata, que perdera as folhas, & fruto, ser em tam breue tempo tornada a parecer hum fermoso pumar acompanhado de muitas folhas verdes, & flores de diuerfas cores, ca affi eram as bandeiras, & estendartes de desuairadas guisas, os quaes todo aquelle dia a huma voz nunca fizeram fim de tanger. Não tardou muyto que as nouas nam chegaram a Cidade, as quaes fizeram em ella muy grande alvoroço, porque todos estauam ja quasi despercebidos de semelhante mouimento, por cuja rezam lhes foy neceffario de se trigarem para tornarem todo a correger tamanho feito, & foram logo dados pregões que até terça-feira por todo o dia foffẽ todos recolhidos a sua frota. Bẽ he de confirar que mandado taõ trigofo de semelhantes coufas nom lhes daria grande espaço para dormir. Muitas coufas falaria aqui, se quizeffe, acerca dos desuairados juízos, que se dauam sobre aquella partida, especialmẽte a gente do pouo, culpando muito ElRey por fazer semelhante mouimento, dizendo que o Prior do Hospital com suas fortalezas mouera primeiramente aquelle feito, & que elle tiraua ainda agora ElRey de seu fizo: outros deziam que ElRey não quizera partir pofto que aquelle ajuntamento estiuẽffe feito, vito os marauilhosos finaes, q̃ lhe acõteceram, mas q̃ o Prior induzira os Infantes, & que elles, como homens mancebos, desejadores de coufas nouas, afficaraõ seu Padre tanto, que o faziam partir contra sua vontade.

☞ Ora bom Pay, *deziam elles*, ca palhas foy a perda da Rainha (p. 154) para a que muy cedo ha de ser, cá nos outros nom partimos, se nõ como homens, q̃ querem tentar a Deos, & ElRey cuida, que com estes filhos ha de tomar a garça no ar, porque os vé affi homens de prol, & desenuoltos nas manhas, & que nom ha mais nas forças das armas, q̃ quanto elles sabem, ainda he deuer, q̃jandos homens seraõ depois que forẽ nos perigos, ca elles atagora nam prouaraõ como fabe o ferro frio. Mas a culpa deste feito não he tão de nenhũ delles, como de outros muytos senhores de Portugal, q̃ sam homens diosfos, & que tem experiẽcia de muitas coufas, que lhe deuiam de contradizer, ao menos confiraõsem taes finaes, como acontecem cada dia no Ceo & na terra. Quẽ cuidaes *deziam outros*, q̃ ha de

ter atrevimento de falar a ElRey em tal coufa? ca ha mais de tres annos q̃ elle tem efte feito começado; & ninguem o fabia, fe não os Infantes, & Priol, que he certo que aquella ida, que elle fez a Caftella não foi, fenom por mandado DelRey, nem a prizam, em que o tiueram, nom foi fenom affinte? Ora, *deziam outros*, calaiuos, que nos ouuimos a peffoas, que ha mrezaõ de o faber, que ElRey nom quizera ir, viſtas as coufas, q̃ aconteceram, fe o Infante Dom Enrique nom fora, ca deziam todos que a frota não podia fer preſtes, fenom paſſante de hum mes pola qual cauſa elle quizera ficar fe lhe o Infante nom diſſera, q̃ foſſe na ſua, que eſtaua de todo preſtes. Nom foy al, *deziam outros*, ca ElRey ſempre teue efte filho por mais homẽ, que nenhũ dos outros, para feito darmas, & aſſi fe gloriaua eſtranhamente de falar em elle, quando lhe diſſeraõ que trazia ſua frota bem corregida do Porto; empero ainda he de ver quam grande diferença ha de matar os porcos mōtezes na Beira, a pelejar com homẽs armados, que fe ſabem defender. Cuidam que ſam as juſtas daqui, que fe não atreue ninguem aos ir encontrar? ſobre todo praza a Deos que ſeja por bem, o que, à bõ fé eſta em duuida ſegundo muytos ſezudos preſumẽ, conſirando os duuidofos caſos, que acerca dello fe podem ſeguir.

ANEXO VII

Reprodução da Bula Divina Disponente Clementia

ANNT. Bula Divina
Disponente Clementia do
Papa Bonifácio IX pela
qual habilita o rei D. João
I para ser rei em
Portugal, sem embargo
de ser aduterino, o
confirma e a todos os seus
descendentes, e dispensa
e revalida o matrimônio
que contraiu com a
Rainha D. Filipa de
Lencastre sem dispensa
da Sé Apostólica, sendo
Mestre da Ordem de Avis,
de cujo excesso o absolve.
[Manuscrito] 1 doc. BUL,
Bulas, 1179/1882, Maço
5, Documento 9.
Disponível em
<<http://digital.arquivos.pt/details?id=7139636>>.
Acesso em: 03 Set. 2019.

ANEXO VIII

*Transcrição paleográfica da Bula Divina Disponente Clementia**

Paleografado e transcrito por Raquel Hoffmann.

27 DE JANEIRO DE 1391

PAPA BONIFÁCIO IX DE ROMA A D. JOÃO I DE PORTUGAL

BONIFACIUS episcopus Seruus Seruorum dei Cariſſimo in Christo filio Johanni Portugalie et Algarby Regi Illuſtri Salutem et apoſtolicam benedictionem Diuina diſponente clementia per quam Reges regnant et princeps [imperant?] in eminenti ſpecula et ſuper gentes et regna licet [immeriti?], conſtituti, neceſſe habemus interdum de regnis ac pacem et iuſticiam [populorum?] perpetua ſtabilitate diſponere ac in eorum ad ſoliis ad gubernationem et regimen gentium ſubditarum quos dignos nouimus ſublimare et ſublimatos conſeruare ac roborare ut gladij poteſtate eis ad uindictam malorum laudem que [bonorum?] celitus attributa ipſo aſſumpto dominandi officio iudicent in equitate populos et dirigant in terris ſubdictas ſibi gentium nationes uoluntas que eorum ſit in executione iuſtie et meditatio in lege rectudinis ac obſeruantia ſancta pacis. Sane porrecta nobis per venerabilem fratrem [iuris?] Johannis Episcopus Silueij et dilectum filium Nobilem uivum Johannem Roderici de Saa [_ _ _ _ _ ?] Ambaſſiatores tuos ad nos per te ſuper hoc deſtinatos tua filialis deuotionis et dilectorum filiorum uniuerſorum Prelatorum Cleti ac Procerum et Populi Portugalie et Algarby Regnorum predictorum petitio continebat quidem [quod?] dudum [imperialis?] Regnus per recolende memorie Fernandi ipſorum Regnorum Regis obitum qui ſine filio legitimo ſuperſtite diem ſuum clauſit extremum Regali [culmine?] deſtitutis ipſi Prelati ac Clerus Proceres et Populi predictorum Regnorum attendentes [quidem?] damnate memorie Johannes Henrici Caſtelle et Legionis Regnorum detentor ipſorum Portugalie et Algarby Regnorum ac dei et felicis recordationis vrbani Papam VI predeceſſoris noſtri et Romanam eccleſie eius ſponſe iniquus perſecutor quem idem predeceſſor uelut ſchiſmaticum et hereticum puniendum eo quia perditionis filio Roberto olim Baſilice duodecim Apoſtolorum

* Agradecemos a colaboração dos amigos e companheiros de trabalho, Prof. Dr. Bruno Marconi da Costa e Prof^ª. M^ª. Juliana Amorim Goskes na revisão do trabalho de paleografia e transcrição deste documento.

presbytero Cardinali tunc et nunc Antipapam qui se Clementem VII ausus sacrilego
 nominare presumebat prout et nunc presumit post et contra processus per eundem
 predecessorem contra ipsi Robertum eiusque fautores et sequaces ac adherentes eidem
 factos et solemniter publicatos notorie adhererat et adherebat ac mala malis
 [accumulans?] personas dictorum Castelle et legione Regnorum adherere compellebat
 sententia liter uisito dei inditio condemnarat puniendum ipsa Portugalie et Algarby
 Regnarum de die [__diem?] deuiastabat et occupabat ac in totum occupare et deuiastare
 nitebatur anus peruersis conatibus comode obuiare non ualebant eo quia Rege et
 quocumque ydoneo gubernatore carebant dubitantes ipsos ac ipsa Portugalie et Algarby
 Regna propterea ad manus et tirannidem ipsius Johannis Henrici et ad obedientiam ipsius
 Antipapa in magnum periculum personarum et animarum eorum peruenire uolentes
 Propterea eis ac dictis Portugalie et Algarby regnis eorum que ac ipsorum Regnorum
 statui honori et utilitati salubriter prouidere et [huiusmodi?] damnis et periculis pro salute
 personarum et animarum ipsorum obuiare ac talem in eorum Regem eligere personam que
 sciret ualeret et posset ipsos et Regna predicta salubriter regere et gubernare ac huiusmodi
 peruersis dicti Johannis Henrici conatibus [resistere?] et deperdita recuperare ac
 huiusmodi [periculis?] obuiare ad te [realendi?] memorie Petri ipsorum Portugalie et
 Algarby Regnorum Regis filium illegitimum et dicti Fernandi ipsorum Regnorum ultimi
 et immediati Regis fratrem tunc domus de Auifio Calatranem ordinis [Elboren?] diocet et
 sub regula Cisterciensis ordinis professum et ipsius domus [magistro?] intuitu specialis
 deuotionis et dilectionis quibus per te nam tuam erga dictum [nostrum?] predecessorem et
 dictam ecclesiam ac Regna predicta prefulgere ac fidei puritatis et note ac probati
 strenuitatis quibus te et olim christianissimus genus tuum [claruisse?] et eos ac Regna
 Portugalie et Algarby predicta laudabiliter rexisset et gubernasset agnouerant et
 cognoscebant perpenso et deliberato consilio ac unanimi uoluntate eorum [mentis?]
 [ocultis?] [antique?] nota direxerunt ac te in eorum et dictorum Portugalie et Algarby
 Regnorum Regem concorditer nomine discrepante diuinitus ut pre creditur debitus et
 consuetis solemnitatibus obseruatis et alias rite et canonice elegerunt et assumpserunt te in
 solio regali collocando et intronizando ac uestibus Regalibus induendo et omnia alia et
 singula in similibus fieri consueta observando Tuo que premissis considerati et pro [luno?]
 et salubri statu pace et honore ipsorum Portugalie et Algarby Regnorum cupiens magis
 prodesse quam preesse sperans in benignitate sedis apostolicam ab eadem sede
 dispensationem super hoc obtinere huiusmodi electionem assumptionem collocationem
 intronizationem inductionem et cetera omnia ut prefertur obseruata ac dignitatem nomen

et honores Regra habitu regulari dicti ordinis non tamen in ipius nec clavium contemptum derelicto acceptasti et aſdem conſenſi ſti ac ex tunc ipſa Regna ut Rex tenuiſti et poſſedeſti prout tenes gubernas et Poſſides et ann Cariſſima in Chriſto filia Phillipa dilecti filij nobilis viri Johannis duas Lencaſtrie nata dictorum Portugalie et Algarby Regnorum Regna Illuſtri matrimonio per uerba alias legitime de preſenti contraxiſti et illud carnali copula conſumaſti prolem exinde ſuſcipiendo quidam que ſi huiusmodi dignitate nomen et honores Regra ac Regna predicta dimitteres et diuortium inter te et dictam Phillipam Reginam fieret et ad dictum ordinem redires poſſent exinde grauia ſcandala et damna uexi ſimiliter exoriri Quapropter proparte tua et dictorum prelatorum Cleri ac Nobilem et Populi predictorum nobis fuit humiliter ſupplicatum ut prouidere tibi ſuper hoc de abſolutionis beneficio ac oportune diſpenſationis gratia et alias ſuper premiſſis de benignitate apoſtolicam dignaremur. Nos igitur qui cune torum Chriſti fidelium et omnium orbis Regnorum pacem et tranquillitate ac animarum ſalutem intenſis deſiderijs prout ex debito paſtoralis officiſ te nemur libenter appetimus cupientes tuis et ipſorum Regnorum ſtatui ſaluti et honori utilitates prouidere et huiusmodi ſcandalis ac periculis quantum tum deo poſſumus obiuare et rigori canonum prout Romani Pontifices predeceſſores [noſtri?] ſuperna fulti poteſtate ſua dentibus rationabilibus cauſis laudabiliter conſueuerunt preſertum arca dignitatis atque [proſapia?] praerogatiua fulgentes dum [prologorum?] et temporum qualitate id expediens fore conſpituimus diſpenſatoriam manſuetudinem antepone ac etiam attendentes quod ipſa Portugalie et Algarby Regna que pro maiori ſui parte per dictum Johannem Henrici erant occupata et deuaſtata dextera tibi aſſiſtente diuina tua prouidentia et ſtremutate ab ipſos Johannis Henrici manibus liberaſi et occupata per cum recuperaſti que felici proſperitate [letantur?] ac ipſi Johannem Henrici tanquam ſciſmaticum et dei ac dicti predeceſſoris noſtri atque noſtri dicte que eccleſie ut prefertur [mimicum?] et perſecutorem perſecutus fuiſti et triumphum de ipſo et ſuis [comptiabus?] diuinitus repotaſti habitis ſuper hoc cum fratribus noſtri tractatibus plurimis et tandem deliberatione ſolemni huiusmodi ſupplicationibus inclinati et ad perſonam tuam que erga nos et dictam eccleſiam ſingulari deuotione prefulget et precipua ſemper claruit puritate noſtrum animum dirigentes de dictorum fratrem conſilio eandem perſonam tuam [tunc que?] preclarum genus ac heredes tuos ex te legitime deſcendentes [MANCHA] [MANCHA] et ſpecialibus gratijs proſequi ac fauoribus oportunis. Ad laudem igitur omnipotentis dei patris ac filij ca ſpiritus ſancti et glorioſa ſemper que Virginis Marie ac beatorum Petri ac Pauli Apoſtolorum ac honorem et ſtatum pacem et tranquillitatem ſacroſancta Roman eccleſia ſponſe noſtram

ac tui et ipsorum Portugalie et Algarby Regnorum tuis et prelatorum Cleri ac Nobilium et Populi predictorum in hac parte supplicationibus inclinati te ab ominibus excommunicationum et alijs sententijs et penis quibuscumque ab homine uel a iure qualitercumque prolatis iustitis fulminates et promulgatis etiam per quo jam que [processut?] apostolicam quas propter premissa uel alijs ex quibus tuncque causis quas hic haberi nobimus pro sufficienter expressis ab quatenus incurristi et ab omni obligatione et uinculo ac [obedientia?] castitatis paupertatis et quolibet alio uoto ac professione et obseruantia regulari quibus dicto ordini qualitercumque obligatus et astrictus extitiste uel esse aut inderi posses astrictus etiam si de illis seruandis uel aliquo eorum prestitisses forsitam iuramentum auctoritate apostolicam tenore presentum premissis et alijs certis rationabilibus de causis ad id nostri animu mouentibus quas hic etiam haberi uolumus pro sufficienter expressis et specificatis ex nostram carta scientia ac apostolica potestatis plenitudine et a quocumque reatu periurij siquem [quamuis?] causa incurristi absoluimus eximimus penitus et liberamus omne que in habilitatis et infame maculam siue notam per te premissorum occasione aut ex [quauis?] alia causa contraictam penitus abolemus te que legitimamos et natalibus [RASURA – restituimus?] habilitamus ac tecum dispensamus et tibi ut premissis et defectu natalium quem ex dicto Petro Rege et quadam muliere sibi matrimonialiter non coniugata genitus patris etiam si ipse Petrus Rex coniugatus et ipsi mulier coniugata genitus pateris etiam si ipse Petrus Rex coniugatus et ipsa mulier coniugata tempore procreationis huiusmodi et natuitatis tue fuissent ac quod tempore electionis assumptionis collocationis intronizationis inductionis acceptationis et consensus a predictorum dicti ordinis professus et magistro dicte domus ac predictis excommunicationum et alijs sententijs et penis seu inhabilitatis et infamie macula sine nota ligatus extiteris et postmodum predictum matrimonium cum dicta Phillipa nulla dispensatione super hoc a dicta sede obtenta ut preferitur contraxeris etiam si Roberto Antipapam et Johanni Henrici predictis ab quatenus adhesisti aut auxilium consilium uel fauorem prestitisti et quibuscumque. Constitutionibus apostolicam ac legibus imperialibus et statutis ac consuetudinibus nequaquam obstantibus concedimus [quod?] electio assumptio collocatio intronizatio inductio acceptatio consensus et omnia inde secuta perinde ualeant et perpetuam [obtineant?] roboris firmitatem tuque ipsa Regna dignitates nomen et honores Regna habere obtinere et retinere et de nouo ad ea et alias ad quecumque alia Regna dignitates honores dominia et officia eligi et assumi et ea acceptare de eisdem consentire ea que recipere tenere obtinere et retinere et ad heredes et successores tuos legitimos ex tuo corpore descendentes natos et nascituros et alios collaterales seu

extraneos quoscumque ex testamento et ab intestato transmittere et quod in dicto matrimonio ut prefertur contracto remanere nichilominus si aliter ex persona dicte Phillipe Regine disponi coniugatur cum alijs quibuscumque mulieribus quotienscumque casus emergerit alijs tamen impedimentis non obstantibus matrimonium contrahere et in eo remanere libere et liate ualeas ipsique heredes et successores tibi in eisdem Regnis dignitatibus nominibus honoribus dominijs et officijs quibuscumque succedere [MANCHA] possint et ualiant ac si de legitimo matrimonio procreatus fuisses et huiusmodi electionis assumptionis collocationis intronizationis inductionis acceptationis et consensus predictorum tempore dicte domus et ordinis professus et magistro minime extitisses ac nulla excommunicationis sententia et inhabilitatis seu infamie macula sine nota et reatu periurij ligatus extitisses nullumque aliud canonicum impedimentum obstaret tecumque super premissis per eandem sedem legitime dispensatum extitisset tuque ab obligatione uoto obedientia professione et obseruantia regulari quibus dicto ordini et magistratum qualitercumque obligatus et astrictus extitisti absolutus exemptus penitus et liberatus et a quibuscumque excommunicationum sententijs et penis siquas forte incurreras absolutus extitisses omnique inhabilitatis seu infamie macula sine nota et reatus periurij signos aliquatenus incurrisse per eandem sedem aboliti fuissent Supplentes eandem [auctoritate?] et ex certa nostra scientia ac predicta apostolicam potestatis plenitudine et motu proprio omnem [alium?] defectum siquis forsitan ex tui uel ipsorum Prelatorum Cleri Procerum et Populi eligentum predictorum personis uel electionis assumptione intronizationis collocationis inductionis acceptationis et consensus predictorum et inde secutorum forma aut ex quauis alia causa interuenerit in premissis Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostram uoluntatis absolutionis exemptionis liberationis abolitionis restitutionis habilitationis dispensationis concessionis et supplementi infringere uel et ausu temerario contraire Siquis autem hoc attemptare presumpserit indignationem omnipotentis dei et beatorum Petri et Pauli Apostolorum eius se noverit [incursum?] Dat Rome apud Sanctum petrum VJ Kalendas Februarum Pontificatus nostri Anno Secundo.

[Linha Ilegível]

[Linha Ilegível]

[Selo Pendente] [Sanctus Paulus et Petrus - SPASPE]

ANEXO IX

*Tradução da Bula Divina Disponente Clementia**

Traduzido por Raquel Hoffmann do original em Latim em Agosto de 2019.

27 DE JANEIRO DE 1391

PAPA BONIFÁCIO IX DE ROMA E D. JOÃO I DE PORTUGAL

Bispo BONIFÁCIO, Servo dos Servos de Deus, saúdo e concedo apostólica benção sobre nosso filho Caríssimo em Cristo João, Rei de Portugal e do Algarve. Dispomos absoluta divina clemência sobre ilustre príncipe comandante que eminentemente reina e vigia sobre os povos e necessita que nós, pela Sua justiça perpétua e paz, tenhamos de interceder para dispor a estabilidade no governo da nação e sujeição por saber que ele é digno do trono e de manter o poder da espada, punindo os altos da terra que questionam seu direito, seu dever de julgar em equidade, seu governo sobre as gentes que descende do paraíso para guiar os do reino; em reflexão sobre a execução [da] Justiça e da retidão da lei e para a observância da santa paz.

Vieram a nós o venerável irmão João, Bispo de Silves e o dileto, nobre e virtuoso filho João Rodrigues de Sá Embaixadores que buscavam junto a nós teus objetivos em tua filial devoção e diletta dedicação universal aos interesses do povo do reino de Portugal e do Algarve; nobres, prelados, populares, que há algum tempo peticionaram acerca da morte sem filhos legítimos de Fernando, príncipe rei dos ditos reinos.

Não havendo quem os herdasse, os reinos de Portugal e Algarve passariam ao domínio de João Henrique, detentor dos reinos de Castela e Leão, seu iníquo perseguidor e inimigo de Deus e de sua esposa, a Igreja de Roma, e de Urbano VI, papa de boa memória, nosso predecessor. Este mesmo predecessor condenou à punição o cismático e herege, filho da perdição, aquele que um dia foi Roberto, Cardeal presbítero da igreja dos Doze Apóstolos e agora e sempre sacrílego Antipapa que audaciosamente se presume nomear Clemente VII. E este agora presume, desconsiderando os processos de nosso predecessor contra este mesmo Roberto, acumular apoiadores e seguidores, notoriamente conduzindo aqueles dos ditos reinos de Castela e Leão [a] aderir à posição de condenar e punir os reinos de Portugal e do Algarve à devastação e à ocupação. E em tudo ocupara e devastara de maneira que tentativas de resistência não foram capazes de ocorrer pois os

* Agradecemos a colaboração da amiga e companheira de trabalho, Prof^a. M^a. Juliana Amorim Goskes, na revisão do trabalho de tradução deste documento.

reinos de Portugal e Algarve careciam de um governador idôneo e [seu domínio] fora às mãos e tirania do mesmo João Henrique e à obediência do dito Antipapa, pondo em grande perigo as pessoas e as almas [de Portugal e do Algarve].

Por isso, os do reino de Portugal e do Algarve, em seu próprio estado e honra de Deus e dos reinos e em benefício de uma maneira saudável de prover segurança e aliviar as perdas de pessoas e suas almas nos ditos reinos elegeram pessoa que sabiam valorosa e que possui a sobredita [capacidade de] governar e reger saudavelmente os ditos reinos e prestar resistência aos estranhos avanços do dito João Henrique, aliviando os perigos e recuperando as perdas: o filho ilegítimo do rei Pedro, de boa memória, e irmão do rei Fernando, dos mesmos reinos de Portugal e Algarve, o mestre professo da Ordem de Calatrava de Avis, da diocese de Évora, sob a regra cisterciense. E acerca deste dito mestre, em vista da especial devoção que tinha a nosso predecessor e à dita Igreja e ao reino, com brilhante e fiel pureza, força e valor, nós autorizamos que os ditos mesmos povos cristianíssimos dos reinos de Portugal e do Algarve, sob os preditos panegíricos cuidadosamente considerados e reconhecidos em deliberado conselho, sob vontades unânimes e consentimento, tais antigas gentes concordaram em nomear o dito mestre rei dos reinos de Portugal e do Algarve, alçando-o ao real assentamento, observando canonicamente as solenidades e os ritos, elegeram-no e assumiram-no nas reais vestimentas e investiduras, entronizando-o no trono do reino e em tudo singularmente orgulhosos da observância dos costumes.

E tais premissas consideradas, na intenção de governar por honra, paz e saudável estado daqueles reinos de Portugal e do Algarve, deste modo tiveram esperança de obter junto a esta benigna Sé Apostólica a dispensação para sua eleição, assunção, colocação, entronização e indução et cetera, preferindo observar acima de tudo a dignidade o nome e a honra da dita ordem, sem desrespeito de sua Regra ou de seu hábito regular ou de nossas cláusulas, sem ignorar a aceitação e mesmo o consentimento.

E desde então tens e possuis os reinos, governando-os como Rei e com [nossa] filha Caríssima em Cristo, Filipa, nascida filha do nobre barão João de Lancaster, nobre Rainha destes reinos de Portugal e do Algarve desde o ilustre matrimônio, feito tanto por verbo quanto cerimônia, legitimamente contraído, carnalmente consumado e resultado em prole, tomando a dignidade e a honra dos seus. Se apartado fosse dos ditos reinos e da dita sagrada Rainha Filipa, retornando à dita ordem, desampará-los-ia, seguindo disto grave escândalo e dano. Nesta conta, os ditos prelados, clérigos, nobres e populares vieram a nós em humilde suplicação para provê-lo do benefício da absolvição da graça

da oportuna dispensação, baseados nas premissas da benignidade da aprovação apostólica. Nós, então, que cuidamos da paz e tranquilidade das almas do mundo e dos reinos dos cristãos desejamos, sem obsedar as intenções do apropriado pastoreio, desejo de honrar as vantagens de prover tal o estado de salvação aos mesmos reinos e, ao mesmo tempo, afastar e aliviar o perigo de escândalo o quanto possível, dentro dos rigores do cânone dos nossos predecessores Pontífices Romanos, e como quem conhece o poder de Deus sobre os seus, quando surge uma causa justa, racional e louvável, sobretudo acerca daqueles de brilhante linhagem, é prerrogativa costumeira e expediente consentir mansa dispensa, considerando primariamente os tempos e a urgência dos ditos reinos de Portugal e do Algarve em livrar-se da ocupação e devastação de sua maior parte pelo dito João Henrique, provido tu do auxílio de Deus para liberar [Portugal] das mãos e da ocupação do dito João Henrique e recuperar assim a feliz prosperidade e liberdade extinta pelo cismático perseguidor de Deus, de sua igreja, de nós e de nossos predecessores. Este João Henrique preferiu a hostil perseguição e dele obtivemos vitória e perdurável triunfo.

E sobre isso dedicadamente tratamos com nossos Irmãos, em deliberações solenes nos inclinamos sobre tua pessoa e tuas suplicações, lembrando-nos sempre de sua singular devoção, de sua resplandecente e sempre clara pureza de alma, e da linhagem de ti descendente, e a partir do conselho dos ditos Irmãos, declaro legítima a descendência de tua geração de herdeiros e concedo-lhes as especiais graças e favores em louvor de Deus Pai Todo Poderoso, Filho e Espírito Santo, da sempre gloriosa Virgem Maria, dos santos apóstolos Pedro e Paulo, em honra, paz e tranquilidade de nossa sacrossanta esposa a Igreja de Roma, segundo as súplicas dos reinos de Portugal e do Algarve e teus prelados clérigos, nobres e populares em nossa apostólica autoridade e a respeito dessas presentes, te absolvemos das sentenças e excomunhões, e de quaisquer outras penas pronunciadas por homem ou por júri, ainda que tais sentenças estejam previstas nas premissas dos escritos apostólicos, se incorreste nelas fora pelas razões expressas.

[Também] pelas razões suficientemente expressas, da mesma forma, livramos-te e absolvemos-te de toda e qualquer obrigação e vínculo de obediência, castidade, pobreza e qualquer outra observância de votos e restrição da profissão regular desta ordem ou voto de servidão que poderias estar atado, e também por termos nossa apostólica autoridade, te absolvemos de qualquer perjúrio, ou mancha de infâmia, ou quebra de juramento que tenhas prestado, pois temos em nossa alma suficiente e pleno conhecimento das expressas razões e premissas pelas quais as recusou. Liberamos-vos, absolvemos-vos e eximimos-vos das penas que lhe poderiam incorrer.

E, ainda mais, por ocasião das razões aqui expressas, te legitimamos e restituímos teu legítimo nascimento, dispensando e abolindo as penas contraídas com teu defeito de nascimento por teres sido gerado pelo dito Pedro rei e por uma mulher que não era a ele conjunta em matrimônio, por ser teu pai casado e ser tua mãe casada [com outrem] à época de sua concepção. E também por seres, à época de sua eleição, assunção, colocação, entronização, indução, aceitação e consenso tu fosses ainda professo e mestre e senhor da dita ordem, a ela conectado por penas e sentenças, e inabilitado por mancha de infâmia e ainda assim casaste com a dita Filipa, outorgamos válida eleição, assunção, colocação, entronização, indução, aceitação; uma vez que jamais obedecera nem dera ajuda, conselho, socorro ou favor àquele Roberto Antipapa e nem João Henrique, sem embargo ou contradição da Constituição apostólica, de leis imperiais, estatutos ou costumes. Não obstante outorgamos que tais decisões tenham validade perpétua, firmemente obtidas para que tu possas ter e deter os ditos reinos, seus nomes, honras e senhorios e que possa transmiti-los a seus legítimos herdeiros e descendentes assim nascidos ou por nascer, ou quaisquer outros colaterais distantes por testamento ou estado; e que possas manter e viver o dito matrimônio com esta Rainha Filipa e se a Deus convier de casares com qualquer outra mulher, que possas contrair matrimônio sem embargo ou impedimento [das penas passadas], vivendo livremente e dignamente, isento de qualquer mancha, transmitindo a herdeiros e sucessores no mesmo dito reino as dignidades, honras, nomes, domínios e ofícios a quem quer que o suceda, pois foram e serão procriados de legítimo matrimônio, bem como sua eleição, assunção, colocação, entronização, indução, aceitação e consenso à época, ainda que fosses mestre e senhor professo da dita ordem, declaramos nulas as sentenças e excomunhões, as manchas de infâmia e inabilitação, a quebra dos votos e o perjúrio, pois não há canônico impedimento e as premissas sobreditas são legítimas para os efeitos desta dispensação.

Absolvemos também qualquer observância, obrigação ou voto regular de obediência da dita ordem e seu magistrado, eximindo-o de quaisquer penas, sentenças e excomunhões, manchas infames, possíveis defeitos e débitos de perjúrio; abolidos por nos oferecerem o conhecimento necessário para que o poder apostólico pleno pudesse exercer sua autoridade acerca de tais questões e suprir qualquer falha vinda de ti ou dos mesmos prelados clérigos, nobres e populares que lhe elegeram, assumiram, entronizaram, colocaram, induziram e aceitaram em consenso todas as premissas mencionadas acima e as consequências delas advindas que porventura ocorrerão.

E assim, que nenhum se atreva a infringir, quebrar ou questionar estas letras em suas declarações de absolvição, isenção, liberação, restituição, habilitação, dispensação, concessão e suplementação, ou ainda temerariamente contradizê-las, sob pena de incorrer na ira do todo poderoso Deus e dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo. Em Roma, em São Pedro, dia sexto das Calendas de Fevereiro do Segundo Ano de nosso Pontificado.

ANEXO X

Transcrição do Tratado de Windsor

Fonte: RYMER, Thoma. *Fædera, Conventiones, Literæ, Et cujſcunque generis Acta Publica, Inter Reges Angliæ et Alios*. 10v, t. III, 3^aed, partes III e IV. Haia: Joannem Neaulme, 1740, p. 200-201. Disponível em: <<https://archive.org/stream/fderaconventiones03ryme#page/n679/mode/1up>> Acesso em: 14 Mar. 2019.

Ann. D.1386. An. 9. R. 2. Ex. Autogr.

Regis Portugalia Confæderatio.

Univerſis Chriſti Fidelibus, ad quos præſentes Literæ pervenerint, Nos, Fernandus Magiſter Ordinis Sancti Jacobi in Regnis Portugaliæ & Algarbii, & Laurentius Johannes Fogata Cancellarius Portugaliæ, Milites, Sereniſſimi Principis & Domini Domini Johannis, Dei gratiâ, Portugaliæ & Algarbii Regis, Domini noſtri illuſtriſſimi, Ambaſſatores, Procuratores, & Commiſſarii ad infraſcripta ſpecialiter deputati, Salutem in omnium Salvatore.

Illud pium Propoſitum rectè Regnantium, illaque finalis intentio juſtè Principantium eſſet debet, Bonum commune Subditorum privatis præferre Commodis, talibuſque Subjectam eis Rempublicam munire Præſidiis, per quæ, excluſis cæcis inquietationum Turbinibus, exterminatiſque Adverſantium Incurſibus, Plebs fidelis, quæ talibus gubernatur auctoribus, nedum augeatur proſperis, ſet ſub optatæ Quietis & Pacis amænitate conſervetur continuè in Adverſis, quod reverà tunc aptiùs procurari ſperatur cum Chriſtianiſſimi Reges & Principes, in vera Unitate & obedientia Sacroſanctæ Romanæ Eccleſiæ perſiſtentes, in unam mentis conſonantiam conveniunt, & invicem indiſſolubilis Amoris Fœdere copulantur:

Hoc liquidem, Sereniſſimus Princeps & Dominus noſter metuendiſſimus ſupradictus, in profundæ conſiderationis ſuæ revolvens examine, nobis Tractandi, & Firmandi, nomine ſuo, Ligas, Amicitias, & Confæderationes, reales & perpetuas, cum, Nobilibus & diſcretis

Viris, Dominis, Richardo Abberbury, Johanne Clavowe, Militibus, & Magistro Richardo Rouhale Legum Doctore, Procuratoribus & Commissariis, Illustrissimi Principis & Domini, Domini Richardi, Dei gratiâ, Regis Angliæ & Franciæ, per Literas suas Patentes, sub Sigillo Plumbeo (quarum Tenor inferius describitur) Potestatem commisit & attribuit;

In cujus vigore, cum Procuratoribus & Commissariis Domini Regis Angliæ & Franciæ supradictis, à præfato Domino suo ad infra-scripta facienda Potestatem seu Procurationem, sub Magni Sigilli sui Testimonio, ex parte Domini sui, exhibentibus (cujus etiam Tenor inferius describitur) Ligas, Amicitias, Confœderationes, seu Uniones reales, firmas, & perpetuas Tractavimus, & post varias Diætas, Concordavimus sub hac forma,

IMPRIMIS, namque Tractatum est & finaliter Concordatum quòd, propter bonum Publicum & Quietem Regum & Subditorum utriusque Regni, sint & inviolabiliter ac perpetuò permaneant inter Reges modernos supradictos, eorumque Hæredes & Successores, ac Subditos utriusque Regni, Ligæ, Amicitia, Confœderationes, & Uniones firmæ, perpetuæ, & reales; nedum pro Ipsis & eorum Hæredibus & Successoribus, set pro Regnis, Terris, Dominiis, & Patriis, eorumque Subditis, Vassallis, Alligatis, & Amicis quibuscumque; adeò quòd Alter eorum teneatur alteri Succursum facere & Adjutorium impendere contra omnes Homines qui possunt vivere & mori, qui Pacem alterius lædere seu Statum depravare quomodolibet molirentur, Domino nostro Summo Pontifice Urbano moderno, Suisque Successoribus canonicè inrantibus, Dominis, Wenzellao, Dei gratiâ, Rege Romanorum & Bohemiæ, & Johanne, eadem gratiâ, Rege Castellæ & Legionis Duce Lancastriæ, Avunculo præfati illustrissimi Domini Regis Angliæ, pro parte ejusdem dumtaxat Exceptis.

ITEM, Tractatum est & unanimiter Concordatum, quòd omnes & singuli Vassalli vel Subditi Regnorum, Terrarum, & Dominiorum Supradictorum (etiam si Prælati, Duces, Comites, Barones, Milites, Clerici, Scutiferi, Mercatores, seu alii, cujuscumque præeminentia, statûs, vel conditionis extiterint) poterunt salvò & securè, Pars (videlicet) una Alterius Regnum, Terras, & Dominia intrare, & cum ipsius Subditis mutuò conversari & mercari, ibidemque morari, & deinde ad Lares proprios reverti, vel quocunque placuerint se divertere, adeo liberè & pacificè sicuti in Propria Patria hoc liceret: Ec quòd Una Pars, in Regnis, Terris, & Dominiis Alterius, adeò amicabiliter receptetur & honestè tractetur in singulis partibus, ad quas declinare contigerit, sicuti Gentes dictarum partium,

paris statûs & conditionis, tractari debeant aut solebant; solvendo Regi & aliis Dominis Partium prædictarum Customas & Deveria, in Partibus illis solvi hactenus consueta, necnon custodiendo Leges & Statuta Regum & Terrarum Supradictorum, ubi sic, ut Supradictum est, intraverint vel eos morari contigerit.

ITEM, mutuò Concordatum est quòd nullo modo liceat dictis Regibus, nec alicui Subditorum, Terrarum, & Dominiorum prædictorum (cujuscumque statûs, gradûs, seu conditionis extiterint) dare seu facere quovismodo Consilium, Auxilium, vel Favorem Terræ, vel Dominio sive Nationi, quæ alteri Parti eorundem Inimica fuerit vel Rebellis, nec inimicis hujusmodi Naves, Galeas, seu quævis alia Navigia, quæ in Gravamen alterius Partis cedere poterint, quovismodo locare vel concedere, seu aliquod aliud Suffragium (cujuscumque generis vel naturæ fuerit) hujusmodi Inimicis vel Rebellibus, quocunque titulo, coopertura, palliatione, vel colore, directè vel indirectè, publicè vel occultè, quovismodo facere, vel Succursum Inimicis seu Rebellibus hujusmodi (qui in gravamen alterius Partis cedere possit) impendere vel præstare, quin potius quilibet dictorum Regum & Regnorum, Terrarum, & Dominiorum suorum, & Hæredum ipsorum, Inimicos & Rebelles alterius eorundem, ut eorum Proprios & Capitales Inimicos, vitare, prosequi, & destruere totis viribus teneantur; & si quis dictorum Subditorum contra Præmissa seu aliquod præmissorum aliquid attemptasse Convictus extiterit, absque diffugio vel Simulatione, Puniri debebit legitimè, ad Beneplacitum & Voluntatem illius Regis, in cujus Offensam sic fuerit attemptatum.

ITEM, est Concorditer Ordinatum, quòd, si, futuris temporibus, Una pars Regum prædictorum Hæredumve suorum indigeat alterius Supportatione vel Succursu, & pro habendo hujusmodi Auxilio Partem Alteram legitimè requisiverit, quod Pars Requisite hujusmodi Auxilium seu Succursum Parti Requirenti, sic & quatenus, propter occurrentia Sibi, Regnis, Terris, Dominiis, & Subditis suis pericula, hoc facere poterit (cessante dolo, fraude, seu fictione quibuscumque) facere teneatur: Et ad hoc faciendum, ut præmittitur, per præsentis Ligas firmiter obligetur; Requirentis tamen rationalibus Sumptibus & Expensis, prout inter dictos Reges, vel eorum Deputatos seu Concilia, poterit concordari; Provisò semper quòd Requisitio Auxilii seu Succursus hujusmodi fiat per sex Menses, antequam Executioni demandari debebit.

INSUPER, Ordinatum est quòd Omnia Bona, mobilia & se moventia (cujuscumque generis extiterint seu speciei) quæ per Gentes alicujus Regum prædictorum, Hæredumve, aut Successorum Suorum, in Obsequio alterius ipsorum Regum existentes, super Inimicos

Regis, Auxilium vel Succursum Requirentis, adquiri contigerit & lucrari, sunt ipsius Regis & Gentium suarum inconcussè qui Succursum fecerit vel Auxilium, ad disponendum de eisdem secundum consuetudinem in Regno suo usitatam; Provisò semper quòd, si per Mare huiusmodi Bona hostiliter capiantur, Tertia Pars eorumdem erit illius Regis, qui Sumptus & Expensas principaliter fecerit in hac parte ad nocendum & resistendum Inimicis prædictis; si autem aliquos Duces Bellorum vel Conflictuum, seu magnos Capitaneos, super Mare vel Terram de Inimicis huiusmodi capi contigerit, statim, sine contradictione quacumque, ipsi Regi, qui in præmissis Sumptus præstiterit, & Expensas fecerit Principales, pro dicta Armata facienda, liberentur, & illius sint; Salvâ tamen Remuneratione sive Regardo competenti, per illum Regem faciendo Illi vel Illis, qui dictos Duces vel Capitaneos huiusmodi ceperint, prout poterunt inter Se seu per suos Deputatos rationabiliter convenire.

Bona ver\ immobilia (putà Terræ, Villæ, Castra, & Similia) si, per Gentes Unius dictorum Regum, Hæredum, vel Successorum Suorum, super Inimicos alterius illorum Invasa fuerint & Optenta, ad quæ de Jure Alteri ipsorum Regum, Hæredum, vel Successorum suorum jus competierit in hac parte, & ad ea aliàs Jus habuerit, ubicumque fuerint Bona illa, & in quibus Regnis vel Dominiis, eidem Regi Angliæ vel Portugaliæ (cui illorum, in illis Partibus, Jure hæreditario, vel aliâ viâ Juris legitimâ daretur Actio, & Jus haberet aliàs prosequendi) protinus liberentur absque contradictione vel difficultate quacumque.

ITEM, Concordatum est quòd, si aliquis Partium prædictarum aliquid Scire, explorare, seu sentire poterit, quod aliquod Dampnum, Vituperium, seu Gravamen contra Partem alteram Ordinatum, Tractatum, vel Ymaginatum extiterit, per Terram, vel per Mare, publicè vel occultè, quòd hoc toto posse suo impedit, sicuti Dampnum & Vituperium Partis suæ Propriæ impediri optaret, procurabitque & faciet Factum huiusmodi, cum debitis Circumstantiis, Parti Alteri, contra quam sic Ymaginatum extiterit, cum quacumque possibilitate perferri, dolo, fraude, & fictione cessantibus quibuscumque.

ITEM, Concordatum est quòd nullæ Treugæ seu Guerrarum Sufferentiæ, per Terram, vel per Mare, per alterum Regum prædictorum, Hæredumve suorum, de cætero capiantur, nisi alter Rex, Regna, Terræ, & Dominia sua, ejusque Subditi comprehendantur in eisdem; ut eorum Beneficio uti & gaudere valeant, si eis expediens videatur.

ITEM, si, temporibus futuris, contigerit (quod absit) quòd Aliquid contra præsentis Alligantias, per Subditos alterius Regum prædictorum, Hæredumve suorum contra alium,

per aliquas Incurſiones, Invaſiones, Caſtrorum, Villarum, ſeu Fortalitiorum Captiones, Deprædationes, Derobationes Perſonarum, ſeu Rerum Captiones aut Detentiones, vel quovis alio modo attemptatum fuerit ſeu quomodolibet injuriatum, quòd Rex ille, cujus Subditi taliter attemptaverint & injuriati fuerint, & Hæredes ſui pro tempore exiſtentes, teneantur, & quilibet eorum tempore ſuo teneatur, Reparare, Reformare, Emendare, & ad Statum debitum Attemptata hujusmodi Reducere, ac Delinquentes hujusmodi debite Corrigere & Punire ad Voluntatem & Diſcretionem illius Regis, cui ſic Injuriatum fuerit, cum omni celeritate qua citiùs fieri poterit, & ad minus infra ſex Menſes poſtquam ſuper Reformatione & Punitioe hujusmodi fiendis fuerint debite requiſiti, vel eorum aliquis indè fuerit requiſitus, fraude, dolo, dilatione, & malitiâ ceſſantibus quibuſcumque: Proviſo ſemper quòd præſentes Alligantiæ pro tanto non ſentiantur ſeu habeantur in aliquo Fractæ, Diſſolutæ, ſeu Irritæ, ſet ſemper in ſuo Robore remaneant & virtute.

Et ulterius, pro conſervatione dictarum Alligantiarum fortius, ordinatum exiſtit quòd, pro nullo Articulo ſupraſcripto, neque pro omnibus ſimul junctis, etiam ſi Mors vel Mutilatio perſonarum ex eiſdem fuiſſet (quod abſit) ſubſecuta, neque pro quacumque alia Violentia quæ fieri ſeu præmachinari poterit, cujuſcumque foret qualitatis vel conditionis, præſentes Alligantiæ Diſſolvi poterunt ſeu Infringi; quinimmo ſemper Attemptata, ut præmittitur, Reformari debebunt, præſentibus Ligis in ſuis Firmitate & Robore nichilominus continuè duraturis.

Set, ſi contigerit, futuris Temporibus (quod abſit) quòd unus præmiſſorum Regum, Hæredumve ſuorum, pro tempore exiſtentium, per Se, Subditos ſuos, vel alios de eorundem Regum Mandato, Voluntate, Approbatione, & Conſenſu, vellent ſeu vellet contra formam & effectum Alligantiarum & Amicitiarum prædictarum contra Alterum de facto malignari, faciendo fieri vel per Se vel Suos, aut fieri permittendo ſeu procurando, parti Alteri Apertam Guerram, per Terram vel per Mare, vel aliàs præfatam Partem Alteram Dampnificando vel moleſtando, quovis quæſito titulo vel colore, Ordinatum eſt & unanimiter Concordatum quòd Pars illa, quæ Exceſſum, & Injuriam, ſeu Violentiam hujusmodi commiſerit, perdat Beneficium Ligarum præſentium ad Partis Alterius, contra quam ſic attemptatum fuerit, Voluntatem; Et quòd ipſa Pars Injuriata præfatas Alligantias, in præjudicium alterius, ſi hoc voluerit, infringendi, vel aliàs (ipſis Ligis, in favorem præfatæ Partis Injuriatæ, in ſuo Robore permanentibus) ad Reformationem Attemptatorum, per quacuſcumque vias ſibi magis expediens videbitur, procedendi, abſque

aliqua nota Perjurii, Infamiæ, seu cujuscumque alterius Pœnæ seu Culpæ, liberam habeat optionem.

ITEM, Ordinatum est quòd omnes Hæredes & Successores Regum prædictorum, Singuli suis Temporibus successivis, infra Annum, a die Coronationis suæ continuè computandum, teneantur, & quilibet eorum pro tempore suo teneatur, præsentis Alligantias, solempniter & publicè, in personarum Nobilium & autenticarum præsentia, Jurare, ipsasque Renovare, Ratificare, Confirmare sub Testimonio publico & Sigillis majoribus eorundem; super quibus, sic Juratis, Renovatis, Approbatis, & Confirmatis, teneantur Litteras seu Documenta publica conficere, & ipsas Litteras, Sigillo suo Majori, ut præmittitur, communitas, Parti Alteri, citiùs quo commodè fieri poterit, cum Persona secura & fide digna transmittere seu destinare, fraude, dolo, malitiâ, seu negligentia cessantibus quibuscumque.

ITEM, Ordinatum est quòd præsentis Ligæ, postquam Concordatæ, Scriptæ, & Sigillatæ fuerint, nedùm per nos Commissarios & Procuratores Supradictos, in Animabus Dominorum nostrorum prædictorum, sed per præfatos Dominos Reges Principales solempniter jurentur, priusquam Parcibus liberentur.

ANEXO XI

Tradução do Tratado de Windsor

Fonte: CARVALHOSA, Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e. [Visconde de Santarém]. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo Desde o Principio da Monarchia Portuguesa Até aos Nossos Dias*. t. 14, 2ª ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1865, p. 86-94. Disponível em: <<https://archive.org/details/quadroelementar12lisbgoog/page/n241>> Acesso em: 14 Mar. 2019.

Windsor, An. 1386, Maio 9.

Tratado de paz entre ElRei D. João I e Ricardo II, Rei d'Inglaterra, sendo Plenipotenciarios de Portugal, Fernando Affonso d'Albuquerque, Mestre da ordem de S. Thiago, e Lourenço João Fogaça, Chanceller de Portugal, e d'Inglaterra, Ricardo d'Alberbury, João Clanowe e Ricardo Ronkale.

Em virtude dos respectivos plenos-poderes que acima ficão transcriptos, assignarão os respectivos Ministros o Tratado seguinte, principiando este acto desta maneira: «A todos os que as presentes cartas virem, nós Fernando, Mestre da ordem de S. Thiago nos Reinos de Portugal e do Algarve, e Lourenço João Fogaça, Chanceller, Embaixadores, Procuradores e Commissarios do Serenissimo Principe o Senhor D. João pela graça de Deos, Rei de Portugal, etc.

«O piedoso propósito dos bons Reis, e o dos que reinão com justiça deve ser de preferir o bem commum de seus vassallos, aos seus particulares interesses, e de segurar a tranquillidade dos seus Estados por meio de auxilios e soccorros, para evitar as perturbações e as invasões dos inimigos, o que se póde conseguir, quando os Reis e Principes christãos se mantem na verdadeira obediência á Santa Igreja de Roma.»

Proseguem dizendo, que ElRei seu Amo lhes déra poderes para tratar e estabelecer em seu nome Tralados de liga, amizade e confederação perpetuas, com os Plenipotenciarios de Ricardo II, Ricardo d'Alberbury, João Clanowe, Cavalleiros, e Mestre Ricardo

Ronhale, Doctor em Leis. Que em virtude dos poderes respectivos, e depois de diversas conferencias, nas quaes os ditos poderes forão apresentados, estipulárão e ajustárão os artigos seguintes:

Artigo I. Estipulou-se que para o bem publico e tranquillidade dos Reis e dos vassallos dos dois Reinos, haveria entre os mesmos Reis e seus herdeiros e successores, e vassallos de ambos, uma liga, amizade e confederação real e perpetua, e com os alliados delles, de maneira que um seria obrigado a prestar auxilio e soccorro ao outro contra todos os que tentassem de destruir o Estado do outro, excepto porém contra o Soberano Pontifice actual Urbano (VI) e seus successores, e Wenceslau, Rei dos Romanos e de Bohemia, e João, Rei de Castella e de Leão, Duque de Lencastre, tio d'ElRei d'Inglaterra.

Artigo II. Ajustou-se por este artigo e convierão em que todos os vassallos e subditos dos dominios e terras dos sobreditos Prelados, Duques, Condes, Barões, Cavalleiros, Magistrados, Escudeiros, Mercadores de qualquer estado ou condição que fossem, poderião ir, com toda a segurança, aos dominios e terras da outra, ali demorar-se, residir e commerciar com seus subditos; podendo livre e pacificamente voltar para seus respectivos paizes, devendo cada um ser tratado e recebido nos dominios da outra parte contractante amigavelmente como se fosse natural delles, e conforme o modo por que as gentes de igual condição erão nelles tratadas, devendo todavia pagar ao respectivo Soberano e aos Senhores os direitos e encargos que se devem pagar nos ditos paizes e igualmente observar as Leis e estatutos reaes dos mesmos, e os usos e costumes das sobreditas terras.

Artigo III. Conveio-se mutuamente, que por nenhum modo, nem em caso algum, seria permittido aos ditos Reis, e a nenhum de seus vassallos de qualquer estado ou condição que fossem, dar conselho, soccorro ou auxilio nas suas terras e dominios á Nação que tiver sido inimiga ou rebelde á outra (das partes contractantes). Que não seria permittido igualmente a nenhuma dellas conceder ou fretar aos inimigos da outra navios, nem galés, ou outras embarcações, que podessem causar damno á outra parte, e bem assim lhes seria defeso de prestar qualquer outro soccorro seja de que natureza for, ou por nenhum motivo. Obrigando-se além disso a considerar os inimigos dos ditos Reis, terras e dominios, e os de seus herdeiros e successores, como seus próprios e mortaes inimigos, devendo além disso evitar de ter relações com os mesmos, mas antes perseguil-os com todas as suas forças. Ajustando-se que, se qualquer dos subditos delles fosse convencido de ter violado

estas estipulações, deveria ser castigado segundo o arbitrio e o modo que determinar o Soberano que receber a offensa.

Artigo IV. Concordou-se e ajustou-se que se no futuro um dos ditos Reis ou seus herdeiros e successores faltar á obrigação de dar auxilio ou soccorro ao outro, quando este lhe fôr legitimamente reclamado, a parte a quem fôr requerido seria obrigada a dal-o áquella que o exigir conforme o modo por que ella o poderia prestar por causa dos perigos que ameaçavão os Reinos e dominios della, e isto sem fraude nem astucia alguma. Estipula-se tambem que se poderião (neste caso) ajustar entre os dois Soberanos, seus commissarios e seus respectivos conselhos, o que respeitar ás despesas, com tanto porém, que a reclamação de soccorro fosse feita seis mezes antes de se exigir a execução della.

Artigo V. Ajustou-se igualmente que todos os bens moveis de qualquer natureza que fossem, que forem tomados por os subditos de um dos ditos Reis, ou de seus herdeiros e successores, aos inimigos do Rei que tiver reclamado o auxilio, pertencerão ao Rei e ás gentes que tiver prestado o dito auxilio para disporem das ditas prezas conforme o costume estabelecido no seu Reino, se porém taes bens forem apreçados no mar, a terça parte pertencerá ao Rei que tiver feito as despesas de armamentos para fazer damno e resistir aos ditos inimigos; mas se acontecer que se aprezem alguns chefes ou grandes capitães de guerra tanto no mar como em terra, estes serão immediatamente, e sem objecção, entregues ao Rei que tiver feito as principaes despesas com o exercito (auxiliar), salvo porém a recompensa que o dito Rei deverá dar áquelles que capturarem os ditos chefes e capitães.

Artigo VI. Os bens immoveis, a saber: as terras, cidades, campos e outros, se forem invadidos e conquistados pelos vassallos de um dos ditos Reis aos inimigos delles, e aos que tiver direito um dos ditos Reis ou seus herdeiros e successores, nesse caso lhes será feita justiça sem contradicção nem difficuldade em qualquer parte que estes bens se acharem situados, tanto a ElRei d'Inglaterra como ao de Portugal, ou áquelle que por direito hereditário ou por qualquer outra via legitima tiver acção sobre os mesmos bens.

Artigo VII. Ajustou-se também que se vier ao conhecimento de uma das ditas partes, que algum mal, damno, ou injuria se trama contra a outra parte tanto por terra, como por mar, aberta ou secretamente, a dita parte contractante o deveria impedir, empregando para isso todo o seu poder, como se ella impedisse o seu próprio damno, devendo assim obrar em favor da outra parte contra a qual se tiver maquinado.

Artigo VIII. Do mesmo modo se ajustou, que nenhuma tregoa ou armistício, tanto por mar como por terra, serão celebrados, nem ajustados por um dos ditos Reis, ou por seus herdeiros, sem que o outro Rei, seus Reinos e vassallos fossem compreendidos nas mesmas tregoa e armistícios, afim de que elles podessem gozar dos beneficios de taes ajustes se isso lhes parecer util.

Artigo IX. Se no futuro acontecer (o que praza a Deos que não) que se tenha feito alguma cousa contraria ás estipulações da presente alliança pelos subditos de um dos ditos Reis ou de seus successores e contra a outra parte, seja por incarcerationes, invasões, tomadas de fortalezas, cidades ou campos, depredações, roubos de pessoas ou de cousas, nestes casos o Rei cujos vassallos tiverem commettido taes injurias e seus herdeiros serão responsáveis e obrigados a reparal-as, e a repôr as mesmas cousas no estado em que anteriormente se achavão, e outrosim de punir os delinquentes com a maior promptidão, seis mezes ao menos depois de feita a reclamação, ficando a dita punição ao arbitrio do Soberano a quem tiver sido feita a injuria, sem que por isso as presentes allianças se possam considerar annulladas ou dissolvidas, e antes pelo contrario ficarão para sempre em vigor.

Artigo X. E ajustou-se por este artigo, que para a conservação das ditas allianças, que por nenhuma (infracção) de um dos artigos antecedentes, ou de todos juntos, ou mesmo pela morte ou mutilação das pessoas, nem por nenhuma violencia ou machinação que podesse ocorrer, não poderião estas allianças ser dissolvidas nem violadas, antes pelo contrario os attentados que se mencionárão deverião ser reparados, e as presentes ligas deverião igualmente ficar em pleno vigor.

Artigo XI. Se porém no futuro acontecer, que um dos ditos Reis ou seus herdeiros queira, contra o ajustado neste Tratado, para elle ou para seus subditos, ou para outrem, sem ordem, vontade ou approvação dos mesmos Reis, fazer por elles ou em seu nome, guerra aberta por terra ou por mar, e causar-lhe damno seja sob que pretexto fôr, se ajustou e conveio unanimemente, que neste caso, a parte que commetter a injuria ou violência perderá o beneficio das presentes ligas e allianças ao arbitrio da outra parte que receber a injuria. E a parte offendida terá a livre escolha de infringir as ditas allianças em prejuizo da outra, ou de as considerar em vigor em seu proveito, e além disso de proceder á reparação dos attentados por todos os meios que lhe parecerem opportunos, sem que por isso possa ser tachada de perjuro ou de infamia.

Artigo XII. Estipulou-se e ordenou-se que todos os herdeiros e successores dos ditos Reis nos tempos futuros, um anno a datar do dia da sua coroação, serão obrigados a jurar, e a renovar, ratificar, e confirmar por cartas patentes munidas de seus grandes sellos as presentes alianças, e isto solemne e publicamente em presença das pessoas notaveis; e depois de assim juradas, renovadas e ratificadas, elles serão obrigados a mandar fazer instrumentos publicos, e a transmittil-os á outra parte contractante por uma pessoa segura e digna de credito.

Artigo XIII. Estipulou-se e ordenou-se outrosim que as presentes ligas, logo que fossem escriptas e assignadas, serião juradas solemnemente por elles Commissarios e Procuradores dos ditos Principes, mas tambem pelos mesmos Reis antes de serem entregues ás partes contractantes.»

Seguem-se os plenos-poderes dos dois Soberanos, e depois destes o juramento dos negociadores Portuguezes em presença dos do Rei de Inglaterra, de guardar e fazer observar as ditas ligas, em testemunho do que sellarão com seus sellos este acto, no Palácio de Windsor no dia 9 de Maio do dito anno de 1386, em presença dos Prelados, e Senhores e Conselheiros da Côrte e Conselho de Ricardo II, e ali mesmo o Notario publico que se achava presente á leitura do dito Tratado de liga e d'alliança que teve logar na casa capitular na Capella Real de Windsor deu fé de todas estas cousas; e depois no dia 17 do mesmo mez na camara chamada Estrelada do Palácio Real de Westminster, os Embaixadores de Portugal tornárão a pôr os sellos no presente instrumento em presença de dois Bispos e de outras pessoas.

ANEXO XII

Reprodução da Carta de D. Filipa de Lencastre a Henrique IV de Inglaterra

ANEXO XIII

*Transcrição da Carta de D. Filipa de Lencastre a Henrique IV de Inglaterra**

Paleografado e transcrito por Raquel Hoffmann em Junho de 2018.**

Treshaut et trespuiſſant prince mon ſouereinement meulx amee friere ·· Ie me recomans a uoſtre haute Nobleſſe ſi humblement et entierement come ie ſay ou plus puiſſe de tout mon entier cuer ·· Souereynement deſirante d oier et ſouent ſauoir de uoſtre eſtat et ſancție · et en eſpecial de la proſperitee de uoſtre trefgentil perſone · ſi bons pleſantes et ioieufes nouelles · come uou meſmes trefnoble prince meulz les ſauerez deuifer, ou en aſcune maniere ſouheider · pur uoſtre ſouereyn eaſe et confort. Et pur ce que ie fuy certeine que uous trefuolentiers en oirez ſemblablement decea · uous ſignifie que li Roy mon ſeigneur ſouerein, tous mes enfans uoz entiers nepveuz, que toutdis ſe recomandent treshumblement a uous · et moy, leur miere uoſtre entiere ſuer al feiſance dyceſtes eſtioms trestous ſeins et heitz de corps Regraciez noſtre Createur que toujours uous ueulle mentenir en honeur et proſperitee ſelon uoſtre deſir · Treshaut et trespuiſſant prince, mon ſouereinement meulx amee friere · uous pleſe ſauoir que par Monsieur Jehan Wiltshire chiualler et ambaffſator de noſtre coſyn le Conte Darondel · ie fuy cy enformee coment de par le dit Conte a uous est due unquore une ſomme dor, le quelle il obliga a uous paier pur la licence que a uoſtre gracieuſe ſeigneurie pleuſt li grantier et doner en ſon nonaage · qil peut luy marier a ſon talent et en que lieu il uiſt conuenable a ſon estat · Et pur ce mon ſouereinement meulx amee friere que uous le ſauez bien qil eſt ore mariee non pas par ſon propre mouement · mes eins par uoſtre comendement en partie · al inſtance de moy · Si uous ſupplie pur tant, trefnoble prince ſi entierement come ie ſay plus que uous

* Agradecemos a colaboração da amiga e companheira de trabalho, Prof^a. M^a. Juliana Amorim Goskes, na revisão do trabalho de transcrição deste documento.

** Após esse período, chegou ao nosso conhecimento a disponibilidade da digitalização da obra do Reverendo Francis Charles Hingeston na Biblioteca Nacional da França. Então, comparamos nosso trabalho à transcrição apresentada no volume e decidimos manter nossa transcrição neste corpo de Anexos por esta manter os sinais gráficos, a fidelidade à grafia e a estrutura corrida do texto. Para a transcrição e tradução para o inglês de Hingeston, cf: HINGESTON, Francis Charles. *Royal and historical letters during the reign of Henry the Fourth, king of England and of France, and lord of Ireland*, vol. II, A.D. 1405-1413. London: Her Majesty's Stationery Office, 1965, p. 99-102. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50171s>> Acesso em: 05 Abr. 2019.

li pleſe quiter la dite ſome a ceſte ma requeſte · iſſuit que ie que ſuy la cauſe de ſa mariage
en partie · puiſſe eſtre la cauſe de laquittance del dite ſomme · Et ſi aſcune choſe ſoit es
parties decea que uous pourreit trouer a pleſir · uous me le pleſe comander et certifier et
ie le ferray a tout mon poair ſans feinctiſe · Si emprie a noſtre ſouerein ſeigneur Iheſu qil
uous doigne touſiours prosperitee, pleſance et ioie a treſloenge durer · Eſcript el paleys
de lixbon le iiij iour de nouembre ·

Uoſtre entiere et loyal

Suer P · de · P ·

ANEXO XIV

*Tradução da Carta de D. Filipa de Lencastre a Henrique IV de Inglaterra**

Traduzido por Raquel Hoffmann do original em Junho de 2018.**

Altíssimo e poderosíssimo príncipe, meu excelente e mais amado irmão. Eu me dirijo a sua alta nobreza tão humildemente e completamente quanto sei ou posso, com todo o meu coração, desejosa sobretudo de ouvir e saber frequentemente sobre seu estado e saúde, e especialmente da prosperidade da sua mais serena pessoa, das melhores, aprazíveis e alegres novidades, como você, mui nobre príncipe, deve tão bem saber, imaginar e desejar para seu bem-estar e conforto. E porque estou certa de que quererá avidamente ouvir o mesmo sobre nós, eu lhe digo que o Rei, meu senhor e soberano, todos os meus filhos, seus sobrinhos, que sempre dirigem-se muito humildemente a ti, e a mim, sua mãe, sua irmã, nesta data que lhe escrevo estamos todos nós bem e são de corpo, graças ao nosso Criador, que Ele sempre deseje manter a ti em Sua honra e prosperidade, de acordo com Seu desejo. Altíssimo e poderosíssimo príncipe, meu excelente e mais amado irmão, vos agradecerá saber que fui informada pelo Senhor John Wiltshire, cavaleiro e embaixador de nosso primo, o Conde de Arundel, que o dito conde ainda vos deve uma soma em ouro a qual ele prometera vos pagar pela licença que obsequiosamente Sua graciosa Senhoria concedera e dera a ele, em sua minoridade, de se casar de acordo com sua vontade e da maneira que vos parecera conveniente para seu estado. E portanto, meu excelente e mais amado irmão, sabes bem que ele não é casado neste momento por suas próprias inclinações, mas, do contrário, por vosso mandamento e parcialmente em minha instância, então eu vos peço, nobilíssimo príncipe, da melhor maneira que sei, que queira livrá-lo do pagamento da dita soma, em meu nome, para que eu, que sou parcialmente a causa deste casamento, possa ser também a causadora de seu livramento da dita soma. E

* Agradecemos a colaboração da amiga e companheira de trabalho, Prof^a. M^a. Juliana Amorim Goskes, na revisão do trabalho de tradução deste documento.

** Após esse período, chegou ao nosso conhecimento a disponibilidade da digitalização da obra do Reverendo Francis Charles Hingeston na Biblioteca Nacional da França. Então, comparamos nosso trabalho à tradução para o inglês apresentada no volume. Decidimos manter nossa tradução neste corpo de Anexos. Para a transcrição e tradução para o inglês de Hingeston, cf: HINGESTON, Francis Charles. *Royal and historical letters during the reign of Henry the Fourth, king of England and of France, and lord of Ireland, vol. II, A.D. 1405-1413*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1965, p. 99-102. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50171s>> Acesso em: 05 Abr. 2019.

se há qualquer coisa nestas partes que possas crer aprazível para ti, por favor, requeira-me e eu me certificarei de o fazer, sob a melhor de minhas habilidades, sem astúcia. Assim rezo ao Nosso Soberano Jesus que Ele vos dê sempre prosperidade, prazer e alegria a muito longamente durar. Escrito no palácio de Lisboa, no 4º dia de Novembro.

Sua devotada e leal irmã,

Philippa de Portugal.

ANEXO XV

Tabela de Conversão de datas Julianas para Gregorianas³⁴⁰

Datas Julianas	Datas Gregorianas	Datas Julianas	Datas Gregorianas
1421	1383	1438	1400
1422	1384	1439	1401
1423	1385	1440	1402
1424	1386	1441	1403
1425	1387	1442	1404
1426	1388	1443	1405
1427	1389	1444	1406
1428	1390	1445	1407
1429	1391	1446	1408
1430	1392	1447	1409
1431	1393	1448	1410
1432	1394	1449	1411
1433	1395	1450	1412
1434	1396	1451	1413
1435	1397	1452	1414
1436	1398	1453	1415
1437	1399		

³⁴⁰ Da data de início da regência do Mestre de Avis à data de morte da Rainha D. Filipa.

ANEXO XVI

Mapa da Lisboa Medieval

OLIVEIRA MARQUES, A. H.; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar. *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 55; apud COSTA, Bruno Marconi da. [Tese de Doutorado] *Os mestres de ofício da Lisboa Medieval – uma análise comparada de sua atividade política entre os séculos XIII e XIV*. Programa de Pós-Graduação em História Comparada; Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, p. 205 (adaptado).